Poder Judiciário

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

N. 003/2013 Data da divulgação: segunda-feira, 07 de Janeiro de 2013. Porto Velho - RO

PRESIDENTE
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Raduan Miguel Filho

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador Miguel Monico Neto

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO
Bacharel Jucélio Scheffmacher de Souza

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO
Contador José Miguel de Lima

DIRETOR DA DIGRAF
Administrador José Delson Ribeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CORREGEDORIA-GERAL

ATOS DO CORREGEDOR

PROVIMENTO N. 001/2013-CG

Dispõe sobre a exclusão da alínea “a” do art. 430 das Diretrizes Gerais Judiciais e renomeia as demais alíneas do referido dispositivo.

A Desembargadora, Corregedora-Geral da Justiça do Estado de Rondônia em Exercício, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no Pedido de Providências n. 0005826-17.2012.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Processo n. 0058157-25.2012.8.22.1111;

R E S O L V E:

Art. 1º. EXCLUIR a alínea “a” do art. 430 das Diretrizes Gerais Judiciais;

Art. 2º. RENOMEAR as alíneas “b” e “c” do art. 430 das Diretrizes Gerais Judiciais, conforme redação abaixo:

Art. 430. Na utilização do fac-simile deverão ser observados os seguintes critérios:

a) as mensagens particularmente relevantes (alvarás, mandados etc), antes do seu cumprimento, deverão ser confirmadas perante o órgão expedidor;

b) a transmissão de mensagem por fax requer prévia requisição em impresso próprio assinado pelo juiz;

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 3 de janeiro de 2013.

Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Corregedora-Geral em Exercício

PORTARIA N. 002/2013-CG

A CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 35, § 2º, do Código de Organização e Divisão Judiciária,

R E S O L V E:

CONVALIDAR os atos praticados pelo Juiz de 3ª Entrância VALDECIR RAMOS DE SOUSA, titular da 1ª Vara Criminal da comarca de Ji-Paraná, na 1ª Vara Cível da referida comarca, no dia 20/12/2012.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 3 de janeiro de 2013.

Desembargadora MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Corregedora-Geral da Justiça em exercício

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DESPACHOS

VICE-PRESIDÊNCIA

Vice-Presidência
Despacho DO VICE-PRESIDENTE TJ/RO
Agravo de Instrumento nrº 0011640-94.2012.8.22.0000
Agravante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares(OAB/RO 4712)
Advogada: Rosilene de Oliveira Zanini(OAB/RO 4542)
Advogada: Fernanda Maia Marques(OAB/RO 3034)
Advogado: Hiram Souza Marques(OAB/RO 205)
Advogado: Carl Teske Júnior(OAB/RO 3297)
Advogada: Pollyana Gabrielle Souza Vieira(OAB/SP 274381)
Agravada: Antônia Aciole Brito
Advogado: Vinícius Valentin Raduan Miguel(OAB/RO 4150)
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz(OAB/RO 4389)
Advogado: Edson Antonio Sousa Pinto(OAB/RO 4643)
Relator:Des. Isaías Fonseca Moraes
Vistos.
O e. Des. Isaías Fonseca Moraes declina da sua competência no neste feito (fls. 69), aduzindo que ele deve ser redistribuído,

por prevenção, ao Des. Sansão Saldanha, que foi o relator do agravo n. 0008456-33.2012.8.22.0000, julgado no dia 13/09/2012.
No entanto, em análise os autos e os registros do SAP 2º grau do TJ/RO, verifico que o indigitado agravo teve o seguimento negado, posto que intempestivo, nos termos do art. 557, do Código de Processo Civil, o que afasta a incidência do instituto da prevenção, conforme preceitua o Regimento Interno desta Corte:
Art. 160. O desembargador que primeiro conhecer de uma causa ou de qualquer incidente, inclusive de mandado de segurança ou de habeas corpus contra decisão de juiz de 1º (primeiro) grau, terá a competência preventa para os feitos originários conexos e para todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução das respectivas sentenças.
§ 1º Não se aplica o disposto no caput aos mandados de segurança, habeas corpus, correições parciais e recursos julgados prejudicados ou não conhecidos.
É o caso presente. Assim, devolvam-se os autos ao e. Relator, Des. Isaías Fonseca Moraes.
Cumpra-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Vice-Presidente em exercício

Despacho DO VICE-PRESIDENTE TJ/RO
Habeas Corpus nrº 0011708-44.2012.8.22.0000
Paciente: Fabiano Rocha do Nascimento
Impetrante(Advogado): Salomão Nunes Bezerra(OAB/RO 5134)
Impetrante(Advogado): Leony Fabiano dos Santos Tavares(OAB/RO 5200)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos.
Em razão do impedimento firmado pela e. Relatora, Juíza Sandra Silvestre de Frias Torres (fls. 58), determino a redistribuição destes autos.
Cumpra-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 03 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Vice-Presidente em exercício

Despacho DO VICE-PRESIDENTE
Agravo de Instrumento nrº 0011772-54.2012.8.22.0000
Agravante: Lazaro José Guimarães Faria
Advogado: Paulo Luiz de Laia Filho(OAB/RO 3857)
Agravado: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S.A.
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti(OAB/SP 115762)
Advogado: Alexandre Cardoso Júnior(OAB/SP 139455)
Advogada: Manuela Leite Cardoso(OAB/RJ 95223)
Advogada: Mariângela de Menezes Nunes Vieira de Sousa(OAB/RJ 73441)
Agravada: Rodobens Corretora de Seguros Ltda
Advogado: Dilmar de Arruda Campos(OAB/RO 1766)
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
Ante o teor da certidão da Diretora do Departamento de Distribuição, a qual informa que, por falta de programação no SAP 2º Grau, a presente apelação foi distribuída por sorteio ao Des. Raduan Miguel Filho, quando deveria ter sido distribuída ao Des. Isaías Fonseca Moraes, conforme a Resolução N. 028/2012-PR, publicada no DJE n. 207 de 8/11/2012, p. 1, determino a redistribuição do feito nos termos do art. 353, do Regimento Interno desta Corte.
Cumpra-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 03 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Vice-Presidente em exercício

Despacho DO VICE-PRESIDENTE TJ/RO
Agravo de Execução Penal nrº 0011818-43.2012.8.22.0000
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: José Manoel dos Santos da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Relatora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos.
Ante o teor da certidão da Diretora do Departamento de Distribuição, a qual informa que o presente agravo de execução penal foi distribuído, equivocadamente, por prevenção à Desembargadora Zelite Andrade Carneiro (Substituída pela Juíza Sandra Silvestre de Frias Torres) quando deveria ter sido distribuído por sorteio, em razão do impedimento da Juíza em substituição, determino a redistribuição do feito em conformidade com os termos do art. 252, III, do CPP.
Cumpra-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 03 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Vice-Presidente em exercício

Vice-Presidência
Despacho DO VICE-PRESIDENTE TJ/RO
Agravo de Instrumento nrº 0011486-76.2012.8.22.0000
Agravante: Leandro Brandão Alves
Advogado: Roberto Berttoni Cidade(OAB/RO 4178)
Advogada: Carla Falcão Rodrigues(OAB/RO 616A)
Agravada: Massey Ferguson Administradora de Consórcios Ltda
Advogado: Milton Saad(OAB/SP 16311)
Advogado: Gilberto Saad(OAB/SP 24956)
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Ante o teor da certidão da Diretora do Departamento de Distribuição (fls. 35), a qual informa que o presente agravo foi distribuído por sorteio ao Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia no âmbito das Câmaras Cíveis, quando deveria ter sido aguardada a liberação do Sistema SAP 2º Grau pela Secretaria Judiciária, em virtude da posse do Des. Isaías Fonseca de Moraes, determino a redistribuição dos autos, nos termos do art. 353 do Regimento Interno desta Corte.
Cumpra-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 03 de janeiro 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Vice-Presidente em exercíco

TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nº 0011846-11.2012.8.22.0000
Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Rooger Taylor Silva Rodrigues(OAB/RO 4791)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado de Finanças
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Publica do Estado de Rondônia contra ato do Governador do Estado de Rondônia e do Secretário Estadual de Finanças que reteve indevidamente o valor de R$ 1.300.000,00 nos meses de julho a novembro de 2012, chegando à diferença à R$ 1.723.768,00.
A impetrante sustenta que o ato praticado pelos impetrados é ilegal, uma vez que viola os dispositivos dos arts. 134, §2º da Constituição Estadual e 168 da Constituição Federal, requerendo a concessão da ordem para que seja concedida a liminar determinando o repasse imediato dos valores retidos indevidamente, sob pena de sequestro de recursos financeiros do Estado no valor equivalente, bem como a fixação de multa pelo descumprimento diário da obrigação, incluindo eventual cota duodecimal referente ao mês de dezembro/2012, concedendo-se ao final da demanda Segurança Definitiva.
À fl. 96 foi solicitado à impetrante que informasse se o repasse do mês de dezembro/2012 ocorreu e qual o seu valor.
A impetrante às fls. 99/100 informou que não fora repassado o duodécimo de dezembro/2012, perfazendo o valor total de R$ 3.215.093,00.
À fl. 106 determinou-se a oitiva prévia do impetrado acerca do montante depositado na data de 20/12/2012, a fim de se manifestar se tais valores referem-se ou não ao duodécimo de dezembro/2012.
A impetrante às fls. 109/110 informou que em 21/12/2012 fora depositada parte do valor devido, ou seja, R$ 1.929.055,80, restando em aberto R$ 1.286.037,20 (fl. 110).
A Procuradoria Geral do Estado se manifestou às fls. 112/113 apenas afirmando que a concessão da liminar implicaria em grave dano à ordem e a economia públicas, colocando em risco parte da folha salarial do Poder Executivo, causando periculum in mora reverso.
Examinados, decido.
A Constituição da República é expressa ao assegurar o repasse mensal pelo Executivo da dotação orçamentária aos demais Poderes. Diz o art. 168, in verbis:
"Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º."
Decerto que essa norma foi estabelecida para impor ao Executivo o cumprimento das obrigações destinadas ao funcionamento das instituições, liberando seus recursos consignados nos orçamentos próprios de cada uma.
No caso, para o exercício financeiro de 2012, competia ao Poder Executivo repassar à Defensoria Pública do Estado de Rondônia o valor referente aos meses de julho a novembro/2012 R$ R$ 1.723.768,00, em conformidade com as Leis n. 2.507/11 (fls. 19/22) e 2.676/2011 (fls. 36/38) e Decreto n. 16.489/12 (fls. 43/45).
Os documentos acostados às fls. 61/62 e 76/83, demonstram o repasse a menor, restando as diferenças dos duodécimos relativos aos meses de julho a novembro de 2012, no importe de R$ R$ 1.723.768,00 (um milhão, setecentos e vinte e três mil e setecentos e sessenta e oito reais).
E parte do duodécimo de dezembro de 2012, R$ 1.286.037,20 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, trinta e sete reais e vinte centavos).
Inúmeros são os precedentes desta Corte em que se reconhece a ilegalidade no atraso dos repasses de dotações orçamentárias a serem feitos pelo Executivo aos demais Poderes e entes da Administração.
Nesse sentido cito o seguinte julgado:
Repasse duodecimal. Assembléia Legislativa.
O repasse do duodécimo orçamentário pelo Poder Executivo aos demais Poderes é norma constitucional e deve ser feito até o dia 20 de cada mês (MS 200.000.2005.002560-0, rel. Desª Zelite Andrade Carneiro).
As decisões do Supremo Tribunal Federal refletem esse mesmo entendimento:
EMENTA: Mandado de segurança. 2. Ato omissivo de governador de Estado. 3. Atraso no repasse dos duodécimos correspondentes às dotações orçamentárias do Poder Judiciário. 4. Art. 168 da Constituição Federal. 5. Independência do Poder Judiciário. 6. Precedentes. 7. Deferimento da ordem. (MS 23267, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 03/04/2003, DJ 16-05-2003 PP-00092 EMENT VOL-02110-02 PP-00295)
Assim, a recusa e a postergação da estrita observância à norma constitucional violam direito líquido e certo, vez que a dotação orçamentária é prevista em lei, devendo, pois, ser cumprido o repasse, sob pena de violação dos princípios da independência e da harmonia entre os Poderes.
Já o perigo da mora somente se verifica no que concerne ao montante referente ao mês de dezembro/2012, pois em relação aos meses de julho a novembro/2012 não há demonstração quanto à observância da suposta lesão suscitada. No que diz respeito ao duodécimo do mês de dezembro/2012 se mostra presente o perigo ante as pendências decorrentes da ausência dos repasses.
Posto isso, concedo parcialmente a liminar para determinar ao Chefe do Executivo, Sr. Governador do Estado de Rondônia, que repasse a quantia de R$ 1.286.037,20 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, trinta e sete reais e vinte centavos), relativa à diferença do duodécimo do mês de dezembro/2012.
Notifiquem-se os impetrados acerca desta decisão para efetivo cumprimento bem como para querendo, prestarem informações, no prazo de 10 dias.
Dê-se ciência deste feito à Procuradoria-Geral do Estado, enviando-lhe cópia da inicial, nos termos do art. 7º, II, da Lei n. 12.016/09.
Após, ao Ministério Público em 2º grau para emissão de parecer.
Publique-se.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2013.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator em substituição

1ª CÂMARA CÍVEL

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
nrº 0007441-29.2012.8.22.0000
Recorrente: Ivo de Oliveira Alves
Advogado: Luís Cláudio Gerhardt Steglich (OAB/RS 59579)
Advogado: Luciano de Almeida Prestes (OAB/RS 36E508)
Recorrida: Cooperativa de Crédito Rural de Ariquemes Ltda CREDIARI
Advogado: Valdomiro Jacintho Rodrigues (OAB/RO 2368)
Advogado: William Alves Jacintho Rodrigues (OAB/RO 3272)
[...]
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
"
Porto Velho, 3 de janeiro de 2013
(a) Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1DEJUCIVEL/TJRO, em substituição

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
nrº 0008572-39.2012.8.22.0000
Recorrente: Banco do Brasil S.A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogada: Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Recorridos: Ametista Amelia dos Santos Castro e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
[...]
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
"
Porto Velho, 3 de janeiro de 2013
(a) Bel. Heleno de Carvalho
Diretor do 1DEJUCIVEL/TJRO, em substituição

2ª CÂMARA ESPECIAL

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0011836-64.2012.8.22.0000
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravada: Sueli Bernardo da Silva Damaceno
Interessado (Parte Passiva): Município de Rolim de Moura - RO
Procuradora: Procuradoria Geral do Município de Rolim de Moura - RO( )
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Inconformado, o Ministério Público do Estado de Rondônia interpõe agravo de instrumento contra a decisão do MM Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura/RO que indeferiu, liminarmente, pedido para se decretar internação involuntária da agravada Sueli Bernardo da Silva em unidade de saúde psiquiátrica da rede pública ou particular, processo n. 0004546-65.2012.8.22.0010.
Decido.
Com os originais, observo que o presente feito foi distribuído equivocadamente às Câmaras Especiais desta Corte.
A afirmação decorre da constatação que a atuação do ente municipal se circunscreve à apresentação de laudos médicos sobre o estado de saúde e sobre fornecimento de medicamentos à agravada, intervenções, que neste instrumento, se evidenciam insuficientes para considerá-lo como litisconsorte ou interessado no feito.
Logo, na espécie, até prova em contrário, deve vigorar o princípio da singularidade do processo e da jurisdição.
Assim sendo, remeta-se o presente feito à Vice-Presidência, para as providências cabíveis.
I.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator em substituição regimental

1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0000008-37.2013.8.22.0000
Paciente: Jorge Henrique da Cruz Santos
Impetrante(Advogado): Magnum Jorge Oliveira da Silva(OAB/RO 3204)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos etc.
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de Jorge Henrique da Cruz Santos, qualificado nos autos, indicando como coator o Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho.
Informa o impetrante, em síntese, que:
a) o paciente foi preso em flagrante no dia 22/11/2012, porque foi encontrado no maleiro do ônibus que dirigia 2 pacotes embrulhados com papel de presente e ao desfazê-lo foi constatado tratar-se de entorpecente tipo cocaína, oportunidade em que lhe foi dada voz de prisão;
b) ocorre que o paciente tem direito de responder o processo em liberdade porque é pessoa íntegra, de bons antecedentes, ou seja, nunca foi preso ou processado, possui família, trabalho lícito e endereço fixo onde reside com seus familiares.
Por fim, citando vários precedentes, pugna pela concessão da liminar, a fim de que seja colocado em liberdade.
Relatei. Decido.
Esta Corte firmou o entendimento de que a concessão de liminar exige a ocorrência de manifesta ilegalidade no constrangimento à liberdade.
Conforme cópia do auto de prisão em flagrante encartado, infere-se que o paciente foi preso após uma denúncia anônima de que o motorista de ônibus da Empresa Real Norte de nome Jorge Henrique havia partido da cidade de Guajará-Mirim, com destino a Porto Velho, transportando droga ilícita no interior do bagageiro do veículo, sendo monitorado até o terminal rodoviário de Porto Velho e, após o desembarque dos

passageiros, dirigiu-se à garagem da empresa, local onde foi realizada a revista no veículo, sendo encontrado no interior do maleiro que fica ao lado do motorista uma embalagem contendo 2 pacotes embrulhados com papel de presente que, ao serem abertos, constatou-se tratar-se de cocaína (2.050g), sendo-lhe dada voz de prisão (fl.28).
O paciente confessou que transportava a droga a pedido de uma pessoa que fizera contato mas não sabe o nome e que por tal serviço receberia a quantia de R$500,00 (fl.35).
O pedido de liberdade provisória foi indeferido sob o fundamento de que presentes os requisitos da prisão preventiva, principalmente para garantia da ordem pública.
Assim, num exame superficial do pedido, não vejo manifesta ilegalidade a ensejar a imediata concessão da ordem.
Posto isso, indefiro o pedido de liminar e determino que sejam solicitadas as informações da autoridade tida como coatora.
Após, dê-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho, 3 de janeiro de 2013.
DESEMBARGADORA IVANIRA FEITOSA BORGES
Relatora para liminar

2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0011545-64.2012.8.22.0000
Paciente: Jean Pereira Marconi
Impetrante(Advogado): Lairce Martins de Souza(OAB/RO 3041)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Relator:Desembargador Daniel Ribeiro Lagos.
Vistos.
O advogado Lairce Martins de Souza impetra ordem de habeas corpus, com pedido liminar, em favor do paciente Jean Pereira Marconi em razão de ter, supostamente, cometido o crime previsto no art.16, caput da Lei 10.826/03, tendo como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena.
Extrai-se dos autos que no dia 23.11.12 o paciente fora preso em flagrante delito por policiais militares, tendo-se em vista que mantinha em sua residência uma arma de fogo, tipo revólver Taurus, calibre 357 MK 861428 e 11 munições intactas.
O impetrante alega que o paciente, se eventualmente condenado, não cumprirá a pena no regime mais gravoso, motivo este suficiente para que lhe seja concedido a liberdade provisória.
Aduz não existirem os motivos ensejadores da custódia preventiva, além de possuir condições pessoais favoráveis para a concessão da liberdade provisória, tais como trabalho lícito, família constituída.
Acrescenta, ainda, que o paciente não colocará em risco o senso de segurança coletiva, tampouco oferecerá risco à garantia da ordem pública.
Relatei. Decido.
A concessão da medida liminar em sede de habeas corpus exige a presença do fumus boni iuris e periculum in mora, o que não vislumbro no caso em exame, pois, tal medida só deverá ser concedida quando explícita a ilegalidade ou abuso de poder do ato.
Com efeito, não vejo, no caso, constrangimento ilegal ao paciente que justifique sua soltura em liminar, razão pela qual a indefiro.
Requisitem -se informações à autoridade dita coatora, facultando prestá-las pelo e-mail dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento ou malote digital, por questão de celeridade e economia processual.
Após, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 2 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Relatora Plantonista

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0011840-04.2012.8.22.0000
Paciente: Diego Ortiz Vieira
Impetrante(Advogado): Gilvane Veloso Marinho(OAB/RO 2139)
Impetrante(Advogada): Maria Anabela Paz de Veloso(OAB/RO 668E)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Desembargador Daniel Ribeiro Lagos.
Vistos.
O paciente, preso em flagrante no dia 11.09.2012, pela prática, em tese, dos crimes descritos nos arts. 155, caput, c/c art. 14, inc. II e art. 147, ambos do CP, pretende, no presente habeas corpus, obter liberdade provisória por alegar constrangimento ilegal.
A liminar foi indeferida, fls. 42/43.
Requisitadas, vieram as informações do juízo dito coator às fls.
47.
Em consulta ao SAP/TJ/RO, verifica-se que o réu foi posto em liberdade em 14.12.2012, pelo Juízo de 1º grau, consoante decisão:
"(...) Tendo em vista que o réu Darci Pereira dos Santos está preso há aproximadamente 3 (três) meses, sem que tenha sido marcada audiência de instrução e julgamento, entendo que sua prisão deve ser revogada para que não ocorra excesso prazo e consequente ilegalidade da prisão.
Posto isso, revogo a prisão preventiva do réu, concedendo-lhe liberdade provisória, se por outro motivo não estiver preso, o que deverá ser certificado pelo cartório, observando as seguintes condições (...)"
Com efeito, a superveniência da liberdade do paciente faz cessar eventual constrangimento ilegal, implicando reconhecer a perda do objeto do pedido.
Posto isso, com fundamento no art. 659, do Código de Processo Penal e no art.139, V, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o habeas corpus.
Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho, 27 de dezembro de 2012.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Relatora Plantonista

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0011896-37.2012.8.22.0000
Paciente: Jossan de Souza Corrêa
Impetrante(Advogado): Erick Allan da Silva Barroso(OAB/RO 4624)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim - RO
Relator:Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Vistos.
O advogado Erick Allan da Silva Barroso impetra ordem de habeas corpus, com pedido liminar, em favor do paciente Jossan de Souza Corrêa em razão de ter, supostamente, cometido o crime previsto no art.180 do Código Penal, tendo como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guajará-Mirim.
Extrai-se dos autos que no dia 14.12.12 o paciente foi preso no município de Nova Mamoré, junto com outros acusados, pelo fato destes estarem conduzindo motocicletas roubadas, sendo que o paciente receberia estes veículos e os atravessariam para a Bolívia.
O impetrante alega que o paciente não possui os requisitos dispostos no art.312 do Código Processual Penal que comportem a decretação da prisão preventiva.
Argumenta que na decisão da autoridade coatora, o mesmo simplesmente ignorou os bons antecedentes do paciente, bem como suas garantias de ordem individual, que notadamente, sobrepõem-se às de ordem penal.
Acrescenta, ainda, que o paciente possui residência fixa e profissão definida, bem como possui vínculos empregatícios e familiar.
Relatei. Decido.
A concessão da medida liminar em sede de habeas corpus exige a presença do fumus boni iuris e periculum in mora, o que não vislumbro no caso em exame, pois, tal medida só deverá ser concedida quando explícita a ilegalidade ou abuso de poder do ato.
Com efeito, não vejo, no caso, constrangimento ilegal ao paciente que justifique sua soltura em liminar, razão pela qual a indefiro.
Requisitem -se informações à autoridade dita coatora, facultando prestá-las pelo e-mail dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento ou malote digital, por questão de celeridade e economia processual.
Após, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Relatora Plantonista.

2ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0009768-98.2009.8.22.0501
Apelante: Francisca das Chagas Souza da Silva
Advogado: Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
Apelante: Maria do Rosario Olimpio de Lima
Advogado: Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
Apelante: Francisca Angela de Souza da Silva
Advogado: Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista as apelantes para apresentarem as razões ao recurso interposto".
Porto Velho, 3 de janeiro de 2013
(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2ºDEJUCRI

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0011777-76.2012.8.22.0000
Paciente: Delcinei Roberto Santos de Campos
Impetrante(Advogado): Sebastiao Minari Filho(OAB/RO 292B)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Vistos.
O advogado Sebastião Minari Filho impetra o presente habeas corpus, com pedido liminar, em favor do paciente Delcinei Roberto Santos de Campos, preso em flagrante no dia 29.10.12, acusado da prática do crime de tráfico de droga descrito nos arts. 33, caput da Lei 11.343/06, tendo como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho.
Alega que o paciente não fora preso em estado de flagrância, pois, não trazia consigo as substâncias entorpecentes conforme descritas na denúncia.
Questiona sobre a ilegalidade da denúncia ao contradizer os termos da ocorrência policial n.8598-2012, que noticia ter sido o paciente encontrado embaixo de uma cama, o que se conclui que o mesmo não estava na posse de entorpecentes.
Pede a concessão de liminar no intuito de afastar tal ilegalidade para que o paciente responda o processo em liberdade.
Relatei. Decido.
Sabe-se que a concessão de liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação inequívoca de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, o que não se verifica no caso, a priori, motivo pelo qual a indefiro.
Deste modo, não vislumbro presentes, de forma satisfatória, informações robustas e suficientes à concessão da ordem in limine.
Requisitem-se informações à autoridade dita coatora, facultando prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, ou malote digital, por questão de celeridade e economia processual.
Dê-se vista à Procuradoria de Justiça para manifestação.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Relatora Plantonista

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0011883-38.2012.8.22.0000
Paciente: Nerci Reculiano
Impetrante(Advogado): Sabino José Cardoso(OAB/RO 1905)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal - RO
Relator:Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Vistos.
O advogado Sabino José Cardoso Ferres impetrou ordem de habeas corpus, com pedido de liminar, em favor do paciente Nerci Reculiano, preso por ter praticado, em tese, o crime

descrito no art.213,§ 1º, c/c art.226, II, todos do Código Penal, e art.12, caput, da Lei n.10.826/03, tendo como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Cacoal.
Consta dos autos que o paciente foi preso por posse ilegal de arma de fogo através dos autos 0010025.48.2012.8.22.0007, sendo-lhe deferido habeas corpus, ocasião em que sobreveio decretação de nova custódia cautelar contra o mesmo, por conta de Inquérito instaurado pela Delegacia da Mulher, que noticiava a suposta violência doméstica e abuso sexual que praticava contra a esposa e uma das filhas.
Acrescenta, ainda, que o paciente é primário, agricultor, possui residência fixa, não havendo motivos para manter-se segregado há mais de setenta e cinco dias, mesmo porque não existem provas acerca das acusações feita pela filha e pela esposa.
A autoridade coatora negou o pedido de revogação da prisão (fls.35/36 do anexo), alegando a necessidade do paciente estar preso para que as vítimas estejam livres da presença intimidativa do mesmo.
Relatei. Decido.
Em análise às alegações e documentos apresentados nos autos, observo que estes não trazem o convencimento necessário para o deferimento do pedido nesta fase, pois, a liminar é medida excepcional que só deve ser concedida quando presentes o fumus boni iuris e periculum in mora, o que não vislumbro no caso em exame.
Assim, por ser uma fase prematura, que pressupõe o requisito do importante convencimento, o melhor caminho a seguir é aguardar pelas informações a serem prestadas pela autoridade apontada como coatora.
Por este motivo, indefiro o pedido de liminar requisitando-se informações à autoridade dita coatora, facultando prestá-las pelo e-mail mailto:dejucri2@tjro.jus.brdejudri2@tjro.jus.br ou malote digital, por questão de celeridade e economia processual.
Dê-se vista à Procuradoria de Justiça para manifestação.
Publique-se.
Porto Velho, 28 de dezembro de 2012.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Relatora Plantonista

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0011922-35.2012.8.22.0000
Paciente: Elias Souza da Silva
Impetrante(Advogada): Silvana Fernandes Magalhães Pereira(OAB/RO 3024)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pela Advogada Silvana Fernandes M. Pereira (OAB/RO 3024) em favor de Elias Souza da Silva, preso em flagrante no dia 16.12.2012, pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de tóxicos de Porto Velho-RO.
Inicialmente esclarece que o Magistrado converteu a prisão em flagrante em preventiva. Todavia, aduz se tratar de paciente que possui bons antecedentes, residência fixa, trabalho lícito, além de ser tecnicamente primário, estando ausentes, portanto, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, o que possibilita a sua soltura.
Ao final, requer a concessão de liminar para que o paciente aguarde em liberdade “o desenrolar de seu processo, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo”.
Juntou as peças de fls. 10/29.
Examinados, decido.
Conforme relatado, a Impetrante sustenta que o paciente é primário, tem endereço certo, possui bons antecedentes e profissão definida, preenchendo, portanto, todos os requisitos legais para responder o processo em liberdade.
Todavia, analisando os autos, apesar de a cópia da Certidão Circunstanciada de fl. 11 atestar que o paciente é primário, verifica-se estarem ausentes os demais documentos comprovadores do preenchimento dos demais requisitos, como trabalho lícito e residência fixa, aliás, quanto a este último, o comprovante de endereço com o qual a Impetrante tenciona comprová-lo apresenta outro nome, não se prestando para comprovar este requisito. Registre-se, ainda, que a impetrante afirma que o paciente reside com seus pais e o comprovante de endereço está em nome de pessoa diversa da sua mãe, Cleris Souza da Silva (fl. 12).
Portanto, no caso sub examine, os elementos trazidos aos autos não são suficientes, pelo menos por ora, para ilidir os requisitos autorizadores da prisão preventiva e possibilitar a soltura do paciente, e, tratando-se a concessão de liminar de medida extrema, e não demonstrado, de plano, a excepcionalidade, INDEFIRO o pedido.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 (quarenta e oito) horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 437 do RITJRO.
Após, vindo as informações do MM. juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 03 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Em substituição à Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0011925-87.2012.8.22.0000
Paciente: Antonio Donizetti da Silva
Impetrante(Advogado): Ronny Ton Zanotelli(OAB/RO 1393)
Paciente: Renildo Borges
Impetrante(Advogado): Ronny Ton Zanotelli(OAB/RO 1393)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santa Luzia do Oeste - RO
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo Advogado Gilson Vieira Lima (OAB/RO 1393) em favor de Renildo Borges e Antônio Donizetti da Silva, presos em flagrante no dia 20.08.2012, pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Santa Luzia do Oeste/RO.
Em resumo, aduz que os pacientes foram presos em flagrante em 20 de agosto de 2012 pela prática do crime de capitulado no artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006 e já se passaram mais de 120 (cento e vinte) dias sem que ao menos fosse designada

data para audiência judicial, o que, a seu ver, caracteriza constrangimento ilegal, ante o excesso de prazo.
Anota, ainda, que este Colendo Tribunal tem entendimento de que, em casos como o presente, o prazo razoável para a formação da culpa é de 100 (cem) dias, colacionando, nesse sentido, acórdãos de relatoria dos Eminentes Desembargadores Francisco Prestello de Vasconcelos e Walter Waltenberg Silva Júnior.
Por fim, lembra que o princípio da duração razoável do processo possui status constitucional e que no caso está em favor dos pacientes.
Juntou as peças de fls. 02/180.
Examinados, decido.
Impende assinalar que atualmente os pacientes encontram-se segregados por ordem de prisão preventiva, não havendo que se perquirir sobre a legalidade do flagrante ou da sua conversão em prisão cautelar, visto que esta questão já foi objeto de análise por ocasião do julgamento do HC nº 0009254-91.2012.8.22.0000, conforme cópia de acórdão colacionado às fls. 09/11-v.
Assim, a questão trazida na presente impetração refere-se ao suposto constrangimento ilegal que estariam sofrendo os pacientes em decorrência do excesso de prazo para o término da instrução processual, visto que o impetrante afirma que os pacientes estão presos há mais de 120 (cento e vinte) dias sem o devido julgamento, ressaltando, aliás, que nem mesmo a data da solenidade judicial foi designada.
Oportunas são as lições de Guilherme de Souza Nucci (Código de Processo Penal Comentado, 9ª ed. Ed. RT, p. 1049), que, ao citar Aury Lopes Junior, destaca que:
A natureza do delito e pena a ela cominada, enquanto critérios de razoabilidade de duração do processo, representam, em essência, o critério da proporcionalidade. Processos que tenham por objeto delitos mais graves e, consequentemente, apenados mais severamente, poderão durar mais tempo do que outros feitos por delitos de pequena gravidade.
Nessa linha de cognição, os Tribunais Superiores vêm decidindo que o processo não fica adstrito num tempo fixo, estabelecendo-se período razoável avaliado em cada caso concreto (STJ HC 168489 / MA, Rel. Min. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), T5, j. 18.11.2010).
Assim, havendo justificativa plausível para a manutenção da prisão preventiva do acusado além do tempo regular para o término da instrução processual e consequente prolação da sentença, não se verifica constrangimento ilegal, principalmente pelo fato de que a legislação não tem condições naturais de prever as peculiaridades de cada caso específico. Por isso, o magistrado deve fazer a análise das referidas circunstâncias, para que, com critérios de razoabilidade, pondere se justificável ou não o alongamento prazal.
Tendo em vista que o paciente se encontra preso desde 20.08.2012, ou seja, pouco mais de 120 dias, e levando em consideração que os prazos da Lei 11.343/06 são bem mais elásticos que do processo comum, ante a natureza do crime e a dificuldade de elucidação dos fatos, não há como constatar o constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo, em especial porque ainda se encontra dentro dos parâmetros previstos na legislação.
Nada obstante a referida flexibilização dos prazos, em uma análise bem singela dos prazos da Lei 11.343/06, para aos casos de réu preso, temos: 30 dias para a conclusão do inquérito policial (art. 51); 10 dias para o oferecimento da denúncia (art. 54); 10 dias para a defesa prévia (art. 55); 5 dias para a decisão sobre a defesa prévia (art. 55, §4º); 30 dias para a audiência de instrução e julgamento (art. 56, §2º) e 10 dias para a sentença (art. 58). Isso totaliza 95 dias. Ressaltando que aqui estão computados apenas prazos processuais, subtraindo-se os prazos procedimentais. Destaco, ainda, a subtração das variáveis contidas na própria lei, o que podem conduzir à um aumento ainda maior para a conclusão da instrução criminal e sentença, tais como: nomeação de defensor público para defesa prévia em caso de inércia da advogado (art.55, §3º); apresentação do preso em 10 dias (art. 55, §5º) e realização da audiência em 90 dias em caso de realização de exame de dependência química (art. 56, §2ª, segunda parte).
Além disso, bom que se diga, que prazo de 30 dias para conclusão do inquérito policial ainda, mesmo para réu preso, pode ser duplicado (art. 51, parágrafo único), bem como o prazo para a sentença (art. 800, I e §3º, do CPP). Ou seja, na contagem acima seriam adicionados mais 40 dias, totalizando 135 dias. Computados os prazos procedimentais, podemos chegar, ainda, há mais de 200 dias, algo que varia entre 208 e 220 dias. Isso, registre-se, para um processo de regular instrução. Assim, no instante em que o processo assume contornos complexos, como é o caso, é razoável que se tolere um elatério maior.
Portanto, examinando os autos verifico que não estão presentes os requisitos para a concessão da liminar pleiteada, razão pela qual INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 (quarenta e oito) horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 437 do RITJRO.
Após, vindo as informações do MM. juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 03 de janeiro de 2013.
Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Relatora de Plantão

PUBLICAÇÃO DE ATAS

TRIBUNAL PLENO

TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
ATA Nº 880

ATA DA 880ª (OCTINGENTÉSIMA OCTOGÉSIMA) SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA REALIZADA, EXTRAORDINARIAMENTE, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR ROOSEVELT QUEIROZ COSTA.

Presentes também os Excelentíssimos Desembargadores Valter de Oliveira, Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, Ivanira Feitosa Borges, Sansão Saldanha, Moreira Chagas, Walter Waltenberg Silva Junior, Marcos Alaor Diniz Grangeia, Miguel

Monico Neto, Raduan Miguel Filho, Marialva Henriques Daldegan Bueno, Alexandre Miguel, Gilberto Barbosa Batista dos Santos, Oudivanil de Marins e Isaías Fonseca Moraes.

Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Desembargadores Eurico Montenegro Júnior, Renato Martins Mimessi, Zelite Andrade Carneiro, Rowilson Teixeira, Kiyochi Mori e Daniel Ribeiro Lagos.

Secretário, Bel. Jucélio Scheffmacher de Souza.

Havendo quorum legal, às 12h15, a sessão do Tribunal Pleno Judiciário foi transformada em sessão do Tribunal Pleno Administrativo, para os fins a que se destina, ocasião em que o Presidente submeteu inicialmente à apreciação da Corte o seguinte processo:

PROCESSO JULGADO

01 - Processo Administrativo n. 0011748-26.2012.8.22.0000
Origem: Departamento do Conselho da Magistratura (ns. Anteriores 0005533-34.2012.8.22.000, 0029175-98.2012.8.22.1111/SAJADM e 0009544-09.2012.8.22.0000)
Objeto: Promoção para vaga de Juiz da 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis da Comarca de Porto Velho - 3ª Entrância – Edital n. 10/2012
Critério: antiguidade
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Decisão: "CONFORME INDICAÇÃO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA E EM NÃO HAVENDO RESTRIÇÕES, O TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO PROMOVEU, POR UNANIMIDADE, A JUÍZA DE DIREITO FABÍOLA CRISTINA INOCÊNCIO, PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE, PARA PREENCHIMENTO DA VAGA DE JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E PRECATÓRIAS CÍVEIS DA COMARCA DE PORTO VELHO – 3ª ENTRÂNCIA".

ASSUNTOS

Na sequência, considerando a perda da delegação pela titular, cuja decisão foi mantida pelo Tribunal Pleno Administrativo na sessão realizada no último dia 10 de dezembro (Apelação n. 0003635-83.2012.8.22.0000), bem assim o teor do Processo Administrativo n. 0062901-63.2012.8.22.1111, da Corregedoria-Geral da Justiça, o Presidente indicou o nome da Senhora Arlete Monteiro da Silva Rodrigues para responder interinamente pelo Ofício de Registro Civis das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do município de São Felipe D'Oeste, comarca de Pimenta Bueno, até posterior deliberação ou delegação decorrente de concurso público para preenchimento da vaga. Em votação, o Pleno acolheu a indicação, por unanimidade.

Em continuidade, franqueada a palavra, o Desembargador Moreira Chagas, Presidente da Comissão do XIX Concurso Público para ingresso no cargo inicial de juiz substituto da carreira da Magistratura do Estado de Rondônia, comunicou à Corte que recebeu da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON, no início da última semana, por intermédio do Desembargador Eurico Montenegro Júnior, o relatório com o resultado final do Curso de Formação para ingresso na Magistratura, que concluiu pela não eliminação e consequente aprovação de todos os candidatos que dele participaram. Em face disso, a Comissão se reuniu e, após analisar o material recebido, deliberou pela aprovação do relatório e pela publicação das médias finais de todos os candidatos, o que efetivamente ocorreu no Diário da Justiça n° 232 desta data. Logo, considerando que a próxima fase, nos termos do que dispõe o art. 19 da Resolução 016/2010-PR, é a apresentação pelo Presidente da Corte ao Tribunal Pleno, para homologação do resultado final do concurso e, como existe a previsão legal de apresentação de recurso pelos candidatos em face desta publicação da Comissão do Concurso, terá que se aguardar o decurso de prazo ou o julgamento de eventuais recursos, para então se passar à próxima fase do certame, o que ficará para o ano de 2013, em virtude do início do recesso forense no próximo dia 20 de dezembro.

Ato contínuo, o Presidente comunicou à Corte que, em virtude da necessidade de deliberação de algumas matérias administrativas que requerem urgência, como o Plano de Obras, dentre outros, cujos trabalhos estão em fase final de elaboração pelas equipes técnicas, irá convocar Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno Administrativo para a próxima quarta-feira, dia 19/12/2012, às 11 horas; entretanto, para isso, será providenciada, para análise prévia, a remessa de todo o material necessário aos eminentes Desembargadores.

Nada mais havendo, às 12h30, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão.

Porto Velho, 17 de dezembro de 2012.

Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Presidente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

1ª CÂMARA CÍVEL

Data: 03/01/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Cível

Data de interposição :10/07/2012
Data do julgamento : 11/12/2012
0010577-04.2007.8.22.0002 Apelação
Embargante: Clínicas Monte Sinai Ltda
Advogado: Erlete Siqueira Araujo(OAB/RO3778) e outro(a/s)
Embargado: Amilton Gonçalves Barbosa e outro(a/s)
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia e outro(a/s)
Relator: Desembargador Sansão Saldanha
Decisão :"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR PARA O ACÓRDÃO, À UNANIMIDADE.".
Ementa : Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Prequestionamento. Impossibilidade.
Incabível a oposição dos embargos declaratórios, ainda que com fins prequestionatórios, desprovida a decisão embargada de quaisquer dos vícios apontados pelo artigo 535 do Código de Processo Civil.

(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

2ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 03/01/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :10/05/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0001658-47.2012.8.22.0003 Apelação
Origem: 00016584720128220003 Jaru/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Marcos Silva Cunha
Advogada: Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3.164)
Advogado: Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3.044)
Apelante: Fernando Ferreira
Advogada: Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3.164)
Advogado: Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3.044)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo. Negativa de autoria. Não reconhecimento dos assaltantes. Ausência de prova testemunhal. Interceptação telefônica de conteúdo precário. Única prova. Conflito do resumo das interceptações com o depoimento da vítima. Absolvição.
1. Absolve-se os réus quando o único elemento de prova de autoria existente nos autos consiste em precário resumo das poucas interceptações telefônicas sem degravação, bem como quando ausente a mídia original e, ainda, conflitiva com as declarações da vítima.
2. Recurso provido.

Data de distribuição :20/08/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0001913-31.2010.8.22.0017 Apelação
Origem: 00019133120108220017 Alta Floresta do Oeste/RO (1ª Vara Cível (Infância e Juventude))
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: M. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, AFASTAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação. Ato infracional análogo ao crime de atentado violento ao pudor. Nulidade da sentença por ausência de fundamentação. Inocorrência. Conversão do julgamento em diligência. Desnecessidade. Substituição da medida socioeducativa. Inviabilidade. Liberdade assistida mantida. Proporcionalidade e adequação. Recurso não provido.
1. É válida a decisão que consigna, ainda que sinteticamente, os motivos pelos quais aplicou a medida socioeducativa mais branda, suprindo o dever geral de fundamentação inserto no artigo 93, IX, da CF.
2. A conversão do julgamento da apelação em diligência só deve ser manejada quando for demonstrada sua imperiosidade, tudo de maneira supletiva, pois deve-se ater aos princípios da economia e celeridade processuais.
3. A medida socioeducativa de liberdade assistida pode ser aplicada aos atos infracionais que formalmente legitimariam a aplicação da internação, considerando as peculiaridades do caso em concreto e em sintonia com os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e adequação, sem se olvidar do disposto no artigo 122, §3º, do ECA.
4. Recurso não provido.

Data de distribuição :05/10/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0002300-18.2011.8.22.0015 Apelação
Origem: 00023001820118220015 Guajará-Mirim/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Benigno Chao Cartagena
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO à APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Ameaça. Lei Maria da Penha. Provas suficientes. Intimidação comprovada. Condenação mantida. Recurso não provido.
1. Mantém-se a condenação quando as provas são suficientes para indicar, com a certeza necessária, que o agente ameaçou a vítima de causar-lhe mal injusto e grave, intimidando-a, mormente na hipótese em que sua palavra é coerente e condizente com os demais elementos probatórios.
2. Recurso não provido.

Data de distribuição :09/02/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0002721-32.2011.8.22.0007 Apelação
Origem: 00027213220118220007 Cacoal/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Person Pacheco
Advogada: Flávia Repiso Mesquita (OAB/RO 4.099)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação Criminal. Receptação qualificada em continuidade delitiva. Conjunto probatório harmônico. Ação delitiva dolosa comprovada. Absolvição. Impossibilidade. Recurso não provido.
I. A apreensão da coisa furtada em poder o réu caracteriza o delito de receptação, cabendo ao réu demonstrar o desconhecimento de sua origem ilícita.
II. A expressão "dever saber" empregada no crime de receptação qualificada demonstra não ser necessário que o agente tenha plena certeza da origem criminosa do bem, de modo que existindo um juízo de dúvida quando a origem da res, e mesmo assim o agente adquire a coisa com a finalidade de comercializá-la, caracterizado estará o referido delito.
III. Em se tratando de crime de receptação qualificada, o elemento subjetivo do tipo pode ser evidenciado pelas circunstâncias do crime, pois admite-se o dolo eventual.
IV. Em crimes de receptação a prova testemunhal possui relevante valor probante, sobretudo quando em sintonia com o restante do conjunto probatório.

V. Estando suficientemente comprovado que o recorrente adquiriu, em proveito próprio ou alheio, produtos que sabia serem de origem criminosa, mantém-se a condenação.
VI. Recurso não provido.

Data de distribuição :27/02/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0002825-15.2011.8.22.0010 Apelação
Origem: 00028251520118220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Leandro Cândido da Silva
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor:jUIZ Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação Criminal. Tráfico de entorpecentes. Desclassificação. Impossibilidade. Comércio ilícito comprovado. Condenação mantida. Recurso não provido.
1 É incabível a desclassificação do crime de tráfico ilícito de entorpecentes para o de posse para o consumo próprio quando a conduta não está narrada na denúncia por importar em mutatio libelli, vedada no 2º Grau.
2.A destinação da droga pode ser constatada pelas circunstâncias que ocorreu a prisão aliadas à quantidade e qualidade do entorpecente apreendido, o modo em que estava acondicionada, além de outros elementos dos autos, ratificada pela prova testemunhal produzida.
3.Recurso não provido.

Data de distribuição :31/01/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0008019-75.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00080197520118220501 Porto Velho/Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher)
Apelante: Gilmar dos Passos Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Violação de domicílio. Prova suficiente. Palavra da vítima. Coerência e harmonia com o conjunto probatório. Condenação mantida. Recurso não provido.
1. A palavra da vítima tem especial valor probante para estear o édito condenatório nos crimes que são praticados na clandestinidade, mormente quando coerente e harmônica com os demais elementos probatórios.
2. Recurso não provido.

Data de distribuição :02/02/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0010132-02.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00101320220118220501 Porto Velho/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Rafael Alves de Souza
Def. público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação Criminal. Roubo majorado pelo concurso de pessoas e uso de arma de fogo. Prova suficiente. Palavra da vítima. Coerência. Condenação mantida. Causa de aumento de pena pelo emprego de arma de fogo. Apreensão. Prescindível. Recurso não provido.
A palavra da vítima tem relevante valor probante e é suficiente para estear o édito condenatório nos crimes que são praticados na clandestinidade, mormente quando coerente e harmônica com os demais elementos probatórios.
É prescindível a apreensão e consequente perícia da arma de fogo para legitimar a causa de aumento de pena do artigo 157, §2º, I, do Código Penal quando restar evidenciada sua utilização por outras provas nos autos.
Recurso não provido.

Data de distribuição :29/02/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
001525-59.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00115255920118220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Alcides Ferreira Silva
Advogados: Dimas Queiroz de Oliveira Júnior (OAB/RO 2.622)
Apelante: Cleiton da Silva
Advogadas: Vera Maria da C. Souza (OAB/RO 573) e Samára Nascimento Soares Silva (OAB/RO 590-E)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelações Criminais. Tráfico de entorpecentes. Absolvição. Inviabilidade. Provas suficientes. Destinação da droga comprovada. Aplicação da pena. Proporcionalidade. Reincidência. Alegação de inconstitucionalidade. Inexistência. Princípio da individualização da pena. Recursos não providos.
1. Extraindo dos autos elementos suficientes que comprovem que a droga destinava-se ao tráfico ilícito de entorpecentes, em consonância com sua natureza, quantidade, local e condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do agente, não há como acolher o pleito absolutório.
2. Sendo a pena proporcionalmente aplicada, respeitando o critério trifásico inserto no artigo 68 do Código Penal, não há como reduzi-la.
3. A agravante da reincidência é constitucional, legitimando o aumento da pena na segunda fase da sua aplicação, considerando, principalmente, que é um consectário do princípio da individualização prevista na própria Constituição Federal (art. 5º, XLVI).
4. Recursos não providos.

Data de distribuição :29/02/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0012912-12.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00129121220118220501 Porto Velho - Fórum Criminal/ RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Francisco das Chagas Rodrigues dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Francisco Gerônimo Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo majorado pelo concurso de pessoas e uso de arma de fogo. Prova suficiente. Palavra das vítimas. Coerência. Condenações mantidas. Causa de aumento de pena pelo emprego de arma de fogo. Apreensão. Prescindível. Recurso não provido.
1. A palavra da vítima tem relevante valor probante e é válida para embasar o decreto condenatório nos crimes praticados na clandestinidade, mormente quando coerente e harmônica com os demais elementos probatórios.
2. É prescindível a apreensão e consequente perícia da arma de fogo para legitimar a causa de aumento de pena do artigo 157, § 2º, I, do Código Penal podendo ser comprovada a existência e efetivo uso no roubo por outros elementos de provas dos autos.
3. Recurso não provido.

Data de distribuição :17/02/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0013712-40.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00137124020118220501 Porto Velho - Fórum Criminal/ RO (3ª Vara Criminal)
Apelante: Luciano Melgar Gomes Simão e Ou Luciano Gomes Simão
Advogados: José Reinaldo de Oliveira (OAB/SP 125.685), Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3.199), Kellen Barbosa da Costa (OAB/RO 4.599)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo agravado pelo resultado morte (latrocínio). Desclassificação para Homicídio. Impossibilidade. Escopo patrimonial comprovado. Assistência judiciária gratuita. Indeferimento. Recurso não provido.
I – Restando demonstrado que a morte da vítima teve escopo patrimonial, não há falar-se em desclassificação para homicídio, sobretudo quando o agente é flagrado de posse da res furtiva.
II - Ficando demonstrado nos autos que o réu possui razoável condição financeira, é incabível o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, mormente quando patrocinado por advogado particular.
III - Recurso não provido.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 03/01/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :23/04/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0001873-30.2011.8.22.0012 Apelação
Origem: 00018733020118220012 Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Fábio Cézar dos Santos Pagani
Advogados: Lídio Luis Chaves Barbosa (OAB/RO 513-A) e Márcio Augusto Chaves Barbosa (OAB/RO 3.659)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Delito de resistência. Palavra de policiais. Outros elementos de provas. Harmonia.
Não obstante as alegações da defesa, da falta de provas para embasar édito condenatório, restando demonstrada a conduta do agente, descrita como delito de resistência, por depoimentos harmônicos de policiais militares e, por serem estes desprovidos de qualquer interesse ou paixão podem servir de suporte à condenação.
Desacato. Emitir palavras de baixo calão contra policiais no exercício de sua função. Caracterização.
Caracteriza o crime de desacato, a conduta do agente que profere expressões de baixo calão contra policiais que estão no exercício de sua função.

Data de distribuição :17/01/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0009163-07.2008.8.22.0011 Apelação
Origem: 00091630720088220011 Alvorada do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Evandro Moura
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora originária: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relator p/ o acórdão: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisor: Juiz Francisco Borges Ferreira Neto
Decisão :"POR MAIORIA, DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO. VENCIDA A RELATORA. ".
Ementa : Apelação criminal. Estelionato. Post factum impunível. Absolvição. Procedência.
A troca por dinheiro de cheque já preenchido, objeto de crime anterior (estelionato), sem a utilização de ardil ou meio enganoso, constitui mero exaurimento do crime e, portanto, post factum impunível.

Data de distribuição :26/10/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0009975-43.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00098119120118220007 Cacoal/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Alexandre Borges Baccarini
Impetrantes(Advs): Nayara Símeas Pereira Rodrigues Martins (OAB/RO 1.692) e Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2.549)

Advogados: José Viana Alves (OAB/RO 2.555) e Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3.893)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR .
".
Ementa : Habeas corpus. Oitiva das testemunhas de acusação por precatória. Inversão na ordem de inquirição. Inteligência do art. 396, do CPP. Ordem concedida.
1. Em atenção ao princípio do devido processo legal e ao contraditório, garantidos pelo art. 396, do CPP, devem ser ouvidas primeiramente as testemunhas arroladas pela acusação, para após serem inquiridas as da defesa.
2. Ordem concedida.

Data de distribuição :21/11/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0010768-79.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00156971020128220501 Porto Velho/RO (2ª Vara Criminal)
Paciente: Lendel Viana Almeida
Impetrante(Adv): Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3.883)
Advogado: Augusto Cézar Damasceno Costa (OAB/RO 4.921)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.
".
Ementa : Habeas corpus. Prisão Preventiva. Roubo Qualificado. Indícios de autoria e materialidade. Presença. Garantia da ordem pública. Condições favoráveis ao paciente. Irrelevância. Ordem denegada.
1. Havendo indícios de autoria e materialidade, a presença de condições favoráveis ao réu, por si só, não autorizam a revogação da prisão cautelar, principalmente, quando esta for decretada visando garantir a ordem pública.
2. Ordem denegada.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 03/01/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :04/06/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0000083-74.2012.8.22.0012 Apelação
Origem: 00000837420128220012 Colorado do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Tiago Luiz de Araújo
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Furto qualificado. Concurso entre agravante de reincidência e atenuante de menoridade e confissão. Preponderância da menoridade.
A circunstância atenuante da menoridade relativa é preponderante em relação à agravante da reincidência, a qual por sua vez tem natureza preponderante sobre a atenuante da confissão.
A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

Data de distribuição :26/08/2011
Data de redistribuição :02/01/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0002199-91.2010.8.22.0022 Apelação
Origem: 00021999120108220022 São Miguel do Guaporé/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelados: Márcio José da Cruz e Camila Souza Santos
Advogado: Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1.928)
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico de drogas. Falta de provas Absolvição.
Mantém-se a sentença de primeira grau que absolveu o acusado de crime de tráfico de drogas, quando insuficiente o conjunto probatório dos autos.

Data de distribuição :31/05/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0005031-84.2011.8.22.0015 Apelação
Origem: 00050318420118220015 Guajará-Mirim/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Elaine Viana dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROCIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico de drogas. Ausência de colaboração. Delação premiada. Inocorrência.
Não é possível o reconhecimento do benefício da delação premiada, quando não há efetiva colaboração da ré com a investigação dos fatos ou com o fornecimento de informação idônea para a identificação dos demais coautores.

Data de distribuição :13/09/2011
Data de redistribuição :02/01/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0014625-56.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00146255620108220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Fernanda Silva de Almeida
Advogado: Francisco Ferreira da Silva (OAB/RO 4.543)
Advogado: Gilvane Veloso Marinho (OAB/RO 2.139)
Advogada: Débora Rosa Camargo Picanço (OAB/RO 4.694)
Advogada: Ângela dos Santos Picanço de Miranda (OAB/RO 613-E)

Advogado: Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5.176)
Advogado: Alex Souza Cunha (OAB/RO 2.656)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. ".
Ementa : Apelação Criminal. Tráfico de droga. Depoimento dos policiais. Absolvição. Improcedência. Causa de diminuição. Aumento do percentual. Possibilidade. Substituição da pena. Regime menos severo. Pena inferior a quatro anos. Circunstâncias favoráveis. Procedência.
Os depoimentos de policiais têm o mesmo valor dos testemunhos em geral, uma vez isentos de suspeição e harmônicos com os demais elementos de prova dos autos, de modo que são hábeis a embasar um decreto condenatório.
A quantidade e a qualidade de substância tóxica refletem diretamente no fator de redução de pena previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, de forma que quanto menor for a quantidade de droga envolvida no ilícito, maior será o percentual redutor.
Aplicada a pena definitiva para o tráfico de drogas inferior a quatro anos e comprovados os demais requisitos legais, é possível o seu cumprimento em regime aberto, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito.

Data de distribuição :15/02/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0102330-29.2009.8.22.0501 Apelação
Origem: 01023302920098220501 Porto Velho/RO (Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher)
Apelante: Márcio Macedo Coelho
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. ".
Ementa : Apelação criminal. Contravenção penal. Vias de fato. Depoimento da vítima e testemunhas. Absolvição. improcedência.
A palavra da vítima corroborada pela prova testemunhal dos autos é prova suficiente para sustentar a condenação pela contravenção penal de vias de fato.

Data de distribuição :16/11/2011
Data de redistribuição :02/01/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0003612-26.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00036122620118220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Edmilson Simão da Rocha
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4.940)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Tráfico de entorpecentes. Conjunto de meios probatórios. Declarações colhidas no inquérito confirmadas em juízo. Depoimentos de policiais. Harmonia. Condenação.
Tratando-se de crime de tráfico de entorpecentes, a palavra dos policiais que procederam a campana e abordagem, quando em harmonia com os demais meios de provas tem força probante para sustentar uma condenação.

Data de distribuição :20/09/2011
Data de redistribuição :02/01/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0003957-53.2010.8.22.0007 Apelação
Origem: 00039575320108220007 Cacoal/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Cristiane Rodrigues de Lima
Advogado: Dirceu Henker (OAB/RO 3.693)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. ".
Ementa : Apelação Criminal. Tráfico de droga. Negativa de autoria. Ausência de provas. Absolvição.
Na ausência de provas da autoria, impõe-se a absolvição do acusado da imputação pelo crime de tráfico de drogas.

Data de distribuição :08/12/2011
Data de redistribuição :02/01/2012
Data do julgamento : 19/12/2012
0004795-32.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00047953220118220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Giovani de Azevedo Cavalcanti
Advogados: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4.553), João de Castro Inácio (OAB/RO 433-A) e Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3.646)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico de droga. Negativa de autoria. Depoimento dos policiais. Ausência de provas do mercadejo. Absolvição. Desclassificação.
Na ausência de provas acerca do comércio ilícito, impõe-se a a desclassificação do crime de tráfico de drogas para o delito de uso de drogas, quando comprovado o uso de substância entorpecente.
Apreensão de bem. Comprovação da propriedade. Absolvição. Restituição.
Quando o bem apreendido não está mais sendo objeto de apuração de prática de crime e ainda quando comprovada a propriedade, o bem deve ser restituído ao seu proprietário.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Data: 03/01/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Câmaras Criminais Reunidas

Data de distribuição :30/07/2012
Data do julgamento : 14/12/2012
0007173-72.2012.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 00011752420118220012 Tribunal de Justiça de Rondônia
Embargante: Alvandi Tavares Gomes Filho
Advogada: Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1.244)
Advogado: Lídio Luís Chaves Barbosa (OAB/RO 513-A)
Advogado: Márcio Augusto Chaves Barbosa (OAB/RO 3.659)
Advogada: Cristiane da Silva Lima Reis (OAB/RO 1.569)
Advogado: Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 1.244)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Decisão :"POR MAIORIA, DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, VENCIDOS O JUIZ FRANCISCO BORGES E A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO.".
Ementa : Embargos infringentes. Atentado violento ao pudor. Violência presumida. Reconhecimento da tentativa. Possibilidade.
Se o ato libidinoso não exaure a expectativa do agente, mas constitui preâmbulo da cópula, a indicar a clara pretensão de forçar a vítima a praticar o ato sexual, não levado a termo pela intervenção de terceiro, configura-se o crime de estupro na forma tentada.

(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do DEJUCRI

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 28/12/2012
Vice-Presidente : Des. Raduan Miguel Filho
Representante da OAB : Marcos Antônio Araújo do Santos (OAB/RO 846)

PRESIDÊNCIA
0011940-56.2012.8.22.0000 Precatório
Origem: 00116613520108220002
Ariquemes/4ª Vara Cível
Relator: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Requerente: F. da S. O. Assistida por sua mãe M. A. da S. C.
Advogada: Isabel Moreira dos Santos (OAB/RO 4171)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Distribuição por Sorteio

TRIBUNAL PLENO
0011950-03.2012.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Impetrante: Volmir Pedroti
Advogado: José Renato Pereira de Deus (OAB/SP 163450)
Advogado: Luiz Antônio Previatti (OAB/RO 213B)
Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CÍVEL
0009977-13.2012.8.22.0000 Cautelar Inominada
Origem: 00071095920128220001
Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Requerente: Amaznature Comércio Indústria de Madeiras do Brasil Ltda
Advogado: João Closs Júnior (OAB/RO 327A)
Advogado: Manoel Ribeiro de Matos Júnior (OAB/RO 2692)
Advogado: Marcelo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2080)
Requerida: J. F. de Oliveira Navegação Ltda
Advogado: José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
Advogado: Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado: Odair Martini (OAB/RO 30B)
Redistribuição por Prevenção de Magistrado

0155072-13.2008.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00661951219998220002
Ariquemes/3ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apte/Apda: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI
Advogado: Luiz Ricardo de Castro Guerra (OAB/PE 17598)
Advogado: João André Sales Rodrigues (OAB/PE 19186)
Advogado: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20015)
Advogada: Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733)
Advogado: Claudinei Alves Ferreira (OAB/PR 41242)
Advogado: Polyanna Ferreira Silva (OAB/DF 19273)
Apdo/Apte: Evanildes Alves Trindade
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

1ª CÂMARA CRIMINAL
0011928-42.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00058786720128220010
Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Valtair Ferreira Tavares
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura - RO
Distribuição por Sorteio

0011902-44.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00179865520128220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Flavio Fernando Alves
Impetrante(Advogada): Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3164)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Distribuição por Sorteio

0011926-72.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00075409020128220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Paciente: Alisson Ianes Alves de Lima
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0011944-93.2012.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00777646020028220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Relator: Des. Valter de Oliveira
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Luiz Ney Alves Rodrigues
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0011923-20.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00043441520128220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Paciente: Izaias Sales de Matos
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0011945-78.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00173877420128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Adeilson Ramos Ferreira
Impetrante(Advogado): Celivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3561)
Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0011941-41.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00015566520128220701
Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/2º Juizado da Infância e da Juventude
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: A. C. M.
Impetrante(Advogado): Marcos Rogério de Carvalho (OAB/RO 4102)
Impetrado: Juízo de Direito do 2º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0011933-64.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00147577820128220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Paciente: Mateus de Lima Barroso
Impetrante(Advogado): José Carlos Nolasco (OAB/RO 393B)
Advogado: Antônio Francelino dos Santos (OAB/RO 366A)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA ESPECIAL
0008627-87.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00340358320088220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Agravante: Mirian Donadon Campos
Advogado: Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
Advogado: Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Advogada: Xirlei Campos Almeida (OAB/RO 3157)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Redistribuição por Prevenção de Magistrado

0011935-34.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00042762920128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Agravante: Sindicato dos Servidores Municipais do Cone Sul de Rondônia SINDSUL
Advogado: Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947)
Advogado: Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001)
Advogada: Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146)
Advogada: Vera Lúcia Paixão (OAB/RO 206)
Agravante: Amanda Iara Tachini de Almeida
Advogado: Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947)
Advogado: Antonio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001)
Advogada: Vera Lúcia Paixão (OAB/RO 206)
Agravado: Município de Vilhena
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Vilhena - RO
Distribuição por Sorteio

0011931-94.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00140615120128220002
Ariquemes/3ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Agravado: Josinaldo de Sousa
Defensor Público: André Vilas Boas Gonçalves (OAB/RO 1376)
Distribuição por Sorteio

0011932-79.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00261727020128220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Agravante: Wanusa Madaleno Silva
Advogada: Hellen Maria Alves Carneiro de Oliveira (OAB/RO 3895)
Agravado: Secretário de Administração do Município de Porto Velho/RO
Interessado (Parte Passiva): Município de Porto Velho
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA ESPECIAL
0011948-33.2012.8.22.0000 Relaxamento de Prisão
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Requerente: Jair Ramires
Advogada: Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0011937-04.2012.8.22.0000 Relaxamento de Prisão
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Requerente: Jair Ramires
Advogada: Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0011936-19.2012.8.22.0000 Petição
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Requerente: Joelcimar Sampaio da Silva
Advogado: José Carlos Carvalho (OAB/DF 1598A)
Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0011934-49.2012.8.22.0000 Conflito de competência
Origem: 00111228920128220005
Ji-Paraná/1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Suscitante: Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ji-Paraná - RO
Suscitado: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná - RO
Distribuição por Prevenção de Órgão Julgador

2ª CÂMARA CÍVEL
0011927-57.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00041253920128220701
Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/2º Juizado da Infância e da Juventude
Relator: Des. Isaías Fonseca Moraes
Agravante: G. C. N. Representado por seu pai A. de M. N.
Advogada: Araceles de Melo Neves (OAB/RO 5352)
Agravada: Diretora do Colégio Objetivo - Unidade II de Porto Velho
Interessado (Parte Passiva): Al & C Serviços Educacionais Ltda Colégio Objetivo
Distribuição por Sorteio

0011924-05.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00106230220128220007
Cacoal/3ª Vara Cível
Relator: Des. Isaías Fonseca Moraes
Agravante: Wolnei Bernardi Junior
Advogada: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Advogado: Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Agravada: OI S/A
Distribuição por Sorteio

0011921-50.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00103546020128220007
Cacoal/2ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: José Ilson de Souza
Advogada: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Advogado: Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Agravado: 14 Brasil Telecom Celular S. A.
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0011918-95.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00010271220128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Isaías Fonseca Moraes
Agravante: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogada: Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Agravada: Francisca Coimbra da Silva
Advogado: Casimiro Ancilon de Alencar Neto (OAB/RO 4569)
Advogado: Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099)
Distribuição por Sorteio

0012630-82.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00126308220128220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Isaías Fonseca Moraes
Apelante: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogada: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Apelado: Anderson Correia de Almeida
Apelado: Alessandro Dias de Souza
Distribuição por Sorteio

0000099-49.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00000994920128220005
Ji-Paraná/5ª Vara Cível
Relator: Des. Isaías Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Rapido Roraima Ltda
Advogado: Sérgio Ricardo Martin (OAB/SP 124359)
Advogado: Fabio Tadeu Lemos Wojciuk (OAB/SP 254517)
Apelante: Casarini Motorsports Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Mauro Biancalana (OAB/SP 109921)
Advogado: Rogério Pinto da Silva (OAB/SP 157717)
Apelado: Luiz Adolfo Petinati Domene
Advogado: Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836)
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307)
Advogado: Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B)
Advogada: Deolamara Lucindo Bonfá (OAB/RO 1561)
Distribuição por Sorteio

0005128-80.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00051288020128220005
Ji-Paraná/5ª Vara Cível
Relator: Des. Isaías Fonseca Moraes
Apelante: Valdiclei Barboza de Oliveira
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Advogada: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Distribuição por Sorteio

0022221-39.2010.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00222213920108220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaías Fonseca Moraes
Apelante: Marcilio Moreira Maia
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Apelada: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogada: Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva (OAB/SP 124899)
Advogada: Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0021667-07.2010.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00216670720108220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Relator: Des. Isaías Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apte/Apda: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogada: Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Advogada: Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva (OAB/SP 124899)
Apdo/Apte: Eder da Silva Bitencourt
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Distribuição por Sorteio

0011929-27.2012.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00074812420118220007
Cacoal/3ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Reynner Alves Carneiro (OAB/RO 2777)
Advogado: Donizeti Elias de Souza (OAB/RO 266B)
Agravada: Helga Sofia Paiva Correia Bettencourt Pinto
Advogada: Deborah May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS
0011919-80.2012.8.22.0000 Mandado de Segurança
Origem: 00704169620088220010
Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Relator: Des. Isaías Fonseca Moraes
Impetrante: Isac Rodrigues de Carvalho
Advogado: Luis Ferreira Cavalcante (OAB/RO 2790)
Advogada: Eucilângela Bressami Alves (OAB/RO 5505)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura - RO
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CRIMINAL
0011930-12.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00117331520128220014
Vilhena/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Francisco Borges Ferreira Neto)
Paciente: Ivanildes da Silva Maciel
Impetrante(Advogado): Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)

Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Sorteio

0011942-26.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00178600520128220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Paciente: Vicente Dias da Silva
Impetrante(Advogado): Douglas Carvalho dos Santos (OAB/RO 4069)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Distribuição por Sorteio

0011943-11.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00031633420128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Francisco Borges Ferreira Neto)
Paciente: Alan Fernandes Penha
Impetrante(Advogado): Elvis Dias Pinto (OAB/RO 3447)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0011939-71.2012.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00774559720068220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Oseias de Moraes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0011922-35.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00171841520128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Elias Souza da Silva
Impetrante(Advogada): Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3024)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0011946-63.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00056732320128220015
Guajará-Mirim/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Paciente: Leudinei Pereira das Chagas
Impetrante(Advogada): Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Guajará Mirim - RO
Distribuição por Sorteio

0011949-18.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00171633920128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Francisco Borges Ferreira Neto)
Paciente: Leonardo Cardoso Rodrigues
Impetrante(Advogado): Jairo Fernandes da Silva (OAB/RO 3317)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0011938-86.2012.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00670108320078220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos (Substituído pelo Juiz Francisco Borges Ferreira Neto)
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Ronildo Lopes da Silva
Advogado: Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740)
Distribuição por Sorteio

0011925-87.2012.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00010414220128220018
Santa Luzia do Oeste/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Antonio Donizetti da Silva
Impetrante(Advogado): Ronny Ton Zanotelli (OAB/RO 1393)
Paciente: Renildo Borges
Impetrante(Advogado): Ronny Ton Zanotelli (OAB/RO 1393)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santa Luzia do Oeste - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

Orgão Julgador / Magistrado	Dist	Red	Tra	Tot
1ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Raduan Miguel Filho	0	1	0	1
Des. Sansão Saldanha	1	0	0	1
1ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Valter de Oliveira	3	0	0	3
Desª Ivanira Feitosa Borges	4	0	0	4
Desª Zelite Andrade Carneiro	1	0	0	1
1ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Eurico Montenegro	2	0	0	2
Des. Rowilson Teixeira	1	1	0	2
2ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Alexandre Miguel	2	0	0	2
Des. Isaías Fonseca Moraes	7	0	0	7
Des. Kiyochi Mori	1	0	0	1

2ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	2	0	0	2
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	3	0	0	3
Juiz Francisco Borges Ferreira Neto	4	0	0	4
2ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Gilberto Barbosa	3	0	0	3
Des. Renato Martins Mimessi	1	0	0	1
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS				
Des. Isaías Fonseca Moraes	1	0	0	1
PRESIDÊNCIA				
Des. Roosevelt Queiroz Costa	1	0	0	1
TRIBUNAL PLENO				
Des. Rowilson Teixeira	1	0	0	1
Total de Distribuições	38	2	0	40

Porto Velho, 28 de dezembro de 2012

Des. Raduan Miguel Filho
Vice-Presidente do TJ/RO.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO Nº 085/2012 A NOTA DE EMPENHO 2012NE00075

1 – CONTRATADA: Olivio Miranda - ME.
2 - PROCESSO: 0301/0051/2012
3 - OBJETO: Acréscimo de 25% no valor da Nota de Empenho 2012NE00075, cujo objeto é a aquisição de água mineral para atender a Comarca de Cerejeiras.
4 – VALOR: R$ 490,00
5 - VIGÊNCIA: 20/12/2012 a 31/12/2012
6 – NOTA DE EMPENHO: 2012NE01386
7 – RECURSOS: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
8 – P. TRABALHO: 02.122.1278.2308
9 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30
10 - DAS CLÁUSULAS VIGENTES: Exceto o disposto no presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas e em plena vigência as demais Cláusulas e subitens constantes no Contrato original.
DEF - Em: 3/1/2013

(a). Celina Pontes da Costa França
Dir.ª Depto de Economia e Finanças

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO Nº 083/2012 AO CONTRATO Nº 119/2008

1 – CONTRATADA: Lima & Paiva Ltda - ME.
2 - PROCESSO: 0301/0011/2012
3 - OBJETO: Prorrogação do Contrato n. 119/2008, pelo período de 12 meses ou até a contratação proveniente do procedimento licitatório, com reajuste de 7,22% bem como alteração do gestor do contrato, com alteração de suas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta(Da Vigência, Do Valor e da Dotação Orçamentária).
4 – VALOR: R$ 74.683,04
5 - VIGÊNCIA: 23/12/2012 a 22/12/2013
6 – NOTA DE EMPENHO: 2012NE01392
7 – RECURSOS: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
8 – P. TRABALHO: 02.122.1278.2308
9 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39
10 - DAS CLÁUSULAS VIGENTES: Exceto o disposto no presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas e em plena vigência as demais Cláusulas e subitens constantes no Contrato original.
DEF - Em: 3/1/2013

(a). Celina Pontes da Costa França
Dir.ª Depto de Economia e Finanças

EXTRATO DA CARTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2012

1 - CONTRATADA: Itaú Seguros S/A.
2 - PROCESSO: 0311/1641/2012
3 - OBJETO: Prestação de serviços de cobertura securitária para assegurar vidas no quantitativo estimado de 463 estagiários do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, conforme Art. 24/II da Lei n. 8666/93 e proposta da empresa.
4 – VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data (1º/11/2012) de assinatura.
5 – VALOR: R$ 7.792,32
6 - RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – NOTA DE EMPENHO: 2012NE00757
8 – ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.39
9 – P. DE TRABALHO: 02.122.1278.2998
DEF: em 03/01/2013

(a.) Celina Pontes da Costa França
Diretora Depto de Economia e Finanças

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1º Cartório do Juizado Especial Criminal
Proc.: 0006342-64.2012.8.22.0601
Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante:Caio Cesar Marin
Advogado:Pedro Wanderley dos Santos - OAB/RO nº 1461.
Querelado:Jerrimar Soares Montenegro
Despacho: "Vistos, etc. Designo audiência de conciliação para o dia 31/01/2013 às 09h. Intimem-se. Sirva a presente DECISÃO como mandado/carta/ofício. Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de dezembro de 2012. (a) Roberto Gil de Oliveira Juiz de Direito"

Proc.: 0006341-79.2012.8.22.0601
Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante:Caio Cesar Marin
Advogado:Pedro Wanderley dos Santos - OAB/RO nº 1461.
Querelado:Maisa Coelho de Lima
Despacho: Vistos, etc. Designo audiência de conciliação para o dia 31/01/2013 às 10h. Intimem-se. Sirva a presente DECISÃO como mandado/carta/ofício. Porto Velho-RO, segunda-feira, 17 de dezembro de 2012. (a) Roberto Gil de Oliveira - Juiz de Direito".

Belª Sandra Regina Gil N. Menezes
Escrivã Judicial

VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO VELHO
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

EXPEDIENTE DO DIA 07/02/2013
Processo : 0009192-03.2012.8.22.0501
Classe : Ação Penal
Autor :Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu : Francisco Martins dos Santos
Adv. : Dra. Nilva Salvi , OAB/RO - 4340
Finalidade: INTIMAR a advogada acima nominada para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia e hora abaixo mencionados:
AUDIÊNCIA: 07/02/2013 às 09:00 horas.
FABIANO PEGORARO FRANCO
Juiz de Direito

Muzamar Maria Rodrigues Soares
Escrivã Judicial

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro.jus.br

Processo: 0007024-96.2010.8.22.0501
Ação: Ação penal - crime doloso contra vida
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Livino Garcia Júnior
Advogado: Defensoria Pública Estadual
Finalidade: Intimar o advogado e o réu Livino Garcia Junior, CPF 984.914.822-53, RG 10003207, Órgão expedidor SSP/AC, brasileiro , casado, cabeleireiro, nascido aos 22/10/1986, natural de Anápolis , filho de Livino Garcia e Francisca Macedo da Silva, residente na Rua Uruaçà Rua Canto das Flores ou Via Mão, 4210, bairro Jardim Santana, Porto Velho/ROa comparecer ao julgamento designado para o dia 05/02/2013, às 08h, a ser realizado no Plenário da 2ª Vara do Tribunal do Júri desta Comarca. Porto Velho, 03 de janeiro de 2012. Rinaldo Barbosa de Melo - Chefe de Cartório

Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos
Escrivã Judicial

1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

1º Cartório de Execuções Fiscais
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAVOR ENCAMINHÁ-LOS AOS E-MAILS: pvh1fiscais@tjro.jus.br / ouvidoria@tjro.jus.br, OU PESSOALMENTE NA SEDE DO JUÍZO sito À Rua Gonçalves Dias, nº 192 - Centro, CEP: 76801-076 FONE: (69) 3217-1237. FAX: (69) 3217-1239
Juiz de Direito:João Batista Chagas dos Santos
Diretor de Cartório: José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Proc.: 0026233-28.2012.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Marcio Giorgi Carcará Rocha ( )
Requerido:Eliomar Alves da Silva Freitas, Cristiano Martins Mattos, Fernando dos Anjos Rodrigues
Advogado:Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
Despacho:
Designo oitiva de testemunhas para o dia 26 de março de 2013, às 10h20. Expeça-se o necessário. Informe-se ao juízo deprecante. Publique-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0026460-18.2012.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Ana Carolina Silva Herbella Cassetari, Maria Luiza Herbella Cassetari, Ana Paula Herbella de Deus, JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS, João Pedro Herbella de Deus, Maria Eduarda Herbella de Deus
Advogado:José Renato Pereira de Deus (OAB/SP 163450)
Requerido:TAM LINHAS AÉREAS

Despacho:
Revejo o despacho de fls. 79. Designo oitiva de testemunhas para o dia 4 de abril de 2013, às 10 horas. Expeça-se o necessário. Informe-se ao juízo deprecante. Publique-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000139-09.2013.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Juarez Américo do Prado, Maria Júlia Toledo Prado
Advogado:Sebastião Quaresma Junior (OAB/RO 1372)
Requerido:Gilberto Luis Vicensi
Despacho:
DESPACHOCumpra-se, servindo cópia por mandado. Após, devolva-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

1º Cartório de Execuções Fiscais
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAVOR ENCAMINHÁ-LOS AOS E-MAILS: pvh1fiscais@tjro.jus.br / ouvidoria@tjro.jus.br, OU PESSOALMENTE NA SEDE DO JUÍZO sito À Rua Gonçalves Dias, nº 192 - Centro, CEP: 76801-076 FONE: (69) 3217-1237. FAX: (69) 3217-1239
Juiz de Direito:João Batista Chagas dos Santos
Diretor de Cartório: José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Proc.: 0025819-30.2012.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Josenias Alves Coutinho
Advogado:João Batista Paulino de Lima (OAB/AC 2206)
Requerido:Charlon da Rocha Silva
Advogado:Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Despacho:Vistos, Designo oitiva para 2.4.2013, às 9h.Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. Duília Sgrott Reis, Juíza de Direito.

Proc.: 0026230-73.2012.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Empresa de Transporte Coletivo Águia de Ferro Ltda - ME
Advogado:José Junior Barreiros (OAB/RO 1405)
Requerido:Estado de Rondônia
Despacho:Vistos, Intime-se o autor para comprovar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 14,37, no prazo de 5 dias, sob pena de devolução. Após juntada do referido documento, cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. Duília Sgrott Reis, Juíza de Direito.

Proc.: 0026229-88.2012.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Izael Dias do Carmo
Advogado:Jefferson Corrêa de Souza (OAB/ES 9815)
Requerido:Claudinei José Machado
Despacho:Vistos, Intime-se o autor para comprovar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 74,14, no prazo de 5 dias, sob pena de devolução. Após juntada do referido documento, cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. Duília Sgrott Reis, Juíza de Direito.

Proc.: 0025951-87.2012.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Leanara Amaro Rccha
Advogado:Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624)
Requerido:CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S. A.
Advogado:Gustavo Viseu (OAB/SP 117417)
Despacho:Vistos, Intime-se o autor para juntar o instrumento do mandato conferido ao advogado e a contestação, no prazo de 5 dias, sob pena de devolução. Após, devolva-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

Proc.: 0020489-86.2011.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - DETRAN
Advogado:Edilaine Cecilia Dalla Martha (OAB/RO 1466)
Executado:Tânia Terezinha Azevedo Pires da Silva
Advogado:Max Rolim (OAB/RO 984)
Despacho:Vistos, Intime-se a parte executada para comprovar pagamento das custas processuais. Após, transfira-se os valores como requerido pela Exequente. Expedientes ncessários. Porto Velho-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

Proc.: 0093084-30.2004.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:Chico Comercio de Cereais e Representação Ltda
Advogado:Sheila Cristina Barros Moreira (OAB/RO 4588)
Despacho:Vistos, Junte-se. Indefiro o pedido da Fazenda. Intime-se o(a) patrono(a) da parte executada, para fornecer o número do agravo interposto. Expedientes necessários. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

Proc.: 0019910-41.2011.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Leri Antônio Souza e Silva - Procurador do Estado
Executado:Darci José de Vargas
Advogado:Rodrigo Otávio Veiga de Vargas (OAB/RO 2829)
Despacho:Vistos, Junte-se. Initme-se para regularizar representação processual, bem como comprovar as alegações de fls. 18/19. Expedientes necessários. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

Proc.: 0135329-90.2003.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Leri Antônio Souza e Silva - Procurador do Estado
Executado:Eletro City Moveis e Eletrodomesticos Ltda, Moisés Rodrigues de Almeida
Advogado:Ana Carolina de Oliveira Sá (OAB/RO 2455)
Despacho:Vistos, Intime-se a executada para providenciar documentos necessários à confecção de RPV. Com a documentação, expeça-se a RPV e aguarde-se o pagamento. Expedientes necessários. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

Proc.: 0182870-66.1996.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Estado de Rondônia
Advogado:Leri Antônio Souza e Silva - Procurador do Estado
Executado:Motos e Motores Rondônia Comércio de Importação e Exportação Ltda
Advogado:Carlla Christiane Nina Palitot (OAB/RO 828)
Despacho:Vistos, Junte-se. Em face da petição (fls. 269/272) da Fazenda, intime-se a parte executada. Expedientes necessários. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

Proc.: 0219964-04.2003.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:J. M. Pereira Jóias - ME
Sentença:Vistos, Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, julgo extinta a presente ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Custas e honorários indevidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se com baixa. Porto Velho-RO, quarta-feira, 5 de dezembro de 2012. Amauri Lemes, Juiz de Direito.

Proc.: 0030714-10.2007.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:M. Valle Armazem e Logistica de Alimentos Ltda
Sentença:Vistos, Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, julgo extinta a presente ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Havendo constrição, libere-se.Custas e honorários indevidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se com baixa. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. Duília Sgrott Reis, Juíza de Direito.

Proc.: 0004791-40.2011.8.22.0001
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:José de Arimathéia Lelles
Sentença:Vistos, Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, julgo extinta a presente ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Havendo constrição, libere-se. Custas e honorários indevidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se com baixa. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. Duília Sgrott Reis, Juíza de Direito.

Proc.: 0065151-77.2007.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:Concrepostes Indústria e Comércio Ltda
Sentença:Vistos, Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, julgo extinta a presente ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Havendo constrição, libere-se. Custas e honorários indevidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se com baixa. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. Duília Sgrott Reis, Juíza de Direito.

Proc.: 0029450-21.2008.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:Margarete Arruda de Seiqueira Araújo
Sentença:Vistos, Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, julgo extinta a presente ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Havendo constrição, libere-se. Custas e honorários indevidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se com baixa. Porto Velho-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. Duília Sgrott Reis, Juíza de Direito.

Proc.: 0195275-90.2003.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:J. M. Pereira Jóias ME
Sentença:Vistos, Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, julgo extinta a presente ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Custas e honorários indevidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se com baixa. Porto Velho-RO, quarta-feira, 5 de dezembro de 2012. Amauri Lemes, Juiz de Direito.

Proc.: 0069050-83.2007.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Luciano Alves de Souza Neto - Procurador do Estado
Executado:Itautinga Agro Industrial S/A
Advogado:Waldir Gomes Ferreira (OAB/RO 3698)
Sentença:Vistos, Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, julgo extinta a presente ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Havendo constrição, libere-se. Custas e honorários indevidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se com baixa. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

Proc.: 0191752-36.2004.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:José Varraldo Paulino
Sentença:Vistos, [...] ANTE O EXPOSTO, com base no art. 269, IV do CPC, JULGO EXTINTO o feito. Custas e honorários indevidos. Arquivem-se, oportunamente, desde que incabível o reexame necessário pelo valor da causa.P.R.I. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

Proc.: 0089931-86.2004.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Valdecir da Silva Maciel - Procurador do Estado
Executado:Companhia Antartica Paulista Ind. Bras. de Bebidas e Conexos
Advogado:Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643) e Luiz Gustavo A. S. Bichara (OAB/RJ 112310)
Sentença:Vistos, Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, julgo extinta a presente

ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Havendo constrição, libere-se. Custas e honorários indevidos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se com baixa. Porto Velho-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012. Inês Moreira da Costa, Juíza de Direito.

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Proc.: 0016030-41.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente: Raimunda Lopes Tavares
Advogado: Maria Clara C. Góes (OAB/RO 198B)
Requerido: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Finalidade: Intimar as partes para comparecerem a audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 27 de fevereiro de 2013, às 8 horas. Porto Velho, 18 de dezembro de 2012.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

Proc.: 0004047-25.2010.8.22.0601
Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente: Jair Jairo Lanzoni
Advogado: Carlos Catanhede (OAB/RO 3206)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Sávio de Jesus Gonçalves (OAB/RO 519A)
Finalidade: "Encontram-se disponível os autos em epígrafe, face o requerimento do desarquivamento dos autos, bem como vistas do mesmo fora do cartório".
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Proc.: 0023335-42.2012.8.22.0001
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Ronaldo Alonço de Queiroz
Advogado: Paulino Palmério Queiroz Filho (OAB/RO 3944)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
Finalidade: Intimar as partes para comparecerem a audiência de conciliação, instrução e julgamento designada para o dia 20 de março de 2013, às 9 horas. Porto Velho, 20 de dezembro e 2012.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

Proc.: 0020805-65.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Lindomar Lemes Martins, Vilma Correia da Silva, Pabline Lemes Correia
Advogado:Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844), William Alves Borges (OAB/RO 5074)
Requerido:Egesa Engenharia S.A., Município de Porto Velho
Finalidade: Intimar as partes para comparecerem a audiência de conciliação, instrução e julgamento designada para o dia 5 de março de 2013, às 11 horas. Porto Velho, 20 de dezembro de 2012.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Proc.: 0000559-91.2012.8.22.0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Fernando Maia
Advogado: Odessa Dourado de Mello e Silva Schlottfeldt (OAB/RO 1942)
Requerido: Estado de Rondônia
Despacho: "Infelizmente verificou-se em alguns casos que o contador judicial empregou índice incorreto (INPC) em atualizações que realizou quando o certo seria aplicar o índice da poupança (TR). Verifico que nestes autos ocorreu tal situação, razão pela qual determino a correção dos cálculos em 10 dias. Com sua apresentação, intime-se a parte requerida para manifestar-se em outros 10 dias. Agende-se decurso de prazo. Intimação pelo DJ.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

Proc.: 0000557-24.2012.8.22.0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Fernando Maia
Advogado:Odessa Dourado de Mello e Silva Schlottfeldt (OAB/RO 1942)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado: Antonio José dos Reis Júnior (RO 281-B)
Despacho: "Infelizmente verificou-se em alguns casos que o contador judicial empregou índice incorreto (INPC) em atualizações que realizou quando o certo seria aplicar o índice da poupança (TR). Verifico que nestes autos ocorreu tal situação, razão pela qual determino a correção dos cálculos em 10 dias. Com sua apresentação, intime-se a parte requerida para manifestar-se em outros 10 dias. Agende-se decurso de prazo. Intimação pelo DJ. Porto Velho-RO, 20 de dezembro de 2012. Johnny Gustavo Clemes, Juiz de Direito.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

Proc.: 0003717-57.2012.8.22.0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Elizabeth Araújo Carvalho
Advogado: Defensoria Publica ( )
Requerido: Estado de Rondônia

Advogado: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
DECISÃO : "Vistos etc (...) A Defensoria Pública patrocinou causa de pessoa que deseja indenização por danos decorrente do não cumprimento de regras do sistema de custeamento público para providências médico-hospitalares na área da saúde conhecido como "tratamento fora do domicílio". DECIDO.Em audiência percebeu-se que na petição inicial faltou esclarecimento sobre o preenchimento dos requisitos da regulamentação do tratamento fora do domicílio, bem como sua vinculação com as provas. Da forma como o processo está fica impossível um pronunciamento jurisdicional e a determinação de que outra ação seja iniciada trará severo atraso na prestação jurisdicional. Assim sendo, como o procedimento não deve ser considerado como um fim em si mesmo e de que as partes desejam o resultado prático da demanda, converto o feito em diligência para que a Defensoria Pública possa aditar sua petição inicial e com nova citação da parte requerida haja elementos suficientes para que uma DECISÃO meritória seja proferida. Entregue-se os autos com carga a um representante da defensoria pública para que adeque a petição inicial nos termos de fl. 54 e da presente DECISÃO , no prazo de 10 dias. Intimação pelo DJ. Agende-se decurso de prazo". Porto Velho-RO, 20 de dezembro de 2012. Johnny Gustavo Clemes, Juiz de Direito.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

Proc.: 0021790-05.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Ozinete Marques de Albuquerque
Advogado:Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495)
Requerido:Município de Porto Velho RO
Advogado:Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)
Finalidade: Intimar as partes para comparecerem a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 6 de março de 2013, às 11 horas. Porto Velho, 18 de dezembro e 2012.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Proc.: 0006401-52.2012.8.22.0601
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Rosana Rodrigues dos Santos
Advogado: Defensoria Publica ( )
Requerido: Secretaria de Estado da Administração SEAD
Despacho: "Vistos etc (...) A parte requerente narra que participou de seleção pública para o cargo de sócio educador. Reclama que documentação de cursos que lhe renderiam pontos classificatórios não foi analisada pela comissão. Requer liminar para que a análise seja realizada. DECIDO. Inicialmente deve ser registrado que a secretaria estadual de administração é órgão da administração direta, portanto, a pessoa judídica com capacidade para estar em juízo respondendo a pretensão é o Estado de Rondônia Nesse sentido a parte requerente deverá emendar a petição inicial a fim de corrigir o povo passivo, em 10 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do processo sem resolução de mérito (CPC 284, parágrafo único c.c. 267, I). Quanto ao requerimento de antecipação de tutela, desde já INDEFIRO, vez que a parte requerente não apresentou prova da recusa em análise a sua documentação, o que poderia ser evidenciado por uma notificação com o fim específico de exortar a parte requerida quanto ao direito que ora sustenta. Nesse contexto tem a demonstração do requisito verossimilhança da alegação prejudicada. Também deixa de evidenciar a plausibilidade juríudica, outro requisito da antecipação de tutela, na medida em que deixa de apresentar uma tese jurídica que afaste a previsão no edital de que certificado de nível superior não é aceito (item 4.2) para que fossem aceita a conclusão das disciplinas "Sociologia Geral" e "Direitos Humanos", cumpridas em curso de direito. Intimação pelo DJ. Agente-se decurso de prazo". Porto Velho, 21 de dezembro de 2012. Johnny Gustavo Clemes, Juiz de Direito.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

Proc.: 0006403-22.2012.8.22.0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Alan Georgio Araújo Bahia
Advogado: Rosemary Rodrigues Nery (5543)
Requerido: Estado de Rondônia
Despacho: "Aditar a inicial, em 10 dias, para: 1. Informar se tem prova a produzir quanto ao fato que é base do direito a insalubridade, especificando-a. 2. Apresentar conta pormenoritada, com indicação de cada direito e respectivos períodos, bem como seus valores, pois a que foi apresentada na inicial é genérica. 3. Como pretende realizar a prova do trabalho noturno, especificando-a. Intimação pelo DJ. Agendar prazo". Pvh, 21/12/2012. Johnny Gustavo Clemes, Juiz de Direito.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

Proc.: 0006408-44.2012.8.22.0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente: Creuza Maria de Jesus
Advogado: Sheila Gomes da Silva Ferreira (OAB/RO 2035)
Requerido: Estado de Rondônia
Despacho: "No pedido de indenização por danos materiais a indicação é de R$3.200,00, mais na inicial e provas que a instruiu consta apenas menção de gasto de R$ 800,00 com hospedagem, portanto, deverá ser esclarecido tal ponto da inicial, em 10 dias, sob pena de extinção". I.N.T. (DJ). Pvh, 21/12/2012. Johnny Gustavo Clemes, Juiz de Direito.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

Proc.: 0021403-53.2011.8.22.0001
Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente: César Augusto Domingues Teixeira
Advogado: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956)
Requerido: Município de Porto Velho - Ro
Advogado: Geane Pereira da Silva Goveia

Sentença:"Vistos (...) Posto isto, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial.DECLARO RESOLVIDO o mérito (CPC 269, I). Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9.099/95 e artigo 27, da Lei 12.153/09. Publicação e registro com o lançamento no SAP. Intimação das partes pelo DJ. Agende-se decurso de prazo, após o transito em julgado arquivem-se.Porto Velho-RO, 17 de dezembro de 2012. Johnny Gustavo Clemes, Juiz de Direito.
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: pvhjefap@tjro.jus.br
Escrivã: Dalila Célia Dias Pantoja

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0026283-54.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosangela Nunes dos Santos
Advogado:Miscelene Nunes dos Santos Kluska (OABRO 5062)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
DECISÃO :
Considerando os termos da Lei n. 12.153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observados a natureza da ação e o valor da causa, tenho por remeter estes autos ao Cartório Distribuidor para proceder a correta distribuição.Proceda-se a baixa e remeta-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0026181-32.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geová Gomes Leite
Advogado:Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558), Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156)
Requerido:Município de Vilhena - RO, Adriano Lobo da Silva
DECISÃO :
Ante o exposto, determino a exclusão da lide de Adriano Lobo da Silva, ante sua ilegitimidade passiva. Indefere-se o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.Cite-se com as cautelas legais.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0026321-66.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marta Lúcia Viana Cardoso
Advogado:Antônio Rabelo Pinheiro (OAB/RO 659)
Requerido:Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
DECISÃO :
Considerando os termos da Lei n. 12.153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observados a natureza da ação e o valor da causa, tenho por remeter estes autos ao Cartório Distribuidor para proceder a correta distribuição.Proceda-se a baixa e remeta-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito
Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial

Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0000035-17.2013.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Antonio César Gomes dos Santos
Advogado:Vicente Anísio de Souza Maia Gonçalves (OAB/RO 943)
Impetrado:Departamento de Trânsito de Rondonia . Detran
Despacho:
A liminar foi indeferida no plantão.Prossiga-se com a notificação da autoridade coatora para prestar informações, bem como cientificação da pessoa jurídica interessada.Após, ao MP para parecer.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br
Email :pvh2faz@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0025995-09.2012.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Health Instituto de Desenvolvimento Interdiciplinar Em Saúde Ltda Me Colégio Vale do Guaporé

Advogado:Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)
Requerido:Conselho Estadual de Educação de Rondônia CEE RO
DECISÃO :
Vistos etc,Healf Instituto de Desenvolvimento Interdisciplinar em Saúde Ltda Colégio Vale do Guaporé propõe Ação Cautelar Preparatória em desfavor de Conselho Estadual de Educação.Diz ter sido surpreendida em 07/12/2012 com o encaminhamento de documentos oriundos do Conselho Estadual de Educação CEE/RO, suspendendo as atividades da empresa que já funciona há mais de 14 anos.Afirma que sua atuação sempre esteve dentro da legalidade e que atende a todas as exigências legais.No entanto, o Parecer 027/12, mesmo reconhecendo o atendimento das exigências do CEE-RO, arbitrariamente, determinou o encerramento das atividades da instituição de ensino.Alega não ter sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa, não lhe tendo sido dado vista do processo administrativo, sendo nula a DECISÃO combatida. Afirma que está sediada no mesmo local desde 1996 e atua em cursos previamente autorizados pela Secretaria Estadual de Educação, bem como em cursos livres que independem de autorização oficial, listando os cursos oferecidos sob esta modalidade.Quanto ao curso Técnico de Enfermagem este somente é oferecido nas localidades devidamente autorizadas. Pondera sobre a diferenciação entre curso Livre e curso Técnico, bem como enfatiza as graves consequências do ato combatido que decreta o encerramento das atividades da empresa, em prejuízo ao sustento de várias famílias, bem como afetando os alunos matriculados.Determinada a emenda, foi corrigido o polo passivo da ação para Estado de Rondônia. Foi solicitado por este Juízo que o Estado se manifestasse em 72 horas, contudo, transcorreu o prazo in albis.A parte autora atravessa petição de reconsideração, solicitando a concessão da liminar, vez que existem 81 alunos que concluíram o Curso Técnico de Enfermagem e que, estão impossibilitados de receber seus diplomas, gerando risco de dano irreparável. Acrescenta ser ilegal o exercício do cargo de Presidente do Conselho pela Professora Francisca da Silva Batista que já está a 08 anos no cargo em violação ao Decreto 5748/92 que, segundo alega, permite apenas uma reeleição.Invoca as regras da reeleição insculpidas na Constituição Federal que prima pela alternância no poder.Brevemente relatados, decido. É o RELATÓRIO , decido.A concessão de liminar em cautelar depende da presença dos seus requisitos ensejadores, quais sejam, fumus boni iuris e periculum in mora .Inicialmente não se pode deixar de lamentar a ausência dos processos administrativos que culminaram com a DECISÃO guerreada. Esta falta de documentos nos autos prejudica, em parte, a análise do procedimento adotado, bem como se dotado de transparência o processo administrativo, diante da alegação pela parte autora de que teria sido surpreendida com a cessação de suas atividades, sem que tenha sido observado o devido processo legal e a ampla defesa.Num primeiro momento chama a atenção que o ato guerreado tenha sido proferido em 17/07/2012, mas somente publicado no DJE de 08/11/2012 (fl. 91).Lendo a extensa fundamentação do ato combatido, fica nítido que a situação da parte autora é muito mais complicada do que quer fazer crer em sua inicial. Há inúmeros relatos de irregularidades que foram se acumulando ao longo do tempo, até que a situação culminou na DECISÃO de encerramento das atividades.Veja-se que no Parecer 40/09, a Autora já era advertida sobre cursos de extensão não autorizados, sendo determinada a instauração de comissão verificadora que esteve in loco e detectou irregularidades tanto no aspecto físico da Instituição de Ensino (falta de: laboratório de informática com acesso à internet; laboratório de Ciências Físicas e Biológicas, sala de professores, entre outros), quanto burocrático (irregularidade no cômputo da hora aula, fichas de matrículas sem assinatura, falta de documentação de alunos; falta de emissão de diplomas; diários de classe desatualizados, etc).Por conta da necessidade de regularização, houve o sobrestamento do processo administrativo para que houvesse regularização, sendo regularizadas as questões apontadas e autorizado o prosseguimento das atividades.Anota o relator que existem diversos processos em que são apontadas frequentes práticas irregulares pela Autora, apontando quatro processos para ilustrar.A Autora já havia sido advertida sobre a oferta irregular de curso Técnico em Enfermagem, em Chupinguaia e para piorar houve nova denúncia do mesmo modo de agir em Costa Marques e no Distrito de São Domingos.Uma equipe técnica esteve no local e relatou que não obstante a nomenclatura do curso seja de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Médio em Fundamentos de Enfermagem os alunos receberão diplomas de Técnico de Enfermagem (fl. 85).Aliás, não se pode deixar de registrar que causa estranheza a este Juízo que um curso de Aperfeiçoamento possa tratar de Conhecimentos Básicos em Saúde ou mesmo Fundamentos Básicos em Saúde . Ora, falar em conhecimentos ou fundamentos básicos quando se propõe ao aperfeiçoamento parece, no mínimo, incoerente. De todos esse relato o que fica evidenciado é que as medidas adotadas pelo Conselho Estadual não são desarrazoadas. Estão respaldadas em situações constatadas in loco e em várias irregularidades praticadas ao longo dos anos pela autora.Isso afasta, numa análise, preliminar a fumaça do bom direito.Na verdade, a única questão que poderia dar respaldo à DECISÃO liminar seria a falta de observância do contraditório, contudo, tal análise resta prejudicada pela não juntada pela autora da cópia do processo administrativo. Por outro lado, analisando a DECISÃO ora guerreada tem-se a nítida impressão de que a Autora esteve acompanhando os desdobramentos administrativos de seus interesses, tornando questionável tal alegação.Por tudo isso, mesmo reconhecendo-se a gravidade da DECISÃO do CEE-RO, não vejo neste momento elementos suficientes para sustar seus efeitos. Quanto aos argumentos de que haveria danos irreparáveis aos alunos, não se vê na DECISÃO qualquer empecilho ao fornecimento de Diploma aos que já concluíram regularmente o curso. Se o funcionamento estava regular até aquela data, consequência natural é a expedição do diploma. Contudo, se os diplomas são fruto de atuação irregular da Escola, estão maculados e não poderão, efetivamente, ser emitidos. Essa análise deverá ser feita caso a caso pelos interessados.Por falar em dano irreparável, também não se pode deixar de mencionar o dano inverso para o caso de concessão da liminar, pois estar-se-ia permitindo a matrícula de dezenas de alunos em curso sob o qual pairam diversas irregularidades e que está sob grave ameaça de não mais ter seguimento.Assim, existem danos da parte a parte e, nesta perspectiva, entendo que o meio social deve ser acautelado.Por fim, quanto a alegação de irregularidade na reeleição da Professora Francisca Batista da Silva anoto que a norma apontada pela autora não traz a limitação quanto à reeleição, não havendo, numa análise preliminar, qualquer irregularidade. Não bastasse, anoto que a DECISÃO que determinou a cessação das atividades foi

proferida pela Câmara de Educação Básica e submetida ao Conselho Pleno que a aprovou por unanimidade.Por tudo isso, não se vislumbrando a presença dos pressupostos legais, indefiro, a liminar.Cite-se o Estado para contestar em 05 dias. Intime-se.Porto Velho-RO, 3 de janeiro de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0018644-82.2012.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Paulo Roberto de Oliveira Costa
Advogado:Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934), Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640), Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Impetrado:Prefeito do Município de Porto Velho - RO
Advogado:Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
Despacho:
Recebo o recurso em seu efeito devolutivo.Providencie-se a remessa virtual ao TJRO, com nossas homenagens.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0007742-07.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Estado de Rondônia
Advogado:Joel de Oliveira ( ), Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)
Executado:Geovane Pereira da Silva
Advogado:Wilson Raimundo José (OAB/RO 4625), Felippe Idak Amorim Santos (OAB/RO 4822)
Despacho:
Considerando que o dinheiro é o primeiro item na ordem das penhoras e que cabe ao Juiz velar pela rápida solução do litígio, defiro o pedido de penhora on line (protocolo n. 20130000001192).Os autos aguardarão em gabinete por 03 dias.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial

2º JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude
Proc.: 0013144-34.2005.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: M. P. do E. de R.
Denunciado: E. J. B.
Advogado : José Maria de Souza Rodeigues (OAB/RO 1909).
Despacho: " ... ao Denunciado para apresentação de Alegações Finais. Saem os presentes intimados Encerro a presente ata que vai assinada por mim _____ Marly Suave, Secretaria do Juízo.

Proc.: 0004089-94.2012.8.22.0701
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: C. de F. de D. P. de P.
Flagranteado: J. A. J. de S.
Advogado: Paulo Jorge F. do Nascimento (OAB/RO 99-B).
Despacho: Vistos . Muito embora parecer favorável ao M.P. pela revogação da prisão preventiva , mantenho a DECISÃO do Juiz Titular de fls. 36. Cumpra-se o Despacho de fls. 61 . 03/01/2013 - Dr. Fabiano Pegoraro Franco - Juiz de Direito .

Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude
Proc.: 0002778-68.2012.8.22.0701
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Denunciado:P. F. da C.
Advogado:Paulo Daniel de Oliveira Furtado (OAB/RO 5344)
DECISÃO :
DECISÃO :A denúncia já foi recebida e não vislumbro na resposta do acusado alguma das hipóteses do art. 397, do Código de Processo Penal.O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal e existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s).Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 06/02/2013, às 08:30hs.Intimem-se e requisitem-se, devendo comparecerem ao ato munidos de seus documento pessoais.Ciência ao Ministério Público.SIRVA O PRESENTE COMO CARTA/MANDADO/OFÍCIO.Porto Velho-RO, terça-feira, 23 de outubro de 2012.Dalmo Antônio de Castro Bezerra Juiz de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

4ª Vara de Família e Sucessões
Proc.: 0007060-86.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:N. F. da S.
Advogado:Regina Eugênia de Souza Bensiman Ciampi (OAB/RO 1505)
Requerido:C. A. S.
Certifico que, em cumprimento as Diretrizes Gerais Judiciais, Cap III, art. 124, providencio a intimação do patrono do autor, para se manifestar quanto a certidão do oficial de justiça de fls. 105.
Porto Velho 03 de janeiro de 2013
Charles Alves de Sousa
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0005860-44.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:F. D. da S.
Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB-RO 1688), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido:D. S. da S.
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Certifico que, em cumprimento ao Provimento nº 16/2010 GG, providencio a intimação do patrono da requerida, para providenciar junto ao cartório o levantamento do resíduo de saldo que encontra-se depositado judicialmente.
Porto Velho 03 de janeiro de 2013
Charles Alves de Sousa
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0010936-03.2011.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:W. V. da C. P. W. V. da C. P.
Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido:A. G. P.

Certifico que, em cumprimento as Diretrizes Gerais Judiciais, Cap III, art. 124, providencio a intimação do patrono do autor, para se manifestar quanto a certidão do oficial de justiça de fls. 27.
Porto Velho 03 de janeiro de 2013
Charles Alves de Sousa
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0007311-92.2010.8.22.0102
Ação:Inventário
Arrolante:M. L. M. de M.
Advogado:Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
Arrolado:E. de V. T. da S.
Providencio a intimação do patrono da inventariante, para dar cumprimento a parte final do despacho de fls. 69.
Porto Velho 03 de janeiro de 2013
Charles Alves de Sousa
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0008056-84.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:P. H. M. B. D. C. M. B.
Advogado:Cristiane Patricia Hurtado Madueno (RO 1.013)
Requerido:A. C. P.
Sentença:
Vistos :P.H.M.B e D.C.M.B, menores e gêmeos, representados por sua genitora R. de M.B, devidamente qualificados, propuseram ação de investigação de paternidade c/c alimentos em face de A.C.P , também devidamente qualificado.Alegam, em síntese, que sua genitora manteve relacionamento um relacionamento com o investigado no período de março a junho de 1996 e que durante esta relação foram concebidos. Requerem a procedência do pedido e a fixação dos alimentos no montante 40% de seus rendimentos líquidos. Devidamente citado o réu contestou o pedido. Na instrução do processo foi deferida a produção de exame de DNA e o dissenso permaneceu quanto aos alimentos.Laudo pericial de fls. 112/115 e fls. 121/124.O Ministério Público opinou pela procedência do pedido com a fixação dos alimentos em 40% dos rendimentos líquidos do réu.É o RELATÓRIO .Tratam os autos de ação de investigação de paternidade com alimentos que P.H.M.B e D.C.M.B, movem em face de A.C.P .Exame de DNA, às fls. 112/115 e fls. 121/124, confirmando a paternidade. No mérito, o pedido de reconhecimento de paternidade e a fixação de alimentos é procedente.O feito foi instruído através do exame de DNA apontando o requerido como sendo o pai dos autores. Dessa forma, não há dúvidas acerca da paternidade imputada.Resta-se analisar a fixação dos alimentos. É sabido que na fixação dos alimentos deve-se considerar o binômio necessidade versus possibilidade. O montante dos alimentos deve ser fixado de acordo com as necessidades dos alimentandos e as possibilidades do alimentante.A necessidade dos autores decorre da sua própria existência que requer a satisfação das exigências necessárias à sobrevivência, como alimentação, educação, vestuário e lazer.Na inicial pleitearam o valor de 40%(quarenta por cento) dos rendimentos líquidos.O requerido, por sua vez, em contestação ofertou 10%(dez por cento)de seus rendimentos líquidos.Há que se quantificar o valor dos alimentos a serem pagos aos menores dentro das possibilidades do réu. Entendo que a quantia de 30% (trinta por cento) dos seus rendimentos, atende na medida do possível as necessidades dos autores e reserva ao réu condições para a sua própria mantença.Dessa forma, ante a confirmação técnica e científica de que o réu é o pai biológico dos autores, julgo parcialmente procedente o pedido para declarar A.C.P, pai do autores,que passarão a se chamar: P.H.M.B.P e D.C.M.B.P, incluindo, assim, os dados paternos na sua certidão de nascimento e acrescentado-se o nome dos avós paternos. Condeno ainda o requerido a pagar mensalmente aos autores o valor de 30% (trinta por cento) de seus rendimentos líquidos a serem descontados junto ao órgão empregador. Sentença com resolução de mérito, conforme art. 269,I, do CPC.Sem custas, face à gratuidade judiciária concedida as partes.Expeça-se o necessário.P.R.I.C. e Aquive-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 29 de junho de 2012.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0007839-92.2011.8.22.0102
Ação:Inventário
Inventariante:L. C. S. S. D. C. G. da S. dos S.
Advogado:Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963), João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213)
Requerido:E. de A. B. dos S. S. C. B. de F.
Certidão
Providencio a intimação do patrono da inventariante, para dar cumprimento a parte final do despacho de fls. 54.
Porto Velho 03 de janeiro de 2013
Charles Alves de Sousa
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0012646-58.2011.8.22.0102
Ação:Inventário
Inventariante:M. da C. O. P.
Advogado:Irlan Rogério Erasmo da Silva (OAB/RO 1683), Antônio Madson Erasmo Silva (OAB/RO 2582)
Inventariado:E. de O. D. P.
Providencio a intimação do patrono da inventariante, para dar cumprimento a parte final do despacho de fls. 69.
Porto Velho 03 de janeiro de 2013
Charles Alves de Sousa
Escrivão Judicial Substituto

4ª Vara de Família e Sucessões
Proc.: 0011119-37.2012.8.22.0102
Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente:S. J. A. S.
Advogado:Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963), João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213)
Sentença:
Vistos, S.J.A.S, devidamente qualificada, pede alvará de levantamento de valores na forma do Decreto Nº 85.845 de março de 1981. Com a inicial vieram documentos.É o RELATÓRIO . Trata-se de liberação de valores disciplinada pela Lei 6858/80 e pelo Decreto Nº 85.845/81. Comprovado que a requerentes é herdeira da de cujus, bem como que os valores a serem liberados são provenientes de verbas rescisórias no valor de R$ 3.617,86, é de se liberar tais valores. Assim sendo, nos termos do artigo 1º da Lei 6858/80 c/c o artigo 1037 do CPC, defiro o levantamento dos valores depositados. Sentença com solução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC.Expeça-se o competente alvará. Sem custas em face da gratuidade da justiça.P.R.Intime-se via DPE e Arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de novembro de 2012.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006788-46.2011.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. M. M. A. C.
Advogado:Luiz Cavalcante de Souza Junior (OAB/RO 2330)
Requerido:Q. P. S. C.
Advogado:Rochilmer Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB/RO 2390), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
Custas Judiciais:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 16,00 (desesseis reais) , sob pena de inscrição na Dívida Ativa.
Charles Alves de Sousa
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0006074-52.2012.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. N. T. de A.
Advogado: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616), Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Requerido:E. F. A. dos S.
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.
Charles de Sousa Alves
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0007081-79.2012.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:R. S. da S.
Advogado:Eliana Soleto Alves Massaro (OAB/RO 1847)
Requerido:Y. A. L. da S.
Custas Iniciais:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas iniciais no valor de R$ 34,30(trinta e quatro reais e trinta centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.
Charles de Sousa Alves
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0009248-40.2010.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:D. S. de C.
Advogado:Alex Cavalcante de Souza (sob o nº 1.818/RO)
Requerido:T. G. de C.
Advogado: Renato Djean Roriz de Assumpção (OAB/RO 3917)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 108,00 (cento e oito reais), sob pena de inscrição na dívida ativa.
Charles de Sousa Alves
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0006613-18.2012.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:W. D. da S. T. V. T. de L.
Advogado:Irlan Rogério Erasmo da Silva (OAB/RO 1683)
Custas Iniciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas iniciais no valor de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.
Charles de Sousa Alves
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0002095-70.2007.8.22.0001
Ação:Ação ordinária
Requerente:Wanda Cavalcante Barbosa
Advogado:Arcelino Leon (OAB/RO 991), Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776), Cezar Leon Neto (OAB/RO 417E)
Requerido:João Lima Ferreira, Alaides Bueno Ferreira, Joelma Bueno Ferreira, Vanuza Aparecida Barbosa Ferreira, Jackson Cavalcante Ferreira
Despacho:
Vistos :Nomeio Curador Especial na forma do artº 9º do CPC,para a requerida Joelma citada por edital, o defensor designado para tal. Intime-o da nomeação dando-se vista pelo prazo legal, para contestação.Vindo a contestação, à parte autora para impugnar, com a impugnação ao Ministério Público .Porto Velho-RO, sexta-feira, 9 de novembro de 2012.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0008623-35.2012.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. M. de P.
Advogado:Fabricio Matos da Costa (RO 3270)
Requerido:T. B. F. de P.
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 14.
Charles de Sousa Alves
Escrivão Judicial Substituto

Proc.: 0010650-88.2012.8.22.0102
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:L. B. P.
Advogado:Antonio Tavernard (RO 4206)
Requerido:F. C. V.
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 15,00 (quinze reais), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.
Leandro Rocha Pereira
Secretário do Juízo

Proc.: 0008087-24.2012.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. C. da S. N. G. B.
Advogado:Íngride Telassin Gurgel Barreto (OAB/RO 4693), Iasmine Pereira Barreto (OAB/RO 4621)
Requerido:W. P. da S.
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 22
Leandro Rocha Pereira
Secretário do Juízo

Proc.: 0320820-97.2008.8.22.0001
Ação:Embargos à Execução
Embargante:M. T. F.
Advogado:Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069)
Requerido:L. C. S. de A.
Advogado:Paulo Henrique Gurgel do Amaral (OAB/RO 1361)
Custas Finais:
Fica a embargante, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 1.163,64 (um mil cento e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0001951-23.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:G. P. M. R. P. M. F. S. P. M. J. M. da S. G. P. M. F. de S. S. G. das G. M.
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Requerido:M. G. P. M. C. M. A. A. N.
Custas Finais:
Fica os autores, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimados para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 31,30 (trinta e um reais vírgula trinta centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0004145-81.2012.8.22.0102
Ação:Alvará Judicial
Requerente:E. M. de A. M.
Advogado:Karoline Costa Monteiro (RO 3905)
Despacho:
Vistos, R.A. em segredo de justiça e com custas ao final.Oficie-se a respectiva instituição bancária Banco do Brasil a fornecer extratos/saldos de todos os valores existentes em nome do(a) de cujus Sr.H.P.M, existentes na conta bancária 54405, agência 0102-3, que detinha junto a União, o cadastro de pessoa física CPF, número 052.160.522-91.Após, regularize o valor da causa, no prazo de 05 (cinco) dias. Porto Velho-RO, quarta-feira, 13 de junho de 2012.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006854-89.2012.8.22.0102
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. E. R. N.
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido:R. R. das N. M. R. O. M.
Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
Despacho:
Vistos, Certifique a escrivania a apresentação de contestação no prazo legal.Após, ao estudo psicossocial, com prazo de 30(trinta) dias.Intime-se o advogado que subscreve a petição de fls. 18/19 a regularizara a representação processual da requerida nestes autos, sob pena de desentranhamento da petição e documentos juntados às fls. 18/109.Porto Velho-RO, terça-feira, 11 de dezembro de 2012.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0011388-76.2012.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:E. L. T. S.
Advogado:Lucas Gustavo da Silva (OAB/RO 5146)
Requerido:L. G. D. S.
Despacho:
Vistos, Trata-se de Ação Revisional de Alimentos.Somente é possível esta ação quando houver mudanças das condições financeiras ou da fortuna do alimentante ou alimentado, após a fixação dos alimentos.Da narrativa da inicial não se vê qualquer menção a elemento que tenha alterado a condição financeira do autor ou do réu após a fixação dos alimentos em janeiro de 2012. Ao contrário, ao que se vê, todos os fatores alegados já eram existentes por ocasião do acordo.Assim, diante do disposto no artigo 295, parágrafo único, inciso II, do CPC, e no artigo 284, também do CPC, emende a inicial, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento, por sua inépcia.Porto Velho-RO, segunda-feira, 10 de dezembro de 2012.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0009379-44.2012.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:R. C. R. das N. R. C. R. das N.
Advogado:Alexandra Ricardo de Freitas (2070), Jose G. B. Filho (816), Laercio B de Lima (843)
Requerido:I. R.
Despacho:
Vistos, 1.R. e A . em segredo de justiça e com gratuidade. 2. Nos termos do artigo 1.706 do Código Civil c/c o artigo 4° da Lei 5.478/68 e em face das informações trazidas aos autos pela parte autora, arbitro alimentos provisórios em 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo, devidos a partir da citação do requerido e pagos mensalmente na conta bancária a ser aberta pela escrivania para esse fim.3.Cite-se o requerido para contestar e intime-se o autor. Designo desde logo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento se não houver acordo para o dia 25 de janeiro de 2013 às 09:40 horas.4.Para a audiência advirta-se no mandado a parte autora que seu não comparecimento implicará no arquivamento do feito e a parte requerida que não comparecendo terá a revelia decretada, presumindo-se então verdadeiros os fatos descritos na inicial. A contestação deverá ser apresentada até ou o início da audiência.4.1.Se não houver acordo, deverá a parte requerida apresentar contestação em audiência, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se em seguida à oitiva das testemunhas, alegações finais e prolação da sentença (arts. 8° e 9° da Lei de Alimentos). Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos Arts. 7º e 8° da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68); e5.Cite-se. Intime-se todos, inclusive o MP. Servindo esta como mandado. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de outubro de 2012.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004002-29.2011.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:C. F. M.
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido:C. M. da S.
Advogado:Jefferson Silva de Brito (OAB/MS 14536)
Sentença:
Vistos, C. F. M., representado pela genitora, G. F. M., propôs ação de alimentos em face de C. M. da S., todos devidamente

qualificados.Alega o autor que seu pai lhe ajuda, todavia pretende fixar dia e valor para o pagamento.Requer um salário mínimo a título de alimentos.O requerido foi citado e não contestou a ação.Às fls. 20/21 manifestou-se no sentido de que as partes haviam entabulado acordo.Manifestação do Ministério Público às fls. 28.Em audiência de conciliação, instrução e julgamento as partes manifestaram não ter mais interesse no acordo, proposta nova conciliação a mesma restou infrutífera e as partes desistiram do acordo.Não foi produzida prova oral. Encerrada a instrução. Em debates orais a autora reiterou os termos da inicial.O Ministério Público opinou pela procedência do pedido às fls. 30/32.É o RELATÓRIO .Tratam os autos de ação de alimentos que C. F. M., move em face de seu pai C. M. da S..O processo comporta julgamento antecipado. Citado o requerido não contestou o pedido, cingiu-se apenas em apresentar proposta de acordo.A falta da contestação induz a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, bem como autoriza a presunção de que o réu concorda com o pagamento da pensão pedida e que o valor pedido está de acordo com as suas possibilidades econômicas e financeiras.Isto posto, julgo procedente o pedido e condeno o réu a pagar um salário mínimo mensal a título de alimentos ao autor, a serem descontados em folha de pagamento junto à Distribuidora Coimbra e depositado em conta bancária a ser aberta pela autora.Sentença com resolução de mérito na forma do artigo 269, I, do CPC.Custas e honorários, estes em 10% do valor da causa pelo réu P.R.Intime-se pessoalmente o réu e arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 17 de novembro de 2011.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0019260-57.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josimara Cabral Cordeiro Elias
Advogado:Maria Nazare Pereira da Silva ( ), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido:L. S. Matoso Comércio de Medicamentos Ltda
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0019905-82.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Zenaide dos Santos Freire
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido:Banco Bradescard S.A.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0024900-41.2012.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Luciane Marcele de Oliveira Silva
Advogado:Maria Inês Spudaro (3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0269170-79.2006.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Banco do Estado de São Paulo S. A. - Banespa
Advogado:Marcos Antonio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Requerido:Paulo Affonso Ferreira
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0011580-21.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jéssica Sueli Chavez
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido:Portal Distribuidora de Gêneros Alimntícios e Bebidas Importação e Exportação Ltda
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção, conforme despacho de fl(s).

Proc.: 0003635-17.2011.8.22.0001
Ação:Depósito
Requerente:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado:Richard Anderson Hidalgo Paredes (OAB/AM 6682)
Requerido:Joel Ferreira da Silva
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção, conforme despacho de fl(s).

Proc.: 0009925-14.2012.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido:Erber Rodrigues da Costa
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção, conforme despacho de fl(s).

Proc.: 0020965-27.2011.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Autovema Veículos Ltda
Advogado:Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido:Andréia da Silva Chaves Ribeiro
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção, conforme despacho de fl(s).

Proc.: 0002575-09.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Paulo César Oliveira dos Reis
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Santander Brasil S/A

Advogado:Marcos Metchko ( )
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte Autora de fl 72

Proc.: 0004435-45.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Valdir de Almeida
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido:Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Advogado:Silvana Fernandes M. Pereira (3024 3024), Leila Mejdalani Pereira (OAB/SP 128457)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0009640-55.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:José Messias Rodrigues
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:BANCO BMG SA.
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/MG 107878)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0003000-36.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Francisco Zeferino da Rocha
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), Cynthia Durante (OAB/RO 4678)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Maria Dulcenira Cruz Bentes
Sra.

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0011527-74.2011.8.22.0001
Ação:Exceção de Incompetência
Excipiente:Brasil Telecom S. A./OI
Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Excepto:Feedback Serviços e Sistemas Ltda
DECISÃO :
Vistos Oi S.A. apresentou incidente de exceção de incompetência de territorial, alegando existir cláusula de eleição de foro no contrato, escolhendo a comarca de Brasília para a solução de eventuais conflitos de interesse. Instado a se manifestar, o excepto apresentou manifestação defendendo que não se aplica a cláusula de eleição de foro se verificado que a defesa de uma das partes ficará prejudicada, vindo os autos conclusos.Relatados, DECIDO. De conformidade com o disposto no art. 3º, Lei 8.078/90, fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.Logo, havendo relação de consumo, preceitua o artigo 6º, VIII, do CDC, que a defesa do consumidor deve ser facilitada, motivo pelo qual a ação deve permanecer no foro do domicílio do autor. Este é o posicionamento do colendo STJ: “AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. APLICAÇÃO DO CDC. FORO DE ELEIÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. 1. Firme a jurisprudência do STJ ao afirmar que as entidades de previdência privada estão sujeitas às normas de proteção do consumidor. 2. A competência do juízo em que reside o consumidor é absoluta, devendo ser declarada de ofício pelo juízo.” (STJ - AgRg no Ag 644513/RS, Rel Min. Humberto Gomes de Barros, j. em 24.08.2006, DJU 11.09.06). Assim, se a cláusula de eleição de foro é prejudicial ao consumidor, estipulando competência de juízo de difícil acesso para o hipossuficiente, deve ser afastada para que prevaleça a mais benéfica. Deve, portanto, ser considerada como comarca mais benéfica para os consumidores aquela em que têm domicílio, pois, se não fosse assim, a transferência para comarca diversa, causaria ao excepto as mesmas dificuldades e prejuízos do foro de eleição.Por estas razões, rejeito a exceção, e fixo a competência desta comarca para decidir o feito. Traslade-se cópia desta DECISÃO para os autos da ação principal. Após o trânsito em julgado, venham os autos principais para continuidade.Oportunamente, remetam-se os autos ao arquivo, com a respectiva baixa.Intimem-seRetifique-se a autuação e demais assentamentos para que passe a constar a atual denominação da ré Oi S.A. Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0006240-33.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Marta Alves de Araújo Lima
Advogado:Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017), Paulo Vinicio Porto de Aquino (OAB/RO 2723), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Sentença:
Vistos. Ante ao noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III do Código de Processo Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do

instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante a apresentação de cópias.Transitado em julgado esta DECISÃO , arquive-se.Custas na forma da lei.P.R.I.CPorto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0014415-79.2012.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I
Requerido:Elias Martins de Oliveira
Sentença:
Vistos, Homologo o pedido de desistência para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art.267, VIII, do CPC.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de custas processuais, mediante a apresentação de cópias. Transitado em julgado esta DECISÃO , arquive-se.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0001435-37.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iris de Lima Bento
Advogado:Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido:Banco Itaucard S. A.
Advogado:Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Sentença:
Vistos, Homologo o acordo firmado entre as partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e JULGO EXTINTO o processo, nos termos dos arts. 794,II e 795, do Código de Processo Civil.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do comprovante de recolhimento das custas processuais, mediante a apresentação de cópias.Após, arquive-se.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0012722-31.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Requerido:Portosoft Informática Ltda
Advogado:Andrey Cavalcante (OAB/RO 303B)
Despacho:
Vistos O presente feito encontra-se sentenciado a fl.107, porém até o presente momento não há informação nos autos de que a requerida entregou a autora carta de anuência para efeito de exclusão definitiva do protesto noticiado na petição inicial. Assim, intime-se a requerida para comprovar cumprimento da referida determinação, no prazo de 05 dias.Decorrido o prazo, confirmo a antecipação de tutela de fl.97 e determino o cancelamento definitivo do protesto das duplicatas de n. 55541 - 03/03 - 1º Tabelionato - apontamento 933364; duplicatas 55541 01/03 e 55541 02/03 - protocolos 137607 e 137606 - Terceiro Tabelionato, , correndo as custas da baixa a cargo da requerente, que deu causa ao ato.Oficie-se o 1º Tabelionato de Protesto de Titulos de de Porto Velho e ao 3º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos desta Comarca para dar ciência desta DECISÃO .Após, arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0020432-34.2012.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:BV Financeira S.A C.F.I.
Requerido:Miguel Nery da Silva
Sentença:
Vistos, Homologo o pedido de desistência para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art.267, VIII, do CPC.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de custas processuais, mediante a apresentação de cópias. Transitado em julgado esta DECISÃO , arquive-se.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHOS E SENTENÇAS PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO : www.tj.ro.gov.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO :
JUIZ : jjorge@ tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ : olivia@tj.ro.gov.br
VARA : pvh5civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0025088-34.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edileno Soares de Almeida
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema Não Padronizado
DECISÃO :
DECISÃO EDILENO SOARES DE ALMEIDA ajuizou ação ordinária em face de FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITPRIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA II NÃO PADRONIZADO, pretendendo a declaração de inexistência de débitos, bem como a reparação por danos morais, em razão da inscrição supostamente indevida de seu nome em cadastros de inadimplentes, referente a débitos que afirma desconhecer. Passo a analisar o pedido de antecipação de tutela.A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.No caso em tela, o pedido de

exclusão do cadastro de inadimplentes decorre da não utilização dos serviços que geraram a dívida, sustentada pelo autor, que alega estar sofrendo dano em decorrência da inscrição indevida.A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois os documentos apresentados demonstram a inscrição negativa (fls. 31/32) e, com as limitações próprias do início do conhecimento, a possibilidade de ser ilegítima a negativação.O perigo da demora dispensa maiores considerações, uma vez que a negativação impede o acesso da parte autora ao crédito, dificultando sobremaneira a aquisição de bens e produtos de primeira necessidade.Assim, pelo exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela.DETERMINO que a empresa requerida retire o nome do requerente dos cadastros de inadimplentes no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.Independentemente do prazo de resposta, DESIGNO audiência para tentativa de conciliação para o dia 19/06/2013 às 10 horas. Na oportunidade, infrutífera a conciliação, a parte autora poderá se manifestar sobre a contestação, bem como as partes acerca da necessidade de produção de provas em audiência.A ausência de quaisquer das partes implica na sua dispensa da produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 330 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Iguatemi, n. 151, andar 19, Parte Edifício Spazio Faria Lima, bairro Itaim Bibi, São Paulo SP, CEP 01451-011Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0020832-48.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Lino Mariano da Costa Paumari
Advogado:Quênede Constâncio do Nascimento (OAB/RO 3631)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Sentença:
SENTENÇAI RELATÓRIO .LINO MARIANO DA COSTA PAUMARI , qualificado à fls. 03, ajuizou a presente ação de cobrança de seguro em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, igualmente qualificada à fls. 03.Determinado a parte autora que emendasse a petição inicial, para recolher as custas, deixou transcorrer in albis o prazo legal fixado pelo Código de Processo Civil, sem o cumprimento da determinação.É a síntese necessária. II Fundamentação.A parte autora foi intimada a emendar a petição inicial no prazo legal, conforme o estabelecido pelo art. 284 do Código de Processo Civil, porém, deixou correr in albis o prazo.Assim, de acordo com o art. 284, parágrafo único do Código de Processo Civil o caso é de indeferimento da petição inicial. Esse é o entendimento do nosso Tribunal de Justiça:APELAÇÃO CÍVEL. DETERMINAÇÃO. FALTA DE EMENDA. INÉRCIA. INDEFERIMENTO DA INICIAL.Impõe-se o indeferimento da inicial quando não atendida a emenda determinada.(1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Processo nº 00014072720118220015, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 08/11/2011).Dessa forma, a inicial deve ser indeferida.III Dispositivo.Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 284 c/c inciso VI do art. 295, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial apresentada por LINO MARIANO DA COSTA PAUMARI em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT e, em consequência, nos termos do inciso I do art. 267 do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito.Sem custas. Fica autorizado o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante apresentação de fotocópia, com exceção da taxa e da procuração.Com o trânsito em julgado desta DECISÃO , procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.Publique-se.Registre-se. Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0022901-53.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Everton Rabelo de Carvalho
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Banco Bradesco S. A.
DECISÃO :
DECISÃO Acolho a emenda a inicial.Trata-se de ação de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais com pedido de antecipação de tutela, formulada por EVERTON RABELO DE CARVALHO, qualificado à fls. 03 em face de BANCO BRADESCO S/A, também qualificado à fls. 03. Pleiteia a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, para que a empresa requerida retire o seu nome dos cadastros de inadimplentes, alegando para tanto a inexistência do débito cobrado.Pois bem, passo a analisar o pedido de antecipação de tutela.A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la.Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional são a verossimilhança da alegação e o periculum in mora.A verossimilhança está presente, isso porque junta aos autos comprovantes do pagamento da dívida junto ao requerido.O perigo da demora é claro pela própria natureza do pedido.Assim, pelo exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela.DETERMINO que a empresa requerida retire o nome do requerente dos cadastros de inadimplentes no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.Independentemente do prazo de resposta, DESIGNO audiência para tentativa de conciliação para o dia 20/06/2013 às 08 horas e 30 minutos. Na oportunidade, infrutífera a conciliação, a parte autora poderá se manifestar sobre a contestação, bem como as partes acerca da necessidade de produção de provas em audiência.A ausência de quaisquer das partes implica na sua dispensa da produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 330 do Código de Processo Civil. CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Complexo Cidade de Deus, s/n, bairro Vila Yara, Osasco SP, CEP 06029-900.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024986-12.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Nissey Motors Ltda
Advogado:Sídney Duarte Barbosa (OAB/RO 630A)
Executado:Lord Serviços de Engenharia e Construtora Ltda . Me, Deuzineia Campana
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita ou fazer nomeação válida de bens para a garantia do juízo. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade.DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 74.766,21 (setenta e quatro mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), equivalente à Dívida Principal (R$ 67.969,29) + 10% de honorários advocatícios.DATA DA CORREÇÃO: 30.11.2012Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento ou nomeação válida de bens, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (§ 3º do artigo 659 do CPC, C/C § 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO).Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar impugnação à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC).CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço primeiro executado: Avenida Carlos Gomes, n. 1375, Centro, Porto Velho RO.Endereço segundo executado: Avenida Carlos Gomes, n. 1375, Centro, Porto Velho RO.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024846-75.2012.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Cavalcante Machado Comércio de Medicamentos Ltda
Requerido:Banco Santander Brasil S/A
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte requerida para, no prazo de 05 dias, promover a exibição dos documentos indicados na petição inicial.E para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço: Avenida 07 de Setembro, n. 562, Centro, Porto Velho - RO, CEP 76801-028Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025736-14.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Paulo Sergio Marquiole
Advogado:Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930), Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Requerido:Motriz Engenharia e Construções Ltda
DECISÃO :
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da gratuidade de justiça, porém, não comprovou sua hipossuficiência, por não estar caracterizado que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025967-41.2012.8.22.0001
Ação:Arresto
Arrestante:Raimundo Soares da Cruz
Advogado:Vera Maria da C. Souza (OAB/RO 573)
Arrestado:Leonardo Henrique Duarte e Silva
DECISÃO :
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da gratuidade de justiça, porém, não comprovou sua hipossuficiência, por não estar caracterizado que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024797-34.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco Itaucard S.A.
Advogado:José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718), Luis Carlos Laurenço (OAB/BA 16780), Celso David Antunes (OAB/BA 1141A)
Requerido:Francisco Albino Júnior
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.Independentemente do prazo de resposta, DESIGNO audiência para tentativa de conciliação para o dia 19/06/2013 às 10 horas e 30 minutos. Na oportunidade, infrutífera a conciliação, a parte autora poderá se manifestar sobre a contestação, bem como as partes acerca da necessidade de produção de provas em audiência.A ausência de quaisquer das partes implica na sua dispensa da produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 330 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço: Rua Belo Horizonte, n. 201, bairro Pedra de Chão, Porto Velho RO, CEP 76820-732.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025036-38.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:LF Imports Ltda
Advogado:Rejane Saruhashi (OAB/RO 1824)
Executado:Delman Cavalcante Saldanha
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita ou fazer nomeação válida de bens para a garantia do juízo. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 24.217,00 (vinte e quatro mil

duzentos e dezessete reais), equivalente à Dívida Principal (R$ 22.015,46) + 10% de honorários advocatícios.DATA DA CORREÇÃO: 16.11.2012Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento ou nomeação válida de bens, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (§ 3º do artigo 659 do CPC, C/C § 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO).Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar impugnação à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC).CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Salvador Dali, n. 7359, Conjunto Samauma, bairro Cuniã, Porto Velho RO, CEP 76824-450. Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025339-52.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A Balbino Alves Me
Advogado:Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)
Requerido:Gafisa Spe Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.Independentemente do prazo de resposta, DESIGNO audiência para tentativa de conciliação para o dia 20/06/2013 às 09 horas. Na oportunidade, infrutífera a conciliação, a parte autora poderá se manifestar sobre a contestação, bem como as partes acerca da necessidade de produção de provas em audiência.A ausência de quaisquer das partes implica na sua dispensa da produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 330 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Lauro Sodré, n. 423, Porto Velho - RO, CEP 76803-660Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025316-09.2012.8.22.0001
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Agostinho Gleiton Dantas de Oliveira
Advogado:João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213)
Embargado:Fernandes Factoring e Fomento Mercantil Ltda
DECISÃO :
DECISÃO Recebo os embargos à execução.Deixo de atribuir efeito suspensivo aos Embargos à Execução, nos termos do art. 739-A, § 1º, do Código de Processo Civil. Certifique-se nos autos principais.Intime-se o exequente para ser ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 740 do CPC. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0020058-18.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iracy de Almeida
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido:Centro de Formação de Condutores e Despachantes Fenix Ltda
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.Independentemente do prazo de resposta, DESIGNO audiência para tentativa de conciliação para o dia 19/06/2013 às 09 horas e 30 minutos. Na oportunidade, infrutífera a conciliação, a parte autora poderá se manifestar sobre a contestação, bem como as partes acerca da necessidade de produção de provas em audiência.A ausência de quaisquer das partes implica na sua dispensa da produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 330 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço: Avenida Calama, n. 1480, bairro Olaria, Porto Velho RO, CEP 78900-000Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025604-54.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Supermercado Gonçalves Ltda
Advogado:Marcio Augusto de Souza Melo (RO 2703), Moacyr Rodrigues Pontes Netto (OAB/RO 4149)
Requerido:Benetti Prestadora de Serviços Ltda.
DECISÃO :
DECISÃO Intime-se a parte autora para emendar a exordial de acordo com os incisos V, VI e VII do artigo 282 do Código de Processo Civil. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0020248-78.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Irismar Araújo Ferreira Reis
Advogado:Anderson Adriano dos Reis e Silva (OAB/RO 1347)
Requerido:Americel S/A
DECISÃO :
DECISÃO Chamo o feito a ordem.Intime-se a parte autora para especificar as provas que pretende produzir, em conformidade com o artigo 282, VI do Código de Processo Civil.Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025376-79.2012.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Marily da Silva Lins
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco Bonsucesso S. A.
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte requerida para, no prazo de 05 dias, promover a exibição dos documentos indicados na petição inicial.E para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil. CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço:

Rua Alvarenga Peixoto, n. 974, 7º e 8º andares, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte MG, CEP 30180-120Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0020101-52.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Janaina Lima da Cunha
Advogado:Denio Mozart de Alencar Guzman ( )
Requerido:Três Marias Transportes Ltda
DECISÃO :
DECISÃO Acolho a emenda à inicial e DEFIRO à parte autora os benefícios da assistência judiciária. Anote-se.Retifique-se a autuação, pois trata-se de ação pelo rito sumário.Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 20/06/2013 às 10 horas.Cite-se a parte requerida, com as advertências dos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil, para comparecer à audiência, oportunidade em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que todos os atos instrutórios serão praticados na audiência designada e, caso pretenda ouvir testemunhas, deverá apresentar o seu rol em cartório com antecedência de 20 (vinte) dias.Intime-se a autora a comparecer à solenidade, sob pena de arquivamento.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Requerente: Rua Felipe Lacute, n. 3976, bairro Tancredo Neves, Porto Velho RO.Requerido: Avenida Rio de Janeiro, n. 6162, bairro Lagoinha, Porto Velho RO.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024776-58.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Raimundo Martins
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779), Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
DECISÃO :
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da justiça gratuita, porém, não comprovou sua hipossuficiência, por não estar caracterizado que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025318-76.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juvelina dos Santos Lima
Advogado:Samuel dos Santos (OAB 4160)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.Independentemente do prazo de resposta, DESIGNO audiência para tentativa de conciliação para o dia 20/06/2013 às 09 horas e 30 minutos. Na oportunidade, infrutífera a conciliação, a parte autora poderá se manifestar sobre a contestação, bem como as partes acerca da necessidade de produção de provas em audiência.A ausência de quaisquer das partes implica na sua dispensa da produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 330 do Código de Processo Civil. CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Afonso Pena, n. 161, sala 01, Porto Velho RO.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito
Olivia Adna Barata
Escrivã

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHOS E SENTENÇAS PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO : www.tj.ro.gov.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO :
JUIZ : jjorge@ tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ : olivia@tj.ro.gov.br
VARA : pvh5civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0025321-31.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rondomaza Auto Peças Ltda
Advogado:Wanderlan da Costa Monteiro (OAB/RO 3991)
Executado:Juliano Mendes
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita ou fazer nomeação válida de bens para a garantia do juízo. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade.DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 4.260,71 (quatro mil duzentos e sessenta reais e setenta e um centavos), equivalente à Dívida Principal (R$ 3.873,38) + 10% de honorários advocatícios.DATA DA CORREÇÃO: 03.12.2012Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento ou nomeação válida de bens, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (§ 3º do artigo 659 do CPC, C/C § 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO).Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar impugnação à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC).CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Getúlio Vargas, n. 2933, bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho RO.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024909-03.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:N & V Serviços Ltda Me Cia Corretores de Imóveis

Advogado:Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783)
Requerido:Naiane Felix Moraes, Albertina de Moura Felix, Jair Rossi de Mendonça
Sentença:
SENTENÇACIA ¿ CORRETORES DE IMOVEIS LTDA ajuizou a presente ação de cobrança de alugueres em face de NAIANE FELIZ MORAES, ALBERTINA DE MOURA FELIZ e JAIR ROSSI DE MENDONÇA, todos qualificados à fls. 03.Aduz a requerente que é responsável por um imóvel que foi alugado para a primeira requerida, tendo como fiadores o segundo e terceiro requeridos. Alega que a locatária não pagou os aluguéis de setembro de 2011 a janeiro de 2012.Requer a condenação dos requeridos ao pagamento dos alugueres atrasados bem como multa, juros e despesas com advogado.Apresentou procuração à fls. 11 e demais documentos às fls. 12/30.É o RELATÓRIO necessário, decido.É cediço que não se pode pleitear em nome próprio, direito alheio, inclusive é o que dispõe o artigo 6º do Código de Processo Civil.No caso em tela a autora é ilegítima, isso porque esta em seu nome cobrando alugueres vencidos que são devidos a Locadora, conforme documento de fls. 12.Nesse sentido a Ministra Nancy Andrighi no RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.620 - SC (2011/0105156-4) explica:"o Código de Processo Civil estabelece que não é possível pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo as exceções estabelecidas em lei (art. 6º). A legitimidade ordinária, portanto, é daquele que detém o direito material. Todavia, a lei pode legitimar, extraordinariamente, outros sujeitos, denominados substitutos processuais. A substituição processual somente poderá se aperfeiçoar nos termos definidos expressamente pela lei, não sendo válido que se opere mediante disposição voluntária e contratual feita entre substituído e substituto. Ocorre que a legislação infraconstitucional, em especial a Lei 8.245/91, não garante à administradora de imóveis legitimidade para substituir processualmente o locador. A administradora de imóveis é apenas representante do proprietário, e não substituta processual, legitimada para executar obrigações e encargos derivados de contrato de locação. A participação da imobiliária, portanto, não é ampla a ponto de colocá-la no lugar do próprio locador. Isso, mesmo que a intermediação contratual se dê apenas com a imobiliária, sem que as partes locador e locatário sequer tenham contato pessoal. Fenece, então, legitimidade à administradora de imóveis."Dessa feita, deve ser a presente ação extinta, por falta de condição da ação, qual seja a ilegitimidade da parte autora.Ante o exposto, nos termos do inciso VI do art. 267 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito.Sem custas. Fica autorizado o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante apresentação de fotocópia, com exceção da taxa e da procuração.Com o trânsito em julgado desta DECISÃO , procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.Publique-seRegistre-se. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025229-53.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cimento Rondônia Ltda
Advogado:Carlos Corrêia da Silva (OAB/RO 3792)
Executado:IVSON LEVINO FERREIRA
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita ou fazer nomeação válida de bens para a garantia do juízo. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade.DÍVIDA CORRIGIDA: R$ 2.926,36 (dois mil novecentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos), equivalente à Dívida Principal (R$ 2.660,33) + 10% de honorários advocatícios.DATA DA CORREÇÃO: 05.12.2012Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento ou nomeação válida de bens, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (§ 3º do artigo 659 do CPC, C/C § 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO).Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar impugnação à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC).CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Francisco Braga, n. 6015, Quadra 108, bairro Igarapé, Porto Velho RO, CEP 76820-732.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025394-03.2012.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Panamericano S. A.
Advogado:Marcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329)
Requerido:Noé da Silva Santos
DECISÃO :
DECISÃO A cópia reprográfica do instrumento de procuração só é eficaz quando devidamente autenticada (RT 715/206; RJTSP, Lex 122/39)Em sendo assim, emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento, devendo a parte autora apresentar instrumento de procuração, substabelecimento e notificação originais ou devidamente autenticados.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025622-75.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Irley Costa da Silva
Advogado:Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Requerido:Banco do Brasil S. A.
DECISÃO :
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da gratuidade de justiça, porém, não comprovou sua hipossuficiência, por não estar caracterizado que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025362-95.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Inez Colares da Silva

Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
DECISÃO :
DECISÃO DEFIRO a parte autora os benefícios da assistência judiciária.Cite-se a parte requerida por edital, os confinantes por carta, com as advertências legais.Citem-se os eventuais interessados, por edital com prazo de 30 (trinta) dias, consignando-se as advertências legais (art. 285 e 319 do CPC).Intimem-se, via postal, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado de Rondônia e, do Município de Porto Velho.Após, vindo ou não manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. (art. 944, CPC).A parte é assistida pela Defensoria Pública. Anote-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025384-56.2012.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido:Pedro Plinio Maia Garcia Júnior
DECISÃO :
DECISÃO Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, defiro a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato.Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas.Em caso de purgação da mora, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como determino o recolhimento das custas.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Serigueira, n. 3108, Eletronorte, Porto Velho RO, CEP 76808-458.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025282-34.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nelson Luiz Juchem
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido:Banco J. Safra S/A
DECISÃO :
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da gratuidade de justiça. Porém, o que se observa é que a mesma paga só de financiamento de veículo o valor de R$ 1.282,40 (mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) conforme alegado à fls. 04.Não é crível que uma pessoa que pode arcar com esse valor apenas com uma despesa (financiamento de veículo), não possa pagar as custas processuais no valor de R$ 923,32 (novecentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos).O que se pretende discutir é o valor que as pessoas dão à prestação jurisdicional. É ela um bem da vida por demais importante, quer seja para a pessoa em si, quer seja para a sociedade como um todo. À pessoa porque soluciona litígios das maiores grandezas e complicações, fazendo que se reine a paz individual.À sociedade porque mantém firme o regime democrático, tão caro à nossa sobrevivência enquanto cidadãos que necessitam se utilizar de todos os seus direitos constitucionais.Ainda em outro pronto, também não se pode deixar de atentar para a necessidade das custas processuais, como causa de evitabilidade de lides temerárias ou menosprezo para com a prestação jurisdicional.Com essas considerações, indefiro o pretendido benefício à assistência judiciária gratuita. Faculto à parte autora promova o recolhimento das custas processuais no prazo de dez dias, pena de indeferimento da inicial.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025361-13.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Maria Edvirges da Silva, Wilson Machado de Souza
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
DECISÃO :
DECISÃO DEFIRO a parte autora os benefícios da assistência judiciária.Cite-se a parte requerida por edital, os confinantes por carta com as advertências legais.Citem-se os eventuais interessados, por edital com prazo de 30 (trinta) dias, consignando-se as advertências legais (art. 285 e 319 do CPC).Intimem-se, via postal, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado de Rondônia e, do Município de Porto Velho.Após, vindo ou não manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. (art. 944, CPC).A parte é assistida pela Defensoria Pública. Anote-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025350-81.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Ana Batista Gonçalves
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
DECISÃO :
DECISÃO DEFIRO a parte autora os benefícios da assistência judiciária.Cite-se a parte requerida por edital, os confinantes por carta, com as advertências legais.Citem-se os eventuais interessados, por edital com prazo de 30 (trinta) dias, consignando-se as advertências legais (art. 285 e 319 do CPC).Intimem-se, via postal, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado de Rondônia e, do Município de Porto Velho.Após, vindo ou não manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. (art. 944, CPC).A parte é assistida pela Defensoria Pública. Anote-se.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024438-84.2012.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Doralice Ferreira Brito
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:Ego - Empresa Geral de Obras S/a
DECISÃO :
DECISÃO Intime-se a parte autora para:1 - comprovar a hipossuficiência alegada ou recolher as custas;2 - incluir no polo ativo o conjuge da autora, haja vista na ação de usucapião ocorrer o litisconsórcio necessário.Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024929-91.2012.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido:Pedro Mota Mendonca
DECISÃO :
DECISÃO Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, defiro a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato. Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas.Em caso de purgação da mora, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como determino o recolhimento das custas.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Trizidela, n. 7471, bairro Teixeirão, Porto Velho RO, CEP 76825-316. Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024948-97.2012.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido:José Luiz de Lima
DECISÃO :
DECISÃO Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, defiro a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato.Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas.Em caso de purgação da mora, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, bem como determino o recolhimento das custas.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Avenida Amazonas, n. 6120, Tiradentes, Porto Velho RO, CEP 76824-536Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0025179-27.2012.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido:Anemir Valeriano
DECISÃO :
DECISÃO BANCO VOLKSWAGEN S/A, qualificado à fls. 03, ajuizou ação de reintegração de posse em face de ANEMIR VALERIANO, igualmente qualificado à fls. 03, alegando que celebraram contrato de arrendamento mercantil de um veículo automotor, todavia a parte requerida deixou de pagar as parcelas pactuadas. Alega que notificou a parte, mas mesmo assim a situação não foi resolvida. Sustenta que a ausência de pagamento ou devolução do bem, depois da notificação, caracteriza o esbulho possessório. Requer a reintegração de posse. Pleiteia a concessão de liminar.Passo a analisar o pedido de liminar.Os documentos constantes nos autos são suficientes para deferimento do pedido de liminar, eis que demonstrados todos os requisitos legais para a outorga da proteção possessória.Desta forma, reconheço presentes os requisitos legais para concessão da liminar pretendida, uma vez que demonstrados de forma satisfatória a posse do autor, o esbulho praticado e a data deste.Ante o exposto, DEFIRO a liminar pleiteada por BANCO VOLKSWAGEN S/A contra ANEMIR VALERIANO e, em consequência, DETERMINO a expedição de mandado de reintegração de posse, citando-se a parte requerida, com as advertências legais.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024607-71.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco Itaucard S.A.
Advogado:José Carlos Skrzyszowski Junior (PR 45445)
Requerido:Andre de Carvalho Silva
DECISÃO :
DECISÃO A cópia reprográfica do instrumento de procuração só é eficaz quando devidamente autenticada (RT 715/206; RJTSP, Lex 122/39)Em sendo assim, emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento, devendo a parte autora apresentar instrumento de procuração, substabelecimento e contrato originais ou devidamente autenticados, bem como deverão estar legíveis.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0024847-60.2012.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Drogão da Sete Drogaria e Perfumaria Ltda ME
Requerido:Banco Santander Brasil S/A
DECISÃO :
DECISÃO Cite-se a parte requerida para, no prazo de 05 dias, promover a exibição dos documentos indicados na petição inicial.E para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil.CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço: Avenida 07 de Setembro, n. 562, Centro, Porto Velho RO, CEP 76801-028Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Olivia Adna Barata
Escrivã

6ª VARA CÍVEL

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Denise Gonçalves da Cruz Rocha

Proc.: 0212707-83.2007.8.22.0001
Ação:Declaratória
Requerente:Luzinete Piva Fabiszaki
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)

Requerido:Banco Santander S.A.
Advogado:Marcos Metchko (RO 1482), Marcos Antonio Araujo dos Santos (OAB/RO 846)
Manifeste-se a parte sobre a DECISÃO do agravo

Proc.: 0016014-87.2011.8.22.0001
Ação:Prestação de Contas - Exigidas
Requerente:Francimar Brito Tonaco
Advogado:José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Requerido:Banco Finasa S.A.
Despacho:
Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 5 dias ou apresente os documentos exigidos (art. 915 do CPC). Prestadas as contas, intime-se o autor para manifestar sobre as mesmas no prazo de 5 dias (art 915, §1º do CPC).Caso o requerido não apresente defesa ou documentos no prazo indicado acima, serão observados os apontamentos do art. 330 do CPC.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0020928-63.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Margareth Coimbra Ribeiro
Advogado:Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)
Requerido:Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Despacho:
A parte Autora adentrou com esta ação, solicitando a distribuição do mesmo por dependência na 2ª Vara Cível, conforme fls. 03, porém, o Cartório Distribuidor equivocadamente envio os autos para esta vara, assim, em razão do pedido da parte Autora, devolvo os autos ao Distribuidor, para que assim, envie o processo para a 2ª Vara Cível, tramitando o mesmo por dependência.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0000051-05.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Geraldo Gonçalves Ferreira
Advogado:José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Requerido:Banco BMG S/A
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128341), Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451), Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Sentença:
Isto posto, pelas razões supra invocadas, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos iniciais e, por consequência ponho fim a fase de conhecimento, extinguindo o presente feito com resolução do mérito, nos temos do artigo 269, I, do CPC.Concedo as benesses da Justiça Gratuita.Arcará, a parte Autora com o pagamento dos honorários advocatícios da parte Requerida, estes arbitrados em R$500,00, nos termos do artigo 20, §4°, do CPC.Após o transito em julgado, a parte Autora deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC.Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário.Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, arquivem-se oportunamente os autos.P.R.I. e Cumpra-se.

Proc.: 0002292-49.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Alessio Ogliari
Advogado:Vitor Pinto Pereira Júnior (OAB/RO 3149)
Requerido:Banco Bradesco S. A.
Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Manifeste-se a parte requerida no prazo de 48 horas quanto petição de fls. 72.

Proc.: 0008004-20.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Espolio de Ruth Rivero Abdelnour
Advogado:Vitor Pinto Pereira Júnior (OAB/RO 3149)
Requerido:Banco Bradesco S. A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Manifeste-se a parte Autora no prazo de 48 horas quanto ao laudo pericial.
Denise Gonçalves da Cruz Rocha
Diretora de Cartório

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Denise Gonçalves da Cruz Rocha

Proc.: 0024222-26.2012.8.22.0001
Ação:Ação Civil Pública
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido:Jbs S.a.
DECISÃO :
DECISÃO /MANDADO.Vistos etc. Cuida-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia em face da J.B.S. S.A., relatando inúmeros transtornos decorrentes de um curteme discriminado na petição inicial, atualmente pertencente à ré. Aduz que as atividades do emprendimento afetam o meio ambiente, provocando alterações geológicas no solo e o surgimento de algumas substâncias tóxicas. Tece considerações jurídicas sobre o seu direito. Ao final, requer, em caráter liminar, a imdiata paralisação das atividades da ré e que a SEDAM que se abstenha de renovar a licença de Operação - LO. A inicial veio subsidiada pelos documentos de fls. 02-436.Brevemente relatados, DECIDO.A liminar não merece deferimento.De feito. O primeiro Parecer de Constatação elaborado por Engenheiro do Ministério Público em maio/2010 (fls. 38-78), embora descreva problemas relacionados a impermiabilização em certos setores do curtume, também aponta que ele está localizado no distrito industrial de Porto Velho, em local apropriado para seu funcionamento. Além disso, aponta que o a estrutura física do empreendimento é adequada para o processamento do couro com impedimento ou dificultação à infiltração de líquidos com potencial poluidor do solo. No segundo parecer apresentado pelo Engenheiro do Ministério Público em agosto/2012, acostado às fls. 269-294, aponta-se problemas ambientais relacionados à vegetação e lançamento de produtos tóxicos no solo. No entanto, tais problemas não são suficientes a ponto de justificar a paralisação de uma empresa e, consequentemente, afetar, indiretamente, os seus clientes e a garantia de emprego dos seus trabalhadores. De seu turno, a própria inicial é subsidiada por plano de emergência e de contingência da empresa ré (fls. 306-316), onde estão sendo tomadas medidas destinadas a atenderem as recomendações apresentadas pelo Ministério Público. De

todo modo, a situação poderá ser resolvida em eventual termo de ajustamento de conduta em audiência oportunamente designada .Por outro lado, conforme mencionado às fls. 293 e na narrativa da inicial, a ré possuía Licença de Operação desde 2003, sendo a última com validade até agosto de 2012. Dessa forma, na cognição sumária que caracteriza as decisões proferidas em caráter liminar, não se vislumbra a presença de plausibilidade do direito invocado, no que diz respeito à suspensão da licença de operação à ré ou a paralisação de suas atividades.INDEFIRO, pois, a LIMINAR.No mais, Em conformidade com o artigo 19, da Lei 7.347/85, regimento próprio da Ação Civil Pública, que vaticina ser utilizável o Código de Processo Civil, naquilo em que não contrarie suas disposições, cite-se com as advertências constantes nos artigos 285, 297 e 319 do CPC (não sendo contestada a ação, no prazo de 15 dias, serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.Vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas a parte Autora para réplica.Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO.Endereço: Margens do Rio Candeias, BR 364, KM 17, sentido Cuiabá, Distrito Industrial, Avenida 2, s/n, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0006128-64.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Paula Anísio da Silva
Advogado:Casimiro Ancilon de Alencar Neto (OAB/RO 4569)
Requerido:Dibens Leasing S. A. Arrendamento Mercantil
Despacho:
Cumpra-se o r. Despacho de fls. 35.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0020952-62.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Marly Chaves Souza, Cleide Regina da Silva Lima Rezende, Edison Monteiro de Oliveira, Fabrício Honorato Rosa, Ilamar Pereira de Sousa, Isaías Viana Ribeiro, Ivani Maria Aguiar da Assunção, Joao Alves de Aguiar, Maria Leina de Almeida, Raimundo Eufrazio de Farias Neto
Advogado:Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/MA 9487A), Mário Marcondes Nascimento (OAB/SC 7701)
Requerido:Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado:Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3141)
Despacho:
Cumpra-se a DECISÃO de fls. 297.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0006639-62.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Veralucia Ferreira da Silva
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido:Seguro Garantido Mafre Vera Cruz Seguradora S.a
Advogado:Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689), Maria Helena Gurgel Prado (SP 75.401), Maria Amelia Saraiva (OAB/SP 41233)
Sentença:
Posto isso, com fundamento nos artigos 757 do CC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial formulado pela parte Autora, determinando, que a parte Requerida pague a Autora o valor de R$499,50, a título de indenização decorrente do seguro, acrescidos de correção monetária e juros a partir da citação.Julgo findo o processo de conhecimento, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC.Considerando a sucumbência mínima arcará a parte Requerida com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários de sucumbência que fixo em 15%, do valor da condenação, nos termos do artigo 20, §3º do CPC. Após o trânsito em julgado, a sucumbente deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC. Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário.Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, remetam-se os autos à contadoria judicial para os cálculos das custas e posterior intimação da parte sucumbente ao pagamento, com a advertência de inscrição em dívida ativa para a hipótese de descumprimento, arquivando-se oportunamente os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Denise Gonçalves da Cruz Rocha
Diretora de Cartório

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Denise Gonçalves da Cruz Rocha

Proc.: 0013284-06.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rafael Santos Vasquez
Advogado:Felipe Caio Batista Carvalho (2675), Morgana Lígia Batista Carvalho (OAB/RO 2456)
Requerido:Construtora BS S.A., E. M. Empreendimentos Ltda
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a AR negativa, fls.127, e certidão do(a) Oficial de Justiça de fl.129.

Proc.: 0011831-39.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hermenegildo da Silva Pereira
Advogado:Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido:Benedito de Oliveira Santos
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0013040-43.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zoghbi Administração de Condominios e Locação de Imoveis Ltda
Advogado:Beatriz Veiga Cidin (OAB/RO 2674)
Requerido:Porto Júnior Construções Ltda
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a devolução do AR negativo à fl. 50.

Proc.: 0006140-44.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvia da Silva Cordeiro
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Banco Volkswagen S. A.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0018012-90.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Deusdete de Carvalho, Joana D'arc Damaceno Carneiro
Advogado:Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Requerido:Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER, José Severino Lemes, Jesus Brune, Brune & Lemes Ltda
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl.44.

Proc.: 0143700-33.2009.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado:Vera Lucia Nunes de Almeida (RO 1833)
Requerido:Suelma Reis Furtado
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Auto de Penhora juntado à fl.44.

Proc.: 0002994-92.2012.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Adilson Ferreira de Souza
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S.A
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0018504-82.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carlos Adriano Costa de Lima
Advogado:Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Requerido:Americel S/A. - CLARO
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0010578-16.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Efrain Nascimento dos Santos
Advogado:Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844)
Requerido:Meridiano Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos Não Padronizado, Banco Panamericano S/A
Advogado:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Cláudia Cardoso (OAB/SP 52106)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica, bem como, intimado
a se manifestar sobre o Ofício da SERASA, fls.110.

Proc.: 0000768-17.2012.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Banco Itaucard S.A.
Advogado:MÉlanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
Requerido:Elio Marta da Silva
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a devolução negativa do AR - Citação, juntado à fl. 23.

Proc.: 0010388-87.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Finasa B. M. C. S.A
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido:E. R. de Abreu Me
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 48, onde informa que não localizou o veiculo.

Proc.: 0000511-60.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Reginaldo Fernandes
Advogado:Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)
Requerido:Itau Bfb Leasing
Advogado:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173), Celso Marcon (OAB/RO 10990)
Fica a parte Requerida, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre a Proposta do Perito às fls.58/59.

Proc.: 0018878-98.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Reyjane Chaves de Melo
Advogado:Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
Requerido:Ouro Minas Dtvm
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Mário Ricardo Branco (OAB/SP 206.159)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0108450-36.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Elaine Cristina Barbosa dos Santos Franco
Advogado:Maria Eunice de Oliveira (OAB/RO 2956)
Executado:Banco Bradesco S/A
Advogado:Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126504), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl.110, efetuado pela parte requerida.

Proc.: 0000710-53.2008.8.22.0001
Ação:Execução de título judicial
Requerente:Auto Posto Carga Pesada Ltda
Advogado:Ana Waléria Mendonça Brasil (OAB/RO 2944), Eva Cristina Pereira Pedreira (OAB/RO 1848)
Requerido:Celio Vasconcelos de Oliveira
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção, conforme despacho de fl.91.

Proc.: 0244654-87.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Roberto Aragão da Silva
Advogado:José Assis (OAB/RO 2332)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126504)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, intimada a proceder o levanamento do Alvará expedido.

Proc.: 0006774-40.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Maria Jose de Souza Macari, Laercio Aparecido Macari, Celso Aparecido Macari, José Alzenir Paiva, Valdeir da Paiva, Devair Gomes Muniz, Alvina Raasch, Alidia Raasch, Ricardo Alberto Raasch, Pedro Moro
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado:Banco Bradesco S/A
Advogado:( ), Reynaldo Andrade da Silveira (OAB/PA 1746), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, intimada a proceder o levanamento do Alvará expedido.
.

Proc.: 0012384-62.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Normaneide Alves Pereira
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Executado:Vivo S.A.
Advogado:Rafaela Ariane Zeni Dauek (OAB/RO 4583), Fabricio Grisi Médici Jurado (OAB/RO 1751)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, intimada a proceder o levanamento do Alvará expedido.

Proc.: 0015760-17.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Ilza Lopes Rossi
Advogado:Joseane Duarte da Costa (OAB/RO 3397)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, intimada a proceder o levanamento do Alvará expedido.

Proc.: 0006674-22.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Antônio Tadashi Matsuzaki, Risilda Maria do Nascimento
Advogado:Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Ficam as partes, por via de seu Advogado, intimadas a procederem o levanamento do respectivos Alvarás expedido. Deverá a parte Exequente proceder o recolhimento das custas no importe de R$713,47, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0015754-10.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Efigênia Rodrigues de Miranda
Advogado:Joseane Duarte da Costa (OAB/RO 3397)
Executado:Banco Bradesco S. A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Ficam as partes, por via de seu Advogado, intimadas a procederem o levanamento do respectivos Alvarás expedido. Deverá a parte Exequente proceder o recolhimento das custas no importe de R$614,15, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0012382-53.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cristiano Alencar dos Santos
Advogado:João Batista Paulino de Lima (OAB/AC 2206), Adriano Brito Feitosa (OAB/RO 4951)
Requerido:Athletic Way Comercio de Equipamentos Para Ginástica e Fisioterapia Ltda
Advogado:Gerson Romeu Baumer (OAB/SC 8183)
Sentença:
Ante o exposto, com fundamento no artigo 927 do CC, arts. 6º VIII e 14 do CDC e art. 5º, X da CF, julgo procedente o pedido inicial e confirmo a tutela antecipada concedida, declarando, consequentemente, inexistente o débito apontado, gerador da inscrição indevida. Em consequência, determino que a parte Requerida pague a parte Autora o valor de R$10.000,00, a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, I do CPC.Arcará a parte Requerida, com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 20% do valor da condenação, nos termos do artigo 20, §3°, do CPC.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito.Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da sentença, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Proc.: 0025490-18.2012.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Gizele Rohvedder, Alaerte Rohvedder
Advogado:Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Requerido:Altemy Pereira Almeida
Despacho:
Emende-se a exordial, trazendo a parte Autora aos autos, os terceiros que compraram do Requerido a metade da área em questão, devendo os mesmos integrarem ao pólo passivo da demanda.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0022848-43.2010.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Zenilda Mariana da Silva

Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido:Banco Bonsucesso S/A
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/MG 107878)
Sentença:
Posto isso, com fundamento no artigo 806 do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, IV, do Código de Processo Civil.Concedo as benesses da Justiça Gratuita.Arcará, a parte Autora com o pagamento dos honorários advocatícios da parte Requerida, estes arbitrados em R$500,00, nos termos do artigo 20, §4°, do CPC.Após o transito em julgado, a parte Autora deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC.Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário.Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, arquivem-se oportunamente os autos.P.R.I. e Cumpra-se.

Proc.: 0014460-83.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Mariana Mazzonetto de Toledo
Advogado:Ivani Ana Mazzonetto de Toledo (OAB/RO 3580)
Requerido:OI S/A
Despacho:
DESPACHO/CARTA/MANDADO.1. Cite-se com as advertências constantes nos artigos 285, 297 e 319 do CPC (não sendo contestada a ação, no prazo de 15 dias, serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial.2. Vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade.3. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abre-se vistas a Autora para réplica.4. Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.5. Aplica-se ao caso o CDC, mormente porque reconhecendo a hipossuficiência da parte Autora diante do fato ocorrido e levando-se ainda em consideração a situação social e econômica das partes, decreto a inversão do ônus da prova.6. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua dos Economistas, nº 3490, bairro São João Bosco, CEP 76.806-716 - Porto Velho/ROPorto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0009078-46.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Patricia dos Santos Almeida
Advogado:Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156)
Requerido:Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda, Portela & Jobel Comércio de Veículos Ltda
Advogado:Pricila Araújo (OAB/RO 2485), Silvia da Graça Gonçalves Costa (OAB/SP 116.052)
DECISÃO :
Tratam-se os presentes autos de pedido de reparação por danos materiais e morais decorrentes, segundo a parte Autora, de defeito apresentado em veículo produzido/vendido pelos Requeridos.Em sua defesa a Requerida Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda., apresentou preliminar, rechaçando a inversão do ônus da prova.De plano exponho que esta preliminar não merece guarida, consoante se exporá.Primeiro é de se ter que a parte Requerida peca quanto a técnica processual mais apurada, no sentido que o ônus probatório, não se trata de matéria a ser arguida em preliminar.Mesmo não se tratando o rol do art. 301 do CPC de numerus clausus, cabendo portanto, interpretação extensiva, deve a parte Requerida se ater que se tratam de hipóteses referentes aos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.O ônus probatório não se encontra inserido neste segmento, o que de plano invalidaria a pretensão da parte Requerida.No entanto, mesmo que arguida no local apropriado o pleito da parte Requerida de toda forma não mereceria acolhida, uma vez que o presente feito inequivocamente se trata de relação do consumo, portanto, deve obediência aos ditames do CDC.Sobre o ônus probatório o sobredito codex, no art. 6°, VIII, dispõe:Art. 6º São direitos básicos do consumidor:VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;Assim, sobrelevando a capacidade financeira da parte Requerida e a hipossuficiência da parte Autora, determino a inversão do ônus probatório, nos termos do art. 6°, VIII, do CDC.No mais, as partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas. Não há nulidades ou vícios a sanar. Não há questão processual pendente.Por não comportar o feito julgamento no estado em que se encontra, fixo como pontos controvertidos:1. Se o defeito apresentado pelo veículo descrito na peça vestibular, pode ser imputado ao mau uso do Autor;2. Se os serviços realizados no veículo estavam abrangidos pela garantia contratual de três anos. Digam as partes, no prazo de 10 dias, as provas que pretendem produzir, informando a sua necessidade/utilidade.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado, voltem-me os autos conclusos para DECISÃO .Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0017718-38.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Belgrano José Cavalcante Alves
Advogado:Vitor Pinto Pereira Júnior (OAB/RO 3149)
Executado:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Lucyanne C. Brandt Hitzes (OAB/RO 4659), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$108,27 (fl. 76) em guia própria, consoante DECISÃO , sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0016465-78.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Enoques Monteiro de Menezes
Advogado:Ana Cristina da Silva Barbosa (OAB/RO 3232), José Girão Machado Neto (RO 2664)
Requerido:Laboratório Ceaclin
Advogado:Elizabeth Wanderley dos Santos Fraga (OAB/RO 2763)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Denise Gonçalves da Cruz Rocha
Diretora de Cartório

7ª VARA CÍVEL

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial : Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0000148-68.2013.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Alexsandro Ramalho Lopes, Valéria Moreira de Alencar Ramalho
Advogado:Valéria Moreira de Alencar Ramalho (OAB/RO 3719)
Requerido:Direcional Âmbar Empreendimentos Imobiliários Ltda
DECISÃO :
DECISÃO .Vistos etc. ALEXSANDRO RAMALHO LOPES E VALÉRIA MOREIRA DE ALENCAR RAMALHO ingressam com ação cautelar inominada em face da DIRECIONAL AMBAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, requerendo que a ré providencie a entrega imediata da chave de imóvel discriminado na inicial aos requerentes. A inicial veio subsidiada pelos documentos de fls. 08-44.Brevemente relatados, DECIDO.No caso em apreço, são verossimeis as alegações dos requerentes. De feito. Por meio da certidão de inteiror teor do imóvel (fls. 21) e contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal (fls. 22-35), os requerentes demonstram estarem em dia com todas a parcelas, inclusive já tendo obtido financiamento da parcela que é estipulada pouco antes da entrega do imóvel, popularmente conhecida como “chaves”.De seu turno, o perigo da demora é perceptível, pois os requerentes já experimentam o dissabor na demora de concretização do contratado, e sem a concessão da tutela poderá ficar exposto a mais situações que limitem o seu gozo do imóvel.Ante o exposto, DEFIRO A LIMINAR e DETERMINO QUE A RÉ DIRECIONAL AMBAR EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA proceda a entrega aos requerentes ALEXSANDRO RAMOS LOPES e VALÉRIA MOREIRA DE ALENCAR RAMALHO da chave da unidade residencial, denominada apartamento 302, bloco 05, do Condomînio Águas do Madeira Residencial Clube, cito na Av. Rio Madeira, n. 4086, Bairro Rio Madeiro, Porto Velho/RO, no prazo de 24 horas, imitindo-os na posse do imóvel, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais), até o limite de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).Cite-se para contestar a ação no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de confissão. Aguarde-se a propositura da ação principal.SIRVA-SE A PRESENTE COMO MANDADO DE CUMPRIMENTO DE LIMINAR E CITAÇÃO. Endereço: Av. Rio Madeira, n. 4272, Bairro Rio Madeira, Porto Velho (RO).Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.
Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito
Elza Elena Gomes Silva
Escrivã Judicial

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial : Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0026248-94.2012.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Elizabete de Souza Santos
Advogado:Francisco Carlos do Prado (OAB/RO 2701)
Requerido:Luiz Fernando Coelho, Livia Caldas Schubert Coelho
Sentença:
I RELATÓRIO ELIZABETE DE SOUZA SANTOS, qualificada às fls. 03, ajuizou ação cautelar inominada contra LUIZ FERNANDO COELHO e LIVIA CALDAS SCHUBERT, igualmente qualificados às fls. 03, pretendendo suspender efeitos de DECISÃO judicial, alegando ter sido prejudicada por sentença proferida em ação de reintegração de posse (autos n. 0151287-77.2007.8.22.0001), de cujo processo sequer foi cientificada. Afirmou que adquiriu um lote de terra situado no Km 07 do Ramal dos Engenheiros, na zona rural do Distrito de Vista Alegre do Abunã/RO, cuja posse exerceu, desde 2001, de forma mansa e pacífica. Asseverou que, quando se encontrava viajando, na cidade de Rio Branco/AC, foi informada acerca de sentença prolatada em ação de reintegração de posse, favorável aos requeridos. Sustentou que a DECISÃO foi proferida em desacordo com os princípios constitucionais que orientam o direito processual, razão pela qual sustentou ser cabível a interposição de medida liminar para suspender seus efeitos. Requereu a concessão de liminar, a fim de suspender a eficácia da referida sentença e, ao final, a procedência do pedido, com a confirmação da medida. Apresentou os documentos de fls. 19/60.É a síntese necessária.II FUNDAMENTAÇÃOA demanda ajuizada não merece prosperar, cabendo sua extinção de plano, uma vez que a requerente carece de interesse processual.Humberto Theodoro Júnior, a respeito do interesse processual, ensina: o interesse processual, a um só tempo, haverá de traduzir-se numa relação de necessidade e também numa relação de adequação do provimento postulado, diante do conflito de direito material trazido à solução judicial. (Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, 20ª edição, editora Forense, pág. 56) No caso em tela, é evidente a inadequação da ação ajuizada à pretensão da requerente, uma vez que ela pretende, por meio de ação cautelar, medida para cuja obtenção a lei prevê procedimento específico.Por isso, sem que se aprofunde a discussão acerca de ter sido a autora efetivamente prejudicada por sentença proferida em ação de reintegração de posse, o que cabe aqui esclarecer é que a ação cautelar não é o meio adequado para que a requerente, na condição de terceiro de boa-fé, pretenda suspender a eficácia de DECISÃO judicial proferida por outro juízo, já que, para a situação descrita na inicial, a lei expressamente prevê o cabimento de embargos de terceiro.Com efeito, o art. 1.046 do CPC dispõe que quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, em casos como o de penhora, depósito, arresto, seqüestro, alienação judicial, arrecadação, arrolamento, inventário, partilha, poderá requerer lhe sejam manutenidos ou restituídos por meio de embargos . Assim, a ação ajuizada é de todo inadequada ao provimento pretendido.A requerente, na condição de terceiro de boa-fé, pode e deve buscar reverter os efeitos de DECISÃO judicial que eventualmente lhe tenha causado prejuízo, entretanto, deve utilizar-se dos meios processuais próprios, principalmente se, sobre a referida DECISÃO , operou-se a coisa julgada. Nesse sentido, o seguinte julgado: CIVIL E PROCESSO CIVIL. CAUTELAR. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. INÉPCIA DA INICIAL. INDEFERIMENTO. 01. A ação cautelar tem por escopo assegurar a efetividade do processo principal, não podendo, por si só, realizar o direito substancial da parte. 02. Ainda que houvesse pedido de índole acautelatória, o instrumento

processual eleito pela parte mostra-se inadequado, à luz do que preconiza a recente Lei 10.444/02, que modificou o art. 273, permitindo ao magistrado deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo, de modo que, só nos casos excepcionais, de que falam a doutrina e jurisprudência, é que a ação cautelar inominada possui viabilidade, uma vez que não visa ao acertamento do direito, bem como não pode ter caráter satisfativo. 03. Tendo os autores pleiteado, no processo principal, a anulação da ação reintegratória de posse, não podem, através de cautelar, pleitear a suspensão liminar do cumprimento da sentença proferida e revestida da eficácia de coisa julgada, ainda mais que, quando do indeferimento da antecipação dos efeitos da tutela, era cabível a interposição de agravo de instrumento, razão da inadequação da presente ação. 04. Apelo desprovido. Unânime. (TJ/DF 5ª Turma Cível, Acórdão n. 604968, AC n. 20120110190907, Rel. Des. Romeu Gonzaga Neiva, julg. em 18/07/2012, pub. no DJ de 30/07/2012, pág. 198)Deve ser indeferida, portanto, a petição inicial.III CONCLUSÃO Ante o exposto, com fundamento no inciso III do art. 295 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial ajuizada por ELIZABETE DE SOUZA SANTOS contra LUIZ FERNANDO COELHO e LIVIA CALDAS SCHUBERT, todos qualificados às fls. 03 e, em consequência, com fundamento no inciso VI do art. 267 do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo, sem apreciação do mérito, determinando o ARQUIVAMENTO dos autos.Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0022348-40.2011.8.22.0001
Ação:Desapropriação
Requerente:Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado:Jean Bento (OAB/SC 25762), Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131)
Requerido:Lindomar Prestes da Silva
Advogado:José Alves Vieira Guedes (OAB-RO 5457)
Despacho:
Para acolhimento do pedido de liberação de valores, formulado pela parte requerida, referente a 80% (oitenta por cento) do valor ofertado pela parte autora, a interessada deve apresentar a certidão de inteiro teor do imóvel emitida pelo Cartório do 2º Ofício de Imóveis de Porto Velho.Intime-se.Cumpra-se o despacho de fls. 191.Porto Velho-RO, 2 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0007601-85.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco Itau
Advogado:Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S), Karinny Miranda Campos (OAB/RO 2413)
Requerido:Brastouro Com. de Carnes e Frios Ltda
Despacho:
Na publicação certificada às fls. 46 não constou o nome do advogado que subscreveu o pedido de fls. 40.Renove-se a publicação, intimando-se o advogado JOSÉ CARLOS SKRZYSZOSKI JÚNIOR OAB/RO 5402 - a apresentar seus poderes nos autos em 05 (cinco) dias, sob pena de remessa de peças à OAB/RO, com a solicitação de abertura de processo disciplinar.Porto Velho-RO, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Elza Elena Gomes Silva
Escrivã Judicial

8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br
JUÍZA DE DIREITO: EUMA MENDONÇA TOURINHO
ESCRIVÃO: RAIMUNDO NERI SANTIAGO

Proc.: 0010790-08.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Moisés dos Santos
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:Banco Bradesco S.A., Serasa S. A.
Advogado:Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519), Míriam Peron Pereira Curiati (OAB/SP 104430)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0011932-47.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivanice Vitoriano dos Santos Valim
Advogado:Aurimar Lacouth da Silva (OAB/RO 602)
Requerido:Novalar Motos
Advogado:Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834), Suzana Avelar de Santana (OAB/RO 3746), Daniele Coltro Raposo (OAB/RO 4369)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0012864-35.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Moises Regino de Carvalho
Advogado:Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido:Oficina Mecânica Trevo Ltda
Advogado:Eliane Dalfovo Paupitz (OAB/SC 12919)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0017569-42.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Panamericano S. A.
Advogado:Sabrina Camargo de Oliveira Martin (OAB/RS 55983), Mariane Cardoso Macarevich (OAB/PR 34523A)

Requerido:Eraldo Leite de Oliveira
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0019848-98.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Raimundo Gonçalves de Araújo
Advogado:Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Requerido:TAM - Linhas Aéreas S/A
Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0004000-71.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Jeová Sousa Cavalcante
Advogado:Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues. (RO 3798)
Requerido:TAM Linhas Aéreas S/A
Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0000647-23.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio Eymard Viana Dantas
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:SPC Brasil - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito
Advogado:Pricilla Araújo Saldanha de Oliveira (OAB/RO 2485)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0004477-94.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joao Bosco Pascoal da Silva Junior
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido:União das Escolas Superiores de Rondônia - UNIRON
Advogado:José Ademir Alves (OAB/RO 618)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0005151-72.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ieda Márcia Mendonça Amaral de Marco
Advogado:Regina Celia Santos Terra Cruz ( )
Requerido:Bradesco Auto Re/ Cia de Seguros
Advogado:Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0012819-31.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raimundo Nascimento Marinho
Advogado:Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495), Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Requerido:Banco do Brasil S/A, Ativos S.A Securitizadora de Créditos Financeiros
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571), Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30264), Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0000790-12.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sílvia Lima da Silva
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0010336-28.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Ferreira de Lima
Advogado:Eliseu de Oliveira (OAB/RO 663)
Requerido:Social Empreendimento Imobiliário Ltda
Advogado:Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644), Rosilene Pedreira da Silva Bezerra (OAB/RO 2418), Fabricio Matos da Costa (RO 3270)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0010511-22.2010.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Suênio Silva Santos
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (OAB/RO 2295), Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856)
Requerido:Marco Antonio Gonçalves de Souza
Advogado:Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659), Bruno Santiago Pires (OAB/RO 3482)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0013338-06.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geraldo Batista
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Banco Itaucard S. A.
Advogado:José Ary Gurjão Silveira (OAB/RO 121), Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433), Hugo Wataru Kikuchi Yamura (RO 3613), Eliana Andreza Gomes ( )
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0017547-18.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Pereira Miguel
Advogado:Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Requerido:Luciano Hauco
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0019959-19.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Irisnei Beleza dos Passos
Advogado:Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Requerido:CICLO CAIRU LTDA
Advogado:Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0000644-68.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fábio de Freitas Dantas
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Serasa S.A.
Advogado:Míriam Peron Pereira Curiati (OAB/SP 104430)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0002962-24.2011.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Jean Carlos Fernandes da Silva
Advogado:Jairo Fernandes da Silva (OAB/RO 3317)
Requerido:Francisco Nazaré dos Santos
Advogado:Lourennir Barbosa Cavalcante (OAB/RO 2954)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0016593-69.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Patricius Sousa Oliveira
Advogado:Marcia Antonetti (RO nº 1028)
Requerido:Unopar União Norte do Paraná
Advogado:Ana Lucia Boneto Ciappina Laffranchi (OAB/PR 38014)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada.

Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0016606-68.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josefa Ida de Lima
Advogado:Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado:Paulo Vinicio Porto de Aquino ( )
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0005405-45.2011.8.22.0001
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:Maiara Botelho de Souza
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Consignado:Banco Fiat S. A.
Despacho:
Arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0001145-22.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maique Nunes Vieira
Advogado:Daisy Crisóstimo Cavalcante (OAB/RO 4146)
Requerido:FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0010567-21.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wagner Luiz da Silva
Advogado:Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido:BANCO IBI S.A BANCO MULTIPLO
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0016851-45.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdeci Vieira Nunes
Advogado:Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido:Magazine Luiza S/A
Advogado:Carlos Augusto Pinto Dias (OAB/SP 124272)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0012582-94.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cláudio da Silva Nascimento
Advogado:Ideildo Martins dos Santos (OAB/RO 2693)
Requerido:Flamboyan Modas Ltda
Advogado:Luciana Martins Ribas (OAB/MT 5974B)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0006003-96.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco GMAC S.A.
Advogado:Celso Marcon (OAB / RO 3700), Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Requerido:José Calixto Leite
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0006290-59.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Cezar Bernardo dos Reis
Advogado:Nelson Pereira da Silva (OAB/RO 4283)
Requerido:Cetelem Brasil S/A - Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Maria Carolina da Fonte de Albuquerque (OAB/PE 20.795)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0012667-80.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sirleide França Ferreira
Advogado:Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)

Requerido:Banco IBI S.A. Banco Múltiplo
Advogado:José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0015618-47.2010.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Ademir Dias dos Santos
Advogado:Ademir Dias dos Santos (OAB/RO 3774)
Requerido:Andrelino Morais de Souza
Advogado:Fernando Maia (OAB/RO 452)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Proc.: 0016143-29.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Maria da Silva Barreto
Advogado:Lílian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Requerido:Eletrobras Distribuição Rondônia
Advogado:Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Pedro Origa (RO 1953)
Despacho:
Fica o vencido, por meio do seu representante legal, intimado para proceder o adimplemento voluntário da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de suportar execução forçada. Transcorrido o prazo supra, e não havendo manifestação do Credor, remeta-se os autos ao arquivo após as anotações de praxe.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Áureo Virgílio Queiroz Juiz de Direito

Raimundo Neri Santiago
Escrivão Judicial

10ª VARA CÍVEL

10ª VARA CÍVEL
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail: pvh10civel@tjro.jus.br
Juíza de Direito: Duilia Sgrott Reis
Escrivão Judicial: Muhammad Hijazi Zaglout
Telefone: (69) 3217-1283

Proc.: 0023813-84.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luiz Antonio Araujo do Vale
Advogado:José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Requerido:Amilcar da Silva Lopes, Renato Roriz da Silva, Unimed - Rondônia
Advogado:Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798), Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues. (RO 3798), Franciany de Paula Dandolini (OAB/RO 349B)
DECISÃO :
DECISÃO SANEADORALUIZ ANTONIO ARAÚJO DO VALLE ingressou em juízo com ação de indenização por danos morais e materiais em face de AMILCA DA SILVA LOPES, RENATO RORIZ e UNIMED.Aduz que em 27.02.2007 foi submetido a cirurgia de hérnia umbilical, que não foi bem sucedida, sendo necessário realizar uma segunda intervenção cirúrgica em 21.04.2007, para a qual era necessário a utilização de uma tela de proteção aos órgãos, todavia, o terceiro requerido não dispunha de citado material, que quando foi apresentado era de má qualidade e por isso não foi usada, sem que lhe fosse informadas as consequências dessa conduta.Pondera que em 2009,a hérnia umbilical voltou a crescer, tomando conhecimento de que em face da ausência da tela de proteção, seus órgãos haviam se dilatado rompendo os músculos e que não é possível reverter essa situação clínica.Petição inicial acompanhada de procuração e documentos de fls. 20/176.Designada audiência para tentativa de conciliação(fls. 177), não foi frutífera, sendo citados os requeridos às fls. 174V, tendo oferecido resposta a UNIMED(fls. 218/229), juntando os documentos de fls. 230/305; o requerido Renato Roriz da Silva(fls. 306/320), acostando os documentos de fls. 320/322 e por derradeiro, o réu Amilcar da Silva Lopes(fls. 323/335).Réplica às fls. 342/345, vindicando a inversão do ônus da prova, com julgamento da procedência dos pedidos formulados na inicial.Instadas a manifestarem-se quanto a produção de provas(fls. 348), tendo a UNIMED vindicado a produção de prova pericial e testemunhal(fls. 349/350), no mesmo sentido o requerido Amilcar(fls. 351), bem como o requerido Renato(fls. 365).Despacho de fls. 361, determinando que as partes especificassem provas, sendo atendido às fls. 366, tão somente pela UNIMED.É o RELATÓRIO . Decido.01.Considerando a manifestação na réplica de intempestividade das contestações apresentadas, determino que o cartório certifique se são tempestivas.02.De outro passo, defiro os pedidos de produção de prova testemunhal e pericial, determinando seja oficiado ao Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia, a fim de que indique a esse juízo, no prazo de 15(quinze) dias, médico na especialidade de gastroenterologia, para realizar a perícia vindicada pelas partes e que não sejam os requeridos, bem o médico Ricardo Alves, indicado pela requerida UNIMED como assistente de perícia.Após indicação, determino seja indicado citado médico para apresentar proposta de honorários, que deverão ser pagos pelos requeridos, em face da inversão do ônus da prova, devendo o valor ser depositado judicialmente.A seguir, o perito deverá apresentar o laudo em 30(trinta) dias, comunicando 20(vinte) dias antes, a data e local de sua realização, a fim de que as partes sejam informadas e possam acompanhá-la, devendo responder aos quesitos apresentados(fls. 366).Sem prejuízo das determinações anteriores, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05.03.2013, às 9h00, para colheita do depoimento pessoal das partes; oitiva das testemunhas arroladas e do perito.Para tão fim deverão as partes depositarem até o dia 05.02.2013, rol com o nome completo e endereço das testemunhas que pretendem sejam ouvidas e informar se as elas compareçam ao ato designado

independentemente de mandado ou se é preciso intimá-las, devendo o cartório providenciar suas intimações caso residam nesta Comarca e expedir carta precatória, com prazo de 30(trinta) dias, caso residam em outra Comarca.Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0023887-07.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Donizete Barbosa
Advogado:Maria Clara C. Góes (RO 198-B)
Requerido:União P F N
DECISÃO :
01.DEFIRO à parte autora os benefícios da assistência judiciária.02O requerente ingressou com o presente pedido para concessão do benefício aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho ou sucessivamente o restabelecimento e conversão do auxílio doença em acidentário, suspenso por ato unilateral do requerido. 03. No que diz respeito ao pedido de antecipação de tutela, o art. 273 do CPC aponta os pressupostos indispensáveis à concessão da tutela antecipada, esclarecendo o Min. Luiz Fux quais são, vejamos: pressupostos substanciais, a_ evidência e a periclitação potencial do direito objeto da ação, caracterizadas pelo abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu e, pressupostos processuais, quais sejam: prova inequívoca conducente à comprovação da verossimilhança da alegação e, requerimento da parte. Nessa seara fica autorizada a concessão da medida, toda vez que a prova inequívoca convença o juízo da verossimilhança da alegação de que o direito objeto do judicium submete-se a risco de dano irreparável ou de difícil reparação (in Curso de Direito Processual Civil, p. 61, Ed. Forense).Estes pressupostos, todavia, devem ser evidenciados conjuntamente, pelo que, em via oblíqua, tornar-se-á defesa a concessão da liminar. Passemos a analisar os requisitos necessários para antecipação da tutela. A verossimilhança do pedido se encontra presente, uma vez que há laudo médico comprovando que o autor necessita afastar-se de suas atividades (fls. 33, 36, 39, 41 e 44). O periculum in mora também se encontra presente, posto que o(a) autor(a) depende do benefício para mantença de sua família. Assim, defiro a tutela antecipada para determinar ao INSS o imediato restabelecimento do benefício auxílio-doença a(o) autor(a), deixando de analisar a questão da retroatividade para o mérito.Nomeio perito do juízo, médico legista, lotado no IML - Instituto Médico Legal, onde será realizada a perícia. Oficie-se a fim de que seja indicado profissional para realização da perícia. Assinalo o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do laudo pericial, a contar da realização do exame. O perito deverá indicar, com antecedência de 05 (cinco) dias, a data e horário de realização do exame, para intimação das partes, sendo que a estas incumbirá a comunicação aos eventuais assistentes técnicos. Assinalo prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos. Desde logo, apresento os quesitos do juízo: 1º - O requerente apresenta alguma incapacidade em razão das lesões descritas na inicial 2º - Qual o percentual de incapacidade (caso seja positiva a resposta ao 1º quesito). 3º A incapacidade constatada é parcial ou total Temporária ou permanente 4º Há redução da capacidade laborativa do requerente Em que percentual 5º Há nexo de causalidade entre a incapacidade e o acidente sofrido, bem como entre este e a atividade laboral desenvolvida pelo requerente Cite-se o requerido, com as advertências legais, intimando-o do prazo para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos. Observem-se as prerrogativas legais da entidade como intimação pessoal. Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006486-92.2012.8.22.0001
Ação:Embargos à Execução
Embargante:David de Alecrim Matos
Advogado:Luiz Antonio Rebelo Miralha (RO 700)
Embargado:Valdemar dos Santos Ale
DECISÃO :
DECISÃO Trata-se de Embargos à Execução movida por DAVID DE ALECRIM MATOS, executado nos autos nº 0006486-92.2012.8.22.0001 por VALDEMAR DOS SANTOS ALE, ora embargado. Alega o embargante que a petição inicial dos autos principais é inepta por não descrever a que se referem os valores cobrados; que o exequente é ilegítimo, uma vez que o imóvel que gerou o débito ora perquirido fora vendido em setembro de 2011.Aduz, ainda, que houve acordo celebrado com a adquirente e que a mesma “perdoou” os débitos havidos da relação de locação. Argúi litigância de má-fé e pede a extinção da execução sem resolução do mérito, protestando pela acolhida das preliminares ou, subsidiriamente, a PROCEDÊNCIA dos Embargos para extinguir a execução com resolução do mérito, condenando o exequente em verbas de sucumbência.É o relatórido. Decido.FUNDAMENTOS DA DECISÃO Inicialmente passo a análise das preliminares suscitadas, vez que podem gerar a extinção da execução sem resolução do mérito. No que diz respeito a alegada inépcia da inicial, não merece guarida a tese do embargante. Isso porque, diferentemente do que alega o embargante, na exordial, assim como nos documentos que a instruem, estão suficientemente descritas as verbas executadas, quais sejam: alugueres de setembro a novembro de 2011, clásula penal prevista no item 6.2 do título executivo, tudo com correções, juros e multa, além dos honorários de 20%, estes entabulados no item 6.3 do contrato. Ante o exposto, REJEITO A PRELIMINAR suscitada.A segunda preliminar, referente à alegada ilegitimidade ativa não encontra nos autos elementos suficientes para sua acolhida. Nesse sentido:CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS. EX-PROPRIETÁRIO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INOCORRÊNCIA. INADIMPLÊNCIA CARACTERIZADA. RESCISÃO DO CONTRATO. DESPEJO.I - A LEI Nº 8.245/1991 NÃO ESTABELECE A TITULARIDADE DO IMÓVEL COMO REQUISITO PARA A LOCAÇÃO. O CONTRATO DE LOCAÇÃO GERA DIREITO PESSOAL, PORTANTO, TANTO O PROPRIETÁRIO QUANTO O POSSUIDOR DO BEM LOCADO TÊM LEGITIMIDADE ATIVA PARA O A JUIZAMENTO DA AÇÃO DE DESPEJO.8.245II - CARACTERIZADA A INADIMPLÊNCIA DO LOCATÁRIO E NÃO HAVENDO PURGA DA MORA, O CONTRATO DE LOCAÇÃO DEVE SER RESCINDIDO E O DESPEJO DECRETADO.III - DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.(11010720088070007 DF 0001101-07.2008.807.0007, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/03/2012, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: 15/03/2012, DJ-e Pág. 176)O contrário também é possível. Tratando-se de direito pessoal, plenamente imaginável que o novo proprietários tenha se subrrogado no direito do vendedor, o que, aí sim, afastaria de plano a legitimidade do ex-dono. In casu, tendo em vista a ausência de elementos probatórios,

inviável acolher referida preliminar. Observo que o embargante traz cópia do acordo feito entre alegada adquirente, mas, além de não juntar sequer uma via assinada pelos acordantes, não apresenta o instrumento de compra e venda que legitima o aludido "perdão" das dívidas executadas nos autos em apenso, motivo pelo qual, também rejeito essa preliminar.Tendo em vista que o acordo referido pelo embargante PODE causar a extinção da execução com base no art. 794, II do Código de Processo Civil, DETERMINO:a) que o exequente assine a petição inicial dos autos executivos, mediante certidão da escrivania;b) após assinatura, proceda-se à suspensão dos autos executivos até resolução da presente demanda, trasladando-se cópia da presente aos autos 0002594-78.2012.8.22.0001;c) que o embargante apresente, no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, via assinada do acordo extrajudicial de fls. 14/16, bem como documento capaz de provar a propriedade do imóvel sob locação em favor dos adquirentes aludidos no acerto;Por ora, parece-me desnecessária a oitiva da testemunha arrolada pelo embargante. No entanto, referida prova será deferida ou indeferida quando da juntada dos documentos ora determinados, uma vez que podem, por si só, provar o vínculo havido com os terceiros e que seria capaz de extinguir a dívida. Com o decurso in albis ou cumprimento das determinações, venham-me conclusos.Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0023356-18.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Autovema Veículos Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Requerido:Samuel Fernandes Camargo
DECISÃO :
AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA ingressa com ação de obrigação de fazer em face de SAMUEL FERNANDES CAMARGO alegando que o requerido adquiriu-lhe veículo motocicleta usada CB 300R, ANO 2010, COR AMARELA, PLACA NCG 0789, contudo não procedeu a transferência para seu nome o que vem causando transtornos ao antigo proprietário que cobra providências da autora que intermediou a transação. Vindicada em antecipação de tutela que o requerido promova a transferência (item a, fl. 10).FUNDAMENTOS DA DECISÃO Inicialmente poderia-se analisar a competência da presente ação sobre o prisma da obrigação civil indicando como local correto para o ajuizamento o de satisfação da obrigação (art. 100, IV, "d" do CPC) ou de domicílio do réu por tratar de direito pessoal (art. 94 co CPC), ambos casos sendo de competência relativa a qual não pode ser declarada de ofício e passível de prorrogação em caso de inércia do requerido.Todavia pelo critério da especialidade, no presente caso, que trata indiscutivelmente de relação de consumo, deve prevalecer do regramento consumerista, cuja corrente majoritária entede tratar de caso de competência absoluta:PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. HIPÓTESE DE COMPETÊNCIA RELATIVA. INDECLINABILIDADE DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 33 DO STJ. RELAÇÃO CONSUMERISTA. ESCOLHA DO FORO. OPÇÃO DO AUTOR. CARÁTER PROTECIONISTA DO CDC. (...) Nas relações consumeristas, dado o caráter protecionista das normas do CDC (Lei n. 8.078/90), o consumidor pode optar por ingressar tanto no juízo do seu domicílio, como no domicílio do réu, conforme seja mais conveniente aos seus interesses. (Não Cadastrado, N. 00030177520118220000, Rel. Des. Rowilson Teixeira, J. 03/05/2011)AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSUMIDOR. DOMICÍLIO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. A competência do foro do domicílio do consumidor é absoluta, devendo ser declarada de ofício pelo juiz, conforme o entendimento já consolidado no Colendo Superior Tribunal de Justiça. (...) (107780802112880011 MG 1.0778.08.021128-8/001(1), Relator: MAURÍLIO GABRIEL, Data de Julgamento: 14/08/2008, Data de Publicação: 24/09/2008)CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AGRAVO DE INSTRUMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO CDC. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. 1. Acertada a DECISÃO que declina de ofício da competência para o foro do domicílio do autor, uma vez que prevalece a norma do Código de Defesa do Consumidor. 2. Relação de consumo caracterizada, a competência é absoluta, matéria de ordem pública, especialmente no que se refere ao artigo 6º, inciso VIII c/c artigo 101, inciso I, do referido diploma legal, os quais buscam a facilitação da defesa do consumidor. 3. Agravo de instrumento improvido.(20090020099400AGI, Relator HECTOR VALVERDE SANTANA, 4ª Turma Cível, julgado em 30/09/2009, DJ 16/11/2009 p. 112) Não restam dúvidas de que se a lei confere a prerrogativa de o consumidor ingressar com a ação judicial em face do fornecedor no foro de seu domicílio, quando a ação é contraposta, o fornecedor tem a obrigação de propor a demanda no foro do domicílio do consumidor, já que, se assim não fosse, estar-se-ia violando o próprio sistema amplo de proteção, além da própria lógica normativa de facilitação da defesa consumerista, consoante artigo 6.º, inciso VIII, do CDC.Isto posto, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor de uma das Varas Cíveis da Comarca de Ariquemes (domicílio do consumidor).Aguarde-se em cartório prazo de possível recurso contra esta DECISÃO , após, encaminham-se os autos, via Cartório Distribuidor para os registros, manifestando nossas homenagens e respeito.Adotem-se as cautelas de estilo quanto a procedimentos administrativos, e alimentação de dados no Sistema de Acompanhamento Processual SAP.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002597-33.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Jose Lima Damascena
Advogado:Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido:BRASIL TELECOM S.A
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (RO 635), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928)
DECISÃO :
1- Ciente da DECISÃO em sede de agravo de instrumento (fl. 252) que reformou o recebimento das apelações (fl. 152) para atribuir efeito apenas devolutivo da parte em sentença que confirmou a antecipação dos efeitos da tutela e duplo efeito quanto aos demais conteúdos decisórios.2- Em virtude da condição de idoso da autora, necessária atuação do Ministério Público como custus legis, sob pena de nulidade, nos termos dos arts. 74, inciso III e 75 da Lei 10.741/2003. Intime-se-o pessoalmente na forma do art. 76 do mesmo diploma para manifestar-se.3- Ambas contrarrazões já foram apresentadas, dessa forma, imediatamente após a vinda do MP, remetam-se virtualmente os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º

da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010.4- Observe-se a prioridade na tramitação.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002099-34.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdir Estrela Cabral
Advogado:Andria Aparecida dos Santos (OABRO 3784)
Requerido:TAM - Linhas Aéreas S/A
Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
DECISÃO :
1 Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19 de março de 2012, às 9 horas. Ainda que já deferida a prova testemunhal do autor em audiência preliminar, e este se comprometendo em trazê-la independente de intimação, deve o autor arrolar em cartório no prazo de 15 dias, com fulcro no art. 407 do CPC, a fim de oportunizar que a parte requerida possa contraditar.Consigne-se no mandado que os advogados deverão vir habilitados para apresentarem memoriais orais, e assim ser proferida sentença em audiência, aplicando-se assim o princípio constitucional da razoável duração do processo.2- A seguir, encaminhem-se os autos aos Ministério Público, pois em virtude da condição de idoso do autor, necessária atuação do Parquet como custus legis, sob pena de nulidade, nos termos dos arts. 74, inciso III e 75 da Lei 10.741/2003. 3 - Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0025412-24.2012.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:EDMAR QUEIROZ DAMASCENO FILHO
Advogado:Edmar Queiroz Damasceno Filho (OAB/RO 589)
Requerido:Hidronorte Construções e Comércio Ltda
DECISÃO :
Trata-se de cumprimento de sentença, com relação a honorários de sucumbências o que pela nova dinâmica do CPC instituindo-se o processo sincrético poderia se dar simplesmente por peticionamento nos autos originais.Consoante disposto no art. 475-P, II, do CPC, o cumprimento de sentença dar-se-á no Juízo que processou a causa originária (ações 0214459-90.2007.8.22.0001 e 0008980-03.2007.8.22.0001), de modo que DECLINO DA COMPETÊNCIA EM FAVOR DA 4ª VARA CÍVEL e, em consequência, determino a remessa dos autos àquela Vara.Encaminhem-se os autos ao Cartório Distribuidor para os registros, manifestando nossas homenagens e respeito a dita Vara. Efetuem-se as baixas e anotações necessárias. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010990-44.2012.8.22.0001
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
Embargado:Francisco de Assis Sales da Silva, Selma Andrade de Souza
Sentença:
SENTENÇATrata-se de Embargos à Execução ofertados por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A em face de FRANCISCO DE ASSIS SALES DA SILVA e outros.Verifico, que a Embargante fora intimada da DECISÃO que adequado a citação ao rito devido em 17/5/2012 (data de início da contagem do prazo, conforme fl. 112-v), tendo protocolado seus embargos em 1/6/2012. É evidente, assim, que os Embargos são intempestivos, o que enseja a penalidade do art. 739, I, do Código de Processo Civil.ANTE O EXPOSTO, REJEITO LIMINARMENTE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, com base no art. 739, I do Código de Processo Civil, declarando extinto o feito sem resolução do mérito, conforme art. 267, VI do mesmo Diploma.Sem honorários ou custas.P.R.I.C. Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0004493-14.2012.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Selma Andrade de Souza, Francisco de Assis Sales da Silva
Advogado:José Raimundo de Jesus (RO 3975), Luciane Gimax Henrique (OAB/RO 5300)
Executado:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020)
Despacho:
DECISÃO Rejeitados liminarmente os embargos em apenso, imperioso o cumprimento do despacho de citação.Assim sendo, concedo à executada o prazo de 10 dias para que entregue o objeto da execução ou, querendo, manifeste-se quanto ao que pretende em relação valores depositados nos autos (fl. 111). Isso porque referido depósito é decorrente de ato que foi adequado pela DECISÃO de fl. 112 e, claramente, visava evitar a penhora de bens da empresa.É certo, assim, que deve o Juízo oportunizar à devedora o cumprimento da obrigação, para, só então, convertê-la em pecúnia e executar. No entanto, em homenagem à celeridade e economia processuais, faculto à executada a utilização imediata desses valores para o cumprimento subsidiário da obrigação ora perquirida. Manifeste-se, ainda, quanto ao requerimento de complementação referente às verbas de sucumbência.Após a manifestação do executado, abra-se vista ao exequente e, após, venham-me conclusos. Porto Velho-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022758-64.2012.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Naiara Teixeira de Lima
Advogado:Ermelino Alves de Araujo Neto (OAB/RO 4317)
Requerido:Construnova Comércio de Materiais de Construção Ltda Me
DECISÃO :
1- Recebo a inicial em RITO SUMÁRIO, em consonância com o art. 275, II, d do CPC. Assim sendo, designo audiência de conciliação para 1º de março de 2012 às 8h.Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer acompanhada de advogado à audiência designada, alertando que, infrutífera a proposta conciliatória, deverá, no ato, responder, de forma escrita ou oral, à ação, juntando documentos, formulando quesitos e arrolando testemunhas, sob pena de preclusão.Alerte-se que deverá constituir advogado e, caso não possa custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Avenida Sete de Setembro, nº. 1642, Centro. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio.Advirta-se, ainda, que o não comparecimento ou ausência de defesa, implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial.O

autor tem advogado constituído nos autos, intime-se, via Diário da Justiça.Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.2- Adeque-se a capa dos autos bem como as informações no Sistema de Acompanhamento Processual SAP, para constar que o feito tramita pelo RITO SUMÁRIO.Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Muhammad Hijazi Zaglout
Escrivão Judicial

COMARCA DE JI-PARANÁ

TURMA RECURSAL

Pauta de Julgamento
Sessão 284

Republicação por erro material

O Juiz Marcos Alberto Oldakowski Presidente da Turma Recursal de Ji-Paraná, faz PUBLICAR A PAUTA DE JULGAMENTO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE N.º 284ª, DESIGNADA para o dia 03/12/2012 (três de dezembro de dois mil e doze), às 08h00, na Sala de Audiências da 5ª Vara Cível do Fórum Desembargador Hugo Aüller da Comarca de Ji-Paraná.

Para a sustentação oral, os Senhores Advogados deverão inscrever-se previamente, junto a Secretaria da Turma Recursal, até o início da sessão, observando-se os dispostos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 405 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

EM CONFORMIDADE AO ENUNCIADO 85 DO FONAJE O PRAZO PARA RECORRER DA DECISÃO DA TURMA RECURSAL FLUIRÁ DA DATA DO JULGAMENTO.

n. 01 1000686-94.2011.8.22.0003 Recurso Inominado
Origem:1000686-94.2011.8.22.0003
Jaru1ª Vara Cível (Juizado Esp. Cível)
Recorrente: Maria Pereira da Silva Santos
Defensor Público: Luiz Paulo Veiga Ferreira da Costa (OAB/PR 35399)
Recorrido: Banco Ficsa S/A
Advogada: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Rescisão do contrato e devolução do dinheiro;
Distribuído por Sorteio em 03/04/2012

n. 02 1000469-17.2012.8.22.0003 Recurso Inominado
Origem:1000469-17.2012.8.22.0003
Jaru1ª Vara Cível (Juizado Esp. Cível)
Recorrente: Ari Uru Eu Wau Wau
Defensora Pública: Maria das Dores Corteleti (RO 1106)
Recorrido: Gazin Comercio de Moveis e Eletrodomesticos Ltda
Advogado: Julio Cesar Tissiani Bonjorno (OAB/PR 33390)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Rescisão do contrato e devolução do dinheiro;
Distribuído por Sorteio em 16/08/2012

n. 03 1000204-12.2012.8.22.0004 Recurso Inominado
Origem:1000204-12.2012.8.22.0004
Ouro Preto do Oeste1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Douglas Silvério Gomes
Advogado: Sheilla dos Santos Marques (OAB/RO 5098)
Recorrida: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991)
Advogada: Laiana Oliveira Melo (OAB/RO 4906)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 07/08/2012

n. 04 1000587-87.2012.8.22.0004 Embargos de Declaração
Origem:1000587-87.2012.8.22.0004
Ouro Preto do Oeste1ª Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Rodrigo Pinheiro
Advogada: Loana Carla dos Santos Marques (OAB/RO 2971)
Embargado: BANCO DO BRASIL S/A AG. 2290
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 07/11/2012

n. 05 1000076-89.2012.8.22.0004 Recurso Inominado
Origem:1000076-89.2012.8.22.0004
Ouro Preto do Oeste1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: VONE DA CUNHA CAMPOS
Advogado: Thiago Freire da Silva (OAB/RO 3653)
Advogado: Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
Recorrido: Clenio da Silva Nogueira
Advogada: Christina de Almeida Soares (OAB/RO 2542)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 22/06/2012

n. 06 1001529-56.2011.8.22.0004 Recurso Inominado
Origem:1001529-56.2011.8.22.0004
Ouro Preto do Oeste1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: WB Componentes Automotivos Ltda
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Recorrida: Rosermira Caires Saturnino
Advogada: Ana Cristina Menezes Rodrigues (OAB/RO 4197)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 19/06/2012

n. 07 1000292-50.2012.8.22.0004 Recurso Inominado
Origem:1000292-50.2012.8.22.0004
Ouro Preto do Oeste1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: PAULO JORGE FERNANDO GONÇALVES
Advogada: Cláudia Fidelis (OAB/RO 3470)
Advogado: Esperendeus Ferreira de Pinho (RO 1429)
Recorrido: Durval Rosa de Amorim

Advogado: Thiago Mafia Miranda (OAB/RO 4970)
Advogado: Edelcides Apolinario de Alencar (RO 331.A)
Recorrido: FABIO ROSA DE AMORIM
Advogado: Thiago Mafia Miranda (OAB/RO 4970)
Advogado: Edelcides Apolinario de Alencar (RO 331.A)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 02/07/2012

n. 08 1002507-30.2011.8.22.0005 Recurso Inominado
Origem:1002507-30.2011.8.22.0005
Ji-Paraná1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Aliança Administradora de Benefícios de Saúde
Advogado: Edson Ferreira do Nascimento (OAB/RO 296B)
Recorrido: Ronaldo Oliveira da Silva
Advogada: Jakelyne Costa Lopes e Silva (OAB/RO 4795)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Rescisão do contrato e devolução do dinheiro; Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 24/10/2012

n. 09 1000218-24.2011.8.22.0006 Recurso Inominado
Origem:1000218-24.2011.8.22.0006
Presidente Médici1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: HC Comércio de Motos Ltda
Advogado: Ângelo Luiz Ataide Moroni (OAB/RO 3880)
Recorrido: Alecsandro Carneiro
Advogado: Valter Carneiro (OAB/RO 2466)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Rescisão do contrato e devolução do dinheiro; Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 21/06/2012

n. 10 1003148-03.2011.8.22.0010 Recurso Inominado
Origem:1003148-03.2011.8.22.0010
Rolim de Moura1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Zilda Marques Pereira
Advogado: Defensor Público ( )
Recorrido: CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia
Advogado: Ingrid Rodrigues de Menezes (OAB/RO 1460)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Fornecimento de Água;
Distribuído por Sorteio em 02/07/2012

n. 11 1003162-84.2011.8.22.0010 Recurso Inominado
Origem:1003162-84.2011.8.22.0010
Rolim de Moura1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Rosane Galvão dos Santos
Advogada: Luzinete Pagel Galvão (OAB/RO 4843)
Recorrido: Tigrão Materiais para Construção Ltda EPP
Advogado: Salvador Luiz Paloni (RO 299-A)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 21/06/2012

n. 12 1000389-32.2012.8.22.0010 Recurso Inominado
Origem:1000389-32.2012.8.22.0010
Rolim de Moura1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Eroni Matt
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Recorrido: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ROLIM DE MOURA-ROLIMCREDI
Advogado: Adi Baldo (RO 112-A)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 06/06/2012

n. 13 1002395-46.2011.8.22.0010 Recurso Inominado
Origem:1002395-46.2011.8.22.0010
Rolim de Moura1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Imobiliaria Nacional Ltda
Advogado: Adi Baldo (RO 112-A)
Recorrido: Joao Euripedes Teodoro de Farias
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 17/07/2012

n. 14 1002546-97.2011.8.22.0014 Recurso Inominado
Origem:1002546-97.2011.8.22.0014
Vilhena1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: LORENZO SOARES PANDOLPHO BARBAZA
Advogada: Maria Gonçalves de Souza Colombo (OAB/RO 3371)
Advogado: Eustáquio Machado (OAB/RO 3657)
Advogado: José Luiz Paulúcio (OAB/RO 3457)
Recorrido: WELLINGTON DE SOUZA ANDRADE
Advogado: Não Informado ( )
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 27/08/2012

n. 15 1000442-29.2011.8.22.0016 Recurso Inominado
Origem:1000442-29.2011.8.22.0016
Costa Marques1ª Vara Cível (Juizado Esp. Cível)
Recorrente: Jorge Luiz Torres
Advogado: Everaldo Luiz de Magalhães (RO 339-A)
Recorrido: Banco Honda S. A.
Advogado: Marcos Rogério Garcia Franco (OAB/RO 4081)
Advogado: Dalgobert Martinez Maciel (OAB/RO 1358)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 17/07/2012

n. 16 1000305-25.2012.8.22.0012 Apelação
Origem:1000305-25.2012.8.22.0012
Colorado do Oeste1ª Vara Criminal (Juizado Esp. Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia

Apelado: Marcos Rubens Simões
Advogado: Defensor Público ( )
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Leve;
Distribuído por Sorteio em 05/09/2012

n. 17 0002219-12.2010.8.22.0013 Embargos de Declaração
Origem:0002219-12.2010.8.22.0013
Cerejeiras1ª Vara Criminal (Juizado Esp. Criminal)
Embargante: Adenival Marcon
Advogada: Rosângela Tolosa Baltuilhe (OAB/RO 3959)
Advogada: Iracema Martendal Cerrutti (RO 2972)
Advogada: Regiane Estefanny Castilho (OAB/RO 4835)
Embargante: Parirol Indústria de Madeiras Ltda
Advogada: Rosângela Tolosa Baltuilhe (OAB/RO 3959)
Advogada: Iracema Martendal Cerrutti (RO 2972)
Advogada: Regiane Estefanny Castilho (OAB/RO 4835)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Crimes contra a Flora;
Distribuído por Sorteio em 07/11/2012

n. 18 1002175-63.2011.8.22.0005 Recurso Inominado
Origem:1002175-63.2011.8.22.0005
Ji-Paraná1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Tim Celular S/A
Advogado: Luiz Carlos Laurenço (OAB/BA 16.780)
Recorrida: Neuza Trevizane Dellarmelina
Advogado: Cleber Carmona de Freitas (OAB/RO 3314)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 09/11/2012

n. 19 1001532-56.2012.8.22.0010 Recurso Inominado
Origem:1001532-56.2012.8.22.0010
Rolim de Moura1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIMENTO E INVESTIMENTO S/A - BANCO SANTANDER
Advogado: Marcos Araújo (RO 846)
Advogado: Marco Antonio Metchko (OAB/RO 1482)
Recorrida: Dioga Batista Mendes
Advogada: Regiane Teixeira Struckel (OAB/RO 3874)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 09/11/2012

n. 20 1003375-78.2011.8.22.0014 Recurso Inominado
Origem:1003375-78.2011.8.22.0014
Vilhena1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Recorrido: Oziel Neiva de Carvalho
Advogado: Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Indenização por Dano Material; Financiamento de Produto;
Distribuído por Sorteio em 09/11/2012

n. 21 1003072-98.2010.8.22.0014 Recurso Inominado
Origem:1003072-98.2010.8.22.0014
Vilhena1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Santander Banespa S.A.
Advogado: Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Recorrido: Natalino de Campos
Advogada: Aletéia Michel Rossi (OAB/RO 3396)
Advogada: Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB/RO 229-B)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 09/11/2012

n. 22 1000303-25.2012.8.22.0022 Recurso Inominado
Origem:1000303-25.2012.8.22.0022
São Miguel do Guaporé1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Votorantim S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Recorrida: Irani Domiciano da Silva
Advogado: Giovanni Dilion Schiavi Gomes (OAB/RO 4262)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Distribuído por Sorteio em 06/11/2012

n. 23 1000021-20.2012.8.22.0011 Recurso Inominado
Origem:1000021-20.2012.8.22.0011
Alvorada do Oeste1ª V.Cível (1ºPosto Avançado da Just. Rápida-Urupá)
Recorrente: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS EXODUS I
Advogado: Cristiano Trizolini (SP 192978)
Recorrente: Industria Farmaceutica Vitalfarma Ltda
Recorrido: MACHADO & BATISTA LTDA EPP
Advogada: Robislete Jesus Barros Rigato (RO 2943)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Protesto Indevido de Título; Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 09/11/2012

n. 24 0001133-35.2012.8.22.0013 Recurso Inominado
Origem:0001133-35.2012.8.22.0013
Cerejeiras1ª Vara
Recorrente: Maria José Dias de Morais
Advogado: Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
Recorrida: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB-RO 635)
Advogado: Guilherme Marcel Jaquini (OAB/RO 4953)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 12/11/2012

n. 25 0001772-65.2012.8.22.0009 Recurso Inominado
Origem:0001772-65.2012.8.22.0009
Pimenta Bueno1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Advogado: Procurador do Estado ( )
Recorrido: Marieta Fernandes Pereira
Advogado: Defensor Público ( )
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Assunto : Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 06/11/2012

Ji-Paraná, 27 de novembro de 2012

(a.) Exmo. Sr. Juiz Marcos Alberto Oldakowski
Presidente da Turma Recursal

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível - Comarca de Ji-Paraná/RO.
Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos, via internet, pelos seguintes endereços eletrônicos:
Juiz : sassamoto@tjro.jus.br
Diretor de Cartório - Escrivão : jip3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001837-09.2011.8.22.0005
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Exequente: Ana Cristina de Paula Silva
Executados: Wagner Aparecido Dias, brasileiro, comerciante, RG nº 60.171.289-SSP/RO e CPF nº 849.281.829-87; e Francieli Poli, brasileira, RG nº 674.748 SSP/RO e CPF nº 683.686.072-72.
Vara : 3ª Vara Cível
Processo : 0001837-09.2011.8.22.0005
Classe : Execução de Título Extrajudicial
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): 01(um) Lote de Terras Urbano, denominado Lote nº 32, Quadra 04, Setor 001 Dom Bosco, situado na Rua Fernandão, no 1º Distrito da Planta Geral desta cidade, com área de 333,18m², com os seguintes limites e confrontações: FRENTE: com a Rua Fernandão, medindo 11,80m; FUNDOS: com o Lote nº 11, medindo 12,00m; LADO DIREITO: com o Lote nº 33, medindo 28,02m; LADO ESQUERDO: com o Lote nº 31, medindo 28,00m; Registro anterior R-1 18.058, ficha 01 do livro 02, em 31 de outubro de 2007 do Serviço de Registro de Imóveis, contendo uma edificação em alvenaria, medindo aproximadamente 110m². Imóvel avaliado em R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). Do referido imóvel, consta dívida de IPTU no valor de R$ 377,41 (trezentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), conforme planilha de débito, emitida em julho/2012, juntada aos autos.
VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 15/1/2013, às 10:00 horas
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 25/1/2013, às 10:00 horas
OBSERVAÇÕES: 1- Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a), fica este(a) intimado(a) por este edital. 2- Havendo arrematação ou adjudicação, o prazo para opor embargos, é de 05(cinco) dias.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda na mesma hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTACTE-NOS VIA INTERNET. ENDEREÇO ELETRÔNICO:
Juiz: sassamoto@tj.ro.gov.br Diretor de Cartório:jip3civel@tj.ro.gov.br
Sede do Juízo: Forum Des.Hugo Auller, Av. Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná-RO, 76900261 - Fax: (69)3421-1369 - Fone: (69)3421-1995 - Ramal: 222
Ji-Paraná, 27 de novembro de 2012.
Edson Yukishigue Sassamoto
Juiz de Direito

Vanderlei Guedes Cardoso
Diretor de Cartório - Escrivão

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Dr. Silvio Viana
Juiz de Direito
Jandira Garbulhe Braguin
Escrivã Judicial
Lauda n.

Proc.: 0003914-54.2012.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Ji-Paraná
Advogado:Procurador do Municipio de Ji Paraná ( )
Executado:Sagre Supermercado Ltda
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
Ação de Execução Fiscal
Finalidade: CITAÇÃO DO EXECUTA- DO ABAIXO RELACIONADO, para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a respectiva dívida acrescidas de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhes serem penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO
CITAÇÃO DE: SAGRES SUPERMERCADO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 57280000105, e seus co-responsaveis ROGERIO FERNANDES MARTINS, brasileiro e EDVIGES PAULA FENRNADES, brasileiro, atualmente em local incerto e não sabido.
Autos nº: 0003914-54.2012.8.22.0005
Valor: R$4.620,50 em dezembro/2011
Natureza da dívida: Crédito Tributário
Data Insc./Reg. Dívida Ativa: 31/12/2007
Certidão nº: 22468/2011, 22469/2011, 22470/2011
Ji-Paraná-RO, 20 de dezembro de 2012.
JANDIRA GARBULHE BRAGUIN
Escrivã Judicial
assina digitalmente

Proc.: 0000565-43.2012.8.22.0005
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Ji-Paraná
Advogado:Procurador do Municipio de Ji Paraná ( )
Executado:Honorio & Nogueira Ltda Me-carlos Fernandes Nogueira & Cia.ltda.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
Ação de Execução Fiscal
Finalidade: CITAÇÃO DO EXECUTA- DO ABAIXO RELACIONADO, para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a

respectiva dívida acrescidas de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereça querendo, bens à PENHORA sob pena de lhes serem penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE JI-PARANÁ/RO
CITAÇÃO DE: HONORIO NOGUEIRA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 63770168000104, e seus co-responsaveis JOSÉ ORALDO F. DE OLIVEIRA, brasileiro e CARLOS FERNANDES NOGUEIRA, inscrito no CPF nº 23110600153, atualmente em locais incertos e não sabidos.
Autos nº: 0000565-432012.8.22.0005
Valor: R$2.952,78 em dezembro/2011
Natureza da dívida: Crédito Tributário
Data Insc./Reg. Dívida Ativa: 31/12/2010
Certidão nº: 22508/2011.
Ji-Paraná-RO, 20 de dezembro de 2012.
JANDIRA GARBULHE BRAGUIN
Escrivã Judicial
assina digitalmente

Jandira Garbulhe Braguin
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
Juiz de Direito: Marcos Alberto Oldakowski
Escrivã Judicial

Proc.: 0015217-65.2012.8.22.0005
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Sebastião Filismino
Advogado:Geneci Alves Apolinario (OAB/RO 1007)
Requerido:INSS
Despacho:
Vistos. Cumpra(m)-se o(s) ato(s) deprecado(s).Intime-se o perito indicado na inicial, para designar a data da perícia médica, devendo responder os quesitos formulados pelas partes. Designo audiência para inquirição de testemunhas, para o dia 25 de fevereiro de 2013, às 09:30 horas.As testestemunhas deverão comparecer independentemente de intimação.Sirva-se da mandado de intimação do perito, da parte autora, nos termos acimaSirva-se de carta de intimação para INSS/RÉU. Sirva-se, também de ofício ao Juízo deprecado. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0012414-12.2012.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hotel Agua Verde Ltda Me
Advogado:Miscelene Nunes dos Santos Kluska (OABRO 5062)
Requerido:José Mário Carneiro Teixeira
Advogado: Não informado
Finalidade: intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se ante a juntada de AR negativo de carta de intimação que tem como destinatário o Hotel Água Verde Ltda ME, com a seguinte informação: Desconhecido. Bem como, para se manifestar ante a juntada de AR negativo de carta de citação para José Mario Carneiro Teixeira, com a seguinte informação: Mudou-se.

Proc.: 0006984-79.2012.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Edmar Mileski
Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirar Alvará expedido.

Proc.: 0010216-02.2012.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Aldenira Mateus Ferreira
Advogado:Edilson Stutz (RO. 309-B)
Requerido:Banco BMG S. A.
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128341), Maria Eunice de Oliveira (OAB/RO 2956)
Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirar Alvará expedido.

Proc.: 0010502-77.2012.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Osmar da Conceição
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT
Advogado:André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirar Alvará expedido.

Proc.: 0009485-06.2012.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Aldair Rocha de Andrade
Advogado:Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT
Advogado:André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirar Alvará expedido.

Proc.: 0006978-72.2012.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Adércio Luiz Silvano da Silva
Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirar Alvará expedido.

Proc.: 0003666-88.2012.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Ivani Alves Trindade
Advogado:Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B), Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)
Requerido:BANCO DO BRASIL
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Ana Paula Alves Moreira da Silva (OAB/SP 258420), Daniela Magagnato Peixoto (OAB/SP 235508), Andre Costa Ferraz (OAB/SP 271.481-A), Douglas Augusto Fontes França (OAB/SP 278589), Marcos Hailton Gomes de Oliveira (OAB/SP 256.543), Maria Eunice de Oliveira (OAB/RO 2956)
Finalidade: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirar Alvará expedido.

Proc.: 0008501-56.2011.8.22.0005
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: CENTER CAR COM. DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 007.850.293/0001-45, na pessoa do Representante, atualmente em lugar incerto.
Processo :0008501-56.2011.822.0005
Classe : Monitória
Requerente :Banco Bradesco S.A.
Advogado : Elias Malek Hanna OAB RO 356-B
Requerido :Center Car Com. de Veículos e Terraplanagem Ltda Me
Valor da Causa : R$ 64.000,11
Finalidade: Citação do requerido CENTER CAR COM. DE VEÍCULOS LTDA, para PAGAR no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R$ 64.000,11 (sessenta e quatro mil reais e onze centavos), em espécie, ficando advertido(a) de que poderá no mesmo prazo opor embargos que suspenderão a eficácia do mandado inicial, cientificado ainda de que cumprindo a determinação, ou seja, efetuando o devido pagamento, ficará isento do pagamento de custas e honorários advocatícios.
ADVERTÊNCIA: Os embargos independem de prévia segurança do Juízo. Na ausência de embargos e/ou de pagamento constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma de execução.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador Hugo Auller - Avenida Ji-Paraná, 615 – Bairro Urupá, CEP: 76.900-261-Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399 - Ramal 216 - site: www.tjro.jus.br.
Ji-Paraná-RO, 25 de outubro de 2012.
Marcos Alberto Oldakowski
Juiz de Direito
(assinado digitalmente)
Marlete Perim
Chefe de Cartório

5º Cartório Cível
Juiz de Direito: Marcos Alberto Oldakowski
Escrivã Judicial

Proc.: 0014373-18.2012.8.22.0005
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
DE: IRENE MARTINS DOS SANTOS, bbrasiliera, solteira, do lar, sem número dos documentos pessoais citado nos autos, natural de Palmitópolis, Estado do Paraná, filha de Carlos Albino dos Santos e Darminda Martins de Freitas, atualmente em lugar incerto.
Processo : 0014373-18.2012.8.22.0005
Classe : Procedimento Ordinário
Assunto : Guarda
Requerente: Nilton Alves Lino
Defensora : Livia Carvalho Cantadori
Requerida : Irene Martins dos Santos
Valor da ação: R$ 465,00
Finalidade: Contestar, no prazo mencionado a seguir, a Ação de Guarda acima identificada, ou comparecer junto a este Juízo para assinar o termo de concordância perante a autoridade judiciária.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pela requerida, como verdadeiros, os fatos articulado pelo requerente.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias, contados da dilação do prazo Edital.
OBJETIVO DO PEDIDO: Citação da requerida, via Edital, sob pena de revelia e confissão, com conseqüente procedência da ação.
SEDE DO JUÍZO: Fórum Desembargador Hugo Auller - Avenida Ji-Paraná, 615 ¿ Bairro Urupá ¿ Ji-Paraná/Rondônia - CEP: 76.900-261 - Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1369 - Ramal 216 - site: www.tj.ro.gov.br.
Ji-Paraná-RO, 13 de dezembro de 2012.
Marcos Alberto Oldakowski
Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

Marlete Perim
Chefe de Cartório

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou Reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet-endereço Eletrônico: e-mail: aqs1civel@tj.ro.gov.br
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juíza de Direito
Márcia Kanazawa
Escrivã pro tempore

Proc.: 0050736-18.2009.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Ariquemes
Advogado:Ricardo de Vasconcelos Martins. (PR 34.876)
Executado:Edinécio Biscola Martins
Sentença:
O exequente requereu a extinção do feito devido ao pagamento integral do débito tributário.Posto isso e com fulcro no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinta a execução devido ao pagamento do débito.Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente decisão transita em julgado nesta data. Anoto que retirei, perante o sistema RENAJUD, a restrição relativa ao veículo em nome do executado.Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Observadas as formalidades legais, arquivem-se. Ariquemes-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.

Elisângela Frota Araújo
Juíza Substituta

Márcia Kanazawa
Escrivã

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

Proc.: 0014778-63.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Vieira Araújo
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Alcione de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Despacho:
Vistos. 1. Defiro a gratuidade de justiça. 2 - Cite-se o requerido para, querendo, contestar o pedido em 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial. 3 - Na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se o autor para manifestar em réplica. 4 - Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias. SERVE A PRESENTE DE CARTA DE CITAÇÃO.Expeça-se o necessário. Ariquemes-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0015565-92.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jeferson Benedito Abel
Advogado:Cynthia Patrícia Chagas Muniz Dias. (OAB/RO 1147)
Requerido:Orestes Fernandes Polo
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Despacho:
Vistos. 1 - Cite-se o requerido para, querendo, contestar o pedido em 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial. 2 - Na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se o autor para manifestar em réplica. 3 - Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias. SIRVA DE CARTA/MANDADO de CITAÇÃO. Ariquemes-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0016422-41.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neri Garbinato
Advogado:Sidnei Doná. (OAB/RO 377B)
Requerido:Rodobens Máquinas Agrícolas Sa
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Decisão:
Vistos.1 ? Defiro o recolhimento das custas ao final do processo.2- Indefiro a antecipação de tutela, pois pretende o recebimento de valores, apontando o total de 40% do valor do bem, sendo ainda frágeis as provas existentes, ao menos nessa fase de cognição sumária. Ressalto, porém, que o pleito poderá ser reapreciado após a resposta do réu.3 - Cite-se o requerido para, querendo, contestar o pedido em 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial.4 - Na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se o autor para manifestar em réplica.5 - Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias. SERVE A PRESENTE DE CARTA DE CITAÇÃO. Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0015625-65.2012.8.22.0002
Ação:Usucapião
Requerente:Paulo Abrantes Alves, Matilde da Rocha Alves
Advogado:Luiz Eduardo Fogaça. (OAB/RO 876)
Requerido:Armando Reigota Ferreira, Alice Barbosa Reigota Ferreira
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Despacho:
Vistos.1. Traga o autor o número necessário de cópias da inicial para instruir os mandados de citação, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento.2. Com o cumprimento da determinação supra, citem-se os réus com endereço certo para os termos da presente ação, cuja contrafé segue anexo, para querendo, contestarem o pedido em 15 dias, a contar da juntada deste mandado aos autos, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (CPC, art. 285 e 319).3. Intime-se por

via postal os representantes das Fazendas Públicas da União, do Estado e do Município, para manifestarem se tem interesse na causa (artigo 943, CPC).4. O Ministério Público atuará obrigatoriamente em todas as fases do procedimento (artigo 944, CPC), devendo ser intimado por carga dos autos.5. Intime-se e cumpra-se, SERVINDO O PRESENTE DE MANDADO/CARTA Ariquemes-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012. Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0014660-87.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilberto Luiz de Ross
Advogado:Alex Sandro Longo Pimenta. (OAB/RO 4075)
Requerido:Marcelo Pignaton
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Despacho:
Vistos, etc. 1 ? Defiro o recolhimento das custas ao final do processo. 2 - Cite-se o requerido para, querendo, contestar o pedido em 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial. 3 - Na hipótese de defesa preliminar e/ou juntada de documentos com a resposta, intime-se o autor para manifestar em réplica. 4 - Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias. SERVE A PRESENTE DE CARTA DE CITAÇÃO Ariquemes-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0008012-91.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Motta Cianqueta
Advogado:Valdeni Orneles de Almeida Paranhos. (RO 4108)
Requerido:Claro Americel S. A.
Advogado:Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
Despacho:
Vistos. Conforme requerido, designo audiência de conciliação para o dia 01/03/2013, às 9h. Intime-se as partes. Ariquemes-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0006911-87.2010.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jenifer Ribeiro Monteiro
Advogado:Deise da Silva Siqueira. (RO 4055)
Requerido:Marcos de Aquino Fernandes
Advogado:Marcos Pedro Barbas Mendonça (RO 4.476), Nilton Edgard Mattos Marena (RO 361-B)
Despacho:
Vistos, etc.Intimem-se as partes do retorno da carta precatória. Em seguida, venham as alegações finais no prazo sucessivo de 05 dias.Intime-se.Ariquemes-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0009181-84.2010.8.22.0002
Ação:Depósito
Requerente:Banco Finasa Bmc S.a. Osasco
Advogado:Luciano Mello de Souza (RO 3519), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (RO 4.120)
Requerido:Amarildo Miszkovski
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Decisão:
Recebo o recurso interposto, em ambos os efeitos, por ser próprio e tempestivo.Intime-se para apresentar contrarrazões, após subam os autos ao e. TJ/RO.Ariquemes-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0013804-94.2010.8.22.0002
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:G. T. M.
Advogado:Marcos Roberto Faccin. (OAB/RO 1453)
Requerido:A. dos S. M.
Advogado:Defensoria Pública . ( )
Sentença:
GUILHERME TELES MELO, brasileiro, menor impúbere, representado por sua mãe, Srª. SIMONE BARBOSA TELES, propôs ação de AÇÃO DE ALIMENTOS em desfavor de AGNALDO DOS SANTOS MELO. Durante audiência de conciliação obteve-se êxito no acordo homologado no sentido de que o requerido pagará a título de alimentos o importe de 28% (vinte e oito por cento) do salário mínimo vigente, até o quinto dia de cada mês e arcará com alimentos complementares consubstanciados pelo valor de 50%(cinquenta por cento) das despesas médicas, hospitalares, farmacêuticas, escolares e uniformes escolares. O autor (fls.21/23) comprovou despesas referentes aos citados alimentos complementares e requereu o pagamento por parte do réu da quantia devida, acostando o comprovante de pagamento (fl.30). Intimado para manifestar-se, a representante legal do autor não foi encontrada (fl.33). Entretanto, como o valor depositado (fl.30) é o equivalente ao apresentado pelo Exequente, bem como este manteve-se inerte, entende-se por satisfeita a obrigação executada nestes autos.Posto isto, com fulcro no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução ante o pagamento do débito. P. R. I. C. e , arquive-se, observadas as formalidades legais. Ariquemes-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.

Elisângela Frota Araújo
Juíza Substituta

Pauliane Mezabarba
Diretor de Cartório

COMARCA DE CACOAL

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
GABARITO

Proc.: 0003371-79.2011.8.22.0007
Ação:Execução Provisória
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Réu:Jhonata de Souza
Advogado:Dirceu Henker (OAB/RO 4592)
Despacho: Vistos. Designo audiência de justificação para o dia 23 de janeiro de 2013, às 12 horas. Expeça-se o necessário. Ciência ao Ministério Público e à Defesa. Cacoal-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.

Ivens dos Reis Fernandes
Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1º Cartório do Juizado Especial Cível

Proc.: 1000002-89.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Promovente: Elizete C. P. Siqueira Me
Advogado: Fernando da Silva Azevedo OAB: 1293 RO
Promovido (a): Lilian Lima de Abreu
Advogado: não informado
Finalidade: Intimação do(a) promovente, através de seu(s) advogado(s) do r. despacho proferido nos autos (movimento 04), a seguir transcrito, cuja o conteúdo na íntegra poderá ser visualizado através da internet no sistema Projudi: "... Vistos. Em leitura ao instrumento particular carreado aos autos, observo ser a exequente credora da parte executada de importância originada em processo que tramitou perante a 1ª Vara Cível desta Comarca. A fim de analisar a competência para processamento do feito, intime-se (DJ) a exequente para emendar a petição inicial a fim de informar se a transação foi homologada judicialmente, apresentando respectiva cópia da sentença. Prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento da petição inicial e extinção." Cacoal, 02 de janeiro de 2013. juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM.

Proc.: 1002022-87.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Promovente: Carmelita Vieira de Farias - ME
Advogado: Fernando da Silva Azevedo OAB: 1293 RO
Promovido (a): Fabio Junior Plaster
Advogado: não informado
Finalidade: Intimação das partes / do(a) promovente / do(a) promovido(a), através de seu(s) advogado(s) do r. despacho proferido nos autos (movimento 00), a seguir transcrito, cuja o conteúdo na íntegra poderá ser visualizado através da internet no sistema Projudi: "... Vistos. Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 53 da Lei nº 9.099/95: a) Cite-se e intime-se a parte requerida em execução, no prazo de 03 dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda. Decorrido o prazo sem pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os, e depositando-os, se móveis, em poder do credor (§ 1º do art. 666, CPC), salvo recusa, de tais atos intimando-se, na mesma oportunidade, o(a) executado(a).a. 1.) caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à sua residência.b) Havendo ou não penhora fica DESIGNADA audiência de conciliação para o dia 16/04/2013 às 09 horas. Advirta-se as partes litigantes que, em audiência, será deliberado a respeito de bens eventualmente penhorados ou deverá ser indicado bens à penhora em caso de não localização pelo oficial de justiça, sob pena de extinção.c) O(a) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos até a data da audiência acima designada.d) Intime-se a parte exequente (DJ).e) Valor da dívida atualizado: R$ 47,60 (quarenta e sete reais e sessenta centavos).f) O presente despacho serve de MANDADO."Cacoal, 02/01/2013. Juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM

Proc.: 1001992-52.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Promovente: Nelcinda Mariani Simões Me
Advogado: Fernando da Silva Azevedo OAB: 1293 RO
Promovido (a): Aguinaldo Serra
Advogado: não informado
Finalidade: Intimação do(a) promovente, através de seu(s) advogado(s) do r. despacho proferido nos autos (movimento 04), a seguir transcrito, cuja o conteúdo na íntegra poderá ser visualizado através da internet no sistema Projudi: "... Vistos. Em leitura ao instrumento particular carreado aos autos, observo ser a exequente credora do executada de importância originada em processo que tramitou perante a 1ª Vara Cível desta Comarca. A fim de analisar a competência para processamento do feito, intime-se (DJ) a exequente para emendar a petição inicial a fim de informar se a transação foi homologada judicialmente, apresentando respectiva cópia da sentença. Prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento da petição inicial e extinção." Cacoal, 02 de janeiro de 2013, Juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM

Proc.: 1001134-89.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Valdomiro Nascimento
Advogado: Nilma Aparecida Ruiz OAB/RO 1354
Promovido(s): Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Celso Marcon OAB/RO 3700; Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira OAB/RO 2173; DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE OAB/RO 4120
Finalidade: Intimar a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirada de alvará expedido em favor da mesma, sob pena de arquivamento do feito.
Francisco Antonio Lima
Escrivão Judicial

1º Cartório do Juizado Especial Cível

Proc.: 1000834-30.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Sônia Regina de Souza Pitwak
Advogado: Cledson Franco de Oliveira OAB/RO 4049
Promovido(s): Paulo Francisco Armondes Pacheco
Finalidade: Intimar a parte requerente para no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirada de alvará expedido em favor da mesma, sob pena de arquivamento do feito.

Proc.: 1001712-81.2012.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Promovente: Ivone Pereira da Silva
Advogado: Celio Menezes Rodrigues OAB: 4210 RO
Promovido (a): Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado: não informado
Finalidade: Intimação do(a) promovente, através de seu(s) advogado(s) para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar novo endereço do promovido para citação e intimação.

Proc.: 1001994-22.2012.8.22.0007
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Promovente(s): Nelcinda Mariani Simões Me
Advogado: Fernando da Silva Azevedo OAB/RO 1293

Promovido(s): Cleber do Carmo Guith
Finalidade: Intimar a parte autora do r. Despacho transcrito a seguir:
"Vistos.Em leitura ao instrumento particular carreado aos autos, observo ser a exequente credora da parte executada de importância originada em processo que tramitou perante a 1ª Vara Cível desta Comarca.A fim de analisar a competência para processamento do feito, intime-se (DJ) a exequente para emendar a petição inicial a fim de informar se a transação foi homologada judicialmente, apresentando respectiva cópia da sentença.Prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento da petição inicial e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.Cacoal, 02/01/2013. Juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1002014-13.2012.8.22.0007
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Processo nº: 1002014-13.2012.8.22.0007
Promovente(s): Nelcinda Mariani Simões Me
Advogado: Fernando da Silva Azevedo OAB/RO 1293
Promovido(s): Josias Batista da Silva
Finalidade: Intimar a parte requerente do r. Despacho transcrito a seguir:
"Vistos.Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 53 da Lei nº 9.099/95:a) Cite-se e intime-se a parte requerida em execução, no prazo de 03 dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda. Decorrido o prazo sem pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os, e depositando-os, se móveis, em poder do credor (§ 1º do art. 666, CPC), salvo recusa, de tais atos intimando-se, na mesma oportunidade, o(a) executado(a).a. 1.) caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à sua residência.b) Havendo ou não penhora fica DESIGNADA audiência de conciliação para o dia 11/04/2013 às 09:30 horas. Advirta-se as partes litigantes que, em audiência, será deliberado a respeito de bens eventualmente penhorados ou deverá ser indicado bens à penhora em caso de não localização pelo oficial de justiça, sob pena de extinção.c) O(a) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos até a data da audiência acima designada.d) Intime-se a parte exequente (DJ).e) Valor da dívida atualizado: R$ 1.015,85 (um mil e quinze reais e oitenta e cinco centavos).f) O presente despacho serve de MANDADO.Cacoal, 02/01/2013.Juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1001744-86.2012.8.22.0007
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Processo nº: 1001744-86.2012.8.22.0007
Promovente(s): Charles Baccan Junior
Advogado: Charles Baccan Junior OAB/RO 2823
Promovido(s): Oceanair Linhas Aéreas S.A./AVIANCA - LINHAS AÉREAS
Finalidade: Intimar a parte requerente do r. Despacho transcrito a seguir:
"Vistos.Tendo em vista o pedido de mov. 07, redesigno audiência de conciliação, instrução e julgamento para 07/03/2013 às 11:30 horas.Citem-se e intimem-se as requeridas (AR).Intime-se o requerente (DJ).No mais, aguarde-se a realização da audiência ora agendada.Cacoal, 19/11/2012.Juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1000834-30.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Sônia Regina de Souza Pitwak
Advogado: Cledson Franco de Oliveira OAB/RO 4049
Promovido(s): Paulo Francisco Armondes Pacheco
Finalidade: Intimar a parte requerente para no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirada de alvará expedido em favor da mesma, sob pena de arquivamento do feito.

Proc.: 1001342-05.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente: Rafi Industria de Confecções Ltda - EPP
Advogado: Silvia Leticia Munin Zancan OAB: 1259 RO
Promovido (a): A. P. de Souza Supermercado
Advogado: não informado
Finalidade: Intimação das partes / do(a) promovente / do(a) promovido(a), através de seu(s) advogado(s) da r. sentença proferida nos autos (movimento 00), a seguir transcrita, cuja o conteúdo na íntegra poderá ser visualizado através da internet no sistema Projudi: "...Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido feito por RAFI INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA EPP em face de A.P. DE SOUZA SUPERMECADO-ME para condenar ao pagamento de R$72,22 (setenta e dois reais e vinte e dois centavos) em favor do requerente, com fluência e correção monetária a partir da data de 31/08/2011 (entrega da mercadoria) e incidência de juros de mora de 1%, ao mês a contar da data da citação (26/09/2012).DECLARO RESOLVIDO o mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Intime-se (AR) o requerido para cumprir a sentença no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC 475-J). Se fizer o pagamento espontâneo deverá comprovar o ato em cartório, no prazo acima especificado, sob pena de sofrer atos de execução.Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios, com escopo no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.Se o trânsito em julgado, decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de cumprimento, arquive-se.Publicação e Registro automáticos. Intimem-se o requerente (DJ) e o requerido (AR)Agende-se decurso de prazo recursal.Cacoal, 20 de dezembro de 2012.

Juíza
Anita Magdelaine Perez Belem

Francisco Antonio Lima
Escrivão Judicial

3ª VARA CÍVEL

Proc.: 0012077-17.2012.8.22.0007
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Fertisolo Comercial de Máquinas e Equipamentos Ltda
Advogado:Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3672)
Executado:Rudiney Pereira Damasceno
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D)
Despacho:
VistosIntime-se a parte, via Diário da Justiça, a recolher o valor das custas da precatória. Passado o prazo de 10 dias

sem a juntada do comprovante, devolva-se a carta precatória sem cumprimento.Comunique-se o juízo deprecante deste despacho por meio eletrônico.Pub. via DJe.Cacoal-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.

Anita Magdelaine Perez Belem
Juíza de Direito

Neide Salgado de Melo
Escrivã Judicial

COMARCA DE CEREJEIRAS

1º CARTÓRIO

1ª VARA
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs1civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Elisangela Nogueira
ESCRIVÃO: Carlos Vidal de Brito

Proc.: 0002732-77.2010.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vilson da Silva Alcântara
Advogado:Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Requerido:C. J. Sperotto & Cia Ltda.
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Sentença:
III - DISPOSITIVOPelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e condeno a empresa requerida C J SPEROTTO & CIA LTDA a indenizar o requerente, a título de danos materiais, o equivalente 4.320 (quatro mil trezentos e vinte) sacas de soja, calculando-se o preço de acordo com o valor da soja vendida pelo requerente no ano de 2009, o que deverá ser feito em fase de liquidação de sentença já que não há nestes autos comprovação do valor pelo qual o autor vendeu a soja colhida, com juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária desde a propositura da presente ação.Outrossim, deixo de reconhecer à empresa ré C. J. SPEROTTO & CIA LTDA o direito de regresso em face da fabricante e fornecedora em razão de não restar demonstrada a responsabilidade destas nos danos causados ao requerente. Em consequência, extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC. Condeno a empresa requerida C. J. SPEROTTO & CIA LTDA ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais em favor da Defensoria Pública e das empresas denunciadas, sendo que fixo equitativamente em R$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC, dividindo-se em partes iguais, ou seja, R$ 1.000,00 (mil reais) para cadas um dos beneficiados.P. R. I. Não havendo pedido de execução, dê-se baixa arquive-se. Cerejeiras-RO, 03 de janeiro de 2013.Elisângela Nogueira
Juíza de Direito
Carlos Vidal de Brito
Escrivão Judicial

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Primeiro Juizado Especial Cível de Colorado do Oeste, RO
Email: jecivelcol@tjro.jus.br

Proc: 1000809-31.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Marcia Alves Silva(Requerente)
Losango Promoções de Vendas Ltda(Requerido)
Advogado(s): Simoni Rocha(OAB 2966 RO)
Marcia Alves Silva(Requerente)
Losango Promoções de Vendas Ltda(Requerido)
Advogado(s): Simoni Rocha(OAB 2966 RO)
Finalidade: Intimar a requerida por via de seu advogado da R.Sentença proferida nos autos a seguir transcrita: Vistos etc. Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. Cuida a espécie de Ação declaratória de inexistência de débitos cumulada com danos morais e tutela antecipada. Os presentes autos estão devidamente documentados prescindindose de novas provas, uma vez que a matéria tratada é unicamente de direito, o que permite o julgamento imediato da lide, nos moldes do art. 330, inciso I, do CPC. Não há preliminar ou prejudicial de mérito para ser analisada. Cingese a questão acerca da existência/inexistência de débitos entre as partes. Narra a autora, que em dada época, foi surpreendido com a notícia de que seu nome estava inscrito junto ao SPC/Serasa. Surpresa, buscou saber a quem devia, sendo informada que a negativação ocorrera por parte da requerida. Aduz que em contato com a ré constatouse que o débito era proveniente do uso do cartão de crédito City Lar. Sustenta, ainda, que não há como ter qualquer relação jurídica com ré, visto que nunca utilizou do referido cartão. Em contestação, alega a requerida que não praticou qualquer ato ilícito contra a moral do autor ou que lhe causasse danos de qualquer espécie, já que a negativação ocorreu de forma regular. Aduz também que agiu no exercício regular de seu direito, uma vez que a autora adquiriu um produto utilizando do referido cartão City Lar. Disse, ainda, que caso não seja reconhecido o negócio jurídico, seja reconhecida a fraude de terceiros, causa excludente de responsabilidade civil. Por fim, sustenta que caso houvesse ocorrido danos a moral do autor, estes não restaram comprovados. Pois bem. Inicialmente, antes de adentrar nas discussões acerca do mérito da causa, devem ser feitas algumas considerações a respeito do ônus da prova. Segundo dispõe o art. 333, I e II do Código de Processo Civil, ao autor incumbe o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquele. De acordo com o ensinamento de Nelson Nery Junior, o não atendimento do ônus de provar coloca a parte em desvantajosa posição para a obtenção do ganho de causa. A produção probatória, no tempo e na forma prescrita em lei, é ônus da condição de parte (in Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante 9. ed. Ver., atual. a ampl. São Paulo : Ed. RT, 2006 p. 530/531). Ainda, conforme explicação de Nery, o ônus da prova é regra do Juízo, isto é, de julgamento, cabendo ao juiz, quando da prolação da sentença, proferir julgamento contrário àquele que tinha o ônus da prova e dele não se desincumbiu. Arremata, citando Echandia (Teoria judicial de la prueba judicial, v. I., n. 126. p. 441), que o sistema não determina quem deve fazer a

prova, mas sim quem assume o risco caso não se produza. Entretanto, muito embora seja está a regra no sistema processual, em se tratando de relações de consumo, pode o magistrado inverter o ônus da prova, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação do consumidor ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Dito isso, tendo em vista o caráter consumerista que gerou a presente demanda, foi invertido nos autos o ônus da prova nos autos em favor do autor. Assim, cabia a requerida demonstrar os fatos que pudessem ensejar o desacolhimento da pretensão autoral. Em uma das alegações deduzidas em constetação é de que o débito existe e encontrase vencimento desde 2008. Sustenta a ré que a autora adquiriu um DVD Britania junto a empresa City Lar utilizando do cartão City Lar. Defende, que por conta de existir débitos quanto ao pagamento do produto, a inclusão do nome da autora nos cadastros de proteção ao crédito é devida, sendo incabível falar em danos morais. Em virtude disso, suscitouse essa questão em audiência de conciliação, momento em que a autora assente quanto a compra do produto, entretanto afirma que já foi devidamente quitado. Tendo em vista essa discrepância, o feito foi convertido em diligências a fim de que a parte autora juntasse aos autos o comprovante de pagamento das parcelas referentes ao produto, permanecendo contudo, inerte, sem nem ao menos justificar a razão de não possuílo. É assente na jurisprudência que ao autor cabe provar, ainda que minimamente, os fatos constitutivos do seu direito, caso contrário não há como acolher suas alegações. Essa prova mínima seria a comprovação de que a autora efetuou o pagamento do débito, o qual originou a inclusão de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. Ante a falta de prova da quitação - fato constitutivo do direito do autor - , não vislumbro, portanto, qualquer ilegitimidade na inclusão realizada pela demandada, razão pela qual, não há outro caminho que não a improcedência da ação. Eis a jurisprudência AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, C/C COM CANCELAMENTO DE PROTESTO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROTESTO DE DUPLICATA MERCANTIL. AUSÊNCIA DE PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. 1 Sendo incontroversa a relação jurídica entre as partes e não tendo o autor comprovado o pagamento do débito, milita a presunção da legitimidade do protesto, mormente quando, por ocasião da intimação do aponte, nenhuma providência tomou o autor. 2 Os extratos bancários e a microfilmagem de cheques não se prestam a comprovar o pagamento do débito. 3 Se o devedor, que afirma ter pago o débito, não exibe recibo de quitação, não se tem como provado o pagamento. Ainda que exista nos autos à inversão do ônus da prova, cabe ao autor provar minimamente o alegado direito. Eis a jurisprudência: RELAÇÃO DE CONSUMO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - VÍCIO DE QUALIDADE DO PRODUTO - DECADÊNCIA - RECURSO IMPROVIDO - 1O direito de o consumidor reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação, nos produtos adquiridos em relação de consumo, caduca no prazo de 90 (NOVENTA) dias para produtos duráveis e em 30 (TRINTA) dias para produtos não duráveis (ART. 26, DO CDC). 2Alegações do recorrente de que efetuou diversas reclamações deve ser comprovada, inclusive a data. Em que pese a inversão do ônus da prova, cabe ao autor a prova mínima do alegado, além de a ré não poder produzir prova negativa, razão por que a só inversão não veio em benefício da pretensão autoral recorrente. 3Não comprovada a reclamação junto à empresa, devese tomar como data inicial da reclamação o protocolo de distribuição do processo. 4Decadência configurada. 5Recurso não provido. 6Honorários advocatícios em 20% sobre o valor da causa. (TJMA - RIn 358/20113 - (55570/2012) - Rel. Juiz Rodrigo Costa Nina - DJe 04.05.2012 - p. 509). A pretendida inversão do ônus da prova exige do autor a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, pelo menos, com indícios mínimos capazes de comprovar sua narrativa. Isso porque cabe ao autor provar o fato constitutivo de seu direito. (STJAgRg nos EDcl no REsp 1133347/RS). Ora, ainda que tenha ocorrido a inversão do ônus da prova no presente caso, o consumidor não se exime de provar o nexo de causalidade entre o fato danoso e o dano por ele experimentado. Dito isto, muito embora os danos sejam patentes, verifico que o nexo de causalidade não se encontra demonstrado. No presente caso, para que a negativação seja considerada ilegal é necessário que o débito seja indevido. Em havendo o débito, o requerido age no exercício legal de um direito seu, não havendo que se falar em danos morais. Apesar da narrativa apresentada pela autora acerca da licitude da inclusão, nenhuma prova foi produzida a fim de demonstrar a existência de tais fatos, anotandose que se tratava de prova documental (comprovante de pagamento), portanto de fácil produção. Ora, se milita a presunção de legitimidade da inclusão tendo em vista que o autor não comprovou seu pagamento, inconcebível falar em danos morais ou materiais. Diante de todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL de Marcia Alves Silva contra Losango Promoções de Vendas Ltda. Como consequência, declaro resolvido o mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Isento de custas e honorários, por ser incabível no procedimento dos juizados especiais. Transitada em julgado, arquivemse os autos, com as devidas baixas na distribuição. Publiquese, registrese e intimemse. P.R.I.C.

Proc: 1000793-77.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Aquiles Alves(Requerente)
Altair Antônio Basegio(Requerido)
Advogado(s): Valmir Burdz(OAB 2086 RO)
Aquiles Alves(Requerente)
Altair Antônio Basegio(Requerido)
Advogado(s): Valmir Burdz(OAB 2086 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida por via de seu advogado para que especifique as provas que pretende produzir, fazendo-o de forma pormenorizada, no prazo preclusivo de 05 (cinco) dias. Ressalte-se a importância em mencionar o objetivo probatório do que for indicado em virtude de nortear a decisão interlocutória, fixação dos pontos controvertidos e análise de conveniência acerca do julgamento conforme o estado do processo.

Proc: 1000901-43.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
ADÃO GRANATO DE FARIA(Autor)
Advogado(s): Gilvan Rocha Filho(OAB 2650 RO)
JOSÉ ROBERTO RODRIGUES CONTI(Réu)
Advogado(s): Claudio Costa Campos(OAB 3508 RO)
ADÃO GRANATO DE FARIA(Autor)
Advogado(s): Gilvan Rocha Filho(OAB 2650 RO)
JOSÉ ROBERTO RODRIGUES CONTI(Réu)
Advogado(s): Claudio Costa Campos(OAB 3508 RO)

Finalidade: Intimar a parte requerida por meio de seu advogado para que compareça ao órgão executivo de trânsito de seu domicílio portando cópia da determinação judicial, documento comprobatório de sua identificação, apresentação do veículo para realização de vistoria, pagamento de taxa de transferência para emissão de documento em seu nome, conforme juntada de Ofício do detran nos autos, movimento anterior, no prazo de dez dias.

Proc: 1000917-60.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Lúcia Bruch Lopes(Autor)
Advogado(s): Marcio augusto Chaves Barbosa(OAB 3659 RO), Jetro Vasconcelos Carapiá Canto(OAB 4956 RO)
Aerovias Del Continente Americano S/A - AVIANCA(Réu)
Advogado(s): Maycon Cristian Pinho(OAB 2030 RO)
Maria Lúcia Bruch Lopes(Autor)
Advogado(s): Marcio augusto Chaves Barbosa(OAB 3659 RO), Jetro Vasconcelos Carapiá Canto(OAB 4956 RO)
Aerovias Del Continente Americano S/A - AVIANCA(Réu)
Advogado(s): Maycon Cristian Pinho(OAB 2030 RO)
Finalidade: Intimar as partes requenrente e requerida por via de seus advogados para que que especifiquem as provas que pretendem produzir, fazendo-o de forma pormenorizada, no prazo preclusivo de 05 (cinco) dias. Ressalte-se a importância em mencionar o objetivo probatório do que for indicado em virtude de nortear a decisão interlocutória, fixação dos pontos controvertidos e análise de conveniência acerca do julgamento conforme o estado do processo.

Proc: 1000545-48.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Rosangela Barbosa Corim(Requerente)
Advogado(s): Gilvan Rocha Filho(OAB 2650 RO)
Associação dos Criadores de Colorado do Oeste/RO(Requerido)
Advogado(s): Valmir Burdz(OAB 2086 RO)
Rosangela Barbosa Corim(Requerente)
Advogado(s): Gilvan Rocha Filho(OAB 2650 RO)
Associação dos Criadores de Colorado do Oeste/RO (Requerido)
Advogado(s): Valmir Burdz(OAB 2086 RO)
Finalidade: Intimar as partes por via de seus advogados da R.Senteça proferida nos autos, a seguir transcrita: Prestação jurisdicional exaurida. Reconhecida a tempestividade do Recurso Inominado interposto nos autos, prevalece o acordão, o qual julgou improcedente o pedido inicial. Desta feita, diante do trânsito em julgado e da improcedência do pedido formulado pelo autor, outra medida não há se não o arquivamento do feito. Custas da Lei. Cumpridas todas as diligências, arquive-se.

Proc: 1000941-25.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Izabel da Costa(Reclamante)
Advogado(s): Claudio Costa Campos(OAB 3508 RO)
Tim Celular S. A.(Reclamado)
Advogado(s): Luis Carlos Monteiro Laurenço(OAB 16780 RO)
Maria Izabel da Costa(Reclamante)
Advogado(s): Claudio Costa Campos(OAB 3508 RO)
Tim Celular S. A.(Reclamado)
Advogado(s): Luis Carlos Monteiro Laurenço(OAB 16780 RO)
Finalidade: Intimar a parte requerida para pagamento das custas processuais finais, prazo de 05 dias.

Proc: 1000006-48.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Elaine dos Santos Lima Brandão(Requerente)
Advogado(s): Francisco Lopes da Silva(OAB 3772 RO)
Boza & Rodrigues Comércio de Confecções e Calçados Ltda(Requerido)
Advogado(s): Gilvan Rocha Filho(OAB 2650 RO)
Elaine dos Santos Lima Brandão(Requerente)
Advogado(s): Francisco Lopes da Silva(OAB 3772 RO)
Boza & Rodrigues Comércio de Confecções e Calçados Ltda(Requerido)
Advogado(s): Gilvan Rocha Filho(OAB 2650 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte Executada, por via de seu Advogado, da r. Decisão proferida nos autos, a seguir transcrita: " Tratam os autos de cumprimento de sentença. A parte autora requer a desconsideração da pessoa jurídica tendo em vista a empresa fechou suas portas e não possui bens passíveis de penhora. A teoria da desconsideração da pessoa jurídica, quanto aos pressupostos de sua existência, subdividise em duas categorias: teoria maior e teoria menor da desconsideração. A teoria maior não pode ser aplicada com a mera demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para o cumprimento de suas obrigações. Exige-se, aqui, além da prova da insolvência, a demonstração do desvio de finalidade, ou a demonstração de desvio patrimonial. A prova do desvio de finalidade faz incidir a teoria maior subjetiva da desconsideração. O desvio de finalidade é caracterizado pelo ato intencional dos sócios em fraudar terceiros com a abuso da personalidade jurídica. A demonstração da confusão patrimonial, por sua vez, faz incidir a teoria maior objetiva da desconsideração. A confusão patrimonial caracteriza-se pela inexistência, no campo dos fatos, de separação patrimonial do patrimônio da pessoa jurídica e do de seus sócios, ou, ainda, dos haveres de diversas pessoas jurídicas. A teoria maior da desconsideração, seja a subjetiva, seja a objetiva, constitui a regra geral no ordenamento jurídico brasileiro, positivado no art. 50 do Código Civil. A teoria menor da desconsideração, por sua vez, parte de premissas distintas da teoria maior. Para a incidência da desconsideração com base na teoria menor, basta a prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. No ordenamento jurídico brasileiro, a teoria menor da desconsideração foi adotada excepcionalmente, por exemplo, no Direito Ambiental (Lei n. 9.605/98, art. 4º) e no Direito do Consumidor (CDC, art. 28, parágrafo 5º). A Teoria Menor trata como desconsideração da personalidade jurídica toda e qualquer hipótese de comprometimento do patrimônio do sócio por obrigação da empresa. Centra o seu cerne no simples prejuízo do credor para afastar a autonomia patrimonial (FARIAS e ROSENVALD, p. 312). O CDC em seu artigo 28, caput e § 5º dispõe que o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração, e também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. Pois bem. Após breve esclarecimentos sobre o tema, passo a analisar os requisitos declinados no art. 28,

parágrafo 5º do CDC. A teoria menor da desconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente no Direito do Consumidor e no Direito Ambiental, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. Para a teoria menor, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e/ou administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba, isto é, mesmo que não exista qualquer prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte dos sócios e/ou administradores da pessoa jurídica. Dito isso, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, ou disregard doctrine, visa afastar a personalidade, sem anulá-la, para que as pessoas, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial, que ocultamse sob a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, respondam com seus bens pessoais pela obrigações sociais, impedindo que o instituto da pessoa jurídica seja desvirtuado e revelando o seu caráter relativo instrumental. O contrato social juntado no movimento 09 dos autos, dispões que são sócios da empresa executada ARACELLI RIBEIRO BOZA e KLEYSLER RODRIGUES DE ALIVIEIDA. Face ao exposto, considerando a insolvência da executada, desconsidero a personalidade jurídica de Boza & Rodrigues Comércio de Confecções e Calçados Ltda, para que seus sócios proprietários, ARACELLI RIBEIRO BOZA e KLEYSLER RODRIGUES DE ALIVIEIDA, respondam pelo débito decorrente da presente demanda. Intime-se a parte executada. Após, conclusos.

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0001931-45.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Maria de Jesus Almeida
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Sentença:
Vistos, etc...Trata-se de ação ordinária em que a parte autora pretende compelir o Instituto Nacional do Seguro Social a implantar sua aposentadoria por idade, na qualidade de trabalhador rural.Citado (fls.21), o requerido não apresentou contestação.Despacho saneador às fls.22.Instrução oral realizada, foram ouvidas três testemunhas - fls.43/45. Alegações finais pela autora às fls. 51/53 . Alegações finais pela ré as fls. 56/58 e verso.Sem mais nada de relevante a relatar, passo a decidir.Fundamento e Decisão.Para a concessão da aposentadoria por idade ao trabalhador rural são necessários os seguintes requisitos: A) idade mínima exigida de sessenta anos para o homem e cinqüenta e cinco anos para a mulher; B) exercício de atividade rural, ainda em que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício.Nenhum requisito, além destes, pode ser exigido para a concessão de tal benefício, sob pena de estar se estreitando os limites estipulados pela legislação pertinente. No caso em apreço, percebo que a autora para amparar sua pretensão, juntou aos autos Cópia da certidão de casamento fls. 19; cópia da Ficha de Atendimento médico expedido pela Secretaria de Estado e Saúde, com data de registro em 23/09/1991.Examinando os documentos supra citados, verifico que a autora não logrou êxito em comprovar atividade rural, por todo o período de carência de 180 meses, posto que antes da vigência da lei da Lei 8.213/91, deve-se comprovar 180 meses de labor rural, levando-se em conta que a autora completou idade em 1978, os documentos não são contemporâneos aos fatos alegados pela autora . Cumpre registrar ainda que, a jurisprudência tem entendido que os documentos juntado nos autos, são inservíveis à espécie, por serem considerados particulares, destituídos, portanto, de fé pública. Veja, se, nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA. DOCUMENTOS DESPROVIDOS DE FÉ PÚBLICA OU NÃO CONTEMPORÂNEOS AOS FATOS ALEGADOS. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. IMPOSSIBILIDADE.1. Para a aposentadoria de rurícola, a lei exige idade mínima de 60 (sessenta) anos para o homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para a mulher, requisito que, in casu, está comprovado nos autos.2. Ausência de comprovação do exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício (art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.213/91), tendo em vista que os documentos apresentados (carteira do sindicato dos trabalhadores rurais, com data de admissão em 12.01.2007, recibos de pagamento de mensalidade dos anos de 2007 e 2008, cadastro de hipertenso e/ou diabético, histórico escolar do neto em escola municipal rural dos anos de 2002 a 2007, certidão emitida pela Justiça Eleitoral, datada de 11.03.2008, prontuário de atendimento ambulatorial, sistema de informação de atenção básica emitidos pela secretaria municipal de saúde e cupom fiscal de supermercado, datado de 12.02.2008) não são públicos ou não são contemporâneos aos fatos alegados. Precedentes desta Corte e do STJ.3. Não se admite prova exclusivamente testemunhal para a comprovação do exercício de atividade rural (Súmulas 149/STJ e 27/TRF 1ª Região).4. Apelação do autor não provida.(AC 0038280-11.2009.4.01.9199/MT, Rel. Juíza Federal Monica Sifuentes (conv.), Conv. Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista (conv.), Segunda Turma,e-DJF1 p.123 de 25/03/2010) ? grifei. Como é cediço, o início de prova documental vem sendo flexibilizado pela jurisprudência em face da conhecida precariedade das relações trabalhistas na zona rural, que, ainda nos dias de hoje, são tratadas com bastante informalidade. Exigir dos rurícolas a apresentação exclusiva de documentos contemporâneos ao período sob comprovação, para a obtenção do benefício na condição de trabalhador especial, inviabilizaria a implementação do próprio instituto. Essa precariedade documental, todavia, não pode ser alargada a ponto de permitir que documentos não contemporâneos ao período de comprovação, ao período de trabalho alegado, se tornem meios de provas regularmente admitidos, como é o caso dos autos.No mais, os depoimentos colhidos sob o crivo do contraditório em audiência de instrução e julgamento, não se prestaram a corroborar o início de prova material acostado aos autos.Portanto, no presente caso seria necessário um início razoável de prova material, que integrada aos testemunhos, pudesse conduzir a cognição judicial em rota segura do convencimento e a conseqüente decisão, que sustentasse

o decreto de procedência do pedido.A propósito trago a colação o seguinte julgado, vejamos:AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. RURÍCOLA. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA Nº 149/STJ. NECESSIDADE DE REEXAME DO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ.1. "A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação daatividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário." (Súmula do STJ, Enunciado nº 149).2. Reconhecida no acórdão impugnado a insuficiência da prova ao deslinde da questão, ou seja, a não-comprovação do tempo de serviço como rurícola, a alegação em sentido contrário, a motivar insurgência especial, requisita exame do acervo fático-probatório, vedado na instância excepcional. 3. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." (Súmula do STJ, Enunciado nº 7). 4. Agravo regimental improvido.(AgRg no Ag 959621 / SPAGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO2007/0223395-5 Relator(a) Ministro HAMILTON CARVALHIDO (1112) Órgão Julgador T6 - SEXTA TURMAData do Julgamento21/02/2008 Data da Publicação/FonteDJe 09/06/2008)Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido desta ação.Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos termos do § 2º do art. 475 do CPC. Publique.Registre.Intime.Cumpra.Com o trânsito em julgado, arquive-se.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005338-25.2012.8.22.0008
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Gráfica O Cone Sul Ltda Me
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Ayres Com. de Equip. Gráficos Ltda
Despacho:
Vistos, etc...Trata-se de ação de Ação Cautelar Inominada de Sustação de protesto proposta por Gráfica O Cone Sul Ltda-ME em face da Ayres Com, de Espigão Gráficos Ltda. Inicialmente, requer a Requerente os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei 1050/60.Analisando a mencionada Lei e o dispositivo que trata da gratuidade da justiça, o qual transcrevo: Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. § 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.", temos, que por simples afirmação determinada pessoa pode se declarar "pobre", sem condições que arcar com as custas do processo. Destarte, a presunção aqui mencionada é relativa e deve ser concatenada com os demais elementos do autos. Pois bem, o autor se pesoa jurídica e sem condições de arcar com as custas do processo, porém, não acostou aos autos nenhuma prova de sua miserabilidade, e, a revés, contratou advogado particular para defender sua causa. Ora, a condição de miserabilidade não coaduna com a prática de contratação de advogado particular, o qual, geralmente trabalha de forma onerosa, não sendo seus honorários repassados apenas por decorrência da sucumbência da parte contrária. Os carentes devem socorrer-se da DPE ou pedir que o juízo lhes nomeie defensor dativo, sob pena de ter o pedido de gratuidade negado. Neste sentido a jurisprudência do nosso Tribunal: Verbis:0000709-32.2012.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 00230768120118220001 Porto Velho/RO (3ª Vara Cível) Agravante : Ednei de Souza Pinto Advogados : João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433 - A) e Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212.689) Agravado : Banco Itauleasing S.A. Relator: Desembargador Alexandre Miguel Agravo interno em agravo de instrumento. Gratuidade judiciária. Indeferimento. Ausência de hipossuficiência. Manutenção da decisão. Há de se manter a decisão que indefere o pedido de justiça gratuita à parte que, comprovadamente nos autos, não se enquadra no conceito de pessoa necessitada, e revela-se em condições financeiras para efetuar o pagamento das custas processuais. ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 29 de fevereiro de 20120002584-37.2012.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem : 00025824620128220007 Cacoal/RO (4ª Vara Cível) Agravantes: Daniel Kumm e outra Advogado : Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469) Agravado : Jean Faber Mouza Relator:Desembargador Kiyochi Mori AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. A simples afirmação de pobreza não garante automaticamente a concessão da assistência judiciária gratuita, visto que ela é relativa, podendo ser afastada pelo julgador que observar nos autos elementos objetivos em sentido contrário. Extrai-se da interpretação da Lei n. 1.060/50 conjuntamente com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal que, para a concessão do benefício da justiça gratuita, se faz necessária a comprovação da hipossuficiência financeira alegada. ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 18 de abril de 2012.Assim, a despeito do requerimento feito nos autos, entendo que não restou caracterizado a condição de necessitada do Requerente, razão pela qual determino que o Requerente acoste cópias das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ do mesmo dos últimos dois anos, a serem arquivadas em pasta própria pela zelosa serventia e/ou outros documentos que corroborem o pedido.Intime-se e cumpra-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005197-06.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Marcelo Vendrusculo
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Executado:Neuza Pereira Fernandes Anacleto
Sentença:
Vistos, etc.Considerando que as tentativas do renajud e penhora on line restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO processo autorizando em consequência, os necessários levantamentos. Consigno que o exequente deverá retirar os documentos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo assinalado remeta-se ao arquivo.P.R.I.CApós o trânsito em julgado, arquivem-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005279-37.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Isabel Pereira Costa
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Silvio Pinto Caldeira Junior
Sentença:
Vistos, etc.Considerando que as tentativas do renajud e penhora on line restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO processo autorizando em consequência, os necessários levantamentos. Consigno que o exequente deverá retirar os documentos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo assinalado remeta-se ao arquivo.P.R.I.CApós o trânsito em julgado, arquivem-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004852-40.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Durvalino Paulosi
Advogado:Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933), Renata Cristina de Souza (OAB/RO 5026)
Executado:José Hermínio de Andrade Filho
Despacho:
Vistos, etc...Considerando que somente a pesquisa renajud restou frutífera, manifeste o exequente se tem interesse no bem penhorado, já que o mesmo bem encontra-se penhorado nos autos de n.956-13.2010.514.0111 na Vara do Trabalho de Pimenta Bueno.Havendo interesse deve proceder nos termos do art. 613 CPC.Realizei a avaliação via tabela Fipe, segue anexa.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005280-22.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Klipel & Fonseca Ltda Epp
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Osmar Oliveira Ratzke
Despacho:
DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO.a) Nesta data procedi o bloqueio de veículo motocicleta YAMAHA- YBR 125 K, PLACA NDL 3158, através do sistema RENAJUD, conforme demonstrativo em anexo. b) Desde de já, houve a cotação do valor do bem penhorado, através da tabela FIPE, conforme documento anexo, cujo valor é R$ 3.520,00.c) Deve o Exequente diligenciar a fim de localizar o veículo. d) Fica a Polícia Militar autorizada desde já, sem necessidade de nova ordem, a realizar a remoção do veículo e entregá-lo no CIRETRAN, caso a mesma se depare com o veículo em situação de patrulhamento.e) Outrossim, em caso de interesse na remoção/adjudicação do bem, a exequente deverá depositar em juízo o valor remanescente entre o valor do bem e a dívida, sob pena de revogação dessa decisão. f) O Exequente deverá retirar o presente ofício em cartório, no prazo de 30 dias e protocolar junto aos órgãos - Policia Militar e Ciretran. Decorrido o Intime-se a parte autora, no prazo de 48 horas, através de seu advogado, para dar prosseguimento no feito, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 267, III e ?˜ 1º do CPC.SERVE COMO OFÍCIO PARA CIRETRAN.Sede do Juízo – FÓRUM Min. MIGUEL SEABRA FAGUNDES Rua Vale Formoso, 1954, Fórum, Bairro Vista Alegre, Espigão do Oeste-RO, CEP 76.974-000/fone (069) 3481-2279 /Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001017-78.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosilene Maroa de Souza
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos, etc...Sem prejuízo de julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir nos autos justificando sua pertinência e utilidade.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0024046-02.2007.8.22.0008
Ação:Execução de título judicial
Requerente:Comercial de Alimentos São Paulo Ltda
Advogado:Valter Henrique Gundlach (RO 1374)
Requerido:Clemilda Maximiliano da Cruz
Advogado:Advogado não Informado (00000)
Despacho:
Vistos, etc...A tentativa de bloqueio de valores restou positiva, consoante consulta em anexo. O valor bloqueado é de R$ 272,99 (duzentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos. Intime-se o Executado acerca da penhora e da presente execução, para que, querendo, possa ofertar impugnação (475-J, § 1º).Decorrido o prazo, sem manifestação, expeça-se o alvará de levantamento em favor do Exequente, o qual deverá se manifestar acerca de extinção/prosseguimento em 5 dias, contados do recebimento do alvará. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003413-28.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Gerson Jardim Novaes
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:Laura da Silva
Despacho:
Vistos, etc...A tentativa bacenjud restou infrutífera.Observo que há bem penhorado nos autos em apenso, assim, manifeste a exequente requerendo o que lhe for de direito.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004609-96.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:Lurva Alves de Oliveira
Sentença:
Vistos, etc.Considerando a não localização de bens passíveis de penhora do (a) Executado (a), considerando ainda que as tentativas do renajud e penhora on line restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO processo autorizando em conseqüência, os necessários levantamentos.Indefiro o pedido de vistoria na residência, eis que os bens que guarnecem a residência são impenhoráveis. Ademais, cabe a parte a indicação de bens passíveis de penhora.Havendo pedido de Certidão de Crédito, de dívida (Fonaje n. 75/76) ou desentranhamento do título pela Exequente, desde já, defiro . Consigno que o exequente deverá

retirar os documentos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo assinalado remeta-se ao arquivo.P.R.I.CApós o trânsito em julgado, arquivem-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004414-14.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Bv. Comercial de Alimentos Ltda - Me
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Executado:Laura da Silva
Sentença:
Vistos, etc...A penhora de salário é medida excepcional e só deve ser deferida após esgotadas todas as outras tentativas de penhora, ante a proteção constitucional e o caráter alimentar dos vencimentos, salários e subsídios, a legislação não admite sua penhora, arresto ou seqüestro (arts. 649, IV, 821 e 823, CPC). Nas relações de emprego, tem-se o princípio da intangibilidade salarial.In casu, foi realizado tentativa via bacenjud a qual restou infrutífera. Assim, pelos fundamentos acima expostos, indefiro o pedido de fls.19. Considerando a não localização de bens penhoráveis do executado, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos. Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo. Arquive-se de imediato. P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002327-85.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:J. N. V. C. L. L. V. C. L. V. V. C.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:L. de M. C.
Despacho:
Vistos, etc...A tentativa de bloqueio de valores e a pesquisa RENAJUD restaram negativas, consoante consultas em anexo. Fls. 19, traga a parte autora a matrícula do bem imóvel indicado a penhora.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000888-39.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Gilvan dos Santos Schultz
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374), Elaine Batista dos Santos (OAB/RO 480-E)
Requerido:Adalto Rodrigues Lemes
Despacho:
Vistos, etc...A tentativa de bloqueio de valores e a pesquisa RENAJUD restaram negativas, consoante consultas em anexo. Assim, intime-se o exequente para indicar bens passível de penhora. Prazo 10(dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004504-56.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Edenilson Bandeira
Advogado:Aline Correa de Freitas (RO 2161)
Executado:Glauber Dariva Pires de Lima
Sentença:
Vistos, etc.Mantenho decisão de fls. 23.Considerando que as tentativas do renajud e penhora on line restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO processo autorizando em consequência, os necessários levantamentos.P.R.I.CApós o trânsito em julgado, arquivem-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003770-08.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Gerson Jardim Novaes
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:Laura da Silva
Despacho:
Vistos, etc...A tentativa bacenjud restou infrutífera.Observo que há bem penhorado nos autos, assim, manifeste a exequente requerendo o que lhe for de direito.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001494-04.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Posto Laranjense Ltda
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Marlene de Oliveira Domingos
Despacho:
Vistos, etc...A pesquisa RENAJUD restou negativa, conforme consulta em anexo.A tentativa de bloqueio de valores restou positiva, consoante consulta em anexo. O valor bloqueado é de R$ 1.056,51 (um mil, cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos).Intime-se o Executado acerca da penhora e da presente execução, para que, querendo, possa ofertar impugnação (475-J, § 1º).Decorrido o prazo, sem manifestação, expeça-se o alvará de levantamento em favor do Exequente, o qual deverá se manifestar acerca de extinção/prosseguimento em 5 dias, contados do recebimento do alvará. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002201-69.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Antônia da Silva Farias
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos,etc...Designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia 12/03/2013, às 11:00 horas.O rol de testemunha deverá ser apresentado nos termos do art. 407 do CPC.IC.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005282-89.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Klipel & Fonseca Ltda Epp
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Lucinéia Dias Benfica

Sentença:
Vistos, etc.Considerando que as tentativas do renajud e penhora on line restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO processo autorizando em consequência, os necessários levantamentos. Consigno que o exequente deverá retirar os documentos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo assinalado remeta-se ao arquivo.P.R.I.CApós o trânsito em julgado, arquivem-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000877-41.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Almito de Jesus Gonçalves
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Sentença:
Vistos, etc...Trata-se de ação ordinária em que a parte autora pretende compelir o Instituto Nacional do Seguro Social a implementar sua aposentadoria por idade, na qualidade de trabalhador rural.Com a inicial juntou procuração e documentos às fls. 06/27.Citado o INSS (fls. 33), não apresentou contestação. Despacho saneador às fls. 34/35.Decisão às fls. 38/40, declinando a competência da ação para uma das Varas Cíveis de Espigão do Oeste, ante o domicilio do requerente.Despacho às fls. 42.Instrução oral realizada, foram ouvidas duas testemunhas - fls. 45/46. Alegações finais pela autora às fls. 50. Apresentado alegações finais pela requerida às fls. 52/57. Sem mais nada de relevante a relatar, passo a decidir. Fundamento e Decisão.Para a concessão da aposentadoria por idade ao trabalhador rural são necessários os seguintes requisitos: A) idade mínima exigida de sessenta anos para o homem e cinqüenta e cinco anos para a mulher; B) exercício de atividade rural .Nenhum requisito, além destes, pode ser exigido para a concessão de tal benefício, sob pena de estar se estreitando os limites estipulados pela legislação pertinente.No presente caso, estou convencido de que a parte autora, de fato, possui o necessário tempo de serviço em atividade rural. Confira-se.A prova do Tempo de Serviço Rural:- Cópia Certidão de nascimento do filho do autor o qual foi lavrado em 25/10/1988 (fls. 27), na qual consta o endereço rural do autor naquele ano, serve como início de prova material.Cópia de ficha geral de atendimento expedida pela Secretaria Estado de Saúde em nome da companheira do autor indicando endereço rural do casal como sendo, fls. 26, datado em 12/11/1996.- Cópia de Auto de infração em nome do autor, indicando o endereço rural Linha 108 c/ 40 Gleba 02 Zona Rural, datado em 18/12/2008 fls. 14.Dentre outros documentos com grande valor probatório fls. 07/25.Os documentos supra citados são considerados início de prova documental, que corroborando com as testemunhas ouvidas no no processo (fls. 45/46) foram uniformes em afirmar a qualidade de trabalhador rural do autor, demonstrando inclusive que o mesmo ainda reside na propriedade rural, em regime de economia familiar.Sobre o tema colaciono os seguintes julgados:"PREVIDÊNCIA SOCIAL ? TEMPO DE SERVIÇO ? PROVA MATERIAL ? NECESSIDADE.1. Não é admissível prova exclusivamente testemunhal para efeito de comprovação de tempo de serviço, sendo necessário prova material em forma de documentação contemporânea à prestação do serviço cujo tempo se pretende provar, observado o disposto nos arts. 57 e 58 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social ? Decreto n. 83.080/79." (AC n. 92.01.01385-0/MG, Rel. Juiz CATÃO ALVES)?PREVIDÊNCIA SOCIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURÍCOLA. MEIOS DE PROVA.1. Para comprovação de tempo de serviço perante a Previdência Social, a lei exige início razoável de prova material, a ser complementada por outros meios de prova, inclusive depoimento de testemunhas (Lei n° 8.213/91, art. 106 e Lei n° 8.212/91, art. 55, § 3°).2. Certidões de casamento e de nascimento de filhos, com a indicação da profissão de lavrador, servem como início de prova material.3. Anotações em carteira de trabalho relativas a outras profissões provam, tão-só, alteração no estado profissional do autor, sem interferir no tempo em que desempenhou atividade rural?.(AC 1998.01.00.035437-0/GO, Rel. Juiz ALOÍSIO PALMEIRA LIMA, DJ 04/10/1999, p.55)?PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL.1. Orientação jurisprudencial assente nesta Corte, na esteira de entendimento uniforme no eg. Superior Tribunal de Justiça, a de qualquer documento público ou particular que indique a condição de trabalhador rural de seu destinatário é apto a caracterizar o início razoável de prova material reclamado pela legislação previdenciária, para fins de percepção dos benefícios nela especificados, podendo projetar eficácia probatória quanto a período de tempo anterior ou posterior ao nele retratado. Desde que complementado por segura prova testemunhal a propósito.2. Orientação jurisprudencial, também assente, a de que a certidão de casamento, indicando o marido como lavrador, se estende à esposa, como início razoável de prova material do ofício profissional desta, desde que, por igual, seja complementada por segura prova testemunhal a propósito. Ressalva de entendimento pessoal em contrário do Relator. Caracterização,na hipótese em causa, de cerceamento do direito de defesa, em virtude do julgamento antecipado da lide.5. Recurso de apelação provido.? (AC 2007.01.99.051365-2/GO, Rel. Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES, e-DJF1 de 03.04.2008, p. 331).Portanto, infere-se dos autos a presença de início razoável de prova material, que fora corroborada pela prova testemunhal, tornando certo que o autor exerceu atividade rural por mais de 162 meses(art. 142 da Lei 8.213/91),, vez que o documento de fls.27, foi lavrado em 25/10/1988, somadas com as provas testemunhais indicam um labor rural de pelo menos 24 anos , razão por que ela faz jus ao benefício pleiteado.Assim sendo, tendo em vista que o autor possui mais sessenta anos, pois nasceu 18/04/1948, sendo atendido o requisito etário acima referido. Também restou comprovado o efetivo exercício de atividade rural, em número de meses maior que a carência exigida para o benefício ? carência esta que, no seu caso, levando em consideração que completou 60 (sessenta anos) anos em 2008, era de 162 (cento e sessenta e dois) meses, segundo a tabela de transição do art. 142 da Lei 8.213/91.Necessário registrar que, o início de prova documental vem sendo flexibilizado pela jurisprudência em face da conhecida precariedade das relações trabalhistas na zona rural, que, ainda nos dias de hoje, são tratadas com bastante informalidade. Exigir dos rurícolas a apresentação exclusiva de documentos contemporâneos ao período sob comprovação, para a obtenção do benefício da aposentadoria especial, inviabilizaria a implementação do próprio instituto. Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido desta ação para, acolhendo os pedidos deduzidos na inicial, condenar o INSS na obrigação de conceder aposentadoria rural por idade

ao autor.Condeno, ainda, a Autarquia-ré no pagamento das parcelas vencidas a partir da citação até a data da efetiva implantação do benefício, corrigidos e com juros de mora, devendo ser observadas as recomendações do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução n 242, de 3 de julho de 2001, ou outro manual semelhante que venha a substituí-lo. As verbas eventualmente atingidas pela prescrição qüinqüenal deverão se excluídas destes cálculos.Os juros moratórios são devidos no percentual de 1% a.m. Até edição da Lei 11.960/2009,quando então serão devidos no percentual de 0,5% a.m conforme são aplicados nas cadernetas de poupança. Contam-se da citação, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores .Outrossim, vislumbro presentes os requisitos exigidos pelo artigo 273, caput e inciso I do CPC para antecipação dos efeitos da tutela.A verossimilhança das alegações por meio de prova inequívoca está mais do que demonstrada, uma vez que acolhido por sentença o pedido do autora. Em outras palavras, ao se julgar procedente o pleito, evidente se mostra a plausibilidade jurídica exigida pela lei. Quanto ao dano irreparável ou de difícil reparação, não há dúvidas de que a demora na implantação do benefício colocaria em risco a vida do autor, na medida em que ela depende deste benefício para sua própria subsistência.Destarte, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA para DETERMINAR que o réu implante em 5 (cinco) dias o benefício acima deferido em favor do autor, sob pena de multa de R$100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, nos termos do artigo 461, § 5º do CPC. Deixo de condenar o réu ao pagamento de custas processuais, uma vez que se trata de autarquia federal que goza de isenção, nos termos do artigo 3º, caput, da Lei Estadual nº. 301/1990.Os honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora ficam arbitrados em dez por cento (10%) (art 20,§4º do CPC), devendo a correção de tal verba ser feita até a prolação da sentença, nos termos da súmula n. 111 do Egrégio STJ. Sentença não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 475, § 2º, do Código de Processo Civil.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002232-55.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Márcio Alves de Almeida
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Sentença:
Vistos, etc...Márcio Alves de Almeida, vulgo ?Aranha?, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 129, §9º em concurso material com o artigo 147, caput, ambos do Código Penal e na forma da Lei Federal 11.340/2006, pois, conforme narra a peça inaugural - 1º fato - no dia 10/6/2012, por volta das 14h30min, no Parque de Exposição, localizado na RO-387, Setor Industrial, nesta cidade e comarca, o denunciado ofendeu a integridade corporal de sua companheira, a vítima Ivone dos Santos Silva, mediante socos e puxões de cabelos, causando-lhe as lesões corporais.Narra ainda a peça incoativa - 2º fato - que logo após o acusado ameaçou a vítima Ivone, de lhe causar mal injusto e grave, por meio de palavras, dizendo que iria matá-la.O preso foi preso em flagrante (10/6/2012) Recebida a denúncia, o réu foi citado, tendo este apresentado resposta à acusação (fls. 52/57).Na instrução, foram ouvidas 3(três) testemunha de acusação, uma de defesa e o réu interrogado (fls. 75 e 80). Em alegações finais, a representante do Parquet após discorrer quanto a materialidade e autoria requereu a condenação do acusado, nos termos descrito na denúncia. A defesa, por sua vez, pugna pela absolvição, por falta de provas para sustentar a condenação.Examinados. Decido.Do crime de lesão corporal, artigo 129,9§ do C.P. A materialidade do delito de lesão corporal está representada pelo auto de prisão em flagrante (fls. 6/12); pelo requerimento de Medidas Protetivas (fls. 24) e pelo auto de exame de corpo de delito (fls. 42/43), que revela que a vítima sofreu lesões corporais resultantes de agressões de seu companheiro, o que configura o crime tipificado no artigo 129, §9º, do Código Penal.A autoria é inconteste, o próprio réu confessa a prática de parte dos fatos que lhe são atribuídos a autoria. No mais, as declarações da vítima e das testemunhas ouvidas em juízo o apontam como autor do delito imputado. Vejamos:"...que é verdade que nesse dia eu agredi minha esposa com socos e puxões de cabelo. Que depois desse dia eu não voltei a agredí-la. Que estava bem embriagado nesse dia, nem vi..." (interrogatório do réu Márcio Alves de Almeida, CD fls. 75)"... que no dia dos fatos estávamos no Parque de Exposição, eu quis ir embora, ele não queria e bateu em mim, ele deu vários socos e puxões de cabelo; que ele totalmente embriagado; que antes disso em casa teve outros motivos, só que agora ele mudou, pelo fato que aconteceu ele mudou. Que ele ainda me ameaçou dizendo que ia me matar, só que ele estava muito embriagado, tão transtornado que mal trocava os passos..." (Ivone Santos Silva, vítima, CD, fls. 75). "...Que eu lembro desse fato, estávamos quase saindo quando chamaram nós e estava aquele piseiro lá...que ela estava com lesão próximo do nariz, que ele tinha batido nela;.." (Testemunha de acusação PM Edson Galindo, CD fls. 80). Assim, deve o acusado ser condenado pelo crime que lhe é imputado.Da ameaça, artigo 147 do Código Penal.O crime de ameaça não restou configurado nos autos, ante a absoluta ausência de provas do alegado. As provas são demasiadamente frágeis para embasar um decreto condenatório por tal delito, já que somente a vítima alegou a ocorrência deste fato, tendo inclusive voltado a residir com o réu e em audiência, ela afirmou que ele estava muito embriagado.É princípio comezinho do direito, que sem provas ninguém sera condenado, razão pela qual o réu deve ser absolvido quanto a este delito.Ante o exposto, com arrimo nos artigos 386 e 387 ambos do Código de Processo Penal, julgo procedente em parte o pedido deduzido na exordial, para: a) - ABSOLVER o acusado Márcio Alves de Almeida, qualificado nos autos, da imputação de ter praticado o crime de ameaça, capitulado no artigo 147 do Código Penal, vez que não existem provas suficientes para a condenação; e,b) ? CONDENAR o réu Márcio Alves de Almeida, preambularmente qualificado, como incurso nas penas do artigo 129, §9º, do Código Penal.Passo a dosar-lhe a pena:Considerando:culpabilidade do réu evidenciada, sendo o grau de reprovabilidade de sua conduta muito intenso; os antecedentes imaculados; conduta social e personalidade do agente, não há elementos nos autos para análise; motivos e circunstâncias do crime não aproveitam ao agente, já que agride sua companheira por questões insignificantes; consequências do crime são normais para esse tipo de delito; comportamento da vítima não facilitou a ação do agente.Destarte, em razão das circunstâncias judiciais acima sopesadas, estabeleço, com arrimo no artigo 59 e 68, do Código Penal, como necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime a pena

base de 03 (três) meses de detenção.Torno a pena aplicada definitiva ante a ausência de causa de aumento ou diminuição.O regime inicial de cumprimento da pena deverá ser o aberto, termos do artigo 3º, §2º, letra ?c?, do Código Penal.Deixo de substituir a pena privativa de liberdade aplicada por restritivas de direito, vez que o crime foi cometido mediante violência (CP, art. 44, inciso I, ?in fine?).Após o trânsito em julgado, dê-se as baixas necessárias, lance o nome do réu no rol dos culpados, comunique a justiça eleitoral, expeça-se os documentos necessários à execução da pena, observando que o réu foi preso em 10/6/2012 e solto por força de pedido de liberdade provisória (autos nº 0002465-52.2012) no dia 05/7/2012, após, nada mais pendente, arquive-se.Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.Sem custas.P. R. I. C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000724-74.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Benvino de Oliveira Santos
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607-A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Sentença:
Vistos, etc...Trata-se de ação ordinária em que a autor pretende compelir o Instituto Nacional do Seguro Social em restabelecer auxílio doença ou Aposentadoria por invalidez com Tutela Antecipada. Concedido antecipação da produção de prova pericial, às fls.52/53.O laudo do perito foi juntado às fls. 58. Citado ás fls. 62, apresentou contestação às fls. 63/71.Sem mais nada de relevante a relatar, passo a decidir.O feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista a desnecessidade de outras provas além das contidas nos autos, nos termos do art.330, inciso I , do Código de Processo Civil. Inicialmente, enfrento a preliminar suscitada pela ré de carência de condição da ação, por ausência de requerimento administrativo. E de logo a rejeito, já que, é pacífico o entendimento pela jurisprudência que a falta de postulação administrativa não é condição a este oponível para propor ação judicial, do qual coaduno.A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do TRF da 1ª Região é pacífica neste ponto:"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESCINDIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA. 1. A jurisprudência assentada no âmbito de ambas as Turmas da Terceira Seção desta Corte inclina-se no sentido de não condicionar a propositura da ação previdenciária à exigência de prévio requerimento administrativo. 2. Não pode o autor ser considerado carecedor de ação por falta de prévio requerimento administrativo, mormente na hipótese de ter-lhe sido negado o direito ao protocolo do pleito no posto de atendimento do Instituto Previdenciário. 3. Recurso especial provido." (REsp 1.105.773/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 26/10/2009, negrito nosso). "PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRAPROCESSUAL CIVIL ? EMBARGOS INFRINGENTES - PREVIDENCIÁRIO ? APOSENTADORIA DE TRABALHADOR RURAL ? PRÉVIA PROVOCAÇÃO DA VIA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE ? PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a propositura de ação previdenciária prescinde do anterior exaurimento da via administrativa.2. ?O exaurimento da via administrativa não é condição para a propositura de ação de natureza previdenciária? (Súmula 213 - TFR).3. Embargos infringentes aos quais se nega provimento. (DJ 24.11.2003, maioria.)Pretende o autor a concessão de restabelecimento de benefício ou aposentadoria por invalidez, na qualidade de empregado rural, onde alega o autor estar incapaz para desempenhar suas atividades laborais habituais. São requisitos para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença a qualidade de segurado da Previdência Social, com o preenchimento do período de carência de 12 (doze) contribuições mensais, salvo nas hipóteses previstas no art. 26, II, da Lei 8.213/91, e a comprovação de incapacidade total para o exercício de atividade que garanta a subsistência (art. 42, §§ 1º e 2º, da Lei 8.213/91), devendo essa incapacitação ser total e definitiva, para a aposentadoria por invalidez, e total e temporária, no caso do auxílio-doença.Quanto à qualidade de segurado, verifico que o autor requereu administrativamente o benefício de auxílio-doença em 02/07/2008 (fl. 75), quando era segurado da Previdência Social, o qual foi deferido às fls. 75, concedendo benefício até 02/03/2012, ocasião em que foi cessado administrativamente .Verifica-se que a autarquia não questionou a qualidade de segurada ou a carência necessária à sua concessão, conforme demonstrado pelo documento colacionado às fls. 75, motivo pelo qual entendo que o autor mantém a qualidade de segurado.Durante a instrução processual, foi realizada perícia médica (fls. 58), pelo Dr. João Luis Sales médico perito, da qual são extraídas as seguintes informações: Quesitos do Juízo: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária?Resposta temporária; b) se a incapacidade é parcial ou total? Resposta: Parcial; c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? Resposta: Parcialmente; e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? Resposta: Sim.Das constatações inferidas no laudo médico é forçoso reconhecer que a autora possui incapacidade parcial e temporária que impossibilita a realização de esforço físico, contudo, observo no laudo pericial que é possível a realização de tratamento ? Quesito da autora item 4.5 ? fls. 58.Portanto, a autora faz jus a percepção do auxílio doença, o qual deve ser mantido até que confirmado, se for o caso, por laudo pericial específico, absoluta capacidade de retornar a sua atividade habitual ou a reabilitação profissional, fato este que é totalmente previsível ante a idade do autor.No tocante à concessão de aposentadoria por invalidez, por sua vez, e necessário que comprove incapacidade total e definitiva, bem como a insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição, o que não é o caso do laudo judicial ás fls. 58.Ante o exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido desta ação para, acolhendo o pedido deduzido na inicial, condenar o INSS na obrigação de restabelecer o Benefício de Auxílio Doença para autora, mantendo-se a fruição do auxílio-doença até a sua reabilitação à prática de suas atividades laborativas ou, não sendo o caso, a conversão em aposentadoria por invalidez. Convolo em definitiva a liminar concedida.Condeno, ainda, a Autarquia-ré no pagamento das parcelas vencidas deste a data desde a suspensão do beneficio na via administrativa, corrigidos e com juros de mora, devendo ser observadas as recomendações do Manuel de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 242, de 3 de julho de 2001, ou outro manual semelhante que venha a substituí-lo. As verbas eventualmente atingidas pela prescrição qüinqüenal deverão se excluídas destes cálculos.Os juros moratórios são devidos no percentual

de 1% a.m. Até edição da Lei 11.960/2009,quando então serão devidos no percentual de 0,5% a.m conforme são aplicados nas cadernetas de poupança. Contam-se da citação, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores .Os honorários advocatícios devidos ao patrono da parte autora ficam arbitrados em dez por cento (10%) (art 20, §4º do CPC), devendo a correção de tal verba ser feita até a prolação da sentença, nos termos da súmula n. 111 do Egrégio STJ.Sentença não sujeita ao reexame necessário, de acordo com o disposto no art. 475, § 2º, do Código de Processo Civil.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004013-49.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Schultz
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Sentença:
Vistos, etc...Francisco Schultz, qualificado nos autos, aforou ação ordinária requerendo concessão de benefício previdenciário em face de INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, também qualificado nos autos, colimando o a proceder o restabelecimento de auxílio-doença ou Aposentadoria por Invalidez.Às fls.60, houve a extinção do processo quanto ao pedido manutenção de auxílio doença, por ausencia de interesse de agir, prosseguindo o feito quanto ao pedido de aposentadoria por invalidez.Citada às fls. 11, a requerida não apresentou contestação. Juntada de comprovante informando o cumprimento da tutela antecipada, às fls. 156/157.Depacho saneador às fls. 66. Nomeação do perito judicial às fls.68/69. Juntada de Laudo Pericial complementar às fls. 76.É o relatório. Decido.O feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista a desnecessidade de outras provas além das contidas nos autos, nos termos do art.330, inciso I , do Código de Processo Civil. Pretende o autor aposentadoria por invalidez, na qualidade de trabalhador rural, onde alega estar incapaz para desempenhar suas atividades laborais. Para a obtenção do citado benefício no Regime Geral da Previdência Social ? RGPS cumpre ao interessado comprovar, mediante exame médico-pericial, a sua incapacidade permanente para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência (art. 42, da Lei n. 8.213/91), bem como o exercício de atividade rural, mediante início razoável de prova material complementada com prova testemunhal, quando os documentos não forem suficientes para a comprovação dos requisitos previstos em lei (art. 39, I c/c art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91 e Súmulas n. 27/TRF1ª Região e 149/STJ).Pois bem. Durante a instrução processual, o autor foi sumetido a perícia médica às fls. 76, da qual são extraídas as seguintes informações: ? (?) Quesitos do Juízo: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? RESPOSTA dos quesitos: A patologia apresentada nos autos não existe mais."No tocante a incapacidade para o exercício da atividade rural, a par das conclusões dos médicos peritos supra citados, constata-se que o autor não apresenta incapacidade para o trabalho ou para vida independente. Assim, não demonstrada a incapacidade total e permanente para o trabalho, o autor não faz jus à aposentadoria por invalidez, conforme demonstram os seguintes julgados do STJ:?PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL RECONHECIDA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CONCESSÃO.1. Os elementos determinantes da aposentadoria por invalidez, a cargo do INSS, são a qualidade de segurado, a carência quando exigida e a incapacidade total e permanente para o trabalho. Reconhecendo o Tribunal de origem que a incapacidade sofrida pelo obreiro é apenas parcial, com base em laudo médico-pericial, não há que se conceder o benefício.2. Nem mesmo uma interpretação teleológica do sistema previdenciário permite-nos concluir que a idade do segurado ? aliás não muito avançada, seu grau de instrução ou as atividades que sempre exerceu durante toda a sua vida, agora limitadas pelas lesões de que padece, possam influenciar na concessão da aposentadoria por invalidez. Tal benefício não pode ser concedido como forma de amenizar a restrição do mercado de trabalho no nosso país.3. Recurso conhecido e provido.? (RESP 249056/SP, Rel. Min. Edson Vidigal, 5ª Turma,DJ1º.8.2000,pág.312.)-?PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL. ARTIGO 42 DA LEI Nº 8.213/91.-O segurado considerado parcialmente incapacitado para determinadas tarefas, podendo, porém, exercer atividades outras que lhe garantam a subsistência, não tem direito ao benefício da aposentadoria por invalidez.- Para deferimento do benefício, a incapacidade há que ser total e permanente, insuscetível de reabilitação.- Recurso conhecido e provido.? (RESP 231093/SP, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 5ª Turma, DJ 21.2.2000, pág. 165.)Por oportuno, cabe registrar que pedido formulado pelo autor às fls.77/80 , observo que não merece guarida, pois o perito judicial foi seguro em afirmar que autoa não está incapacitada para o trabalho, vez que a patologia apresentada não existe mais, logo , o laudo apresentado constitui prova suficiente para firme convencimento do juízo. De outra banda, a comprovação da qualidade de trabalhador rural, restou prejudicado, tendo em vista que, a requerente não comprovou, nos autos, o segundo requisito incapacidade total e definitiva para o exercício de atividade laboral, que é pressuposto para a concessão da aposentadoria por invalidez. Com base nessas considerações, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial. Sentença não sujeita ao duplo grau. P.R.I.C.Com o trânsito em julgado, arquive-se.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001827-19.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roseli Aparecida de Oliveira Fernandes
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Eucatur - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda
Despacho:
Vistos, etc...Dê-se vistas às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, conforme já determinado no despacho de fls. 51, item "b".Prazo 10(dez) dias.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000609-53.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Lucyanne C.brandt Hitzeschky (AM 4.624), Mauro Paulo Galera Mari (MT 3056)

Executado:Kbc Indústria Comércio e Transporte de Madeiras Ltda Me, Edson Firme Ferreira
Despacho:
Vistos, etc...A tentativa de bloqueio de valores restou negativa, consoante consulta em anexo. Assim, intime-se a parte autora para que Indique bens passíveis de penhora no prazo de 05 dias, ou requeira o que de direito.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente o autor para prosseguimento do feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001396-82.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Ari Mayer
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Eletrogóes S/A, Construtora Stroll Ltda
Despacho:
Vistos, etc...Deliberarei quanto ao pedido de revelia da primeira requerida, após manifestação da autora quanto ao segundo requerido, vez que o AR foi negativo.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002956-93.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neide Maria Galescky
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos, etc...Sem prejuízo de julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir nos autos justificando sua pertinência e utilidade.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002408-34.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Aluizio Guedes da Silva
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Requerido:Delaval Ltda
Despacho:
Vistos,etc...Mantenhoaudiênciadesignadanosautos.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0009177-97.2008.8.22.0008
Ação:Concessão de benefícios previdenciários
Requerente:Jose Wilson Pereira
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408), Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (OAB/RO 2041)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social - Inss
Decisão:
Vistos, etc...Considerando que houve o trânsito em julgado da sentença nos autos de n. 00003545-85.2011.8.22.0008, ocasião em que foi declarado a decadência do direito do autor quanto ao contrato realizado entre os litigantes.Defiro o pedido da Patrona da autora, para determinar a expedição de alvará judicial da quantia acordada no contrato realizado entre as partes e determino que seja expedido alvará judicial em favor da advogada no importe de 50% do valor retroativo.Quanto ao saldo remanescente deverá ser expedido alvará judicial em favor do autor .Após, não havendo pendências arquive-se.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002770-36.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:T. A. da S. F.
Advogado:Angela Maria Dias Rondon Gil (OAB/RO 155-B)
Requerido:R. L. K. H. M. F. & S. L.
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Despacho:
Vistos, etc...À requerente para manifestar quanto a certidão do Oficial de Justiça de fls. 171, eis que o primeiro requerido não foi localizado para citação.Prazo 10(dez) dias.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000147-96.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilson de Jesus Souza
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos, etc...Sem prejuízo de julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir nos autos justificando sua pertinência e utilidade.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004395-08.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Diogo Rogério da Rocha Moletta
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Banco GMAC S/A
Sentença:
Vistos, etc...Trata-se de ação indenizatória por dano moral proposta por Diogo Rogério da Rocha Moletta, em face de GMAC S/A, alega em síntese, que possui um financiamento de automóvel com o Banco requerido, ocorre que a parcela de n. 50 com vencimento 29/07/2012 foi paga somente em 21/08/2012, devidamente corrigido, juntou comprovante fls. 12. Relata que mesmo após o pagamento a requerida enviou seu nome ao Cadastro de registro do SERASA em 05/09/2012.Diz que foi surpreendido quando tentou realizar abertura de conta corrente em cooperativa local. Requer-se, então, a condenação do requerido a título indenização por dano moral.Concedida antecipação de tutela às fls. 24.Audiência de tentativa de conciliação infrutífera (fls.28), ocasião em que foi concedido prazo para regularizar a representação, juntando aos autos originais de carta de preposto e substabelecimento, houve a juntada de contestação.É o breve relato. Decido.Tratando-se a matéria em análise estritamente de direito, passo ao julgamento antecipado da lide proferindo sentença, nos termos do art. 330, inciso I e II ambos do CPC.Inicialmente, observo que a requerida não cumpriu a determinação, no que concerne a juntar os originais da Carta de Preposto da empresa ré. Dessa feita, operou-se o fenômeno fático da revelia e seu efeito processual. Quanto ao efeito material, trata-se de presunção relativa que pode ser ilidida se o contrário resultar da convicção

do magistrado em razão da prova constante dos autos, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95.In casu, percebo que a inicial veio instruída com prova documental às fls.10, demonstrando a inclusão do nome da parte autora no rol do cadastro de inadimplentes- SPC/ SERASA, não restando dúvidas quanto o ocorrido e, em decorrência de tal ato praticado pela requerida é cabível a indenização por dano moral, embora o autor tenha realizado o pagamento da parcela 50/60 em atraso, observo que a inclusão ocorreu após o pagamento, ora se a parcela estava quitada não é lícito a requerida incluir o CPF do autor no cadastro de inadimplentes.Os Tribunais pátrios tem decidido: DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO POR DÍVIDA JÁ PAGA. DEVER DE INDENIZAR. DANO IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. 1. A autora comprova o adimplemento da primeira parcela da renegociação de débito, revestindo-se assim de verossimilhança suas alegações. Destarte, presume-se irregular a inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes, pois é fundada em débito já adimplido. 2. Não se trata de manutenção de anotação regular após a quitação, já que o nome da autora foi inscrito no SPC após a quitação da primeira parcela da renegociação. Logo, a anotação foi indevida, não se podendo exigir que a autora tomasse qualquer providência no sentido de cancelá-la.3. O dano moral decorre diretamente do abalo de crédito sofrido, prescindindo de comprovação específica por se tratar de dano moral puro, consoante entendimento pacificado no STJ.4. O quantum indenizatório fixado na sentença (R$ 2.725,00) não merece reparos, uma vez que adequado às circunstâncias do caso concreto, bem como aos postulados da proporcionalidade e da razoabilidade. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. Recurso improvido.Recurso InominadoNº 71003548344- Primeira Turma Recursal Cível - Publicação:Diário da Justiça do dia 14/05/2012- TJRSEmenta: É devida a indenização por danos morais à parte que teve seu nome apontado para registro negativo nos órgãos de proteção ao crédito. A responsabilidade civil está caracterizada. O valor da condenação é suficiente para o equilíbrio da reparação da ofensa reiterada e do alerta pedagógico. Negado provimento ao recurso. ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATORPorto Velho, 19 de julho de 2011DESEMBARGADOR(A) Sansão Saldanha (PRESIDENTE)-0243702-11.2009.8.22.0001ApelaçãoOrigem : 02437021120098220001 Porto Velho - ?Passo a análise do pedido a título do dano moral e o quantum indenizatório.O caso em tela não merece muita discussão, uma vez que restou comprovado a inclusão do nome da requerente no cadastro de inadimplência. Por oportuno, entendo que a responsabilidade civil da requerida quanto ao dano moral emerge de forma cristalina, em razão da sua conduta negligente, fator decisivo para ocorrência da lesão.Quanto a fixação do valor a ser arbitrado a título de dano moral, é certo, outrossim, que, ?na ausência de um padrão ou de uma contraprestação, que dê o correspectivo da mágoa, o que prevalece é o crédito de atribuir ao juiz o arbitramento da indenização?(Caio Mário da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Forense , Rio de Janeiro, 1990, p.338). Portanto, deve ser aplicado de forma moderada e equitativa, atento a cada caso, em especial, evitar que se converta a dor em instrumento de captação de vantagem. Compatibilizar a dor sofrida com o valor em dinheiro é difícil. Segundo entendimento majoritário jurisprudencial ao quantificar o valor do dano moral, deve considerar a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e a condição econômica do ofendido, de modo que a reparação não represente ruína para o devedor e nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o autor.Na mesma linha verificando que no caso em tela, a requerente que tem um nome a zelar, agindo com bom senso e de forma moderada, arbitro o dano moral fixando o valor em R$ 2.000,00 (dois mil reais) .III - CONCLUSÃO. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, em conseqüência:a) - Convolo em defintiva a liminar dantes deferida.b) - CONDENO a requerida a pagar ao autor o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, pela inscrição indevida de divida, bem como pelos demais aborrecimentos que causou ao autor, com juros e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado valor atualizado. PRIC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003596-62.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Juliermes Farlém Klipel
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Requerido:Companhia de Aguas e Esgotos de Rondonia Caerd
Sentença:
Vistos, etc...Trata-se de ação indenizatória por dano moral proposta por Juliermes Farlen Klipel, em face de Caerd ? Companhia de Água e Esgoto, alega em síntese, que em 10/01/2012 requereu a interrupção temporária do fornecimento de água, na ocasião efetuou o pagamento da taxa , doc. anexo. Todavia, a requerida negativou o nome do requerido junto ao SPC/SERASA em 06/08/2012, de uma fatura emitida mesmo após ter solicitação da suspensão com data de vencimento para o dia 08/03/2012, com mês de referência março/2012 (fls. 16). Assim pugna pela condenação da requerida a título indenização por dano moral.Concedida antecipação de tutela às fls. 18.Audiência de tentativa de conciliação infrutífera (fls.20).Não houve apresentação de contestação pela requerida.É o breve relato. Decido.Tratando-se a matéria em análise estritamente de direito, passo ao julgamento antecipado da lide proferindo sentença, nos termos do art. 330, inciso I e II ambos do CPC.In casu, observo que o requerido embora tenha comparecido em audiência de tentativa de conciliação não ofertou contestação, quedando-se inerte. Assim, nos termos do art. 30, caput e § único da Lei 9.099/95 c/c art. 319, caput do CPC decreto a revelia do requerido. Como é sabido a revelia, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil, faz presumir aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela autora, e estes acarretam as conseqüências jurídicas apontadas na petição inicial e, portanto deve responder por isso.A propósito:?REVELIA-Ausência do réu na sessão designada- Reconhecimento autorizado - A parte deve se fazer presente na audiência , caso em que será lícito na ausência o reconhecimento da revelia, não obstante compareça à sessão o advogado(2º Colégio Recursal da Capital do Estado de São Paulo, Rec. 659, j. Em 18-02-1998, Rel. Juiz Marciano da Fonseca).?Do exame dos autos, observo que a requerida incluiu o nome da autora no rol do cadastro de inadimplentes- SPC/ SERASA, de uma fatura que fora expedida indevidamente já que houve o pedido de suspensão dos serviços da requerida em 10/01/2012, na

ocasião observo que foi quitado o consumo de janeiro 2012 (fls. 15). Portanto, entendo indevido a fatura expedida às fls. 16, vez que não havia relação de consumo entre o autor e a requerida, em conseqüência foi indevida a inclusão do requerente no cadastro de inadimplentes.Passo a análise do pedido a título do dano moral e o quantum indenizatório.O caso em tela não merece muita discussão, uma vez que restou comprovado a inclusão do nome da requerente no cadastro de inadimplência. Por oportuno, entendo que a responsabilidade civil da requerida quanto ao dano moral emerge de forma cristalina, em razão da sua conduta negligente, fator decisivo para ocorrência da lesão.Quanto a fixação do valor a ser arbitrado a título de dano moral, é certo, outrossim, que, ?na ausência de um padrão ou de uma contraprestação, que dê o correspectivo da mágoa, o que prevalece é o crédito de atribuir ao juiz o arbitramento da indenização?(Caio Mário da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Forense , Rio de Janeiro, 1990, p.338). Portanto, deve ser aplicado de forma moderada e equitativa, atento a cada caso, em especial, evitar que se converta a dor em instrumento de captação de vantagem. Compatibilizar a dor sofrida com o valor em dinheiro é difícil. Segundo entendimento majoritário jurisprudencial ao quantificar o valor do dano moral, deve considerar a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e a condição econômica do ofendido, de modo que a reparação não represente ruína para o devedor e nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o autor.O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por sua Câmara Cível, já se pronunciou acerca de matéria em comum a estes autos na Apelação Cível 02.008377-7, cuja ementa foi transcrita nos seguintes termos:?Dano moral. Inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros do SPC. Dano moral puro. Valor da indenização. Critérios. A inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros do SPC constitui in re ipsa o dano moral, restando desnecessária a prova de prejuízo à honra ou à reputação. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação a razoabilidade, atentando-se a proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão, repercussão dos danos e à capacidade econômica das partes. (TJ/RO, Câmara cível, Apelação Cível 02.8377-7, Rel. Des. Renato Martins Mimese, julgado em 10/12/2002 e publicado no DJ/RO em 03/02/2003)?.Ementa: Inexigibilidade de débito. Cobrança de conta telefônica. ISPC. Danos morais. Configuração. Relação de consumo. Inversão do ônus da prova. Na ação declaratória de inexistência de débito em que se discute ser devida a cobrança, sendo negada pelo particular, cumpre a concessionária demonstrar a contento a existência do débito, por ser fato impeditivo da ação declaratória negatória, bem como pelo encargo que a inversão do ônus nas relações de consumo impõe ao fornecedor de serviços. A inclusão de dados do consumidor em órgão de proteção ao crédito por cobrança indevida de conta telefônica acarreta dano moral passível de indenização.ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 23 de agosto de 2011DESEMBARGADOR(A) Sansão Saldanha (PRESIDENTE) 0013483-96.2009.8.22.0001 Apelação Origem : 00134839620098220001 Porto Velho/RO (2ª VaraCível) Dano moral. Inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito. Comprovação de cobrança indevida. Redução da indenização. Improcedência. Sentença mantida.Ementa: É devida a indenização por danos morais à parte que teve seu nome apontado para registro negativo nos órgãos de proteção ao crédito. A responsabilidade civil está caracterizada. O valor da condenação é suficiente para o equilíbrio da reparação da ofensa reiterada e do alerta pedagógico. Negado provimento ao recurso.ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATORPorto Velho, 19 de julho de 2011DESEMBARGADOR(A) Sansão Saldanha (PRESIDENTE)-0243702-11.2009.8.22.0001ApelaçãoOrigem : 02437021120098220001 Porto Velho - ?Na mesma linha verificando que no caso em tela, a requerente que tem um nome a zelar, agindo com bom senso e de forma moderada, arbitro o dano moral fixando o valor em R$ 2.000,00 (dois mil reais) .III - CONCLUSÃO. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, em conseqüência:a) ? Declarar inexigível a fatura vencia em 08/03/2012, no valor de R$ 28,90 (vinte e oito reais e noventa centavos); b) - CONDENO a requerida a pagar ao autor o valor de R$ '.000,00 (um mil reais), a título de indenização por danos morais, pela inscrição indevida de divida, bem como pelos demais aborrecimentos que causou ao autor, com juros e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado valor atualizado. PRIC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003124-61.2012.8.22.0008
Ação:Embargos de Terceiro (Juizado Cível)
Embargante:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Embargado:Francisco Francisval da Silva
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Decisão:
DESPACHO DE RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL. Vistos e examinados.Prolatada a r. sentença de fls.22/23, observo que na fundamentação, constou um erro material no que tange a data de liberação do alvará em favor do embargante onde constou ?neste, há havia sido defiro em favor do Embargante a liberação dos R$ 20.000,00 (em 12-06-2012)?, quando a data correta é 12/07/2012.Como anota Teotônio Negrão no art. 463: 12a.?Erro material é aquele perceptível ?primo icti oculi? e sem maior exame a traduzir desacordo entre a vontade do Juiz e a expressa na sentença? (STJ-20 Turma, Resp. 15649/0-SP, Rel. Min. Antonio de Pádua Ribeiro, J. 17.11.93, DJU 06.12.93, pg. 26.653)?. Resta claro que ocorreu por equívoco e, nos termos do art. 463, inciso I e II, do CPC, RETIFICO o erro material, passando a fundamentação da sentença a ter a seguinte redação: ? Anoto, que quando houve a penhora no rosto dos autos do processo 0002030- 78.2012.8.22.0008 sobre o processo 0002152-91.2012.8.22.0008 (que se deu em 09-07- 2012), neste, há havia sido defiro em favor do Embargante a liberação dos R$ 20.000,00 (em 12-07-2012), de sorte que a penhora no rosto dos autos recaiu sobre os R$ 20.000,00 (vinte mil reais) restante que está sendo disputado pelas partes dos autos principais, Ana Kézia e Célio da Silveira. ?.No mais, persiste a sentença tal como está lançada. Intimem-se. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002680-28.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento ordinário (Juizado Infância)
Requerente:G. C. B.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:P. V.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Despacho:
Vistos etc...Processe-se em segredo de justiça e com a gratuidade processual.As partes deverão comparecerem em audiência que designo para o dia 05/03/2013, às 07:30min. Ausente, injustificadamente, a parte ré, repurtar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial (CPC, art. 319), salvo se o contrário resultar a prova dos autos. A ausência dos requerentes ensejará na extinção do feito. SIRVA-SE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E CARTA DE CITAÇÃO E DE INTIMAÇÃO (PARA AS PARTES), conforme o caso, observando o (s) endereço (s) declinado (s) na cópia da petição inicial em anexo.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Intimem-se.Ciência ao M.P. E a Defensoria.I.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.

Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

2º CARTÓRIO

2º Cartório

Proc.: 0005310-57.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Renato de Carvalho
Advogado:Bernardo Schmidt Penna (OAB/MG 91971)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Despacho:
Trata-se de ação de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT promovida por Renato de Carvalho. Inicialmente, requer a Requerente os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei 1050/60. Analisando a mencionada Lei e o dispositivo que trata da gratuidade da justiça, o qual transcrevo: Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. § 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.", temos, que por simples afirmação determinada pessoa pode se declarar "pobre", sem condições que arcar com as custas do processo. Destarte, a presunção aqui mencionada é relativa e deve ser concatenada com os demais elementos do autos. Pois bem, os autores alegam que não têm condições de arcar com as custas do processo, porém, não acostaram aos autos nenhuma prova de sua miserabilidade, e, a revés, contratou advogado particular para defender sua causa. Ora, a condição de miserabilidade não coaduna com a prática de contratação de advogado particular, o qual, geralmente trabalha de forma onerosa, não sendo seus honorários repassados apenas por decorrência da sucumbência da parte contrária. Os carentes devem socorrer-se da DPE ou pedir que o juízo lhes nomeie defensor dativo, sob pena de ter o pedido de gratuidade negado. Neste sentido a jurisprudência do nosso Tribunal: Verbis:0000709-32.2012.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 00230768120118220001 Porto Velho/RO (3ª Vara Cível) Agravante : Ednei de Souza Pinto Advogados : João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433 - A) e Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212.689) Agravado : Banco Itauleasing S.A. Relator: Desembargador Alexandre Miguel Agravo interno em agravo de instrumento. Gratuidade judiciária. Indeferimento. Ausência de hipossuficiência. Manutenção da decisão. Há de se manter a decisão que indefere o pedido de justiça gratuita à parte que, comprovadamente nos autos, não se enquadra no conceito de pessoa necessitada, e revela-se em condições financeiras para efetuar o pagamento das custas processuais. ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 29 de fevereiro de 20120002584-37.2012.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem : 00025824620128220007 Cacoal/RO (4ª Vara Cível) Agravantes: Daniel Kumm e outra Advogado : Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469) Agravado : Jean Faber Mouza Relator:Desembargador Kiyochi Mori AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. A simples afirmação de pobreza não garante automaticamente a concessão da assistência judiciária gratuita, visto que ela é relativa, podendo ser afastada pelo julgador que observar nos autos elementos objetivos em sentido contrário. Extrai-se da interpretação da Lei n. 1.060/50 conjuntamente com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal que, para a concessão do benefício da justiça gratuita, se faz necessária a comprovação da hipossuficiência financeira alegada. ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 18 de abril de 2012. Assim, a despeito da declaração feita nos autos, entendo que não restou caracterizado a condição de necessitada do Requerente, razão pela qual determino que o Requerente acoste cópias das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF do mesmo dos últimos dois anos, a serem arquivadas em pasta própria pela zelosa serventia e/ou outros documentos que corroborem as declarações firmadas. Intime-se e cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005312-27.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivanessa Correa de Souza
Advogado:Bernardo Schmidt Penna (OAB/MG 91971)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Despacho:
Trata-se de ação de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT promovida por Ivanessa Correa de Souza em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO

DPAVT. Inicialmente, requer a Requerente os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei 1050/60. Analisando a mencionada Lei e o dispositivo que trata da gratuidade da justiça, o qual transcrevo: Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. § 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.", temos, que por simples afirmação determinada pessoa pode se declarar "pobre", sem condições que arcar com as custas do processo. Destarte, a presunção aqui mencionada é relativa e deve ser concatenada com os demais elementos do autos. Pois bem, os autores alegam que não têm condições de arcar com as custas do processo, porém, não acostaram aos autos nenhuma prova de sua miserabilidade, e, a revés, contratou advogado particular para defender sua causa. Ora, a condição de miserabilidade não coaduna com a prática de contratação de advogado particular, o qual, geralmente trabalha de forma onerosa, não sendo seus honorários repassados apenas por decorrência da sucumbência da parte contrária. Os carentes devem socorrer-se da DPE ou pedir que o juízo lhes nomeie defensor dativo, sob pena de ter o pedido de gratuidade negado. Neste sentido a jurisprudência do nosso Tribunal: Verbis:0000709-32.2012.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem: 00230768120118220001 Porto Velho/RO (3ª Vara Cível) Agravante : Ednei de Souza Pinto Advogados : João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433 - A) e Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212.689) Agravado : Banco Itauleasing S.A. Relator: Desembargador Alexandre Miguel Agravo interno em agravo de instrumento. Gratuidade judiciária. Indeferimento. Ausência de hipossuficiência. Manutenção da decisão. Há de se manter a decisão que indefere o pedido de justiça gratuita à parte que, comprovadamente nos autos, não se enquadra no conceito de pessoa necessitada, e revela-se em condições financeiras para efetuar o pagamento das custas processuais. ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 29 de fevereiro de 20120002584-37.2012.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento Origem : 00025824620128220007 Cacoal/RO (4ª Vara Cível) Agravantes: Daniel Kumm e outra Advogado : Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469) Agravado : Jean Faber Mouza Relator:Desembargador Kiyochi Mori AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. A simples afirmação de pobreza não garante automaticamente a concessão da assistência judiciária gratuita, visto que ela é relativa, podendo ser afastada pelo julgador que observar nos autos elementos objetivos em sentido contrário. Extrai-se da interpretação da Lei n. 1.060/50 conjuntamente com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal que, para a concessão do benefício da justiça gratuita, se faz necessária a comprovação da hipossuficiência financeira alegada. ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 18 de abril de 2012. Assim, a despeito da declaração feita nos autos, entendo que não restou caracterizado a condição de necessitada do Requerente, razão pela qual determino que A Requerente acoste cópias das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF dos mesmos dos últimos dois anos, a serem arquivadas em pasta própria pela zelosa serventia e/ou outros documentos que corroborem as declarações firmadas. Intime-se e cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002819-77.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:I. G. A.
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:E. T.
Sentença:
IRENE GRAUNKE ANDRADE ajuizou a presente ação em face de EMILIO TRESSMANN.Ocorre que determinado ao autor para que emendasse a inicial, este quedou-se inerte (11/ v.).É a síntese necessária.O autor foi devidamente intimado a emendar a petição inicial no prazo legal e quedou-se inerte, o que importa em indeferimento da petição inicial nos termos do art. 284, parágrafo único.Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 284, CPC, INDEFIRO a petição inicial e, em conseqüência, nos termos do inciso I do art. 267 do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito.Custas processuais pelo autor.Com o trânsito em julgado desta decisão e as custas pagas, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos. Caso o autor não pague as custas, o que deve ser certificado, inscreva-se em dívida ativa e arquive-se.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005184-07.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento Provisório de Sentença
Exequente:Gilson Ferreira Cristo, Gabriel Borges Cristo, Nelcirene Borges Ribeiro
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959)
Executado:Helton Peixer Baleeiro
Despacho:
Vistos.A consulta ao BacenJud restou infrutífera.Expeça-se mandado de penhora/avaliação/intimação e Remoção, devendo o oficial de justiça proceder a penhora de tantos bens quantos se fizerem necessários para o cumprimento da obrigação.Em caso de penhora, proceder IMEDIATAMENTE a remoção do bem, nos termos do art. 666 do CPC, depositando em mãos do credor, devendo o credor fornecer os meios para a remoção.Intime-se ainda o executado de que o prazo para a impugnação será de 15 dias a contar desta intimação (475, J § 1º do CPC).Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.SERVE CÓPIA COMO MANDADO.Valor do Cumprimento da Sentença: R$2.486,28. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005265-53.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jucimaro Bispo Rodrigues
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959)
Executado:Regismar Cardoso de Araújo

Despacho:
Realizada consulta ao sistema Bacenjud, esta restou parcialmente frutífera, localizando ativos financeiros do executado no valor de R$ 2.250,75, no qual converto em penhora. Cite-se e intime-se o executado acerca da penhora, bem como para comparecer a audiência abaixo designada, onde poderá oferecer embargos por escrito ou verbalmente, nos termos do art. 52, IX da Lei 9.099/95.Designo audiência de conciliação para o dia 22/02/2013 às 08h05min.Intime-se o requerente através de sua advogada para comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.IC.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005274-15.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:P R Motos Comércio de Peças Ltda Me Gp Motos
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Executado:Jorge Lima de Almeida
Despacho:
Vistos.As consultas ao Bacenjud e Renajud restaram infrutíferas. Cite-se o (s) executado (s) no endereço acima constante para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida (R$1.343,43). Não efetuado o pagamento, munido da cópia da presente decisão QUE SERVE COMO MANDADO, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Bem indicado: uma motocicleta Honda/CG 125 Titan, ano 1999/1999, cor azul, placa NBK 0964.Os bens eventualmente penhorados serem entregues ao credor ou seu advogado com fundamento no art. 666 do CPC, e só na impossibilidade fundada a qual deve ser certificada pelo oficial, poderá ser depositado com o devedor.Advirta o executado que o prazo para, querendo, embargar será até audiência de conciliação, que designo para o dia dia 24/02/2013 às 09h 45min.O autor será intimado através de seu advogado via DJE. Intimem-se.Cite-se. Intimem-se.SERVE CÓPIA COMO MANDODO. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0014610-19.2007.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Requerido:Giacomolli Industrial Comercial e Agropecuária Ltda, Eugênio Giacomolli, Loici Ana Gianesini Giacomolli
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374), Advogado não Informado (00000)
Despacho:
Vistos.Intime-se o exequente para se manifestar sobre o bem oferecido à penhora pelo executado, no prazo de 10 dias.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0014750-53.2007.8.22.0008
Ação:Ação monitória
Requerente:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Condenado:Giacomolli Industrial Comercial e Agropecuária Ltda, Eugênio Giacomolli, Loici Ana Gianesini Giacomolli
Advogado:Advogado não Informado (00000), Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374), Advogado não Informado (00000)
Despacho:
Vistos.Intime-se o exequente para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento da sentença, apresentada pela requerida no prazo de 10 dias.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002729-40.2010.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Loanda Produtos Minerais e Adubos Ltda Me
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Executado:Banco Industrial e Comercial S.a. Bic Banco, União e Refinaria Nacional de Sal Ltda
Advogado:Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB/SP 188846), Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823 A), Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos (OAB/RN 3917), Vinícius de Paula Vieira (OAB/RS 60913)
Despacho:
Vistos.A consulta ao Bacenjud restou infrutífera com relação ao requerido União Refinaria Nacional de Sal. Quanto ao requerido BICBANCO, o CNPJ informado é inválido.Intime-se o autor para prosseguimento.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004677-17.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edvaldo Brito Pereira
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (OAB/RO 4815)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Paulo Vinicio Porto de Aquino (RO 2.723), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910), Bruno Leonardo Moreira e Vieira Pinto (OABRO 3585)
Despacho:
Vistos e examinados.O autor promoveu pedido de cumprimento da sentença em face da parte requerida.Ante o pedido foi realizada penhora on-line pelo bancejud, que restou infrutífera. Não obstante, observo que as partes protocolizaram acordo, pelo o qual o requerido já efetuou o depósito da obrigação. Assim, juntem-se as petições pendentes e voltem conclusos para homologação do acordo.Intime-se o requerido para que forneça uma conta bancária, a fim de que o valor penhorado lhe seja restituído.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002221-60.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:S. G. P. W. P. P. W. P. P.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:A. R. P.
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (RO 338-B)

Despacho:
Dê-se vista ao MP.IC.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001568-24.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Advogado:Promotor de Justiça (RO 00)
Denunciado:Bruno de Souza Giacomolli
Despacho:
Vistos etc.. A denúncia já foi recebida à fl. 31.Não vislumbro a presença de qualquer causa de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP).Designo audiência de instrução para o dia 18/03/2013, às 08h50min.Intimem-se as testemunhas arroladas e o réus.Havendo necessidade, depreque-se o depoimento das testemunhas.Expeça-se o necessário.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 21 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0008789-05.2005.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Schandina Butzke Lauvers, Alexandre Anacleto Pinto, Maria Santina Borsato, Oracina Souza Neves, Henrique Krause
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Vinicius de Paula Vieira (OAB/RS 60913), Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Vinicius de Paula Vieira (OAB/RS 60913), Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Vinicius de Paula Vieira (OAB/RS 60913), Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Vinicius de Paula Vieira (OAB/RS 60913), Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Vinicius de Paula Vieira (OAB/RS 60913)
Requerido:Brasil Telecom Celular S.a. Oi Celulares
Advogado:Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823 A)
Despacho:
Vistos.Chamo o feito à ordem.Há duas fases no presente feito, a fase cognitiva, ou de conhecimento, e a fase do cumprimento da sentença.Na fase de conhecimento, os autores eram Shandina Butzke Lauvers e outros, conforme petição inicial. Figurava como requerido, por sua vez, a empresa Brasil Telecom S.A.A ação foi julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme decisão monocrática de fls. 258/259. Os autores foram condenados ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em R$500,00, e nas custas finais.Conforme cálculo de fls. 271/280, coube a cada um dos autores o pagamento de R$16,00 a título de custas sucumbenciais e R$50,00 a título de honorários. Às fls. 281/284, a até então requerida Brasil Telecom S/A, apresentou pedido de execução de título judicial, buscando o recebimento da verba honorária fixada. Inicia-se a partir daí, uma nova fase, na qual a Brasil Telecom passa a ser exequente, e os autores, executados. Ocorre que por não dar prosseguimento ao feito, o processo executivo foi extinto, e a exequente Brasil Telecom, condenada ao pagamento das custas. As custas aqui não devem ser calculadas sobre o valor da ação de conhecimento (conforme erroniamento apontado pelo cálculo de fls. 364), mas sim pelo valor da fase de cumprimento da sentença (fls. 281/284).Assim, há duas incidência de custas no presente processo. Primeiro as custas referentes à fase de conhecimento, cuja obrigação deve ser suportadas pelos requerentes descritos na petição inicial. Segundo, as custas referentes à fase executiva, que devem ser suportadas pela Brasil Telecom, ante o abandono da causa, e devem ser calculadas apenas sobre o valor do pedido de execução.Com relação às custas da fase de conhecimento, houve o devido pagamento pelos autores Vicente Ferreira Sobrinho, Valmir Magalhães de Oliveira, Jose Fornazieri, P.L. Alimentos e Lira Dillemburg (fls. 286/289). Assim, intimem-se os demais autores da fase cognitiva (Shandina Butzke Lauvers, Maria Santina Borsato, Alexandre Anacleto Pinto, Oracina Souza Neves, Henrique Krause) para que promovam o pagamento das custas, sob pena de inscrição em dívida ativa, observando-se os cálculos de fls. 271/280, referente às custas.Remetam-se os autos novamente ao contador para que promova o correto cálculo das custas devias pela exequente Brasil Telecom, que deverão incidir somente sobre o valor da causa referente a fase de cumprimento da sentença (fls. 281/284). Feita a correção, intime-se a exequente para promover o pagamento.Realizadas as intimações, e não pagas as custas, promova-se a inscrição em dívida ativa, e arquivem-se.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0037482-57.2009.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Interditante:Daiane Aparecida Rodrigues Melo
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Interditado:Leandro Rodrigues Gomes
Despacho:
Vistos.Intime-se a Defensoria Pública para que se manifeste sobre o laudo de fls. 63, na qualidade de defensora da parte requerida, bem como requerer o que entender de direito.Após vista ao MP para os mesmos fins.Em seguida, nada mais sendo requerido pelas partes, venham conclusos para sentença.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0037726-83.2009.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manoel Balbino de Oliveira
Advogado:Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933), Renata Cristina de Souza (OAB/RO 5026)
Requerido:Centauro Vida e Previdência Sa
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
Despacho:
Vistos etc.O presente feito encontra-se paralisado, aguardando manifestação da parte autora para prosseguimento.O N. Procurador desta, foi regularmente intimado, porém, deixou o prazo escoar sem se manifestar.Desta forma, determino a intimação pessoal do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Int.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO, observe o endereço acima. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0038006-54.2009.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Autor:Nelson João Zanon

Advogado:Ana Rita Côgo (OAB/RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Hélio Romano Cândido
Sentença:
O requerente foi intimado pessoalmente para promover o andamento do feito (fls. 79/80), não atendendo a determinação desse Juízo, quedando-se inerte.Assim, conforme art. 267, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento de mérito. Sem custas e honorários.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004309-08.2010.8.22.0008
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Edson Barbosa Galindo
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Condenado:HSBC - Bank Brasil S/A
Advogado:Joaquim Fábio Mielli Camargo. (OAB/MT 2680)
Despacho:
Vistos.Às fls. 121/122 o autor, através de seu advogado, apresenta pedido de cumprimento da sentença, pugnando pela intimação do requerido para que promova e exibição da documentação objeto dos autos, e para que deposite o valor da condenação, correspondente aos honorários sucumbenciais e custas processuais iniciais.Quanto aos honorários de sucumbência, observo que já houve o depósito pelo requerido, e o autor, intimado a se manifestar quanto ao valor, manteve-se inerte, apenas tendo requerido o levantamento da quantia (fl. 113), o que de fato fez às fl. 119,v, de forma que nada mais é devido a título de verba honorária.Com relação às custas inciais, deve o autor trazer o demonstrativo do débito, a fim de que possa o requerido ressarci-lo da despesa.Considerando que o prazo requerido pelo réu às fls. 124 já se esgotou, intime-o para que apresente o documento objeto dos autos, no prazo de 05 dias.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o requerente para prosseguimento.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004602-75.2010.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Medicina Veterinária do Est. de RO
Executado:Proaster Projetos e Assistência Técnica Rural Ltda
Despacho:
Vistos. Diante das circunstâncias do processo, suspendo o feito, pelo prazo de 01 ano, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830/80. Findo o prazo, dê-se vista à exequente para comunicar o cumprimento da obrigação ou requerer o que entender de direito para o prosseguimento, independente de novo despacho nos autos.Intime-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000652-24.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adão Salvático
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Luciana Xavier Gaspar de Souza (4903), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Lucyanne C.brandt Hitzeschky (AM 4.624), Mauro Paulo Galera Mari (MT 3056)
Despacho:
Vistos.Mantenho a decisão de fls. 131/133 pelos seus próprios fundamentos.Intimem-se as partes para que no prazo sucessivo de 05 dias, primeiro o autor depois o réu, se manifestem sobre os documentos juntados (fls. 156/158).Após, voltem conclusos.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002022-38.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Exequente:Indústria e Comércio de Madeiras Absoluta Ltda
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Executado:Lipold Comércio de Madeiras Ltda Me
Despacho:
Por equívoco, foi distribuído o mandado de penhora para ser cumprido por oficial de justiça lotado nesta comarca, tendo em vista que a determinação de fls. 36, penúltimo parágrafo determinou a expedição de Carta Precatória.Assim, cumpra-se as determinações.Expeça-se o necessário.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004839-27.2001.8.22.0008
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:José Francisco da Silva Cruz (RO 221)
Executado:Comercial de Móveis Loanda Ltda
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Despacho:
Vistos.Intime-se a exequente para que apresente, de forma clara, o valor atualizado do débito, a fim de pemritir a esse juízo pesquisas de ativos financeiros em nome do executado pelo sistema Bacenjud. I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0011711-58.2001.8.22.0008
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:José Francisco da Silva Cruz (RO 221)
Executado:Cimapa - Com. e Ind. de Madeiras Paraná Ltda
Advogado:Humberto Alencar Dickel de Souza (RO 1678)
Despacho:
Vistos.A providência requerida às fls. 325/326 só é cabível na hipótese de não localização de bens passíveis de penhora. No caso dos autos, a execução já está segura, conforme se verifica às fls. 277. Intime-se a exequente para dizer se há interesse na adjudicação do bem. I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0011886-52.2001.8.22.0008
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:José Francisco da Silva Cruz (RO 221)
Executado:Serraria Pica Pau Ltda, Lourenço Antônio Pilotto, Luiz Carlos Valadares, José Amilton do Carmo Ribeiro, Edson Gerardi
Advogado:Suzana Valadares (383A), Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959)

Despacho:
Vistos,etc...Trata-se de cumprimento da sentença (honorários de sucumbência).Cite-se à exequente para cumprimento do julgado, podendo opor embargos no prazo de 30(trinta) dias.Certificado o não oferecimento de embargos, e o não pagamento, requisite-se o Requisição de pequeno valor já requerido pelo autor.Deixo de fixar honorários para esta fase, visto que é incabível a fixação de honorários sobre a cobrança de honorários de sucumbência. I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0012645-16.2001.8.22.0008
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:José Francisco da Silva Cruz (RO 221)
Executado:Madeireira Balbinoti Ltda
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Despacho:
Vistos,etc...Indefiro o pedido de fls. 322. A carta precatória tinha por finalidade a citação do executado Antônio Balbinot. Ocorre que a decisão de fls. 277/279, reconheceu a ocorrência da prescrição com relação ao sócio mencionado.Assim, não mais se justifica o cumprimento da precatória. Considerando que o feito já foi suspenso por um ano (fls. 304), e a exequente, intimada, nada manifestou a título de prosseguimento contra a empresa executada, determino o arquivamento provisório do feito por cinco anos, nos termos do art. 40, §§ 2° e 4º, da Lei 6.830/80.Nada sendo peticionado até a data acima, dê-se vista pra manifestação sobre a prescrição. Intime-se a exequente acerca desta decisão.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0035027-90.2007.8.22.0008
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Ilza Possimoser-ME - Possimodas
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (OAB/RO 660)
Executado:Geberson Braga Coimbra
Sentença:
Considerando o novo entendimento deste Juízo em relação às penhoras do Juizado Especial Cível, indefiro o pedido de penhora online formulado ás fls. 60, pois todas as tentativas de penhora neste autos restaram infrutíferas.Assim, diante do esgotamento das possibilidades jurídicas no momento para a satisfação do crédito, não vislumbro a existência de interesse processual até que a situação patrimonial do devedor se altere para melhor.Assim, considerando a inexistência de bens passíveis de penhora do executado, já que as tentativas Renajud/Bacenjud restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo.Expeça-se certidão de crédito em favor da exequente no valor informado ás fls. 63 e intime-se para retirar no prazo de 10 dias. Após o decurso do prazo ou a retirada da certidão, arquive-se.P.R.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0048587-02.2007.8.22.0008
Ação:Execução fiscal
Exequente:Conselho Regional de Medicina Veterinária do Est. de RO
Advogado:Felipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2.675)
Executado:Pecuagril - Pecuária e Agrícola Ltda
Despacho:
Vistos. Diante das circunstâncias do processo, suspendo o feito, pelo prazo de 01 ano, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830/80. Findo o prazo, dê-se vista à exequente para comunicar o cumprimento da obrigação ou requerer o que entender de direito para o prosseguimento, independente de novo despacho nos autos.Intime-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0052293-56.2008.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquit. e Agron. do Est. de Rondônia - CREA/RO
Advogado:Anderson de Moura e Silva (RO 2819), Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:Josuel Pereira da Silva
Despacho:
Vistos.A providência requerida às fls. 43 é desnecessária, haja vista que a restrição de circulação imposta através do sistema Renajud já impõe a apreensão dos veículos em caso de localização pelos órgão indicados pela exequente.Intime-se para prosseguimento, sob pena de suspensão do feito. I. C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0058208-86.2008.8.22.0008
Ação:Depósito
Requerente:C. N. H. L.
Advogado:Luciano Baobaid Bertazzo (MS 7657/B), Julio César Pettarin Sicheroli (RO 2299)
Condenado:A. A. dos S.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Despacho:
Vistos etc.O presente feito encontra-se paralisado, aguardando manifestação da parte autora para prosseguimento.O N. Procurador desta, foi regularmente intimado, porém, deixou o prazo escoar sem se manifestar.Desta forma, determino a intimação pessoal do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Int.SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002906-38.2009.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Executado:Rosalem Comércio e Transporte Ltda Me
Advogado:Cesar Augusto Vieira (OAB/RO 3229)
Despacho:
Vistos.Aguarde-se a resposta do agravo.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0021951-28.2009.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Executado:Manoel Ari da Silva
Despacho:
Indefiro o prosseguimento do feito, pois este Juízo entende que os bens que guarnecem a residência do devedor são impenhoráveis, nos termos da Lei nº 8.009/90. Ademais, todas as diligências para penhora destes bens retornaram todas negativas, bem como não foram encontrados nenhum outro bem para penhora.Assim, caso deseje o exequente prosseguir com a execução, deverá peticionar indicando um bem que possa garantir a obrigação.Retornem ao arquivo.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0025892-83.2009.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia/RO
Advogado:Antonio das Graças Souza (OAB)
Executado:Canamera Mineração Ltda, Rory Macgregor, John Edward Dupuis
Despacho:
Vistos. Procedi a liberação dos veículos pelo RENAJUD.Diante das circunstâncias do processo, suspendo o feito, pelo prazo de 01 ano, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830/80. Findo o prazo, dê-se vista à exequente para comunicar o cumprimento da obrigação ou requerer o que entender de direito para o prosseguimento, independente de novo despacho nos autos. Intime-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0033852-90.2009.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Exequente:Roda Criança Ind. & Com. de Confecções Ltda-ME
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Executado:Ailton Valkinir
Despacho:
Intime-se a exequente por seu advogado para depositar em juízo a diferença entre o bem arrematado e o valor de seu crédito, pois vejo que a avaliação do bem é maior do que o valor cobrado nos autos.Após o depósito, retire o auto de arrematação.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004338-24.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Exequente:Daniel Anésio Oliveira
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1.374)
Executado:Ailton Valkinir
Despacho:
Considerando o novo entendimento deste Juízo em relação à penhora via Renajud, realizada consulta ao sistema Renajud, esta restou frutífera, localizando o veículo Yamaha XTZ 125E, placa NCU 6133 em nome do executado, bem como foi procedida a cotação do veículo penhorado de acordo com a a Tabela FIPE, conforme documentos anexos a esta decisão, que devem ser juntados.Desde já, deve o exequente diligenciar a fim de localizar o veículo. Fica a Polícia Militar autorizada, sem necessidade de nova ordem, a realizar a remoção do veículo e entregá-lo no CIRETRAN, caso a mesma se depare com o veículo em situação de patrulhamento. Esclareço a PM que cópia desta é suficiente para proceder a remoção do veículo.No caso do exequente ou seu advogado localizar o bem, caso haja interesse neste, deverá depositar a quantia referente a diferença, abaixo informada, para expedir-se o mandado de remoção a ser cumprido por Oficial de Justiça. Outrossim, em caso de interesse na remoção/adjudicação do bem, a exequente deverá depositar em Juízo (Agência 1597-0 e Conta Corrente nº. 100.000-4) a diferença entre o valor do bem cotado pela Tabela FIPE e o valor executado nos autos, que corresponde à quantia de R$ 1.743,64, sob pena de revogação dessa decisão.Para tanto, o exequente deverá retirar o presente Ofício em Cartório, no prazo de 30 dias. Decorrido o prazo, intime-se a exequente para em 48h dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 267, III e § 1º do CPC.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO, bastando numeração.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002254-16.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cenci e Vaz Ltda Me
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:Eduardo Salomé Candido
Despacho:
Considerando o novo entendimento deste Juízo em relação à penhora via Renajud, realizada consulta ao sistema Renajud, esta restou frutífera, localizando o veículo Honda CG FAN, placa NBP 2435 em nome do executado, bem como foi procedida a cotação do veículo penhorado de acordo com a a Tabela FIPE, conforme documentos anexos a esta decisão, que devem ser juntados.Desde já, deve o exequente diligenciar a fim de localizar o veículo. Fica a Polícia Militar autorizada, sem necessidade de nova ordem, a realizar a remoção do veículo e entregá-lo no CIRETRAN, caso a mesma se depare com o veículo em situação de patrulhamento. Esclareço a PM que cópia desta é suficiente para proceder a remoção do veículo.No caso do exequente ou seu advogado localizar o bem, caso haja interesse neste, deverá depositar a quantia referente a diferença, abaixo informada, para expedir-se o mandado de remoção a ser cumprido por Oficial de Justiça. Outrossim, em caso de interesse na remoção/adjudicação do bem, a exequente deverá depositar em Juízo (Agência 1597-0 e Conta Corrente nº. 100.000-4) a diferença entre o valor do bem cotado pela Tabela FIPE e o valor executado nos autos, que corresponde à quantia de R$ 5.611,72, sob pena de revogação dessa decisão.Para tanto, o exequente deverá retirar o presente Ofício em Cartório, no prazo de 30 dias. Decorrido o prazo, intime-se a exequente para em 48h dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 267, III e § 1º do CPC.SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO, bastando numeração.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002597-12.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Elisângela Aparecida do Rosário
Executado:Adolfo Neimog
Sentença:
A penhora de salário é medida excepcional e só deve ser deferida após esgotadas todas as outras tentativas de penhora. Ressalto também que deve ser comprovada pelo exequente que a penhora de percentual da remuneração do

executado não prejudicará o seu sustento e de sua família, fato este que não foi provado pela exequente. Vejo, inclusive, que sequer informou qual é o empregador do executado, contentou-se apenas em dizer que é funcionário público. Assim, pelos fundamentos acima expostos, indefiro o pedido de fls. 20.Considerando a não localização de bens penhoráveis do executado, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002745-23.2012.8.22.0008
Ação:Arrolamento de Bens
Arrolante:Maria Angélica Kieper Pagel
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Arrolado:Wagner Klipel Pagel
Sentença:
Conforme requerimento das partes no processo nº 0003371-76.2011.822.0008, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo autorizando em consequência, os levantamentos necessários. Sem custas e honorários ante a desistência da ação.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002440-73.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Farias & Sales Ltda Hospital Memorial
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Marines Luzia Lourdes Padilha
Despacho:
Expeça-se mandado de penhora/avaliação/intimação e Remoção, do bem baixo indicado:01 motocicleta matca Sundown, modelo Hunter, cor vermaleha, placa NCV 4379. Em caso de penhora, proceder IMEDIATAMENTE a remoção do bem, nos termos do art. 666 do CPC, depositando em mãos do credor, devendo o credor fornecer os meios para a remoção.Intime-se ainda a executada de que o prazo para a impugnação será de 15 dias a contar desta intimação (475, J § 1º do CPC).Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.SERVE CÓPIA COMO MANDADO. Valor do Cumprimento da Sentença: R$1.644,09 (atualizado em 02/04/2012)Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003315-43.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Geraldo Dias da Silva
Advogado:José Ângelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (RO 2567)
Sentença:
Considerando que o artigo 238, parágrafo único do CPC, descreve que são considerados válidas as intimações dirigidas ao endereço declinado na inicial, e que cumpre a parte atualizar o endereço sempre que houver modificação.Ocorre que tal processo está paralisado devido a não localização do autor que deixou de promover os atos e diligências que lhe competia. Assim, com fundamento no art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo autorizando em consequência, os levantamentos necessários.Desconstituo a penhora de fls. 41.Sem custas.P.R.I.C.Transitada em julgado, arquive-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003496-44.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Exequente:Isaac Trabach Storari
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Executado:Jesieli Liebmann Manthay
Sentença:
Considerando a não localização de bens penhoráveis do executado, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo.Expeça-se certidão de crédito no valor informado ás fls. 31 e intime-se o exequente para retirar em 10 dias. Após o decurso do prazo ou a retirada, arquive-se.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003720-79.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Requerente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Despacho:
Intime-se a exequente por sua advogada para informar os cálculos atualizados do débito da executada, para possibilitar a penhora online.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003751-02.2011.8.22.0008
Ação:Busca e apreensão (área cível)
Requerente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Suzane de Paula Roessler (RO 4800)
Requerido:Wantuil Braun & Cia Ltda - ME (Bemac Mat. p/ Construção)
Sentença:
Vistos, etc...BANCO BRADESCO S.A.,qualificado nos autos, ajuizou Ação de Busca e Apreensão com pedido de Medida Liminar em face de WANTUIL BRAUN & CIA LTDA-ME.A tentativa de citação e cumprimento da liminar no endereço indicado na inicial restou infrutífera.Intimado através de seu advogado o requerente não se manifestou. Intimado novamente, agora pessoalmente, o autor manteve-se inerte. Como se vê, o autor deixou de promover os atos e diligências que lhe compete no feito, e mesmo após ter sido intimado pessoalmente, nada manifestou quanto ao prosseguimento do feito. Deste modo, tem-se que o feito está paralisado, aguardando proveniência do autor deste agosto de 2012, ou seja, prazo que persiste por mais de 30 dias. O abandono de causa pelo autor é motivo de extinção do processo, nos termos do art. 267, III do CPC. Como a parte requerida, se quer foi citada, desnecessário o seu requerimento para extinção.Ante o exposto, com fundamento do dispositivo legal supracitado, julgo extinto o presente processo.P.R.I.C.Nada pendente, ao ARQUIVO.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004311-41.2011.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:B. B. F. S.
Advogado:Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30264), Ellen Laura Leite Mungo (MT 10604), Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820), Fernanda Elias Junqueira (MS 11.124)
Requerido:E. F. F.
Despacho:
Vistos.Recebo as complementações à inicial.1. Documentalmente comprovados o contrato e a mora, defiro a busca e apreensão. Proceda-se desde que a parte compareça e forneça os meios e depositário.2. Efetivada essa liminar, cite-se o requerido para em 15 (quinze) dias, haja visto a alteração dada ao § 3º, do Dec. 911, pela Lei 10.931 de 02.08.2004, querendo a parte, contestar (apresentar resposta);3. Sendo facultado ainda, segundo o parágrafo 2º, no prazo de 05 dias, o devedor pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores já apresentados na inicial, para ter-lhe o bem restituído livre do ônus. I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004325-25.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Parteli e Pagung Ltda
Advogado:Bernardo Schmidt Penna (OAB/MG 91971)
Executado:Alessandro Martins da Cruz
Sentença:
O requerente foi intimado para promover o andamento do feito (fls. 31/v.), não atendendo a determinação desse Juízo, quedando-se inerte.Assim, conforme art. 267, II do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento de mérito. Sem custas e honorários.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000181-71.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Alves dos Santos
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Despacho:
Vistos etc.O presente feito encontra-se paralisado, aguardando manifestação da parte autora para prosseguimento.O N. Procurador desta, foi regularmente intimado, porém, deixou o prazo escoar sem se manifestar.Desta forma, determino a intimação pessoal do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Int.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO, observe o endereço acima. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000439-81.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Exequente:Simone Letícia Mundel Fantin
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Executado:José Henrique Alves de Oliveira
Sentença:
Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes (fl. 26/29), para que se cumpra e guarde o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, EXTINTO o processo, com fundamento no art. 794, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará de levantamento das quantias penhoradas via Bacenjud (fls. 21/22) em favor da exequente e intime-se para retirar em 10 dias. Após o decurso do prazo ou a retirada, arquive-se.Fica autorizado os necessários levantamentos. Arquive-se de imediato. P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000569-71.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Roziran Comercio de Materiais de Construção Ltda
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Requerido:Kleidiomar Klemens Pires
Despacho:
Expeça-se mandado de execução. Deve o Sr. Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios para remoção do bem.Bem indicado: um veículo tipo camionte, marca GM Chevrolet, modelo S-10 Advantage D, cabine dupla, de cor prata, placa GZO 9915. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando o endereço acima declinado acima, sendo que o valor da causa é R$ 2.599,69.Deve o valor remanescente ser depositado judicialmente, pena de revogação desta decisão. Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 172 do Código de Processo Civil e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001045-12.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:Ailton Valkinir
Despacho:
Intime-se a exequente para manifestar-se sobre o bem penhorado às fls. 28 (uma novilha) e, caso se interesse em sua remoção, deverá providenciar a documentação necessária para o trânsito dos semoventes (GTA) junto ao IDARON, conforme ofício Circular nº 122/2012 da Corregedoria Geral da Justiça.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001079-84.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Sentença:
Considerando a não localização de bens penhoráveis do executado, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir

o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001169-92.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Requerente:Paulo Júnior Barreto & Cia Ltda
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Requerido:Klebio Claudino dos Santos
Sentença:
Considerando que as partes realizaram acordo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes (fl. 21), para que se cumpra e guarde o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, EXTINTO o processo, com fundamento no art. 794, inciso II, do Código de Processo Civil.Fica autorizado os necessários levantamentos.Sem custas e honorários.Arquive-se de imediato. P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001234-87.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Atual Comercio de Ferragens Ltda Me
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Executado:Vanduir Garcia
Despacho:
Vejo que todas as informações requisitadas pelo Banco do Brasil estão presentes no alvará de fls. 30, pois há indicação do valor, os documentos do exequente, e a determinação que podem ser retirados os valores pelos advogados constituídos nos autos, devendo somente ser expedido novo alvará pois este já está vencido.Assim, expeça-se novo alvará de levantamento e intime-se o procurador do exequente para retirá-lo.Em relação a instituição financeira, DETERMINO que proceda o levantamento da quantia em favor do exequente ou seu advogado, sob pena de o funcionário que se recusar a cumprir as determinações do alvará bem como deste despacho, ser responsabilizado criminalmente por desobediência.Envie juntamente com o alvará, cópia deste despacho e do ofício de fls. 34.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001343-04.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:B. B. F. S.
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido:H. A. S.
Despacho:
Vistos.Intime-se o requerente para comprovar a distribuição da carta precatória retirada em 03/12/2012 (fl. 47,v).I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001514-58.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Clério Israel Roduy
Advogado:Humberto Alencar Dickel de Souza (RO 1678)
Executado:Benedito José Viana
Despacho:
Considerando que a determinação de penhora foi cumprida (fls. 24/25), cumpra-se somente a determinação de fls. 23, §2º (informar conta para depósito).IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001515-43.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. A. C. L.
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (RO 1894)
Requerido:E. de J. R. G.
Sentença:
Vistos.Trata-se de Pedido de BUSCA E APREENSÃO proposta por BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA em face do ESPÓLIO DE JOAQUIM REINALDO GALVÃO.Determinada a complementação da inicial (fl.24) a fim de que o requerente promovesse a notificação extrajudicial d aparte requerida bem como promovesse a adequação do valor da causa, o autor não atendeu a determinação, mesmo após a concessão de prazo para tanto, conforme se constata da certidão de fl. 31,v. Assim não estando sanado o defeito da petição inicial, porquanto deveria ter sido instruída com notificação extrajudicial e com o recolhimento adequado das custas processuais, a mesma deve ser indeferida, por inábil a dar início à relação jurídica processual.Posto isto, firme no art. 284, parágrafo único e art. 295, VI do Código de Processo Civil, INDEFIRO A INICIAL, e consequentemente julgo extinto o feito, sem resolução de mérito. Após as anotações e formalidades pertinentes, remeta-se ao arquivo.Sem outras custas.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001552-70.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:Edinéia S. Vasconcelos
Sentença:
Diante da informação de fl. 27 e 29 JULGO EXTINTO o feito, com fulcro no art. 794, I do CPC.Autorizo eventuais levantamentos de documentos mediante substituição por cópias em favor do executado.Sem custas e honorários.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001787-37.2012.8.22.0008
Ação:Monitória
Requerente:Garotinho Comércio de Combustíveis Ltda Me
Advogado:Eric Júlio dos SantosTiné (OAB/RO 2507)
Requerido:Maik José Ferreira de Andrade
Despacho:
Vistos.Antes de analisar o pedido de fls. 18, determino que o servidor cadastrado do Siel promova a buscas pelo atual endereço do requerido.Após, voltem conclusos.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001793-44.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Neiva Lea Chielle Dalmolin
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Executado:Wesley de Melo Galan

Despacho:
Considerando que as partes realizaram acordo ás fls. 29/30 e antes da homologação veio informação de que este não foi cumprido (fls. 32), a exequente reiterou o pedido de penhora de salário.Assim, por já ter sido anteriormente deferido, oficie-se as Lojas Gazin conforme determinação de fls. 24/25.Expeça-se o necessário.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002005-65.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Lurdes Almeida Branco
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Ivani Alcides de Souza
Despacho:
Vistos.Excepcionalmente, e diante das circunstâncias do processo, defiro a suspensão do feito, contudo, apenas pelo prazo de 06 meses (art. 265, § 3º do CPC).Decorrido o prazo, intime-se a requerente para manifestar-se.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002117-34.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Malta Eletromóveis
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Despacho:
Indefiro o prosseguimento do feito, pois o bem indicado na inicial e novamente indicado na petição de fls. 32/33 já foi objeto de diligência às fls. 27/v. que retornou negativa, bem como não foi encontrado nenhum outro bem para penhora.Assim, caso deseje o exequente prosseguir com a execução, deverá peticionar indicando um bem que possa garantir a obrigação. Retornem ao arquivo.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002548-68.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Olinda Kempim Franco
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Despacho:
Vistos e examinados.A carta precatória de citação e intimação retornou sem cumprimento. Cite-se e intimem-se para audiência de conciliação a ser realizada no dia 19 de abril de 2013, às 08h45min.Ressalto que a audiência foi designada para esta data, tendo em vista a dificuldade de citação e intimação da Fazenda Pública dentro do prazo estabelecido no artigo 7º da Lei 12.153/2009. A citação da parte requerida deverá ser pessoal, por oficial de justiça (ou carta precatória, se o caso), sendo consignado que a mesma deverá ser cumprida com a máxima urgência, a fim de que seja obedecido o prazo do art. 7º da Lei do Juizado da Fazenda Pública (citação com antecedência mínima de 30 dias da data da audiência). Expeça-se carta precatória, encaminhando-a para Vara competente para cumprimento. Intime-se também a requerente a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. Expeça-se o necessário.Ciência à Defensoria Pública. SERVE CÓPIA COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004776-16.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Veraci Dias Will
Advogado:Renata Cristina de Souza (OAB/RO 5026)
Executado:Dayane Alessandra Vieira dos Santos
Despacho:
Recebo a emenda.Reclassifiquem os autos para ação de conhecimento, bem como regularizem a etiqueta processual. Designo audiência de Conciliação para o dia 08/04/2013 às 12h05min.Proceda a CITAÇÃO do requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima através de sua advogada a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência acima designada, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação ou requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃO e, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004269-55.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. P. S.
Advogado:Marcio Frederico Arruda Montenegro (MT 15329)
Requerido:M. J. M.
Despacho:
1. Documentalmente comprovados o contrato e a mora, defiro a busca e apreensão. Proceda-se desde que a parte compareça e forneça os meios e depositário.2. Efetivada essa liminar, cite-se o requerido para em 15 (quinze) dias, haja visto a alteração dada ao § 3º, do Dec. 911, pela Lei 10.931 de 02.08.2004, querendo a parte, contestar (apresentar resposta);3. Sendo facultado ainda, segundo o parágrafo 2º, no prazo de 05 dias, o devedor pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores já apresentados na inicial, para ter-lhe o bem restituído livre do ônus. Intime-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003316-91.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:G. L. da S.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:R. R. da S.
Despacho:
Considerando que este feito e o feito de nº 0003141-97.2012.822.0008 que tramita na 1ª Vara Genérica desta

comarca visam a regularização da guarda da menor Tainá Yraides Rodrigues da Silva, observo que ambos os feitos tem o mesmo objeto e causa de pedir, tornando-se ações conexas, nos termos do art. 103, do CPC.Desta forma, tendo em vista que o Juiz poderá reconhecer de ofício a conexão e determinar a reunião dos processos, só resta analisar em qual Vara desta comarca tramitaram os feitos.Observo que tornou-se prevento o juiz titular da 1ª Vara Genérica, visto que despachou em primeiro lugar, no dia 08/08/2012, enquanto neste feito somente foi distribuída a ação no dia 16/08/2012, sendo despachada no dia 21/08/2012.Portanto, nos termos do art. 104, do CPC, vejo que o feito deverá ser processado e julgado na 1ª Vara Genérica desta Comarca.Assim, determino a remessa deste feito a 1ª Vara Genérica desta comarca, ante a prevenção, após as anotações e baixas pertinentes.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003369-72.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Marcelo da Costa
Despacho:
Cumpra-se as determinações de fls. 19, penúltimo parágrafo, conforme valor informado às fls. 21.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003592-25.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jair Antunes & Cia Ltda Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:Edmilson dos Santos
Sentença:
Diante da informação de fl. 24, JULGO EXTINTO o feito, com fulcro no art. 794, I do CPC.Autorizo eventuais levantamentos de documentos mediante substituição por cópias em favor do executado.Libero a penhora via Renajud.Sem custas e honorários.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003991-54.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jucimaro Bispo Rodrigues
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959)
Executado:Laurinei Gularte
Despacho:
Defiro o pedido de penhora no rosto dos autos de eventual crédito, tendo em vista que o executado figura como credor nos autos nº 0005370-41.2009.822.0006.Expeça-se o necessário para cumprimento do pedido e, caso haja penhora de crédito, será designada audiência de conciliação.Vinda a informação de que o executado não possui mais créditos e o exequente não indicou outro bem passível de penhora para satisfação da obrigação, o feito será extinto.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004117-07.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:J. M. Souza Nutrição Animal Me
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Executado:Claudiomiro dos Santos Oliveira
Despacho:
Realizada consulta aos sistemas Bacenjud e Renajud, ambas restaram infrutíferas.Expeça-se mandado de execução. Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.719,10.Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada.Bem indicado: um veículo marca Fiat, modelo Pálio, placa NBE 3178, de Ouro Preto do Oeste/RO.Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios. Considerando o pedido de fls. 18, para que a exequente fique como depositária do bem, deverá acompanhar a diligência, devendo, para tanto, acompanhar a distribuição do mandado e entrar em contato com o Oficial de Justiça.Designo audiência de conciliação para o dia 08/04/2013 às 11h45min.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO/REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado.Endereço do Fórum: Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca. Intimem-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004474-84.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Edenilson Bandeira
Executado:Zilmar Barella
Despacho:
Para afastar a possibilidade de que um bem móvel não poderá ser penhorado para garantir débito deverá ser comprovada que o executado não detém a posse do bem e o documento de fls. 18 não afaste esta possibilidade, o executado, respaldado pelo art. 656, IV, do CPC, tem a faculdade de oferecer bem para substituir penhora.Sendo assim, considerando que o executado compareceu aos autos espontaneamente sem a juntada do mandado, informando que foi citado e ofereceu novo bem à penhora, intime-se o exequente para manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, se tem interesse no bem oferecido pelo executado (fls. 16).Após a devolução do mandado pela Oficiala de Justiça e a manifestação do exequente, façam conclusos para deliberações.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004494-75.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Guenter Saibel
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Despacho:
Vistos etc.. Mantenho o despacho de fls.32/34 pelo seus próprios fundamentos. Intime-se o Requerente para que no prazo de 10 dias acoste cópias das Declarações de Imposto de

Renda Pessoa Física - IRPF, dos últimos dois anos, a serem arquivadas em pasta própria pela zelosa serventia e/ou outros documentos que corrobore a declaração de hipossuficiência firmada, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004495-60.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aldinéia Marcia Barbosa
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Despacho:
Vistos etc.. Mantenho o despacho de fls.24/26 pelo seus próprios fundamentos. Intime-se a Requerente para que no prazo de 10 dias acoste cópias das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF, dos últimos dois anos, a serem arquivadas em pasta própria pela zelosa serventia e/ou outros documentos que corrobore a declaração de hipossuficiência firmada, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.Intime-se.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004496-45.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alan Dheick Schmid Rella
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Despacho:
Vistos etc.. Mantenho o despacho de fls.25/27 pelo seus próprios fundamentos. Intime-se o Requerente para que no prazo de 10 dias acoste cópias das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF, dos últimos dois anos, a serem arquivadas em pasta própria pela zelosa serventia e/ou outros documentos que corrobore a declaração de hipossuficiência firmada, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.Intime-se.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004498-15.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Agnaldo Nunes da Silva
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Despacho:
Vistos etc.. Mantenho o despacho de fls.22/24 pelo seus próprios fundamentos. Intime-se o Requerente para que no prazo de 10 dias acoste cópias das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF, dos últimos dois anos, a serem arquivadas em pasta própria pela zelosa serventia e/ou outros documentos que corrobore a declaração de hipossuficiência firmada, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004552-78.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pacanhela e Klipel Materiais P Contrução Ltda Epp Construoeste
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Samuel Barbosa de Oliveira
Sentença:
A penhora de salário é medida excepcional e só deve ser deferida após esgotadas todas as outras tentativas de penhora. Ressalto também que deve ser comprovada pelo exequente que a penhora de percentual da remuneração do executado não prejudicará o seu sustento e de sua família, fato este que não foi provado pela exequente. Assim, pelos fundamentos acima expostos, indefiro o pedido de fls. 21.Considerando a não localização de bens penhoráveis do executado, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004983-15.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cenci e Vaz Ltda Me
Executado:Luiz Carlos F. de Oliveira
Despacho:
Vejo que o CPF do executado encontrado nos autos está errado, conforme extrato em anexo. Intimada a exequente a indicar o CPF correto, está indicou apenas o bem de fls. 18.Assim, considerando que restou prejudicada a consulta aos sistemas Bacenjud e Renajud, defiro a expeção de mandado de penhora para o bem indicado.Expeça-se mandado de execução. Cite-se o (s) executado (s) ACIMA, no endereço acima mencionado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 1.349,40.Não efetuado o pagamento, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Dê-se ciência ao executado que poderá oferecer Embargos à Execução até a data da audiência de conciliação abaixo designada.Bem indicado: uma motocicleta Honda Biz, de cor vermelha, placa NEE 0464.Os bens eventualmente penhorados devem ser entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, que deverá fornecer os meios.Retornado o mandado negativo, façam conclusos para extinção e cancelamento da audiência.Designo audiência de conciliação para o dia 15/04/2013 às 08h05min.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/PENHORA/AVALIAÇÃO/REMOÇÃO, observando-se o endereço acima declinado.Endereço do Fórum: Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca. Intimem-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 26 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0020822-56.2007.8.22.0008
Ação:Ação Reivindicatória (rito ordinário)
Requerente:José Júlio Lara
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/SP 201041)
Condenado:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado não Informado (00000)
Despacho:
Vistos.Intimem-se às partes acerca do retorno dos autos do Tribunal, e para manifestarem como entenderem de direito. I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0058879-12.2008.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wanderson Ferreira de Sousa
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Para aferição da renda familiar do requerente determino a realização de perícia social, para tanto nomeio à Assistente social TELMA SUELI SARMENTO CRESS-RO/AC- Nº 0803, que deverá realizar estudo social, esclarecendo a situação econômica do autor.Fixo os honorários periciais em R$ 200,00 valor permitido pela Resolução n. 558/2007 do Conselho de Justiça Federal, cujo pagamento, no âmbito da jurisdição delegada, correrá por conta da Justiça Federal, uma vez que a parte autora é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita (art. 1º, da Resolução n. 541/2007, do CJF). Dê-se vista dos autos. Com a entrega do laudo, encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho/ RO, para realização do pagamento, nos termos do artigo 4º e §§ da Resolução n. 541/2007, do CJF.Após, intimem-se às partes acerca da conclusão do laudo. Observem-se os quesitos apresentados às fls. 85/86 pelo INSS. Intimem-se. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0007193-44.2009.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Moreira & Machado Ltda
Advogado:Valter Henrique Gundlach (DNI 1374)
Despacho:
Defiro o desarquivamento.Trata-se de cumprimento de sentença. Proceda a reclassificação dos autos.Defiro a penhora de crédito do executado (fls. 25).Intime-se o Sr. Agildo Ataíde, residente e domiciliado à Rua Luiz Rodrigues Neto, nº 3202, Bairro Liberdade (Loteamento Arlindo Dettmann), para que informe a este Juízo se deve alguma quantia ao executado João José Pessoa e, em caso positivo, fica intimado a proceder o depósito judicial da quantia de R$ 874,46 no prazo de 30 dias, sob pena de responder criminalmente por desobediência.Após o Oficial de Justiça intimar o interessado acima qualificado, deverá intimar o executado desta decisão, bem como de eventual crédito existente.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0038727-06.2009.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerido:Simone Kriger Plantico, Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403), Milton Ricardo Ferretto (OAB/RO 571A)
Despacho:
Vistos.Oficie-se conforme requerido às fls. 90. I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000939-21.2010.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:M. E. B. de S.
Advogado:Vinícius de Paula Vieira (OAB/RS 60913), Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Executado:A. S. dos S.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Despacho:
A petição de fls. 45/46, embora conste número equivocado dos autos, se refere a este feito. Indefiro o pedido de fls. 45/46, pois ressalto que a parte interessada no cumprimento da diligência que tem o dever de entrar em contato com o Oficial de Justiça que recebeu o mandado, para fornecer meios para cumprimento da diligência, bem como acompanhá-la caso seja necessário.Ademais, somente será desentranhado um mandado se constar que o Oficial de Justiça encarregado da diligência, a cumpriu parcialmente, o que não é o caso deste mandado.Considerando que às fls. 43/v. foi certificado que o executado não foi encontrado no endereço informado e que o Oficial de Justiça detém fé pública, intime-se o exequente para em 5 dias fornecer novo endereço do executado.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002079-90.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dazi nunes
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403), Milton Ricardo Ferreto (OAB/RO 571)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Desnecessárias as medidas descritas nos terceiro e quarto parágrafos de fls.107, ante o témino das investigações pelo MP. Intime-se a autora para informar se o benefício foi implantado. Expeça-se RPV em favor da parte autora, conforme item 2 de fls. 104. I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002625-48.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Zeni Modesto
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Despacho:
Vistos.Desncessária a medida descrita às fls.116, ante o témino das investigações pelo MP. Considerando que a parte requerente concorda com o valor apresentado pelo requerido às fls. 108, expeçam-se os devidos RPVs, observando-se o cálculo de fls. 108.Intime-se o INSS acreca desta decisão antes da expedição do ofício requisitório para pagamento. Após, nada mais pendente, arquivem-se os autos. I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002863-67.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joziel Dubberstein
Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Dê-se vista ao INSS para manifestação quanto ao pedido de fls. 39.I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000206-21.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Soares e Oliveira Ltda Me

Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Requerido:Lívia Kelly Pereira de Almeida
Despacho:
Trata-se de cumprimento de sentença. Reclassifiquem os autos. Intime-se a exequente para se manifestar sobre a certidão de fls. 56 e indicar o novo endereço da executada.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003077-24.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Ferreira da Silva
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Determino a produção de perícia médica, e NOMEIO PERITO JUDICIAL para atuar no presente feito o Dr. EDU HENRIQUE DE AZEVEDO, brasileiro, médico CRM/RO:3311, podendo ser encontrado na Rua Bahia, 2818, Centro, nesta cidade.1. O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.2. Para realização da perícia, designo o dia 26/01/2013, a partir das 09 horas, nas dependências deste Fórum. O autor será intimado na pessoa de seu advogado. Fixo os honorários periciais em R$ 200,00 valor dentro do permitido pela Resolução n. 558/2007 do Conselho de Justiça Federal, cujo pagamento, no âmbito da jurisdição delegada, correrá por conta da Justiça Federal, uma vez que a parte autora é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita (art. 1º, da Resolução n. 541/2007, do CJF). Nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. HONORÁRIOS PERICIAIS. VALOR ELEVADO. REDUÇÃO. RESOLUÇÃO N.558/2007 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.558- A Resolução nº 541/2007 do Conselho da Justiça Federal estabelece, em seu artigo 1º, que “as despesas com advogados dativos e peritos no âmbito da jurisdição delegada correrão à conta da Justiça Federal”.- Requerida a perícia pela parte autora, o pagamento é feito com os “recursos vinculados ao custeio da assistência judiciária aos necessitados” (artigo 1º, § 3º, da Resolução nº 558/2007, do CJF) que, posteriormente, serão reembolsados ao Erário pelo vencido (artigo 6º da Resolução citada), quando este não for beneficiário da justiça gratuita. (...) (17778 MS 2009.03.00.017778-8, Relator: JUÍZA CONVOCADA MÁRCIA HOFFMANN, Data de Julgamento: 08/08/2011, OITAVA TURMA).3. Com a entrega do laudo, encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho/RO, para realização do pagamento, nos termos do artigo 4º e §§ da Resolução n. 541/2007, do CJF.4. Intime-se o senhor perito da designação, devendo este avaliar a capacidade laboral da parte autora, esclarecendo: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas?5. Deverá ainda o perito, responder os quesitos apresentados pela parte autora (fls. 12), bem como aqueles formulados pela autarquia requerida, que foram depositados em cartório. Junte-se nestes autos. Em caso de haver quesitos idênticos ou visando o mesmo esclarecimento, fica autorizado o senhor perito respondê-los em bloco, evitando delongas desnecessárias.6. Nos termos da lei, poderá as partes indicarem assistente técnico, no mesmo prazo delimitado no parágrafo anterior, que caso indicado, deverá ofertar seu parecer, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo.7. Consigne-se na intimação do Sr. Perito que o laudo deverá ser entregue no prazo de 30 dias após a realização da perícia, e na da parte autora que deverá comparecer munida de documentos pessoais e de todos os exames médicos que dispõe para facilitar o trabalho pericial.8. Os autos deverão ser entregues ao Perito Judicial para realização dos trabalhos. Intimem-se.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000214-61.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Adriano Silveira dos Santos
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B), Érika Camargo Gerhardt (RO 1911)
Decisão:
O feito já poderia ter sido arquivado se não fosse pela pendência a respeito do pagamento da condenação da sentença de fls. 83/85.Pois bem.Primeiramente, cabe ressaltar que na sentença acima mencionada ficou determinado que, a partir da data em que foi publicada, o requerido ficaria intimado à cumprir espontaneamente a obrigação.O entendimento deste Juízo é que, intimado o réu para cumprir as determinações da sentença e não havendo interposição de recurso contra a sentença proferida, o prazo para cumprimento espontâneo da obrigação conta-se a partir da data de publicação da sentença, sendo assim, intempestiva a informação do cumprimento da obrigação que visa evitar a aplicação da multa dos 10% no dia 01/10/2012, pois conforme certidão de fls. 91, o prazo para cumprimento espontâneo encerrou-se em 23/08/2012.No presente caso, a informação sobre o cumprimento espontâneo foi realizada somente no dia 01/10/2012 (fls. 99/101), intempestiva por mais de um mês contados do decurso do prazo. O art. 475-J do CPC não dispõe sobre tempestividade do cumprimento espontâneo, ao contrário, se trata este dispositivo de um incentivo as partes para que tornem o processo mais célere e econômico, cumprindo as determinações judiciais sem medidas coercitivas de pagamento, no caso, a aplicação da multa dos 10%. Entretanto, até o decurso do prazo para pagamento e o requerimento do cumprimento da sentença, fls. 93, nem a parte exequente e nem este Juízo tinha informação de que havia sido pago o valor no dia 20/08/2012, conforme foi comprovado às fls. 101, pelo que foi procedida a penhora online de ativos financeiros do executado.Embora o artigo que fundamenta esta fase processual não dispor sobre tempestividade, não pode o Judiciário e também a parte exequente esperar que o executado não respeite os prazos processuais, principalmente pelo fato do feito tramitar no Juizado Especial Cível, procedimento célere, causando a inércia do executado um atraso processual, pois se tivesse sido diligente ao comprovar o seu direito, teriam sido evitados vários atos processuais desnecessários (fls. 94/97 - penhora on-line).Por este motivo, expeça-se alvará de levantamento da quantia penhorada ás fls. 94/97 em favor do exequente, podendo ser retirado por seu advogado.Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada às fls. 101 em favor do executado.Intimem-se as partes para retirarem os

alvarás em 10 dias.Decorrido o prazo ou retirados os alvarás, arquive-se.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001898-21.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida Ferreira Rodrigues
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos em saneador.Trata-se de ação Previdenciária para concessão de pensão por morte. O INSS foi citado e intimado e apresentou contestação fls.19/23.Impugnação pela autora às fls. 25/31.De início, passo a enfrentar a preliminar de ausência de condição da ação, consubstanciada na falta de interesse processual, arguida pelo réu. Em um primeiro momento, observo que a jurisprudência do TRF da 1ª Região, não admitia a postulação judicial do benefício previdenciário, sem que antes houvesse pedido formulado pela via administrativa. Contudo, este entendimento evoluiu e se sedimentou na linha da jurisprudência do STJ, sendo, com efeito, plenamente aceito o pedido feito diretamente em juízo. Entretanto, recentemente o STJ novamente decidiu que o requerimento administrativo é imprescindível para postular em juízo benefício previdenciário conforme menciona a autarquia em sua contestação.À luz das ponderações supra, quando o beneficiário previdenciário, segurado ou dependente, provoca a atuação do Poder Judiciário após o prévio indeferimento de seu requerimento na via administrativa, não há dúvida alguma sobre a possibilidade de exame de sua pretensão, dada à evidente presença de lide, tendo em vista a presença de uma pretensão lesionada. O problema surge quando o beneficiário previdenciário provoca a atuação do Poder Judiciário sem o prévio requerimento na via administrativa, isto é, sem a prévia provocação da Administração previdenciária, do INSS. Nesta situação, entendo que, ainda que não haja prévio requerimento administrativo, o beneficiário previdenciário pode legitimamente provocar a atuação do Poder Judiciário.Adotando-se essa linha de entendimento, calcado no princípio da inafastabilidade da jurisdição, bem assim primando pela celeridade e presteza da tutela jurisdicional, impõe-se seguir essa linha jurisprudencial, razão por que afasto a preliminar ventilada pelo réu.Desta forma, visando esclarecer dúvidas ainda existentes designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/04/2013 as 09h05min, a fim de que a requerente comprove a qualidade de segurando especial do “de cujos”. Intimem-se as partes também sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, será o prazo de 05 dias a contar da intimação. Expeça-se o necessário.I. C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001900-88.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lindolfo Andriz
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Decisão:
Vistos.O requerido, sustenta a ocorrência de violação ao contraditório, ante a citação efetuada por carta precatória, desacompanhada de documentos que instruem a inicial. Argui ainda que não foi observado o do Termo de Cooperação Técnica nº 002/2012, realizado entre a Procuradoria Federal do Estado de Rondônia e o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que preceitua que as citações e intimações serão realizadas através de remessa dos autos à Procuradoria Seccional de Ji-Paraná. Requer a declaração de nulidade da citação, com sua renovação, sob pena de nulidade.Intimado, o autor se manifestou.Decido.Entendo não se o caso de nulidade de citação.Com efeito, os artigos 202 e 225 do CPC não elegem como requisito essencial da carta precatória de citação a apresentação de cópias dos documentos que acompanham a petição inicial para instrução da contrafé. Assim, descabida a alegação de que a contrafé desacompanhada das cópias dos documentos acostados à exordial, acarretá violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, eis que a ré poderia consultar os autos e extrair as cópias que julgasse necessárias.Outrossim, a citação efetuada de forma diversa da prevista no termo de cooperação técnica mencionado pelo requerido, não acarreta a nulidade do ato. Com efeito, o termo foi criado com a fim de facilitar e tornar mais célere as citações e intimações realizadas em face da autarquia previdenciária. No entanto, seus preceitos não são absolutos, e não estão acima da lei processual civil.Assim, plenamente válida a citação realizada, não havendo que se falar em nulidade. Não obstante, considerando que a revelia não produz seus efeitos em face das pessoas jurídicas de direito privado, e que não há prejuízos ao autor, ante o fato de já estar recebendo um benefício previdenciário, reabro o prazo de contestação. Assim, dê-se vista ao INSS, para que no prazo legal apresente contestação.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001963-16.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geilza Maurina Santos Silva
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.O requerido, sustenta a ocorrência de violação ao contraditório, ante a citação efetuada por carta precatória, desacompanhada de documentos que instruem a inicial. Argui ainda que não foi observado o do Termo de Cooperação Técnica nº 002/2012, realizado entre a Procuradoria Federal do Estado de Rondônia e o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que preceitua que as citações e intimações serão realizadas através de remessa dos autos à Procuradoria Seccional de Ji-Paraná. Requer a declaração de nulidade da citação, com sua renovação, sob pena de nulidade.Intimado, o autor se manifestou.Decido.Entendo não se o caso de nulidade de citação.Com efeito, os artigos 202 e 225 do CPC não elegem como requisito essencial da carta precatória de citação a apresentação de cópias dos documentos que acompanham a petição inicial para instrução da contrafé. Assim, descabida a alegação de que a contrafé desacompanhada das cópias dos documentos acostados à exordial, acarretá violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, eis que a ré poderia consultar os autos e extrair as cópias que julgasse necessárias.Outrossim, a citação efetuada de forma diversa da prevista no termo de cooperação técnica mencionado pelo requerido, não acarreta a nulidade do ato. Com efeito, o termo foi criado com a fim de facilitar e tornar mais célere as citações e intimações realizadas em face da autarquia previdenciária. No entanto, seus preceitos não são absolutos, e não estão acima da lei processual civil.Assim, plenamente válida a citação

realizada, não havendo que se falar em nulidade.Não obstante, considerando que a revelia não produz seus efeitos em face das pessoas jurídicas de direito privado, reabro o prazo de contestação.Assim, dê-se vista ao INSS, para que no prazo legal apresente contestação.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002873-77.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Donizete Rosa da Silva
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Ao INSS para manifestação quanto à perícia e quanto ao pedido de fls. 64.I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002375-44.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Marly Nienke
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Banco Bradesco S.A.
Despacho:
Defiro fls. 109.Aguarde-se o prazo de 20 dias para que o requerido se manifeste sobre a proposta de acordo.Após o decurso do prazo ou a vinda da manifestação, façam conclusos. AO CARTÓRIO: Verifique se o advogado José Edgard da Cunha Bueno Filho, OAB RO 4570 está cadastrado para receber intimações do requerido. Em caso negativo, cadastre-se e intime-se.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002451-68.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:D. N. Henk (Mercearia Dujon)
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Marcelo da Costa
Sentença:
Considerando a não localização de bens penhoráveis do executado, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Expeça-se certidão de crédito em favor do exequente no valor informado às fls. 19 e intime-se para retirar em 10 dias. Após o decurso do prazo ou a retirada, arquive-se.Sem custas e honorários.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002509-71.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:D. N. Henk (Mercearia Dujon)
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Maurício Soares Líquer
Sentença:
Considerando a não localização de bens penhoráveis do executado, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Expeça-se certidão de crédito em favor do exequente no valor informado às fls. 20 e intime-se para retirar em 10 dias. Após o decurso do prazo ou a retirada, arquive-se.Sem custas e honorários.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003067-77.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marilda Justino Stein
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Intime-se a parte autora para no prazo de 10 dias, querendo, impugnar a manifestação de fls. 73/76.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003572-68.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Diogo Rogério da Rocha Moletta
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Condenado:Estado de Rondônia
Despacho:
Expeça-se RPV em favor do requerente no valor informado às fls. 101. Os dados para expedição do documento estão às fls. 104.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004444-83.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elmiro Pereira da Silva
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Decisão:
Vistos.Em apreciação ao pedido de tutela antecipada, vislumbro presentes os requisitos exigidos pelo artigo 273, caput e inciso I do CPC para antecipação dos efeitos da tutela. A verossimilhança das alegações por meio de prova inequívoca está mais do que demonstrada, uma vez que o lauo pericial apontou incapacidade temporária e parcial, e a impossibilidade de exercício da pultima atividade laboral (fls. 53). Assim, evidente se mostra a plausibilidade jurídica exigida pela lei. Quanto ao dano irreparável ou de difícil reparação, não há dúvidas de que a demora na implantação do benefício colocaria em risco a vida do autor, na medida em que ele depende deste benefício para sua própria subsistência, ante a notória dificuldade para desenvolver sua atividade rural em razão de sua comprovada incapacidade laboral. Destarte, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA para DETERMINAR que o requerido restabeleça imediatamente o benefício do auxílio-doença em favor do autor.Intime-se o INSS para implantação do benefício.Outrossim, cumpra-se o despacho de fls. 61, dando-se vista ao INSS para manifestação quanto à produção de provas. I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000986-58.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elvira Butzke Krause
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos em saneador.Trata-se de ação Previdenciária para restabelecimento de auxílio-doença ou concessão de aposentadoria por invalidez. O INSS foi citado e intimado e não apresentou contestação.Desta forma, visando esclarecer dúvidas ainda existentes designo audiência de instrução e

julgamento para o dia 24/04/2013 as 09h05min, a fim de que o(a) requerente comprove o exercício efetivo da atividade rural. Intimem-se as partes também sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, será o prazo de 05 dias a contar da intimação. Pela parte autora observe o rol de fls.87.Expeça-se o necessário.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004500-19.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Matheus Lucas Gomes da Silva, Maria Karoline Gomes da Silva, Alan Tomaz Gomes da Silva, Mariani Gomes da Silva
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Intimem-se às partes acerca da informação de fls. 67/68. Após, venham conclusos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000525-52.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Cledemir Alves da Cruz Me
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Requerido:Banco Santander Banespa, R. C. G. Tecnologia Eletromecânica Ltda
Advogado:Marcos Araújo (OAB/RO 846), Iracema Souza de Góis (RO 2044)
Despacho:
Intimem-se as partes para se manifestarem sobre os documentos e a petição de fls. 105/130.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000594-84.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Exequente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:Doralice de Jesus Lopes
Sentença:
Considerando que foram realizadas tentativas de penhora para os bens indicados pela exequente, restando todas as diligências negativas, bem como foram procedidas consultas aos sistemas Bacenjud e Renajud e também restaram infrutíferas, conforme consultas em anexo a esta decisão, ante a inexistência de bens passíveis, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo. Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000630-29.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Malta Eletromóveis
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Requerido:Leidinéia Barreto
Sentença:
Considerando que a sentença transitou em julgado e não houve requerimento do credor para a execução da sentença, arquive-se.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000732-51.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Gerfino Alves de Souza
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Requerido:Brasil Telecom Celular S.a. Oi Celulares
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928)
Despacho:
Certifique a escrivania sobre a tempestividade do Recurso Inominado apresentado pelo requerido ás fls. 124/147, levando em consideração os Embargos de Declaração apresentados ás fls. 101/107 e julgados às fls. 108/109.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001185-46.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leone Jan Lauros
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Intime-se o INSS acerca do laudo pericial de fls. 58/59.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001516-28.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Larissa da Fonseca Souza, Lívia da Fonseca Souza
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Considerando o informado às fls. 83, determino a intimação da parte requerida para implantar o benefício, nos termos da decisão antecipatória, no prazo de 48 horas. Fixo multa diária de R$200,00 (duzentos reais) para cada dia de atraso, e de responsabilização penal por desobediência ou prevaricação.A título de prosseguimento, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e pertinência. I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001689-52.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Agro Oeste Com. de Máquinas Agrícolas Ltda
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (SP 267910), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Requerido:Bambu Madeiras Ltda
Despacho:
Trata-se de cumprimento de sentença. Proceda a reclassificação dos autos.Intime-se o exequente para manifetsar-se sobre a certidão de fls. 23 e indicar outro bem passível de penhora em 5 dias.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001732-86.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Paulo Júnior Barreto & Cia Ltda
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910)
Requerido:Carlos Roberto Barbosa
Despacho:
Trata-se de cumprimento de sentença. Proceda a reclassificação dos autos.Intime-se o exequente para se manifestar sobre a certidão de fls.23 e requerer o que entender de direito, vez que o paradeiro do executado não foi encontrado pelo Oficial. IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001897-36.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Tibúrcio dos Santos
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Intime-se a parte autora para no prazo de 10 dias, querendo, impugnar a contestação de fls. 73/76, e manifestar-se quanto ao laudo pericial de fls. 53/54.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001924-19.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Flora Dopcke Otto, Adilson Otto, Adenaldo Otto
Despacho:
Indefiro o pedido de penhoras via Bacenjud e Renajud pois já foram realizadas consultas recentemente, restando ambas infrutíferas.Assim, intime-se a exequente para indicar o valor atualizado do débito para expedição de certidão de crédito. IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001941-89.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Carlos Martins
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Concedo o prazo até dia 30 de janeiro de 2013 para o requerente comunicar a realização do exame faltante e a finalização da perícia. Nada sendo peticionado até a data acima, intime-se o requerente para prosseguimento.I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002187-51.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Maria do Carmo dos Santos
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Unitins Universidade Federal do Estado do Tocantins Sociedade Civil de Educação Continuada
Despacho:
Defiro fls. 103.Concedo prazo de 5 dias para a requerente substituir os documentos de fls. 05/15 mediante substituição por cópias.Após o decurso do prazo ou a substituição, arquive-se.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004699-07.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdir Batista Pires
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Decisão:
Vistos, etc...Trata-se de ação de concessão de benefício previdenciário promovido por VALDIR BATISTA PIRES em face do INSS. Defiro a gratuidade da justiça.Indefiro, por ora, a concessão de Tutela Antecipada, vez que os documentos constantes nos autos não comprovam satisfatoriamente a verossimilhança das alegações do autor acerca da incapacidade, tornando-se necessária a realização de perícia médica.Determino a produção antecipada da perícia e na forma do art. 421, CPC, NOMEIO PERITO JUDICIAL para atuar no presente feito o Dr. EDU HENRIQUE DE AZEVEDO, brasileiro, médico CRM/RO:3311, podendo ser encontrado na Rua Bahia, 2818, Centro, nesta cidade.1. O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.2. Para realização da perícia, designo o dia 26/01/2013, a partir das 08 horas, nas dependências deste Fórum. O autor será intimado na pessoa de seu advogado. Fixo os honorários periciais em R$ 200,00 valor dentro do permitido pela Resolução n. 558/2007 do Conselho de Justiça Federal, cujo pagamento, no âmbito da jurisdição delegada, correrá por conta da Justiça Federal, uma vez que a parte autora é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita (art. 1º, da Resolução n. 541/2007, do CJF). Nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. HONORÁRIOS PERICIAIS. VALOR ELEVADO. REDUÇÃO. RESOLUÇÃO N.558/2007 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.558- A Resolução nº 541/2007 do Conselho da Justiça Federal estabelece, em seu artigo 1º, que “as despesas com advogados dativos e peritos no âmbito da jurisdição delegada correrão à conta da Justiça Federal”.- Requerida a perícia pela parte autora, o pagamento é feito com os “recursos vinculados ao custeio da assistência judiciária aos necessitados” (artigo 1º, § 3º, da Resolução nº 558/2007, do CJF) que, posteriormente, serão reembolsados ao Erário pelo vencido (artigo 6º da Resolução citada), quando este não for beneficiário da justiça gratuita. (...) (17778 MS 2009.03.00.017778-8, Relator: JUÍZA CONVOCADA MÁRCIA HOFFMANN, Data de Julgamento: 08/08/2011, OITAVA TURMA).3.Com a entrega do laudo, encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho/RO, para realização do pagamento, nos termos do artigo 4º e §§ da Resolução n. 541/2007, do CJF.4. Intime-se o senhor perito da designação, devendo este avaliar a capacidade laboral da parte autora, esclarecendo: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas?5. Deverá ainda o perito, responder os quesitos apresentados pela parte

autora (fls. 12), bem como aqueles formulados pela autarquia requerida, que foram depositados em cartório. Junte-se nestes autos. Em caso de haver quesitos idênticos ou visando o mesmo esclarecimento, fica autorizado o senhor perito respondê-los em bloco, evitando delongas desnecessárias.6. Nos termos da lei, poderá as partes indicarem assistente técnico, no mesmo prazo delimitado no parágrafo anterior, que caso indicado, deverá ofertar seu parecer, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo.7. Consigne-se na intimação do Sr. Perito que o laudo deverá ser entregue no prazo de 30 dias após a realização da perícia, e na da parte autora que deverá comparecer munida de documentos pessoais e de todos os exames médicos que dispõe para facilitar o trabalho pericia.8. Os autos deverão ser entregues ao Perito Judicial para realização dos trabalhos.Cite-se e intime-se o INSS.Intime-se o autor. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004981-45.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Cenci e Vaz Ltda Me
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Quezia Cruz
Despacho:
Assiste razão a requerente.Designo audiência de Conciliação para o dia 15/04/2013 às 08h45min.Proceda a CITAÇÃO do requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima através de sua advogada a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência acima designada, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação ou requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃO e, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002552-08.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Samuel da Silva Santana
Sentença:
Indefiro o pedido de penhora do bem indicado na inicial, tendo em vista que, em vários processos que tramitam nesta Vara estes bens, que foram indicados de forma genérica e sem qualquer individualização, as diligências certificam a inexistência do bem. Esclareço que tal medida destina-se a propiciar a economia aos cofres públicos, uma vez que o TJ/RO está tendo elevados custos com pagamentos de diligências. Assim, considerando a inexistência de bens passíveis de penhora do executado, já que as tentativas Renajud/Bacenjud restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo.Havendo pedido de expedição de Certidão de Crédito e de dívida por parte da exequente, desde já, defiro nos termos do Enunciado n. 75 e n. 76 do FONAJE.P.R.I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003044-97.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cândida Batista Gonçalves
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Intime-se a parte autora para, querendo, impugnar a manifestação de fls. 53//61, no prazo de 10 dias. I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003292-63.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Claudinéia Lauvers
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Ana Paula Sales Silva
Despacho:
Realizadas consultas aos sistemas Bacenjud e Renajud, ambas restaram infrutíferas.Concedo prazo de 5 dias para a exequente indicar bens passíveis de penhora da executada, sob pena de extinção.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003522-08.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Ari Correa da Silva Epp Construmaq
Advogado:Aline Correa de Freitas (RO 2161)
Requerido:Wagner Lascola Brunelli
Despacho:
Considerando que a requerente perdeu o prazo para requerer o cumprimento da sentença, arquive-se.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003873-78.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Jair Antunes & Cia Ltda Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Claudecir da Silva Santos

Sentença:
Considerando que a requerente perdeu o prazo para indicar o novo endereço do requerido, com fundamento no art. 53, §4° da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003926-59.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Metalúrgica e Vidraçaria Amaral
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Elessandro Correa da Silva
Sentença:
Relatório dispensado. Decido.Compulsando os autos, observa-se que o réu não compareceu à audiência de conciliação, portanto, reconheço sua revelia, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95.Vejo que as notas que instruem a inicial, a maioria estão assinadas por terceiros, entrentato, o requerido teve oportunidade de comparecer à audiência e apresentar sua defesa e, não o fez, concordou com o valor cobrado nos autos, bem como se responsabilizou tacitamente em adimplir a quantia cobrada.Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, condenando o requerido ELESSANDO CORREA DA SILVA a proceder a METALÚRGICA E VIDRAÇARIA AMARAL o pagamento da quantia de R$ 1.530,00, com incidência dos juros corrigidos a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação. Em consequência, JULGO EXTINTO O FEITO com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, intime-se o credor para prosseguimento.Após o prazo de 6 (seis) meses e nada sendo requerido pelas partes, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes e arquive-se.Sem custas e honorários.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003949-05.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Vinicius Garcia Banhos
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Mercadopago.com Representações Ltda
Despacho:
Observo que o endereço informado pelo requerente viabiliza a citação por AR e, considerando que o envio da carta precatória retornou negativo, expeça-se carta de citação para o requerido. Redesigno a audiência para o dia 15/04/2013 às 08h25min. Cite-se e intime-se o requerido nos termos do despacho de fls. 52.Intime-se o autor por sua advogada.Expeça-se o necessário. IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003950-87.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Raimundo Alves de Souza
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Requerido:José Francisco de Souza
Sentença:
Considerando que o requerente perdeu o prazo concedido em audiência para indicar o novo endereço do requerido, com fundamento no art. 53, §4° da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004044-35.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Leocário José da Purificação
Requerido:João Hilário de Almeida
Despacho:
Dê-se vista a Defensoria Pública para apresentar impugnação, conforme determinado em audiência.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004062-56.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Poli
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Decisão:
Vistos.Em apreciação ao pedido de tutela antecipada, vislumbro presentes os requisitos exigidos pelo artigo 273, caput e inciso I do CPC para antecipação dos efeitos da tutela. A verossimilhança das alegações por meio de prova inequívoca está mais do que demonstrada, uma vez que o laudo pericial apontou incapacidade temporária e total, e a impossibilidade de exercício da última atividade laboral (fls. 74/84). Assim, evidente se mostra a plausibilidade jurídica exigida pela lei. Quanto ao dano irreparável ou de difícil reparação, não há dúvidas de que a demora na implantação do benefício colocaria em risco a vida do autor, na medida em que ele depende deste benefício para sua própria subsistência, ante a notória dificuldade para desenvolver sua atividade rural em razão de sua comprovada incapacidade laboral. Destarte, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA para DETERMINAR que o requerido restabeleça imediatamente o benefício do auxílio-doença em favor do autor. Intime-se o INSS para implantação do benefício, bem como para se manifestar acerca da perícia realizada.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005048-10.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Jacir José Rodrigues Padilha
Sentença:
Recebo a emenda.Reclassifiquem os autos para Execução de Título Extrajudicial.Indefiro o pedido de penhora do bem indicado na inicial, tendo em vista que, em vários processos que tramitam nesta Vara estes bens, que foram indicados de forma genérica e sem qualquer individualização, as diligências certificam a inexistência do bem. Esclareço que tal medida destina-se a propiciar a economia aos cofres públicos, uma vez que o TJ/RO está tendo elevados custos com pagamentos de diligências. Assim, considerando a inexistência de bens passíveis de penhora do executado, já que as tentativas Renajud/Bacenjud restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a

possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo. Havendo pedido de expedição de Certidão de Crédito e de dívida por parte da exequente, desde já, defiro nos termos do Enunciado n. 75 e n. 76 do FONAJE.P.R.I.C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005295-88.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ivandro Brandani Gusmão
Advogado:Elthon Marcial Lago (RO 1489)
Executado:Weriton Michel Leite
Despacho:
Realizada consulta ao sistema Bacenjud, esta restou parcialmente frutífera, localizando ativos financeiros do executado no valor de R$ 139,32, no qual converto em penhora.A título de complementação de penhora, procedi consulta ao sistema Renajud, esta restou frutífera, localizando o veículo M. Benz, L 2638, placa NBZ 5833 em nome do executado, bem como foi procedida a cotação do veículo penhorado de acordo com a a Tabela FIPE, conforme documentos anexos a esta decisão, que devem ser juntados.Entretanto, conforme novo entendimento deste Juízo, a quantia remanescente do valor da dívida pela avaliação do bem deverá ser depositado judicialmente,que corresponde à quantia de R$ 110.424,43, não foi realizado registro de penhora sobre o veículo, por ser de valor muito acima da quantia executada nos autos.Assim, excepcionalmente, intime-se o exequente para indicar bens no prazo de 5 dias, sob pena de extinção por inexistência de bens penhoráveis.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 27 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0024400-90.2008.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Cláudio Evandro Tesch
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408), Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos e examinados.Considerando a concordância do INSS com relação ao valor exigido(fl. 121,v), expeçam-se os RPVs necessários, observando-se os cálculos de fls. 116/117.Nos autos de Ação Civil Pública promovido pelo Ministério Público em face dos ora requeridos (0005212-72.2012.8.22.0008), em que se discute, enter outras coisas, a nulidade das cláusulas que fixem honorários em percentual elevado sobre pagamentos retroativos nos contratos formulados pelos clientes e os advogados Dorislene Mendonça Cunha Ferreira e Jacir Cândido Ferreira Junior, foi proferida decisão liminar, suspendendo a exigibilidade e cobrança de honorários, de todos os contratos dos clientes dos requeridos, referentes a ações previdenciária em tramite nesta Comarca, somente do montante que ultrapasse o percentual de 30% dos valores pretéritos dos benefícios previdenciários, e quanto às parcelas vincendas, o valor equivalente a quatro parcelas vincendas, o que se aproxima de 30% de doze. Foi determinado ainda que os alvarás de levantamento de valores dos autos em que os requeridos sejam advogados de clientes de ações previdenciárias, sejam expedidos somente em nome dos beneficiários no importe de 70% do valor retroativo depositado em juízo e 30% somente em nome dos advogados requeridos, se tiverem procuração nos autos com poderes para levantamento de alvarás e receber valores.Assim, quando da liberação dos valores, determino que os alvarás sejam expedidos conforme decisão acima mencionada. I.C. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0031245-41.2008.8.22.0008
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Gasparin & Barszcz Ltda Epp (relojoaria e Ótica Precisão)
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Executado:Valdeir Rodrigues Soares
Despacho:
Vistos. A nova tentativa de penhora on-line pelo sistema Renajud restou infrutífera.Expeça-se alvará para levantamento da quantia de fls.53 em favor do exequente ou advogado. Após, intime-se o credor para manifestação quanto ao prosseguimento.I.C. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0037970-12.2009.8.22.0008
Ação:Inquérito Policial (Réu Solto)
Autor:Delegacia de Polícia Civil / EOE
Indiciado:Willderman Rodrigo da Silva Santos
Advogado:Marcelo A. O. Carvalho (RO 338-B)
Despacho:
Vistos.Observo que até o momento não foi efetuada a alteração da classe do processo, embora a denúncia tenha sido recebida às fls. 75.Assim, promova-se a devida mudança.Juntem-se os antecedentes do réu.Cumpridas as determinações acima, voltem conclusos para sentença.I.C. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003918-19.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Triângulo Comércio de Medicamentos Ltda Me
Advogado:Antonio Fraccaro (RO 1941)
Requerido:Drogacenter Farmácia Ltda - ME
Despacho:
Trata-se de cumprimento da sentença . Proceda a reclassificação dos autos.A pesquisa de ativos pelo Bacenjud restou infrutífera. Fixo honorários advocatícios para esta fase em 10% sobre o valor total da obrigação.Expeça-se mandado de penhora/avaliação/intimação e Remoção, devendo o oficial de justiça proceder a penhora de tantos bens quantos se fizerem necessários para o cumprimento da obrigação.Em caso de penhora, proceder IMEDIATAMENTE a remoção do bem, nos termos do art. 666 do CPC, depositando em mãos do credor, devendo o credor fornecer os meios para a remoção.Intime-se ainda o executado de que o prazo para a impugnação será de 15 dias a contar desta intimação (475, J § 1º do CPC).Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos. SERVE CÓPIA COMO MANDADO.Valor do Cumprimento da Sentença: R$12.760,46.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000374-86.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Lucyanne C.brandt Hitzeschky (AM 4.624), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (MT 3056), Jocieli da Silva Vargas (OAB/RO 5180)
Executado:Espigão Veiculos Comércio e Consignação Ltda, Luiz Sérgio Caldeira
Despacho:
Vistos.Procedi ao registro de restrição e penhora do veículo pelo sistema RENAJUD.Quanto à impugnação acerca da avaliação do veículo, intime-se a oficiala de justiça responsável pela diligência para manifestar-se, justificando os critérios adotados para avaliação do objeto.I.C. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000668-41.2012.8.22.0008
Ação:Monitória
Requerente:Cobra Mangueiras Ltda - ME
Advogado:Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933), Renata Cristina de Souza (OAB/RO 5026)
Requerido:Laura da Silva
Despacho:
Vistos.Trata-se de cumprimento da sentença (homologação de acordo) . Proceda a reclassificação dos autos.Fixo honorários advocatícios para esta fase em 10% sobre o valor total da obrigação.As consultas aos sistemas Renajud e Bacenjud restaram infrutíferas.Expeça-se mandado de penhora/avaliação/intimação e Remoção, devendo o oficial de justiça proceder a penhora de tantos bens quantos se fizerem necessários para o cumprimento da obrigação.Em caso de penhora, proceder IMEDIATAMENTE a remoção do bem, nos termos do art. 666 do CPC, depositando em mãos do credor, devendo o credor fornecer os meios para a remoção.Intime-se ainda o executado de que o prazo para a impugnação será de 15 dias a contar desta intimação (475, J § 1º do CPC).Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos. SERVE CÓPIA COMO MANDADO.Valor do Cumprimento da Sentença: R$1.760,00.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003548-06.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:James Carneiro Machado
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Oi S.a, 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado:Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Rochilmer Mello da Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Sentença:
JAMES CARNEIRO MACHADO ajuizou ação de conhecimento com pedido de tutela antecipada em face de OI S/A e 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, aduzindo, em síntese, que é dono da empresa J. R. MACHADO E CIA LTDA, com o nome fantasia Hotel Machado e que utiliza os serviços das requeridas para oferecer a seus clientes internet quando estão hospedados no hotel e conjuntamente, uma linha de celular e uma linha de telefone fixo, que são inclusos em um único plano de telefonia, denominado Total Light. Ocorre que a conta do autor foi bloqueada, pois as requeridas enviaram-lhe duas faturas no mesmo mês com referências a período de uso próximos. Requer indenização por danos materiais e morais.Concedida a antecipação de tutela às fls. 32/33, para restabelecimento dos serviços.Realizada audiência de conciliação, restou infrutífera por ausência de proposta (fls. 58).Contestações às fls. 67/113 e 114/144, que se tratam da mesma peça, mudando-se apenas o nome das empresas. Sem preliminares arguidas. No mérito, aduzem que a linha contratada pelo autor em 18/05/2012 é de uso residencial, que agiu em exercício regular do direito e que se trata de simples aborrecimento, não causando dano moral. O autor não apresentou réplica, pois deixou escoar o prazo fixado em audiência sem manifestação, bem como em audiência não requereu produção de novas provas.É o relatório. Decido.O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, visto que o feito trata-se de matéria de direito, sem necessidade de produção de provas em audiência, nos termos do art. 330, I do CPC.Sem preliminares arguidas.Em relação ao pedido do formulado pelo autor sobre a revelia da empresa 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, entendo que merece guarida, pois apesar de devidamente citada e intimada às fls. 57/v., não compareceu à solenidade tornando-se, portanto, revel.Assim, sendo revel a segunda requerida, recebo a contestação de fls. 114/144 como mera peça informativa.Esclareço que as alegações feitas pela primeira requerida OI S/A em audiência de que ambas as requeridas se tratavam de uma mesma empresa não merece prosperar, pois vejo que as duas empresas apresentaram contestação (fls. 67/113 e 114/144) e vejo que o CNPJ das empresas, bem como seus estatutos sociais são diversos, o que corrobora com o indeferimento do pedido. Superada a pendência, passo a análise de mérito.I ? DANO MATERIALEm relação aos danos materiais, estes necessitam de comprovação. Dividem-se em danos emergentes e lucros cessantes, de acordo com o art. 402 do CC.O dano patrimonial é aquele suscetível de avaliação pecuniária. Em outras palavras, é aquele que incide sobre interesses de natureza material ou econômica e, portanto, reflete-se no patrimônio do lesado. Podemos afirmar, então, que nos danos patrimoniais, também chamados de danos materiais, o fato danoso representa a lesão de interesses de ordem material. Todavia, o dano deve ser certo, não se justificando a reparação do dano hipotético. Os danos materiais são divididos em duas espécies: os danos emergentes e os lucros cessantes. Aliás, essa foi a posição do Código Civil de 2002 que contou com a aprovação da doutrina. Vejamos:Art. 402. Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.O dano emergente é representado pela diminuição patrimonial, seja porque se depreciou o ativo, seja porque aumentou o passivo. Em outros dizeres, o dano emergente compreende a perda ou diminuição de valores já existentes no patrimônio do lesado. Ele é de fácil constatação bastando confrontar a diferença do valor do patrimônio da vítima não fosse a ocorrência do dano.O lucro cessante, por sua vez, é a frustração da expectativa de ganho, ou seja, refere-se aos benefícios que o lesado deixou de obter em consequência da lesão, isto é, ao acréscimo patrimonial frustrado. Podemos dizer, portanto, que o lucro cessante pressupõe que o lesado tinha no momento da lesão a titularidade de uma situação jurídica que, mantendo-se, lhe daria direito a um ganho. Sérgio Cavalieri Filho explica com clareza: ?consiste, portanto, o lucro cessante na perda do ganho esperável, na frustração da expectativa de lucro, na diminuição potencial do patrimônio da

vítima?.É preciso alertar, entretanto, o cuidado do juiz no momento de caracterizar o citado dano. Não se pode confundir lucro cessante com lucro imaginário, simplesmente hipotético, odioso para o direito.Com efeito, trata-se de um juízo de probabilidade objetiva e não de mera possibilidade, isto é, é necessário que do curso normal das coisas e circunstâncias do caso concreto o ofendido provavelmente teria um ganho não fosse o dano causado. Dessa forma, se vê desde logo, a necessidade de levar em conta não somente o desfalque, mas aquilo que não entrou ou não entrará para esse patrimônio, em virtude de certo fato danoso. Vejo que pelos documentos apresentados pelo autor, nada foi comprovado em relação aos danos materiais sofridos, mas tão somente comprovou que as faturas tinham sido cobradas em duplicidade, fato este que deu base e plausibilidade para o deferimento da antecipação de tutela.No entanto, o ganho esperado pelo autor não restou comprovado nos autos, pois, como citado acima, trata-se neste caso de dano hipotético, vez que não foi demonstrado pelo autor em quais casos deixou de lucrar pelo bloqueio dos serviços das requeridas.Assim, neste ponto, o pleito do requerente não merece acolhimento. De acordo com a regras esculpida no art. 333 do Código de Processo Civil, cumpre ao autor a prova dos fatos constitutivos do seu direito. Ocorre que o autor não produziu provas hábeis a comprovar que o exercício da atividade remunerada foi reduzido durante o período de bloqueio dos serviços prestados, tampouco o real período de bloqueio dos serviços.Poderia o autor ter apresentado aos autos os faturamentos mensais de seu estabelecimento comercial anteriores ao bloqueio, com a finalidade de comprovar que os lucros obtidos eram mais elevados do que o período em que a internet e o telefone nção estavam disponíveis a seus hóspedes. Ressalto que o dano material, neste caso, poderia, e deveria, ser comprovado unicamente por documentos, pois sendo o autor proprietário do hotel tem acesso aos lucros que recebe por mês, sendo que, caso tivesse sido oportunizada a chance de produzir provas testemunhais para este fim, seriam em vão.Por derradeiro, insta salientar que o autor sequer apresentou réplica, perdeu o prazo fixado em audiência para apresentar a peça que, nesta oportunidade e diante das alegações das requeridas, poderia especificar as provas que achava necessário produzir.Assim, improcede o pedido de danos materiais.II ? DOS DANOS MORAISNo que se refere ao dano moral, improcede o pedido.Isso porque, em que pese evidenciada a falha da requerida na prestação do serviço, tal fato não é hábil a ensejar o dano moral indenizável, pois que não comprovada qualquer violência a direito da personalidade do autor, sequer o abalo de crédito. Restou caracterizada, a hipótese dos autos, como simples descumprimento contratual e mero dissabor, incapaz de ensejar indenização na esfera moral.Para que a falha na prestação do serviço gere indenização por danos morais, faz-se necessária uma situação de excepcionalidade, em que presentes sentimentos como a dor, o vexame, a humilhação, os quais não estão verificados no caso concreto.Esclareço, por fim, que apenas deve ser reparado aquele dano que causa sofrimento ou humilhação com interferência no comportamento psicológico do indivíduo, o que não se verifica na hipótese, uma vez que, apesar das faturas terem sido enviadas em duplicidade, não houve negativação, tampouco publicidade desta cobrança. Não houve nenhum fato extraordinário à cobrança. Não se há falar em danos morais pelo tão só fato de cobrar uma pretensão extrajudicialmente. Ainda que se considere que os fatos relatados na inicial ocasionaram dissabores ao autor, não se verifica o dever de indenizar, pois não pode o ressarcimento pelo abalo emocional e a humilhação serem banalizados.,Ante o exposto e por tudo que consta nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, determinando as requeridas que restabeleçam definitivamente os serviços contratados pelo autor, bem como torno definitiva a antecipação de tutela deferida às fls. 32/33. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de danos morais e materiais, bem como JULGO EXTINTO o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC.Indefiro o pedido de condenação de custas e honorários a serem arcados pelas requeridas, pois incabíveis no Juizado Especial Cível (art. 55 da Lei 9.099/95).Sem custas e honorários.Intimem-se as partes da presente decisão por seus advogados e após o trânsito em julgado nada sendo requerido, arquive-se.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001513-73.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Amarildo da Silva
Advogado:Humberto Alencar Dickel de Souza (RO 1678)
Executado:Ginaldo Soares da Silva
Sentença:
GINALDO SOARES DA SILVA, já qualificado nos autos apôs embargos à execução em audiência (fl. 24) em face de AMARILDO DA SILVA, aduzindo que as notas promissórias que instruem a inicial foram todas pagas. Alega que comprou em sociedade com o embargado um caminhão na proporção de 50% para cada parte no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Que após a realização do negócio, o embargante comprou a cota parte do embargado por R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), pagos da seguinte forma: R$ 10.000,00 (dez mil reais) e mais as notas promissórias que instruem a inicial da ação de execução.Ocorre que supostamente após a realização do negócio e assinatura do contrato de fl. 27/28, tomou conhecimento que o valor original do caminhão adquirido por ambas as partes era de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e deixou de pagar as promissórias ora executadas, pois já havia pago o valor total do caminhão.O embargado apresentou impugnação aos embargos também em audiência (fl. 25), aduzindo que as notas promissórias encontram guarida no contrato de compra e venda que foi juntado pelo embargado e realizado entre as partes de forma livre e consciente e que não está em discussão o valor inicial pago pelo caminhão, mas sim as notas promissórias que instruem a execução.Realizada audiência de instrução e julgamento (fls. 38/42), foram ouvidas 4 testemunhas.O embargado apresentou alegações finais remissivas e o embargante oralmente (fls. 38)É o relatório. Decido.Sem preliminares arguidas, passo a análise de mérito. Primeiramente, ressalta-se que pela audiência de instrução e julgamento, que foi ouvida a testemunha Jorceli José Miranda, bem como colhidos os depoimentos pessoais das partes, as informações contidas nos autos são suficientes para o convecimento deste juiz.Para o julgamento deste caso, devem ser analisados: a) o valor pago pelo caminhão no primeiro contrato realizado entre o embargado e a testemunha Jorceli José Miranda e se este caminhão foi comprado em sociedade; b) se o valor executado nos autos foram quitados pelo embargante ao embargado.a) DO VALOR PAGO PELO CAMINHÃOVejo que o embargado em seu depoimento pessoal afirmou que adquiriu o caminhão de Jorceli sozinho e sem

participação nenhuma do embargante:“Eu paguei no caminhão aproximadamente R$33.000,00, sendo que eu dei um carro e mais uns quatro ou seis mil reais em dinheiro. Eu comprei o caminhão do Jorceli. Esse caminhão era só meu. Depois eu vendi a metade para Ginaldo, por R$20.000,00. Antes de vender a metade para o Ginaldo eu fiz benfeitorias, pois eu tive que fazer reparos no motor.”Pelo depoimento do Sr. Jorceli José Miranda, proprietário anterior do veículo foram prestadas as seguintes informações:“Eu conheço as partes, mas só fiz negócio com o Amarildo. Eu vendi um caminhão para ele e ele me pagou com um veículo Saveiro e R$7.000,00 em dinheiro. O valor total da venda do caminhão foi de R$32.000,00, tendo a Saveiro entrado por R$25.000,00. Não tenho conhecimento se Amarildo e Ginaldo estavam comprando o caminhão juntos, pois eu só tratei com Amarildo e ele nunca comentou comigo que tinha um sócio na compra” (…) “Amarildo me falou que depois que comprou o caminhão teve que fazer reparos no motor. Desde que eu conheço o Amarildo ele faz negócios de compra e venda de veículos e imóveis”.Assim, analisando-se o depoimento prestado pelo embargado, juntamente com o depoimento da testemunha Jorceli José Miranda, acima transcrito, vejo que o veículo foi vendido pelo valor de R$ 32.000,00, sendo assim, cada parte deveria arcar com R$ 16.000,00. No entanto, como bem esclarecido pelo vendedor do caminhão ao embargado, observo que foi pago o veículo no valor de R$ 25.000,00 com um carro Saveiro e mais R$ 7.000,00 em dinheiro e que em momento nenhum foi mencionado a existência de um sócio, sendo assim, demonstrado que o Sr. Amarildo, em negócio firmado com Jorceli, tanto adquiriu como quitou o caminhão sozinho.b) DO VALOR QUITADO PELO EMBARGANTENão restam dúvidas a respeito de que o valor de R$ 20.000,00 referente a aquisição de metade do veículo pelo embargante não foram quitados, fato este que foi comprovado até mesmo pelo embargado com a apresentação do contrato de fls. 27/28 e não colocado em discussão.A questão cinge-se a respeito do valor de R$ 24.000,00 representado pela nota promissória de fls. 46 e as notas de fls. 07/10. O valor de R$ 10.000,00 representado pela nota de fls. 46 está devidamente quitado, pois o próprio embargante é portador desta, o que afirma que este valor foi quitado. Em relação as notas que instruem a inicial, vejo que não foram pagas, pois se o caminhão não foi comprado em sociedade pelas partes, conforme já analisado acima, não há que se falar em quitação das notas.Em relação a nota de fls. 11, no valor de R$ 590,00, fato não embargado pelo executado, pode prosseguir em execução assim como as demais.Desta forma, após analisar as situações pormenorizadamente, verifico que na realidade o embargante alega fato que não conseguiu provar. Não demonstrou por nenhum documento ou testemunha que a tese da inicial de embargos tenha respaldo fático. Não há prova de que as notas que instruem a inicial foram pagas devido a aquisição do veículo em sociedade. Por sua vez, o embargado logrou êxito em comprovar que adquiriu o caminhão em negociação autônoma, independente dos fatos discutidos nos embargos, pois a testemunha e anterior proprietário do veículo comprovou que o pagamento foi efetuado exclusivamente pelo embargado.O embargante limitou-se a expressar alegações, sem nada comprovar. Aliás o embargante sequer impugnou os documentos trazidos em audiência (contrato de fls. 27/28). Desta forma, não estando demonstrados os fatos alegados pelo embargante, não vejo como vingar os embargos propostos. DISPOSITIVOAnte o exposto, e por tudo o mais que dos autos constam, JULGO IMPROCEDENTES os Embargos formulados por GINALDO SOARES DA SILVA em desfavor de AMARILDO DA SILVA.Intimem-se as partes da presente decisão e prossiga a execução regularmente, de acordo com o valor executado inicialmente. P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0035723-58.2009.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manoel Rodrigues do Nascimento
Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Ernesto Borges Filho (OAB/MS 379), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
Despacho:
Vistos.O feito se arrasta por anos, em razão de pendências de realização de perícia.O autor pretende a condenação do requerido no pagamento de indenização do seguro obrigatório, aduzindo que sofreu um acidente em 08 de outubro de 2008, em decorrência do qual ficou incapacitado definitivamente para o trabalho. Aduz que o acidente lhe deixou sequelas graves na visão, audição e de ambulação. Foi realizada perícia com médico ortopédico, que concluiu que os achados do exame pericial ortopédico são lesões degenerativas relacionadas à idade e atividade braçal preexistente ao acidente (fl.183).O autor insistiu na realização de perícia com médicos de outras especialidades (fls. 184). Ocorre que só há atendimento para as especialidades médicas de oftalmologia e neurologia em Porto Velho, e o autor alega que não tem condições de deslocar-se até esta cidade, por não ter como arcar com os custos financeiros (fl.203). Pretende o autor, que as despesas sejam custeadas pelo Município. Pois bem.Infelizmente, nosso sistema judiciário não possui estrutura para realização das perícias médicas que se fizerem necessárias no curso dos processos. Diante disso, contamos com a colaboração do Sistema Público de Saúde, para que através de seus médicos possam atender as nossas necessidades. Não obstante, é compreensível a dificuldade encontrada para agendamento de perícias, sobretudo nas áreas médicas específicas, já que os órgãos de saúde são sobrecarregados de inúmeras outras obrigações. Entendo que não é obrigação nem do Município nem do Estado arcas com as despesas de descolamento do autor, já que, afinal de contas, não se trata de paciente buscando um tratamento de saúde, mas sim de pessoa almejando uma indenização em um processo. Assim, como o autor já declarou inúmeras vezes que não tem condições de deslocar-se para realização das perícias, e imagino que também não tenha como arcas com 50% por cento das despesas de uma perícia particular, e ainda, considerando a inexistência de profissionais médicas nas especialidades exigidas pelo autor neste região, determino que a perícia seja realizada por médico clínico geral, que atenda na Unidade de Saúde deste município.Oficie-se à Secretária Municipal de Saúde para indicar a data para perícia, bem como o médico que a realizará.Nos termos do art, 433 do CPC, fixo o prazo de trinta (30) dias para apresentação do laudo pericial, contados a partir da intimação do perito.Como quesito do Juízo, o Senhor experto deverá responder se o acidente de veículo causou ao requerente alguma incapacidade, e caso positiva, se está é total e parcial, devendo indicar ainda o órgão ou membro acometido da incapacidade. Caso seja parcial, deve o perito esclarecer qual é o grau da incapacidade. Os

quesitos do requerido encontram-se às fls. 67/68 e do autor às fls. 35.I.C.Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003165-96.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Loanda Produtos Minerais e Adubos Ltda Me
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Banco Industrial e Comercial S.a. Bic Banco, União e Refinaria Nacional de Sal Ltda
Advogado:Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB/SP 188846), Charles Bacan Junior (2823/A), Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos (OAB/RN 3917)
Decisão:
Vistos. Proferida sentença às fls. 148/149, a parte requerida BICBANCO e a parte autora opuseram embargos declaratórios. Em suas razões (fls. 148/149) a requerida BICBANCO alega que não se quedou inerte quanto aos termos da demanda, como certificado na sentença, uma vez que apresentou contestação. Assim, aduz a ocorrência de contradição, pugnando para que seja esclarecido o vício para constar na sentença proferida a apresentação de contestação por parte do BICBANCO. O recurso é tempestivo, na forma do artigo 536, do CPC. Assim, presentes os pressupostos, conheço dos embargos. Da simples leitura das razões dos embargos constata-se que o que se pretende é a reforma da decisão quanto aos pontos levantados, e não sua declaração. De toda forma, inexiste a contradição apontada pelo embargante, já que de fato não há contestação de sua parte juntada nos autos. A cópia apresentada pelo embargante está ilegível, e não permite identificar se o protocolo foi realizado corretamento. Cabe à parte garantir que a petição chegue corretamente aos autos, e quando a apresentação é feita através de protocolo integrado, é sua obrigação encaminhar aos autos o comprovante do envio. Assim, rejeito os embargos opostos pelo requerido.Já a requerente aponta que a decisão foi obscura, ao deixar de mencionar se a condenação em custa processuais e honorários advocatícios são de forma solidária ou dividida em partes iguais pelos sucumbentes (fls. 150/151). Os embargos são tempestivos, e merecem acolhimento, uma vez que a decisão realmente foi omissa no que toca aos honorários e custas. Desta forma, acolho, neste ponto, os embargos de declarações para aclarar omissão, fazendo constar na decisão de fls. 141/147, que as custas deverão ser supontadas pelos requeridos de forma pro rata, ou seja, divididas em partes iguais, e os honorários de sucumbência de forma solidária. Intimem-se. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0015640-89.2007.8.22.0008
Ação:Ação monitória
Requerente:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Requerido:Indústria e Comércio de Madeiras Pavão Ltda, Francisca Maria de Souza Henket, Wilson Henket, Adriano Mayer, Leizete Bruno
Advogado:Advogado não Informado (00000), Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374), Advogado não Informado (00000)
Despacho:
Vistos,etc...Determino a realização de prova pericial. 1- Para a produção da prova técnica nomeio como perito o contador Fábio Diogo Kolas, Registro Profissional no CRC-RO n. 006535-04, com endereço profissional na Rua Rio de Janeiro, 2607, centro, nesta cidade, Exact Escritório Contábil Ltda, tel. para contato (69) 3481-2653) que deverá ser intimado para prestar compromisso apresentando diploma(s) da qualificação técnica para ser juntado nos autos, caso aceite o encargo, e oferecer proposta de honorários.2- Os honorários periciais deverão ser custeados pela parte que requereu a perícia. 3- Aceito o encargo, intime-se as partes para manifestarem-se sobre os honorários periciais, no prazo de 10 (dez) dias, e em caso de aceitação, deverá a parte requerida depositar em juízo o valor dos honorários.3- Efetuado o depósito, faculto às partes a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico no prazo de comum de cinco (5) dias.4- Após a oportunidade de apresentação de quesitos, intime-se o perito para iniciar os trabalhos, autorizando-lhe o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) do valor dos honorários, cientificando as partes, devendo apresentar laudo conclusivo no prazo de trinta (30) dias.5- O perito deverá avaliar os documentos apresentados e apresentar um relatório que permita ao juízo conhecer a evolução da dívida, notadamente os juros e taxas aplicados pelo banco, mormente se correspondem aos índices contratuais, e se o valor final apurado no cálculos apresentados pelo requerido (fls. 223/224) conferem com os índices apontados no contrato, apurando, por fim, qual o real saldo devido pelos requeridos ao requerente. 5- Com a entrega do laudo, autorizo ao perito, o levantamento do restante do valor dos honorários periciais.6- Intimem-se.Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001131-80.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Nerilde Golfe da Cruz
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Decisão:
Vistos.A proposta oferecida pelo INSS não foi aceita pela parte autora. Em apreciação ao pedido de tutela antecipada, vislumbro presentes os requisitos exigidos pelo artigo 273, caput e inciso I do CPC para antecipação dos efeitos da tutela. A verossimilhança das alegações por meio de prova inequívoca está mais do que demonstrada, uma vez que o lauo pericial apontou incapacidade permanente e parcial, e a impossibilidade de exercício da última atividade laboral (fls. 90). A condição de segurada também encontra-se demonstrada, até porque o benefício já foi anteriormente concedido à autora. Assim, evidente se mostra a plausibilidade jurídica exigida pela lei. Quanto ao dano irreparável ou de difícil reparação, não há dúvidas de que a demora na implantação do benefício colocaria em risco a vida do autor, na medida em que ele depende deste benefício para sua própria subsistência, ante a notória dificuldade para desenvolver sua atividade rural em razão de sua comprovada incapacidade laboral. Destarte, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA para DETERMINAR que o requerido restabeleça imediatamente o benefício do auxílio-doença em favor da autora.Intime-se o INSS para implantação do benefício.Em prosseguimento ao feito, intimem-se as partes para que especifiquem outras provas que pretendem produzir, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002799-86.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Geraldo Luiz Tonine
Advogado:Cesar Augusto Vieira (OAB/RO 3229)
Despacho:
Vistos.Cadastre-se o advogado subscritor da petição de fls. 57/60 no feito, caso tal providência ainda não tenha sido tomada.Após, intime-o para apresentar resposta à acusação, sob pena de aplicação de multa por abandono de causa. Intime-se ainda a trazer aos autos instrumento procuratório.I.C. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005270-75.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gerusa Amorim
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos, etc..Recebo a emenda de fls. 40/50.Retifique-se o nome da autora, conforme fls.40.Tratando-se de mero erro material, mantenho a decisão de fls. 38/39, apenas alterando a data da perícia, que deverá realizar-se no dia 26 de janeiro de 2013, às 10h, e não no dia 19.01.13, uma vez que a proximadade desta última data impede a expedição dos documentos necessáiros.No mais, cumpram-se as determinações de fls. 38/39.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0014188-78.2006.8.22.0008
Ação:Cobrança (Rito ordinário)
Requerente:Wanderlei Wuth
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado não Informado (00000), Henry Anderson Corso Henrique (RO 922)
Despacho:
Vistos.Intime-se a parte requerente para manifestar-se quanto à extinção do feito.I.C. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002275-26.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Augusta Seibert, Nair Seibert de Almeida, Jonas Seibert, Espólio de Paulo Seibert, David Seibert, Pedro Seibert, Neuza Seibert, Mareuza Seibert, Marlene Seibert Silva
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (OAB/RO 660), Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Eucatur - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda
Advogado:Gilberto Piselo do Nascimento (RO 78-B), Edson Ferreira do Nascimento (RO 296-B), Jane Regiane Ramos Nascimento (RO 813), Luciana Nogarol Pogatto (OABRO 4198)
Despacho:
Vistos.Intime-se a parte requerente para manifestar-se quanto à petição de fls. 139/140, no prazo de 05 dias.Após, voltem conclusos.I.C. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003619-42.2011.8.22.0008
Ação:Inventário
Inventariante:Edmundo Santos Souza, Edna Martins de Oliveira Souza, Elenildes de Souza Santos, Abel Matias dos Santos
Advogado:Geraldo Eldes de Oliveira (RO 1105)
Inventariado:Espólio de Jorge Manoel de Souza
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Despacho:
Vistos Autorizo a venda pelo inventariante de 10 semoventes que compõem o espólio, a fim de pagamentos dos impostos, sendo que o inventariante deverá comprovar o pagamento do tributo, no prazo de 20 dias após a alienação dos bens. Expeça-se o competente alvará. Após, ao contador para o cálculo das custas.I.C. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004049-91.2011.8.22.0008
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Centermaq Peças Para Trator Ltda Me
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Zaqueu de Oliveira
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Despacho:
Vistos.Aguarde-se o resultado do agravo de instrumento interposto.I.C. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000802-68.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Eva Maria Costa dos Santos
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959)
Requerido:Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste-RO
Despacho:
Vistos.Intimem-se às partes para se manifestarem acerca do laudo médico juntado às fls. 37, bem como dizer se ainda há algo a requerer a título de provas. Em sequência, nada mais sendo requerido pelas partes, intimem-se para alegações finais. I.C. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001372-54.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. F. S. A. C. I.
Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido:G. G. de S.
Despacho:
Vistos etc.O presente feito encontra-se paralisado, aguardando manifestação da parte autora para prosseguimento.O N. Procurador desta, foi regularmente intimado, porém, deixou o prazo escoar sem se manifestar.Desta forma, determino a intimação pessoal do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento. Int.Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002059-31.2012.8.22.0008
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Bradesco Leasing Sa Arrendamento Mercantil
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido:A. S. Ferreira Construções Ltda Me

Despacho:
Vistos. Intime-se o autor para no prazo de 10 dias se manifestar sobre o documento juntado pelo requerido às fls. 156.Em sequência, concedo também 10 dias para que o requerido se manifeste sobre os documentos apresentados pelo autor às fls. 157/208.Os prazos correrão de forma sucessiva, primeiro ao autor, depois ao réu.I.C. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002497-57.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. B. F. S.
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido:A. dos S. M.
Despacho:
1. Documentalmente comprovados o contrato e a mora, defiro a busca e apreensão. Proceda-se desde que a parte compareça e forneça os meios e depositário.2. Efetivada essa liminar, cite-se o requerido para em 15 (quinze) dias, haja visto a alteração dada ao § 3º, do Dec. 911, pela Lei 10.931 de 02.08.2004, querendo a parte, contestar (apresentar resposta);3. Sendo facultado ainda, segundo o parágrafo 2º, no prazo de 05 dias, o devedor pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores já apresentados na inicial, para ter-lhe o bem restituído livre do ônus. Intime-se. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004328-43.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. B. F. S.
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (RO 1894)
Requerido:R. A. B.
Decisão:
1. Documentalmente comprovados o contrato e a mora, defiro a busca e apreensão. Proceda-se desde que a parte compareça e forneça os meios e depositário.2. Efetivada essa liminar, cite-se o requerido para em 15 (quinze) dias, haja visto a alteração dada ao § 3º, do Dec. 911, pela Lei 10.931 de 02.08.2004, querendo a parte, contestar (apresentar resposta);3. Sendo facultado ainda, segundo o parágrafo 2º, no prazo de 05 dias, o devedor pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores já apresentados na inicial, para ter-lhe o bem restituído livre do ônus. Intime-se. Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004909-58.2012.8.22.0008
Ação:Inventário
Inventariante:Iracema Miller, Florentina Miller Salvador, Marilucia Miller Gabrecht, Elzira Muller, Isaura Muller de Oliveira, Irany Muller, Altamiro Miller, Cássia Pereira Muller
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Inventariado:Augusto Miller
Despacho:
Vistos.Recebo a emenda de fls. 55/56.Inclua-se a herdeira mencionado no feito.Defiro a avaliação judicial do bem inventariado. Expeça-se o necessário.Com a vinda da avaliação, cumpram-se as determinações no penúltimo parágrafo de fls.46.I.C.Espigão do Oeste-RO, sábado, 29 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0015340-59.2009.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Infrator:Severina Oliveira Bento Santos, Reginaldo Costa Fernandes
Advogado:Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412), Alexandre Leandro da Silva Souza (OAB/RO 4260), Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412), Alexandre Leandro da Silva Souza (OAB/RO 4260)
Despacho:
Vistos.O réu Reginaldo Costa Fernandes foi beneficiado com a suspensão condicional do processo, submetendo-se às condições impostas às fls. 196, dentre as quais e de prestação de serviços à comunidade, pelo período de 03 meses.Não obstante, às fls. 229, o agente aduz que está com dificuldades de cumprir a prestação de serviços à comunidade no local designado, pugnando pela indicação de novo local para o cumprimento da medida, durante o período noturno, ou pela conversão da PSC por prestação pecuniária. O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido e pelo prosseguimento do feito com relação ao réu Reginaldo.Pois bem.Entendo não ser o caso de revogação da suspensão condicional, já que o as demais condições estão sendo cumpridas pelo réu, e este apresentou justificativa para o descumprimento da PSC. Assim, deve-se conceder ao réu nova oportunidade para o cumprimento da condição, e em caso de inércia do agente, proceder a revogação do benefício. Entretanto, também não é o caso de deferir o pedido formulado pelo denunciado, consistente na substituição do local de cumprimento da pena ou na conversão em pena pecuniária.A conversão da PSC em pena pecuniária não há como ser atendida, já que a condição imposta pelo MP para a suspensão do processo era exatamente a pena de prestação de serviço (fl.187), a qual foi aceita pelo infrator. Também não merece acolhimento o pedido de substituição do local de cumprimento da medida. O réu alega que o único horário disponível para o cumprimento da prestação de serviço a comunidade seria durante o período noturno. Ocorre que das instituições que recebem reeducandos em nosso município, nenhuma oferece serviço noturno.Além disso, o Asilo São Vicente de Paula possui funcionamento normal aos finais de semana, o que significa que o réu pode perfeitamente prestar sua medida sem interferir no seu trabalho. Assim, indefiro o pedido de fls. 229. Intime-se o reeducando Reginaldo Costa Fernandes, para no prazo de 48 h dar continuidade ao cumprimento da prestação de serviços à comunidade no local já designado, sob pena de revogação da suspensão condicional do processo. Aguarde-se o prazo de 15 dias, e oficie-se à instituição, solicitando informações quanto ao cumprimento da medida pelo réu.Quanto a ré Severina Oliveira, o MP sustentou o não preenchimento dos requisitos objetivos exigidos pelo art. 89 da Lei 9.099/95, alegando que ela estava sendo processada em outros autos quando do oferecimento da denúncia. Ocorre que em análise à certidão de fls. 219/220, verifiquei que três dos processo ali constantes referem-se a cartas precatórias originadas deste feito, e o outro foi extinto em 26.06.2008, tendo a denúncia sido rejeitada ante a falta de condição exigida pela lei para o exercício da ação penal. Assim, considerando que a suspensão condicional do processo é um direito subjetivo do réu, e para evitar futura arguição de nulidade, determino nova vista dos autos ao MP, para reanalise da questão, e em caso de manutenção da ausência de posposta,

apresentar justificativa.SERVE CÓPIA COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO AO RÉU REGINALDO COSTA FERNANDES, residente na Travessa Lago Azul, 3566/ fundos.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004317-82.2010.8.22.0008
Ação:Prestação de Contas - Exigidas
Requerente:Keilane Klemenz Pires
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/PR 55483)
Requerido:Banco Itaucard Sa
Advogado:Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Despacho:
Vistos.Trata-se de Ação de Prestação de contas promovida por Keilane Klemensz Pires em face de Banco Itaucard SA.Encerrada a primeira fase, o réu apresentou às contas exigidas às fls. 91/95, e o contrato às fls. 96/98,v.A parte autora impugnou as constas apresentadas, arguindo a ilegitimidade de capitalização mensal de juros. Atesta que não há comprovação de que tomou prévia ciência das condições impostas pelo contrato de utilização de cartão de crédito. Requer a realização de prova pericial, a ser custeada pelo banco réu. Pugna ainda pela inversão do ônus probatório (fls. 110/111). Intimado a se manifestar, o requerido alega que a prestação de contas apresentada discrimina corretamente as taxas de juros cobradas, e que a capitalização de juros é decorrente da total falta de pagamento da dívida por parte da autora. Requer seja acolhida a prestação de contas apresentada (fls.114/115). Relatados. Decido.A irresignação da parte autora quanto a incidência de capitalização mensal de juros não merece acolhimento. O Tribunal de Justiça de Rondônia e o Superior Tribunal de Justiça vêm adotando o posicionamento de que a Medida Provisória 2.170-36 possibilita a livre capitalização mensal dos juros nos contratos celebrados a partir de 31/3/2000, uma vez que o artigo 5º, caput, da citada norma estabelece que, “nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano”. Nesse sentido:Contrato de cartão de crédito. Alegação de juros exorbitantes. Inexistência. capitalização Mensal de juros. Inexistindo ilicitudes ou eventos imprevisíveis incidentes na contratação, impõe-se a manutenção dos termos do contrato.É admissível a cobrança de juros remuneratórios acima de 12% ao ano, não estando as instituições financeiras limitadas constitucionalmente.Admite-se a capitalização mensal de juros somente nos contratos firmados em data posterior à entrada em vigor da MP n. 1.963-17/2000, reeditada sob o n. 2.170-36/2001, excetuando-se os contrato foi firmados antes da data de entrada em vigor da referida Medida Provisória.(TJ-RO. 0281108-03.2008.8.22.0001 Apelação. 2ª Câmara Cível. Relator : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia. J. 16.03.2011). AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO. CLÁUSULA-MANDATO. LEGALIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. ADMISSIBILIDADE. MP 1.963-17/2000. RECURSO DESPROVIDO.1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional nos embargos de declaração, se o Tribunal de origem enfrenta a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que sucintamente. A motivação contrária ao interesse da parte não se traduz em maltrato ao art. 535 do CPC.3. Este Tribunal Superior prega ser lícita a cláusula-mandato nos contratos de cartão de crédito, pois permite à administradora buscar recursos no mercado para financiar as despesas não cobertas no vencimento pelo cliente. Como não há, na hipótese, o exclusivo interesse da fornecedora, revela-se inaplicável a Súmula 60 do STJ.4. “As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura” (Súmula 283/STJ).5. Consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, é possível a cobrança da capitalização mensal de juros, desde que pactuada, nos contratos bancários celebrados após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000 (MP n.2.170-36/2001).6. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no REsp 860.382/RJ, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2010, DJe 17/11/2010).Assim, de acordo com entendimentos acima sedimentados, não há ilegitimidade na capitalização de juros em periodicidade inferior a 1 ano, desde que pactuadas entre as partes. No caso dos autos, há expressa autorização para cobrança de juros capitalizados, a teor da cláusula nona, que menciona os encargos decorrentes das operações de crédito.A alegação da parte autora, de que trata-se de cláusula geral, não prospera, já que ao aderir os serviços oferecidos pelo requerido, a parte autora concordou com os termos do contrato. Outrossim, no estrito âmbito de cognição da ação de prestação de contas, não se admite discussão acerca da abusividade ou ilegalidade de cláusula contratual, sob pena de ampliação de tal âmbito e desvirtuação do procedimento especial a que se encontra sujeito. Tais matérias devem ser discutidas em ações específicas, que visem a declaração de nulidade de cláusula contratual ou a revisão do contrato. Assim, entendo pela legitimidade da incidência da capitalização mensal de encargos moratórios. Com relação às contas apresentadas pelo requerido, verifico que a atualização foi efetuada apenas até 12.01.200, e o valor foi inferior às propostas de negociação de dívida juntadas na inicial (fls. 09/12) . Além disso, não há menção aos pagamentos alegados pela parte autora (fls. 13). Assim, determino que o requerido complemente os cálculos, apresentando o valor atualizado até a apresneta data, e com o devido abatimento de valores quitados pela autora. Por ora, deixo de designar prova pericial. Com a complementação das contas, intime-se a autora para manifestar-se, e apresentar planilha de cálculo do valor que entende correto.I.C. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002319-11.2012.8.22.0008
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Leda Cristina de Melo, Sônia Adriana de Melo, Delma Márcia de Melo
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Requerido:Juízo de Direito Vara Cível da Com. de Espigão do Oeste

Despacho:
Vistos.Expeça-se novo ofício à Caixa Econômica Federal, solicitando informações sobre a existência de valores em nome do falecido JOSÉ NUNES DE MELO (CPF 111.434.441-91), depositadas em eventauis contas correntes ou poupança, encaminhando ainda extrato bancário. Oficie-se também o INSS, solicitando o encaminhamento de certidão de dependentes de JOSÉ NUNES DE MELO habilitados perante a previdência social.As respostas deverão ser encaminhadas a este juízo em 10 dias.Expeça-se o necessário.SERVE CÓPIA COMO OFÍCIO.I.C.Espigão do Oeste-RO, domingo, 30 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002363-30.2012.8.22.0008
Ação:Inventário
Inventariante:Fidelsino Batista Leal
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Inventariado:Espólio de Laurinda de Souza Leal
Despacho:
Vistos etc.O presente feito encontra-se paralisado, aguardando manifestação da parte autora para prosseguimento.O N. Procurador desta, foi regularmente intimado, porém, deixou o prazo escoar sem se manifestar.Desta forma, determino a intimação pessoal do inventariante para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.Int.SERVE CÓPIA COMO MANDADO/CARTA DE INTIMAÇÃO.Espigão do Oeste-RO, domingo, 30 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003025-28.2011.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal
Vítima do fato:Ministério Público do Estado de Rondônia, Pâmela Cristina Stafanini Espindola da Silva
Advogado:Promotor de Justiça (RO 00), Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Denunciado:Deuzilaine Lima Pinheiro
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Despacho:
Vistos.Analisando os autos, verifico que não foi oportunizada à denunciada proposta de suspensão condicional do processo.A ré não sustenta antecedentes e nem responde a outros processos, de forma que tem direito ao benefício.Designo audiência para fins de proposta de suspensão processual (art. 89 da Lei 9099/95) para o dia 15 de fevereiro de 2013, às 16horas.Intime-se a acusada, servindo esta decisão como mandado. Cientifiquem-se o Ministério Público e a defesa. Outrossim, oficie-se a Unidade Mista de Saúde deste município, solicitando informações de eventual atendimento à Deuzilaine Lima Pinheiro no dia 21 de julho de 2011, ou nos dias seguintes. Caso realmente haja registro de atendimento nas datas mencionadas, requisite-se cópia da ficha de atendimento, e todos os documentos a ele relacionados. Oficie-se em caráter de URGÊNCIA, a fim de que a resposta já se encontre nos autos na solenidade designada. Expeça-se o necessário. I.C.SERVE CÓPIA DESTE DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E OFÍCIO.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 31 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002826-06.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Derli Dubke
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:Noemia Maria Barbosa
Sentença:
Considerando que foram realizadas consultas aos sistemas Bacenjud e Renajud e ambas restaram infrutíferas e o exequente, quando lhe foi oportunizado (fls. 51), não indicou bens passíveis de penhora na inicial, ante a inexistência de bens passíveis, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo. Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000579-18.2012.8.22.0008
Ação:Monitória
Requerente:Roda Criança Ind. & Com. de Confecções Ltda-ME
Advogado:Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933), Renata Cristina de Souza (OAB/RO 5026)
Requerido:Lucinéia Wruck
Despacho:
Defiro o desarquivamento. Prossiga em execução. Proceda a reclassificação dos autos.Procedi pesquisas ao sistema Bacenjud e Renajud que restaram infrutíferas, desta forma, expeça-se mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantir à execução. Devendo os bens eventualmente penhorados serem entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, e só na impossibilidade fundada a qual deve ser certificada pelo oficial, poderá ser depositado com o devedor.Efetivada a penhora, intime-se a executada pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, por mandado ou pelo correio, para, querendo, no prazo de quinze dias, oferecer impugnação. Após, diga o credor. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE EXECUÇÃO. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000602-61.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Zezina Possimoser Matos - Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Sentença:
Indefiro o pedido de penhora do bem indicado às fls. 18 tendo em vista que, em vários processos que tramitam nesta Vara estes bens, que foram indicados de forma genérica e sem qualquer individualização, as diligências certificam a inexistência do bem. Esclareço que tal medida destina-se a propiciar a economia aos cofres públicos, uma vez que o TJ/RO está tendo elevados custos com pagamentos de diligências. Assim, considerando a inexistência de bens passíveis de penhora do executado, já que as tentativas Renajud/Bacenjud restaram infrutíferas, com fundamento no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em consequência,

os necessários levantamentos.Ressalvo a possibilidade do exequente requerer o desarquivamento dos autos em até 1 (um) ano, desde que localize bens que possam garantir o seu crédito, vedada a indicação de bens genéricos e sem prejuízo do indeferimento do pedido por este Juízo.Havendo pedido de expedição de Certidão de Crédito e de dívida por parte da exequente, desde já, defiro nos termos do Enunciado n. 75 e n. 76 do FONAJE.P.R.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001578-68.2012.8.22.0008
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Exequente:Paulo Luiz Guzzon
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Beluz Gonçalves de Freitas Neto
Despacho:
Vistos.O presente feito encontra-se suspenso em razão da decisão proferida nos autos de embargos de terceiro nº 0002035-03.2012.8.22.0008.Junte-se cópia da decisão acima mencionada, e aguarde-se o desfecho da ação.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002035-03.2012.8.22.0008
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Edmilson Antônio Maciel
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Embargado:Paulo Luiz Guzzon
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Despacho:
Vistos.Certifique a tempestividade da impugnação aos embargos. Após, voltem conclusos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002689-87.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edmilson Antônio Maciel
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Marcos Leandro Mendes da Silva
Despacho:
Vistos. Verifico que até o momento não houve o recolhimento das custas, e que o autor não cumpriru a determinação de fls. 24/25. O autor alega que não têm condições de arcar com as custas do processo, porém, não acostou aos autos nenhuma prova de sua miserabilidade, e, a revés, contratou advogado particular para defender sua causa. Ora, a condição de miserabilidade não coaduna com a prática de contratação de advogado particular, o qual, geralmente trabalha de forma onerosa, não sendo seus honorários repassados apenas por decorrência da sucumbência da parte contrária. Os carentes devem socorrer-se da DPE ou pedir que o juízo lhes nomeie defensor dativo, sob pena de ter o pedido de gratuidade negado. Assim, a despeito da declaração feita nos autos, entendo que não restou caracterizado a condição de necessitada do Requerente, razão pela qual determino que o Requerente acoste, no prazo de 10 dias, cópias das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF dos últimos dois anos, a serem arquivadas em pasta própria pela zelosa serventia e/ou outros documentos que corroborem as declarações firmadas, ou no mesmo prazo efetue o pagamento das custas.I.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005330-48.2012.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. B. F. S.
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido:D. R. de A. F.
Decisão:
R. e A.1. Documentalmente comprovados o contrato e a mora, defiro a busca e apreensão. Proceda-se desde que a parte compareça e forneça os meios e depositário.2. Efetivada essa liminar, cite-se o requerido para em 15 (quinze) dias, haja visto a alteração dada ao § 3º, do Dec. 911, pela Lei 10.931 de 02.08.2004, querendo a parte, contestar (apresentar resposta);3. Sendo facultado ainda, segundo o parágrafo 2º, no prazo de 05 dias, o devedor pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores já apresentados na inicial, para ter-lhe o bem restituído livre do ônus.Intime-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005359-98.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Mauro Cesar Bravin Borlaczenko
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Cleiton Clementino da Silva
Despacho:
Designo audiência de Conciliação para o dia 15/04/2013 às 09h05min.Proceda a CITAÇÃO do requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima através de seu advogado a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência acima designada, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação ou requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃO e, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005364-23.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Francisco Ferreira
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Decisão:
Defiro a gratuidade.Indefiro por ora o pedido de antecipação de tutela, em relação a imediata implantação da aposentadoria

por invalidez ou prorrogação do auxílio doença, eis que depende de perícia para tanto. Defiro a antecipação da prova pericial e na forma do art. 421, CPC, determino a realização da perícia requerida, para tanto NOMEIO PERITO JUDICIAL para atuar no presente feito o Dr. JOÃO LUIZ SALES, brasileiro, médico, podendo ser encontrado no HOSPITAL MEMORIAL, nesta cidade.2. O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.3. Para realização da perícia, designo o dia 05/02/2013, a partir das 14h, no HOSPITAL MEMORIAL, nesta cidade. O autor será intimado na pessoa de seu advogado. Fixo os honorários periciais em R$ 200,00 valor dentro do permitido pela Resolução n. 558/2007 do Conselho de Justiça Federal, cujo pagamento, no âmbito da jurisdição delegada, correrá por conta da Justiça Federal, uma vez que a parte autora é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita (art. 1º, da Resolução n. 541/2007, do CJF). Nesse sentido:PREVIDENCIÁRIO. HONORÁRIOS PERICIAIS. VALOR ELEVADO. REDUÇÃO. RESOLUÇÃO N.558/2007 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.558- A Resolução nº 541/2007 do Conselho da Justiça Federal estabelece, em seu artigo 1º, que “as despesas com advogados dativos e peritos no âmbito da jurisdição delegada correrão à conta da Justiça Federal”.- Requerida a perícia pela parte autora, o pagamento é feito com os “recursos vinculados ao custeio da assistência judiciária aos necessitados” (artigo 1º, § 3º, da Resolução nº 558/2007, do CJF) que, posteriormente, serão reembolsados ao Erário pelo vencido (artigo 6º da Resolução citada), quando este não for beneficiário da justiça gratuita. (...) (17778 MS 2009.03.00.017778-8, Relator: JUÍZA CONVOCADA MÁRCIA HOFFMANN, Data de Julgamento: 08/08/2011, OITAVA TURMA). 4. Com a entrega do laudo, encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho/RO, para realização do pagamento, nos termos do artigo 4º e §§ da Resolução n. 541/2007, do CJF.5. Intime-se o senhor perito da designação, devendo este avaliar a capacidade laboral da parte autora, esclarecendo: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? Em caso de haver.6. Deverá ainda o perito, responder os quesitos apresentados pela parte autora (fls. 09), bem como aqueles formulados pela autarquia requerida, que foram depositados em cartório. Junte-se nestes autos. Em caso de haver quesitos idênticos ou visando o mesmo esclarecimento, fica autorizado o senhor perito respondê-los em bloco, evitando delongas desnecessárias. 7. Nos termos da lei, poderá as partes indicarem assistente técnico, no mesmo prazo delimitado no parágrafo anterior, que caso indicado, deverá ofertar seu parecer, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo.8. Consigne-se na intimação do Sr. Perito que o laudo deverá ser entregue no prazo de 30 dias após a realização da perícia, e na da parte autora que deverá comparecer munida de documentos pessoais e de todos os exames médicos que dispõe para facilitar o trabalho pericial.9. Os autos deverão ser entregues ao Perito Judicial para realização dos trabalhos.Cite-se. Intimem-se. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0008367-25.2008.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Josefa Conceição Santos
Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos. Nos autos de Ação Civil Pública promovido pelo Ministério Público em face dos ora requeridos (0005212-72.2012.8.22.0008), em que se discute, enter outras coisas, a nulidade das cláusulas que fixem honorários em percentual elevado sobre pagamentos retroativos nos contratos formulados pelos clientes e os advogados Dorislene Mendonça Cunha Ferreira e Jacir Cândido Ferreira Junior, foi proferida decisão liminar, suspendendo a exigibilidade e cobrança de honorários, de todos os contratos dos clientes dos requeridos, referentes a ações previdenciária em tramite nesta Comarca, somente do montante que ultrapasse o percentual de 30% dos valores pretéritos dos benefícios previdenciários, e quanto às parcelas vincendas, o valor equivalente a quatro parcelas vincendas, o que se aproxima de 30% de doze. Foi determinado ainda que os alvarás de levantamento de valores dos autos em que os requeridos sejam advogados de clientes de ações previdenciárias, sejam expedidos somente em nome dos beneficiários no importe de 70% do valor retroativo depositado em juízo e 30% somente em nome dos advogados requeridos, se tiverem procuração nos autos com poderes para levantamento de alvarás e receber valores.Assim, seguindo a decisão acima mencionado, determino a expedição de alvarás para levantamento dos valores de fls. 92, um no importe de 70% do valor em nome da autora, e outro de 30% do valor em nome dos advogados.Quanto ao valor de fl.93, por tratar-se de verba de sucumbência, expeça-se alvará em nome dos advogados. Cumpra-se.Após, não havendo pendências, arquivem-se. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0013215-21.2009.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Otília Silva Gonçalves
Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Condenado:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos.Sanado o equívoco (fls. 112/114) deve prevalecer o valor acordado entre as partes nos autos de embargos à execução. Expeça-se RPV quanto ao valor principal, conforme valor acordado nos embargos. Nos autos de Ação Civil Pública promovido pelo Ministério Público em face dos ora requeridos (0005212-72.2012.8.22.0008), em que se discute, enter outras coisas, a nulidade das cláusulas que fixem honorários em percentual elevado sobre pagamentos retroativos nos contratos formulados pelos clientes e os advogados Dorislene Mendonça Cunha Ferreira e Jacir Cândido Ferreira Junior, foi proferida decisão liminar, suspendendo a exigibilidade e cobrança de honorários, de todos os contratos dos clientes dos requeridos, referentes a ações previdenciária em tramite nesta Comarca, somente do montante que ultrapasse o percentual de 30% dos valores pretéritos dos benefícios previdenciários, e quanto às parcelas vincendas, o valor equivalente a quatro parcelas vincendas, o que se aproxima de 30% de doze. Foi determinado ainda que os alvarás de levantamento de valores dos autos em que os requeridos sejam advogados de clientes de ações previdenciárias, sejam expedidos somente em

nome dos beneficiários no importe de 70% do valor retroativo depositado em juízo e 30% somente em nome dos advogados requeridos, se tiverem procuração nos autos com poderes para levantamento de alvarás e receber valores.Assim, quando da liberação dos valores, determino que os alvarás sejam expedidos conforme decisão acima mencionada. Ressalto que com relação aos honorários de sucumbência, já houve requisição para pagamento (fls. 106), cujo valor foi adequado à quantia acordada nos embargos. Assim, expeça-se alvará em nome da advogada para levantamento do valor remanescente (fls. 111/112).I.C. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005165-98.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:P. H. G. C.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:U. J. -. C. de T. M.
Advogado:Maria Luiza de Almeida (RO 200-B), Cleber Carmona de Freitas (OAB/RO 3314)
Despacho:
Vistos.Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação de tutela promovida por Pedro Henrique Garanhani Cousseaus em face de UNIMED JI-PARANÁ- Cooperativa de Trabalho Médico.O Requerente, representado por sua mãe, afirma que nasceu em 08.10.2008, sendo beneficiário do plano de saúde UNIMED desde 06.11.2009 (fl. 21). Declara que em consequência de paralisia cerebral provocada por prematuridade evoluído com membrana crialina e sofrimento fetal, apresenta atraso de desenvolvimento motor. Narra na inicial que dentro do seu quadro clínico foi proposto pelo neuropediatra tratamento com método ?pediasuit?, que corresponde a um método revolucionário no campo da fisioterapia intensiva. Explicou sobre a fisioterapia intensiva e a manutenção do método pediasuit e a sua importância para o tratamento. Afirma que em razão da natureza emergencial e necessária, deu início ao tratamento mencionado, realizando um módulo de 70 horas de atividades, durante o período de 04.06.2012 à 06.07.2012, tendo pago pelo tratamento a quantia de R$ 9.100,00. Ante a contratação de plano de saúde de abrangência nacional, foi solicitado, administrativamente, o reembolso da quantia paga pela tratamento, tendo o pedido sido indeferido, ao argumento de que ?não se trata de livre escolha de prestadores?. Ressalta que o próximo período de tratamento está agendado para 14.01.2013 à 08.02.2013. Pretende a concessão de antecipação dos efeitos da tutela, a fim de ver à disposição deste r. Juízo o ?bloqueio do valor? da quantia para pagamento do tratamento agendado. No mérito, requer a condenação da requerida em suportar com os valores necessários para a cobertura do tratamento, e o reembolso da quantia já pela pelo primeiro módulo. Com a inicial, juntou documentos (fls. 16/77).Foi determinada a intimação da requerida para no prazo de 03 dias indicar estabelecimento que atenda pelo Método ?Pediasuit? e seja credenciado a qualquer das cooperativas Unimed do Brasil (fls. 79). Às fls. 83/107 a requerida apresenta defesa à ação, arguindo, em síntese, a inexistência de previsão contratual que obrigue a requerida a reembolsar e custear a TNMI pelo método pediasut, argumentando que não há previsão do referido tratamento no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde editados pela ANS, e que trata-se de procedimento experimental. Em atendimento à solicitação judicial, declarou que inexiste prestador credenciado que disponibilize o tratamento pelo método pediasuit em nenhuma das cooperativas do sistema Unimed no Brasil. Juntou documentos (fls. 110/174).É o relatório necessário.Defiro a gratuidade processual.Passo a apreciar o pedido liminar.Entendo que a pretendida antecipação dos efeitos da tutela deve ser deferida. O contrato que rege a relação entre as partes submete-se ao disposto no Código de Defesa do Consumidor. Tratando-se de contrato de adesão, as dúvidas que pairem sobre as cláusulas contratuais devem ser interpretadas em favor do consumidor/aderente. As alegações do Requerente encontram-se respaldadas pela documentação apresentada, em especial os laudos, exames e relatórios juntados aos autos (fls. 42/64). Assim, incontroversa a necessidade de realização do tratamento apontado pelo Requerente na inicial. Percebe-se, através do contrato acostado aos autos, que o Requerente é beneficiário do plano de saúde Requerido, o qual permite a contratação de serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares, de diagnóstico e terapia, tratando de cobertura de Assistência Médico- Hospitalar. A requerida aduz que a exclusão do procedimento deve-se ao contido nos itens a e x da cláusula 7.1 do contrato (fls. 153/166) , abaixo transcritas:Cláusula VII- Exclusões de Cobertura7.1 Em conformidade com o previsto no art. 10 da Lei 9.656/98, respeitadas as coberturas mínimas obrigatórias previstas no seu art. 12 e no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, e suas atualizações, editados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, dentro da segmentação assistencial deste contrato, fica permitida: a. A exclusão de tratamento Clínico ou cirúrgico experimental;[...]x. Exclusão de procedimentos não relacionados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente na data do evento; Ocorre que como se verá a negativa apresentada é injustificável. Primeiramente, impõe-se ressaltar que a negativa para o custeamento de determinado procedimento só é legítima quando houver exclusão expressa de cobertura no contrato. Do contrato que assegura a assistência médica ao autor não há exclusão expressa do tratamento por si pleiteado. A omissão do contrato deve ser interpretada de forma mais favorável ao consumidor. Outrossim, tem predominado o entendimento jurisprudencial que é irrelevante para o fim de garantir o direito ao custeio a questão de ser ou não experimental ou não o tratamento, pois é o médico que deve decidir qual o tratamento mais adequado à doença do paciente, de forma que as cláusulas que delimitam a exclusão de tais procedimentos são consideradas abusivas. É de se ressaltar que não há nos autos elementos que indicam que o método é experimental. Também é importante sobrelevar que, conforme já decidiu o STJ, se existe cobertura para uma determinada patologia, não importa a forma de tratamento a ser empregada, devendo o plano de saúde dar a devida cobertura. Vejamos:AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. NEOPLASIA MALIGNA. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO COM QUIMIOTERAPIA. RECUSA. MÉTODO EXPERIMENTAL. NÃO COMPROVAÇÃO. CONTRATO. EXCLUSÃO EXPRESSA. VEDAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO. ART. 47. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. RECUSA ILEGÍTIMA. BOA-FÉ OBJETIVA. ABUSO DE DIREITO. LIMITAÇÃO. DESPROVIMENTO DO APELO. SENTENÇA MANTIDA.CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR1. É ILEGÍTIMA A RECUSA POR P ARTE DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE DE CUSTEAR TRATAMENTO DE PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA PRESCRITO POR MÉDICO ESPECIALIZADO, SOB O

ARGUMENTO DE CUIDAR-SE DE TRATAMENTO DE CARÁTER AINDA EXPERIMENTAL E EXCLUÍDO, POR DETERMINAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - ANS, DO ROL DE PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM COBERTOS PELAS ADMINISTRADORAS DOS PLANOS. 2. CONSIDERANDO TRATAR-SE DE CONTRATO DE EXCLUSÃO EXPRESSA DE COBERTURA, A NEGATIVA SOMENTE SERIA LEGÍTIMA CASO HOUVESSE VEDAÇÃO TAXATIVA NA AVENÇA, MESMO PORQUE AS CLÁUSULAS RESTRITIVAS NÃO PODEM DAR MARGEM A INTERPRETAÇÕES EXTENSIVAS. A OMISSÃO DO CONTRATO DEVE LEVAR À INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 47 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. 3. IRRELEVANTE PARA I FIM DE GARANTIR O DIREITO AO CUSTEIO A QUESTÃO DE SER, OU NÃO, EXPERIMENTAL O TRATAMENTO, POIS É O MÉDICO QUE DEVE DECIDIR QUAL O TRATAMENTO MAIS ADEQUADO À DOENÇA DO PACIENTE E QUE LHE GARANTIRÁ MAIOR POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO, NÃO CABENDO QUALQUER INGERÊNCIA DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE NESSE SENTIDO. ADEMAIS, CONFORME JÁ DECIDIU O EG. STJ, EXISTINDO A COBERTURA PARA UMA DETERMINADA PATOLOGIA, NÃO IMPORTA A FORMA DE TRATAMENTO A SER EMPREGADA, DEVENDO O PLANO DE SAÚDE DAR A DEVIDA COBERTURA. 4. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.47CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (34560320118070001 DF 0003456-03.2011.807.0001, Relator: ALVARO CIARLINI, Data de Julgamento: 09/05/2012, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: 14/05/2012, DJ-e Pág. 163)Seguro saúde. Cobertura. Câncer de pulmão. Tratamento com quimioterapia. Cláusula abusiva.1. O plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura. Se a patologia está coberta, no caso, o câncer, é inviável vedar a quimioterapia pelo simples fato de ser esta uma das alternativas possíveis para a cura da doença. A abusividade da cláusula reside exatamente nesse preciso aspecto, qual seja, nãopode o paciente, em razão de cláusula limitativa, ser impedido de receber tratamento com o método mais moderno disponível no momento em que instalada a doença coberta.2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ. Resp. 668216. T3. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito. Data do Julgamento: 15.03.2007).Por fim, não há como se ter exclusões genéricas em contratos de plano de saúde, pois o segurado não detém o mesmo conhecimento técnico que a Requerida para entender o que pode ser excluído ou não. E não tendo exclusão expressa, utiliza-se a interpretação mais favorável ao consumidor.Prosseguindo, a Resolução Normativa N.º 262 da Agência Nacional de Saúde ANS, institui, em seu anexo I, como de cobertura obrigatória os procedimentos de reeducação e reabilitação neurológica e de reeducação e reabilitação neuromúsculo-esquelética para as modalidades de planos ambulatorial, hospitalar com cobertura de obstetrícia e hospitalar sem cobertura de obstetrícia. Ou seja, das disposições legais e contratuais, percebe-se que há cobertura para o tratamento pretendido pelo requerente. Não se pode, nesta fase e ante a situação do Requerente, deixar de acolher sua pretensão, quando indicado por profissionais da área da saúde que conhecem o caso do autor. Ao menos em cognição que esse momento processual permite, entendo que o tratamento não pode ter sua cobertura negada pela ré, porque tal fato colocaria o autor-consumidor em desvantagem, retirando-lhe a chance de obter melhores condições de vida, estando, portanto, presente o requisito no dano irreparável.Se o autor tem a obrigação de pagar à ré determinada contraprestação, use ou não o plano, também tem a ré, em contrapartida, a obrigação de assegurar ao autor, se necessário, os meios de tratamento adequados, de modo a não limitá-lo a seu exclusivo interesse. Em situação semelhante já decidiu o Tribunal de Justiça do Paraná, Estado em que o tartamento é mais conhecido, pela obrigação do plano de saúde em fornecer o tratamento pelo método pediasuit :AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA C/C PERDAS E DANOS. PLANO DE SAÚDE. LIMITAÇÃO DAS SESSÕES DE FISIOTERAPIA. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO DE ADESÃO - INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR (ART. 47, CDC) - TRATAMENTO NECESSÁRIO PARA A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DO USUÁRIO DO PLANO DE SAÚDE CLÁUSULA ABUSIVA. CONCESSÃO DA LIMINAR DE TUTELA ESPECÍFICA. AGRAVO PROVIDO NO SENTIDO DE AUTORIZAR AS SESSÕES DE FISIOTERAPIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.(TJPR - 9ª C.Cível - AI 866827-9 - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: D?artagnan Serpa Sa - Unânime - J. 20.09.2012).Do julgado acima, destaco parte do voto do Relator: ? Além disso, se o objetivo do segurado, ao firmar um contrato de prestação de serviços médicos e hospitalares, é ter a certeza de assistência adequada em face de riscos futuros e incertos, por meio de tratamentos que lhe garantam a saúde, não se pode negar atendimento, mas sim, adequar-se a necessidade de novas modalidades terapêuticas que surgem ao longo dos anos.Portanto, ilegítima a conduta da Agravante ao negar a cobertura do referido tratamento indicado pelo médico como eficaz para o tratamento da doença de uma criança portadora de paralisia cerebral, configurando conduta abusiva e indevida?.Por fim, se não existe unidade credenciada ao plano de saúde que ofereça o tratamento necessário e adequado à patologia do autor, este pode exigir o fornecimento do tratamento em qualquer instituição médica que ofereça a terapia. Desse modo, alegações verossímeis, acompanhadas da prova possível de se produzir neste momento processual, aliadas a risco evidente de danos de difícil ou incerta reparação, deságuam, porque atendidos os requisitos do art. 273 do CPC, no acolhimento da pretensão.Não obstante, entendo que, ao menos por ora, o pedido de bloqueio de valor de titularidade da empresa requerida para custeamento do tratamento não se mostra plausível. Eventual análise de tal medida só tem cabimento, quando, após determinação judicial, a requerida continua se negando a fornecer o tratamento adequado. Ante o exposto, concedo parcialmente o pedido de tutela antecipada para o fim de determinar à ré que libere as guias para a realização do tratamento pelo método Pediasuit ao autor, no prazo de 48 horas, ou tome as medidas que se fizerem necessárias para assegurar o integral fornecimento do tratamento mencionado, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) para o caso de descumprimento.Intime-se a requerida para cumprimento da decisão. Em que pese a requerida já tenha apresentado defesa, como a citação não foi efetivada, visando evitar futura arguição de nulidade, determino a citação da réu, para no prazo de15 dias, querendo, apresentar complementação à defesa já constante nos autos. Vindo ou não nova defesa, intime-se a parte autora para replicar,

querendo em 10 (dez) dias.Após, dê-se vista ao Ministério Público.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000011-65.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iracema Tereza Masolo
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:João Pedro Ramos de Souza
Despacho:
Indefiro o pedido de recolhimentos de custas ao final, com fulcro no artigo 6º, §5º, alínea "c", do Regimento de Custas, Lei 301/90.Desta forma, intime-se a exequente através de seu advogado para recolher as custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial,ou ainda comprovar de forma satisfatória a impossibilidade do pagamento.In.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003808-83.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adelina Aparecida de Almeida
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Geraldo de Almeida, Regiane Nascimento Pomponeti
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 dias
DE: Regiane Nascimento Pamponeti, brasileira, solteira, natural de São Roque/SP, atualmente em lugar encerto e não sabido.
Finalidade: Responder a ação abaixo identificada no prazo legal. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo requerida, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias, contador após o termino do prazo do edital.
Processo :0003808-83.2012.8.22.0008
Classe :Procedimento Ordinário (Cível)
Assunto :Guarda
Requerente:Adelina Aparecida de Almeida
Advogado :Defensoria
Requerida :Geraldo de Almeida e outros
Advogado :
Sede do Juízo: Fórum da Comarca de Espigão do Oeste, Rua Vale Formoso, 1954, Espigão do Oeste-RO, 76.974-000 Fone: 3481-2279
E.O.E/RO, 03 de janeiro de 2013
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito em substituição

Proc.: 0001813-35.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Amarildo da Silva
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Autosul Auto Peças Diesel Sul Ltda - Me
Advogado:Victor Alexsandro do Nascimento Custódio (OAB/RO 5155)
Sentença:
AMARILDO DA SILVA ajuizou ação indenizatória com pedido de tutela antecipada em face de AUTOSUL AUTO PEÇAS DIESEL SUL LTDA ME, alegando, em síntese, que a requerida inscreveu seu nome indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito, pois nunca negociou com a empresa requerida. Indeferida a tutela antecipada às fls. 16.A requerida apresentou pedido contraposto em face do autor (fls. 17/37), para que seja condenado a quitar os valores relativos ao conserto da bomba e bicos injetores.Réplica ás fls. 38/42.Designada audiência de instrução e julgamento, três testemunhas foram ouvidas, bem como foram apresentadas alegações finais orais pelas partes, conforme CD de fls. 47.É o relatório. Decido.Sem preliminares arguidas, passo a análise de mérito.Analisando os autos tenho que improcede a ação indenizatória, bem como o pedido contraposto formulado pela requerida. Entretanto, por se tratarem de situações diversas, passo a analisá-las separadamente.A) DA AÇÃO INDENIZATÓRIAOs documentos juntados pela requerida são: a) cópia da ficha do cliente (fls. 24); b) ordem de serviço (fls. 25/26); c) cópia do livro de entregas (fls. 27); d) lista de atendimentos do estabelecimento (fls. 28); e) boletos não quitados e seus respectivos protestos (fls. 29/37). Observo que o autor mantém cadastro na empresa requerida desde 18/07/2011, conforme comprova-se às fls. 24, sendo assim, a alegação de que a restrição de seu nome é indevida pois nunca possuiu relação com a requerida improcede. Restou comprovado também, através dos documentos apresentados pela requerida, que foram realmente prestados os serviços em uma bomba e um bico de caminhão.Os documentos de fls. 25/26, bem como o de fls. 28, testificam que os serviços, embora não negociado pessoalmente na sede da requerida, foram requisitados para atender um caminhão do requerente, pois os recebimentos e o relatório de fls. 28 constam em seu nome.Vejo, pelos os depoimentos colhidos na audiência de instrução e julgamento, que o autor alega que não compareceu a empresa para requisitar a ordem de serviço de fls. 25/26, entretanto, a testemunha Joziane I. Siqueira, funcionária da requerida na época dos fatos, compromissada, conforme depoimento gravado no CD de fls. 47, esclareceu que o autor realmente não requisitou a realização dos serviços e que foi o terceiro Ademir Menezes Miranda que compareceu à sede, no entanto, a ordem de serviços foi autorizada por telefone pelo autor, pois quem pagaria pelo serviço era este.Assim, complementando o depoimento da funcionária da empresa, o Sr. Juarez Alves de Lima, ouvido como informante por ser ex-sócio da empresa requerida, conforme depoimento gravado no CD de fls. 47, afirmou que a bomba e o bico que foram prestados os serviços pertenciam ao caminhão do autor e que as negociações foram feitas com este. Ressalta-se que o depoente era responsável pela execução dos serviços e, considerando que a bomba foi entregue em Espigão do Oeste, totalmente plausível que a negociação tenha sido feita neste momento.Ademais, conforme depoimento prestado pelo Sr. Ademir, gravado no CD de fls. 47, que afirmou que recebeu os boletos, deveria sua assinatura constar no documento de fls. 27, o que não corresponde a mesma assinatura lançada na lista de comparecimento à audiência às fls. 46.Sendo assim, subentende-se que se o caminhão pertencia ao autor, embora tenha terceira pessoa comparecido à sede da empresa para requisitar a ordem de serviço, este era responsável por quitar o débito que originou a inscrição, sendo, portanto, esta legal.Importante ter em mente que o envio do nome de um cliente inadimplente para os cadastros dos órgãos de proteção ao crédito constitui-se em um exercício regular de direito. Entretanto, o envio indevido, sem dúvida, causa danos morais.O problema cinge-se em saber quem foi o responsável pelo erro. Não há a menor dúvida que foi o próprio consumidor.

Ele, no momento em que autorizou ordem de serviço em seu cadastro, assumiu responsabilidade por quitar o valor deste serviço. Emitiu-se, portanto, em nome dele os boletos referentes às parcelas acordadas entre as partes, por intermédio da vendedora e testemunha Joziane I. Siqueira.Ocorreu neste caso, culpa exclusiva do próprio consumidor, o que isenta a requerida de qualquer responsabilidade pelo evento danoso, a teor do disposto no art. 14, §3º, II, do Código de Defesa do Consumidor. Desta forma, entendo que o pedido de indenização por danos morais por inscrição indevida, no momento em que foi lançada, é legal, pois existia um título vencido e não pago que foi protestado pela requerida.APELAÇÃO CIVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA E AÇÃO MONITÓRIA CONEXAS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES POR COMPRA REALIZADA POR TERCEIRO EM NOME DO AUTOR. TERCEIRO AUTORIZADO A REALIZAR COMPRAS. Havendo comprovação de que era corriqueiro o comprador adquirir produtos nos estabelecimentos comerciais em nome do réu, bem como, o réu quitar os respectivos débitos, não há razões para reforma da sentença. DESPROVIDO O APELO. (Apelação Cível Nº 70043057546, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Data de Julgamento: 14/06/2012, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/06/2012).B) DO PEDIDO CONTRAPOSTOO pedido contraposto, de acordo com o art. 31 da Lei 9.099/95, é lícito ser formulado desde que seja fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da ação principal. Pois bem.Em relação a este requisito, vejo que o pedido contraposto tem relação com o objeto do pedido inicial, pois se trata de pendência decorrente da mesma relação negocial. No entanto, ressalta-se que o pedido contraposto trata-se de espécie de uma nova ação dentro da ação principal já existente entre as partes e, por este motivo, deverá preencher os requisitos, como sendo uma nova ação, de uma petição inicial.Observo, compulsando o pedido de fls. 17/37, que sequer tem o valor correto a ser cobrado ao autor, o que inviabiliza a condenação do autor ao pagamento dos valores devidos.Ressalta-se que poderia a requerida ter informado o valor correto ainda em aberto, contestado a ação e formulado o pedido contraposto de forma fundamentada e preenchendo os requisitos de uma nova ação, no entanto, contentou-se apenas em manifestar o seu desejo de cobrar o autor por débito em aberto, sem formular corretamente o pedido de uma ação de cobrança.Assim, prejudicada a procedência do pedido.III – DISPOSITIVOSAnte o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais formulado por AMARILDO DA SILVA contra AUTOSUL AUTO PEÇAS DIESEL LTDA ME.JULGO IMPROCEDENTE o pedido contraposto formulado por AUTOSUL AUTO PEÇAS DIESEL LTDA ME para condenação de AMARILDO DA SILVA no pagamento de quantias não especificadas ainda devidas. JULGO EXTINTO o feito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Intimem-se as partes da presente decisão por seus advogados. Sem custas e honorários.Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido pelas partes, arquive-se.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000013-35.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Erlânio Gerke
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Kbc Indústria Comércio e Transporte de Madeiras Ltda Me, Elessandro Correa da Silva
Despacho:
Designo audiência de Conciliação para o dia 19/04/2013 às 07h45min.Proceda a CITAÇÃO do requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;INTIMAR também o requerente acima através de seu advogado a comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência acima designada, caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Caso exista a necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação ou requerer-lhes a intimação até 20 (dias) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃO e, caso reste infrutífera a citação/intimação por AR, SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima informados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.

Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0067160-33.2008.8.22.0015
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:José Feliciano da Silva, Daniel da Silva Ribeiro, Adalberto Alves Monteiro
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534), Marcos Vilela Carvalho (RO 084), Roberto Harlei Nobre de Souza (1642), Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -), Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
Sentença:
Vistos.O Ministério Público deste Estado, por seu Promotor de Justiça, denunciou José Feliciano da Silva, alcunha “Zé do Queijo”, Adalberto Alves Monteiro, alcunha “Ceará” e Daniel da Silva Ribeiro, alcunha “Danielzinho”, qualificados nos autos em epígrafe, o primeiro como incurso no art. 121, §2º, inciso I e IV, c/c art. 20, §3º, e art. 29, todos do Código Penal e o segundo e terceiro como incursos no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 20, §3º, ambos do Código Penal, porque, segundo a inicial, no dia 07 de agosto de 2008, por volta das 17h25min, na Praça do Bairro Santa Luzia, nesta Cidade, os denunciados, Adalberto

Alves Monteiro e Daniel da Silva Ribeiro, adrede mancomunados e unidos pelo mesmo propósito delituoso, fazendo uso de uma arma de fogo, agindo com vontade de matar, efetuaram disparos contra a vítima Marcos Ribeiro Ulisse, produzindo-lhe ferimentos que, por sua natureza e sede, forma a causa eficiente de sua morte.Segundo a inicial acusatória, José Feliciano da Silva concorreu para o crime como autor indireto, na medida em que contratou os outros dois denunciados para a trama criminosa.Narra ainda a acusação que José Feliciano pretendia ceifar a vida de seu cunhado, Aroldo Santana Santos, depois de tomar conhecimento de que o indigitado costumava empregar agressões contra a esposa, irmã do denunciado. Pelo motivo narrado, sustenta a denúncia que José Feliciano contratou os denunciados Adalberto e Daniel e acordou o pagamento de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela execução do propósito de dar cabo à vida de seu cunhado.Segundo a denúncia, no dia e hora acima mencionados, os executores seguiram em uma motocicleta até o local citado, onde Adalberto, supondo tratar-se de Aroldo, apontou a Daniel a pessoa que deveria ser morta, sendo atentar, todavia, para o fato de que o sujeito indicado era, na verdade, terceira pessoa, Marcos Ribeiro Ulisse, cujos traços físicos conferiam semelhanças aos da pessoa de Aroldo.Sustenta a denúncia que, enquanto Adalberto aguardava na motocicleta, Daniel desceu do veículo e dirigiu-se até a praça, azo em que, supondo tratar-se de Aroldo, cunhado de José Feliciano, agindo de forma inopinada, efetuou disparos contra a vítima, Marcos Ribeiro Ulisse, que não teve qualquer possibilidade de esboçar meio de defesa e morreu ainda no local.Consta da inicial acusatória que os testemunhos colhidos ao longo das investigações revelam que Adalberto e Daniel agiram sob o comando de José Feliciano. Segundo a acusação, os denunciados Adalberto e Daniel agiram mediante promessa de recompensa, porquanto contratados por José Feliciano para a prática do delito, serviço pelo qual receberiam posterior pagamento.Por fim, narra a denúncia que José Feliciano praticou o crime por motivo torpe, pois assim o fez para se vingar de supostas agressões perpetradas contra sua irmã, circunstância de que Adalberto e Daniel tinham pleno conhecimento.A denúncia, informada com o respectivo inquérito policial, foi recebida no dia 9/8/2012.Os denunciados José Feliciano da Silva e Adalberto Alves Monteiro, presos por força de decreto de prisão preventiva, foram citados pessoalmente e apresentaram defesas preliminares (fls. 225/234).O denunciado Adalberto Alves Monteiro pugnou pela revogação da sua custódia preventiva, sendo indeferido o pedido (fls. 240/242).O acusado Daniel da Silva Ribeiro foi citado por edital (fl. 245) e porque não compareceu e nem constituiu defensor foi determinada a suspensão do feito, com fundamento no art. 366, do CPP e a realização da antecipação probatória com relação ao mesmo.Em sede de instrução criminal, em uma primeira audiência, foram ouvidas sete testemunhas (fls. 271/284).Ainda em fase instrutória, numa segunda audiência, foram inquiridas três testemunhas do Juízo, uma testemunha da acusação e interrogados os denunciados José Feliciano e Adalberto Alves Monteiro (fls. 291/307).Na fase de alegações finais, em forma de memoriais, o Ministério Público requereu a pronúncia dos acusados Adalberto Alves Monteiro e Daniel da Silva Ribeiro, como incursos no art. 121, §2°, I e IV, c/c art. 20, §3º, ambos do Código Penal e do acusado José Feliciano da Silva como incurso no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 20, §3º e art. 29, todos do Código Penal.As defesas dos denunciados José Feliciano da Silva e Adalberto Alves Monteiro requereram a impronúncia dos acusados, nos termos do art. 414, do Código de Processo Penal, sustentando a ausência de indícios de autoria.É o relatório necessário.Como é curial, basta à pronúncia um juízo de fundada suspeita e não um juízo de certeza, já que se julga, em verdade, neste momento processual, a admissibilidade, e não a procedência da acusação.Sendo, então, admissível a acusação, ela e seus eventuais questionamentos devem ser submetidos ao juiz natural da causa, que, em nosso sistema, é o Tribunal de Júri. Com efeito, estabelece o art. 413, caput, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei Federal n. 11.689, de 09 de junho de 2008, que "o juiz, fundamentadamente, pronunciará o réu, se convencido da existência do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação". No caso dos autos, a prova acerca da existência do fato está alicerçada na certidão de óbito da vítima (fl. 24), no exame tanatoscópico (fl. 139) e no laudo de exame de constatação balístico (fls. 160/166).Com relação à autoria, bastam indícios para que o Juiz possa submeter os acusados ao Tribunal Popular, ou seja, aplica-se, no caso em análise, o sistema da livre convicção do Juiz, tendo a prova circunstancial o mesmo valor probante das provas diretas.Pelas provas coligidas aos autos, a despeito da negativa de autoria e das teses defensivas, verificam-se suficientes indícios do envolvimento dos denunciados no crime de homicídio que vitimou Marcos Ribeiro Ulisse.Inicialmente, destacam-se trechos dos interrogatórios dos denunciados José Feliciano e Adalberto Alves Monteiro prestado na fase judicial (fls. 302/307):"...A denúncia não é verdadeira com relação a minha pessoa, sequer tenho conhecimento dos fatos. Conheci Danielzinho trabalhando com o Senhor Paulo Botinha, num imóvel rural que fica localizado no "pé da serra" (…) Eu já tive várias motocicletas. Nunca dei carona a Danielzinho, mas quando puxamos gado juntos da fazenda do Sr. Paulo Botinha para a fazenda Serra Verde, onde este senhor tinha uma área arrendada Danielzinho me pediu a motocicleta emprestada e atendi ao pedido (...) Nessa época, eu já trabalhava em meu próprio imóvel rural, vizinho a fazenda Ipanema, de propriedade do Sr. Edson, localizada no Ramal Bo Sossego, km 3, onde trabalhei no período de 1998 a 2004, salvo engano. Por causa do trabalho, fiquei conhecido como o Ceará da Ipanema. Por volta de 2002 ou 2003, conheci José Feliciano que adquiriu uma área também vizinha à fazenda Ipanema. Algumas vezes, frequentei a propriedade dele e a propriedade de seu irmão Vantuir, mas nunca trabalhei para nenhum deles. Também conheci a senhora Maria Feliciano, irmã do denunciado e o marido, Aroldo, pois moravam num assentamento, na Região do Bom Sossego. Nunca ouvi comentários que indicassem que a referida senhora sofria agressões por parte de seu marido, inclusive se falava que o referido sujeito era boa pessoa, inclusive era conhecido como pastor. Poucas vezes, conversei com Aroldo. Não saberia dizer até quando o casal residiu naquela região. eu acho que o sujeito representado na fotografia de fl. 143, não parece com Aroldo. Não saberia dizer se José Feliciano conhece Daniel. Nunca me

envolvi na prática de homicídio. Conheço Ademilson, vulgo Piolho, pois o contratei para realizar serviços com o trator de propriedade de terceira pessoa, que eu não conheço, em meu imóvel rural. Ele residia na zona urbana de Nova Mamoré. Estive na casa dele para contratar o serviço e vi uma mulher, mas não sei se é a esposa dele. Anoitecia, quando eu estive na casa dele. Eu acredito que tenha estado lá no ano passado ou ano retrasado. Eu não estive ali armado. Não tenho nenhum sobrinho nessa região (...) Eu não saberia declinar o motivo pelo qual alguma testemunha teria dito que Daniel teria confessado a prática do homicídio em minha companhia (…) O sujeito representado nas folhas de fls. 108, 124 parece Daniel, mas não posso assegurar que seja ele. Eu me reconheço na fotografia de fl. 111, mas não lembro onde fui fotografado. Acredito que essa foto seja a de minha habilitação. Eu sou habilitado para conduzir motocicleta, inclusive tenho uma Biz e uso capacete (...) Posso assegurar que só estive com Danielzinho por duas vezes..". (FASE PROCESSUAL – ADALBERTO ALVES MONTEIRO – FLS. 302/305)."...A denúncia não é verdadeira com relação a minha pessoa. Conheço Adalberto, cujo apelido é Ceará da Ipanema, há aproximadamente nove anos, pois ele trabalhava como vaqueiro numa fazenda vizinha à fazenda de meu irmão Vantuir, chamada fazenda Ipanema. Eu acredito que Ceará tenha prestado alguns serviços para o meu irmão Vantuir (…) Não conheço o denunciado Daniel. Não conheço a pessoa representada na fotografia de fl. 151. Eu não conheço Deca. Também não conheço nenhum proprietário de imóvel rural na 3ª Linha do Ribeirão. Eu morei em Teixeirópolis por catorze anos. Vim de Governadora Valadares/MG para Rondônia no ano de 1988. Não conheci nenhum Daniel naquela região. Não conheci nenhuma pessoa pelo apelido de "Carbono". Eu desconheço a origem da prova que levou os policiais a afirmarem o que afirmaram nessa audiência. Eu já pratiquei um crime em Guajará-Mirim e respondi por ele e depois disso surgiram muitas falsas notícias do envolvimento de meu nome com a prática de homicídios. Eu não tinha nenhum sentimento por Aroldo, marido de minha irmã Maria Feliciano. Eu não sabia de detalhes da convivência deles. Ele veio com minha irmã de Belo Horizonte morar nessa região. Nunca ouvi comentários de que o sujeito agredisse minha irmã...". Grifei e Negritei (FASE PROCESSUAL – JOSÉ FELICIANO – FLS. 306/307).Não obstante à negativa de autoria apresentada em autodefesa pelos denunciados José Feliciano e Adalberto Alves Monteiro, verifico sim a existência de suficientes indícios que apontam a participação dos acusados no crime em questão.Com efeito, a testemunha Geferson Lucino da Silva (testemunha B), ao ser ouvida na fase judicial (fls. 282/284), asseverou que, no dia do fato, estava na casa de um amigo conhecido por Steve Max, próximo ao local do crime, quando presenciou dois homens passarem em uma motocicleta Broz, cor preta, em alta velocidade. Outrossim, a testemunha Geferson Lucino declarou que o condutor da motocicleta era bastante parecido com o denunciado retratado à fl. 111 dos autos.A testemunha do juízo, Evaristo Gomes do Carmo, ouvida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa (fls. 292/295), declarou ter presenciado a oitiva da testemunha identificada como "C" e ter esta asseverado ao Delegado de Polícia que o denunciado Daniel, naquele depoimento ientificado como "Danielzinho" era o autor do crime de homicídio que vitimou Marcos Ribeiro Ulisse e que teria praticado o crime juntamente com a pessoa de Ceará, trabalhador da fazenda Ipanema, a mando de "Zé do Queijo", alcunha do denunciado "José Feliciano".Asseverou Evaristo Gomes do Carmo, que a testemunha "C" teria relatado ao Delegado de Polícia que Daniel lhe afirmara que estava na garupa da motocicleta conduzida por "Ceará" quando procuravam pela vítima.Acrescentou, ainda, que Daniel teria lhe confidenciado que foi o responsável pelos disparos contra a vítima Marcos Ribeiro Ulisse e que teria ceifado a vida da pessoa errada.Evaristo Gomes do Carmo disse, ainda, que a testemunha "C" confirmou ao Delegado de Polícia que Daniel e Ceará teriam sido contratados pelo denunciado José Feliciano para ceifarem a vida do cunhado deste último e porque ceifaram a vida de pessoa errada, não teriam recebido pelo serviço.A testemunha chegou ainda a declarar que, segundo Daniel, José Feliciano teria contratado os corréus para matarem o seu cunhado, porquanto este estaria cometendo furtos na cidade, vendendo drogas e espancando sua irmã.Confira-se às fls. 292/295:"...Eu sou policial civil e fui chamado pelo delegado, Dr. Ronaldo par presenciar a oitiva de uma testemunha que, naquela fase, não foi identificada por questões de segurança. A testemunha disse ao delegado que declinaria o que sabia, mas não qeuria ser identificada, diante do risco de sofrer retaliações pelo testemunho. Segundo a testemunha, um sujeito chamado Daniel e conhecido por Danielzinho teria lhe contado que praticou, juntamente com um sujeito conhecido por Ceará, trabalhador da fazenda Ipanema, um crime de homicídio praticado num campo de futebol. Segundo a testemunha, Daniel teria relatado que estava na garupa da motocicleta conduzida por Ceará quando procuravam a vítima. Ceará teria apontado a pessoa dizendo: "Olha ele aí". Daniel teria pedido para descer da motocicleta, mandando o condutor aguardá-lo em outra rua. Daniel contou a testemunha que efetuou os disparos e empreendeu fuga na garupa da motocicleta que Ceará conduzia. Segundo a testemunha, Daniel contou que tinha havido um problema, pois pretendia receber o combinado, cinco mil reais, mas José Feliciano teria se recusado a pagá-lo, considerando que teria matado a pessoa errada. Na verdade, quem deveria ter sido morto era o cunhado de José Feliciano, cujo nome não restou esclarecido pela testemunha, que apenas disse que a pessoa a quem se dirigia a ordem também era morena e tinhas mesmas características da vítima. Segundo a testemunha, Daniel teria contado que José Feliciano teria interesse na morte do cunhado, pois ele estava cometendo furtos na cidade, vendendo drogas e espancando sua irmã. A mesma testemunha também contou que Daniel continuou contando que praticou outro crime, uma tentativa de homicídio contra um "negão" da primeira linha do lata. Segundo o delegado, essa vítima seria Moisés, também conhecido por Gildo. De acordo com a testemunha, Daniel teria contado que estava na garupa de uma motocicleta conduzida por "Carbono", pessoa atualmente falecida, quando aguardaram atrás de um barranco a chegada da vítima. Segundo o relato da testemunha, Daniel teria declinado os detalhes de que a vítima Moisés abriu a porteira e foi surpreendida pelos criminosos, pulando da motocicleta, cruzando a cerca e correndo para

casa, onde sua mulher saiu em posse de uma espingarda, na defesa da vítima. Segundo a testemunha, Daniel também teria relatado que o mandante desse homicídio também era o denunciado José Feliciano, mas não me recordo se ela declinou o motivo (…) A testemunha soube declinar as características físicas do tal Danielzinho. Depois disso, o delegado mostrou várias fotografias de homens à testemunha que reconheceu a pessoa de Daniel, ora denunciado, como sendo o tal Danielzinho (...) Eu posso garantir que ouvi a testemunha dizer o que eu relatei nesse depoimento. Foi por motivos de segurança, segundo a própria testemunha, a necessidade de fazer identificar apenas por uma letra (...) Esclareço que a testemunha foi localizada quando eram praticadas diligências no sentido de elucidar a autoria do homicídio praticado contra o advogado Luis Menezes. Em investigações, a polícia descobriu a existência da testemunha e a autoridade policial determinou a intimação da mesma. Segundo a testemunha, a mesma conheceu Daniel em virtude deste realizar serviços na zona rural...". No mesmo sentido, a testemunha José Sales de Souza, policial civil, disse ter presenciado a oitiva da testemunha não identificada por questões de segurança, declarar ao Delegado de Polícia que Daniel e Ceará seriam os responsáveis por ceifarem a vida de Marcos Ribeiro Ulisse.Disse, ainda, José Sales de Souza, que a testemunha não identificada chegou a asseverar à autoridade policial, que Marcos Ribeiro Ulisse teria sido morto por engano, pois segundo o que declarou Daniel, José Feliciano teria encomendado a morte de seu cunhado Aroldo e não a da vítima. Por oportuno, colaciono trechos do depoimento prestado pela testemunha José Sales de Souza às fls. 296/297:"...Sou policial civil e presenciei a oitiva de uma testemunha não identificada, juntamente com o policial civil Evaristo e o escrivão, ato presidido pelo delegado regional, Dr. Ronaldo. A testemunha pediu que não fosse identificada, pois teme por sua vida. Segundo a testemunha, um sujeito chamado Daniel, conhecido por Danielzinho, teria lhe contado que foi contratado pelo denunciado José Feliciano para matar o cunhado dele, Aroldo, pessoa que estaria agredindo sua irmã, além de usar drogas e praticar furtos. A testemunha disse que o executor continuou narrando que se valeu do auxílio de um tal Ceará da Ipanema, que seria o responsável por conduzir a motocicleta e indicar a pessoa da vítima. De acordo com o relato, Ceará teria mostrado o rapaz e Daniel descido da motocicleta e atirado contra a vítima. Depois disso, o executor teria tomado novamente a garupa da motocicleta e ambos se evadido. Segundo a testemunha, Daniel afirmou que Ceará lhe indicou a pessoa errada. Ceará estaria de capacete e o executor sem o equipamento durante a prática do delito. Ainda segundo a testemunha, Daniel teria recebido a promessa de pagamento de cinco mil reais pela prática do crime (...) Segundo a testemunha, o rapaz que morreu na praça do bairro Santa Luzia teria aparência idêntica a do cunhado de José Feliciano (…) A mesma testemunha também contou que Daniel declinou ainda que também foi contratado pelo mesmo denunciado, conhecido por Zé do Queijo, para matar um sujeito conhecido por Gildo, da primeira linha do Iata. De acordo com a testemunha, Daniel teria contado que estava acompanhado de um camarada conhecido por "Carbono" e que chegou a tentar praticar o crime, não conseguindo o intento pela conduta da esposa da vítima, que saiu em posse de arma de fogo e atirou contra a dupla. A testemunha ainda contou que Daniel acrescentou que ambos fugiram em posse da motocicleta Bros, de propriedade da vítima. A testemunha soube declinar as características físicas do tal Daniel. Depois disso, o delegado mostrou várias fotografias de homens à testemunha, que reconheceu a pessoa de Daniel, ora denunciado, como sendo o mesmo que relatou os detalhes. O delegado chegou a mostrar duas fotografias diferentes do mesmo denunciado e a testemunha o reconheceu em ambas. A testemunha também disse conhecer o sujeito cujo apelido seria Ceará da Ipanema e declinou suas características físicas, da mesma forma, o reconhecendo pelas fotografias...".A testemunha "C", em juízo, foi identificada como sendo Ady Sales Ribeiro, tendo, como era de se esperar, retificado quase o inteiro teor de seu depoimento prestado à autoridade policial, quando ainda não identificada.Destaco que a testemunha parecia extremamente acuada em audiência, apresentando versões incoerentes e contraditórias, as quais passo a enfrentar pormenorizadamente.A testemunha afirmou, quando questionada se tinha medo do denunciado José Feliciano, que lhe tinha respeito, dando resposta diversa da que lhe fora feita, sendo certo que não respondeu se sentia temor.Perguntado à testemunha Ady se afirmou aos policiais que Daniel teria lhe contado que matou uma pessoa e tentou matar outra, retrucou que "era melhor responder que não", demonstrando total abalo emocional e preocupação com o teor de suas respostas.A testemunha também respondeu, com estranheza, a pergunta sobre ter sido eventualmente procurada ou aconselhada por alguém, quando respondera que "achava que não".Ady também disse que o policial civil, Evaristo Gomes, pessoa que contou tudo sobre o seu depoimento na fase policial, é pessoa com quem goza de bom relacionamento, inclusive é seu vizinho. Disse que o depoimento de Evaristo não é a expressão da verdade, mas assegurou que não poderia dizer que seria mentira.Com certeza, o depoimento da fase policial da testemunha "C" é muito mais coerente do que o depoimento da mesma testemunha, quando identificada em juízo, o que demonstra sua insegurança quando apresenta versões evasivas.Por fim, observo que a denúncia indica que José Feliciano teria encomendado a morte de seu cunhado, pessoa que teria agredindo fisicamente a irmã do acusado, circunstânia que se coaduna perfeitamente com a assertiva da testemunha Ady, quando espontaneamente asseverou que o acusado José Feliciano nãoaceita que façam mal a pessoas trabalhadoras, não tendo compaixão de "bandido" nem de pessoas que "dão nó nos outros".Entendo que a prova indiciária, corroborada que fora em juízo, notadamente pela presença de duas testemunhas, policiais civis, que teriam assegurado, sem qualquer contradição entre um depoimento e outro, terem ouvido a testemunha garantir, quando não identificada, que Daniel lhe contou, com detalhes a dinâmica criminosa, suficientes indícios de autoria imediata de Adalberto Alves Monteiro e mediata de José Feliciano da Silva..É relevante destacar que o denunciado José Feliciano responde a outras ações penais por crimes contra a vida, cujo modus operandi são muitíssimos semelhantes ao cosntante da exordial, em todas elas apontado como autor intelectual.Como dito alhures, não obstante às teses defensivas e às negativas de autoria apresentada pelos denunciados José Feliciano da Silva e Adalberto Alves Monteiro, verifico que há sim indícios de autoria suficientes a submetê-los a julgamento pelo Juízo natural da causa: o Tribunal Popular.Nessas condições, devem os acusados ser pronunciados, já que não há comprovação nos autos, extreme de dúvidas, pelo menos até o presente momento, de que tenham agido amparados por alguma excludente de antijuridicidade ou culpabilidade.Inexistem, pois, fundamentos fáticos e jurídicos que permitam rejeitar o jus accusationis.É de se ressaltar, por oportuno, que na fase da pronúncia não se

exige prova cabal da autoria, bastando, pois, a presença de indícios.A respeito das qualificadoras da denúncia é preciso dizer que elas só devem ser excluídas se forem manifestamente improcedentes, ou melhor, se houver a certeza de suas impertinências. Se houver dúvida deve-se deixar para o Júri decidir, incluindo a mesma na pronúncia, diante da força do princípio in dubio pro societate.O julgamento, por imposição constitucional, é do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, da CF/88). (STJ – REsp 75.012 – DF – 6ª T. – Rel. Min. Adhemar Maciel – DJU 11.03.1996 - RJ 223/136). Nesse sentido, ainda, STJ – REsp 16.504, 6ª Turma, DJU 29.3.93, p. 5268; TJSP, SER 218.964, 1ª Câm., - RT 746/578.Por essas razões, mantenho as qualificadoras da torpeza, promessa de pagamento e do recurso que dificultou a defesa da vítima, conforme articulada na inicial. Assim, é a pronúncia o exclusivo caminho a ser adotado.Diante do exposto e com fundamento no artigo 413, do Código de Processo Penal, PRONUNCIO José Feliciano da Silva como incurso no art. 121, §2º, inciso I e IV, c/c art. 20, §3º, e art. 29, todos do Código Penal e Adalberto Alves Monteiro como incurso no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 20, §3º, ambos do Código Penal.Por outro lado, com relação ao denunciado Daniel da Silva Ribeiro, aguarde-se o seu comparecimento em juízo ou sua prisão, momento em que prosseguirá o feito com relação ao mesmo.Ressalto a quem marcara as páginas das declarações e depoimentos acerca da vedação constante nas Diretrizes Gerais Judiciais.Passada em julgado, cumpra-se o disposto no artigo 422, do Código de Processo Penal.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.

Juliana Paula Silva da Costa Brandão
Juíza de Direito

Francisca Mejia de Oliveira
Escrivã Judicial Titular

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br
gum2civel@tjro.jus.br
Telefones: (69)3 541 2438, 2389
Ramal: 230
Fax: (69) 3 541 2013

Proc.: 0005278-31.2012.8.22.0015
Ação:Guarda
Requerente:M. das G. T. C.
Advogado:Alexandre dos Santos Nogueira (OAB/RO 2892)
Requerido:V. L. da C.
Advogado: Francisco Fernandes Filho (OAB/RO 189.558)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação para, querendo, apresentar Réplica.

Juserina Fátima Flores
Escrivã Judicial

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível
Juíza de Direito: Karina Miguel Sobral
Endereço Eletrônico: karinasobral@tjro.jus.br
Escrivã Judicial: Rita de Cássia de Brito Morais
Endereço Eletrônico: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0063687-78.2004.8.22.0015
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Glauco Kerdy do Casal
Advogado:Maria Clara C. Góes (OAB/RO 198B)
Requerido:Prefeitura Municipal de Guajará Mirim-RO
Advogado:Procurador Municipal
Finalidade: Intimação da parte autora para atendimento do item 2, do despacho de fls. 308, abaixo transcrito.
1. Cite-se o executado, nos termos do art. 730 do CPC. Sem embargos, encaminhem-se os autos ao contador judicial.2. Após, a parte requerente deverá providenciar a documentação necessária para expedição da RPV. Se não for cumprida a determinação, arquivem-se os autos. 3. Com a documentação nos autos, expeça-se RPV. 4. Decorrido o prazo sem liquidação da requisição, comprovada nos autos, emita-se mandado de sequestro e, posteriormente, alvará judicial. Int. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 26 de outubro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006153-35.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Enio Menezes da Silva
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido:Banco Schahin S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003246-87.2011.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.a
Advogado:Aline Fernandes Barros (RO 2708), Michel Fernandes Barros (RO 1790)
Executado:Maria Floriza Vaz Azevedo, Domingo Canagati de Lima, Alzira Lima de Freitas
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de 98 : "CERTIFICO E DOU FÉ, que me dirigi aos endereços constantes no mandado, mas os executados não residem em tais endereços. No endereço sito na Av. Princesa Isabel, n. 4190, bairro Liberdade, reside a Sra. Lídia Cristina Parada Loas e essa desconhece a pessoa de Domingos Cangati de Lima; e no endereço sito na Av. Dr. Lewerger, n. 2162, bairro Serraria, reside o Sr. Marlúcio Alves Montes e seu filho Lucivan Rego Montes há mais de 40 anos, e ambos desconhecem a pessoa de Alzira Lima de Freitas. Assim, deixei de citar DOMINGOS CANGATI DE LIMA e ALZIRA LIMA DE FRETIAS, pelos motivos acima declinados."

Proc.: 0015908-69.2000.8.22.0015
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Michel Fernandes Barros (RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (1946)
Executado:Ellvia Cossio Cabezas, Ellvia C. Cabezas - ME - nome fantasia- Hotel Santa Elena, José Carlos Chumacero Cabezas
Leilão termo negativo:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre o(s) termo(s) negativos de leilão de fl.(s). 297.

Proc.: 0000711-54.2012.8.22.0015
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Município de Nova Mamoré Ro
Advogado:Whanderley da Silva Costa (RO 916)
Embargado:Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda
Advogado:Ademar dos Santos Silva (RO 810)
Intimação DO EMBARGADO DO DESPACHO ABAIXO:
Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, manifestando-se sobre a sua conveniência e necessidade, de modo justificado, no prazo de 5 (cinco) dias.Caso ambas as partes requeiram o julgamento antecipado da lide, tornem os autos conclusos para sentença.Guajará -Mirim-RO, segunda-feira, 5 de novembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004360-27.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Reinaldo Cartagena Cuellar
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 377,28 (trezentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0004348-13.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:André Domingues Alves
Advogado:Nadylson M. B. Rodrigues Filho (OAB/RO 4.435)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 44,17 (quarenta e quatro reais e dezessete centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0006356-94.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Raimundo Nonato Bezerra Brandão
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco do Brasil S.a
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (RO 4571), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123), Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1.620), João Luis Sismeiro de Oliveira Junior (5379)
Alvará - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003968-87.2012.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:Wilson Souza Santos
Advogado:Elisa Dickel de Souza (sob o nº 1.177/ro)
Requerido:Josélia da Silva Santos
Advogado:Hélio Fernandes Moreno (OAB/RO 227B)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada a ser manifestar quanto aos embargos do devedor apresentados pelo requerido, juntado às fls. 19/25.

Proc.: 0003392-31.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Antenor dos Santos
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido:Banco Bradesco S.a Ou Banco Bmc S.a
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : "Certifico e dou fé que "exauriu o prazo legal, sem que houvesse manifestação da seguinte forma: A Requerida não apresentou Embargos/ Impugnação à Penhora."

Proc.: 0003162-86.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:João Batista Martins de Oliveira
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Schahin S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0001871-17.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandra Gonçalves de Alcântara
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco do Brasil S.a
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003403-60.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Jair Nunes Silvino
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco do Brasil S.a
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (RO 4571)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0003180-10.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Francisco Sales de Melo Saraiva
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco BMG S.A.
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128.341)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0003349-94.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:José de Assunção Evangelista
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Honda Sa
Advogado:Elza Maria Silva Lima Sacramento (13.127), Ailton Alves Fernandes (OAB/GO 16.802), Lourdes Favero Toscan (16.802), Dalgobert Martinez Maciel (OAB/RO 1.358), Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0003539-23.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hermógenes Silva da Costa
Advogado:Nadylson M. B. Rodrigues Filho (OAB/RO 4.435)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para cumprir voluntariamento a condenação, efetuando o pagamento da importância de R$ 2.407,50 (dois mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta centavos), sob pena de incidência de multa de 10% sobre o valor total devido, independente de nova intimação.

Proc.: 0003439-05.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Marinete Lessa de Lima
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Santander Brasil S.a
Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10990)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0001050-47.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Redvilson Duran Pedraza
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Bgn S/a
Advogado:Marilia Albernaz Pinheiro de Carvalho (PB 14976), Nay Cordeiro (PB 14229)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 31,12 (trinta e um reais e doze centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0001821-88.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vanderley Sales da Silva
Advogado:Nadylson M. B. Rodrigues Filho (OAB/RO 4.435), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962), Cleude Zeed Estevão (RO 1210)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592), Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 78,40 (setenta e oito reais e quarenta centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0004292-14.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson de Souza Nunes
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Requerido:Banco do Brasil S/A, Ativos S.a Securitizadora de Créditos Financeiros
Advogado:Gustavo Amato Pissini (SP 12473), Flavio Antônio de Azevedo Martins (140.999), Mariane Macarevich (30.264), Rosângela da Rosa Correa (30.820), Gersey Silva de Souza Santiago (4.506)
Custas Processuais:
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 340,30 (trezentos e quarenta reais e trinta centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0004358-57.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sandro Ferreira Pina Junior
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Custas Processuais:
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 356,89 (trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0001810-59.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdir Araújo de Almeida
Advogado:Nadylson M. B. Rodrigues Filho (OAB/RO 4.435), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962), Cleude Zeed Estevão (RO 1210)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592), Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133)
Retorno do TJ:
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0002575-30.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alcirene da Silva Sica, Altina Maria Pereira de Souza, Claudete Ribeiro de Oliveira, Denilce Aparecida Alves, Francisca Lucena Pereira, Greice Quele Correia Peixe, Marilea

Meira Silveira, Nelma Damasceno, Nilza Damasceno Ribeiro, Rosilene de Souza Azevedo, Suelen da Silva Lopes
Advogado:Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656-A)
Requerido:Fundação Universidade do Tocantins Unitins
Advogado:Cassemiro Alves dos Santos (197.627), Damien Zambellini (19.561), Genivan Caetano de Almeida (5.290), Erion Schlenger de Paiva Maia (5.075), Joicy Silva Lustosa (5.092), Jaiana Milhomens Gonçalves (4295), Fabrícyo Teixeira Noleto (2.937)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0005126-80.2012.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (3846)
Requerido:Maria Goreth da Silva de Menezes
Advogado:Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624), Wady de Paiva Dourado Duarte (RO 5467)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003529-76.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elisio Flan Gonçalves Severino
Advogado:Nadylson M. B. Rodrigues Filho (OAB/RO 4.435)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003436-50.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Vando Eney da Silva
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Bradesco S.a Ou Banco Bmc S.a
Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10990), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (4986), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Carta precatória:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada para se manifestar quanto a distribuição ou não da Carta Precatória expedida nestes autos para Busca e Apreensão de Documentos.

Proc.: 0002302-51.2012.8.22.0015
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Wilson Ribeiro Almaquio, Esperanza Languidey Hurtado
Despacho:
Designo audiência de justificação para o dia 6 de fevereiro de 2013, às 9h15mim.Intimem-se as testemunhas indicadas pela parte autora às fls. 28.Intime-se o Ministério Público. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito O presente serve como mandado.

Proc.: 0004513-60.2012.8.22.0015
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Leila Tipane Moronha, João Vitor Tipano Moronha, Leide Diane Tipane Moronha, Vitória Tipane Moronha, Gabriel Tipane Moronha
Advogado:Defensor Público (- -)
Despacho:
Designo audiência de justificação para o dia 6 de fevereiro de 2013, às 10h15mim.Intimem-se pessoalmente os autores para apresentarem suas testemunhas, sendo no máximo de 3 (três), independentemente de intimação.Intime-se o Ministério Público.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito O presente serve como mandado.

Proc.: 0005336-34.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Gildenir Mendes da Rocha
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
Emende o autor a inicial, no prazo de 10 dias, apresentando o laudo médico que ateste sua incapacidade, haja vista sua indispensabilidade, sob pena de indeferimento da inicial.Após o prazo acima assinalado, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004590-69.2012.8.22.0015
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Luiz Patrício da Silva, Raquel Monje Gonzales
Advogado:Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -)
Despacho:
Apresente os autores, no prazo de 10 dias, as DNV's originais. Oficie-se ao Hospital de Nova Mamoré, solicitando que confirme as DNV's emitidas, mormente porque a de fls. 16 encontra-se parcialmente ilegível. Prazo de 10 dias para resposta.Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito O presente serve como mandado

Proc.: 0005338-04.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Pereira da Cruz
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 10h45min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0003176-36.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jandira Tártaro
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Benchimol Irmão & Cia Ltda
Advogado:Marcus Filipe Araújo Barbedo (3141), Lerí Antônio Souza e Silva (OAB/RO 269A), Roberto Pereira Souza e Silva (755)
Decisão:
O feito se encontra em ordem. As partes são legítimas e estão bem representadas, inexistindo nulidades ou irregularidades a serem supridas. Também não existem preliminares a serem apreciadas. Em razão disso, declaro saneado o feito.No que tange às provas a serem produzidas, defiro a produção de prova testemunhal e documental requerida pela ré (fls. 61), esta desde que respeite os termos do art. 397 do CPC (documentos novos).A necessidade de prova pericial será analisada por ocasião da audiência.Fixo como pontos controvertidos: 1) a existência ou não de inscrição indevida, decorrente de ato negligente da requerida; 2) existência ou não do dano alegado na inicial e a sua extensão.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 16/4/2013, às 8h30min, para oitiva do requerente e das testemunhas.Intime-se a requerente pessoalmente, para que compareça à solenidade na data e horário designado, para prestar depoimento pessoal, sob pena de confissão. Intime-se a requerida por intermédio de seu advogado, para que compareça à solenidade na data e horário designado, devendo apresentar as testemunhas que pretende ouvir, sendo no máximo de três.Havendo necessidade de intimação de testemunhas, deve a parte requerer em até 05 dias, a contar desta intimação. Apresentatas, intimem-se. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004300-54.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Ferreira Campos
Advogado:Defensor Público (- -)
Requerido:Marciel Campos Zabala, Marcilene Campos Zabala
Despacho:
1) Certifique a escrivania se houve apresentação ou não de defesa.2) Após, vista ao Ministério Público para parecer.3) Em seguida, conclusos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005461-02.2012.8.22.0015
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Jussara Idagua Molina
Despacho:
Designo audiência de justificação para o dia 6 de fevereiro de 2013, às 12h15min.Intime-se a autora para apresentar suas testemunhas, sendo no máximo de 3 (três), independentemente de intimação.Intime-se o Ministério Público.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito O presente serve como mandado.

Proc.: 0004662-56.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jaderson Ferreira de Souza
Advogado:Nadylson M. B. Rodrigues Filho (OAB/RO 4.435)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 8h30min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se o réu, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005319-95.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Amauri Marcos Santos Silva
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 8h45min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0005320-80.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Moacir Silva de Oliveira
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
Emende o autor a inicial, no prazo de 10 dias, apresentando o laudo médico que ateste sua incapacidade, haja vista sua indispensabilidade, sob pena de indeferimento da inicial.Após o prazo acima assinalado, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.Intimem-se. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005316-43.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rondinele Balbino de Araújo
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
Emende o autor a inicial, no prazo de 10 dias, apresentando o laudo médico que ateste sua incapacidade, haja vista sua indispensabilidade, sob pena de indeferimento da inicial.Após o prazo acima assinalado, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-

feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005321-65.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Helielson Iturri Alencar
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 9horas. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0005323-35.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eder Jones Saldia Sales
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 9h15min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0005326-87.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleideana Martins de Oliveira
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
Emende o autor a inicial, no prazo de 10 dias, apresentando o laudo médico que ateste sua incapacidade, haja vista sua indispensabilidade, sob pena de indeferimento da inicial.Após o prazo acima assinalado, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005327-72.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Silva da Costa
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 9h45min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0005325-05.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adalberto Alves Monteiro
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 9h30min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0005330-27.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nébia da Silva Bezerra
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 10horas. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0005331-12.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Silvana de Araújo Medeiros
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
Emende o autor a inicial, no prazo de 10 dias, apresentando o laudo médico que ateste sua incapacidade, haja vista sua indispensabilidade, sob pena de indeferimento da inicial.Após o prazo acima assinalado, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005333-79.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eloide Canuto Gomes Junior
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
Emende o autor a inicial, no prazo de 10 dias, apresentando o laudo médico que ateste sua incapacidade, haja vista sua indispensabilidade, sob pena de indeferimento da inicial.Após o prazo acima assinalado, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005334-64.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Elizarina Barbosa Ribeiro
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 10h30min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0005332-94.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcelo Xavier Kaminski
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Despacho:
A ação tramita pelo rito sumário, nos termos do art. 275, inciso I, do CPC. Providencie a escrivania a adequação da classe.Defiro a gratuidade.Designo audiência preliminar para o dia 18 de abril de 2013, às 10h15min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.Cite-se a ré, que poderá comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo. Não podendo constituir defensor, ser-lhe-á nomeado o Defensor Público atuante neste juízo.Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/CARTA.

Proc.: 0001945-71.2012.8.22.0015
Ação:Interdição
Interditante:Enilza Felix dos Santos
Advogado:Defensor Público (- -)
Interditado:Eline Felix Flores
Despacho:
Considerando o disposto no art. 1.771 do Código Civil, designo audiência para interrogatório do interditando para o dia 6 de fevereiro de 2013, às 11h15mim.Intime-se, dando-se ciência ao Ministério Público.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002431-56.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Gomes Lima
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Requerido:Americel S.a Claro
Advogado:Ana Flávia Pereira Guimarães (MG 105.287), Diogo Soares Peres (OAB/MG 116.750), Vinicius Pereira Barbosa (MG 106.966), Fernando Fonseca Santos Kutianski (28487), Diogo Fonseca Santos Kutianski (DF 23.165), Alice Barbosa Reigota Ferreira (RO 164), Armando Reigota Ferreira (122A), João Marcelo Moreira de Oliveira Dias (104.619), Daniel Fernandes de Castro (124.660), Priscilla de Souza Brandão (107.159), Lívia Milagres Lopes Siqueira Gomes (120.911), Eliara Viera Brant (125.391), Douglas William Campos dos Santos (31.138), Joana Aparecida Silva de Miranda (129.932), Sarah Santos Luz (116.063)
Despacho:
Designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 18 de fevereiro de 2013, às 9h00min.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002514-09.2011.8.22.0015
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:Tássia Danielle Pires de Oliveira
Advogado:Janaina Pereira de Souza Florentino (RO 1502)
Requerido:Samuel de Oliveira
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Despacho:
Designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 28 de janeiro de 2013, às 9h00min.Não realizado acordo, este juízo deliberará na própria audiência acerca do pedido de fls. 42.Intimem-se as partes por intermédio de seus advogados. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000144-23.2012.8.22.0015
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Kevin Guasania Guatia
Advogado:Defensoria Pública (- -)
Despacho:
Designo audiência de justificação para o dia 6 de fevereiro de 2013, às 8h30mim.Intimem-se as testemunhas indicada pela parte autora às fls. 40.Intime-se o Ministério Público. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito O presente serve como mandado.

Proc.: 0001836-57.2012.8.22.0015
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:G. L. F. A. L. F.
Advogado:Defensor Público (- -)
Requerido:J. P. F.
Despacho:
Diante do ofício de fls. 31 e da certidão de fls. 24, designo audiência de conciliação para o dia 18 de fevereiro de 2013, às 8h30min.Comunique-se com urgência o juízo deprecante, nos moldes informados às fls. 31. Na hipótese de a precatória ter sido devolvida, expeça-se nova com urgência.Intimem-se os requerentes pessoalmente.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.

Karina Miguel Sobral
Juíza de Direito

Rita de Cássia de Brito Morais
Escrivã Judicial

COMARCA DE JARU

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0006030-39.2012.8.22.0003
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Cleiton dos Santos Machado
Advogado:Airton Pereira de Araujo (OABRO 243)
Despacho:
Designo audiência para o dia 29/01/2013, às 08:00 horas. Comunique o Juízo deprecante.Int.Jaru-RO, quarta-feira, 12 de dezembro de 2012.

Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara
Juíza de Direito

Gilson da Silva Barbosa
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO

Gabarito
Proc.: 0004886-30.2012.8.22.0003
Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente:Gercilia Ferreira de Souza
Advogado:Lenir Correia Coelho (RO 2424)
Requerido:Espílio de Antonio Raimundo de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D)
Intimar o patrono do autor para no prazo de 05 dias retirar o Alvará Judicial devidamente retificado

Fábio da Silva Amaral
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: mailto:elsi@tj.govElsi Antônio Dalla Riva
Para Contatos e-mail: veraalves@tj.gov.br

Proc.: 0066868-84.2008.8.22.0003
Ação:Inventário
Inventariante:Marluce Soares Martinez, Francisco César Trindade Rego
Advogado:Francisco Sávio Araujo de Figueiredo, Ademar Selvino Kussler (OAB/RO 1324), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)
Inventariado:Euclides Soares Filho
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Despacho:
Proceda a intimação dos herdeiros, através de seus advogados, para eventual manifestação, conforme requerido à fl. 406/407. Jaru-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000868-63.2012.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040-A)
Executado:Renata Moura Lourenço, Osório Lourenço Filho
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:
Deixo de homologar o acordo de fls. 97/99, uma vez que não consta a procuração outorgando poderes ao advogado da parte requerida.Entretanto, uma vez que a petição sinaliza para o deslinde do feito, suspendo, por ora, a hasta pública designada à fl. 93.Intime-se os executados para procederem a devida regularização da representação processual.Jaru-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.

Flávio Henrique de Melo
Juiz de Direito

Fabiane Palmira Barobza
Diretora de Cartório

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - PROJUDI

Proc: 1002049-79.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
ANTONIO INÁCIO DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): Edemilson Evangelista de Abreu(OAB 2792 RO)
Vivo S. A.(Requerido)
Decisão: "O autor reconhece a existência da dívida, demonstrando que a negativação, a princípio é lícita. Poderá entrar em contato com a requerida e solicitar a emissão das faturas para regularizar sua situação, fornecendo endereço correto ou por meio eletrônico. De todo modo, não há presença de dano irreparável ou de difícil reparação, requisitos essenciais para a concessão da tutela.
Posto isso, indefiro a concessão da tutela."

Proc: 1001304-02.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
IDELJARDES DE MENEZES LIMA(Requerente)
Advogado(s): Karima Faccioli Caram(OAB 3460 RO)
Eletrobras - Distribuição Rondonia - Centrais Eletricas de Rondonia(Revisionado)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
Fica intimada a advogada do autor a apresentar contrarrazões no prazo legal.

Proc: 1001519-12.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
L. K. COM. DE CONFECÇÕES LTDA(Exequente)
Advogado(s): Ariane Maria Guarido(OAB 3367 RO)
Manon de Cassia Barros Borges(Executado)
Fica intimada a advogada do exequente a dizer se tem interesse na adjudicação do bem penhorado.

Proc: 1002092-16.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Cristiane Almeida Rodrigues(Requerente)
Advogado(s): Nivea Magalhães Silva(OAB 1613 RO)
Brasil Telecom Celular Sa(Requerido)
Sentença: "Cadastrada no polo passivo pessoa diversa daquela que consta na petição inicial. Além disso, os fatos narrados pela autora não correspondem a atividade exercida pela requerida, motivo pelo qual, reconheço a ilegitimidade passiva da empresa e diante da ausência de uma das condições da ação, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art.267, VI do CPC. Caso a autora pretenda aduzir novo pedido, deverá ajuizar nova ação, uma vez que não há ônus ou condição para tanto.
P.R.I. Arquivem-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado."

Proc: 1001994-31.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Jose Ramos Junior(Requerente)
Advogado(s): Luana Novaes Schotten de Freitas(OAB 3287 RO)
DETRAN - Departamento Nacional de Trânsito(Requerido)
Sentença: "(...)Assim, reconheço a incompetência deste Juizado Especial Cível para processar o feito e extingo o processo sem resolução do mérito nos termos do art. 51 da Lei 9.099/95 c/c art. 267, IV do CPC. Caso pretenda o autor novo pedido, deverá observar a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos da Lei 12.123/2009, cujo processo segue na forma física.
P.R.I. Após, ao arquivo."

Proc: 1002079-17.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
J. C. Pereira Variedades Me(Requerente)
Advogado(s): Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)
Isaias Vicente de Castro(Requerido)
Sentença: "Encontram-se prescritos os títulos pelos quais se exige o recebimento do crédito, podendo o Juiz pronunciar-se de ofício conforme preceitua o art. 219, §5 do CPC c/c art. 61 da Lei 7.357/85 ou art. 206, §5 do CC. Posto isso, reconheço a prescrição e julgo extinto o processo com resolução de mérito nostermos do art. 269, IV do CPC. Arquive-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado.
Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves-juiz de direito."

Proc: 1000945-86.2011.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
C.R. ELETROMOVEIS LTDA(Exequente)
Advogado(s): Herbert Wender Rocha(OAB 3739 RO)
Domingos Gelson Camata(Executado)
Despacho: "Considerando que o processo encontra-se extinto, o exequente deverá propor nova ação.
Intime-se, após ao arquivo."

Proc: 1000731-61.2012.8.22.0004
Ação:Execução de Título Judicial
SAITER & SAITER LTDA. ME(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
Centralnorte Servicos e Comercio Ltda(Requerido), Eletrobras Distribuição Rondônia(Parte retirada do polo passivo da ação)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA RÁPIDA DE MIRANTE DA SERRA
Despacho: "O autor deverá comprovar que a Centralnorte tem crédito a receber da Eletrobrás para o deferimento do pedido. Caso não haja manifestação em 5 dias, arquive-se. Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - Juiz de Direito."

Proc: 1000476-06.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Zilton Borges(Requerente)
Advogado(s): Lusimar Bernardes Viana(OAB 2662 RO)
BUZZO & BUZZO LTDA ME(Requerido), Valtair Carlos Buzzo(Requerido)
Advogado(s): Luzinete Marciana da Cruz(OAB 2813 RO)
Despacho: "Cabe ao autor esclarecer tais fatos, tendo em vista o rito do Juizado Especial. Prazo de 5 dias, sob pena de extinção. A desalienção é incabível no momento, haja vista o bloqueio do veículo em outro processo.
Intime-se. Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1001206-17.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Ivan Pires Xavier Filho(Autor)
Advogado(s): Ariane Maria Guarido(OAB 3367 RO)
Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR(Requerido)
Advogado(s): EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO(OAB 4643 RO)
Despacho: "Inaplicável o art. 745-A do CPC, por ser específico a título executivo extrajudicial, o que não é o caso dos autos. A proposta de parcelamento poderia ser aceita a título de acordo com a concordância da outra parte, o qual já manifestou não ter interesse. Assim, procedo a solicitação de bloqueio de valores referente ao saldo remanescente, pelo sistema Bacenjud. Junte-se o Recibo de Protocolamento e aguarde-se o prazo de 05 dias para consulta. Caso positivo, intime-se para os embargos. Libere-se a quantia depositada em favor do autor, Ouro Preto do Oeste, em 21 de dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves - Juiz de direito."

Proc: 1001572-56.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
BABAÇU CONFECÇÕES LTDA - ME(Requerente)
Advogado(s): Ana Cristina Menezes Rodrigues(OAB 4197 RO)
Ana Claudia Linhares de Lima (Requerido)
Fica intimado o advogado do autor a manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

Proc: 1001911-15.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Thiago Nunes de Jesus(Requerente)
Advogado(s): Alexandre Anderson Hoffmann(OAB 3709 RO)
Claro Celular S/A(Requerido)
Decisão: "O autor não esclareceu a origem do débito, tampouco o respectivo pagamento. Ausente portanto, a prova inequívoca do direito alegado, requisito essencial à concessão da tutela antecipada, motivo pelo qual, indefiro-a. Cite-se e intimem-se. Aguarde-se a realização da audiência."

Proc: 1001057-21.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
ANA MARIA DO COUTO(Autor)
Advogado(s): Gilson Souza Borges(OAB 1533 RO)
Banco BMG S.A.(Réu), Banco Schahin S. A.(Réu)
Fica intimado o advogado do autor a manifestar-se sobre o ofício juntado.

Proc: 1000086-36.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Helena Gonçalves(Requerente)
Advogado(s): Julian César Matsumoto Pedri Valença(OAB 4978 RO)
REGICARLA DIAS BASTOS(Requerido)
Despacho: "Desconstituo a penhora realizada no mov. 30, por considerar referido bem impenhorável. Manifeste-se o autor no prazo de 5 dias, sob pena de extinção. Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves -juiz de direito."

Proc: 1002060-11.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
J. C. Pereira Variedades Me(Requerente)
Advogado(s): Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)
Cláucia Pereira da Silva(Requerido)
Sentença: "Encontram-se prescritos os títulos pelos quais se exige o recebimento do crédito, podendo o Juiz pronunciar-se de ofício conforme preceitua o art. 219, §5 do CPC c/c art. 61 da Lei 7.357/85 ou art. 206, §5 do CC. Posto isso, reconheço a prescrição e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, IV do CPC. Arquive-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado.
Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves-juiz de direito."

Proc: 1001183-71.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
M. W. Stein Ltda - Me (atrevida Confecções)(Requerente)
Advogado(s): Nivea Magalhães Silva(OAB 1613 RO)
Evandro Furtado da Silva(Requerido)
Fica intimado o advogado do autor a manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

Proc: 1001087-56.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
I TEIXEIRA DE BASTOS ME(Autor)
Advogado(s): Gilson Souza Borges(OAB 1533 RO)
MARIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA(Réu)
Fica intimado o advogado do autor a manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

Proc: 1000700-41.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Daniel Lemos da Silva(Requerente)
Advogado(s): Nivea Magalhães Silva(OAB 1613 RO)
BANCO BMC S/A(Requerido)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Fica intimado o autor a manifestar-se sobre o pagamento conforme comprovante juntado aos autos.
Fica intimado o requerido a recolher as custas processuais conforme consta do cálculo da contadoria, no prazo de 5 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc: 1001193-18.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Comércio de Materiais para Construção e Ferragens Real LTDA (Real Materiais para Construção)(Requerente)
Advogado(s): Nivea Magalhães Silva(OAB 1613 RO)
A. de Jesus Kuticoski (Areal Vitória)(Réu com processo extinto), Lucas Lopes de Lima(Requerido)
Fica intimado o advogado do autor a manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

Proc: 1001282-41.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Dário Nunes Mourão(Autor)
Advogado(s): Christina de Almeida Soares(OAB 2542 RO)
Pemaza S/A(Requerido)
Advogado(s): Carlos Luiz Pacagnan(OAB 107B RO)
Fica intimada a advogada do autor a apresentar contrarrazões no prazo legal.

Proc: 1000070-82.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Rogério Rodrigues Teixeira(Requerente)
Advogado(s): Sonia Maria dos Santos(OAB 3160 RO)
LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDA LTDA(Requerido)
Advogado(s): OAB:2281 RO
Fica intimada a advogada do autor a manifestar-se sobre os embargos juntado aos autos.

Proc: 1000779-88.2010.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Cristina Aurora Storti Matias(Requerente)
Banco Bonsucesso(Requerido)
Advogado(s): OAB:144151 RJ, Weverton Jefferson Teixeira Heringer(OAB 2514 RO), Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO), Bernardo Augusto Galindo Coutinho(OAB 2991 RO), Leobaldo Alves de Jesus(OAB 4037 RO)
POSTO AVANÇADO DE MIRANTE DA SERRA
Despacho: "Expeça-se Alvará de Levantamento em favor da autora do valor da condenação e em favor da requerida quanto a importância paga pela condenação em honorários, uma vez que requerente não possui advogado nos autos.
Após, arquivem-se".
FICA INTIMADA A PARTE REQUERIDA A INFORMAR CONTA BANCÁRIA PARA TRANSFERÊNCIA/DEVOLUÇÃO DO VALOR DEPOSITADO REFERENTE AOS HONORÁRIOS, OU COMPARECER EM CARTÓRIO PARA RETIRAR O ALVARÁ DE LEVANTAMENTO.

Proc: 1001058-06.2012.8.22.0004
Ação: Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Delegacia de Polícia - Ouro Preto do Oeste/RO(Autor)
José Ribeiro de Oliveira(Denunciado)
Advogado(s): Jormicezar Fernandes da Rocha(OAB 899 RO)
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
Fica intimado o advogado do réu a apresentar alegações finais no prazo legal.

Proc: 1002085-24.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
J. C. Pereira Variedades Me(Requerente)
Advogado(s): Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)
Leonardo Patricio Moreira(Requerido)
Sentença: "Encontram-se prescritos os títulos pelos quais se exige o recebimento do crédito, podendo o Juiz pronunciar-se de ofício conforme preceitua o art. 219, §5 do CPC c/c art. 61 da Lei 7.357/85 ou art. 206, §5 do CC. Posto isso, reconheço a prescrição e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, IV do CPC. Arquive-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado.
Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves-juiz de direito."

Proc: 1002096-53.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
J. C. Pereira Variedades Me(Requerente)
Advogado(s): Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)
Maria Aparecida Peras da Silva Araujo(Requerido)
Sentença: "Encontram-se prescritos os títulos pelos quais se exige o recebimento do crédito, podendo o Juiz pronunciar-se de ofício conforme preceitua o art. 219, §5 do CPC c/c art. 61 da Lei 7.357/85 ou art. 206, §5 do CC. Posto isso, reconheço a prescrição e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, IV do CPC. Arquive-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado.
Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves-juiz de direito."

Proc: 1001773-48.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Cézar dos Santos(Requerente)
Francisco Matias(Requerido)
Advogado(s): Lusimar Bernardes Viana(OAB 2662 RO)
Sentença: "(...) Posto isso, Julgo Improcedente o pedido proposto por Cezar dos Santos contra Francisco Matias e extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art.269, I do CPC. Revogo a liminar concedida.
P.R.I. Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se. Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - Juiz de Direito."

Proc: 1001837-58.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Andreia Martins Amorim(Requerente)
Advogado(s): Décio Barbosa Machado(OAB 5415 RO)
Natura Cosméticos S.a(Requerido)
Sentença: "(...) Desta forma, reconheço a incompetência deste Juizado para analisar o feito e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se independentemente da certidão do trânsito em julgado. Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves-Juiz de Direito."

Proc: 1001398-47.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Ordina Moreira(Requerente)
Advogado(s): Karima Faccioli Caram(OAB 3460 RO)
Eletrobras - Distribuição Rondonia - Centrais Eletricas de Rondonia(Requerido)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
Sentença: "(...) Posto isso, Julgo Procedente em parte o pedido proposto por Ordina Moreira contra Eletrobrás - Centrais Elétricas de Rondônia, para condená-la a restituir o valor efetivamente pago pelo equipamento, corrigido e com juros de mora devidos desde a citação, cuja planilha deverá ser apresentada pela autora, em até 5 dias, contados da data do trânsito em julgado, bem como a excluir a cobrança mensal por tal serviço, a partir da sentença. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 269, I do CPC.
A partir da apresentação da planilha contendo o valor da condenação, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475-J do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado e expirado o prazo para apresentação do valor da condenação, não havendo manifestação, arquivem-se. Ouro Preto do Oeste, em 21 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1001400-17.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Francisco Rodrigues Pereira(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
Eletrobras - Distribuição Rondonia - Centrais Eletricas de

Rondonia(Requerido)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
Sentença: "(...) Posto isso, Julgo Procedente em parte o pedido proposto por Francisco Rodrigues Pereira contra Eletrobrás - Centrais Elétricas de Rondônia, para condenar a requerida a restituir o valor efetivamente pago pelos equipamentos, cuja soma corresponde a R$ 5.722,89 (cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos) corrigido e com juros de mora devidos desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 269, I do CPC.
A partir do trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475J do CPC.
P.R.I. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste, em 21 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1001408-91.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
PEDRO GARCIA PEREIRA(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
Eletrobras Distribuição / Rondonia - Centrais Eletricas de Rondonia(Requerido)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
Senetnça: "(...) Posto isso, Julgo Procedente em parte o pedido proposto por Pedro Garcia Pereira contra Eletrobrás - Centrais Elétricas de Rondônia, para condenar a requerida a restituir o valor pago pelos equipamentos, cuja soma corresponde a R$ 5.812,89 (cinco mil, oitocentos e doze reais e oitenta e nove centavos) corrigido e com juros de mora devidos desde a citação. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 269, I do CPC.
A partir do trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475-J do CPC.
P.R.I. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se.
Ouro Preto do Oeste, em 21 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1002062-78.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
J. C. Pereira Variedades Me(Requerente)
Advogado(s): Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)
Daniela Martins Ferreira(Requerido)
Sentença: "Encontram-se prescritos os títulos pelos quais se exige o recebimento do crédito, podendo o Juiz pronunciar-se de ofício conforme preceitua o art. 219, §5 do CPC c/c art. 61 da Lei 7.357/85 ou art. 206, §5 do CC. Posto isso, reconheço a prescrição e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, IV do CPC. Arquive-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado.
Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves-juiz de direito."

Proc: 1002074-92.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
J. C. Pereira Variedades Me(Requerente)
Advogado(s): Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)
Fabiano Lodi(Requerido)
Sentença: "Encontram-se prescritos os títulos pelos quais se exige o recebimento do crédito, podendo o Juiz pronunciar-se de ofício conforme preceitua o art. 219, §5 do CPC c/c art. 61 da Lei 7.357/85 ou art. 206, §5 do CC. Posto isso, reconheço a prescrição e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, IV do CPC. Arquive-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado.
Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves-juiz de direito."

Proc: 1001783-29.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Gilman Pinto Moretto(Exequente)
Advogado(s): Sonia Maria dos Santos(OAB 3160 RO)
Dilsineia Julia da Silva(Executado)
Fica o exequente intimado a providenciar o pagamento da diligência, no prazo de 05 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc: 1001397-62.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Obadias Garcia da Silva(Requerente)
Advogado(s): Karima Faccioli Caram(OAB 3460 RO)
Eletrobras - Distribuição Rondonia - Centrais Eletricas de Rondonia(Requerido)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
Sentença: "(...) Posto isso, Julgo Procedente em parte o pedido proposto por Obadias Garcia da Silva contra Eletrobrás - Centrais Elétricas de Rondônia, para condená-la a restituir o valor efetivamente pago pelo equipamento, corrigido e com juros de mora devidos desde a citação, cuja planilha deverá ser apresentada pelo autor, em até 5 dias, contados da data do trânsito em julgado, bem como a excluir a cobrança mensal por tal serviço, a partir da sentença. Via de consequência extingo o processo com análise do mérito, nos termos do art. 269, I do CPC.
A partir da apresentação da planilha contendo o valor da condenação, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475-J do CPC. P.R.I. Após o trânsito em julgado e expirado o prazo para apresentação do valor da condenação, não havendo manifestação, arquivem-se. Ouro Preto do Oeste, em 21 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1000918-69.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Edivaldo José de Souza(Requerente)
Advogado(s): Osiel Miguel da Silva(OAB 3307 RO)
ABEL JUNOR DA SILVA(Executado)
Fica intimado o advogado do autor a manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

Proc: 1001863-56.2012.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
G. A. Teixeira & Cia Ltda M E(Requerente)
Advogado(s): Ariane Maria Guarido(OAB 3367 RO)
VALERIA FIGUEREDO DE FRANÇA(Requerido)
Fica intimado o advogado do autor a manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça juntada aos autos.

Proc: 1001259-95.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
João Gomes Viana(Requerente)
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR(Requerido)
Advogado(s): EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO(OAB 4643 RO)
Despacho: "Inaplicável o art. 745-A do CPC, por ser específico a título executivo extrajudicial, o que não é o caso dos autos. A proposta de parcelamento poderia ser aceita a título de acordo com a concordância da outra parte, o qual já manifestou não ter interesse. Assim, procedo a solicitação de bloqueio de valores referente ao saldo remanescente, pelo sistema Bacenjud. Aguarde-se o prazo de 05 dias para consulta. Caso positivo, intime-se para os embargos. Libere-se a quantia depositada em favor do autor. Ouro Preto do Oeste, em 28 de dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves - Juiz de direito."

Proc: 1001207-36.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
SANDRO RAMOS RODRIGUES(Requerente)
Advogado(s): Eduardo Custódio Diniz(OAB 3332 RO)
ATACADAO DOS MARCENEIROS (VG Ferreira Móveis Me) (Requerido)
Despacho: "Em observância ao rito do Juizado Especial, intime-se o autor para que forneça seus dados
bancários para realização do depósito, no prazo de 5 dias.
Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1001214-91.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Claudia Cristina Magalhães Locatelli(Requerente), Manoel Gonçalves Dias(Requerente), Luciana Cremasco Campos Dell Orto(Requerente), Maria Helena Gomes Xavier(Requerente), Eva Maria da Silva Brilhante(Requerente)
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR(Requerido)
Advogado(s): EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO(OAB 4643 RO)
Despacho: "Inaplicável o art. 745-A do CPC, por ser específico a título executivo extrajudicial, o que não é o caso dos autos. A proposta de parcelamento poderia ser aceita a título de acordo com a concordância da outra parte, a qual manifestou não ter interesse. Assim, procedo a solicitação de bloqueio de valores referente ao saldo remanescente, pelo sistema Bacenjud. Aguarde-se o prazo de 05 dias para consulta. Caso positivo, intime-se para os embargos. Libere-se a quantia depositada em favor dos autores. Ouro Preto do Oeste, em 28 de dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves - Juiz de direito."

Proc: 1002087-91.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
J. C. Pereira Variedades Me(Requerente)
Advogado(s): Filiph Menezes da Silva(OAB 5035 RO)
Lusia Santos de Lima(Requerido)
Sentença: "Encontram-se prescritos os títulos pelos quais se exige o recebimento do crédito, podendo o Juiz pronunciar-se de ofício conforme preceitua o art. 219, §5 do CPC c/c art. 61 da Lei 7.357/85 ou art. 206, §5 do CC. Posto isso, reconheço a prescrição e julgo extinto o processo com resolução de mérito nos termos do art. 269, IV do CPC. Arquive-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado.
Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.
Glauco Antônio Alves-juiz de direito."

Proc: 1002046-27.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
GISLAINY DE OLIVEIRA(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná - CEUJI/ULBRA (Requerido)
Decisão: "Não havendo por ora, a prova inequívoca da alegada ilicitude da cobrança, requisito essencial à concessão da tutela antecipada, indefiro-a. Cite-se e intimem-se. Aguarde-se a realização da audiência."
FICA INTIMADO O ADVOGADO DO AUTOR A ENTREGAR EM CARTÓRIO A CONTRA-FÉ.

Proc: 1001393-25.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
EDNA ALMEIDA DE JESUS(Autor)
Advogado(s): Gilson Souza Borges(OAB 1533 RO)
Jane de Souza Laet Silva(Requerido)
Sentença: "Ausente a assinatura da requerida na nota promissória. Não havendo comprovação do negócio
jurídico entre as partes, extingo o processo sem análise do mérito. P.R.I. Arquivem-se, independentemente da certidão do trânsito em julgado."

Proc: 1000395-57.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
L. H. Flora Sales ME(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ASSEMBLÉIA DE DEUS DE MIRANTE DA SERRA - AEASADM(Requerido)
Despacho: "Todas as tentativas para que o executado depositasse a quantia penhorada, restaram infrutíferas. Se não cumpriu, o mais provável é que tenha gasto o dinheiro. Sendo assim, indefiro o pedido do exequente, pois mesmo que se expeça o mandado de entrega, não haverá satisfação da obrigação exigida. Intime-se o exequente para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção. Ouro Preto do Oeste, em 20 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1001586-40.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
SILBERTO ERVALDO WENDLER(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
Eletrobras - Distribuição Rondonia - Centrais Eletricas de Rondonia(Requerido)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
Fica a parte autora intimada da redesignação da data da audiência conforme consta dos autos.

Proc: 1002112-07.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Valmir Alves dos Santos(Requerente)
Advogado(s): Osiel Miguel da Silva(OAB 3307 RO)
Import Express Comercial Importadora Ltda(Requerido)
Decisão: "O requerente alega que não efetuou qualquer negócio com a empresa requerida e desconhece o débito ensejador

da inscrição no órgão de restrição ao crédito. É provável que seja o caso de fraude praticada por terceira pessoa. Posto isso determino a requerida que promova a exclusão do nome do autor do SPC/SERASA, em relação ao contrato discutido nos autos, no prazo de 05 dias, sob pena de multa diária de R$100,00 até o limite de 20 dias."
FICA INTIMADO O ADVOGADO DO AUTOR A ENTREGAR EM CARTÓRIO A CONTRA-FÉ.

Proc: 1001116-09.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Adilson Inacio Barbosa(Requerente)
Advogado(s): Osiel Miguel da Silva(OAB 3307 RO)
EMBRATEL CLARO FIXO(Requerido)
Despacho: "Intime-se o autor a informar o CNPJ da empresa executada para viabilizar o bloqueio on line pleiteado. Prazo de 5 dias. Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - Juiz de Direito."

Proc: 1001719-82.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Wilson Santos da Silva(Requerente)
Advogado(s): Edemilson Evangelista de Abreu(OAB 2792 RO)
ABRACE BRASIL- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA,(Requerido)
Despacho: "A ordem para excluir a negativação já foi imposta, senão houve cumprimento haverá aplicação da multa. De todo modo, se confirmado em sentença a ocorrência de ato ilícito, provavelmente, será indenizado, ou seja, haverá reparação do dano sofrido. Posto isso, indefiro o pedido. Aguarde-se a realização da audiência.
Ouro Preto do Oeste, em 20 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1000782-72.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria de Jesus Viana(Requerente)
Advogado(s): Edson Antonio Sperandio(OAB 3480 RO)
Banco Schahin S. A.(Requerido)
Advogado(s): Alice Reigota Ferreira Lira(OAB 352B RO), OAB:76696 MG
Adv.: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES
Fica intimado o advogado do requerido a recolher as custas processuais, no prazo de 5 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.
Fica intimada a parte autora a manifestar-se sobre o pagamento juntado aos autos.

Proc: 1001420-08.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Elizeu Garcia de Lima(Requerente)
Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)
Vivo S. A(Requerido)
Advogado(s): Alan Arais Lopes(OAB 1787 RO)
Despacho: "Constato que na tela apresentada pela requerida a consulta realizada refere-se ao número 69-9955-6223, que encontra-se cadastrado em nome de terceira pessoa, e é diverso do contido na determinação, sendo que a mesma reconhece que o número pelo qual se pretende o restabelecimento do serviço é o 69-9965-6223. O equívoco foi causado por ela mesma, sendo assim, indefiro o pedido.
Intime-se. Ouro Preto do Oeste, em 20 de Dezembro de 2012. Glauco Antônio Alves - juiz de direito."

Proc: 1001026-35.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
ELIAS GONCALVES DE ANDRADE(Requerente)
Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)
Sebastiao Alves Pereira(Requerido)
Despacho: "Tais informações estão incompletas nos autos, cabe ao autor informá-las no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento. Intime-se, não havendo manifestação, arquive-se. Ouro Preto do Oeste, em 19 de Dezembro de 2012.

Glauco Antônio Alves
juiz de direito."

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet, pelos endereços eletrônicos:
Juiz: opojuiz@tjro.jus.br
Escrivão: opo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003960-46.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. S. de C.
Advogado:Defensor Público
Requerido:A. F. da S.
Advogado:Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 207: "... Deixei de intimar a testemunha Warley Pizeta Furlan em razão de não a encontrar no endereço informado..."

Proc.: 0000580-15.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. R. P. S.
Advogado:Filiph Menezes da Silva (OAB/RO 5035), Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Antônio Miguel dos Reis (OAB/RO 3177)
Requerido:A. B. P. P.
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296412)
Despacho:
Defiro a prova testemunhal.Para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26/02/2013, às 10:00 horas. Expeça-se o necessário para a intimação das partes e das testemunhas que deverão serem arroladas com antecedência mínima de trinta dias antes da audiência.Int.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0010713-58.2008.8.22.0004
Ação:Concessão de benefícios previdenciários
Requerente:Adair Alves de Souza
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Certidão do Oficial de Justiça:nciários

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 128: "... Deixei de intimar Adair Alves de Souza, por não tê-lo localizado... tendo as testemunhas intimadas alegado que Adair mudou para Mato Grosso - Colniza e não deixou endereço. Deixei de intimar Eli de Amorim, sendo que no endereço não mais reside e lá esclareceram que ele mudou para Urupá..."

Proc.: 0002517-60.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:K. B. C.
Advogado:Defensor Público
Requerido:R. A. G. de J.
Advogado:Bárbara Pires Medeiros (OAB/MG 89861)
Ofício - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s). 55, da Comarca de Peçanha/MG, informando que foi designada audiência para o dia 22/01/2013, às 09:00 horas, para oitiva das testemunhas.

Proc.: 0004353-05.2011.8.22.0004
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:H. L. T.
Advogado:Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (OAB/RO 4063)
Requerido:R. T. de A. N.
Advogado:José de Souza Lima Júnior (OAB/RO 1622)
Decisão:
Ciente do agravo. O agravante tem inteira razão em sua irresignação, uma vez que a decisão de fls. 100, dada por mim, está equivocada. Isso porque no despacho inicial foi deferida a gratuidade processual (fls. 29). Não há razão para que seja preparado o recurso interposto pelo requerente. Assim, revogo a decisão de fls. 100, ficando dispensado o preparo do recurso. Oficie-se com urgência ao e. Relator Desembargador Isaías Fonseca Moraes comunicando que a decisão agravada foi revogada, prejudicando, salvo melhor juízo, o agravo. Sem prejuízo, às contrarrazões no prazo legal. Após, à Superior Instância. Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0038042-21.2003.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Neuza Lourenço de Souza
Advogado:Jack Douglas Gonçalves (OAB/RO 586), Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041), Jess José Gonçalves (OAB/RO 1739)
Requerido:Município de Nova União RO
Advogado:Procurador do Município de Nova União R O
Despacho:
Recebo os embargos. Manifeste-se a embargada. Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0011523-33.2008.8.22.0004
Ação:Consignação em pagamento
Requerente:Valdeir Martins de Oliveira
Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613)
Requerido:Banco Volkswagen S/A
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/MT 4482), Grasiela Elisiane Ganzer (OAB/RO 3827A)
Custas Judiciais - Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 77,03, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0000719-64.2012.8.22.0004
Ação:Monitória
Requerente:Banco Bradesco S/a - Osasco/sp
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Lucyanne C. Brandt (OAB/RO 4659), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Requerido:Nilson Locatelli
Advogado:Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (OAB/RO 4063), Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131)
Sentença:
"... Ante o exposto, julgo improcedentes os embargos monitórios e, por conseguinte, converto o mandado monitório em título executivo judicial, nos termos do art. 1.102-C, §3º, do Código de Processo Civil.O embargante arcará com eventuais custas e com honorários advocatícios, estes que fixo, para a fase de execução, em 10% do valor do débito.PRI.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de novembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito."

Proc.: 0002609-38.2012.8.22.0004
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:Moises Francisco Chagas
Advogado:Joilson Santos de Almeida (OAB/RO 3505)
Embargado:União P F N
Advogado:Procurador Federal
Despacho:
Às partes para que informem se pretendem produzir outras provas, justificando a necessidade. Prazo de dez dias. Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 5 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0016399-41.2002.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:Adir da Silva Rocha
Advogado:Kennedy Teixeira Rocha (OAB/MG 94.099)
Inventariado:Osvaldo da Silva Rocha "de Cujus"
Advogado:Edelcides Apolinario de Alencar (OAB/RO 331-A), Eliana Lemos de Oliveira (OAB/RO 4423), Thiago Mafia Miranda (OAB/RO 4970)
Despacho:
Algumas cabeças é expressão por demais lacunosa. A inventariante deve ser mais exata, apresentando os valores necessários.Prazo de cinco dias.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0000297-89.2012.8.22.0004
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Nilson Locatelli
Advogado:Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (OAB/RO 4063)
Embargado:Rony Cleyton Morais Corti
Advogado:Deraldo Manoel Pereira Filho (OAB/RO 933), Jormicezar Fernandes da Rocha (OAB/RO 899), Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)

Sentença:
"... Ante o exposto, julgo improcedentes os embargos e, por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Sem custas, uma vez que não incidem em embargos à execução.O embargante arcará com o pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 3.000,000 (três mil reais). PRI, prosseguindo-se nos autos da execução.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito."

Proc.: 0005717-46.2010.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Noemi Machado Barbosa
Advogado:Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Sentença:
HOMOLOGO o acordo realizado entre as partes, eis que é válido e formalmente em ordem, e o faço com fundamento no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil.Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios. Expeça-se RPV e o que mais se fizer necessário.Arquivem-se os autos.P.R.I.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 17 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0057417-37.2005.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Angelo Luis Braga Bravin, Alexandre Braga Bravin
Advogado:Veralice Gonçalves de Souza Veris (OAB/RO 170-B)
Requerido:José Carlos Lima
Advogado:Alexsandro Klingelfus (OAB/RO 2395)
Despacho:
Concedo aos exequentes o prazo de 15 dias para que se manifestem a respeito da proposta de acordo. Int.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 18 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0002785-51.2011.8.22.0004
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:Judisson Marinho - PJ, Judisson Marinho
Advogado:Maria Aparecida Santana Rodrigues (OAB/RO 3366), Nildo Valentin da Costa (OAB/PR 37331)
Embargado:União P F N
Advogado:Procurador Federal
Despacho:
Recebo o recurso em seus regulares efeitos.Às contrarrazões. Em seguida, ao TRF.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 19 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0002390-59.2011.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Gima Gilberto Miranda Automóveis Ltda
Advogado:Vanda Salete Gomes Almeida (OAB/RO 418), Alester de Lima Coca (OAB/RO 632 E)
Executado:Nerismar de Moraes
Advogado:Advogado Não Informado
Despacho:
Indefiro. Na certidão de fls. 19 consta que não foram localizados registros de semoventes em nome do executado.Concedo à exequente o prazo de dez dias para que dê andamento de forma útil, sob pena de arquivamento.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 26 de novembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0000390-52.2012.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado:Thiago Freire da Silva (OAB/RO 3653)
Executado:Carlos Valério de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado
Despacho:
Indefiro. Não há motivo que justique a busca de contas bancárias pelo CPF da esposa do requerido, até mesmo porque existindo conta bancária em conjunto o CPF dele também estaria vinculado à conta.Intime-se para que se manifeste em termos de seguimento eficaz ao processo no prazo de 10 dias, sob pena de extinção por falta de utilidade.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 13 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0004291-62.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:B. B. F. S. A. F. B. M. C.
Advogado:Daguimar Lustosa N. Cavalcante (OABRO 4120), Celso Marcon (OAB/ES 10990), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido:J. F. D.
Advogado:Advogado Não Informado
Despacho:
Defiro a suspensão do processo pelo prazo requerido às fls.59. Decorrido, intime-se para que se manifeste, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.Int.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de novembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0004170-97.2012.8.22.0004
Ação:Monitória
Requerente:Pinheiro & Pinheiro Agencia de Cargas Ltda Me
Advogado:Pedro Felizardo de Alencar (OAB/RO 2394)
Requerido:Marinalva Quinupes
Advogado:Advogado Não Informado
Sentença:
Homologo o acordo realizado entre as partes e extingo o processo com resolução de mérito e o faço com fundamento no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas finais e honorários advocatícios tendo em vista a realização de acordo.Arquivem-se os autos.P.R.I.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de novembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0003251-11.2012.8.22.0004
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:O. M. R.
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505)
Requerido:E. J. da S.
Advogado:Advogado Não Informado
Sentença:
Tendo em vista a manifestação expressa do autor de que não tem mais interesse no seguimento da ação, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil.Defiro o desentranhamento dos documentos originais mediante a apresentação de cópias.Sem custas.Arquivem-se os autos.P.R.I.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de novembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0004571-96.2012.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:Lenilda Pereira Oliveira dos Santos
Advogado:Robislete de Jesus Barros (OAB/RO 2943)
Inventariado:Espólio de Leni José de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado
Despacho:
Nomeio a herdeira Lenilda como inventariante. Colha-se o compromisso em cinco dias.Indefiro a gratuidade. Defiro o recolhimento das custas ao final. A inventariante deve apresentar o plano de partilha em 20 dias. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0004571-96.2012.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:Lenilda Pereira Oliveira dos Santos
Advogado:Robislete de Jesus Barros (OAB/RO 2943)
Inventariado:Espólio de Leni José de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado, Justino Araújo (OAB/RO 1038)
Petição - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição de fls. 41-49.

Proc.: 0001711-25.2012.8.22.0004
Ação:Liquidação por Artigos
Exequente:Tiago Aparecido Vicente da Silva
Advogado:Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (OAB/RO 4063)
Executado:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (RO 4370), Lucyanne C. Brandt (OAB/RO 4659)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000281-72.2011.8.22.0004
Ação:Desapropriação
Requerente:Orlandino Dutra de Almeida, Maria Alice de Freitas Dias
Advogado:Salatiel Corrêa Carneiro (OAB/RO 3323), Fernando Maia (OAB/RO 452), Pablo Rosa Correa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635), Osiel Miguel da Silva (OAB/RO 3307)
Requerido:Município do Vale do Paraíso R O
Advogado:Procurador do Município de Vale do Paraíso Ro
Sentença:
Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença, uma vez que houve o trânsito em julgado.Sem prejuízo, homologo o pedido de desistência da execução (fls. 90) e, por conseguinte, extingo a execução/cumprimento de sentença, o que faço com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil.Custas processuais eventualmente pendentes ficam a cargo do requerente.PRI.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0001791-86.2012.8.22.0004
Ação:Justificação (Cível)
Requerente:I. M. de S.
Advogado:Cristiano Silveira Pinto (OAB/RO 1157)
Despacho:
Para que a emenda seja acolhida deve a requerente:1 - eleger o polo passivo da ação declaratória;2 - também deve esclarecer a manifestação de que a pretensão tem fins previdenciários, mas que pretende receber eventual benefício de pensão por morte somente quando os dependentes do falecido atingirem a maioridade, isso porque a condição de companheira e, presumidamente dependente, gera o automático direito ao benefício, não podendo a requerente impor condições para exercício desse direito.3 - juntar documento que comprove que os filhos do falecido estão recebendo pensão por morte;Para tanto concedo o prazo improrrogável de cinco dias, sob pena de indeferimento da inicial. Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de novembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0000881-59.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Carmo Bento
Advogado:Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834), Pedro Riola dos Santos Júnior (OAB/RO 2640)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Sentença:
"... Ante o exposto, julgo improcedente a ação proposta por Maria do Carmo Bento contra o INSS, nos termos do art. 48 da Lei 8213/91 e extingo o processo com resolução de mérito com fundamento no art.269, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno a requerente a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor da causa. A cobrança de tais verbas ficam suspensas com fundamento no artigo 12 da Lei 1.060/50.P.R.I.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 4 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito."

Proc.: 0004041-29.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Silvana Casagrande de Souza
Advogado:Carla de Souza Zeferino Tarrafa (OAB/RO 3370)
Executado:Edivar José de Souza
Advogado:Advogado Não Informado
Custas Judiciais - Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 454,51, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0000860-20.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Janete Lopes dos Reis
Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613), Ana Cristina Menezes Rodrigues (OAB/RO 4197)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Despacho:
Manifestem-se as partes a respeito do laudo de fls.61/62. O requerido deverá se manifestar, ainda, a respeito da petição de fls.60.Int.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 26 de novembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0002000-55.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Anildy Ribeiro Souza Pereira
Advogado:Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (OAB/RO 4063)
Executado:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Sentença:
Tendo em vista o pagamento integral da dívida, JULGO EXTINTO o processo, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.Sem custas.Arquivem-se os autos.P.R.I. Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de novembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0001150-98.2012.8.22.0004
Ação:Inventário
Requerente:Fagner Philippe de Souza Silva Martins, Hariely de Souza Silva Martins
Advogado:Cristiano Silveira Pinto (OAB/RO 1157)
Inventariado:Espólio de José Luiz da Silva Vieira
Advogado:Advogado Não Informado
Despacho:
A sucessão aberta é bem imóvel por definição legal. Assim, renúncia à herança deve ser expostas em instrumento público ou por termo nos autos.Além disso, a inventariante deve esclarecer se ingressou com alguma ação visando reconhecimento de união estável.Prazo de dez dias.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 6 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0000681-52.2012.8.22.0004
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. A. S. R. L. S. dos S. R.
Advogado:Sônia Cristina Arrabal (OAB/RO 1872)
Executado:C. C. R.
Advogado:Advogado Não Informado
Despacho:
Indefiro. Os exequentes apenas reiteram o pedido anterior que já havia sido indefido. Intime-se e aguarde-se por cinco dias pela apresentação que requerimentos pertinentes ao seguimento do processo.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 6 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0003921-20.2010.8.22.0004
Ação:Cumprimento de sentença
Embargante:Ione Toschi Fernandes
Advogado:Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064-B)
Embargado:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Despacho:
Altere-se a classe processual para execução contra a Fazenda Pública.Sem prejuízo, em relação ao pedido de execução dos honorários, deve o exequente atentar para o fato de que o valor dos honorários deve ser calculado sobre o valor dos embargos após a modificação em razão da procedência da impugnação ao valor da causa.Intime-se e aguarde-se provocação por dez dias. Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 28 de novembro de 2012. Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0003281-46.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:E. P. dos R. S.
Advogado:Léa Rodrigues de Oliveira (OAB/RO 4566)
Requerido:R. S. de O.
Advogado:Advogado Não Informado
Sentença:
Embora feliz com a notícia da reconciliação, sempre desejável em questões de familia, não há como eu atender ao pleito do casal, uma vez que a previsão de que a conversão da união estável em casamento seja facilitada pela lei, conforme previsto no art. 226, §3º da Constituição Federal, não vai ao ponto de que por mero ofício do juiz seja determinado ao Cartório de Registro Civil que converta a união estável em casamento e expeça a certidão correspondente.Assim, deve o casal cumprir as formalidades atinentes ao ato solene, mesmo que algumas delas sejam dispensadas.De resto, não havendo mais interesse no processo, julgo-o extinto sem resolução de mérito, na forma do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.Sem custa e sem honorários.PRI.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 12 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0004881-05.2012.8.22.0004
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Souza & Cavalcante Ltda
Advogado:Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613), Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3815)
Requerido:Petrobrás Distribuidora S/a
Advogado:Advogado Não Informado
Despacho:
Cumpra a determinação dada no segundo parágrafo da decisão de fls. 42.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 4 de dezembro de 2012.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0003971-75.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wellington Sousa Lima
Advogado:Efson Ferreira dos Santos (OAB/RO 4952)
Requerido:Banco Itaucard S/A, Tigrão Comércio de Veículos Ltda
Advogado:Advogado Não Informado
Sentença:
Tendo em vista que o requerente, ainda que intimado, não comprovou o recolhimento das custas iniciais conforme despacho de fls. 31, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito com fundamento no art. 267, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas na forma da lei. Arquivem-se os autos. P.R.I. Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 6 de dezembro de 2012.

Jose Antonio Barretto
Juiz de Direito.

Bel. Wilson Von Heimburg
Escrivão Judicial

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0000001-18.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Conceição Salvadora Santos de Carvalho
Advogado:Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Decisão:
DECISÃO:Vistos.Trata-se de ação de conhecimento que segue o procedimento especial do Juizado da Fazenda Pública, com pedido de tutela antecipada, ajuizada por CONCEIÇÃO SALVADORA SANTOS DE CARVALHO em desfavor do ESTADO DE RONDÔNIA, objetivando o fornecimento do medicamento HIALURATO DE SÓDIO (CYSTISTAT), na quantidade e regularidade necessárias para seu tratamento, uma vez que necessita deste medicamento para o tratamento médico de cistite intersticial CID-10, com quadro clínico de dor vesical associado a aumento de frequência miccional, e alega que suas condições financeiras não permitem a compra do mesmo. Relatado. Decido.Não é o caso de antecipação dos efeitos da tutela à falta de seus requisitos. Não obstante incabível a antecipação dos efeitos da tutela, aplicável à espécie o disposto no § 7º do artigo 273 do CPC, pois presente o fumus boni uiris e periculum in demora, uma vez que o direito à saúde se sobrepõe aos interesses financeiros do Estado.É do conhecimento geral que a Constituição da República de 1988 declarou a saúde como direito social – artigo 6º - e elencou nos artigos 196 ao 200 o preenchimento de seu conteúdo normativo. Esse distanciamento repercute, de forma expressiva, na intensidade da declaração, amortecendo a relação de imediatidade entre os Direitos Sociais, em especial a saúde, e as regras de sua aplicação.Entretanto, conhece-se, também, que as normas constitucionais são dotadas de validez, eficácia e vigência. No caso particular dos direitos sociais, tais regras não encerram somente uma promessa de atuação do Estado, mesmo que se pudesse considerar como norma programática aquela inserida no artigo 196 da Constituição da República, vigente.A propósito, cabível a jurisprudência do Pretório Excelso, quando do julgamento do Resp 267.612/RS, publicado no DJ de 23/08/2000, da Relatoria do Ministro Celso de Mello. Confira-se a ementa:?O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular ? e implementar ? políticas sociais e econômicas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência médico-hospitalar. O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política ? que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado Brasileiro ? não pode converter-se em promessa institucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever por um gesto de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado.?PROCESSO CIVIL. CONSTITUCIONAL. LEI ORGÂNCIA DO DF. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. ÔNUS DO ESTADO. 1.O fornecimento de medicamento ao doente, em sede de antecipação de tutela, não acarreta a perda do objeto, porquanto restou certo que o paciente necessitará da ministração do remédio ao longo do tempo. Assim, ressai que o provimento judicial não se exaure na entrega de cada cota da droga ao enfermo. 2 - É consabido que a Constituição da República de 1988 declarou a saúde como direito social, artigo 6º, e disciplinou nos artigos 196 ao 200 o preenchimento de seu conteúdo normativo. 3 - Sabe-se, também, ser da competência comum, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cuidar da saúde e prestar assistência médica aos cidadãos. 4 - O Distrito Federal, por meio do artigo 207, inciso XXIV, de sua Lei Orgânica, normatizou esta obrigação. Desse modo, não pode este Ente Público eximir-se desse ônus. 5 - Recurso conhecido e não-provido. (TJDF Acórdão n. 255316, 20050110491095APC, Relator LEILA ARLANCH, 4ª Turma Cível, julgado em 05/07/2006, DJ 03/10/2006 p. 133).Nesse passo, creio que estão presentes os requisitos para concessão da liminar (fumus boni iuri e periculum in mora) para aquisição do medicamento, conforme descrito no laudo de fl. 14, mesmo porque é medicamento indispensável ao tratamento e de alto custo e tendo em vista o teor da norma constitucional suso elencada, que dispõe que é dever do Estado assegurar aos cidadãos o direito à saúde. Assim, uma vez demonstrado que a Requerente não reúne condições materiais para arcar com o tratamento da doença que a acometeu, e, se o réu não se mostra inclinado ao cumprimento de suas obrigações constitucionais e infraconstitucionais, deve ser coercido a fazê-lo, através da via jurisdicional eleita pela autora. Por conseguinte, CONCEDO mandado liminar para determinar ao Requerido que forneça à Requerente, no prazo de dez (10) dias, o medicamento HIALURATO DE SÓDIO (CYSTISTAT), na quantidade e regularidade necessárias ao seu tratamento, conforme descrito em no laudo médico de fl. 14 (01 frasco uma vez por semana pelo período de 08 (oito) semanas), sob pena de sequestro de numerário da conta corrente do Estado de Rondônia e entrega a Requerente para aquisição em farmácias, mediante prestação regular de contas.Tratando-se de matéria de direito, não se faz necessário, neste momento, a designação de audiência de conciliação. Assim, determino a citação da parte requerida, para que, querendo, apresente contestação no prazo de 30 (trinta) dias, prazo esse compatível com a determinação legal de anterioridade de 30 dias entre a citação/intimação e a eventual audiência de conciliação (onde deveria ocorrer a apresentação de defesa) . Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para decisão.CONSTE NO MANDADO O INTEIRO TEOR DESTE DESPACHO.Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Wilson Soares Gama Juiz de Direito

Proc.: 0004218-41.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Maria de Fatima da Silva
Advogado:Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Despacho:
DESPACHOVistos.Considerando o resultado positivo do bloqueio on line, conforme detalhamento do BACENJUD, converto em sequestro e determino a expedição de alvará judicial para levantamento da quantia depositada em favor da Requerente, para compra do medicamento de que necessita,

devendo prestar contas da aquisição em 15 (quinze) dias, contados da aquisição.Intimem-se.Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Wilson Soares Gama Juiz de Direito

Proc.: 0004907-85.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Jhennyfer Cristina Pacheco
Advogado:Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Despacho:
DESPACHOVistos.Considerando o resultado positivo do bloqueio on line, conforme detalhamento do BACENJUD, converto em sequestro e determino a expedição de alvará judicial para levantamento da quantia depositada em favor do Requerente, para compra do medicamento de que necessita, devendo prestar contas da aquisição em 15 (quinze) dias, contados da aquisição.Intimem-se.Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.

Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0004048-66.2012.8.22.0010
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Escala Engenharia Ltda, Construtora Mosaico Ltda
Advogado:Juscelino Bellincanta (OAB/RO 1345), Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912), Juscelino Bellincanta (OAB/RO 1345), Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Litisconsorte Passiv:Prefeito do Município de Rolim de Moura RO, Coenco Construções Empreendimento e Comércio Ltda, Construtora Póllo Comércio e Incorporações Ltda, Equipav Engenharia Ltda
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000), Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882), Não Informado ( ), Silvio de Souza Garrido Junior (OAB/RO 248636), Carlos Eduardo Sanchez (OAB/SP 239842)
Sentença:
.?Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado? (item 8.2.3.1, inc. IV). Súmula 263/2011 do Tribunal de Contas da União.[...]4. Não fere a igualdade entre os licitantes, nem tampouco a ampla competitividade entre eles, o condicionamento editalício referente à experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, a pretexto de demonstração de qualificação técnica, nos termos do art. 30, inc. II, da Lei n. 8.666/93. 5. Os princípios da igualdade entre os concorrentes e da ampla competitividade não são absolutos, devendo ser ponderados com outros princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado.6. Tem-se aí exigência plenamente proporcional pois (I) adequada (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida que faz presumir, como meio, a qualificação técnica - o fim visado), (II) necessária (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida de fácil demonstração, autorizando a sumarização das exigências legais) e (III) proporcional em sentido estrito (facilita a escolha da Administração Pública, porque nivela os competidores uma vez que parte de uma qualificação mínima, permitindo, inclusive, o destaque objetivo das melhores propostas com base no background dos licitantes).7. Precedentes desta Corte Superior.8. Recurso especial provido.(STJ, REsp 1257886/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2011, DJe 11/11/2011).Trata-se de mandado de segurança com pedido de concessão de liminar impetrado pelas empresas/pessoas jurídicas ESCALA ENGENHARIA LTDA. e CONSTRUTORA MOSAICO LTDA., tendo elas indicado como autoridade coatora o Prefeito do Município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.Alegam as impetrantes que pretendiam habilitar-se no processo licitatório mencionado no edital de concorrência pública n. 001/SEMCOL/2012 (procedimento n. 3.817/2012), certame que tem como objeto a construção em sistema de consórcio de rede de esgoto sanitário no Município de Rolim de Moura (?Contratação de Empresa para Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Rolim de Moura 2ª etapa?). Contudo, a empresa CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. foi declarada inabilitada por ?ausência de registro no CREA/RO dos seus atestados de capacidade técnica?.Para inabilitar a empresa CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. o impetrado teria fundamentado que ela juntara documentos da empresa CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA. a fim de demonstrar sua qualificação técnica. Contudo, as duas empresas não poderiam ter executado o mesmo serviço.Já a empresa ESCALA ENGENHARIA LTDA. teria apresentado atestado de capacidade técnica fornecido pela empresa Belincanta Projetos e Construções Ltda. (fls. 243), documento irregular porque registrado no CREA apenas em nome do seu engenheiro. A empresa ESCALA ENGENHARIA LTDA. também não apresentara o registro dessa obra no CREA.Por sua vez, o Atestado apresentado às fls. 250/251 não foi fornecido pelo Município de Cacoal e a empresa também não atendeu aos requisitos previstos no item 8.2.3, letras b.2, b.3, b.6 e b.7 do Edital.Aduzem as impetrantes que essas afirmações são inverídicas e sequer tiveram a oportunidade de infirmá-las, o que resultaria em ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa. Além disso, o impetrado não teria observado o prazo previsto no art. 41 da Lei 9.784/99, tampouco o disposto no art. 109, § 1º, da Lei n. 8.666/93.Ao recorrerem da decisão da comissão licitatória, expõem que o ato administrativo por ela produzido está desprovido de fundamentação. Ademais, os documentos apresentados pela empresa CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA. aproveitariam às impetrantes.Concluem que possuem qualificação técnica e cumpriram os requisitos do edital, tendo plenas condições de participar daquele certame, sobretudo em atenção aos princípios da ampla concorrência e da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.Liminarmente, reivindicaram a

reintegração ao processo licitatório ou a suspensão do certame. Em último caso, pediram a anulação de todo o processo licitatório.Em 5/9/2012 este Juízo concedeu a medida pleiteada a título de liminar e determinou a imediata suspensão do processo licitatório mencionado no edital de concorrência pública n. 001/SEMCOL/2012 (procedimento n. 3.817/2012) fls. 836/840.Também foi determinado que o impetrado ou a presidente da CPL não abrissem os envelopes de propostas das empresas habilitadas, até ulterior deliberação.Tendo em vista a relevância dos fundamentos da demanda, impôs-se ao impetrado multa cominatória no valor de R$ 100.000,00 para a hipótese de descumprimento da obrigação.Nos termos do art. 7º, III, da Lei n. 12.016/2009, determinei que as impetrantes prestassem caução no valor de R$ 100.000,00 com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica em caso de eventuais despesas decorrentes da suspensão do certame licitatório.A Advocacia-Geral da União informou não ter interesse no feito (fls. 879/881).Por meio do Agravo de Instrumento n. 0008697-07.2012.822.0000 a 2ª Câmara Especial do egrégio TJRO reformou a decisão que determinara a adequação do valor da causa via emenda da inicial, mantendo a exigibilidade da caução no valor de R$ 100.000,00 (fls. 870 e 876/878).Embora este Juízo (f. 871) tenha recusado a caução apresentada pelas impetrantes (apólice de seguro 020.1007500001054, ramo 0775 garantia setor público seguro garantia judicial, fls. 864/869), a 2ª Câmara Especial do egrégio TJRO, no Agravo de Instrumento n. 0009149-17.2012.822.0000, entendeu-a cabível, eis que prevista na Circular n. 232/2003 da Superintendência de Seguros Privados e no art. 656, § 2º, do CPC, normas que permitem a substituição da penhora por fiança bancária ou seguro garantia judicial fls. 885/886 e 916/917.Assim, este Juízo determinou o prosseguimento do certamente (f. 883), e, com base no acórdão exarado nos autos do Agravo de Instrumento n. 0009149-17.2012.822.0000, as impetrantes foram autorizadas a participarem da fase de habilitação e seguintes da referida licitação.A autoridade coatora prestou informações às fls. 848/855, oportunidade em que sustentou sua ilegitimidade passiva, dado que a inabilitação das impetrantes deu-se por força de ato emanado da Presidente da Comissão Permanente de Licitação Municipal, senhora Ester Celoi da Rosa Caliani.No mérito, ao postular a negação da segurança, informou que a impetrante CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. apresentou como atestado de habilitação técnica documentos de uma obra realizada em Cacoal/RO pela empresa CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA. (ampliação do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cacoal/RO bacia do rio Pirapara) Contudo, a empresa CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA. não integra o consórcio formado pelas impetrantes e também não há prova de que as autoras tenham participado daquela obra.Diz o impetrado que o Município de Cacoal nunca forneceu atestado de capacidade técnica à impetrante CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. Ocorre que a CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA. apenas contratou a CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. para gerenciar a obra e lhe prestar serviços.Além disso, a CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. sequer possuía atestado de capacidade técnica registrado no CREA, o que ofende ao disposto no art. 30, § 1º, da Lei 8.666/93. De igual modo, a ESCALA ENGENHARIA LTDA. apresentou atestados fornecidos pela Belincanta Projetos e Construções Ltda., desprovidos de registros nos CREA, descumprindo, pois, o disposto nos itens 8.2.3, alíneas b.2, b.3, b.6 e b.7 do edital.Os requisitos quantitativos das impetrantes também estavam irregulares, pois não possuíam registros bastantes no CREA e eram idênticos àqueles apresentados pela CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA.Ainda segundo o impetrado, as empresas MOSAICO, ESCALA e ARIPUANÃ, em unidade de desígnios, apresentam atestados de capacidade técnica de obras realizadas por elas, o que lhes permite participar de licitações na região. Assim, ?quando uma não vence, a que vence subcontrata a outra?.Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do feito sem resolução de mérito, dado o não recolhimento das custas. Havendo invasão do mérito, argumentou que ?a Administração Pública não soube motivar adequadamente a recusa dos documentos da impetrante? (fls. 904/907). Contudo, ?a recusa em aceitar o certificado de capacitação das empresas impetrantes é tecnicamente acertada, embora indevidamente fundamentada?. De acordo com o Ministério Público, ainda que os motivos da inabilitação tenham sido expostos de maneira frágil e delicada, não há falar em violação ao princípio da motivação dos atos administrativos (f. 907).Compelidas a falar nos autos, as litisconsortes CONSTRUTORA POLLO LTDA. (f. 912) e EQUIPAV ENGENHARIA LTDA. (fls. 923/924) nada requereram. A empresa COENCO EMPREENDIMENTOS E COMÉRCIO LTDA. reivindicou a negação da ordem postulada pelas impetrantes (fls. 874/875)Eis o relatório.A DECISÃO.As impetrantes foram declaradas inabilitadas para participar no processo licitatório mencionado no edital de concorrência pública n. 001/SEMCOL/2012 (procedimento n. 3.817/2012) em razão dos seguintes argumentos (f. 720):- CONSTRUTORA MOSAICO LTDA.:a. A empresa apresentou para fins de habilitação técnica atestado da empresa CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA., como executora dos serviços de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Cacoal-RO, Bacia do Pirapara (Bacia B)? (f. 720).b. Esse mesmo atestado foi apresento nesta mesma licitação pela CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA., visando também se habilitar no certame.c. Como as duas empresas não podem ter executado o mesmo serviço (há inclusive alguns itens no Atestado fornecido pela ARIPUANÃ que possuem quantitativo superior ao realmente executado conforme Atestado apresentado pela Prefeitura de Cacoal).- ESCALA ENGENHARIA:a. O Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela Belincanta Projetos e Construções Ltda. (fls. 243) não pode ser aceito, pois foi registrado no CREA apenas em nome do engenheiro da empresa. A empresa ESCALA ENGENHARIA LTDA. também não apresentou o registro dessa obra no CREA.b. Do mesmo modo, o Atestado apresentado às fls. 250/251 não pode ser aceito pela Comissão, já que não fornecido pelo Município de Cacoal.c. Finalmente, mesmo que os atestados fossem aceitos, a empresa ESCALA ENGENHARIA LTDA. não atenderia o requisitos contidos no item 8.2.3, letras b.2, b.3, b.6 e b.7 do Edital.I DA PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DO FEITO SE RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS.Essa questão preliminar levantada pelo Ministério Público já está preclusa, dado que o egrégio TJRO/2ª Câmara Especial reformou parte da decisão acostada às fls. 836/840, deferindo o processamento da demanda quando da análise do Agravo de Instrumento n. 0008697-07.2012.822.0000. A rigor, o TJRO acatou o valor atribuído à causa pelas impetrantes.II DA ALEGADA NULIDADE DA LICITAÇÃO POR OFENSA AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE REJEITOU O RECURSO INTERPOSTO

PELAS EMPRESAS IMPETRANTES.As impetrantes ESCALA ENGENHARIA LTDA. e CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. aduzem que não puderam refutar a alegação de que seus atestados de qualificação técnica não estavam registrados no CREA/RO.Contudo, ambas as empresas foram intimadas da decisão da Comissão de Licitação e inclusive dela interpuseram recurso administrativo (fls. 757/766), recurso esse conhecido e improvido pelo Município (fls. 815/835), inclusive com a chancela do senhor Prefeito Municipal.Logo, não há falar em cerceamento de defesa.Por sua vez, num longo arrazoado de 21 laudas os membros da Comissão de Licitação expuseram todos os argumentos que julgaram necessários à manutenção da decisão que determinou a inabilitação das impetrantes.Em síntese, argumentam que a CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. usou documentos da CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA. para demonstrar sua qualificação técnica, etc. Já a empresa ESCALA ENGENHARIA teria apresentado Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela Belincanta Projetos e Construções Ltda. (fls. 243) registrado no CREA apenas em nome do engenheiro da empresa. A ESCALA ENGENHARIA LTDA. também não apresentara o registro dessa obra no CREA. Diz a Comissão que o Atestado apresentado às fls. 250/251 não foi fornecido pelo Município de Cacoal e que a empresa não atende aos requisitos previstos no item 8.2.3, letras b.2, b.3, b.6 e b.7 do Edital.Não vislumbro, pois, qualquer ofensa aos prazos previstos no art. 109 da Lei n. 8.666/91, mormente porque as impetrantes fizeram fazer a preclusão consumativa quando recorreram das decisões que julgaram equivocadas. Demais disso, seus argumentos foram analisados pela CPL.III DA ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PREFEITO MUNICIPAL.Rejeito essa preliminar porque o Prefeito do Município ratificou os atos da Comissão de Licitação quando acolheu os argumentos lançados na decisão anexada às fls. 815/834, determinando ainda o prosseguimento da licitação. IV MÉRITO.A exigência de qualificação técnica das empresas interessadas em participar do certame está prevista no item 8.2.3 do edital n. 1/2012. Outrossim, nos termos da súmula 263/2011 do Tribunal de Contas da União, ?Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado? (item 8.2.3.1, inc. IV).O edital, divulgado em junho de 2012, é bem claro também quando define no item 8.2.3.1, inc. V requisitos e documentos necessários à prova da qualificação técnica. Vejamos quais são esses requisitos:a. Registro ou inscrição da empresa, bem como, de seus responsáveis técnicos, no Conselho Regional de Engenharia ou no Conselho Regional de Arquitetura.b. Atestado expedido por pessoas jurídicas de Direito público ou privado e devidamente acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, que comprovem aptidão pela proponente, DA EXECUÇÃO DE OBRAS DA MESMA NATUREZA OU COMPATÍVEL AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO em quantidades e prazos, restrito às parcelas de maior relevância e valor significativo, adiante descritas:b.1. Construção de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE);*b.2. Escavação de valas em material de 2ª. Categoria (rocha branda ou moledo), em volume igual ou superior a 3.000 m³;*b.3. Escavação em rocha dura, em volume igual ou superior a 10.000 m³;b.4 Fornecimento e assentamento de tubos de PVC ? igual ou superior a 150mm, em quantidade igual ou superior a 30.000 m;b.5. Fornecimento e assentamento de tubos de PVC ? igual ou superior a 250mm, em quantidade igual ou superior a 2.000 m;*b.6. Escoramento de valas, em quantidade igual ou superior a 18.000m²;*b.7. Execução de ligações domiciliares de esgoto, em quantidade igual ou superior a 2.000 unidades.c. Comprovação de Capacitação Técnico Profissional mediante comprovação de possuir em seu quadro até a data prevista para entrega das ?PROPOSTAS?, engenheiro civil ou outro profissional reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, para execução de obras ou serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, restrito às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, adiante descritas:c.1. Construção de Estação de Tratamento de Esgoto;c.2. Escavação de valas em material de 2ª. Categoria (rocha branda ou moledo);c.3. Escavação em rocha dura;c.4 Assentamento de tubos de PVC ? igual ou superior a 150mm;c.5. Assentamento de tubos de PVC ? igual ou superior a 250mm;c.6. Escoramento de valas;c.7. Execução de ligações domiciliares de esgoto.d. A comprovação do vínculo do profissional responsável técnico deverá ser efetuada mediante apresentação de um dos seguintes documentos:d.1. No caso de vínculo empregatício: cópia do contrato de trabalho constante na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e/ou ficha de registro de empregados (FRE), que demonstrem a identificação profissional;d.2. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamenteregistrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ousede da licitante;d.3. No caso de profissional autônomo contratado: contrato de prestação deserviço firmado pelas partes e devidamente registrado em Cartório deRegistro de Títulos e Documentos.e. Declaração de que manterá a frente dos serviços, em tempo integral, até o seu recebimento definitivo, o profissional (residente) indicado na alínea ?c?, admitindo-se a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela PMRM;f. Apresentar relação explicita e declaração formal de disponibilidade para cumprimento do objeto da licitação, de acordo com o que estabelece o § 6º, do Artigo 30, da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações:f.1. Instalações de canteiro (organização e ?lay-out?);f.2. Máquinas e equipamentos;f.3. Pessoal técnico especializado.g. Atestado de Visita ao local da obra, conforme Anexo II. (Obrigatório a presença de engenheiro da empresa).Acontece que, malgrado a empresa CONSTRUTORA MOSAICO LTDA. tenha apresentado documentos que comprovem, em tesem a sua qualificação técnica (fls. 142/177), usou ela de documentos referentes à empresa CONSTRUTORA ARIPUANÃ para alegar possuir o requisito previsto no item 8.2.3 do edital n. 1/2012, o que se vê às fls. 178 até 205.Ocorre que participam da licitação três consórcios: a) COENCO e CONSTRUTORA POLLO; b) EQUIPAV e CONSTRUTORA ARIPUANÃ; c) CONSTRUTORA MOISAICO e ESCALA ENGENHARIA LTDA.Por primeiro, vale consignar que a CONSTRUTORA MOSAICO e a CONSTRUTORA ARIPUANÃ não se propuseram a agir em consórcio na obra discriminada no edital de concorrência pública n. 001/SEMCOL/2012 (procedimento n. 3.817/2012).

Nesse certamente são consorciadas e, portanto, litisconsortes unitárias tão-somente a CONSTRUTORA MOSAICO e a ESCALA ENGENHARIA LTDA.Por sua vez, à exceção de uma obra realizada em Ji-Paraná, os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa ESCALA ENGENHARIA LTDA. datam de: a) 2007: obra realizada em Guajará-Mirim, fls. 373/378; b) 1996: obra realizada em Rolim de Moura, fls. 387/388; c) 2002: outra obra realizada em Guajará Mirim (fls. 373/378; 408/410; 414/416); d) 2002: obra realizada em Candeias do Jamari (fls. 395/398); e) 1996: obra realizada em Rolim de Moura (fls. 404/405); 2002: obra realizada em Vale do Anari (fls. 423/430); 2002: obra realizada em Monte Negro (fls. 439/449); 2000: obra realizada em Campo Novo de Rondônia (fls. 462/467); 2002: obra realizada em Porto Velho (fls. 475/476); 2002: obra realizada em Presidente Médici (fls. 479/482); e por aí vai. Ocorre que, depois de 2007, não há nenhuma prova de que a empresa ESCALA ENGENHARIA LTDA. tenha continuado a exercer suas atividades.Em verdade, a decisão da CPL está correta quando aponta que a empresa ESCALA ENGENHARIA não provou haver escavado valas em material de 2ª. Categoria (rocha branda ou moledo), em volume igual ou superior a 3.000 m³; não provou haver escavado rocha dura, em volume igual ou superior a 10.000 m³; não demonstrou o escoramento de valas, em quantidade igual ou superior a 18.000m²; não comprovou a execução de ligações domiciliares de esgoto, em quantidade igual ou superior a 2.000 unidades. Registre-se ainda que a empresa ESCALA ENGENHARIA não possui constância na execução de obras de grande porte, mormente porque seus atestados de capacidade técnica evidenciam que atua sazonalmente e em obras de pequeno e médio porte. Não atendeu ela então aos requisitos previstos no item 8.2.3, letras b.2, b.3, b.6 e b.7 do Edital.Dizer mais seria demandaria a produção de outras provas, o que é vedado em sede de mandado de segurança. Para concessão da tutela mandamental é preciso verificar que o direito líquido e certo é o que ?se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercido no momento da impetração? (MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança. 16 ed. São Paulo: Malheiros, p. 28).Na lição de Alexandre de Moraes, são requisitos para concessão da segurança (in Direito Constitucional. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 165):?ato comissivo ou omissivo de autoridade praticado pelo Poder Público ou por particular decorrente de delegação do Poder Público; ilegalidade ou abuso de poder; lesão ou ameaça a direito; caráter subsidiário: proteção ao direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data?.Com efeito, se o processo/edital de concorrência n. 001/2012 (processo administrativo n. 3817/2012) tem por finalidade a ?contratação de empresa para implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Rolim de Moura?, obra orçada em mais de R$ 33 milhões, não parece muito exagerado que a Comissão de Licitação tenha exigido dos interessados uma boa qualificação técnica.Além disso, os motivos determinantes que retiraram as impetrantes do certame foram discriminados com precisão pela autoridade coatora à exaustão, inclusive com base em entendimento do Tribunal de Contas da União. Outrossim, não basta às impetrantes dizer que já fizeram ?obra idêntica?. ?Obra idêntica? é uma coisa. Obra integrante do sistema de ?esgotamento sanitário? e ?construção de uma estação de tratamento de esgoto? são coisas diferentes.Aliás no caso da empresa ARIPUANÃ, vê-se nos autos 0003766-28.2012.822.0010 (2ª Vara Cível) que essa empresa terceirizou parte de obra à MOSAICO.Todavia, o Mandado de Segurança não é o meio processual adequado para discutir fatos ou supostos direitos acerca da boa capacidade técnica das impetrantes. De acordo com Alexandre de Moraes: ?... a impetração do Mandado de Segurança não pode fundamentar-se em simples conjecturas ou em alegações que dependam de dilação probatória incompatível com procedimento do Mandado de Segurança? (Direito Constitucional. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 142).De mais a mais, a licitação é um procedimento destinado à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a Administração Pública. Trata-se de procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou cientifico. Licitação é o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitam às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato.No caso dos autos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da competitividade, da indistinção, da inalterabilidade do edital, do sigilo das propostas, do formalismo procedimental, da vedação à oferta de vantagens e da obrigatoriedade recomendam que o certame prossiga sem a participação das impetrantes.Além disso, ao se interpretar a norma contida no art. 2º da Constituição Federal, essencial consignar que a separação dos Poderes, a exemplo dos demais princípios estruturantes do Estado Democrático de Direito, apresenta-se como mecanismo imprescindível à garantia do exercício moderado do Poder e à consequente contenção do totalitarismo (cf. ZIPPELIUS, Reinhold. Teoria Geral do Estado (Allgemeine Staatslehre), trad. de Karin Praefke-Aires Coutinho, 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 383). Com efeito, o sistema constitucional brasileiro prestigia a clássica divisão de Charles-Louis de Secondatt, ou Charles de Montesquieu, quando, no art. 2º da CF/88 fala em ?harmonia? e ?independência entre os Poderes?.Assim, ?Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de Magistratura, o Poder Legislativo é reunido ao Executivo, não há liberdade. Porque pode temer-se que o mesmo Monarca ou mesmo o Senado faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Também não haverá liberdade se o Poder de Julgar não estiver separado do Legislativo e do Executivo. Se estivesse junto com o Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário: pois o Juiz seria o Legislador. Se estivesse junto com o Executivo, o Juiz poderia ter a força de um opressor. Estaria tudo perdido se um mesmo homem, ou um mesmo corpo de principais ou nobres, ou do Povo, exercesse estes três poderes: o de fazer as leis; o de executar as resoluções públicas; e o de julgar os crimes ou as demandas dos particulares? (in Do Espírito das Leis, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 167-168).O Poder Judiciário, longe de se identificar como um juízo censório ou punitivo à atividade desenvolvida por outro Poder ou de buscar superioridade hierárquica no plano institucional, vela para que o exercício do poder estatal mantenha uma relação de adequação com a ordem jurídica, substrato legitimador de sua existência. Trata-se apenas de um mecanismo de aplicação

do sistema de ?freios e contrapesos? (checks and balances) que, a um só tempo, dá forma à harmonia e independência entre os Poderes.Então, em determinados casos, ?É possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo? (STF, AI n. 734.487-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 3/8/2010, Segunda Turma). No mesmo sentido: STF, ARE 635.679-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 6/12/2011, Primeira Turma.Segundo José Afonso da Silva, a divisão de funções entre os órgãos de poder e sua independência não é absoluta. O que se deve é buscar o equilíbrio necessário para o bem da coletividade, mormente porque a característica principal do mecanismo de freios e contrapesos é a harmonia entre os poderes (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 21ª ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 109-112).De igual modo, Germano Schwartz esclarece que a intervenção jurisdicional mostra imprescindível à garantia dos direitos fundamentais diante da mora da Administração, tendo em vista que, nessa hipótese, não se estaria invadindo competência de outro Poder, mas apenas reconhecendo que os outros não estão tutelando os interesses do demandante, sendo, portanto, ele (demandante) obrigado a recorrer à via jurisdicional (MANCUSO, Rodolfo de Camargo apud SCHWARTZ, Germano. Direito à saúde: efetivação em uma perspectiva sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 164).Cabe, pois, ao Poder Judiciário intervir nos atos praticados pelos demais Poderes quando verificar flagrante desvio aos ditames consagrados na Carta da República e preconizados na legislação de regência. O Judiciário pode, portanto, zelar pelo cumprimento efetivo de direitos fundamentais, o que não importa em se substituir ao Administrador.Deveras, o princípio da separação de poderes e a teoria do checks and balances são perfeitamente compatíveis com o Estado Democrático de Direito porque garantem a plena liberdade política dos indivíduos e o direito das minorias, na medida em que previnem o abuso governamental, submetendo-se governantes e governados ao rule of law, donde ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de prévia determinação legal.Assim, na hipótese, não se vislumbra irregular atuação do Poder Executivo, pois a inabilitação das impetrantes está devidamente fundamentada em critérios objetivos e cautelares, mormente diante da vultosa soma de dinheiro público que será empregada na obra ora licitada. A propósito, ao Poder Judiciário não cabe interferir no mérito do ato administrativo, salvo quando eivado de ilegalidade. ?Nos Estados modernos já não existe a autoridade pessoal do governante, senão a autoridade impessoal da lei? para ?salvaguardar os cidadãos da prepotência do Poder Público e do capricho dos governantes? (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 24ª ed. atual. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 179/180).Hely Lopes Meirelles avalia que ?No Direito Público o que há de menos relevante é a vontade do administrador. Seus desejos, suas ambições, seus programas, seus atos, não têm eficácia administrativa, nem validade jurídica, se não estiverem alicerçados no Direito e na Lei. Não é a chancela da autoridade que valida o ato e o torna respeitável e obrigatório. É a legalidade a pedra de toque de todo ato administrativo? (ibidem, p. 180).A rigor, é sabido que todo ato administrativo requer elementos como sujeito, agente, objeto, conteúdo, finalidade, forma e motivo, gozando ainda de atributos como presunção de legitimidade e veracidade, tipicidade, eficácia, exequibilidade, imperatividade e auto-executoriedade.Entretanto, o administrador está submisso ao princípio da legalidade administrativa (ou princípio da juridicidade administrativa), devendo, pois, observar rigorosamente a Constituição (secundum constitutionem) e as leis e praticando apenas atos típicos, agindo ?tão-somente secundum legem, sendo-lhe vedado agir contra ou praeter legem, razão pela qual não lhe é autorizado praticar atos nem criar negócios jurídicos atípicos, isto é, sem que estejam prévia e expressamente previstos em lei? (NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo na Constituição Federal: Processo civil, penal e administrativo. 9ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: RT, 2009, p. 289). No mesmo sentido: ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 81 et seq.O princípio da legalidade administrativa abarca ainda outros princípios, tais como: primazia da lei, reserva legal, reserva de parlamento e reserva de preceito jurídico (NERY JUNIOR, ibidem, p. 288). Destaque-se, por oportuno, que, de acordo com a teoria dos motivos determinantes, os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam subordinados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos (MEIRELLES, ibidem, p. 181). Mas, no campo da invalidação dos atos administrativos, enquanto a Administração pode revogar (retirar a voz) ou anular seus atos (poder-dever que pode ser praticado ex officio com base no poder de autotutela), o Poder Judiciário poderá apenas anulá-los quando ilegítimos, ilegais ou se praticados com desvio de finalidade.Na clara exposição de Hely Lopes Meirelles, ?A Justiça somente anula atos ilegais, não podendo revogar atos inconvenientes ou inoportunos, mas formal e substancialmente legítimos, porque isso é atribuição exclusiva da Administração. O controle judicial dos atos administrativos é unicamente de legalidade, mas nesse campo a revisão é ampla, em face dos preceitos constitucionais de que a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito [...]?(MEIRELLES, ibidem, p. 191).Maria Sylvia Zanella di Pietro arremata que, ?Com relação aos atos vinculados, não existe restrição (para o controle pelo Poder Judiciário), pois, sendo todos os elementos definidos em lei, caberá ao Judiciário examinar, em todos os seus aspectos, a conformidade do ato com a lei (legalidade), para decretar a sua nulidade se reconhecer que essa conformidade inexistiu? (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 210).Em relação aos atos discricionários, estão eles sujeitos ao controle judicial em duas situações: a) quando houver desvio de poder por uso indevido da discricionariedade administrativa ou; b) quando o Administrador contrariar os motivos que o levaram a praticar o ato desvio de finalidade (DI PIETRO, ibidem, p. 211). Logo, a intervenção do Poder Judiciário n'outros Poderes não pode se transformar em imprudente e despropositado ativismo judicial, atuação essa que não tem cor ideológica: ?presta-se a desígnios tanto da esquerda libertária como da direita mais empedernida? (GUEDES, Néviton. Constituição e Poder: O juiz entre o ativismo judicial e a autocontenção. CONJUR, São Paulo, 23 julho 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-jul-23/constituicao-poder-juiz-entre-ativismo-judicial-autocontencao>. Acesso em: 27 dezembro 2012).Contudo, havendo necessidade do controle judicial dos atos administrativos, ?ao pronunciar-se o Judiciário, se provocado, sobre a ilegalidade do ato anulador, dirá sempre a palavra final e estenderá, é claro, o seu exame ao ato anulado. Se este era

legal gerando um direito subjetivo, o Judiciário o restabelecerá, anulando o ato anulador. Se, porém, era ilegal, mantê-lo, apesar disso, só porque a administração o invalidou, seria falhar o Judiciário à sua missão, que é de controle da legalidade dos atos administrativos? (STF/RExt 49.480, Relator Min. Luiz Gallotti, Tribunal Pleno, julgado em 13/4/1964).Assim, ?Observados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório na esfera administrativa, a atuação do Poder Judiciário no controle dos atos administrativos limita-se aos aspectos da legalidade e moralidade, sendo vedado o exame do âmbito do mérito administrativo? (STJ, AgRg no RMS 19.372/PE, Rel. Ministro Vasco Della Giustina, Desembargador convocado do TJ/RS), 6ª Turma, julgado em 15/5/2012, DJe 13/06/2012).Portanto, por não vislumbrar ilegalidade, ilegitimidade, desvio de poder, desvio de finalidade, lesão ou ameaça a direito das impetrantes, nego a segurança por elas vindicada.Aliás, sobre o tema, o seguinte julgado do c. Superior Tribunal de Justiça:[...]4. Não fere a igualdade entre os licitantes, nem tampouco a ampla competitividade entre eles, o condicionamento editalício referente à experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, a pretexto de demonstração de qualificação técnica, nos termos do art. 30, inc. II, da Lei n. 8.666/93. 5. Os princípios da igualdade entre os concorrentes e da ampla competitividade não são absolutos, devendo ser ponderados com outros princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado.6. Tem-se aí exigência plenamente proporcional pois (I) adequada (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida que faz presumir, como meio, a qualificação técnica - o fim visado), (II) necessária (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida de fácil demonstração, autorizando a sumarização das exigências legais) e (III) proporcional em sentido estrito (facilita a escolha da Administração Pública, porque nivela os competidores uma vez que parte de uma qualificação mínima, permitindo, inclusive, o destaque objetivo das melhores propostas com base no background dos licitantes).7. Precedentes desta Corte Superior.8. Recurso especial provido.(STJ, REsp 1257886/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2011, DJe 11/11/2011).V DISPOSITIVO.ISSO POSTO, dados os fundamentos expostos, NEGO A SEGURANÇA reivindicada pelas empresas/pessoas jurídicas ESCALA ENGENHARIA LTDA. e CONSTRUTORA MOSAICO LTDA., e, via de consequência, EXTINGO o processo com apreciação do mérito, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil, por não vislumbrar ilegalidade, ilegitimidade, desvio de poder, desvio de finalidade, lesão ou ameaça a direito em razão da inabilitação das impetrantes promovida pela autoridade coatora no procedimento administrativo n. 3.817/2012.Sem condenação em honorários (art. 25 da Lei n. 12.016/2009 e súmulas ns. 512/STF e 105/STJ). Custas finais pelas impetrantes. Ressalvado o disposto no art. 14, caput, da Lei n. 12.016/2009, se transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos. Como regra, os prazos recursais devem correr em cartório, vedada sua remessa imediata à contadoria antes disso.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005711-50.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Casilda Lopes de Oliveira Garçon, Eliete Fatima Correa Lopes, Euclides Ribeiro da Cruz, Flávio Mesquita, José Maria Ferreira Gomes, Rosileide Kuster Klabunde, Vilmar Klabunde, Zilda Freitas da Silva
Advogado:Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A)
Requerido:Federal de Seguros S.A.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:
Da longa petição (cerca de quarenta laudas), quase nada é possível entender.Não se olvide a teoria da substanciação e sua aplicabilidade.Porém, no caso apresentado, não é possível entender, com clareza, o que a parte autora pretende. Há nítida confusão entre diversos institutos, dentre eles, contrato habitacional, multa decendial (f. 42, item 4), seguro, despesas, despesas com pagamento de aluguéis, mudanças (f. 43, item 8) e outros.Com todo respeito, a petição inicial é quase uma cópia e nada descreve sobre o sinistro ou supostos prejuízos (não individualiza a causa de pedir).Para se ter ideia, apenas neste juízo e na mesma data nos autos 0005708-95.2012.8.22.0010 e 0005713-20.2012.8.22.0010 foi protocolizada a mesma petição.Portanto, EMENDE a inicial descrevendo:1) A CAUSA DE PEDIR (próxima e remota);2) O PEDIDO (mediato e imediato) e3) Quantifique os supostos prejuízos, objetivamente. PRAZO: 10 DIAS, sob pena de indeferimento.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005969-60.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alexandre Rondon Pagnussat
Advogado:Rhenne Dutra dos Santos (RO 5270)
Requerido:Banco Panamericano S.A.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D)
Decisão:
Os documentos que instruem a inicial revelam que a parte autora não se encontra em condição de miserabilidade, o que resta evidente tanto pelo valor das parcelas do financiamento assumidas quanto pelo importe recebido com a venda do veículo. Logo, sua situação financeira não se iguala à de quem está em situação de miséria, o que leva à conclusão de que pode sim arcar com as custas do processo, mormente as iniciais.Nessa linha de raciocínio, oportuno mencionar que a Lei Estadual n. 301/90 (Regimento de Custas do TJRO), em seu art. 4º, § 2º, condiciona a concessão do benefício da gratuidade judiciária à juntada de declaração ou atestado de estado de miserabilidade. Então, o estado de miséria parece ser pressuposto necessário à concessão da gratuidade judiciária.A propósito do tema, o egrégio TJRO já decidiu nesse sentido, indeferindo pedido de gratuidade da justiça ao julgar o Agravo de Instrumento interposto nos autos n. 0001062-61.2011.8.22.0015. Destacou a colenda Corte que a taxa

judiciária é tributo, havendo isenção só mesmo diante de prova estreme de dúvida do estado de pobreza. Apenas nesse caso estaria justificada a assistência jurídica estatal gratuita. Asseverou ainda o eminente relator daquele recurso que ?o benefício da gratuidade não é amplo e absoluto a ponto de impedir que, havendo fundadas dúvidas, proceda o magistrado à aferição da real necessidade da requerente?.Demais disso, ainda que para a concessão da gratuidade da justiça bastasse mera declaração do interessado acerca da sua hipossuficiência, tal ato reveste-se de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser elidida pelo julgador que entenda haver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado (TJRO, Ag. em Ag. Inst. 100.014.2008.009712-4, rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. em 18/3/2009).No mesmo sentido, os seguintes julgados:PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO GRATUIDADE DE JUSTIÇA - DECLARAÇÃO DE POBREZA PRESUNÇÃO RELATIVA - SÚMULA 39 DO TJRJ INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA ACERCA DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO AGRAVANTE - MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 1. Recurso que busca a reforma da decisão que indeferiu o pleito de gratuidade de justiça formulado pelo autor-agravante. 2. Sustenta o agravante que o indeferimento do benefício da assistência judiciária violou o disposto na Lei nº 1.060/50, diante da presunção de hipossuficiência que decorre de sua declaração. 3. O artigo 4º da Lei 1.060/50 prevê que a concessão da assistência gratuita condiciona-se à afirmação de pobreza da parte, declaração esta que tem presunção relativa de veracidade. 4. A condição de insuficiência de recursos, se não demonstrada cabalmente, não autoriza a concessão da gratuidade de justiça. Súmula n. 39 deste Tribunal de Justiça: “É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade”. 5. Compete ao agravante instruir a sua petição de recurso com cópia da documentação comprobatória de sua hipossuficiência. 6. Recorrente que não trouxe aos autos elementos que ratificam a sua pretensão de fazer jus à benesse estatal da gratuidade de justiça. Manutenção da decisão agravada que se impõe. (TJRJ, 4ª Câmara Cível, Ag. 0027759-51.2011.8.19.0000, Rel. DES. MARCELO LIMA BUHATEM, julgado em 29/6/2011).AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. RECURSO DO AUTOR. O art. 5º., LXXIV, da CR/88, estabelece que o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Súmula nº. 39 do TJRJ. Autor que não se enquadra na situação de necessitado prevista no parágrafo único do art. 2º da Lei nº. 1.060/50. Inexistência de comprovação de despesas ordinárias que comprometam o orçamento do recorrente de molde a impedir o pagamento das custas processuais. Desprovimento do recurso. (TJRJ, 8ª Câmara Cível, Ag. 0013393-07.2011.8.19.0000, Rel. Desa. NORMA SUELY, julgado em 28/6/2011). Como lembrado pelo eminente Des. Raduan Miguel no Agravo de Instrumento n. 0009139-70.2012.8.22.0000, ?... há algum tempo tem-se discutido nos Tribunais brasileiros a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, como instrumento regulamentador dos benefícios da gratuidade judiciária, frente à Constituição Federal?.É que o direito de assistência judiciária integral gratuita não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência. A jurisprudência:AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO.A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos, impossibilita a concessão. Omissis (AI n. 0011275-74.2011.822.000, Rel. Des. Raduan Miguel, julgado em 6.12.2011).ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA. FALTA DE ELEMENTOS ESSENCIAIS. Os documentos levaram o julgador à convicção de que o Agravante não pode ser juridicamente considerado pessoa pobre. A situação de indulgência que integra a definição do necessitado da Assistência Judiciária não pode ser invocada de forma generalizada, em extensão (indevida) do conceito, ou na acepção do termo, sob pena de implicar em desvirtuação do direcionamento da lei. Ausência de elementos objetivos. Impossibilidade da concessão. Agravo não provido. (TJSP, Agravo de Instrumento 0213556-08.2011.8.26.0000. Rel. Sandra Galhardo, 12ª Câmara de Direito Privado. J. 30/11/2011. Data de registro: 02/12/2011.AGRAVO DE INSTRUMENTO - GRATUIDADE JUDICIÁRIA - PESSOA FÍSICA - PRETENSÃO DE REFORMA DA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - DESCABIMENTO - Não mais subsiste, diante do cenário jurídico atual, a presunção de veracidade da simples declaração de pobreza, sendo necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família dos requerentes - Documentação apresentada insuficiente à aferição da situação de necessidade alegada. Ausência de extratos bancários e faturas de cartão de crédito - Aplicação do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Recurso desprovido. (AI n. 0033007-03.2011.8.26.0000 TJSP/17ª Câm. Dir. Priv. - Rel. Des. WALTER FONSECA 30.03.2011).Em suma, os documentos que instruem a inicial indicam que a parte autora possui condições de arcar com as despesas do processo, sobretudo as custas iniciais. Deveras, os documentos que instruem a inicial e a própria natureza da ação indicam que a parte autora possui condições de quitar imediatamente com as despesas iniciais do processo.Observe-se também que, na hipótese dos autos, as custas iniciais giram em torno de R$ 622,63 (1,5% do valor da causa).A bem da verdade, a assistência judiciária gratuita é benefício que se defere a um grupo específico de pessoas que, mutatis mutandis, sequer possui condições de contratar um advogado particular (cf. entendimento do eg. TJRO). Por sua vez, a mera alegação de pobreza não autoriza a concessão de tal benesse. Sobre o tema, o v. e conspícuo acórdão do e. TJRO:Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Não comprovação da insuficiência. Imposição constitucional. Manutenção da decisão agravada. Negado provimento ao recurso.- Mantém-se a decisão que não concedeu a assistência judiciária gratuita, se não comprovada a insuficiência econômica da parte requerente.- Só a pura e simples alegação de que é pobre, sem a afirmação de declaração sob as penas da lei, considerando o caráter de isenção de tributo de que se reveste a hipótese, não constitui

pressuposto para o deferimento do pedido.- A Constituição Federal em seus dispositivos específicos é clara ao impor que a assistência judiciária gratuita deve ser concedida apenas a um grupo específico de pessoas formado por aqueles que, necessitando de assistência jurídica, não disponham de recurso para a contratação de advogado particular (TJRO, 2ª Câmara Cível, Ag. Inst. 0008606-48.2011.8.22.0000, rel. Des. Alexandre Miguel, julgado em 7/12/2011, DJ 230/2011, p. 83-4).Acrescente-se a isso que a própria CGJ do TJRO, por meio do Ofício Circular n. 72/2012-DECOR/CG, recomendou aos Magistrados maior rigor na cobrança das custas processuais judiciais, sejam iniciais, finais ou recursais, conforme se pode observar:"Vale destacar que a jurisprudência deste Tribunal e das Cortes Superiores possui entendimento segundo o qual a declaração de pobreza, com intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, em que se admite prova em contrário. (...) Segue-se, porém, a despeito de declaração expressa de pobreza, que o juiz poderá negar o benefício da assistência judiciária gratuita se, com base nas provas contidas nos autos, ou mesmo das que, por sua iniciativa, forem coletadas, fundamentar sua decisão negando o pedido de justiça gratuita. Logo, a declaração de pobreza é suficiente para a concessão do benefício. Entretanto, se existirem nos autos elementos que possam elidir tal declaração, pode o magistrado, com base nesses elementos e em decisão fundamentada, denegar a gratuidade".É de se ressaltar ainda a data da Lei que dispõe sobre a concessão da gratuidade judiciária. Em verdade, tal lei foi promulgada com o intuito de garantir o acesso à Justiça, haja vista o momento em que o país vivia (governo de Dutra, aliado e sucessor de Vargas, Estado Novo), que correspondia à 2ª geração ou segunda fase do Processo Civil, que deixava de ser parte do Direito Civil para se tornar ramo autônomo do Direito.Todavia, hodiernamente, busca-se a prestação jurisdicional de forma célere. Para isso foi criada a Lei n. 9.099/95, bem como editada a EC n. 45/2004. Deveras, a garantia de prestação jurisdicional célere depende tanto dos magistrados e servidores, como também do uso dos meios processuais corretos pelos r. causídicos.Anote-se ainda que à parte autora incumbe o recolhimento da taxa da OAB, tal como previsto no art. 1º da Lei Estadual n. 180/87.De mais a mais e ad argumentandum, é sabido que no sistema dos Juizados Especiais não se cobram custas e honorários em 1º grau de jurisdição.Com efeito, alguns nobres advogados relutam em procurar o Juizado Especial para demandar causas de pequeno valor, em que pese as inovações tecnológicas implementadas pelo TJRO em busca da celeridade constitucional, como, via de regra, o Projudi. Contudo, o comportamento desses r. advogados contribui sobremaneira para a sobrecarga de trabalho das varas comuns genéricas da comarca, interferindo na efetividade do que preconiza o art. 5º, LXXVIII, da CF. Ora, não há sentido em reclamar de morosidade do Judiciário quando evitamos os meios mais rápidos de solucionar nossas demandas.Ora, é meramente estimativa a fixação de indenização a título de dano moral eventualmente suportado pela demandante. Logo, acaso a autora pretenda ajuizar ação no Juizado, ante as elucidações supra, poderá alterar/reduzir o valor arbitrado inicialmente. Logo, indefiro a gratuidade judiciária inicial, bem como eventual pedido de recolhimento das custas ao final do processo. Dessarte, intime-se o requerente a, no prazo de 10 dias, recolher o valor das custas iniciais e a taxa da OAB, sob pena de indeferimento da inicial.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0052747-93.2009.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valter Custódio da Silva
Advogado:Leonardo Zanelato Gonçalves (OAB/RO 3941)
Requerido:JOSE MARCIO
Advogado:Não Informado (xx)
Sentença:
VALTER CUSTÓDIO DA SILVA ajuizou ação de locupletamento ilícito contra JOSÉ MÁRCIO, sendo acolhido o pedido deduzido nesta demanda, consubstanciado no reconhecimento da obrigação de adimplir o valor que lhe era devido decorrente de cheque, que perdeu a eficácia executória.Em fase de cumprimento de sentença, houve a decretação de bloqueio de ativos financeiros ? a qual restou parcialmente exitosa -, e a inserção de restrição judicial nos veículos localizados em nome da parte devedora.A parte devedora peticionou às fls. 37/42 informando que, em 2007, terceiro desconhecido procedeu à abertura de conta em seu nome junto ao Banco Bradesco na cidade de Porto Velho, havendo, inclusive confirmação da abertura de conta fraudulenta.Sustentou que o cheque que deu origem à propositura da demanda principal adveio do comportamento fraudulento praticado por terceiro em seu desfavor.É o relatório.A DECISÃO.Recebo a peça do devedor como impugnação por cumprimento de sentença, nos termos do art. 475-L do Código de Processo Civil.É cabível a aceitação do pedido deduzido pelo impugnante, haja vista a existência em nosso ordenamento jurídico da querela nullitatis.Acerca do referido instituto oportuna a lição de Fredie Didier Jr. (in Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento, vol.1, 11ª Ed., Editora Juspodivm, Salvador: 2009, p. 509):?Um outro instrumento de proteção ao réu revel é a possibilidade de impugnar, a qualquer tempo, sentença que tenha sido proferida em seu desfavor, sem que tenha sido citado ou tendo havido citação inválida (art. 475-L, I e art. 741, CPC). Trata-se da querela nullitatis, ação autônoma de impugnação de sentença nula, mencionada nos capítulos sobre invalidades processuais e citação (neste volume) e examinada com mais vagar em capitulo próprio no v. 3 deste curso?.Acrescenta ainda o citado doutrinador (in Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais, vol.3, 7ª Ed., Editora Juspodivm, Salvador: 2009, p. 455):?A querela nullitatis, no direito brasileiro, está prevista como hipótese de cabimento de impugnação à execução de sentença (art. 475-L, I, CPC; nesse caso a alegação de nulidade da sentença será causa de defesa e não causa de pedir de uma ação) ou como hipótese de cabimento dos embargos à execução contra a Fazenda Pública (art. 741, I, CPC)?.Ora, o processo correu à revelia do devedor, tendo sido exarada sentença em seu desfavor.Demais disso, o impugnado/credor não contestou os argumentos expostos pelo impugnante referente à abertura de conta em nome dele por terceiro de má-fé, limitando-se a dizer que recebeu o cheque por terceiro estranho a relação jurídica-processual. Deveras, os documentos apresentados pelo executado ilidem a presunção de validade da citação e exigibilidade do título de crédito que embasou a demanda principal.Dessarte, evidente a nulidade da citação, motivo por que deve ser desconstituída a sentença prolatada nesta lide.Por sua vez, não há falar em exigibilidade do cheque uma vez que ele não foi emitido por seu verdadeiro correntista. Em outras palavras, seria desarrazoado, ou até mesmo ignóbil, reclamar o pagamento de um título de crédito de alguém que não o emitiu, da pessoa

que não deu a ordem de pagamento.Aliás, nesse sentido os seguintes julgados:APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA E RECONVENÇÃO - CONTA CORRENTE ABERTA POR TERCEIRO FRAUDADOR - EMISSÃO DE CHEQUE INIDÔNEO - INEXIGIBILIDADE - INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, POR SOLICITAÇÃO DO EMPRESÁRIO QUE RECEBEU O CHEQUE FRAUDADO - CULPA INDEMONSTRADA - EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA - REFORMA DA SENTENÇA QUE ARBITROU INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NA RECONVENÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A emissão de cheques por falsários afasta a exigibilidade do crédito daquele que os recebeu. 2. A responsabilidade de reparar os danos decorrentes da conduta ilícita praticada por terceiro fraudador é, em tese, da instituição financeira que permitiu a abertura da conta corrente sem as devidas cautelas, não podendo ser obrigada ao pagamento de reparação moral a empresa que vende determinado produto e que recebe o cheque emitido. Ademais, devolvida a cártula por força de sua origem inidônea, a inscrição do nome do pseudo emitente nos órgãos de proteção ao crédito afigura-se como exercício irregular de direito da apelante, vez que foi induzida a erro. (TJMS, Apel. Cível n. 2012.011565-2, 5ª Câmara Cível, Rel. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, J.: 26/7/2012)MONITÓRIA - CAMBIAL - CHEQUE - ASSINATURA FALSA - Ausência de prova de conluio do Apelado com o terceiro falsificador. Ineficácia do cheque em razão da ausência de requisito essencial. Sentença mantida. Recurso improvido . (TJSP, Apel. Cível n. 991.02.026009-0/ POÁ - 16ª Câmara de Direito Privado, Rel. Candido Alem, DJe 09.09.2011, p. 1272).MONITORIA - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO - CHEQUE - ASSINATURA FALSA - NULIDADE DO TÍTULO - RECURSO IMPROVIDO. (TJSP, Apel. Cível n. 990.09.351541-5, 21ª Câmara de Direito Privado, Rel. Silveira Paulilo, DJe 25.03.2010, p. 763).Cambial - Cheque - Ação declaratoria de inexigibilidade - Sentença de procedência Talonário de cheque furtado e título em poder do co-réu emitido por malfeitor, mediante assinatura falsa - Título devolvido pelo banco sacado por motivo de divergência de assinatura - Temeridade do réu ao levar o quirógrafo a protesto, sem se acautelar em verificar se havia falso ou mera divergência - Boa-fé na posse do cheque irrelevante - Correntista que não pode ser obrigado pela falsa assinatura - Recurso do réu desprovido (TJSP, APL 991090649843/ SP, 12ª Câmara de Direito Privado, Rel. Cerqueira Leite, J.: 24/2/2010)APELAÇÃO-CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - CHEQUE PRESCRITO - ASSINATURA FALSA - Declara-se inexigível o cheque em relação ao seu titular, que não assumiu obrigação cambial, cuja assinatura foi reconhecida como falsa por laudo pericial, (...). (TJRS, Apel. Cível n. 70010923175, 12ª Câmara Cível, Rel. Des. Dálvio Leite Dias Teixeira, J. 01.09.2005). Desse modo e, sendo incontroversa a falsidade da assinatura aposta no título de crédito ? sobretudo pelo fato do credor/ impugnado não se opor contra essa argumentação (CPC, art. 333, II) -, impõe a declaração de nulidade do citado título.Isso posto, julgo extinto o feito e, por consequência desconstituo a sentença proferida às fls. 23/25 e declaro inexigível o título de f. 7 dos autos.Resolvo a demanda com resolução do mérito, o que faço com fulcro no art. 269, I, art. 475-R e art. 795, todos do CPC.Expeça-se alvará em favor do devedor para levantamento da quantia penhorada ou proceda à transferência, acaso haja informação do número de conta para tanto. Deverá a Direção do Cartório observar o Provimento n. 16/2010-CGJ, acaso se faça necessário.Procedi à liberação da restrição que recaía sobre os veículos localizados em nome da parte executada. Atento ao princípio da causalidade, condeno a parte exequente às custas processuais. Sem honorários advocatícios.P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005456-92.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jirauto Automóveis Ltda
Advogado:Fernanda Primo Silva Moroni (OAB/RO 4141)
Requerido:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Decisão:
JIRAUTO AUTOMÓVEIS LTDA ingressou com ação de cobrança contra o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, objetivando o recebimento de valor que entende ser devido, haja vista a incidência de multa, juros e correção monetária ante o adimplemento intempestivo pelo réu.Sustentou ter sido o vencedor no procedimento licitatório (processo n. 654/2012) referente à aquisição de um veículo, contudo o réu procedeu ao pagamento que lhe era devido após o prazo convencionado, motivo por que faz jus ao importe vindicado.É o relatório. A DECISÃO.Trata-se, a rigor, de ação cognitiva, por meio da qual pretende-se o recebimento de quantia decorrente do adimplemento intempestivo da obrigação assumida pelo réu (multa, juros e correção monetária).Logo, verifico que falece competência a este Juízo para processá-la e julgá-la, dada a vigência da Lei n. 12.153/2009.Em verdade, por força do que dispõem o art. 2º e seu § 4º, ambos da Lei 12.153/2009, a competência para processar e julgar a demanda é do Juizado Especial da Fazenda Pública desta Comarca, mormente diante do contido na Resolução TJRO n. 19/2010-PR, de 22/6/2010. Deveras, nos termos do §4º do art. 2º da Lei em comento, “No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta”. Registre-se que estamos tratando de ação de conhecimento, na qual o Estado de Rondônia figura como réu e cujo valor da causa não ultrapassa o valor da alçada desse Juizado.A propósito, o §1º do art. 2º da Lei n. 12.153/2009 exclui da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança; de desapropriação; de divisão e de demarcação; populares; por improbidade administrativa; execuções fiscais; demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos; as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas; e, por fim, as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares. Dessarte, o processamento desta ação deve ocorrer no Juizado Especial da Fazenda Pública, já que no art. 2º, §1º, da Lei n. 12.153/2009 não impede ou veda o processamento de ações de indenizações propostas contra Estados.Acrescente-se a isso que o autor atribuiu à causa o valor de R$ 2.939,00 referente ao importe que entende ser devido, ou seja, a competência é do Juizado Especial da Fazenda Pública sobretudo diante da norma inserta no art. 2º da Lei n. 12.153/2009, sendo afastada essa competência apenas quando o valor da causa exceder a quantia correspondente a 60 salários mínimos, o que não é o caso dos autos.Nessa linha de raciocínio e conclusão, destaco

os seguintes julgados:"Conflito negativo de competência. Ação condenatória em que se busca o recebimento de diferenças salariais originadas da conversão da moeda cruzeiro real para URV, bem como o recalculo dos vencimentos para a inclusão dos reflexos decorrentes. Demanda não inserida nas hipóteses de exceção do artigo 2o, § 1o da Lei n° 12.153/2009 e artigo 1o, do Provimento CSM n° 1.768/2010. Competência que seria inicialmente da Vara do Juizado Especial Cível. Exegese do artigo 2o, do Provimento CSM n° 1.768/2010. A formulação de pedido genérico não implica em prolação de sentença ilíquida, tendo em vista, inclusive, o disposto nos artigos 9° e 10, ambos da Lei n° 12.153/2009. Para o caso em tela, a questão se resolve com meros cálculos aritméticos, não se ventilando a necessidade de realização de prova pericial de alta complexidade a afastar a competência do Juizado Especial. Contudo, o valor dado à causa, a ser considerado de forma global, ultrapassa o limite de sessenta salários mínimos. Competência do Juízo Suscitado da 1a Vara da Fazenda Pública da Capital". (TJSP, C.C. n. 0037200-27.2012.8.26.0000, Câmara Especial, Rel. Presidente da Seção de Direito Privado Silveira Raulilo, J. 30/7/2012)"Agravo de Instrumento - Valor da causa - Competência - Litisconsórcio ativo facultativo - Determinação de redistribuição dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública - Impossibilidade - Valor global da causa, à época da propositura da ação, que ultrapassa 60 salários mínimos. Inteligência do art.2º, caput, da Lei n. 12.153/2009. Reconhecimento por esta Colenda Câmara de Justiça da validade do veto presidencial do §3o, do art. 2o do referido diploma normativo ¿ Juizado Especial da Fazenda Pública que, no mais, se destina às causas de menor complexidade, compatíveis com os princípios da oralidade e simplicidade que regem o rito sumaríssimo. Impossibilidade, por outra lado, do Poder Judiciário impor, arbitrariamente, as renúncia aos postulantes de eventual crédito excedente que lhes competem, que somente se verificará na fase de execução. Decisão reformada para manter os autos na Vara de origem. Recurso provido" (TJSP, AI n. 0310952-82.2011.8.26.0000 - rei. Des. Rubens Rihl - 08a Câm. Direito Público - julgado em 15/02/2012).Ademais, acaso o legislador pretendesse afastar da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública ações cognitivas, teria criado disposição expressa nesse sentido, tal como fez com as ações elencadas no art. 2º, §1º, da Lei n. 12.153/2009.Não bastasse isso, o Enunciado n. 54 do FONAJE estabelece que "a menor complexidade da causa para a fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material".Ora, não se trata de matéria de alta complexidade, pois discute eventual pagamento de importe decorrente do adimplemento após o prazo contratualmente fixado pelas partes.Como se vê, não existe nenhuma razão teleológica para tirar essa competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, sobretudo porque o valor dado à causa não ultrapassa o teto de 60 salários mínimos. Entendimento contrário ensejaria ofensa à lógica do ponderável e à própria teoria da reserva do possível, esvaziando a competência dos próprios Juizados Fazendários. Isso posto, nos termos do art. 113 do CPC; art. 2º, §4º, da Lei 12.153/2009; Resolução TJRO 19/2010-PR e Ofício Circular n. 46/2010/DA/DECOR-CG, declino da competência para processar e julgar esta demanda. Encaminhem-se os autos ao Juizado (Ofício Circular n. 46/2010/DA/DECOR-CG).Providenciem-se as baixas necessárias.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005890-81.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Simone Lucinda Cordiro
Advogado:Mayara Aparecida Kalb (RO 5043), Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (RO 4688)
Requerido:União Norte do Paraná de Ensino - UNOPAR
Advogado:Não Informado ( )
Decisão:
Os documentos que instruem a inicial revelam que a parte autora não se encontra em condição de miserabilidade, pois possui emprego fixo (auxiliar de escritório), sendo lógico concluir que aufere razoável renda mensal. Logo, sua situação financeira não se iguala à de quem está em situação de miséria, o que leva à conclusão de que pode sim arcar com as custas do processo, mormente as iniciais.Nessa linha de raciocínio, oportuno mencionar que a Lei Estadual n. 301/90 (Regimento de Custas do TJRO), em seu art. 4º, § 2º, condiciona a concessão do benefício da gratuidade judiciária à juntada de declaração ou atestado de estado de miserabilidade. Então, o estado de miséria parece ser pressuposto necessário à concessão da gratuidade judiciária.A propósito do tema, o egrégio TJRO já decidiu nesse sentido, indeferindo pedido de gratuidade da justiça ao julgar o Agravo de Instrumento interposto nos autos n. 0001062-61.2011.8.22.0015. Destacou a colenda Corte que a taxa judiciária é tributo, havendo isenção só mesmo diante de prova estreme de dúvida do estado de pobreza. Apenas nesse caso estaria justificada a assistência jurídica estatal gratuita.Asseverou ainda o eminente relator daquele recurso que ?o benefício da gratuidade não é amplo e absoluto a ponto de impedir que, havendo fundadas dúvidas, proceda o magistrado à aferição da real necessidade da requerente?.Demais disso, ainda que para a concessão da gratuidade da justiça bastasse mera declaração do interessado acerca da sua hipossuficiência, tal ato reveste-se de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser elidida pelo julgador que entenda haver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado (TJRO, Ag. em Ag. Inst. 100.014.2008.009712-4, rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. em 18/3/2009).No mesmo sentido, os seguintes julgados:PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO GRATUIDADE DE JUSTIÇA - DECLARAÇÃO DE POBREZA PRESUNÇÃO RELATIVA - SÚMULA 39 DO TJRJ INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA ACERCA DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO AGRAVANTE - MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 1. Recurso que busca a reforma da decisão que indeferiu o pleito de gratuidade de justiça formulado pelo autor-agravante. 2. Sustenta o agravante que o indeferimento do benefício da assistência judiciária violou o disposto na Lei nº 1.060/50, diante da presunção de hipossuficiência que decorre de sua declaração. 3. O artigo 4º da Lei 1.060/50 prevê que a concessão da assistência gratuita condiciona-se à afirmação de pobreza da parte, declaração esta que tem presunção relativa de veracidade. 4. A condição de insuficiência de recursos, se não demonstrada cabalmente, não autoriza a concessão da gratuidade de justiça. Súmula n. 39 deste Tribunal de Justiça: "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (artigo 5º, inc. LXXIV, da CF/88), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade". 5. Compete ao agravante

instruir a sua petição de recurso com cópia da documentação comprobatória de sua hipossuficiência. 6. Recorrente que não trouxe aos autos elementos que ratificam a sua pretensão de fazer jus à benesse estatal da gratuidade de justiça. Manutenção da decisão agravada que se impõe. (TJRJ, 4ª Câmara Cível, Ag. 0027759-51.2011.8.19.0000, Rel. DES. MARCELO LIMA BUHATEM, julgado em 29/6/2011).AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. RECURSO DO AUTOR. O art. 5º., LXXIV, da CR/88, estabelece que o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Súmula nº. 39 do TJRJ. Autor que não se enquadra na situação de necessitado prevista no parágrafo único do art. 2º da Lei nº. 1.060/50. Inexistência de comprovação de despesas ordinárias que comprometam o orçamento do recorrente de molde a impedir o pagamento das custas processuais. Desprovimento do recurso. (TJRJ, 8ª Câmara Cível, Ag. 0013393-07.2011.8.19.0000, Rel. Desa. NORMA SUELY, julgado em 28/6/2011). Como lembrado pelo eminente Des. Raduan Miguel no Agravo de Instrumento n. 0009139-70.2012.8.22.0000, ?... há algum tempo tem-se discutido nos Tribunais brasileiros a melhor interpretação da Lei n. 1.060/50, como instrumento regulamentador dos benefícios da gratuidade judiciária, frente à Constituição Federal?.É que o direito de assistência judiciária integral gratuita não é absoluto. Ou seja: sendo pessoa física ou jurídica, há sim a necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria existência. A jurisprudência:AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO.A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos, impossibilita a concessão. Omissis (AI n. 0011275-74.2011.822.000, Rel. Des. Raduan Miguel, julgado em 6.12.2011).ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA. FALTA DE ELEMENTOS ESSENCIAIS. Os documentos levaram o julgador à convicção de que o Agravante não pode ser juridicamente considerado pessoa pobre. A situação de indulgência que integra a definição do necessitado da Assistência Judiciária não pode ser invocada de forma generalizada, em extensão (indevida) do conceito, ou na acepção do termo, sob pena de implicar em desvirtuação do direcionamento da lei. Ausência de elementos objetivos. Impossibilidade da concessão. Agravo não provido. (TJSP, Agravo de Instrumento 0213556-08.2011.8.26.0000. Rel. Sandra Galhardo, 12ª Câmara de Direito Privado. J. 30/11/2011. Data de registro: 02/12/2011.AGRAVO DE INSTRUMENTO - GRATUIDADE JUDICIÁRIA - PESSOA FÍSICA - PRETENSÃO DE REFORMA DA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - DESCABIMENTO - Não mais subsiste, diante do cenário jurídico atual, a presunção de veracidade da simples declaração de pobreza, sendo necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família dos requerentes - Documentação apresentada insuficiente à aferição da situação de necessidade alegada. Ausência de extratos bancários e faturas de cartão de crédito - Aplicação do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Recurso desprovido. (AI n. 0033007-03.2011.8.26.0000 TJSP/17ª Câm. Dir. Priv. - Rel. Des. WALTER FONSECA 30.03.2011).Em suma, os documentos que instruem a inicial indicam que a parte autora possui condições de arcar com as despesas do processo, sobretudo as custas iniciais. Deveras, os documentos que instruem a inicial e a própria natureza da ação indicam que a parte autora possui condições de quitar imediatamente com as despesas iniciais do processo.Observe-se também que, na hipótese dos autos, as custas iniciais giram em torno de R$ 697,63 (1,5% do valor da causa).A bem da verdade, a assistência judiciária gratuita é benefício que se defere a um grupo específico de pessoas que, mutatis mutandis, sequer possui condições de contratar um advogado particular (cf. entendimento do eg. TJRO). Por sua vez, a mera alegação de pobreza não autoriza a concessão de tal benesse. Sobre o tema, o v. e conspícuo acórdão do e. TJRO:Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Não comprovação da insuficiência. Imposição constitucional. Manutenção da decisão agravada. Negado provimento ao recurso.- Mantém-se a decisão que não concedeu a assistência judiciária gratuita, se não comprovada a insuficiência econômica da parte requerente.- Só a pura e simples alegação de que é pobre, sem a afirmação de declaração sob as penas da lei, considerando o caráter de isenção de tributo de que se reveste a hipótese, não constitui pressuposto para o deferimento do pedido.- A Constituição Federal em seus dispositivos específicos é clara ao impor que a assistência judiciária gratuita deve ser concedida apenas a um grupo específico de pessoas formado por aqueles que, necessitando de assistência jurídica, não disponham de recurso para a contratação de advogado particular (TJRO, 2ª Câmara Cível, Ag. Inst. 0008606-48.2011.8.22.0000, rel. Des. Alexandre Miguel, julgado em 7/12/2011, DJ 230/2011, p. 83-4). Acrescente-se a isso que a própria CGJ do TJRO, por meio do Ofício Circular n. 72/2012-DECOR/CG, recomendou aos Magistrados maior rigor na cobrança das custas processuais judiciais, sejam iniciais, finais ou recursais, conforme se pode observar:"Vale destacar que a jurisprudência deste Tribunal e das Cortes Superiores possui entendimento segundo o qual a declaração de pobreza, com intuito de obtenção dos benefícios da justiça gratuita, goza de presunção relativa, em que se admite prova em contrário. (...)Segue-se, porém, a despeito de declaração expressa de pobreza, que o juiz poderá negar o benefício da assistência judiciária gratuita se, com base nas provas contidas nos autos, ou mesmo das que, por sua iniciativa, forem coletadas, fundamentar sua decisão negando o pedido de justiça gratuita. Logo, a declaração de pobreza é suficiente para a concessão do benefício. Entretanto, se

existirem nos autos elementos que possam elidir tal declaração, pode o magistrado, com base nesses elementos e em decisão fundamentada, denegar a gratuidade".É de se ressaltar ainda a data da Lei que dispõe sobre a concessão da gratuidade judiciária. Em verdade, tal lei foi promulgada com o intuito de garantir o acesso à Justiça, haja vista o momento em que o país vivia (governo de Dutra, aliado e sucessor de Vargas, Estado Novo), que correspondia à 2ª geração ou segunda fase do Processo Civil, que deixava de ser parte do Direito Civil para se tornar ramo autônomo do Direito.Todavia, hodiernamente, busca-se a prestação jurisdicional de forma célere. Para isso foi criada a Lei n. 9.099/95, bem como editada a EC n. 45/2004. Deveras, a garantia de prestação jurisdicional célere depende tanto dos magistrados e servidores, como também do uso dos meios processuais corretos pelos r. causídicos.Anote-se ainda que à parte autora incumbe o recolhimento da taxa da OAB, tal como previsto no art. 1º da Lei Estadual n. 180/87.De mais a mais e ad argumentandum, é sabido que no sistema dos Juizados Especiais não se cobram custas e honorários em 1º grau de jurisdição.Com efeito, alguns nobres advogados relutam em procurar o Juizado Especial para demandar causas de pequeno valor, em que pese as inovações tecnológicas implementadas pelo TJRO em busca da celeridade constitucional, como, via de regra, o Projudi. Contudo, o comportamento desses r. advogados contribui sobremaneira para a sobrecarga de trabalho das varas comuns genéricas da comarca, interferindo na efetividade do que preconiza o art. 5º, LXXVIII, da CF. Ora, não há sentido em reclamar de morosidade do Judiciário quando evitamos os meios mais rápidos de solucionar nossas demandas.Ora, é meramente estimativa a fixação de indenização a título de dano moral eventualmente suportado pela demandante. Logo, acaso a autora pretenda ajuizar ação no Juizado, ante as elucidações supra, poderá alterar/reduzir o valor arbitrado inicialmente.Logo, indefiro a gratuidade judiciária inicial, bem como eventual pedido de recolhimento das custas ao final do processo.Dessarte, intime-se a requerente a, no prazo de 10 dias, recolher o valor das custas iniciais e a taxa da OAB, sob pena de indeferimento da inicial.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005713-20.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adelson Pereira da Silva, Fátima Veríssimo Cordeiro
Advogado:Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Mario Marcondes Nascimento (SC 770)
Requerido:Federal de Seguros S.A.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:
Da longa petição (cerca de quarenta laudas), quase nada é possível entender.Não se olvide a teoria da substanciação e sua aplicabilidade.Porém, no caso apresentado, não é possível entender, com clareza, o que a parte autora pretende. Há nítida confusão entre diversos institutos, dentre eles, contrato habitacional, multa decendial (f. 41, item 4), seguro, despesas, despesas com pagamento de aluguéis, mudanças (f. 42, item 8) e outros.Com todo respeito, a petição inicial é quase uma cópia e nada descreve sobre o sinistro ou supostos prejuízos (não individualiza a causa de pedir).Para se ter ideia, apenas neste juízo e na mesma data nos autos 0005708-95.2012.8.22.0010 e 0005711-50.2012.8.22.0010 foi protocolizada a mesma petição.Portanto, EMENDE a inicial descrevendo:1) A CAUSA DE PEDIR (próxima e remota);2) O PEDIDO (mediato e imediato) e3) Quantifique os supostos prejuízos, objetivamente. PRAZO: 10 DIAS, sob pena de indeferimento.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0004545-80.2012.8.22.0010
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:S. A. C. de V. L.
Advogado:Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331)
Embargado:B. B. S.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D)
Decisão:
Suspenda-se o processo principal, nos termos do art. 1.052 do CPC.Cite-se a parte embargada para apresentar defesa, no prazo e com as advertências legais.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005708-95.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ledinalva Alves dos Santos
Advogado:Mario Marcondes Nascimento (SC 770)
Requerido:Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D)
Despacho:
Da longa petição (cerca de quarenta laudas), quase nada é possível entender.Não se olvide a teoria da substanciação e sua aplicabilidade.Porém, no caso apresentado, não é possível entender, com clareza, o que a parte autora pretende. Há nítida confusão entre diversos institutos, dentre eles, contrato habitacional, multa decendial (f. 45, item 4), seguro, despesas, despesas com pagamento de aluguéis, mudanças (f. 45, item 8) e outros.Com todo respeito, a petição inicial é quase uma cópia e nada descreve sobre o sinistro ou supostos prejuízos (não individualiza a causa de pedir).Para se ter ideia, apenas neste juízo e na mesma data nos autos 0005711-50.2012.8.22.0010 e 0005713-20.2012.8.22.0010 foi protocolizada a mesma petição.Portanto, EMENDE a inicial descrevendo:1) A CAUSA DE PEDIR (próxima e remota);2) O PEDIDO (mediato e imediato) e3) Quantifique os supostos prejuízos, objetivamente. PRAZO: 10 DIAS, sob pena de indeferimento.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito
Antonio Pereira Barbosa
Diretor de Cartório Substituto

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário
Comarca de Rolim de Moura
1º Vara Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DAS PARTES, DE TERCEIROS E/OU INTERESSADOS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0004716-37.2012.822.0010
Requerente: Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rolim de Moura-RO
Processo Administrativo: 0010141-75.2012.8.22.0000
PROCEDIMENTOS DE DOAÇÃO DE PROCESSOS, A TEOR DA RESOLUÇÃO 14/98/PR
O MM JUIZ DE DIREITO, SR. LEONARDO LEITE MATTOS E SOUZA, titular da 1ª Vara Cível desta Comarca de Rolim de Moura,RO, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente Edital vir ou dele tomarem conhecimento, que por este meio INTIMA as partes, terceiros e interessados para o ato de DOAÇÃO de processos em cumprimento à Resolução 014/98/PR, cujos feitos encontram-se discriminados na relação anexa e cópia afixada como de costume no Fórum, sendo facultado às PARTES, TERCEIROS E/OU INTERESSADOS, no prazo de 30 (trinta) dias, a apresentação de requerimento e/ou reclamações e, ainda, sendo lícito às PARTES, TERCEIROS E/OU INTERESSADOS requererem, às suas expensas, o desentranhamento de documentos que foram juntados aos autos, ou a reprodução total ou parcial do feito. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se o presente edital em 03 (três) vias de igual teor que será publicada juntamente com a relação de processos a serem doados e ainda afixados na forma da lei. CUMPRA-SE com a observância das formalidades legais.

Rolim de Moura, RO, 3 de janeiro de 2013.

Leonardo Leite Mattos e Souza
Juiz de Direito

LISTA DE PROCESSOS PARA INCINERAÇÃO					
NÚMERO	CLASSE	REQUERENTE	REQUERIDO	CAIXA	ANO
0002931-65.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CARLOS A. HALZ	29	98
0010214-42.1997.8.22.0010	Execuções e embargos	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.	LBM COMPENSADOS 2000 LTDA, GELDE RODRIGUES LOPES, E FRANCISCO BURATTI.	47	97
0026692-28.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	ANTONIO VICENTE	29	98
0026803-12.1997.8.22.0010	Execuções e embargos	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO A. DA SILVA	23	98
0045360-47.1997.8.22.0010	Demais Execuções	EDIMILSON ANDRÉ SOUZA	MARINO PADOVAN	27	97
0045783-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	MAD. SANTOS LTDA	27	97
0080107-23.1997.8.22.0010	Demais Execuções	RUBENS DE OLIVEIRA PIRES	J.G. INDUSTRIA E COMERCIO DE CARROCERIAS LTDA	27	97
0026870-74.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARLINDO D. DA SILVA	27	98
0027001-49.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO M. PEREIRA	28	98
0027044-83.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO F. MORIKALO	27	98
0027184-20.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	ALACIN L. FURMIAS	29	98
0027230-09.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANA S. LOPES	27	98
0027486-49.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ALONC MATUCANA	28	98
0027931-67.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	AGOSTINHO JUNIOR	29	98

0027982-78.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ADÃO R. DO NASCIMENTO	28	98
0027990-55.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA,	AMANDO F. ROSA	27	98
0028067-64.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ADÃO H. DOS SANTOS	28	98
0028210-53.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	ALDEVINO R. SANTOS	29	98
0028296-24.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	ADILSON T. DA SILVA	29	98
0028431-36.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	AMARILDO PASSARELI	29	98
0028539-65.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	AQUINO J. DA SILVA	28	98
0028547-42.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	AURINA S. OLIVEIRA	29	98
0028580-32.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ADERITA S. OLIVEIRA	28	98
0028679-02.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	ANIZIO PEVISTA	29	98
0028792-53.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA,	ALCIDES C. DE OLIVEIRA	27	98
0028814-14.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ALCINEIA T. DOS REIS	28	98
0028830-65.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA,	AGAMENON F. DE SOUZA	27	98
0028962-25.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA,	BEDAIR DOS REIS	27	98
0029020-28.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	CLAUDINEI P. DA SILVA	29	98
0029063-62.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CARLOS T. DE OLIVEIRA	28	98
0029152-85.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	CIPRIANO D. CLOUCHO	29	98
0029195-22.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	CLEONICE DA S. FIGUEIREDO	29	98
0029365-91.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	CÍCERO DA SILVA	29	98
0029373-68.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CÍCERO A. SILVA	27	98
0029381-45.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CLAUDETE LUCIA N. SEABRA	28	98
0029454-17.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CANDIDO N. DA SILVA	28	98
0029616-12.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DANI T. GARATE	28	98
0029659-46.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DANI J. DE OLIVEIRA	28	98
0029772-97.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	DOMINGOS CHIRIGATO	29	98
0030045-76.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	DERIVALDO L. DE OLIVEIRA	29	98
0030185-13.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CARLOS PACHECO	28	98
0030207-71.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	CARMEM F. DA SILVA	29	98
0030215-48.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CLEUSA MARIA S. FERNANDES	28	98
0030282-13.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ELIEZER G. DA SILVA	28	98
0030380-95.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ELIVALDO R. NOGUEIRA	28	98

0030410-33.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA,	EXPEDITO R. DA SILVA	27	98
0030460-59.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA,	ELIAS GRICOLETO	27	98
0030576-65.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EDGAR PEVENO	28	98
0030665-88.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	EDVAL S. DA SILVA	29	98
0030746-37.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA,	EMÍDIO O. DENEGA	27	98
0031009-69.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ENO P. DIAS	28	98
0031025-23.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EMOS F. ALVES	28	98
0031092-85.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ELIAS T. DE BARROS	28	98
0031173-34.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	FRANCISCO L. CARDOSO	29	98
0031351-80.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	FIRMINA TEIXEIRA	28	98
0031866-18.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	GERALDO A. DE BRITO	29	98
0032102-67.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	HISON P. SOBRINHO	28	98
0032145-04.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	HORLANDO F. CAMARA	28	98
0033036-25.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ G. FURTADO	27	98
0033214-71.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA,	JOAQUIM A. DA SILVA	27	98
0033532-54.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	JACINTO M. DE GOES	29	98
0033583-65.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO A. PINATI	28	98
0034105-92.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	JOÃO A. RIBEIRO	29	98
0034458-35.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	JOSE A. CALDEIRA	29	98
0034873-18.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	JOSE E. GOMES	29	98
0035225-73.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSE MARIANO PEREIRA	28	98
0035373-84.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO FERRAZ	28	98
0035683-90.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	MARCOS DA SILVA E OUTROS	29	98
0035772-16.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA L. JANUARIO	28	98
0036078-82.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA M. DE SOUZA	28	98
0036574-14.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	MARIA O. SILVA	29	98
0037023-69.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA M. DE MORAES	28	98
0037228-98.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DO S. OLIVEIRA COSTA	28	98
0037597-92.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	LUIZ C. DA SILVA	29	98
0037791-92.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LAERCIO DE A. DA SILVA	28	98
0038054-27.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	LEVI M. DA SILVA	29	98

0038097-61.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	LEONCIR DOS SANTOS	29	98
0038194-61.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ JUNIOR	28	98
0038364-33.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LAIDE BENTEIRA	28	98
0038577-39.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	NILDA B. DOS SANTOS	28	98
0038623-28.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	NAIR B. SILVA	29	98
0039417-49.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	PAULO O. DOLEZI	29	98
0039492-88.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	PAULO FERREIRA	29	98
0039522-26.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	PEDRO A. DE SOUZA	29	98
0039689-43.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	PAULO F. ALVES	29	98
0039719-78.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	PEDRO D. DE FREITAS	29	98
0039735-32.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	PAULO G. DA SILVA	29	98
0039751-83.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	PAULO AUGUSTO	29	98
0039824-55.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ROQUE A. BARBOSA	28	98
0039859-15.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	RUBENS AOME	28	98
0039956-15.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	RONALDO L. DE MELO	28	98
0039980-43.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ROMILDO DA C. TEODORO	28	98
0040008-11.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	REINALDO COTTI	28	98
0040075-73.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ROQUE G. DOS REIS	28	98
0027974-04.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ALTINA BIAL	28	98
0040121-62.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	RAUL M. NASCIMENTO	28	98
0040253-22.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ROBERTO C. FERRARI	28	98
0040806-69.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	SEBASTIÃO H. XAVIER	29	98
0040857-80.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO ROCHA	28	98
0040989-40.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	TELMA RODRIGUES	29	98
0040997-17.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	TEREZINHA DE JESUS	29	98
0041039-66.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	TEREZINHA A. DOS SANTOS	29	98
0041144-43.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	URCELINA R. DE MELO	28	98
0041330-66.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VICENTE MACHADO	28	98
0041454-49.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	VILMA P. DE ASSIS	29	98
0041977-61.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	Municipio de Rolim de Moura	Zilda Kceme	29	98
0042027-87.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA/RO	ZUMIRA MIRANDA	29	98

0042035-64.1997.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ZEFERINO ANTUNES	28	98
0073829-06.1997.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA.	ILTON SOUZA	27	97
0077408-59.1997.8.22.0010	Demais Execuções	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRÁS LTDA.	RAIMUNDO DA ROCHA RAMOS.	12	97
0082029-02.1997.8.22.0010	Demais Execuções	ATALAIA S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA.	WD. COMÉRCIO TRANSPORTE CER BOVINOS LTDA.	8/9	96
0035613-53.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	DEUSDETE PEREIRA BARBOSA	MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D' OESTE-RO	8/9	96
0082037-76.1997.8.22.0010	Demais Execuções	SANDRO LUÍS RODRIGUES JORGE.	ANÉZIO DELBONE.	8/9	96
0082045-53.1997.8.22.0010	Demais Execuções	CECI FURBINO NEVES.	JOSÉ MIGUEL SCOTÁ.	8/9	96
0082061-07.1997.8.22.0010	Demais Execuções	SALVADOR LUIZ PALONI.	PEDREIRA GUAPORÉ LTDA.	8/9	96
0082088-87.1997.8.22.0010	Demais Execuções	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	PAPETRACTOR PARAFUSOS E PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	8/9	96
0082100-04.1997.8.22.0010	Execuções e embargos	INST. BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. NAT. RENOVÁVEIS - IBAMA.	SERRARIA UNIÃO LTDA.	8/9	96
0082118-25.1997.8.22.0010	Demais Execuções	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	CLARINDO KNOFF	8/9	96
0082126-02.1997.8.22.0010	Demais Execuções	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	IZAIAS DE ÁVILA.	8/9	96
0082150-30.1997.8.22.0010	Demais Execuções	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	IMACECAL IND. MAD. COM. MAT. CONSTRUÇÕES LTDA.	8/9	96
0082169-36.1997.8.22.0010	Demais Execuções	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MARIA DAS DORES DAS NEVES DE OLIVEIRA	8/9	96
0082193-64.1997.8.22.0010	Cautelar (Cível)	B. B. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANC. E INVESTIMENTO.	TEREZINHA LEANDRO DA SILVA.	8/9	96
0082207-48.1997.8.22.0010	Demais Execuções	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	NILDO DA SILVA.	8/9	96
0082223-02.1997.8.22.0010	Demais Execuções	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ANANIAS FRANCISCO PARDINI.	8/9	96
0082231-76.1997.8.22.0010	Demais Execuções	ROMAVE VEÍCULOS CACOAL LTDA.	ALDO DE ARRUDA CABRAL FILHO.	8/9	96
0082258-59.1997.8.22.0010	Processo indenizatório	ROBERTO PEREIRA LIMA.	FÁBRICA DE MÓVEIS BELTROENSE LTDA.	8/9	96
0082274-13.1997.8.22.0010	Demais Execuções	JACIRA DOS SANTOS.	VALDOMIRO PEREIRA NUNES.	8/9	96
0082282-87.1997.8.22.0010	Demais Execuções	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JEOVALDO SILVA LIMA.	8/9	96
0082304-48.1997.8.22.0010	Processo indenizatório	JOÃO ANTÔNIO BORDIM.	JOSÉ CARLOS VASCONCELOS.	8/9	96
0082320-02.1997.8.22.0010	Demais Execuções	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	EZÂNIO CAPPELARI	8/9	96
0082428-31.1997.8.22.0010	Demais Execuções	SALVADOR LUIZ PALONI.	DILVA MARIA DE SOUZA.	6/7	96
0084900-05.1997.8.22.0010	Demais Execuções	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA	05	97
0090960-91.1997.8.22.0010	Demais Execuções	AMAURY ADÃO DE SOUZA.	LUIZ CARLOS PILONETTO, PILONETO E AZEVEDO LTDA.	7/8	97
0004365-55.1998.8.22.0010	Processo indenizatório	SIDINEI ALVES DA SILVA .	FABRICA DE MÓVEIS BELTRONENSE LTDA.	46/47	98

0013445-43.1998.8.22.0010	Processos de cobrança	MECANICA TUPI LTDA .	JOSÉ CAMPOS MACHADO.	46/47	98
0014042-12.1998.8.22.0010	Processos de cobrança	AUTO POSTO MIRIAN LTDA .	JOSÉ ELIAS TEIXEIRA.	46/47	98
0033110-45.1998.8.22.0010	Demais Execuções	CRED-EXECUTIVE - FOMENTO MERCANTIL LTDA.	MARILENE LEANDRO DA SILVA e RUBENS RODRIGUES DE MOURA.	19	98
0008312-83.1999.8.22.0010	Demais Execuções	CRED-EXECUTIVE - FOMENTO MERCANTIL LTDA.	NEDINA DA SILVA.	19	98
0029214-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JOSE IVAN DA SILVA.	MARCO A. OLIVEIRA CAFEEIRA	42	97
0029222-82.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	OSVALDO DE OLIVEIRA	JOSE IVAN DA SILVA	42	97
0029230-59.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AURÉLIO AGUSTINHO MICHELS PRIMAZ.	ANTONIO FERREIRA DA SILVA	42	97
0029257-42.2009.8.22.0010	Embargos	ANTONIO FERREIRA DA SILVA.	AURÉLIO AGUSTINHO MICHELS PRIMAZ.	42	97
0029273-93.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ANTONIO PEDRO.	INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS CEREJEIRAS LTDA.	30/31	97
0029281-70.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	CARLOS ALVES COELHO.	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO NACIONAL.	30/31	97
0029303-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	IRINILDO JOSÉ GONÇALVES.	24	97
0029311-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	SACARIAS ROLIM LTDA	15/16	97
0029320-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	HORNE E BUZANELLO LTDA.	JOSÉ ARAÚJO	15/16	97
0029338-88.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	MARCOS JOSÉ DOS SANTOS	15/16	97
0029346-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ALMERINDO SOBRINHO N. CAVALHEIRO	15/16	97
0029354-42.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	LUIZ RESIO DE MATOS	15/16	97
0029362-19.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	RAIMUNDO ALBERI DE LIMA	15/16	97
0029370-93.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	WAGNER NASSER FURBINO DE SOUZA	15/16	97
0029389-02.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	FRANCISCA FERREIRA BENITES.	JOSÉ LUIZ LIRA.	15/16	97
0029400-31.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	SALVADOR LUIZ PALONI.	FRANCISCO APARECIDO FABRI.	15/16	97
0029419-37.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	MARCOS ANTÔNIO SILVEIRA.	15/16	97
0029427-14.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ALVARI TEREZINHA.	15/16	97
0029443-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	CLAUDIO ALBERTO RIBEIRA DA SILVA	24/25	96
0029451-42.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. Eletrodomésticos LTDA.	Fátima de Souza Santos.	24/25	96
0029460-04.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	EVELAR PEREIRA DOS SANTOS	24/25	96
0029478-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JAIRO PRIMO BENETTI.	10	96
0029486-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA.	ONEIDE CLAUDINO DA SILVA.	19/21	96
0029494-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R ELETRODOMÉSTICOS LTDA .	NAIR ALVARENGA DA SILVA	29/30	96

0029508-60.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	EDIGELSON JOSE MANSANO	27	96
0029516-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	EDMILSON CORREIA DE LIMA	27	96
0029524-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ALVARO BATISTA MESQUITA	29/30	96
0029532-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ENÉIAS PORFÍRIO DA SILVA	29/30	96
0029540-65.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	EDSON CORREA BRAULINO E MANOEL CORREA	27	96
0029559-71.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRÁS LTDA.	ANTONIO HENRIQUE JACOMINI	27	96
0029575-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ BERNARDINO PRADO DOROFE	29/30	96
0029583-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R ELETRODOMÉSTICOS LTDA .	ADEMIR NUNES CAVALHEIRO	29/30	96
0029591-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	NEDIO LUIZ BRATI	19/21	96
0029605-60.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	JULIANO DA SILVA CAMPOS	27	96
0029613-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	OTÍLIO DO NASCIMENTO	29/30	96
0029621-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	IDALINA DOMINGOS MACHADO	19/21	96
0029630-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R ELETRODOMÉSTICOS	ANDREA CELIA CLEMENTINO LTDA.	17	96
0029648-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ALFREDO KRAUSE.	LUIZ CARLOS GOMES	17	96
0029656-71.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	ANTONIO RODRIGUES JORGE.	ÁUREA DA SILVA.	24/25	96
0029664-48.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ PEREIRA SALES.	17	96
0029672-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DORLI EDSON ANTUNES	24/25	96
0029680-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	HELIO REGONATO DA SILVA.	17	96
0029699-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	EVA FERREIRA DIAS.	24/25	96
0029702-60.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOCEMEI FERNANDES.	17	96
0029710-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ANTONIO RODRIGUES JORGE.	JOVENTINO ADRIANO DA SILVA.	10	96
0029729-43.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	WALDEMIRO FORTUNATO	ZENIR ANTUNES BRANCO	24/25	96
0029737-20.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	POSTO NOVA BRASILÂNDIA LTDA.	ADERVAL PEREIRA DA CRUZ	24/25	96
0029745-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	PAULO DONIZETE CUSTÓDIO.	10	96
0029761-48.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	DELCIO JOSÉ BALSAN.	ROMEU DE SOUZA.	12/14	96
0029770-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JAIR BOLETE.	12/14	96
0029788-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	NATAIR RODRIGUES.	12/14	96
0029796-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DARI CRISPIM DE ANDRADE.	12/14	96
0029800-45.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	FRANCISCO JACIER ALVES DE SOUZA.	BENEDITO JOSÉ DE MOTA.	46	97
0029818-66.2009.8.22.0010	Embargos	BENEDITO JOSÉ DE MOTA.	FRANCISCO JACIER ALVES DE SOUZA	46	97
0029826-43.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	SALVADOR LUIZ PALONI.	DARCI MAXIMIANO	46	97

0029834-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	CERAMICA JAMARI LTDA.	46	97
0029842-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	CAVALCANTI E CALEGARI LTDA.	DOMINGOS LANGA.	46	97
0029850-71.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	EDGAR GONÇALVES SANTOS.	46	97
0029869-77.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VERA LUCIA CORDEIRO DA SILVA.	46	97
0029877-54.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	ADEMAR ARPINIO.	46	97
0029885-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRAS LTDA.	NELSON HERMES.	46	97
0029893-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SOARES.	46	97
0029907-89.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRAS LTDA.	NELSON HERMES.	46	97
0029915-66.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	BANCO BRADESCO S/A.	JOSÉ MEDEIROS DE SIQUEIRA-ME, JOSÉ MEDEIROS DE SIQUEIRA, E ALFREDO DELUQUE	46	97
0029923-43.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	EZEQUIEL PEREIRA.	46	97
0029940-79.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRAS LTDA. .	NELSON HERMES	46	97
0029958-03.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA.	OSVALDO JESUS GERALDO JUNIOR	41	97
0029966-77.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	MARIO JOSÉ FERRI.	VALDERI FERREIRA BRIZOLA	41	97
0029974-54.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ELEONIR APARECIDA PEREIRA E SIDNEY RODRIGUES DOS SANTOS.	41	97
0029982-31.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	JOSÉ PEREIRA DA SILVA.	CLAUDEMIR RONQUINHO PINSKI.	41	97
0029990-08.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	JAINY CARLA SEABRA.	GOTARDO E CIA LTDA.	41	97
0030000-52.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	ERASMO CARLOS MEIRELES.	LUIZ CARLOS M. CAPEL.	41	97
0030018-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SCHERRER.	TEREZINHA F. ALMEIDA	28	96
0030034-27.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	RENELIO DE PICOLI e ANTONIO DE PICOLI.	28	96
0030042-04.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	NILSON IGLESIA.	28	96
0030050-78.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	OSMINDA GONÇALVES.	28	96
0030069-84.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	FRANCISCO FAGUNDES DA SILVA.	JOSÉ JUCA SOARES.	28	96
0030077-61.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LUIZ CARLOS DE SOUZA.	28	96
0030085-38.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA.	28	96
0030093-15.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	GELI ANTONIO POSSA.	28	96
0030107-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SOLANGE MARIA DE LIMA AGUIAR.	28	96
0030115-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	RIVELINO APARECIDO DE ALMEIDA.	28	96
0030123-50.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SERGIO SOUZA ALVES.	28	96
0030131-27.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ELZA PEREIRA.	28	96

0030140-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DANIEL MARTINHAGO.	28	96
0030158-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VIRGILIO BENEDITO.	28	96
0030166-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	IVO AFONSO ADAMS.	28	96
0030174-61.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SCHERRER.	PAULO PEREIRA DA SILVA.	28	96
0030182-38.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA E MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	ANTONIO FRANCISCO DE OLIVEIRA.	28	96
0030190-15.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	ALMIR FERNANDES SILVA.	28	96
0030204-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SCHERRER.	FÁBIO SOUZA.	28	96
0030212-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	WAGNER APARECIDO FARIA.	28	96
0030220-50.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SCHERRER.	JOSÉ CARLOS DOS SANTOS.	28	96
0030239-56.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SCHERRER.	SIRLENE RODRIGUES JENUÁRIO.	28	96
0030247-33.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS.	28	96
0030255-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ELZIMAR PAIM MOREIRA.	28	96
0030263-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	NILTON MENDES ANTONIO ME.	6/7	96
0030271-61.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	WD. COMÉRCIO TRANSPORTE CER. BOVINOS LTDA.	6/7	96
0030280-23.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	CLEVOCY FERREIRA DE ARAÚJO.	6/7	96
0030298-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	MARIA LÚCIA G. OLIVEIRA.	6/7	96
0030301-96.2009.8.22.0010	Embargos	MARIA LÚCIA G. OLIVEIRA.	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	6/7	96
0030310-58.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	A. P. SILVA LOPES LTDA.	6/7	96
0030328-79.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	CARLOS ALBERTO PETRI.	6/7	96
0030336-56.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA..	LACIDE DE OLIVEIRA LOPES.	6/7	96
0030344-33.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	WOSHIGTON WILLIANS DA SILVA..	VALTAIR AMBRÓSIO XAVIER.	6/7	96
0030352-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SANDRA APARECIDA BUENO.	6/7	96
0030360-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	GERALDO BRAGANÇA.	CIMOL - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.	6/7	96
0030379-90.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	EDSON CERQUEIRA, JOÃO ADIR FONTANA, JOÃO PAULO DE GUSMÃO E LUIZ CLAUDINO RUFATO	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA - RO.	6/7	96
0030387-67.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	JOSÉ LUIZ LIRA.	WD COMÉRCIO E TRANSPORTE DE CEREAIS E BOVINOS LTDA.	6/7	96
0030395-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	TORNEARIA COMETA LTDA.	6/7	96
0030409-28.2009.8.22.0010	Embargos	MARIANO SALVI.	MARIA APARECIDA FECHIO ROTAVA.	6/7	96
0030417-05.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARIA APARECIDA FECHIO ROTAVA.	MARIANO SALVI.	6/7	96

0030425-79.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	ALZEMAR ALVES RIBEIRO.	MATEUS RODRIGUES DOS SANTOS.	6/7	96
0030433-56.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	VALMIR PETRI.	6/7	96
0030441-33.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	SUELI MARCON PIVA	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	6/7	96
0030450-92.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	MARLI TEREZINHA KRIGER.	DARCI FELÍCIO FERREIRA E DEOLISA CUNHA FERREIRA.	6/7	96
0030468-16.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	GILBERTO GONÇALVES MOREIRA.	6/7	96
0030476-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	CLAUDIO PAVANELI.	6/7	96
0030557-39.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	BENJAMIM JOSÉ CARVALHO..	VILSON DE FREITAS	19/21	96
0030565-16.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO.	MATERIAIS PARA PINTURA E TINTAS LTDA.	19/21	96
0030573-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ISMAIR DA ROCHA RAMOS.	19/21	96
0030581-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MARLENE DE FÁTIMA P. MARCOVICZ.	19/21	96
0030590-29.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. Eletrodomésticos Ltda -	João Sebastião Fernandes	19/21	96
0030603-28.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	Ronaldo Batista Machado.	Antônio Sérgio Barbosa de Oliveira.	19/21	96
0030611-05.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ANTONIO RODRIGUES JORGE.	BENEDITO BUDINI	19/21	96
0030620-64.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	SILVIO ALVES PEÇANHA.	19/21	96
0030638-85.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	VANICE NANDI.	L. B. M. COMPENSADOS 2000 LTDA.	19/21	96
0030646-62.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRAS LTDA.	ADERVAL PEREIRA DA CRUZ.	19/21	96
0030654-39.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	JOSÉ GUERREIRO DA SILVA SOBRINHO	MADEREIRA MARACANÃ LTDA.	19/21	96
0030662-16.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MARIA DAS DORES CARVALHO	19/21	96
0030670-90.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	VANICE NANDI.	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.	19/21	96
0030689-96.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	ALCIDES J. A. FERREIRA.	19/21	96
0030697-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	ISAÚ GOMES PINHEIRO.	19/21	96
0030700-28.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	DELCIO JOSÉ BALSAN.	AMAURI GASPARETO.	19/21	96
0030719-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DINALDO CAPILA.	19/21	96
0030727-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA E MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA..	OSVALDO APARECIDO LUIZ.	19/21	96
0030735-85.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	AGAMERON SOARES.	19/21	96
0030743-62.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	ESCRETE - ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE E REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS LTDA.	JOSÉ MEDEIROS DE SIQUEIRA - ME.	19/21	96
0030751-39.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	MARCOS ANTONIO MOLINA.	DJALMA ANTONIO WICTHOFF.	19/21	96
0030760-98.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	BENEDITO ALBERTO.	19/21	96

0030778-22.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	GERALDO BRAGANÇA.	LUIZ RÉSIO DE MATOS.	19/21	96
0030786-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	PAULO SERGIO DELGADO.	19/21	96
0030794-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	MARLI FERNANDES DE SOUZA.	19/21	96
0030808-57.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NOMA & CIA LTDA.	ELOIR PEREIRA-ME.	29	97
0030816-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA.	NADELSON DE CARVALHO E NEUZA APARECIDA VIEIRA	29	97
0030824-11.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	VALDECI CEOBANIC DE AQUINO.	29	97
0030832-85.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	REGINALDO APARECIDO SACOMAN.	29	97
0030840-62.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	OLACI JOSE BAIBINO.	JOSÉ EDMAR LOPES DE SOUZA.	29	97
0030859-68.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	PEMAZA PEREIRA E MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	JOÃO MARTINS SILVA	29	97
0030867-45.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	CARLITO VIEIRA DA SILVA.	ROBISON MATIAS.	29	97
0030875-22.2009.8.22.0010	Embargos	ROVISON MATIAS.	CARLITO VIEIRA DA SILVA.	29	97
0030883-96.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	GUERRA E BATISTA LTDA-ME.	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC	29	97
0030891-73.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SÉRGIO HENRIQUE ANACLETO.	29	97
0030905-57.2009.8.22.0010	Incidentes (Cível)	DAVINCE GALERIA DE ARTES E COMÉRCIO DE TAPETES LTDA.	JOÃO ADALBERTO CASTRO ALVES.	29	97
0030913-34.2009.8.22.0010	Incidentes (Cível)	BANCO DO BRASIL S/A.	JOÃO ADALBERTO CASTRO ALVES.	29	97
0030921-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	MARIA VANETE DUQUES SCHECLUSKI.	29	97
0030930-70.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO LIRA LTDA.	MARCOS AURÉLIO NUNES.	29	97
0030948-91.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JULIO MARIA CASSIMIRO.	29	97
0030956-68.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOAO BATISTA ADAME.	ADILSON DOMINGOS DA SILVA.	29	97
0030964-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	FRANCISCO PEREIRA DO NASCIMENTO.	29	97
0030972-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ALVAIR NATALICIO N. CAVALEIRO.	29	97
0030980-96.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	ADEMIR DE SOUZA CAOBELLI.	CLÓVIS DE CARVALHO.	29	97
0030999-05.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MANOEL ANTÔNIO TEIXEIRA	DALGOCI LOCATELI E SEBASTIÃO ALVES FIGUEIREDO.	29	97
0031006-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	JOSÉ RICARDO ZORZI.	29	97
0031014-71.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LEURI MASSOTI.	29	97
0031022-48.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	RONALDO MUZZI	30/31	97
0031030-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SILAS CAMPOS.	MARLENE RODRIGUES.	30/31	97

0031049-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAIME GILMAR KALB.	ADALTON LUIZ FONSECA.	30/31	97
0031057-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	ROBERTO LOPES DOS SANTOS E EDILSON CEZARIO DE SOUZA	30/31	97
0031065-82.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	INÊS LONGONE	30/31	97
0031278-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA.	ELIETE MARIA DE ALMEIDA.	30/31	97
0031286-65.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	MARIA ESTRELOW.	JAIR PAGUNG	30/31	97
0031294-42.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JALES PEREIRA DA SILVA.	30/31	97
0031308-26.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO LIRA LTDA.	CARLOS BAQUETA MENDES.	30/31	97
0031316-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	FÁTIMA DE SOUZA SANTOS.	30/31	97
0031324-77.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	MARCOS DE SOUZA.	30/31	97
0031332-54.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	DAVI GONÇALVES DE MOURA.	ORDALINO BISCASSI E ETEVALDO REGIS DE ARAÚJO.	30/31	97
0031340-31.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO LIRA LTDA.	MOISÉS PANAGLIA DIAS.	30/31	97
0031359-37.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	FOTO CHARM LTDA.	SIRLEY BOIKO RIBEIRO.	30/31	97
0029265-16.2009.8.22.0010	Execução de Título Extrajudicial	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZONIA LTDA	OLMAR FURTADO PIRES	30/31	97
0031367-14.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	CINE, FOTO, SOM A.S.O. LTDA	SIRLEY BOIKO RIBEIRO.	30/31	97
0031375-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	MARIA DO CARMO SILVEIRA DE PAULA, MARCO ANTÔNIO MOLINA E JOÃO BATISTA ABRIL.	30/31	97
0031383-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALDECIR PEREIRA DE OLIVEIRA.	30/31	97
0031391-42.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	JOSUE RODRIGUES DA SILVA.	30/31	97
0031405-26.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS.	WANIA SANDRILEIA SBOBB MARTINS.	30/31	97
0031413-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	WANDERLEI LOUBACK	30/31	97
0031421-77.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	DULCELEI DE SENA FERRAZ E NILSON S. LEMES.	30/31	97
0031430-39.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO DO BRASIL S/A.	ALTAMIR DE MIRANDA.	30/31	97
0031600-11.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	JOSÉ JOACIL GUIMARÃES.	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E SERAFIM RESENDE NETO.	23	96
0031715-32.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	EVALDO PEREIRA SANTOS.	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA.	26	96
0031731-83.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	JOÉCIO TEIXEIRA BERTANI.	MARTINS, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	27	96
0031758-66.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	ABEDIR MACEDO DE AGUIAR.	26	96
0031766-43.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	CARLOS ALVES COELHO.	IMACECAL - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E COMÉRCIO DE MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA.	26	96

0031782-94.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	JOÃO ANTÔNIO ALVES GODINHO.	TELERON - TELECOMUNICAÇÕES DE RONDÔNIA S/A.	26	96
0031790-71.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	NIVALDO RODRIGUES FERREIRA.	RAIMUNDO OLIVEIRA.	26	96
0031804-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	MANABU SAKATA.	26	96
0031812-32.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	IVANDIR DOS ANJOS.	TELERON - TELECOMUNICAÇÕES DE RONDÔNIA S/A.	27	96
0031820-09.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	EDSON LUIZ ROLIM.	JAIRO PRIMO BENETTI.	27	96
0031839-15.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA..	ANTONIO TELESFARO FLOR.	27	96
0031855-66.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOSÉ APARECIDO LOPES	13	97
0031863-43.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SCHERRER.	ADÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES.	13	97
0031871-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JUSTIÇA PÚBLICA.	LANCHONETE E SOVETERIA TERTULHA.	13	97
0031901-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	RAIMUNDO DE SOUZA BITTENCOURT.	ANÉLIO JOSÉ BONFÁ.	13	97
0031910-17.2009.8.22.0010	Embargos	ANÉLIO JOSÉ BONFÁ.	RAIMUNDO DE SOUZA BITTENCOURT.	13	97
0031928-38.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA.	CLEUZIR MARIA SIMÕES.	13	97
0031936-15.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	NAPOLI MADEIREIRA DE RONDÔNIA LTDA.	PAPETRACTOR PARAFUSOS E PEÇAS P/ TRATORES LTDA.	13	97
0032037-52.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	ELIZABETH DA SILVA TENÓRIO.	30/31	97
0032045-29.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	TERMOMERCANTIL	30/31	97
0032053-06.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JURACY PEREIRA BASTOS.	JOSÉ CARLOS DA SILVA.	30/31	97
0032061-80.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	LUIZ CARLOS LIMA DA SILVA.	SILVESTRE OSOSQUI	30/31	97
0032070-42.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SEBASTIÃO ROSA DOS SANTOS.	19/21	96
0032088-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO DO BRASIL S/A.	TRANSPORTADORA TIGRÃO LTDA, FRANCISCO DE ASSIS DIAS E MARTA LUCIA GATTO DIAS.	26	96
0032096-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRÁS LTDA.	ARILSON JOSE DA FONSECA.	26	96
0032100-77.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	SEBASTIAO ALVES FIGUEIREDO.	ELI BITTENCOURT.	26	96
0032118-98.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MAURÍLIO PEREIRA BATISTA.	26	96
0032126-75.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G.R. ELETRODOMÉSTICOS.	GILSON BARBOSA SOARES.	26	96
0032134-52.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO DO BRASIL S/A.	AUTO POSTO TIGRÃO LTDA, FRANCISCO DE ASSIS DIAS e MARTA LUCIA GATTO DIAS.	26	96
0032142-29.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO DO BRASIL S/A.	AUTO POSTO TIGRÃO LTDA, FRANCISCO DE ASSIS E MARTA LUCIA GATTO DIAS.	26	96

0032150-06.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO DO BRASIL S/A.	TRANSPORTADORA TIGRÃO LTDA, JOÃO BATISTA DIAS, MADALENA DOMINGAS BAVARESCO DIAS, FRANCISCO DE ASSIS DIAS E MARTA LUCIA GATTO DIAS.	26	96
0032169-12.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	NELSON WINCHKES.	26	96
0032177-86.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	SINEZIO LOIOLA.	27	96
0032185-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	RENALDO PAULO DE LIMA.	27	96
0032193-40.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	LEOMAR WENTZ	27	96
0032207-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA.	GERSON PAULINO DA SILVA.	27	96
0032215-98.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ELIZEU DA CRUZ.	27	96
0032223-75.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRÁS LTDA.	FRANCISCO DE JESUS.	27	96
0032231-52.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	AMARILDO AZEVEDO.	27	96
0032240-14.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	FRANCISCO BARTH.	27	96
0032258-35.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ANTENOR FRANCISCO OLIVEIRA.	27	96
0032266-12.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ROMEU DE SOUZA.	27	96
0032312-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA.	FRANCISCO GALVÃO DOS SANTOS.	11	97
0032320-75.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JOSÉ DE JESUS DE LACERDA.	VICENTE DE BRITO.	11	97
0032339-81.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL.	CEBRAS CERAMICA BRASILANDIA LTDA.	11	97
0032355-35.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL .	J. RIBEIRO IRMÃO E CIA LTDA.	11	97
0032363-12.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL .	CEBRAS CERAMICA BRASILANDIA LTDA.	11	97
0032371-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	LAUDEMIR FIGUEIRA.	OSIAS DA SILVA.	11	97
0032380-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA.	LEANDRO & SILVA LTDA.	11	97
0032398-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA.	LEANDRO E SILVA LTDA.	11	97
0032401-24.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ALEX VAZ DE MELO.	GENÉZIO ANDREGHETTI VARGAS.	11	97
0032410-83.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	SEIZENANDO JOAQUIM DE SOUZA E s/m ROSENEIA MARIA LOPES SOUZA.	UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A.	11	97
0032428-07.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA .	IRMÃO E RIBEIRO LTDA.	11	97
0032444-58.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ORLANDO CASTELINE.	23	97
0032452-35.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL TRIANGULINA LTDA, POR JOÃO MANOEL DA SILVA FILHO.	MILTON CESAR GOMES.	23	97
0032460-12.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	NATANAEL SIVIRINO	FLÁVIO DO NASCIMENTO.	23	97
0032479-18.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MARIA APARECIDA DOS SANTOS.	23	97

0032487-92.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SILVIO VIEIRA LOPES.	PAULO BARBOSA DE SOUZA E PENHA DA CRUZ FERNANDES.	23	97
0032495-69.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS.	CARLOS ALBERTO DA SILVA.	23	97
0032509-53.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	DEVILDE LORENZETT.	INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.	23	97
0032517-30.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS CEREJEIRAS LTDA.	INSTALADORA URUPÁ LTDA.	23	97
0032525-07.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA..	ELIAS DIAS DA SILVA.	23	97
0032533-81.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	EDIVALDO GOMES.	23	97
0032550-20.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	IRENE CATARINA DE SOUZA .	MAQUINA E CEREALISTA TREZE-GUERINI & PADOVAN LTDA.	12/14	96
0032568-41.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	EDSON LUIZ ROLIM.	CLAUDECIR DE OLIVEIRA SOUZA.	12/14	96
0032584-92.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO BRADESCO S/A.	PEDREIRA GUAPORÉ LTDA, DALVA VIEIRA PIRES, E PAULO SERGIO JACOMINI.	12/14	96
0032592-69.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	SIDELVAR FERREIRA DIAS.	AILSON GREGÓRIO E MILENI C. BENETTI MOTA.	12/14	96
0032606-53.2009.8.22.0010	Incidentes (Cível)	MANOEL SODRÉ.	ADENILDES ALVES DA SILVA.	12/14	96
0032614-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	ABIAZI OLIVEIRA DE ALMEIDA.	12/14	96
0032622-07.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO & SILVA LTDA.	12/14	96
0032630-81.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO & SILVA LTDA.	12/14	96
0032649-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO E SILVA LTDA.	12/14	96
0032665-41.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	GERSON SANTOS DOS ANJOS E WILMA ALVES NEPOMUCENO DOS ANJOS.	NEURI MARTINS DE OLIVEIRA.	12/14	96
0032673-18.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	CONSÓRCIO NACIONAL HONDA.	DAVI FERREIRA DOS SANTOS.	12/14	96
0032703-53.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	GILBERTO ROSSONI.	OSNILDO JOSE DE OLIVEIRA.	17	96
0032711-30.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	EL RODRIGUES REZEND.		19/21	96
0032720-89.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	LUIZ CARDOSO DE MEIRA.	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.	19/21	96
0032738-13.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	GILMAR PINTO ARAUJO.	17	96
0032746-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	COOPARON COOP. MISTA AGRIC. R. DE MOURA LTDA.	17	96
0032754-64.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	LICINIO SUBTIL.	MARMUD CAMELI & CIA LTDA.	19/21	96
0032932-13.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO E SILVA LTDA.	13	97
0032940-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	SUNAB - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO	COSTA E BISPO LTDA - LANCHONETE GB.	13	97
0032959-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA.	MADEPIL MAD. PIVA LTDA.	13	97
0032967-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	REAL POÇOS ARTESIANOS LTDA.	13	97

0032975-47.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	PAULO SÉRGIO BATISTA E OSVALDA PRADO DA COSTA	13	97
0032983-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA E MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	NELSON HERMES.	13	97
0032991-98.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	NELSON HERMES.	PEMAZA PEREIRA E MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA .	13	97
0033009-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS.	GESSE FERNANDES	13	97
0033017-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	NILSON NEVES.	13	97
0033025-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ELIAS AMORIM.	LUIZ ANTONIO MEDEIROS MUNIZ.	13	97
0033033-50.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ANTÔNIO MARTINS PEREIRA.	13	97
0033041-27.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOSÉ ALVES DA SILVA FILHO.	13	97
0033050-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	EDILSON LINO EVANGELISTA.	13	97
0033068-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALDELICE COELHO CALDEIRA.	13	97
0033076-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS.	JAIRO DA CRUZ DE DEUS.	19/21	96
0033106-22.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JACIR HILÁRIO DA SILVA	15/16	97
0033114-96.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	DORVINA FURTUNA OLIVEIRA.	VANDERLEI BATISTA DE OLIVEIRA.	20	97
0033122-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAIME GILMAR KALB .	EDILEUSA F. DA SILVA.	12/14	96
0033130-50.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	LUIZ BENEDITO DE SOUZA.	12/14	96
0033149-56.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	CICERO GALDINO FERREIRA.	NELSON HERMES	12/14	96
0033157-33.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	CICERO GALDINO FERREIRA.	NELSON HERMES	12/14	96
0033165-10.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	JOÃO VALENTIN DE OLIVEIRA.	ROMANA FRAGA DA LUZ.	12/14	96
0033173-84.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	DÉLCIO JOSÉ BALSAN.	CARLOS HIDEL HANGAI.	12/14	96
0033181-61.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	LUIZ ROBERTO PASSAMANI.	12/14	96
0033190-23.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	NAPOLI MADEIRAS DE RONDÔNIA LTDA.	12/14	96
0033203-22.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	NAPOLI MADEIRAS DE RONDÔNIA LTDA.	12/14	96
0033211-96.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	NAPOLI MADEIRAS DE RONDÔNIA LTDA.	12/14	96
0033220-58.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	EVERALDO CHIODI.	12/14	96
0033238-79.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	TRATORPAR PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA.	SERLEI B. DUARTE.	12/14	96
0029753-71.2009.8.22.0010	Cobrança	IZAIAS SOARES FOTOGRAFIAS-ME	NILDA JOSÉ DO PRADO	12/14	96
0033246-56.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAIME GILMAR KALB.	ANTONIO DONIZETE DA SILVA.	12/14	96
0033254-33.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	ARILSON JOSÉ DA FONSECA.	12/14	96
0033262-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JAIRO PRIMO BENETTI.	12/14	96

0033270-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	ALOISIO MARQUES DE ASSIS.	12/14	96
0033343-56.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DEVANIR PEREIRA DE BRITO.	26	96
0033378-16.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ATALAIA S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA.	VIRGULINO DE PICOLLI.	24/25	96
0033394-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	CEDISSON ALVES PEREIRA.	24/25	96
0033408-51.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	GELSILEI DE SOUSA.	SEZINANDO ALVES DE SOUZA E VALDEMAR MANOEL DOS SANTOS.	24/25	96
0033424-05.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	ELIAS SILVA DA FONSECA.	JOSÉ MARIA VICENTE E SEZINANDO PEREIRA VICENTE.	24/25	96
0033432-79.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	JOSÉ AIRES DE OLIVEIRA.	FRANCISCO PAULINO DE LIMA.	24/25	96
0033483-90.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	VALMIR FARIAS GALVÃO.	AGENOR SONAI.	24/25	96
0033491-67.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	JUAREZ MARTINS DE OLIVEIRA.	CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA D'OESTE-RO, VALDOMIRO ANTUNES DE SOUZA, SEBASTIÃO AGEU DE OLIVEIRA.	24/25	96
0033505-51.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	JUAREZ MARTINS DE OLIVEIRA.	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE-RO, Sr. VALDOMIRO ANTUNES DE SOUZA E SEBASTIÃO AGEU DE OLIVEIRA.	24/25	96
0033513-28.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	COMERCIAL VANE LTDA.	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE MAT, E OBRAS DO MUNICÍPIO DE R. DE MOURA , E OUTROS	24/25	96
0033530-64.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	ANTONIO CARLOS DE SOUZA FERNANDES.	ROMANO E PARRA LTDA.	17	97
0033548-85.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	ANA RIBEIRO DE SOUZA.		17	97
0033556-62.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AILTON DA SILVA.	NOBUHIRO KUBO.	17	97
0033572-16.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOSEFA DA SILVA SOARES.	PAULO BATISTA DA SILVA.	17	97
0033599-96.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA.	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	17	97
0033602-51.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AZIEL DA SILVA.	FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS.	17	97
0033610-28.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE.	JUAREZ MARTINS DE OLIVEIRA.	17	97
0033629-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MIZAEL FERREIRA.	29/30	96
0033637-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	IVANILDA FRANCISCA CHAGAS.	29/30	96
0033645-85.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	WALDEMAR DIAS DA SILVA.	29/30	96
0033653-62.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ISAQUE DA SILVA.	29/30	96
0033661-39.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DANIEL SALES PEREIRA DA SILVA.	29/30	96
0033670-98.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALTER CEZARIO.	29/30	96

0033688-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	HORLANDO M. DO NASCIMENTO.	29/30	96
0033696-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉTICOS LTDA.	ALDELINO EMIDIO PORTUGUESA.	29/30	96
0033700-36.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	COSME GOMES DE MELO.	29/30	96
0033718-57.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	BENEDITO RODRIGUES.	29/30	96
0033726-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	PAULO ALVES PEREIRA.	29/30	96
0033734-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉTICOS LTDA.	TEREZINHA ALEXANDRE DOS SANTOS.	29/30	96
0033742-85.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉTICOS LTDA..	RUI FERREIRA DOS SANTOS	29/30	96
0033750-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.	INCOPAL IND. COM. DE PRODUTOS ALIMENÍCIOS E JOSÉ CARLOS PADOVAM.	29/30	96
0033769-68.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ISRAEL MILHOMEM DOS SANTOS.	29/30	96
0033777-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOAQUIM INÁCIO SOBRINHO	29/30	96
0033785-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	PENHA DA CRUZ FERNANDES.	29/30	96
0033793-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOAO CARNEIRO DE FARIAS.	29/30	96
0033807-80.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	ARI BALDO.	29/30	96
0033815-57.2009.8.22.0010	Embargos	ARI BALDO	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	29/30	96
0033823-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AGRONOSSA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.	JOSE FREIRE NETO.	29/30	96
0033831-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	SUNAB - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO	MILTON BRANCO - AÇOUGUE TIO PATINHAS.	29/30	96
0033840-70.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉTICOS LTDA.	MARCOS RICARDO DALLA VECHIA.	29/30	96
0033858-91.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JOAO LOPES.	SACARIAS ROLIM LTDA.	29/30	96
0033866-68.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉTICOS LTDA.	WALTER DA FONSECA BORGES.	29/30	96
0033874-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA.	REGINALDO MARTINS.	29/30	96
0033882-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	NAIR DA SILVA.	29/30	96
0033890-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉTICOS LTDA.	LUIZ CARLOS FERNANDES DE SOUZA.	29/30	96
0033904-80.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉTICOS LTDA.	ISRAEL BRAGA.	29/30	96
0033912-57.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ROBSON SALDANHA.	27	96
0033920-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AINY CARLA SEABRA..	MARCOS SIQUEIRA TELES	27	96
0033939-40.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ARNALDO FERRARI.	27	96
0033947-17.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ANTÔNIO FRANCISCO OLIVEIRA.	27	96
0033963-68.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ROBERTO SEVERINO DA SILVA.	17	96
0033971-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ANTONIO RODRIGUES JORGE.	JOSÉ PEREIRA DA SILVA.	17	96
0033980-07.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LUCAS RODRIGUES FORTE.	17	96

0033998-28.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALDEVINO INÁCIO DOS REIS.	17	96
0034005-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MARIA SOCORRO DA SILVA ALVES.	17	96
0034021-71.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ROSANE ARANDA.	17	96
0034030-33.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MARIA LUCIEDA DE OLANDA.	17	96
0034048-54.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	ALAIDES C. PEREIRA, E ARNALDO FERRARI.	26	96
0034153-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	EUNICE SALUSTIANO MORAIS.	11	97
0034161-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	APARECIDA CANDIDO SANTIAGO.	11	97
0034170-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DEUSDETE FERNANDES DE SOUZA.	11	97
0034188-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MANOEL MACHADO DA SILVA.	11	97
0034196-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDONIA LTDA. .	JOÃO MANGUEIRA RODRIGUES E LUCAS MANGUEIRA RODRIGUES	11	97
0034200-05.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ALEANDRO OLIVEIRA RIBEIRO.	11	97
0034218-26.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	RIVAEL ALVES DE ALMEIDA.	11	97
0034226-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MARTINA LEITE DE SOUZA.	11	97
0034234-77.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SIRLEI SOARES PRUDENCIO.	11	97
0034242-54.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LUIZ PEDRO DA SILVA	11	97
0034250-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES.	ALCIDES OLIMPO DE ARAUJO.	11	97
0034269-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SELESIO BERGAMIM.	JOAQUIM MENDES DO CARMO.	11	97
0034277-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JOAQUIM MOREIRA DE SOUZA..	GERMAN MONTANO PAZ.	11	97
0034285-88.2009.8.22.0010	Embargos	GERMAN MONTANO PAZ.	JOAQUIM MOREIRA DE SOUZA.	11	97
0034293-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LUCIMAR RAMOS DA SILVA.	11	97
0034307-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MILTON INGLES DE MORAIS.	11	97
0034315-26.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LUIS CARLOS BARBOSA CASTRO.	11	97
0034323-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ALBERTO DE CASTROBOARO	11	97
0034331-77.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ISOLINA STRULUW DA SILVA	16	96
0034340-39.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	DELCIO JOSÉ BALSAN	ANTONIO DONIZETE DA SILVA	16	96
0034358-60.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA - PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	ADALBERTO GODINHO DE SOUZA	16	96
0034366-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MAURINO PADOVAN -	ANTONIO MAURILIO SOUZA	16	96
0034374-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA LTDA	MARIA MANU DA SILVA	16	96
0034382-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	A CASA DO SOM LTDA	16	96

0034390-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	GUERINI E PADOVAN LTDA	ADEMIR SACOMAM, ANTONIO SACOMAM, NELSON SACOMAM	16	96
0034404-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	FRANCISCO J DOS SANTOS E APARECIDA ALVES DOS SANTOS.	16	96
0034412-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	IVANDA DA SILVA LIMA	16	96
0034439-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA LTDA	JOSIAS DE MELO	16	96
0034447-83.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA LTDA	JAIME AUGUSTINHO BROD	16	96
0034455-60.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA	16	96
0034463-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ANTONIO RODRIGUES JORGE	ROBERTO ALVES	16	96
0034471-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN -	GILMAR LOUZADA BORGES	16	96
0034480-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	RONALDO BATISTA MACHADO	GEBRAIR ALVES DE OLIVEIRA e ANTÔNIO SÉRGIO BARBOSA DE OLIVEIRA	16	96
0034498-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOÃO ADALBERTO DE ARAUJO NETO	16	96
0034501-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN -	JOSÉ GOMES RODRIGUES	16	96
0034510-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MAURINO PADOVAN	VALDEMAR RACHI	16	96
0034528-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	GERALDA LUIZ DE ALMEIDA	16	96
0034536-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DEOCLECIANO FERREIRA FILHO	16	96
0034544-83.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	APARECIDO CARNEIRO OLINDO	16	96
0034552-60.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	16	96
0034560-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOÃO NUNES VIEIRA	16	96
0034579-43.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LUCIENE MARQUES ALVES	16	96
0034587-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ VENANCIO DA SILVA	16	96
0034595-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOCELI TOTTI	16	96
0034609-78.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	HORNE & BUZANELLO LTDA	RENATO FELIX DE ATAIDE	16	96
0034617-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	AMELICE ALVES M. DOS SANTOS	16	96
0034625-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	EUNICY CORDEIRO PINTO	16	96
0034633-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	GILMAR PEREIRA DE OLIVEIRA	16	96
0034641-83.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ANTONIO RODRIGUES JORGE	JOSÉ CORDEIRO FEITOSA	16	96
0034650-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAIME GILMAR KALB	JOSE PEREIRA DE LIMA	16	96
0034668-66.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRDOMÉSTICOS LTDA	JOSEFA AMERICO MEDINA	16	96
0034676-43.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRDOMÉSTICOS LTDA	FELICIANO MARQUES DOS SANTOS	16	96
0034684-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JUAREZ PAULO LOUBACK	16	96
0034765-66.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	SALVADOR LUIZ PALONI	GERALDO BRAGANÇA.	15/16	97

0034773-43.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ISABEL F. TEIXEIRA FARIAS.	15/16	97
0034781-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA.	JAIME FERRO.	15/16	97
0034790-79.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	APARECIDO CUNHA BUENO.	LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA OTO.	15/16	97
0034960-51.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	LUIZ REGIO DE MATOS.	24/25	96
0034978-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	SANDRA V. DE ALMEIDA RODINI.	24/25	96
0034986-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	ALCIDES OLIMPIO DE ARAÚJO.	24/25	96
0034994-26.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SANTOS ELETRO INFORMÁTICA LTDA.	HÉDIO JOSÉ CORREA DA SILVA.	24/25	96
0035001-18.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	PEDRO PEREIRA DA SILVA.	24/25	96
0035060-06.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ELICIO JOAQUIM DOS SANTOS	37	97
0035079-12.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	REGINALDO MARTINS	37	97
0035087-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	LUIZA FERREIRA DE OLIVEIRA	37	97
0035095-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	MARIA APARECIDA ROTAVA.	37	97
0035109-47.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LUCIENE MARQUES ALVES.	37	97
0035117-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	JOSÉ WANDERLEY FERREIRA LINS.	37	97
0035125-98.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	WILLIAN TEODORO TEIXEIRA.	37	97
0035133-75.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	PEDRO DE CAMPOS SOBRINHO.	37	97
0035141-52.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	JOÃO PEREIRA.	37	97
0035150-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	ROSANGELA ANTONIA DE ALENCAR.	37	97
0035168-35.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	NADILSON PAIVA CARDOSO.	37	97
0035176-12.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA.	NADELSON DE CARVALHO e NEUZA APARECIDA VIEIRA.	37	97
0035184-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SILVETE QUEIROZ DA SILVA e SILAS FRAUZINO.	37	97
0035192-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	ANA LUIZ HONÓRIO.	37	97
0035206-47.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DIRCE RAMOS SALES.	37	97
0035214-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	JULIO MARCOS PEREIRA.	37	97
0035222-98.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	BARDUINO BORGES DA ROSA.	37	97
0035230-75.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	DINALVA PEREIRA LOPES.	37	97
0035249-81.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	FABIANO MIRANDA ALVES.	37	97
0035257-58.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	SUSANA SIMONIA DE LIMA.	37	97
0035265-35.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	JAIR MENDES.	37	97

0035273-12.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	FRANCISCO LOPES DA ROCHA e OSMAR LECHINSKI.	37	97
0035281-86.2009.8.22.0010X	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	JOSÉ HEBBEL SOBRINHO	19	98
0035290-48.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	NERI CAZUME ELESBAO.	19	98
0035303-47.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COLOR SAN MATERIAIS FOTOGRÁFICOS LTDA.	IZAIAS SOARES FOTOGRAFIA - ME.	37	97
0035311-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA.	NELCILENE BARBOSA SANTOS.	37	97
0035320-83.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA. .	LEOMAR WENTZ E MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA WENTZ	37	97
0035338-07.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	ADENIR MOREIRA DO PRADO E EDINALVA RIBEIRO DA SILVA DO PRADO	37	97
0035346-81.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	RECOL REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO PORTO VELHO LTDA.	DROGARIAFARMASOL LTDA.	37	97
0035354-58.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	FELIPE REAL.	37	97
0035362-35.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	FOTO CHARM LTDA..	IZAIAS SOARES FOTOGRAFIAS - ME.	37	97
0035370-12.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ROLIM LTDA. .	LIDIO GONZATTO E MARIA JANETE GONZATTO	32	97
0035389-18.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	CORALDINO JOSÉ FILIPINI.	KAYABY TENIS CLUB.	17	97
0035397-92.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JACIR HILÁRIO DA SILVA.	17	97
0035427-30.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS.	01/03	97
0035435-07.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN. DA SILVA.	BELIZARIO	01/03	97
0035443-81.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	RENILDO SOUZA DE JESUS	01/03	97
0035451-58.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA .	VALDEMAR GOMES.	01/03	97
0035460-20.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA .	RUBENS COUVRE DE JESUS.	01/03	97
0035478-41.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SALVADOR LUIZ PALONI .	SANDRA VICENTE DE ALMEIDA RODINI.	01/03	97
0035486-18.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. Eletrodomésticos Ltda.	Mauro Rufino de Souza	01/03	97
0035494-92.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN .	ADENIR MOREIRA DO PRADO.	01/03	97
0035508-76.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	LADAIR FABRIS.	NILSON DO NASCIMENTO.	01/03	97
0035524-30.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AGRONOSSA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.	DAVID OST.	01/03	97
0035532-07.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA .	CARLOS ALBERTO PETRI.	01/03	97
0035540-81.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA .	EZEQUIEL PEREIRA DOS REIS.	01/03	97
0035559-87.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BRUMAR COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA .	PORCELLI E PORCELLI LTDA.	01/03	97
0035567-64.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOSÉ PEREIRA SOUZA.	01/03	97
0035575-41.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA .	OSNILDO JOSÉ DE OLIVEIRA e CECILIA DE MOURA OLIVEIRA.	01/03	97

0035583-18.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LENI APARECIDA DA SILVA.	01/03	97
0035591-92.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	RONILDES GONÇALVES DIAS .	HOSPITAL E MATERNIDADE BOM JESUS LTDA.	01/03	97
0035605-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ELIAS ALVES DE OLIVEIRA.	01/03	97
0035621-30.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA..	LUIZ ROBERTO PASSAMANI	8/9	96
0035630-89.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	MARCIO OKUMURA DINIZ.	PAULO HENRIQUE MESABARBA.	8/9	96
0035648-13.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARCIO OKUMURA DINIZ.	PAULO HENRIQUE MESABARBA.	8/9	96
0035656-87.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	MOISÉS JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA.	8/9	96
0035664-64.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	CORDEIRO & SILVA LTDA.	BANCO ITAÚ S/A.	8/9	96
0035672-41.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	FRANCISCO BARTH	8/9	96
0035680-18.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ATACADISTA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FLORIDA LTDA	OSVALDO RODRIGUES.	8/9	96
0035699-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	EDILSON PEREIRA DA SILVA.	SIDNEY ANTONIO KAVALCO.	8/9	96
0035702-76.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOSÉ GENIR PEREIRA.	S. SIQUEIRA E SILVA E CIA LTDA.	8/9	96
0035710-53.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	B. B. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANC. E INVESTIMENTO.	ROBERTO SIDNEI LOPES.	8/9	96
0035729-59.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	ETEVALDO RÉGIO DE ARAÚJO.	M. A. TEIXEIRA.	8/9	96
0035737-36.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LOURIVAL MORAIS DE SOUZA.	8/9	96
0035745-13.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	GUERINI E PADOVAN	32	97
0035753-87.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DARCI ANTÔNIO DA COSTA.	32	97
0035761-64.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA.	W.R. MEDICAMENTOS.	32	97
0035770-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL.	SOLAR ENGENHARIA E LTDA.	32	97
0035788-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	CEREALISTA COSTA VERDE.	32	97
0035796-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	MERCEARIA CORDEIRO	32	97
0035800-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	BAR E MERCEARIA COELHO.	32	97
0035818-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	CORDEIRO E SILVA LTDA.	32	97
0035826-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	MARIA DE LOURDES PADILHA.	32	97

0035834-36.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE D'OESTE - RO.	VARLEY GONÇALVES FERREIRA E NADÉLSON DE CARVALHO.	32	97
0035842-13.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	MERCEARIA SANTOS.	32	97
0035850-87.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	CLARINDO CORREIA COSTA , CELINA OTAVIA PEREIRA COSTA.	BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A.	32	97
0035869-93.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	NILZA CAMARGO DA SILVA.	02	97
0035877-70.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JAILSON ANTÃO BARBOSA.	02	97
0035885-47.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	CLEMENCIA DA SILVA GOSSARO.	02	97
0035893-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA.	A CASA DO SOM LTDA.	02	97
0035907-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	FIGUEIREDO & FAVARIN LTDA.	02	97
0035915-82.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA E MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	ELOIR PEREIRA.	02	97
0035923-59.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	DURVAL PEREIRA DA MATA.	02	97
0035931-36.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	GENIVALDO PEREIRA DA SILVA.	02	97
0035940-95.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ALEXANDRO LOPES.	02	97
0035958-19.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ CELESTINO DOS SANTOS.	02	97
0035966-93.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALMIR PEREIRA DA SILVA.	02	97
0035974-70.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA.	02	97
0035982-47.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	RAIMUNDA ALMEIDA CAMPOS.	02	97
0035990-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA E MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	HELIO DE PICOLI.	02	97
0036008-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SIDNEI MESSIAS DE SOUZA.	02	97
0036016-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SIRLENE DE OLIVEIRA GOMES.	02	97
0036024-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	THIMAGNO BARREIRA DE MACEDO.	02	97
0036032-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN..	CARLOS LUIZ	02	97
0036040-50.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	EMIR RODRIGUES.	02	97
0036059-56.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOEL LUIZ RODRIGUES,	02	97
0036067-33.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DANIEL SALES FERREIRA DA SILVA.	02	97
0036075-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	GENES RODRIGUES DOS SANTOS.	02	97
0036083-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	FRANCISCO JACINTO GOMES.	02	97
0036091-61.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ELVIRA SCHERAIBER VOLKININ	02	97

0036105-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALDIR PINTO DOS SANTOS.	02	97
0036113-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES.	ADEMIR CLEMENTE DA SILVA.	02	97
0036121-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	ANTONIO SACOMAN E DIRCE R. SACOMAN.	02	97
0036130-58.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRÁS LTDA.	WLADEMIR PINHEIRO FERREIRA.	02	97
0036148-79.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	LOURIVAL FREITAS.	02	97
0036156-56.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JUNEDIR ALVES COSTA.	JOSÉ DOS SANTOS MOURA.	02	97
0036164-33.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOSÉ MARIA SILVA.	02	97
0036172-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JULIANO JULIÃO DE NAEL.	02	97
0036180-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ROSALVA LIMA DE BRITO.	02	97
0036199-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ADALICE VIEIRA DA SILVA.	02	97
0036202-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	REGINALDO VIEIRA DE LIMA.	02	97
0036393-90.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO E SILVA LTDA.	10	96
0036407-74.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO E SILVA LTDA.	10	96
0036415-51.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	ALOISO DA SILVA.	10	96
0036423-28.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO E CIA LTDA.	10	96
0036431-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO E SILVA LTDA.	10	96
0036440-64.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	LEANDRO E CIA LTDA	10	96
0036458-85.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	IZAIAS SOARES FOTOGRAFIAS -ME.	A ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA CERON.	10	96
0036474-39.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALDIR DE LIMA.	10	96
0036482-16.2009.8.22.0010	Embargos	O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.	DEVILDE LORENZETTI	10	96
0036490-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	XAVIER & MELO LTDA.	INCOL MADEIRAS LTDA.	10	96
0036504-74.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	CERAMICA NOVA AMERICA LTDA.	10	96
0036512-51.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	SEZINANDO PEREIRA VICENTE.	EURICO CECILIO SANTANA.	10	96
0036520-28.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARIO PEREIRA DA SILVA	OLIVEIRA MOTORES LTDA.	10	96
0036539-34.2009.8.22.0010	Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis	REIPLAS INDUSTRIA DE MATERIAL ELETRICO LTDA	VIEIRA MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA	10	96
0036547-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	CELSO ALVES MOREIRA.	10	96
0036555-85.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MOACIR ORMONDES PEREIRA.	LUCIO ABEDEMO GOMES.	10	96
0036563-62.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	JONES FERREIRA VICENTE	VALDECI FERNANDES MESSIAS.	10	96
0036571-39.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	OSÉIAS DOS SANTOS SANDIM.	10	96

0036580-98.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA.	I. B. NONATO E CIA LTDA.	10	96
0036598-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOSÉ SOARES BRITO.	32	97
0036601-74.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JOÃO BATISTA DOS SANTOS.	32	97
0036610-36.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JOSÉ LUIZ AVILA.	32	97
0036628-57.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRAS LTDA.	JOSÉ CORDEIRO FEITOSA.	32	97
0036636-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SCHERRER .	VILSON PREVE PEIXER.	37	97
0036644-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALCIRLEI GONÇALVES.	37	97
0036652-85.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	FERMINO PEDRO.	15/16	97
0036660-62.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	VALDECIR PEREIRA DE OLIVEIRA.	15/16	97
0036679-68.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA. .	LEDA CRISTINA NUNES	15/16	97
0036687-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	ISMAEL NONATO JOÃO	15/16	97
0036695-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	ISMAEL NONATO JOÃO	15/16	97
0036768-91.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	L. R. INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA.	BANCO DO BRASIL S/A.	20	97
0036776-68.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ADRIANA NASCIMENTO CARNEIRO.	29/30	96
0036784-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ANTONIO DA SILVA SOUZA.	29/30	96
0036792-22.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	RAUL RAMOS	40/41	97
0036806-06.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	MANOEL PIRES NETO	40/41	97
0036814-80.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	SILVIO DA SILVA INHEUEZ	40/41	97
0036822-57.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	ANTONIO NELSON PAGNUSSAT	ROQUE MAZZUCHELLI.	40/41	97
0036830-34.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ROQUE MAZUQUELLI.	40/41	97
0036849-40.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	MARIA DE LOURDES DA SILVA.	JOWALNECY ELIEZER SABINO NETO e FERNANDO CHIOLO.	40/41	97
0036857-17.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZONIA LTDA.	ALVARO MATT.	40/41	97
0036865-91.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ZAMPIERI E CIA LTDA.	ARY DOS SANTOS.	40/41	97
0036873-68.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JONAS CORREIA OLIVEIRA.	40/41	97
0036881-45.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	SILAS PIRES DE OLIVEIRA.	40/41	97
0036890-07.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	CESAR A. M. COSTA.	40/41	97
0036903-06.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	OSMAR JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS.	40/41	97

0036911-80.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO LIRA LTDA.	ISAC VALDIVINO FERREIRA SILVA	40/41	97
0036920-42.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRAS LTDA.	MAURI DARCI BRECOVIT.	40/41	97
0036938-63.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	RIO MADEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA.	40/41	97
0036946-40.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	RIO MADEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA.	40/41	97
0036954-17.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	RIO MADEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA.	40/41	97
0036962-91.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	RIO MADEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA.	40/41	97
0036970-68.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	RIO MADEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA.	40/41	97
0036989-74.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	LEANDRO E CIA LTDA.	10	96
0036997-51.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	A FAZENDA NACIONAL.	J. RIBEIRO IRMÃO E CIA LTDA.	24	97
0037004-43.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE CRF/RO-AC.	SANDRA PEREIRA NICOLETTE (FARMÁCIA SANDRA)	24	97
0037012-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R.ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ADÃO GERALDO BARBOSA DA SILVA.	24	97
0037020-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA.	PORTO DE AREIA UBERLÂNDIA LTDA.	24	97
0037039-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL.	SUPERMERCADOS RODRIGUES LTDA.	24	97
0037047-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	INSTALADORA MED. LTDA.	24	97
0037055-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	JOÃO ALBERTO GHELLER.	24	97
0037063-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.	OSMAR LOPES DE OLIVEIRA - ME, e OSMAR LOPES DE OLIVEIRA.	24	97
0037071-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL.	J. RIBEIRO IRMÃO E CIA LTDA.	24	97
0037080-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SEBASTIÃO BARBOSA DA SILVA.	24	97
0037098-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ LUIZ TOLOTI.	24	97
0037101-43.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	GILSON PEREIRA SANTOS.	24	97
0037110-05.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SILVIO VIEIRA LOPES.	JANDIR DA SILVA ROCHA E VALDENIR DOMINGOS ROCHA.	24	97
0037128-26.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOÃO MARIA DE JESUS.	24	97
0037136-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	ABIZAI OLIVEIRA DE ALMEIDA.	24	97
0037144-77.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA.	ALTAIR LUCIO PEREIRA.	24	97
0037152-54.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	MANOEL CONCEIÇÃO ALCÂNTARA E JOSÉ NIVALDO SACOMAN.	24	97
0037160-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	XAVIER & MELO LTDA.	INCOL MADEIRAS LTDA.	24	97

0037179-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SILVIA ANTUNES CORDEIRO.	24	97
0037829-84.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	REGINALDO PEREIRA DINIZ	HIROSHI FUJIOKA.	06	97
0037837-61.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARIA VERÔNICA CAMILATTO MECA	LORENA MENDES DA CRUZ	06	97
0037845-38.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	LUZIA PEREIRA DE PAIVA	RIO MADEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA LTDA.	06	97
0037853-15.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA	06	97
0037861-89.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDONIA LTDA	WANTUIR D. DOS SANTOS.	06	97
0037870-51.2009.8.22.0010	Embargos	WANTUIR D. DOS SANTOS	TRENTO COMERCIAL DE RONDONIA LTDA.	06	97
0037888-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES	MARINO PADOVAN.	06	97
0037896-49.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	AGENIR PASTORIO.	06	97
0037900-86.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	IRMÃO E RIBEIRO LTDA.	06	97
0037918-10.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	JEQUITIBA IND. E COM. DE MADEIRA LTDA	LUIZ LIMA DE CAMPOS.	06	97
0037926-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOVENILHA DE SOUZA.	06	97
0037942-38.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	JORGE ALBERTO PINTO.	06	97
0037969-21.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES.	APARECIDO CEZÁRIO	06	97
0037977-95.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	GERALDO BRAGANÇA.	CIMOL - COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA.	06	97
0037985-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BERON - BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A.	IMACECAL - INDUSTRIA DE MADEIRAS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.	06	97
0037993-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MOACIR DEBONE.	06	97
0038000-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	COMERCIAL SANTA CLARA LTDA	06	97
0038019-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	IRMÃO E RIBEIRO LTDA.	06	97
0038027-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DILVA SALETE DA SILVA TOLEDO	06	97
0038035-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA	MADEPIL MAD. PIVA LTDA.	06	97
0038043-75.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES.	ALZEMAR AVELINO DA SILVA.	06	97
0038051-52.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MARCIO ANTONIO PEREIRA.	06	97
0038060-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ GARCIA.	09	97
0038078-35.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	IRONILDA VICENCI ALVES MACIEL	09	97
0038086-12.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES.	LOURIVAL EGERTT.	09	97
0038094-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	PAULO ROBERTO MERES KLUSKA.	09	97
0038108-70.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES.	ROBERTO DA SILVA.	09	97

0038116-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	PRADO E CIA LTDA.	09	97
0038124-24.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	SANDRA MARIA APOLINÁRIO	JUVENIL DE ABREU E EVILÁZIO MAY.	09	97
0038132-98.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	ALÉSSIO BALSAN.	MARCIO GONÇALVES DOS SANTOS.	09	97
0038140-75.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	XAVIER E MELO LTDA.	ÁLVARO BATISTA MESQUITA.	09	97
0038159-81.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA.	LUIZ CARLOS NEVES.	09	97
0038167-58.2009.8.22.0010	Embargos	DEOCLIDES JOÃO PIAZZA	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	09	97
0038175-35.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	DEOCLIDES JOÃO PIAZZA.	09	97
0038183-12.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	REGINALDO MARTINS.	09	97
0038191-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	MARIA DE LOURDES KOHUT.	09	97
0038205-70.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO LIRA LTDA.	CARLOS DA SILVA.	09	97
0038213-47.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DANIEL ELIAS DA SILVA,	09	97
0038221-24.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	EDSON LUIZ DA SILVA.	09	97
0038230-83.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO LIRA LTDA.	CLAUDEMIR PAULINO.	09	97
0038248-07.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	DEJANILDO MATIAS TEIXEIRA	LAMYSER - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.	09	97
0038256-81.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO LIRA LTDA.	ROGERIO RAMOS.	09	97
0038264-58.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA	NACELSON DE CARVALHO.	7/8	97
0038272-35.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	A. A. PEREIRA	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE.	7/8	97
0038280-12.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	GERALDINA KLEIN BRUST DA SILVA.	CLOVIS NANCIR DA SILVA	7/8	97
0038337-30.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	JOSÉ CALIXTO DA SILVA.	17	97
0038388-41.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	BENEDITO CHAGAS LEITÃO.	17	97
0038396-18.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	OSVALDO DUARTE.	17	97
0038400-55.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	NILTON VIANA DE PAULA.	17	97
0038418-76.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	IVAN BARBOSA.	17	97
0038426-53.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAIME GILMAR KALB.	NILSON NEVES.	17	97
0038434-30.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ANTONIO NASCIMENTO COSTA.	INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.	17	97
0038442-07.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	JACIR HILÁRIO DA SILVA.	17	97
0038450-81.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	JACIR HILÁRIO DA SILVA.	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.	17	97
0038469-87.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	VALDIR ALVES DA SILVA.	17	97
0038477-64.2009.8.22.0010	Embargos	NOEL FRANCISCO LOPES.	PEMAZA - PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA.	18	97

0038485-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL.	J. RIBEIRO IRMÃO E CIA LTDA.	18	97
0038493-18.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	XAVIER E MELO LTDA.	ELOIR PEREIRA.	18	97
0038507-02.2009.8.22.0010	Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis	TRADER - COMÉRCIO DE IMP. DE CAFÉ E CEREAIS LTDA.	APRURAM - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ROLIMOURENSE PARA AJUDA MÚTUA.	18	97
0038515-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES.	LAERCIO BASTO DE OLIVEIRA.	18	97
0038523-53.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	BENJAMIM JOSÉ CARVALHO	VILSON DE FREITAS.	18	97
0038531-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL	SUPERMERCADOS RODRIGUES LTDA.	18	97
0038540-89.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ JAIR RODRIGUES VALIM.	18	97
0038558-13.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	EVA RODRIGUES LARA.	18	97
0038566-87.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	HORNE E BUZANELLO LTDA.	JOSÉ CORDEIRO FEITOSA.	18	97
0038574-64.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	VALTAIR MOURA SILVA	18	97
0038590-18.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	ERCILIO DOS SANTOS.	47	97
0038604-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	ELOI LUIZ CARTELLI	47	97
0038612-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	CLAUDINEI PEREIRA DO NASCIMENTO.	47	97
0038620-53.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	REJANE MARIA DE MELO GODINHO.	47	97
0038639-59.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	LARI CORREIA COSTA.	47	97
0038647-36.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	CARLOS ALBERTO CARDOSO DE SOUZA.	47	97
0038655-13.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SILVIO PEREIRA.	47	97
0038663-87.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRÁS LTDA.	AGÊNCIA DE CARGAS MOLINA, MARCOS ANTÔNIO MOLINA.	47	97
0038671-64.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO BRADESCO S/A.	JOÃO MANGUEIRA RODRIGUES, EDILSON MANGUEIRA DE SOUZA E SEBASTIÃO REZENDE DO CARMO.	08	98
0038680-26.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	EDSON SANTOS DE ALMEIDA.	47	97
0038698-47.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	EDINALDO ANTONIO GONÇALVES.	47	97
0038701-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.	MADEIREIRA BELA VISTA LTDA, MARIA ELIETE GUIMARÃES GABLER E DELMAR GABLER.	47	97
0038710-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL	COMERCIAL TAMA.	47	97
0038728-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INSDUSTRIAL - INMETRO.	DANIEL PEREIRA SANTOS.	47	97

0038736-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INSDUSTRIAL - INMETRO.	ELI DE ALMEIDA BRAGA.	47	97
0038744-36.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INSDUSTRIAL - INMETRO.	MÁQUINA PAULISTA.	47	97
0038752-13.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JOSÉ ROBERTO DA SILVA.	47	97
0038760-87.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JOÃO APARECIDO CAHULA.	BENEDITO PEREIRA SILVA.	47	97
0038779-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO	TABACARIA ALMEIDA.	47	97
0038787-70.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	TAIS ALVES CASTELLO E ELENITA ALVES DOS SANTOS	47	97
0038795-47.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA..	GILDEON RODRIGUES LEAL.	47	97
0038809-31.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ZAMPIERI & CIA LTDA.	ODILTON DOUGLAS PEREIRA.	47	97
0038817-08.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA. LTDA.	CLODOALDO ORACI.	47	97
0038825-82.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA. LTDA.	CLOVIS ANTONIO DE ALMEIDA.	47	97
0038833-59.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LOURIVAL LUIZ DA SILVA	18	98
0038841-36.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MESSIAS HIPÓLITO.	18	98
0038868-19.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ DE S. DE ARAÚJO.	18	98
0038876-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA	MADEIREIRA LIMA ME.	18	98
0038884-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MIGUEL A. DA SILVA.	18	98
0038922-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	GERALDO M. JALES.	18	98
0038930-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ADAO M. BARROS.	18	98
0038949-65.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	IVANOR A. RUBIM.	18	98
0038957-42.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VERA LUCIA D. F. DE MESQUITA.	18	98
0038965-19.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VIVALDO DE MORAES.	18	98
0038973-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VENOSDARIO O. ELER	18	98
0038981-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ELCIO MAIOLE.	18	98
0039058-79.2009.8.22.0010	BUSCA E APREENSÃO	JOSÉ GONÇALVES PRIMO	VALCI CROSSNN PEREIRA E VALMIR FOGAÇA	18	98
0038990-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ESSIO B. TESORI.	18	98
0039007-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO S. DE ALBUQUERQUE.	18	98
0039015-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	HIDEHARU TUYAMA.	18	98
0039031-96.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	HILARIO SEGURO.	18	98
0039040-58.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	HIDEHARU TUYAMA	18	98

0039074-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VANILDE F. SILVA.	18	98
0039090-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	IVONETE R. PEREIRA.	18	98
0039104-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ CLÓVIS C. OLIVEIRA.	18	98
0039112-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOAO TONET.	18	98
0039120-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO J. DE MOURA.	18	98
0039260-56.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARIO DARTIBACE FILHO.	LUIZ GUSTAVO PICHEYS.	19	98
0039295-16.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARIO DARTIBACE FILHO.	IVAN JOSÉ PESTANA.	19	98
0039333-28.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	ZAMPIERI E CIA LTDA.	ONOFRE GERALDO SIMÕES.	19	98
0039350-64.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	VIEIRA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.	RECRED SERVIÇOS S/C LTDA.	19	98
0039406-97.2009.8.22.0010	Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis	EVERALDO LUZ DE MAGALHÃES		08	98
0039422-51.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	MARTA APARECIDA BUSSOLARO	LAZARO ANTÔNIO DA SLVA.	19	98
0039708-29.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL	JOSÉ CARLOS DA SILVA - FÁBRICA DE MÓVEIS	28	97
0039716-06.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO DO BRASIL S/A.	LUIZ EMIDIO DOS SANTOS E CARLOS GUERRA BATISTA	28	97
0039724-80.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DEVANIR DE ALMEIDA	28	97
0039732-57.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA E ELOIR PEREIRA	28	97
0039740-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	SAPATARIA E SELARIA PARA TODOS LTDA	28	97
0039759-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.RELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ DIAS DA VITÓRIA	28	97
0039767-17.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	VALDENIR SILVA SANTOS	28	97
0039775-91.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	OSNILDO JOSÉ DE OLIVEIRA	28	97
0039783-68.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	SIANORTE - INDÚSTRIA DE MÓVEIS NORTE LTDA.	BANCO DO BRASIL S/A	28	97
0039791-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	NEURI MARTINS DE OLIVEIRA	28	97
0039805-29.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ROLIMOURENSE.	PECUARIA E AGRICULTURA DE RONDÔNIA LTDA	28	97
0039813-06.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	CLEBER MAX VIEIRA GASQUES	28	97
0039821-80.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.	CIMAFRAN COM. IND. EXP. DE MADEIRAS LTDA, WILM,AR JOSÉ FRANZAR	28	97
0039830-42.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	CAVALCANTI E CALEGARI LTDA.	PEDRO CUSTÓDIO SIMÃO	28	97
0039848-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	MANOEL LEITE DA SILVA E MILZETE LEITE DA SILVA	28	97
0039856-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MANOEL PINHEIRO PEREIRA	28	97

0039864-17.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ MEDEIROS DESIQUEIRA	28	97
0039872-91.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ SABINO DOS SANTOS	28	97
0039880-68.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	WELSON ADAME	NEUZA ALVES R. CHAGAS	28	97
0039899-74.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARIO DE MOURA SILVA:	FRANCISCO VICENCI	28	97
0039910-06.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	ISRAEL BRAGA	28	97
0039929-12.2009.8.22.0010	Embargos	IRENE CATARINA DE SOUZA.	MÁQUINA E CEREALISTA TREZE-GUERINI & PADOVAN LTDA	28	97
0039937-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SHERRER	LUCIENE TEIXEIRA RAMOS	28	97
0039945-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SANTOS ELETRO INFORMÁTICA LTDA	RAUSSIS MORAIS NORONHA	28	97
0039953-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	REGINALDO FRANCISCO DA SILVA	28	97
0039961-17.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LINDALVA FERREIRA RODRIGUES	28	97
0039970-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ADEMIR FLORIANO	28	97
0039988-97.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DILMA MARTINS DA COSTA	28	97
0039996-74.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ANILTON COSTAS FERREIRA	28	97
0040005-36.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	GERALDO BARCELOS	28	97
0040013-13.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JORGE ALCINO BARROS	28	96
0040021-87.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	VALDOMIRO DE CARVALHO	28	97
0040293-81.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	CADMO BARBETTO.	34/35	97
0040307-65.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ANATALIA DUARTE CALIXTO	VALDEMAR DIAS DA SILVA.	34/35	97
0040323-19.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	W. PINHEIRO FERREIRA-ME	LUIZ EMIDIO DOS E ADÃO ERMÍDIO DOS SANTOS.	34/35	97
0040331-93.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	ISRAEL ELIAS DE MENEZES	DERCIOLITO DE TAL.	34/35	97
0040340-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRÁS LTDA	JOÃO JOSÉ DUDA.	34/35	97
0040358-76.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	JOÃO CARLOS DA COSTA.	JOSÉ JORGE QUINTINO.	34/35	97
0040366-53.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ZAMPIERI & CIA LTDA.	ANGÉLICA MARIA PIOVESAN.	34/35	97
0040374-30.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	FRANCISCO MANFREDO DO AMARAL ALMEIDA.	MEDICAL DA AMAZÔNIA LTDA.	34/35	97
0040382-07.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	PAULO JESUS DA COSTA.	RIO MADEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA LTDA.	34/35	97
0040390-81.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	MARIA CORREIA DA SILVA		34/35	97
0040404-65.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	MARCOS AURÉLIO DOS SANTOS	34/35	97

0042342-95.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	LUCILA DA SILVA	SIMANORTE INDUSTRIA DE MÓVEIS NORTE LTDA	34/35	97
0040900-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	AMAURI PINTO.	15	96
0040919-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SOUZA & PETERSON LTDA-ME.	JOSÉ MEDEIROS DE SIQUEIRA.	15	96
0040927-77.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAIME GILMAR KALB.	JOSÉ ANTONIO CHAGAS.	15	96
0040935-54.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	HORNE E BUZANELLO LTDA	LORIVAL SANTOS.	15	96
0040943-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS	EGNALDO PANAGIO DIAS.	15	96
0040951-08.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	DORVAL NUNCIO COMPAGNONI	LUIZ ADEMIR SCHOCK	15	96
0040960-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	IRINEU FRANCISCO DE CARVALHO	15	96
0040978-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AURÉLIO AGUSTINHO MICHELS PRIMAZ	PAULO CESAR DOS SANTOS.	15	96
0040986-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA-ME	SANDRA VICENTE DE ALMEIDA RONDINI	15	96
0040994-42.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	DINASA SOCIEDADE AUTOMOTIVA LTDA	ISMAEL NONATO JOÃO.	15	96
0041001-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ANTONIO CARLOS DE S. FERNANDES.	15	96
0041010-93.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ELSA APARECIDA DE ALMEIDA	15	96
0041028-17.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOÃO LUIZ SOARES.	15	96
0041036-91.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOÃO GIABERTO NETO.	15	96
0041044-68.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN..	OTONIEL FRANCISCO DA COSTA	15	96
0041052-45.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LOURIVAL DA SILVA.	15	96
0041060-22.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	IZAEL REIS DA SILVA.	15	96
0041079-28.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOÃO ANTONIO ALVES GODINHO	TELERON-TELECOMUNICAÇÕES - DE RONDÔNIA S/A.	15	96
0041087-05.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	B.B. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO.	SEBASTIÃO BARBOSA DA SILVA.	15	96
0041095-79.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	M.A. TEIXEIRA.	ZEJANILDO MEDEIROS DA NÓBREGA.	15	96
0041109-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA E MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	OTAMAR HEEP.	15	96
0041117-40.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	FARMÁCIA OTTO LTDA-ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC	04	97
0041133-91.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	C. MESSIAS NUNES E GONÇALVES LTDA-ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041141-68.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOSÉ PEREIRA DA SILVA FARMÁCIA-ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041150-30.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	FARMÁCIA E DROGARIA PIRÂMIDE LTDA.	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97

0041168-51.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JAIME GARCIA ANACLETO-ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041176-28.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	OSMAR LOPES DE OLIVEIRA-ME.	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041184-05.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	PETRI E KAJIMURA LTDA - ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041192-79.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	FARMÁCIA HOMEOPÁTICA TALINE LTDA-ME.	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041206-63.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	JOSÉ BATISTA GOMES	04	97
0041214-40.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JESUS E HENNING LTDA-ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041222-17.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	IVONEI MIRANDA.	04	97
0041230-91.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	S. PATUCI E CIA LTDA-ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041249-97.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	VALDOMIRO PEREIRA DA SILVA	RUBENS DE OLIVEIRA PIRES.	04	97
0041257-74.2009.8.22.0010	Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis	OSMIR FERDERBAR	A DA SILVA E CIA LTDA.	04	97
0041265-51.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	FARMÁCIA TROPICAL LTDA-ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041273-28.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	I. ISMAIL-ME	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIAS DOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - CRF/RO/AC.	04	97
0041281-05.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	MADEREIRA MARACANÃ LTDA	SEDAM - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, GERENTE DA UNIDADE OPERACIONAL DE NOVA BRASILANDIA D'OESTE, SR. JOSÉ VALDIRLEI SCARDOELLT.	04	97
0041290-64.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ANTONIO DE JESUS VICENTINI	CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SENTINELA DA FRONTEIRA.	04	97
0041303-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	B. A. DA SILVA.	05	97
0041311-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	RAIMUNDO DE SOUZA BITENCOURT	A POTENCIAL LTDA.	05	97
0041320-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA	NADELSON DE CARVALHO E NEUSA APARECIDA VIEIRA.	05	97
0041338-23.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ARLETE SCHERRER.	ANA LUCIA ROSA REIS	05	97
0041346-97.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	BENEDITA REGINA M. COSTA	05	97
0041354-74.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SALVADOR LUIZ PALONI	ALICE SAUNER.	05	97
0041362-51.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	GELSON RODRIGUES DE NOVAIS	05	97
0041370-28.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOANA DA COSTA OLIVEIRA.	05	97
0041389-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MOISÉS FERREIRA DE MATOS	05	97

0041397-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA	MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE	05	97
0041400-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	WANDERLEI LOUBACK	05	97
0041419-69.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ENIVALDO ANDARINO PUERTA	MARIA LUCIA G. DE OLIVEIRA.	05	97
0041427-46.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AGRONOSSA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.	DANIEL ALVES ARANHA.	05	97
0041435-23.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	DIONES DA SILVA	PEDRO JESUS DE LIMA.	05	97
0041443-97.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ MILTON F. DE SOUZA.	05	97
0041451-74.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	EVANDRO DALGOBO DE MATTOS	05	97
0041460-36.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	HELIO DA SILVA PEREIRA.	05	97
0041478-57.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MARIA CLEONICE BENTO SILVA	05	97
0041486-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL	JOSÉ CARLOS DA SILVA FABRICA DE MÓVEIS	05	97
0041494-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN	SEBASTIÃO GOMES AMORIM.	05	97
0041508-92.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAIME GILMAR KALB.	LUIS CARLOS TEODORO.	05	97
0041516-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL.	JOSÉ CARLOS DA SILVA FÁBRICA DE MÓVEIS.	05	97
0041524-46.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	A POTENCIAL LTDA	RAIMUNDO DE SOUZA BITENCOURT	05	97
0041532-23.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	EUGÊNIO CANTARELA.	CLÓVIS SOARES DE MELO.	05	97
0041540-97.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	CLÓVIS SOARES DE MELO	EUGÊNIO CONTORELA.	05	97
0041559-06.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA.	CLEUZIR SOARES DA CRUZ.	05	97
0041567-80.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	JOSÉ NILSON PRAT SOBRINHO	05	97
0041575-57.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ROGERIO PAULO GOES.	05	97
0041583-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	SERGIO VARGAS MARCONDES.	05	97
0041591-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLIVEIRA E MOTA LTDA.	S. A. PAES MERCEARIA.	05	97
0041672-57.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ELENI TEREZINHA MEZZARO.	42	97
0041680-34.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	FILISBERTO GONSALVES OLIVEIRA E ALBERTINA GOMES	42	97
0041699-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ GRANDE DA SILVA.	42	97
0041702-92.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	RAIMUNDO DE SOUZA BITTENCOURT	NATAL JOSÉ DE OLIVEIRA.	42	97
0041710-69.2009.8.22.0010	Embargos	NATAL JOSÉ DE OLIVEIRA	RAIMUNDO DE SOUZA BITTENCOURT	42	97
0041729-75.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	FRANCISCO JANUÁRIO RODRIGUES	MARIA LUCILEIDE DOS SANTOS	42	97
0041737-52.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA	CLAUDINEI JORGE OLIVEIRA.	42	97
0041745-29.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	EMILSON ANTUNES DE CASTRO	ARTUR EGGERDT E ENI RAMILOW EGGERDT.	42	97

0041761-80.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	FABIANO COELHO GOMES.	42	97
0041770-42.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	VALTER LUIZ ROSSONI.	42	97
0041788-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO	CEREALISTA OURO FINO	42	97
0041796-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	CÍCERO ANTONIO DE ARRUDA E FÁBIO EMANUEL DA SILVA CORDEIRO	42	97
0041800-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	CAFEEIRA TREVO	42	97
0041818-98.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA	VITORINO BALDISSERA.	42	97
0041826-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	CEREAIS NORTE SUL.	42	97
0041834-52.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	GEORGE GOMES DA SILVA JUNIOR.	42	97
0041842-29.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	CECI FURBINO NEVES	ANTONIO MARCOS AMÂNCIO.	42	97
0041850-06.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	ALESSANDRO BEMFICA SILVESTRIN.	42	97
0041869-12.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO DO BRASIL S/A	MAROLIM MADEIREIRA ROLIM LTDA, MARLENE VON RONDON PAGNUSSAT E ANTONIO NELSON PAGNUSSAT.	42	97
0041877-86.2009.8.22.0010	Embargos	MAROLIM MADEIREIRA ROLIM LTDA, E ANTONIO NELSON PAGNUSSAT	BANCO DO BRASIL S/A.	42	97
0041931-52.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	MARIA ROSA LOBATO, ROSELI ROSA DE OLIVEIRA, NEI ROSA DE OLIVEIRA, SUELI ROSA DE OLIVEIRA	VILMONE PONTES DE CAMARGO	34/35	97
0042334-21.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	HOTEL BANDEIRANTES LTDA	ENCO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	34/35	97
0042024-15.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	LUIZ ALBERTO ALVES	ROVISON MATIAS.	44	97
0042032-89.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	VALDEVINO GONÇALVES DO PRADO	VALMIR PETRI.	44	97
0042040-66.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	VALDEVINO GONÇALVES DO PRADO	LAMISER INDUSTRIA E COMÉRCIO EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA	44	97
0042059-72.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ADBRAS ADMINISTRADORA BRASIL S/C	VILDES DE OLIVEIRA.	44	97
0042067-49.2009.8.22.0010	Procedimento Sumário	ALGOMAZA INDUSTRIA E COM DE ALGODÃO DA AMAZÔNIA LTDA e NATANAEL PEREIRA CORDEIRA	BANCO DO BRASIL S/A. e, ALGOESTE SOC. ALGOESTE SOC. ALGODOEIRA DO OESTE PARANAENSE LTDA	44	97
0042075-26.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ALGOMAZA INDUSTRIA E COM DE ALGODÃO DA AMAZÔNIA LTDA	ALGOESTE SOCIEDADE ALGODOEIRA DO OESTE PARANAENSE LTDA	44	97
0042083-03.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	SELIMAR TEREZINHA B. OLIVEIRA	GIOVANI SANTOS OLIVEIRA.	45	98
0042091-77.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	ANTÔNIO LOPES.	44	97

0042105-61.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA	CLAUDIO DE ALMEIDA SOUZA.	44	97
0042113-38.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	EDUARDO CAVALCANTI CALEGARI	JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA.	44	97
0042121-15.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ZAMPIERI E CIA LTDA.	SEVERINO ANDRÉ FERNANDES	44	97
0042130-74.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	PEDRO FERREIRA DA SILVA.	44	97
0042148-95.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	SIDNEY JOSÉ DE OLIVEIRA	CLAUDEMIR RONQUINHO PINSKI	44	97
0042156-72.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	EDUARDO CAVALCANTI CALEGARI	ROMIX - COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA	44	97
0042164-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JORGE DE SENA BEZERRA	ISMAEL NONATO JOÃO.	44	97
0042172-26.2009.8.22.0010	Incidentes (Cível)	ISMAEL NONATO JOÃO	JORGE DE SENA BEZERRA.	44	97
0042180-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	MARCIO ANTONIO DE OLIVEIRA E SANDRA MARA DE OLIVEIRA	36	97
0042199-09.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	MARCOS AURÉLIO NUNES.	36	97
0042202-61.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	RITA CARDOSO DOS SANTOS.	36	97
0042210-38.2009.8.22.0010	Embargos	RITA CARDOSO DOS SANTOS	ZAMPIERI & CIA LTDA.	36	97
0042229-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	RUBENS SERAFIM DE OLIVEIRA	36	97
0042237-21.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAINY CARLA SEABRA	ELISANGELA DOS SANTOS.	36	97
0042245-95.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DIVONEI ALVES DA SILVA.	36	97
0042253-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DUCILENI SENA SCHULZ	36	97
0042261-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	HELINE MARIA DE SOUZA BRITO	36	97
0042270-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	RUBENS VIEIRA LOPES.	JOSÉ CARLOS DE SOUZA.	36	97
0042288-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	RAPOSO & RAPOSO LTDA	VALTER L. ROSSONI	36	97
0042296-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	NEY VALDO DIAS DA SILVA.	36	97
0042300-46.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BRUMAR COMERCIO E REPRESENAÇÕES LTDA..	RUTH VIEIRA ALMEIDA SANTOS	36	97
0042318-67.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	OLIVEIRA PNEUS LTDA	JEQUITIBÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA E HELIO DE PICOLI.	36	97
0042326-44.2009.8.22.0010	Embargos	JEQUITIBÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA	OLIVEIRA PNEUS LTDA	36	97
0042350-72.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	CENTRO DE ENSINO VISÃO LTDA	JOSCILENIO ALVES DE CARVALHO	34/35	97
0042369-78.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LINDOLFO BENICIO DA SILVA.	12	97
0042377-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	NELSON HERMES	ROBERTO LOPES DOS SANTOS	12	97
0042385-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ OZIRES DE NEGA.	12	97

0042393-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	JOSÉ FRANCISCO OLIVEIRA SILVA.	12	97
0042407-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MAURO LUIZ VON RONDON.	12	97
0042415-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	RICARDO BARBOSA DA SILVA.	12	97
0042423-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ANTONIO LOURENÇO DIAS.	12	97
0042431-21.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN	MAURI JOSÉ TEIXEIRA.	12	97
0042440-80.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	XAVIER & MELO LTDA.	RONEIO ANTONIO MATT	12	97
0042458-04.2009.8.22.0010	Embargos	BANCO DO BRASIL S/A. CEREJEIRAS LTDA	INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS	12	97
0042466-78.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LYCURGO COUTINHO.	12	97
0042474-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	31/07/2009 AUTOR: G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MARIA DONIZETE DA SILVA SANTOS	12	97
0042482-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LINDOMAR TEIXEIRA DE OLIVEIRA	12	97
0042490-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DJALMA CAVALCANTI SILVA.	12	97
0042504-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	FALCÕES INDOMÁVEIS LTDA-ME.	FRANCISCO CARLOS MARTINS	12	97
0042512-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN	FRANCISCO LOPES ROCHA.	12	97
0042520-44.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	BANCO DO BRASIL S/A.	L. R. INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.	20	97
0042539-50.2009.8.22.0010	Incidentes (Cível)	INCOL MADEIRAS LTDA	BANCO DO BRASIL S/A.	20	97
0042547-27.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO LIRA LTDA	CARLOS ILOIR SÁ BARROS	20	97
0042571-55.2009.8.22.0010	Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis	MAVIFEDER COMERCIAL TEXTIL IMP. E EXPORTAÇÃP LTDA	ALUISIO DA SILVA	20	97
0042580-17.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ADEYR HAVIER DO CARMO	LUIZ DOS SANTOS.	20	97
0042555-04.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	ZAMPIERI & CIA LTDA	CARLOS ILOIR SÁ BARROS	20	97
0042598-38.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	ADEYR HAVIER DO CARMO	LUIZ DOS SANTOS	20	97
0042601-90.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	TORNEARIA TASSI LTDA	EMPRESA AMAZÔNICA DE ENGENHARIA	20	97
0042610-52.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	PEDRO PAULO SILVA	NOROSVALDO AFONSO RIBEIRO	20	97
0042628-73.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	DANILO VALDONELE.	20	97
0042636-50.2009.8.22.0010	Incidentes (Cível)	ANGELITA CONCEIÇÃO.	ALDO DE ARRUDA CABRAL FILHO.	20	97
0042644-27.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	BANCO BRADESCO S/A	JOSÉ MEDEIROS DE SIQUEIRA - ME	20	97
0042563-78.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ROMILDO DA SILVA CHAVES	LAURY CUCHI	20	97
0042652-04.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	SEBASTIÃO BARBOSA DA SILVA.	20	97
0042660-78.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMÉTICOS LTDA.	NIVAIR JOSÉ BENATI E NILVACIR ANTONIO BENATI	34/35	97
0042679-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	VICENTE PEREIRA E MARIA F. PEREIRA.	34/35	97
0042687-61.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ROL. DE AJUDA MUTUA - APRURAM	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA	34/35	97

0042695-38.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	JOÃO MARTINS SILVA.	34/35	97
0042709-22.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	RONALDO LOTÁRIO.	34/35	97
0043853-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	CONSTRUSUL CONSTRUTORA LTDA	28	97
0043888-88.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO LIRA LTDA	JAILSON FERMIANO GOMES.	1/2/3	98
0043896-65.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	PEDRO TEODORO ROSA.	SILAS PIRES DE OLIVEIRA.	1/2/3	98
0043900-05.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	MARIA ADRIANA DE MELO GODINHO NEPOMUCENO	SILVA E MARIA LEMOS LTDA	1/2/3	98
0043918-26.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO LIRA LTDA	JOSÉ MEDEIROS DE SIQUEIRA	1/2/3	98
0043926-03.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	ADERVAL PEREIRA DA CRUZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	1/2/3	98
0043934-77.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	SERRARIA CENTO OITENTA LTDA	1/2/3	98
0043942-54.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO LIRA LTDA.	LAIR PEREIRA FERNANDES.	1/2/3	98
0043950-31.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	EGNALDO PANAGIO DIAS	1/2/3	98
0043969-37.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOÃO VICENTE DOS SANTOS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.	1/2/3	98
0043977-14.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARIA DAS GRAÇAS DE PAULA MARTINS	BANCO BRADESCO S/A E VALDEVINO BATISTA DE LIMA.	1/2/3	98
0043985-88.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	DELFIM OSWALDO FORTINI.	EUCLIDES NOCKO.	1/2/3	98
0043993-65.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	GELSILEI DE SOUSA	SEZINANDO ALVES DE SOUZA E VALDEMAR MANOEL DOS SANTOS.	1/2/3	98
0044000-57.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	PEDRO RODRIGUES E OUTROS	CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	1/2/3	98
0044019-63.2009.8.22.0010	Incidentes (Cível)	OSMAR PEDRO GIOVANONI	TRESCINCOADMINISTRADORA E CONSÓRCIO S/C LTDA	1/2/3	98
0044027-40.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AMAURY ADÃO DE SOUZA	WAFIC ISMAIL.	1/2/3	98
0044035-17.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	ADILSON TAVARES DA SILVA.	1/2/3	98
0044043-91.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ROMAVE VEÍCULOS LTDA	IBRAIN MAHMED	04	98
0044051-68.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN,	GENESIO GOMES SILVA	04	98
0044060-30.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MOACYR ELOY CROCETTA BATISTA & CIA LTDA	ZELI PICOLI E ANGELO ALEXANDRE	04	98
0044078-51.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AGOSTINHO MICHELS	ISRAEL FREITAS FARIAS	04	98
0044086-28.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL TRIANGULINA LTDA	JOSÉ CORDEIRO FEITOSA	04	98
0044094-05.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN	ITAMAR DA SILVA JOÃO	04	98
0044108-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	VOLMIR MATT	JOSÉ ARI ALVES TEIXEIRA	08	98
0044124-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZONIA LTDA	JOSE MURILIO DINIZ	04	98
0044132-17.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIA DE PEÇAS RONDOBRAS LTDA	PORTO DE AREIA UBERLANDIA LTDA	04	98
0044140-91.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO	PAULO GOMES CARDOSO	04	98

0044159-97.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMESTICOS LTDA	VALMIR CESAR FABRIS	04	98
0044167-74.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDONIA	JOÃO BATISTA DA SILVA	04	98
0044175-51.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQ. E AGRONOMIA - CREA	MIRANDA E NASARIO LTDA	04	98
0044183-28.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZONIA LTDA	JOÃO FONSECA FARIAS	04	98
0044191-05.2009.8.22.0010	Embargos	RONDOMADE LTDA	FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA	04	98
0044205-86.2009.8.22.0010	Embargos	MIRANDA E NASARIO LTDA	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQ. E AGRONOMIA - CREA	04	98
0044221-40.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	TORNEARIA TASSI LTDA.	EMPRESA AMAZÔNICA DE ENGENHARIA LTDA.	1/2/3	98
0044230-02.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	VALTER LUIZ ROSSONI.	1/2/3	98
0044248-23.2009.8.22.0010	Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis	BANCO BRADESCO S/A	SCHILICKMANN & SCHILICKMANN LTDA	1/2/3	98
0044256-97.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	ROSANE ARANDA	SANDRA VICENTE DE ALMEIDA RODINI	1/2/3	98
0044264-74.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARINO PADOVAN	EDILHO DE CARVALHO	1/2/3	98
0045066-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ HIPOLITO	10	98
0045074-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	EVERALDO MARQUES DA SILVA	MARIA DA SILVA SANTOS.	10	98
0045082-26.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MARI ANGELA GOBBI.	10	98
0045090-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ROSIMEIRE HARSTH SOUZA.	10	98
0045104-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ PELOZATO	10	98
0045112-61.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	AUDÍCIO FIRMINO DA ROCHA.	10	98
0045120-38.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	VALDOMIRO DE CARVALHO.	10	98
0045139-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	IZAIAS GOMES	10	98
0045147-21.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	CLEIDE MOURA DA SILVA.	10	98
0045155-95.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	IVAN CESAR BUENO HERNANDES	10	98
0045163-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DEQUINHA FERREIRA DIAS.	10	98
0045171-49.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	VANDERLEY MARCOS DA LUZ.	10	98
0045180-11.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ CELESTE DA SILVA NETO	10	98
0045198-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DOMINDOS LEAL DOS SANTOS	10	98
0045201-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ROMILDA ROSSI.	10	98
0045210-46.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LURDES MARIA VAZ	10	98
0045228-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ROSELI BENEDITO DA SILVA.	10	98
0045236-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	CARMELINDA RAMA.	10	98
0045244-21.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	LUIZ PAULO FERREIRA VITORINO	10	98

0045252-95.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	PEDRO ALVES DE OLIVEIRA	10	98
0045260-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	GERALDO DOS SANTOS SOUZA	10	98
0045279-78.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	CARLOS PARRA.	10	98
0045287-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	VALMIR SCHROEDER.	10	98
0045295-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ PEDRO DE LIRA FILHO.	10	98
0045309-16.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOÃO GOMES DOS SANTOS.	10	98
0045317-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JOSÉ FERREIRA MARTINS	NILTON VIANA DE PAULA.	10	98
0045325-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JOSÉ FERREIRA MARTINS	NILTON VIANA DE PAULA.	10	98
0045333-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	NOEL DE OLIVEIRA JUNIOR.	10	98
0045341-21.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ZENEIDE MARIA DOS SANTOS.	10	98
0045350-80.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	FRANCISLEI JOSÉ DE SOUZA.	10	98
0045368-04.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	BENEDITO ABRÃO CRUVINIL.	10	98
0045376-78.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	EDNA LOPES DO NASCIMENTO	10	98
0045384-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ MANOEL CAJAZEIRAS.	10	98
0045392-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	VALDEMAR FERREIRA GUIMARÃES	10	98
0045406-16.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	GENÁRIO BARBOSA DE OLIVEIRA	10	98
0045414-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	MARLENE ROSA DA SILVA.	10	98
0045422-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	GENAURO MOTA LIMA.	10	98
0045430-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	SINOMAR ROSA VIEIRA	10	98
0045449-50.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	LEONICE MARIA ZANOTTO LOCATELLI E VAVILDA APARECIDA DE OLIVEIRA	08	98
0045457-27.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	LORIVAL CEZARIO DA SILVA.	08	98
0045465-04.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA-ME	WILSON CÉLIO DA SILVA	08	98
0045473-78.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	VILSON POLICARPO DOS SANTOS	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	08	98
0045490-17.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DORIVAL NASCIMENTO PEREIRA	08	98
0045503-16.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	DIRCE RAMOS SALES	08	98
0045520-52.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA-ME	BAURIE JOSÉ INOCÊNCIO.	08	98
0045538-73.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	LAURINDO DE OLIVEIRA.	08	98
0045546-50.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	EDERVAN BATISTA DE OLIVEIRA	08	98
0045554-27.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO BRADESCO S/A	JOÃO MANGUEIRA RODRIGUES, SEBASTIÃO RESENDE DO CARMO E EDILSON MANGUEIRA DE SOUZA	08	98

0045562-04.2009.8.22.0010	Embargos	JOÃO MANGUEIRA RODRIGUES	BANCO BRADESCO S/A	08	98
0045570-78.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	SUELI ALVES RODRIGUES	BANCO BRADESCO S/A.	08	98
0045589-84.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE NO ESTADO DE RONDÔNIA-SINDSAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	08	98
0046160-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ AP. DOS SANTOS.	09	98
0046178-76.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ P. DE FREITAS.	09	98
0046186-53.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ROGÉRIO D. DA COSTA.	09	98
0046194-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ERADIO F. DE SOUZA.	09	98
0046208-14.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	BENEDITO C. DE ALBUQUERQUE	09	98
0046216-88.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ P. MARTINS.	09	98
0046224-65.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	BERENICE B. DA CRUZ.	09	98
0046232-42.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	RUTH R. DA SILVA.	09	98
0046240-19.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	PAULO J. DE SOUZA.	09	98
0046259-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO GONÇALVES.	09	98
0046267-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	NARCISO GOUVEIA	09	98
0046275-76.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ADÃO DE OLIVEIRA.	09	98
0046283-53.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CELSO A. MARIANO.	09	98
0046291-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	USIEL T. DA LUZ.	09	98
0046305-14.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JEOVÁ SALGADO DE MELO.	09	98
0046313-88.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CLEUSENI C. DA SILVA.	09	98
0046321-65.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	FERMINO DE ALMEIDA	09	98
0046330-27.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ADAIAS ZANLART.	09	98
0046348-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL M. DE ALMEIDA	09	98
0046356-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO OSTROSKI	09	98
0046364-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CIVALDANIR P. PINHEIRO	09	98
0046372-76.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MOISES DE S. BRAGA.	09	98
0046380-53.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ VERGILATO.	09	98
0046399-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ B. DOS SANTOS.	09	98
0046402-14.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ A. SOBRINHO.	09	98
0046410-88.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DAS G. PEREIRA SILVA.	09	98
0046429-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CLAUDIO AP. SILVEIRA.	09	98
0046437-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CLEUSENI C. DA SILVA.	09	98

0046445-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	DERIVALDO L. DE OLIVEIRA.	09	98
0046453-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA..	PAULO B. SOARES	09	98
0046461-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ DARSIO R. SOL.	09	98
0046470-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ F. COELHO.	09	98
0046488-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	FIRMINA TEIXEIRA.	09	98
0046496-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ADÃO ALVES	09	98
0046500-96.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA C. DE LIMA.	09	98
0046518-20.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MOACIR S. CABRAL.	09	98
0046526-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DAS D. OLIVEIRA.	09	98
0046534-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANDRÉ E MARCONDES LTDA.	09	98
0046542-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	ARMANDO INACIO.	09	98
0046550-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	USIEL T. DA LUZ.	09	98
0046569-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ C. BONFIM.	09	98
0046577-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	OSNI RIBEIRO DE CARVALHO.	09	98
0046585-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ERIVALDO P. DE ALMEIDA	09	98
0046593-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	IVANIR DA SILVA.	09	98
0046607-43.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MIGUEL MATE	09	98
0046615-20.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	MELBELCI COLACO.	09	98
0046623-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ F. COELHO.	09	98
0046631-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ M. PEREIRA.	09	98
0046640-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	DEUSDETE P. DOS SANTOS.	09	98
0046658-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	BENEVIDES AMORIM	09	98
0046666-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ELIAS M. RODRIGUES.	09	98
0046674-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ERIVALDO P. DE ALMEIDA	09	98
0046682-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ERIVALDO P. DE ALMEIDA	09	98
0046690-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ROMILDO D. FERREIRA.	09	98
0046704-43.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	GERALDO J. DE OLIVEIRA	09	98
0046712-20.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. DA SILVA.	09	98
0046720-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTONIO M. MEDINA.	09	98
0046739-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTONIO G. DA SILVA.	09	98
0046747-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	IDALMO L. DE OLIVEIRA.	09	98
0046755-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	IRACEMA R. DE SOUZA.	09	98
0047000-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	DURVAL PEREIRA	06	98

0047018-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A	LUIZ RESSIO DE MATOS E BENEDITO CHAVES LEITÃO.	06	98
0047026-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	APARECIDO RAMALHO DOS SANTOS.	06	98
0047034-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A	JOSÉ CARLOS DE SOUZA, FRANCISCO VITORINO DE SOUZA E IOLANDA PEREIRA DE MORAES	06	98
0047042-17.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA - ME.	ARTUR PEREIRA DO NASCIMENTO	06	98
0047050-91.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LUIZ CARLOS GERALDO	06	98
0047069-97.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	JOSÉ APARECIDO ROCHA DE OLIVEIRA	06	98
0047077-74.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	JEFERSON FRANCISCO NETO.	06	98
0047085-51.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	JONATAN CARLOS LOUBACK.	06	98
0047093-28.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA	RM. CONSTRUTORA LTDA - ME.	06	98
0047107-12.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOÃO VIANEI DE CARVALHO.	06	98
0047115-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	MARIA MADALENA PANÁGIO DIAS, ANTÔNIO LOURENÇO DIAS E ISMAEL NONATO JOÃO	06	98
0047123-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	JULIANO DA SILVA CAMPOS - ME, JULIANO DA SILVA CAMPOS E LOURIVAL VIEIRA PIRES	06	98
0047131-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	FRANCISCO CORREIA NETO, ANTÔNIO LOURENÇO DIAS E GLÓRIA NATALINA DE SOUZA CORREA	06	98
0047140-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A	LUIZ ANTÔNIO ROCHA E ELENI PINTO DA ROCHA.	06	98
0047158-23.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA E IZABEL PEREIRA LEITE SILVA.	06	98
0047166-97.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	PAULO CÉSAR STORCH E ADEMIR STORCH.	06	98
0047174-74.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	JOSÉ PEDRO DE LIRA FILHO, IDESIA TOMASIA DE LIRA E SEBASTIÃO BARBOSA DA SILVA	06	98
0047182-51.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	PARANÁ TERRAPLANAGEM LTDA, JADIR FRANCISCO LIRA E JOSÉ RICARDO ZORZI.	06	98
0047190-28.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	EDUARDO BELMONTH FURNO E LUIZ ANTÔNIO REBOLO.	06	98
0047204-12.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	JOSÉ DOMINGOS ROSA E ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA	06	98
0047212-86.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	PEDREIRA GUAPORÉ LTDA, LOURIVAL VIEIRA PIRES E JOSIMAR VIEIRA PIRES	06	98
0047220-63.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	EUGÊNIO MENDES E ENEAS ALVES DE SOUZA	06	98
0047239-69.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	GUANIR CARVALHO ASSUNÇÃO	06	98
0047247-46.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	HERMINIA ARRUDA LEMOS DA SILVA.	06	98
0047255-23.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ROBSON SANTANA PINTO	06	98

0047263-97.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	CARLOS BATISTA FERREIRA.	06	98
0047271-74.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	SILVIO CONCEIÇÃO DE ALMEIDA.	06	98
0047280-36.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	GENARO O. BARBOSA.	09	98
0047956-81.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	CLÓVIS NANCIR DA SILVA.	11/12	98
0047964-58.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	BASTO E BIANCHI LTDA.	MAQSERV-MÁQUINA TERRAPLANAGEM PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	11/12	98
0047972-35.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	BASTO E BIANCHI LTDA.	MAQSERV-MÁQUINA TERRAPLANAGEM PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	11/12	98
0047980-12.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ALESSANDRA CALÇADOS LTDA.	LUIZ MEDEIROS DE SÁ	1112	98
0047999-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	LOPES E SGARRI LTDA.	11/12	98
0048006-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.	IMACECAL IND. DE MAD.COM. MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	11/12	98
0048014-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DAGOBERTO MOREIRA E SILAS FRAUZINO	11/12	98
0048030-38.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI E CIA LTDA-ME.	ANTÔNIO HERMES DA COSTA.	11/12	98
0048049-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARIO AQUILES DINIZ.	ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS.	11/12	98
0048057-21.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA.	11/12	98
0048065-95.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	VALDIR GARCIA RODRIGUES	JOSÉ HELBEL SOBRINHO.	11/12	98
0048073-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	USINAS ITAMARATI S/A.	COMERCIAL BEIRA RIO DE ALIMENTOS LTDA.	11/12	98
0048090-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	CONSELHO REGIONAL DE ENG. ARQUIT. E AGRONOMIA - CREA/RO.	INSRO - INSTALADORA RONDON	11/12	98
0048103-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ALCEU ROTAVA.	NEDIO LUIZ BRATTI.	11/12	98
0048111-84.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI E CIA LTDA-ME.	SILAS PIRES DE OLIVEIRA.	11/12	98
0048120-46.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI E CIA LTDA.	ANTONIO CAROLINA DIAS.	11/12	98
0048138-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ANA LINDA SOUZA RAMOS	11/12	98
0048146-44.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JORGE ALVES DE MOURA.	11/12	98
0048154-21.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CARLOS ROBERTO M. MUNIZ.	11/12	98
0048162-95.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CIVALDANIR P. PINHEIRO.	11/12	98
0048170-72.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	ELZA M. DE JESUS.	11/12	98
0048189-78.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ C. DA SILVA.	11/12	98
0048197-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VERA L. DEMOLINER.	11/12	98
0048200-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI E CIA LTDA.	LUZIA MARIA MACHADO.	11/12	98

0048219-16.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	AUTO POSTO MIRIAN LTDA..	VALTER LUIZ ROSSONI	11/12	98
0048227-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI E CIA LTDA..	SIGLA EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA	11/12	98
0048235-67.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ SILVA DO NASCIMENTO.	14	98
0048243-44.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO.	CEREALISTA SANTA PAULA LTDA	14	98
0048251-21.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ A. AMORIM.	14	98
0048260-80.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MARINO PADOVAN.	LAUDENOR VIANA.	14	98
0048278-04.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	CEREAIS NORTE SUL LTDA.	ROBERTO L. S. CIA LTDA.	14	98
0048286-78.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BALAU S/A MERCANTIL E INDUSTRIAL	MARIA APARECIDA S. GOES.	14	98
0048294-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JACEDIR JOSÉ DE PAULA.	14	98
0048308-39.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO.	ADEMAR ARPINI E ZENAIDE STRELOW ARPINI	14	98
0048316-16.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	VENOSDARIO O. ELER.	14	98
0048324-90.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO F. PEREIRA.	14	98
0048332-67.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA..	ANATERCIO A. DA SILVA	14	98
0048340-44.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	EDUARDO C. DE OLIVEIRA.	14	98
0048359-50.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA-ME.	MAURICIO DIAS.	14	98
0048367-27.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TAKEDA PORTO VELHO COMÉRCIO LTDA.	OSMAR LOPES DE OLIVEIRA-ME	14	98
0048375-04.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL DE PEÇAS RONDOBRÁS LTDA	JOSÉ JORGE QUINTINO.	14	98
0048383-78.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VITORINO M. NAZARETH.	14	98
0048391-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO D. A. DIAS.	14	98
0048405-39.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VENOSDARIO O. ELER.	14	98
0048413-16.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA-ME.	JOSÉ PEREIRA LEMOS.	14	98
0048421-90.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA-ME.	OSLEI FERREIRA DA SILVA.	14	98
0048430-52.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA-ME..	LENI GUIMARÃES DOS SANTOS	14	98
0048448-73.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JORGE B. CANDIDO.	14	98
0048456-50.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ILMA C. SAMPAIO.	14	98
0048464-27.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CLEMENCIA A. AMORIM.	14	98
0048472-04.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	CARLOS G. BATISTA.	14	98
0048480-78.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JUSSARA APARECIDA DIAS.	14	98
0048499-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ MARIA DE MATOS.	14	98
0048502-39.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DE F. FERREIRA	14	98
0048510-16.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	SIDELCINA OLIVEIRA.	14	98

0048529-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	HÉLIO FACHINI	13	98
0048537-96.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MARIA A. DA SILVA	13	98
0048545-73.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ELIZA E. DE MELO	13	98
0048553-50.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ELSON P. ALVES	13	98
0048561-27.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ENOCH O. DOS SANTOS	13	98
0048570-86.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ERONILDES A. FONSECA	13	98
0048588-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	EURIPES A. BARBOSA	13	98
0048596-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO DE A. DIAS	13	98
0048600-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOÃO H. FABRÍCIO	13	98
0048618-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTÔNIO J. VIEIRA	13	98
0048626-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA. O	IVONE L. REG	13	98
0048634-96.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	CRISTALINO F. SILVA	13	98
0048642-73.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	CRISTALINO F. SILVA	13	98
0048650-50.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	CARLOS R. DARDENGO	13	98
0048669-56.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	DELCIR A. BALSAN	13	98
0048677-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	BENEVIDES AMORIM	13	98
0048685-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	GILBERTO MOURA	13	98
0048693-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	GILBERTO DOS R. MOTTA	13	98
0048707-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	GILMAR L. PEREIRA	13	98
0048715-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ADILSON N. DE SOUZA	13	98
0048723-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	AILDA L. FEGLER.	13	98
0048731-96.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ARÃO A. DE MARQUES	13	98
0048740-58.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTÔNIO C. DE OLIVEIRA	13	98
0048758-79.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ LAQUILA	13	98
0048766-56.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ INÁCIO	13	98
0048774-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ ELOI DE OLIVEIRA	13	98
0048782-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ROSI APARECIDA ZAMPARONI	13	98
0048790-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ROBERVALDO T. MATOS	13	98
0048804-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	PEDRO APARECIDO DE SOUZA	13	98
0048812-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	LUIZ A. SELROCK	13	98
0048820-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	LUCIA S. DOS SANTOS	13	98
0048839-28.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSE S. DA SILVA	13	98
0048847-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSE SONAI	13	98

0048855-79.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTÔNIO M. PEREIRA	13	98
0048863-56.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	VALDELIRIO DE QUADRAS	13	98
0048871-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	SEBASTIÃO G. FERREIRA.	13	98
0048880-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MARIA DA S. SOARES.	13	98
0048898-16.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	WILSON J. MARQUES	13	98
0048901-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ADELIA NERES	13	98
0048910-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ADEMILSON L. DE OLIVEIRA	13	98
0048928-51.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MARCOS ANTONIO O. PONTES	13	98
0048936-28.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MESSIAS B. DE ALMEIDA	13	98
0048944-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MARIA F. RIBEIRO	13	98
0048952-79.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MAURICIO RODRIGUES	13	98
0048960-56.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ B. DA SILVA	13	98
0048979-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	EDVALDO C. DE ANDRADE	13	98
0048987-39.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ELIZEU JOSÉ PESTANA	13	98
0048995-16.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JORGE B. DA SILVA	13	98
0049002-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOÃO C. DE OLIVEIRA	13	98
0049010-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOÃO C. ALVES	13	98
0049029-88.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JILENO DANTAS	13	98
0049037-65.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JAIR H. PESSOA DE MORAES	13	98
0049045-42.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MANOEL S. VIANA	13	98
0049053-19.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	MARLUCE NEVES VITAL	15	98
0049061-93.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	ROSANGELA ANTONIA DE ALENCAR	15	98
0049070-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	SAULO DA SILVA	15	98
0049088-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA,	PEDRO CARDOSO DA SILVA	15	98
0049096-53.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA,	PAULO LÚCIO DOS SANTOS	15	98
0049100-90.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	BELONI M. ARALDI	15	98
0049118-14.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO B. COELHO	15	98
0049126-88.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO MATE	15	98
0049134-65.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GETÚLIO M. DE OLIVEIRA	15	98
0049142-42.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	DÉBORA FURTADO	15	98
0049150-19.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMESTICOS LTDA	JOAQUIM ASSIS FERREIRA	15	98
0049169-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ROLIM COMERCIO DE CALÇADOS & CONFEÇÕES LTDA	JOÃO CARLOS DA COSTA	15	98

0049177-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	DOMINGOS JOSE DA SILVA E MARTA MARTINS FERRAZ	15	98
0049185-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G.R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JORGE RIBEIRO DAMASCENA	15	98
0049193-53.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	FLORENÇO CAMPOS FONSECA E GILDEON RODRIGUES LEAL	15	98
0049207-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	EVERLON CAVALCANTE DE FREITAS	15	98
0049215-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ELTON PEREIRA BARBOSA	GERSO LUIZ DANI RODRIGUES	15	98
0049223-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	FLADEMIR GUERINO MASCHIO	15	98
0049231-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	JACIMAR ALVES DE MACEDO	15	98
0049240-27.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	ZENILSA ALVES	15	98
0049258-48.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	ENIVALDO CUSTÓDIO	15	98
0049266-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	VIRGILIO CORDEIRO DOS SANTOS	GEREMIAS LEONEL DE SOUZA	15	98
0049274-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	CLAUDIO PEDRO DA SILVA	15	98
0049282-76.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	LUZIANO DIAS NOLASCO	15	98
0049290-53.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SILVIO VIEIRA LOPES	SALOVY RODRIGUES FERRAZ	15	98
0049304-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMESTICO LTDA	JOÃO BATISTA DOS SANTOS	15	98
0049312-14.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SALVADOR LUIZ PALONI	SILAS FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA	15	98
0049320-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA,	JOSÉ PEREIRA DE MELO JUNIOR	15	98
0049339-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	TANANY ARALY BARBETO	15	98
0049347-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO B. DA SILVA	15	98
0049355-48.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOSE ALMIR DOS SANTOS	IMACECAL - INDUSTRIA DE MADEIRAS E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA.	15	98
0049363-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICO	CEZAR SIQUEIRA DE LARA	16	98
0049371-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	CLARINDO KNOFF QUOOS	WILSON FRANK MARIAN	16	98
0049380-61.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	CLARINDO KNOFF QUOOS	WILSON FRANK MARIAN	16	98
0049398-82.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	LUCILENE DE OLIVEIRA BIAGGI	16	98
0049401-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	R :G. R. ELETRODOMESTICOS LTDA	JOSUÉ DA SILVA	16	98
0049410-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	EDSON LUIZ ROLIM	ICACIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.	16	98
0049428-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	JAIME GILMAR KALB,	VANUBIA MAGALHÃES	16	98
0049436-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICO	HELIO APARECIDO DE SOUZA	16	98
0049444-71.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO	OSVALDO PAULO ANISIO	16	98

0049452-48.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	GILMAR LOPES DE SOUZA E DONATO PEREIRA	16	98
0049460-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS	JOSCILENIO ALVES CARVALHO	16	98
0049479-31.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZONIA LTDA	LUIZ LIMA DE CAMPOS	16	98
0049487-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO B. MENDES	16	98
0049495-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARNALDO ROHRO	16	98
0049509-66.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GERVASIO MARTINS	16	98
0049517-43.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	IDZUZIK C. FONSECA	16	98
0049525-20.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA C. GOMES	16	98
0049533-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL S. CRUZ	16	98
0049541-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MAURICIO P. DIAS	16	98
0049550-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	PEDRO S. MOREIRA	16	98
0049568-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VICENTE R. GOMES	16	98
0049576-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VALDOMIRO DE SOUZA	16	98
0049584-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO MATE	16	98
0049592-82.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	ATAÍDE CONCEIÇÃO DE SOUZA	16	98
0049606-66.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL ,	LUIZ ADEMIR SCHOCK	16	98
0049770-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	CONSELHO REGIONAL DE ENG. ARQUITETURA E AGRONOMIA-CREA-RO	KATSUTOCHI FUJIMARA.	06	98
0050507-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	IRANDI S. DOS SANTOS.	14	98
0051201-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA.	PAULO FRANCISCO DE SOUZA.	20/21	98
0051210-62.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	MACROSOFT SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.	MARIA APARECIDA SANTIAGO SENA.	20/21	98
0051228-83.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	LION S/A	SEBASTIÃO TOMAZ FARIAS, ISABEL FOGAÇA TEIXEIRA E NILSON DA SILVA LEMES	20/21	98
0051236-60.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA - ME	MARIA JOSÉ TOMAZ.	20/21	98
0051244-37.2009.8.22.0010	Mandados de Segurança	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE NO ESTADO DE RONDÔNIA-SINDSAÚDE	PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO-VARLEI GONÇALVES FERREIRA	20/21	98
0051503-32.2009.8.22.0010	Execução de Título Extrajudicial	AMAURY ADÃO DE SOUZA	JOAO MANGUEIRA RODRIGUES	20/21	98
0051260-88.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	ROSIMERI RODRIGUES	20/21	98
0051279-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	LEOMAR WENTZ.	20/21	98
0051287-71.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PAULO SÃO JOSÉ	BERENICE BORGES DA CRUZ.	20/21	98
0051295-48.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	BEATRIZ BONINI GUIMARÃES.	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.	20/21	98

0051309-32.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA.	DÉZINHO ASSUNÇÃO DA SILVA.	20/21	98
0051317-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	ISABEL FOGAÇA TEIXEIRA.	20/21	98
0051325-83.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	TRENTO COMERCIAL DE RONDÔNIA LTDA	SERGIO PAULO DA SILVA.	20/21	98
0051333-60.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	SALVADOR LUIZ PALONI	TRADER - COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO DE CAFÉ E CEREAIS LTDA.	20/21	98
0051341-37.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	GENESIO CANCIAN	20/21	98
0051350-96.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA - ME.	ANTONIO VILARINHO DOS SANTOS	20/21	98
0051368-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA - ME.	ENOQUE AQUINO DE SOUZA.	20/21	98
0051376-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	WILSON MAIA JUNIOR	20/21	98
0051384-71.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	APRURAM - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS R. PARA AJUDA MÚTUA	PEDRO MARCELINO DA SILVA.	20/21	98
0051392-48.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	SALVADOR LUIZ PALONI.	SILAS FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA	20/21	98
0051406-32.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A.	JOSÉ RICARDO ZORZI E JOSÉ ZORZI FILHO	20/21	98
0051414-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	G. R. ELETRODOMÉSTICOS LTDA	JOSÉ JORGE QUINTINO.	20/21	98
0051422-83.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ LAERCIO DOS SANTOS.	20/21	98
0051430-60.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA - ME	JOAQUIM SILVA NETO.	20/21	98
0051449-66.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	VILMA DAVIS DE LIMA.	LUIZ VIEIRA DE LIMA.	20/21	98
0051457-43.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	IVANILDO BEZERRA LIMA	GEBRAIL ALVES DE OLIVEIRA.	20/21	98
0051465-20.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ALESSANDRA CALÇADOS LTDA	ELIEZER DOS ANJOS ROCHA.	20/21	98
0051473-94.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	BANCO ITAÚ S/A	CELSO GONÇALVES BEIRA E IRENE DANNAS BEIRA	20/21	98
0051481-71.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA - ME.	MIRIAN NASCIMENTO DE LIMA	20/21	98
0051490-33.2009.8.22.0010	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	ROMEO DE SOUZA	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	20/21	98
0051511-09.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA - ME	VALMOR CHALEGRA GONZAGA.	20/21	98
0051538-89.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ULISSES D. LOPES	22	98
0051546-66.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ULBADINO RON LOM	22	98
0051554-43.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VALTER F. DOS SANTOS	22	98
0051562-20.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VIDELINO P. COELHO	22	98
0051570-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EDEMIRA DOS S. SOARES	22	98
0051589-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO O. RODRIGUES	22	98
0051597-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GERALDO PINTO	22	98

0051600-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	HELENO R. DA SILVA	22	98
0051619-38.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	INÁCIO LENKE	22	98
0051627-15.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JULIO A. ALVES	22	98
0051635-89.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	IRACEMA GABLER	22	98
0051643-66.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ FAUSTO	22	98
0051651-43.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA AP. GALINDO	22	98
0051660-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA B. DA SILVA	22	98
0051678-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA T. FRAGOSSO	22	98
0051686-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANGELA MARIA RODRIGUES	22	98
0051694-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	AVELINO FALSON	22	98
0051708-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	APARECIDA DOS SANTOS	22	98
0051716-38.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARZELANDIA FORTUNA	22	98
0051724-15.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARNO CESAR	22	98
0051732-89.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CÍCERO M. MAGALHÃES	22	98
0051740-66.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CORIVALDO SIQUEIRA	22	98
0051759-72.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CELSO F. DE MELO	22	98
0051767-49.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EUNICO O. MADEIRA	22	98
0051775-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EDIR CIPRIANO	22	98
0051783-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ELZA M. DE JESUS	22	98
0051791-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOAQUIM A. DE OLIVEIRA	22	98
0051805-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARCIO A. CURCARIAL	22	98
0051813-38.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA S. DE OLIVEIRA	22	98
0051821-15.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA S. PAIXAO	22	98
0051830-74.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARTA L. RODRIGUES	22	98
0051848-95.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA M. DE OLIVEIRA	22	98
0051856-72.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA R. TEODORO	22	98

0051864-49.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL Q. DOS SANTOS	22	98
0051872-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MIGUEL G. NOGUEIRA	22	98
0051880-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARCOS A. BARBOSA	22	98
0051899-09.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUCIANA B. DA SILVA	22	98
0051902-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ROSE D. FILHO	22	98
0051910-38.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	HELIO SANTIAGO	22	98
0051929-44.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. FERREIRA DA CRUZ	23	98
0051937-21.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MUTSUJI SIOKAWA	23	98
0051945-95.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MARIA DA P. DE OLIVEIRA	23	98
0051953-72.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	LOIRIDES DA SILVA	23	98
0051961-49.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	NILSON LUIZ	23	98
0051970-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	VANDO G. LAMBERTI	23	98
0051988-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	HARITOSKI ISSHIKAWA	23	98
0051996-09.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	PAULO SKALSKI	23	98
0052003-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	RUTE C. DOS SANTOS	23	98
0052011-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ROMEU BOCALLI	23	98
0052020-37.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	FELIX DA S. LEME	23	98
0052038-58.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	GELI F. DOS SANTOS	23	98
0052046-35.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JULIO S. DIAS	23	98
0052054-12.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOAQUIM APARECIDO FERREIRA	23	98
0052062-86.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ F. DA CRUZ	23	98
0052070-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSÉ L. DA CRUZ	23	98
0052089-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JULIO CARNEIRO	23	98
0052097-46.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSE MARCELINO	23	98
0052100-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JOSE SEVERINO	23	98
0052119-07.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	JORGE VALDIR R. DE SOUZA	23	98
0052127-81.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTONIO P. MUSSULIN	23	98
0052135-58.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTONIO J. DE SOUZA	23	98
0052143-35.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTONIO A. DE MELO	23	98
0052151-12.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTONIO G. PINHEIRO	23	98
0052160-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTONIO MIRANDA	23	98
0052178-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANTONIO LUIZ DAL CORTIVO	23	98

0052186-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ALIRIO BATISTA	23	98
0052194-46.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ANA MARIA LIRA	23	98
0052208-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	APARECIDO P. DA SILVA	23	98
0052216-07.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	AURELINDO DOS S. COELHO	23	98
0052224-81.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ADELINO DE ALMEIDA	23	98
0052232-58.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	CIRO PEREIRA	23	98
0052240-35.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	CID KURGAMA	23	98
0052259-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	DELIABRINA A. DOS SANTOS	23	98
0052267-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	DORICO CONCEIÇÃO	23	98
0052275-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ERNESTO B. GRANDO	23	98
0052283-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	DINA C. I. RICARDO	23	98
0052291-46.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	ELIAS DE S. PORTO	23	98
0052305-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	SAMUEL V. GARCIA	23	98
0052313-07.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA.	MARIA K. SKALSKI	23	98
0052321-81.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO GONÇALVES	24	98
0052330-43.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO V. DA SILVA	24	98
0052348-64.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO RUELO	24	98
0052356-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO DE OLIVEIRA	24	98
0052364-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ACASSIO B. DE OLIVEIRA	24	98
0052372-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ATAÍDE FARIEN	24	98
0052380-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARÃO A. DE MARQUES	24	98
0052399-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ALIRIO BATISTA	24	98
0052402-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO A. DE SOUZA	24	98
0052410-07.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VILSON S. ARAÚJO	24	98
0052429-13.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VALDIR G. FERREIRA	24	98
0052437-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	WALDOMIRO PASCHOTTO	24	98
0052445-64.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO J. GOMES	24	98
0052453-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO R. GUIMARÃES	24	98
0052461-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	SETEMBRINO M. DA PAZ	24	98
0052470-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	SILVANIR SILVA	24	98
0052488-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIANA DA SILVA	24	98
0052496-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	BELMIRO C. NORANTE	24	98
0052500-15.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DIOMAR F. DA COSTA	24	98

0052518-36.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DOGIVAS A. SHALEYRE	24	98
0052526-13.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EMERCINO MARTINS	24	98
0052534-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	FIRMINO N. DA MOTA	24	98
0052542-64.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	HUMBERTO C. DOS SANTOS	24	98
0052550-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ALCIDE V. DE LIMA	24	98
0052569-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ALCIDES FRANCISCATE	24	98
0052577-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARQUIDES S. FILHO	24	98
0052585-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	NEUZA DOS SANTOS	24	98
0052593-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	RAIMUNDO R. MUNDI	24	98
0052607-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUZIA F. DE MOURA	24	98
0052615-36.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ M. DE JESUS	24	98
0052623-13.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	NIVALDO V. SANTOS	24	98
0052631-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	NERI SCIMINTES	24	98
0052640-49.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DAS D. DA SILVA	24	98
0052658-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MIGUEL LOPES	24	98
0052666-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA M. ALENCAR	24	98
0052674-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LURDES B. DE CARVALHO	24	98
0052682-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA M. DE SOUZA	24	98
0052690-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL C. DA FONSECA	24	98
0052704-59.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MAURICIO FERREIRA	24	98
0052712-36.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VERINA V. DE LIMA	24	98
0052720-13.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CÍCERO C. DA SILVA	24	98
0053360-16.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	IRACI P. DA SILVA	25	98
0053379-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	TEREZINHA FORTUNA	25	98
0053387-96.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	PEDRO C. DA SILVA	25	98
0053395-73.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	PAULO J. MORIKATO	25	98
0053409-57.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	RAIMUNDA P. DE SOUZA	25	98
0053417-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	OSVALDO O. LIMA	25	98
0053425-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	NELITO MEIRA S. RAMALHO	25	98
0053433-85.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	OLINIO SOARES	25	98
0053441-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	NELSON A. DANIEL	25	98
0053450-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ I. DOS SANTOS	25	98
0053468-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ C. SILVEIRA	25	98

0053476-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ DA CONCEIÇÃO	25	98
0053484-96.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. DA COSTA	25	98
0053492-73.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSE F. DA COSTA	25	98
0053506-57.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO T. BASTOS	25	98
0053514-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO C. LOPES	25	98
0053522-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARMANDI V. MOURA	25	98
0053530-85.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ADILSON F. ALVES	25	98
0053549-91.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTENOR PEREIRA	25	98
0053557-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ADASSIR PANASSOLO	25	98
0053565-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARCILIO V. BOAS	25	98
0053573-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ M. FILHO	25	98
0053581-96.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DIONISIA J. MARTINS	25	98
0053590-58.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DIHELO T. NETO	25	98
0053603-57.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DENAIR R. SILVA SCHURZ	25	98
0053611-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DORVINA F. DE OLIVEIRA	25	98
0053620-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DIZIOLI SEMIR DOS S. PEREIRA	25	98
0053638-17.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DAVI A. DA SILVA	25	98
0053646-91.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EDSON A. DE OLIVEIRA	25	98
0053654-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GELSON ZANELATO	25	98
0053662-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JUAREZ A. DE SOUZA	25	98
0053670-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ F. DE SOUZA	25	98
0053689-28.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO A. GONÇALVES	25	98
0053697-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ C. DA SILVA	25	98
0053700-57.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ QUERINO	25	98
0053719-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JAIR C. DE OLIVEIRA	25	98
0053727-40.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSE V. NETO	25	98
0053735-17.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSE A. CAETANO	25	98
0053743-91.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JURANDIR DA S. RIBEIRO	25	98
0053751-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOVERDIO N. AIRES	25	98
0053760-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DE L. DA SILVA	25	98
0053778-51.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ A. DE SOUZA	25	98
0053786-28.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ A. CARVALHO	25	98
0053794-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	SALVADOR S. FAGUNDES	26	98

0053808-86.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ TEDESK	26	98
0053816-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOAQUIM F. SOBRINHO	26	98
0053824-40.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ D. SANTOS	26	98
0053832-17.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOVELINA P. DE ARAÚJO	26	98
0053840-91.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSE MAURO DE S. COADEL	26	98
0053859-97.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LAIR L. GONZAGA	26	98
0053867-74.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO N. CALDEIRA	26	98
0053875-51.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARNALDO DOS SANTOS	26	98
0053883-28.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	AILTON MENEZES	26	98
0053891-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARISTIDES R. MENDES	26	98
0053905-86.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CORNÉLIO FLEUKIN	26	98
0053913-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DARIO M. DE SOUZA	26	98
0053921-40.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CLEMENTINO MORAIS	26	98
0053930-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DALITA DE OLIVEIRA.	26	98
0053948-23.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DARCI ULTRAMARI	26	98
0053956-97.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ALTAIR J. FLORES	26	98
0053964-74.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSE RODRIGUES	26	98
0053972-51.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ADELINO A. BEZERRO	26	98
0053980-28.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	HELENO B. DE AZEVEDO	26	98
0053999-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ELVIRA N. DE LIMA	26	98
0054006-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	INACIO F. DOS SANTOS	26	98
0054014-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ITAMIRA M. DORRIGLIN	26	98
0054022-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ISAIAS J. DOS SANTOS	26	98
0054030-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	IRLANDO R. DA SILVA	26	98
0054049-60.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EDILSON M. DE SOUZA	26	98
0054057-37.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DARCI T. DE LIMA	26	98
0054065-14.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LALI S. MARTINS	26	98
0054073-88.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	HELENA JACINTO	26	98
0054081-65.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO FRANCISCO	26	98
0054090-27.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JUSTO P. CASTILHO	26	98
0054103-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	SILVANIA C. DA SILVA	26	98
0054111-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ G. DA SILVA	26	98
0054120-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ODILON E. ALVES	26	98

0054138-83.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOAQUIM I. DA SILVA	26	98
0054146-60.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JANDIR CAMARGO	26	98
0054154-37.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ DE OLIVEIRA	26	98
0054162-14.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ ALAIA	26	98
0054170-88.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ SELESTINO	26	98
0054189-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ ALVES DA B. NETO	26	98
0054197-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EUFRANDINO A. FREITAS	26	98
0054200-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	RENATO P. DA SILVA	25	98
0057572-80.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	JOÃO BATISTA	30	98
0057573-65.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	GENA FANK	30	98
0036841-83.1997.8.22.0010	Execuções e embargos	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	MICHELE V. ALBERTO ROSSI.	30	98
0028485-65.1998.8.22.0010	Execuções e embargos	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	BENEDITO CORDEIRO DE ALBUQUERQUE	30	98
0057574-50.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JUCELI C. DE SOUZA	30	98
0057575-35.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO A. NETO	30	98
0029201-92.1998.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MADEREIRA KLUSKA	30	98
0057583-12.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ODAIR O. DA SILVA	30	98
0057584-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	AGOSTINHO DO C. RIBEIRO	30	98
0057585-79.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANA M. BENEVIDES	30	98
0057586-64.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	NAHUM BIGNATTI	30	98
0057587-49.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA A. PEREIRA	30	98
0057588-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	OZIAS T. DA CRUZ	30	98
0057589-19.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VITASLINA P. COELHO	30	98
0057590-04.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LIANE ELEN	30	98
0057591-86.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO S. COELHO.	30	98
0057593-56.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	AMARILDA RIOS DADOLT	30	98
0057594-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CLEMENCIA RODRIGUES DE M. DA SILVA	30	98
0057595-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	BENONI F. NUNES	30	98
0057596-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CELI L. BARBOSA	30	98
0057600-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	PEDRO C. FERNANDES	30	98
0057601-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	LENI F. ANDREO	30	98
0057602-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	ALCINO S. DO NASCIMENTO	30	98
0057603-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	ANEZINA S. FERNANDES	30	98

0057578-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	GESSI DE S. E SILVA	30	98
0057577-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	LUIZ C. SILVERIO	30	98
0057576-20.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	JOSÉ A. PINHEIRO	30	98
0057598-78.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	JOÃO P. SILVA	30	98
0057581-42.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	MARIA A. DE ALMEIDA	30	98
0057597-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	JOSÉ R. PEREIRA	30	98
0057599-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	HELENA DOS M. SILVA	30	98
0057579-72.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	ALCIDES MOLBA	30	98
0057580-57.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	MAURA P. DE SOUZA	30	98
0057582-27.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	MARIA DAS N. SILVA	30	98
0057606-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	IDES G. DA SILVA	30	98
0057592-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	ANTONIA B NEVES	30	98
0057607-40.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO	GETULIO DE OLIVEIRA	30	98
0057604-85.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	CLAUDIO V. GUEDES	30	98
0057605-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	JOÃO G. DA SILVA FILHO	30	98
0057608-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GERSON SOARES	30	98
0057609-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GERALDO G. DA SILVA	30	98
0057610-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	FRANCELINO V. DE OLIVEIRA	30	98
0057611-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO T. DE LIMA	30	98
0057612-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO BASMINHAS	30	98
0057613-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	ELIAS GRICOLETO	30	98
0057614-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	JOÃO E. CAMPOS	30	98
0057615-17.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	JOSE CORREIA	30	98
0057616-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	JOÃO BIAL	30	98
0057696-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO J, DE SOUZA.	35	98
0057697-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO A. DE SOUZA.	35	98
0057698-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	AGENOR CONDAQUI.	35	98
0057699-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	APARECIDO M. DA SILVA.	35	98
0057700-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	AFFEAIR ALVES.	35	98
0057701-85.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	EDMAR R. SOBRINHO.	35	98
0057702-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	EDSON MORAIS.	35	98
0057703-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ERANDI A. GUELI.	35	98
0057704-40.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	EDILSON M. DE SOUZA.	35	98

0057705-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	EDSON MORAIS.FRANCINETE L. DÁVILA	35	98
0057706-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCA A. CARDOSO ALMEIDA	35	98
0057707-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	GERALDO RAGNINI.	35	98
0057708-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	GESI DE S. DA SILVA.	35	98
0057709-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	GERALDO C. SANTOS.	35	98
0057710-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ F. DE LIMA	35	98
0057711-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ M. SOUZA	35	98
0057712-17.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ L. NUNES.	35	98
0057713-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ AP. DOS SANTOS.	35	98
0057714-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. SANTOS.	35	98
0057715-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ QUERINO	35	98
0057716-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JEOVÁ G. DA SILVA.	35	98
0057717-39.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DO NASCIMENTO.	35	98
0057718-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARILZA R. SILVA.	35	98
0057719-09.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DE B. SANTOS.	35	98
0057720-91.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA M. DA SILVA.	35	98
0057721-76.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL C. DE JESUS.	35	98
0057722-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA APARECIDA.	35	98
0057723-46.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DE J. RAFAEL.	35	98
0057724-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LOURIVAL P. DA SILVA.	35	98
0057725-16.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	NARCISO MOMENTE.	35	98
0057726-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	NADIR DE ANDRADE.	35	98
0057727-83.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VALDIR R. MOURA.	35	98
0057728-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VANILDE DE F. SILVA.	35	98
0057729-53.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. FERREIRA DA CRUZ.	35	98
0057730-38.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ RIBAMAR M. BAIMA.	35	98
0057731-23.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JUCIER F. DOS REIS.	35	98
0057732-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOAQUIM P. DE PAULA.	35	98
0057733-90.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JACI CORDEIRO	35	98
0057734-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ DOS S. SILVA.	35	98
0057735-60.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. DIAS	35	98
0057736-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MAXIMIANO DE SOUZA.	35	98
0057737-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA J. BEZERRA	35	98

0057738-15.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA S. BRUSCHI.	35	98
0057739-97.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL G. GALDINO.	35	98
0057740-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA AP. DO CARMO.	35	98
0057741-67.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA V. DE ALMEIDA.	35	98
0057742-52.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA WISK.	35	98
0057743-37.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.	AFONSO A. RODRIGUES	35	98
0057875-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GESSI F. RAMOS	34	98
0057876-79.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GILSON MIRANDA.	34	98
0057877-64.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. DA SILVA.	34	98
0057878-49.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GATILINO SELONINO	34	98
0057879-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GLICERIO S. CHERHARD.	34	98
0057880-19.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GENI F. BRANDÃO.	34	98
0057881-04.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	IRMA DE Q. MACHADO.	34	98
0057882-86.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ C. DAMASCENO.	34	98
0057883-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ F. DE CARVALHO.	34	98
0057884-56.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. ZELOTI.	34	98
0057885-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MIGUEL A. DOS SANTOS.	34	98
0057886-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA C. DE SOUZA.	34	98
0057887-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DE L. FERREIRA.	34	98
0057888-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	LEOPOLDINO R. SIMÕES.	34	98
0057889-78.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	PERCILIANO MARTINS.	34	98
0057890-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	PAULO PIENKA.	34	98
0057891-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	VERÍSSIMO F. SAVALO.	34	98
0057892-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO P. DIAS.	34	98
0057893-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO G. FURTADO.	34	98
0057894-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ALFREDO GOMES.	34	98
0057895-85.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARTUR MATE.	34	98
0057896-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	APARECIDA PEREIRA.	34	98
0057897-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARNALDO DE OLIVEIRA.	34	98
0057898-40.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ARCILIO V. BOAS.	34	98
0057899-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ADVENTOR CAXIAS.	34	98
0057900-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	AMALDO F. NETO	34	98
0057901-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANGELO LOPES	34	98

0057902-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ADELINO RAMOS.	34	98
0057903-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ANGELA M. PEREIRA	34	98
0057904-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ATACIR GALÃO.	34	98
0057905-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	CUSTODIO R. DE SOUZA.	34	98
0057906-17.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DURVAL DOS S. SIQUEIRA.	34	98
0057907-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DANIEL F. DE SOUZA	34	98
0057908-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	DOMINGOS N. DA CRUZ.	34	98
0057909-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ELIEL ESTEVES.	34	98
0057910-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EDEMIR BENTO	34	98
0057911-39.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	EUFROSINA O. MELOCRA.	34	98
0057912-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO P. SILVA	34	98
0057913-09.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	ENI F. DE SOUZA.	34	98
0057914-91.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO R. DE ARAUJO.	34	98
0057915-76.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO P. DE LIMA.	34	98
0057916-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GERALDO M. BARROS.	34	98
0057917-46.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GILBERTO MORAES	34	98
0057918-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GAMALIEL A. DA SILVA.	34	98
0057966-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA	GERALDO DE OLIVEIRA.	34	98
0057967-72.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ A. DA SILVA.	33	98
0057968-57.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ G. BISTRO	33	98
0057969-42.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ B. NETO	33	98
0057996-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CICERO E. DE MELO	33	98
0057997-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ALGEMIRO P. DA ROCHA.	33	98
0057998-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ARISTIDES DE ARAUJO.	33	98
0057999-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO DOS SANTOS.	33	98
0058000-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO FRANÇA	33	98
0058001-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	IRLENE B. NOLA.	33	98
0058002-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ISAQUE G. DA SILVA.	33	98
0058003-17.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	AROLDO DOS S. SIQUEIRA.	33	98
0058004-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO P. DA SILVA.	33	98
0058005-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO G. DE MELO	33	98
0058006-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	BENÍCIO J. DA SILVA	33	98
0058007-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCIMAR D. RODRIGUES	33	98

0058008-39.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO COUTINHO	33	98
0058009-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ARTUR G. DE FRANÇA.	33	98
0058010-09.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ DA SILVA.	33	98
0058011-91.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ADIR P. DE LACERDA.	33	98
0058012-76.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ARLINDO F. LIMA	33	98
0058013-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ZILDA B. DE BASTOS	33	98
0058014-46.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	OSMARINO LIMA	33	98
0058015-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARLENE DE O. DE DEUS	33	98
0058016-16.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ C. DA SILVEIRA.	33	98
0058017-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ C. DA SILVA	33	98
0058018-83.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	OTAVIO A. DE SOUZA.	33	98
0058019-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL O. DE MORAIS.	33	98
0058020-53.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ V. SANTOS	33	98
0058021-38.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ LIMA	33	98
0058022-23.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ J. DE OLIVEIRA	33	98
0058023-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	BENEDITO DA S. FERREIRA	33	98
0058024-90.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VITALINA DE P. DA SILVA	33	98
0058025-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VALMOUR GOULART	33	98
0058026-60.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIO A. KOTERBA	33	98
0058027-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	OLIMPIA M. DE PAULA	33	98
0058028-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LEOPOLDINA R. SIMOES.	33	98
0058029-15.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO H. BOAS.	33	98
0058030-97.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SILVÉRIO ENCK.	33	98
0058031-82.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VICENTE M. GOMES.	33	98
0058032-67.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VALQUIRIA DA SILVA	33	98
0058033-52.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VALFREDO REINHOLZ	33	98
0058034-37.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	OLIMPIA M. DE PAULA.	33	98
0058035-22.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	OSVALDO SERAFIM	33	98
0058036-07.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	PEDRO H. ALVES.	33	98
0058037-89.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	PAULINA M. RODRIGUES.	33	98
0058038-74.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SERGIO B. DA SILVA.	33	98
0058050-88.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JURANDIR N. RINGER.	40	98
0058051-73.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO G. DA SILVA FILHO.	40	98

0058052-58.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	IRACI P. DA SILVA.	40	98
0058053-43.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSINO DA SILVA	40	98
0058054-28.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ILHAR M. FERREIRA.	40	98
0058055-13.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ V. DA SILVA.	40	98
0058056-95.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA AP. CHAGAS.	40	98
0058057-80.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MOACIR DE S. RELEIRO.	40	98
0058058-65.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA A. LOUZADA DE SOUZA	40	98
0058059-50.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	WALDOMIRO FOGAÇA.	40	98
0058060-35.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO F. DA SILVA.	40	98
0058061-20.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	IRACI P. DA SILVA.	40	98
0058062-05.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	GEZILIA MARIA DE J. NASCIMENTO	40	98
0058063-87.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	FÁBIO V. DA COSTA.	40	98
0058064-72.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	FRANCISCO V. RAMOS.	40	98
0058065-57.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	EVANGELISTA F. DOS SANTOS	40	98
0058066-42.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO DA S. FRANCISCO.	40	98
0058067-27.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MUTSUJI SHIOKAWA.	40	98
0058068-12.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JORGE C. DE SOUZA.	40	98
0058069-94.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ERNESTO B. GRANDO.	40	98
0058070-79.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIANA V. DA ROCHA.	40	98
0058071-64.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ADILSON A. DE FREITAS	40	98
0058072-49.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ B. DA SILVA.	40	98
0058073-34.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO M. DOS SANTOS.	40	98
0058074-19.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	AVELIN ZIQUER	40	98
0058075-04.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ALICIO M. DE SOUZA.	40	98
0058076-86.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CARMONHANE DECURCIO.	40	98
0058077-71.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	BREUXO R. DOS SANTOS.	40	98
0058078-56.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO B. GUIMARÃES.	40	98
0058079-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ZUMIRA M. PEREIRA	40	98
0058080-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LUIZ F. COMPASSI.	40	98
0058081-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	LOURIVAL F. DE SOUZA.	40	98
0058082-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	NELSON DE OLIVEIRA.	40	98
0058083-78.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	RAUL KRAUCIL	40	98
0058084-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CECI F. NEVES	40	98

0058085-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CÍCERO H. DE MELO	40	98
0058086-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CELSO L. FEITEN.	40	98
0058087-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	DALVA SANTOS	40	98
0058088-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	DENAIR R. SILVA SCHURZ.	40	98
0058089-85.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO R. DE OLIVEIRA.	40	98
0058090-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	DEALCIDES L. DE MELO	40	98
0058091-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ORLANDO F. DOS SANTOS.	40	98
0058092-40.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO LOPES.	40	98
0058247-43.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	AUTO POSTO MIRIAN LTDA	SANDRA OLIVEIRA.	46/47	98
0058248-28.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARCOS PEREIRA DA SILVA.	ANTÔNIO HENRIQUE JACOMINI	46/47	98
0058250-95.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	MARIO DARTIBACE FILHO	FRANCISCO VICENTE.	46/47	98
0058251-80.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ZAMPIERI & CIA LTDA	ANTONIO CRUZ SILVA E ANDERSON RODRIGUES	46/47	98
0058252-65.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ANTÔNIO NELSON PAGNUSSAT	PLANURB - PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA	46/47	98
0058253-50.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	VICENTE DE BRITO	DENIZE SANTOS MAY	46/47	98
0058254-35.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ZAMPIERI & CIA LTDA	MARCOS TADEUS SPERANDIO	46/47	98
0058255-20.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	JOSÉ JORGE DA SILVA	FLÁVIO CERQUEIRA DE MIRANDA.	46/47	98
0058256-05.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA = ME	DAVI FERREIRA DE SOUZA E PEDRO DE OLIVEIRA	46/47	98
0058257-87.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA = ME	ANTÔNIO WROBLEVSKI.	46/47	98
0058258-72.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA = ME	ELIANA CHISTE	46/47	98
0058259-57.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	JOSÉ DOS REIS DUTRA	46/47	98
0058260-42.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	IDEVALDO RODRIGUES CELOS	PLANURB - PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.	46/47	98
0058261-27.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	DIONILSON DE OLIVEIRA.	46/47	98
0058262-12.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	IDEVALDO RODRIGUES CELOS	PLANURB - PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.	46/47	98
0058263-94.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOVACI PEREIRA RODRIGUES	GILBERTO JAMES DOS SANTOS	46/47	98
0058264-79.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COML MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	DANIEL OTTO	46/47	98
0058265-64.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	COML MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	CARLOS APARECIDO PONTES	46/47	98
0058266-49.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	ITEVALDO RODRIGUES CELOS	PLANURB - PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.	46/47	98
0058267-34.2009.8.22.0010	Processo Cautelar	BENJAMIN JOSÉ CARVALHO	CLÁUDIA DIAS DE ALMEIDA.	46/47	98
0058268-19.2009.8.22.0010	Procedimento Ordinário	JOSÉ ANTÔNIO CHAGAS.	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LIDIANÓPOLIS LTDA	46/47	98
0058273-41.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	IRACI P. DA SILVA.	45	98

0058274-26.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ADÃO ALVES.	45	98
0058275-11.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANTONIO ISI	45	98
0058276-93.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	PAULO FERREIRA.	45	98
0058277-78.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	PEDRO PAULO	45	98
0058278-63.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL A. TEIXEIRA.	45	98
0058279-48.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARLENE L. DOS SANTOS.	45	98
0058280-33.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ S. RODRIGUES DE ALMEIDA	45	98
0058281-18.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ORLI F. DA SILVA.	45	98
0058282-03.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO BARBOSA.	45	98
0058283-85.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SILVANO CECATO.	45	98
0058284-70.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	NELSON VESTTEMBERG.	45	98
0058285-55.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MANOEL F. DE SOUZA.	45	98
0058286-40.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA I. NASCIMENTO.	45	98
0058287-25.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIO A. KOTERBA.	45	98
0058288-10.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIO A. KOTERBA.	45	98
0058289-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIO J. DA SILVA.	45	98
0058290-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANA CLEA M. BAIMA.	45	98
0058291-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ROBERTO EMENERGILDO.	45	98
0058292-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	RICIERI FRANCIO.	45	98
0058293-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA P. DOS SANTOS.	45	98
0058294-17.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ALMIRO REINHOLZ.	45	98
0058295-02.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VANIA R. QUEIROZ.	45	98
0058296-84.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ELIEZER S. DANTAS.	45	98
0058297-69.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	MARIA DAS D. OLIVEIRA.	45	98
0058298-54.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	BENEDITO DA S. FERREIRA	45	98
0058299-39.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ F. SEABRA	45	98
0058300-24.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ AP. DOS SANTOS	45	98
0058301-09.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	IVONETE SMANIOTO.	45	98
0058302-91.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOSÉ VIEIRA.	45	98
0058303-76.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO DIVINO	45	98
0058304-61.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ELOI J. ROZZATI.	45	98
0058305-46.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ELIZEU SOARES DE OLIVEIRA.	45	98
0058306-31.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ALMIR MARCOS C. DA SILVA.	45	98
0058308-98.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	ANACLETO DE A. JUNIOR.	45	98

0058309-83.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	NEUDI DA SILVA	45	98
0058310-68.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JAIRO T. DE MOURA	45	98
0058311-53.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	CELSO L. GARCIA.	45	98
0058312-38.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	INÁCIO JUREMA.	45	98
0058313-23.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VILAR L. DE ALMEIDA.	45	98
0058314-08.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO P. LACERDA.	45	98
0058315-90.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	USIEL T. DA LUZ	45	98
0058316-75.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VENOSDARIO O. ELER.	45	98
0058317-60.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	VENOSDARIO O. ELER.	45	98
0058318-45.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SEBASTIÃO O. DE JESUS.	45	98
0058319-30.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	SERGIO LAPAS.	45	98
0058320-15.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	JOÃO E. DOS SANTOS.	45	98
0058571-33.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	OLACI JOSÉ BALBINO	JOÃO ROSA DE SOUZA	48	98
0058573-03.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	RAIMUNDO DE SOUZA BITTENCOURT	CEREALISTA OURO FINO.	48	98
0058574-85.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	PEMAZA PEREIRA MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA	ANTONIO JOSE SOUZA	48	98
0058575-70.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA LTDA	ADÃO SOARES BATISTA.	48	98
0058576-55.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	MARCELO TEIXEIRA PORTELLA	48	98
0058577-40.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	SIDNEIA REGINA DA SILVA.	48	98
0058578-25.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	DEVANIR DE JESUS BISCARI.	48	98
0058579-10.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	ELIESER PERES DA SILVA.	48	98
0058580-92.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	I. N. JOÃO	48	98
0058581-77.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	CONSALTER ASSUNÇÃO E CIA LTDA	48	98
0058582-62.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL	SUPERMERCADOS FREITAS LTDA	48	98
0058583-47.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA NACIONAL	SUPERMERCADOS FREITAS LTDA	48	98
0058584-32.2009.8.22.0010	Execução Fiscal	FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA	HONDA E HONDA LTDA.	48	98
0058585-17.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS	LOURIVAL BARBOSA DE JESUS	48	98
0058586-02.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ZAMPIERI & CIA LTDA	FRANCISCO PALMEIRA ALBUQUERQUE	48	98
0058588-69.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	COMERCIAL MAGNATA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS	JANETE PONTES DE SOUZA.	48	98
0058589-54.2009.8.22.0010	Processo de Execução (Cível)	ANTONIO NELSON PAGNUSSAT	ROBERTO BOMBOLINI	48	98

Certifico a quem possa interessar que os processos acima relacionados foram verificados e estão em conformidade com o artigo 1º, 11 e 12 da Resolução n.º 014/98-PR.

Rolim de Moura, 3 de janeiro de 2013

Antônio Pereira Barbosa
Diretor de Secretaria em Substituição
Cad. 203481

Leonardo Leite Mattos e Souza
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000550-64.2009.8.22.0010
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO: 30 dias
De: Terceiros e Interessados.
Finalidade: Notificar eventuais terceiros e interessados acerca da interdição de Daniel Antonio Barbosa, brasileiro, solteiro, incapaz, filho de Abigail Vergílio Barbosa e de Joanna Geralde, inscrito no CPF n. 251.225.252-34 e portador do RG n. 187980-32 SSP RO, domiciliado(a) no(a) Rua Manoel Militão de Melo, 405, Bairro Jardim das Bandeiras II, Campinas SP, portador(a) da Certidão de Casamento/Nascimento nº 494, do Cartório de Registro Civil da Comarca de Rolim de Moura RO., por ser absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado(a) curador(a) o(a) Sr(a) Judair Aparecido Barbosa, brasileiro, casado, eletricista, portador do RG n. 13.940.326-7 SSP SP e inscrito no CPF n. 024.693.568-57. Tudo em conformidade com a Sentença de fls. 119/120, abaixo transcrita.
N. do processo0000550-64.2009.8.22.0010
Classe/AçãoInterdição
InterditanteJudair Aparecido Barbosa
Advogado(s)Adriana Janes da Silva
Interditando(a)Daniel Antônio Barbosa
Advogado(s)
Sentença: "(...) Ante o exposto, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil julgo procedente o pedido de fls. 89/90, modifico a curadoria de DANIEL ANTONIO BARBOSA e nomeio-lhe curador seu irmão JUDAIR APARECIDO BARBOSA, que fica dispensada da prestação de contas, vez que eventual valor por ele recebido será utilizado integralmente na manutenção da interditado e extingo o feito com resolução do mérito. Deixo de determinar a especialização de hipoteca legal, em face de os elementos verificados nos autos não indicarem possuir DANIEL ANTONIO BARBOSA bens de valor significativo.Em obediência ao disposto no art. 1.184 do Código de Processo Civil e no art. 12, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no órgão Oficial, três vezes, com intervalo de dez dias.Oficie-se ao RolimPrevi informando do novo curdor.Sem custas. P. R.I. e, oportunamente, arquivem-se. Rolim de Moura, segunda-feira, 26 de novembro de 2012.Jeferson C. TESSILA de Melo Juiz de Direito"
Sede do Juízo: Fórum Eurico Soares Montenegro, Av. João Pessoa, 4555, Centro, CEP 76.940-000, Rolim de Moura, RO, Brasil. Fone: (69) 3442-2268, ramal 216, E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br
Rolim de Moura, RO, 17 de Dezembro de 2012.

(a) Jeferson Cristi Tessila de Melo
Juiz de Direito

José Ricardo Simões Rodrigues
Diretor de Cartório

COMARCA DE VILHENA

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
Juíza: Liliane Pegoraro Bilharva
Escrivão: Lorival Dariu Tavares
vha2criminal@tj.ro.gov.br

Proc.: 0000128-38.2013.8.22.0014
Ação:Auto de Prisão em Flagrante (Criminal)
Autor:1ª Delegacia de Polícia Civil
Advogado:Delegado de Polícia ( )
Flagranteado:Adriano da Silva Coelho
Decisão:
Vistos, etc.Recebi os autos no plantão judiciário e decretei a prisão preventiva do indiciado em 31.12.2012 por entender presentes os requisitos ensejadores de sua prisão cautelar. Agora, passadas as festividades de Natal e Ano Novo, verifico que os requisitos que ensejaram seu recolhimento não mais se configuramSendo assim, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA ANTERIORMENTE DECRETADA EM DESFAVOR DE ADRIANO DA SILVA COELHO. Coloque-se o indiciado imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo não se encontrar preso. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.Vilhena, 03 de janeiro de 2013.Vilhena-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.

Sandra Beatriz Merenda
Juiz de Direito

Lorival Dariu Tavares
Escrivão Judicial Criminal

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Proc.: 0006679-68.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Look Pneus Ltda
Advogado:Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Executado:Jocinei Giusti
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl, 28 : "Mandado Nº: 69232/2012. CERTIFICO que, no cumprimento do r. mandado judicial, estive na Rua DANIELA FERREIRA DE MORAES, todavia não obtive êxito em encontrar - JOSCINEI JUSTI , SEGUNDO INFORMOU ISABEL ARAUJO que mora ha 08 meses naquele endereço disse que o mesmo mudou-se para lugar não sabido, com as negativas devolvo o presente."

Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Edital de Intimação

Proc.: 0000002-94.2013.8.22.0011
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Vítima do fato: Izaura Costa
Infrator:Everton Rodrigo Bristoti, brasileiro, divorciado, nascido aos 19.2.1984, filho de Valmir Bristoti e Marlene Borges Bristoti, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Finalidade: Intimar o infrator supra, de todo teor da r. Decisão a seguir transcrita: "Vistos, etc. Trata-se de pedido de aplicação de medida protetiva de urgência formulado pelo Ministério Público de Rondônia em favor de Izaura Costa, contra o agressor Everton Rodrigo Bristoti. Consta dos autos que a vítima e o agressor conviveram maritalmente por 12 (doze) anos, vindo a se separar em novembro de 2012, oportunidade em que o agressor se mudou para a Comarca de Guariba/MT. A vítima afirma que está sofrendo constantes ameaças por parte do agressor, sendo que no dia 19/12/2012 este teria afirmado que em 31/12/2012 viria até esta cidade e, na oportunidade, iria dar uma surra na requerente, pelo que esta pretende lhe sejam concedidas algumas medidas protetivas de urgência. É o breve relatório. Fundamento e decido. O art. 33 da Lei 11.340/2006 dispõe que, "Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher [...]".
A rigor, consoante dispõe o art. 7º da lei n. 11.340/2006, constituem formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [...] V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
Vale registrar também que, nos crimes cometidos no âmbito familiar, já que comumente ocorrem sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima tem especial relevância. Deveras, em crimes de violência doméstica a palavra da vítima deve ser considerada como de maior peso diante do modo e do meio em que se desenvolvem os fatos, em regra, distante de testemunhas. A propósito, o seguinte julgado: 1. Nos crimes de violência doméstica rotineiramente praticados na clandestinidade, a palavra da vítima é o suficiente para o deferimento de medias protetivas inaudita altera pars. 2. Inexiste ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório a decisão que defere medida protetiva sem oitiva do suposto agressor, quando presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, pois o art. 19 da Lei 11.340/06 prevê expressamente a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência sem audiência das partes. 3. Preliminar de não-conhecimento rejeitada e, no mérito, recurso provido (TJMG, AC 1.0261.07.054430-7/001, rel. Des. Antônio Armando dos Anjos , j. em 3/3/2009). Isso posto, nos termos do art. 18, I; art. 19 e art. 22 da Lei n. 11.340/2006, evidenciada, em Juízo de cognição sumária, a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher Izaura Costa, aplico ao agressor Everton Rodrigo Bristoti, residente na cidade de Guariba/MT, contudo, em endereço não sabido, as seguintes medidas protetivas de urgência: a) proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e de eventuais testemunhas, a limite mínimo de 100 metros entre estes e o agressor; b) proibição de manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; As medidas protetivas de urgência terão validade pelo prazo de 120 dias ou até o término de eventual ação civil ou penal instaurada contra o ofensor. Deixo de aplicar a medida protetiva prevista no art. 22, IV da Lei 11.340/2006 porquanto não há nos autos qualquer notícia de violência do acusado para com os filhos menores do casal. Deste modo, deverá ser-lhe assegurado o direito de visitas que lhe concede a legislação. O agressor deverá ser comunicado imediatamente de suas obrigações, via edital. Sem embargo disso, acaso venha a descumpri-las, poderá ter decretada a sua prisão preventiva como forma de se garantir a execução dessas medidas protetivas de urgência, sem prejuízo de ser processado criminalmente por desobediência. Ciência ao Ministério Público e à ofendida. Intime-se o agressor, via edital, de todo o teor desta decisão. Sem prejuízo das determinações supra, defiro os pleitos formulados pelo Ministério nos itens "d" e "f". Consigno que o relatório do estudo social deverá ser entregue no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Sirva-se uma cópia desta decisão como mandado.
Alvorada D' Oeste/RO, 30 de dezembro de 2012 (a) Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira - Juiz de Direito.
Alvorada do Oeste/RO, 3 de janeiro de 2013.

Geude de Oliveira Lima
Diretor de Cartório

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível
Juíz de Direito: Alex Balmant
Diretora de Cartório: Rosângela Maria de Oliveira Costa
E-Mail: mdo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001587-65.2010.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Romualdo de Souza
Advogado:Vinícius Vecchi de Carvalho Ferreira OAB/RO 4466 e outro

Requerido:Nissan Brasil Automóveis Ltda
Advogado: Valter Antonio Machado OAB/RO 904 e outro
Finalidade: Intimar os procuradores das partes supramencionadas para tomarem conhecimento da proposta de honorários periciais apresentada pelo perito, no valor de R$ 4.500,00(quatro mil e quinhentos reais) bem como a provável data para realizaçãoda perícia sendo, no período de 14 a 19 de janeiro de 2013; devendo a requerida comprovar o depósito dos honorários, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de seu silêncio ser interpretado como desistência da prova.

Rosângela Maria de Oliveira Costa
Escrivã Judicial

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste-RO
e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos

Proc.: 0000947-88.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria da Penha Correia, Aparecida Correia Gudim
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
Edital - Publicar:
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO: 90 DIAS
De: Terceiros e Interessados
Finalidade: Notificar a eventuais terceiros e interessados da mudança da curatela de JOÃO CARLOS CORREA, brasileiro, incapaz, anteriormente exercida por Aparecida Correia Gudim, e sendo-lhe nomeado(a) curador(a) definitiva MARIA DA PENHA CORREIA DOS SANTOS, brasileira, casada, professora,; conforme sentença de fls. 17/19 dos autos infra caracterizado.
Processo/Mandado : 0000947-88.2012.8.22.0020
Classe : Interdição
Interditante : Maria da Penha Correia dos Santos e Aparecida Correia Gudim
Advogado : Defensoria Pública
Interditado : João Carlos Correa
Sentença: "(…) Diante do que foi visto e examinado, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por Maria da Penha Correia dos Santos e Aparecida Correia Gudim, e o faço para MODIFICAR A CURATELA de João Carlos Corrêa. Assim, nomeio para o exercício da curatela a requerente Maria da Penha Correia dos Santos, destituindo Aparecida Correia Gudim.Tome-se por termo o compromisso à curatela ora modificada. Por conseguinte, RESOLVO O PROCESSO COM EXAME DO MÉRITO, à luz do art. 269, I, do Código de Processo Civil.Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias. Sem custas, considerando que as partes são beneficiárias da justiça gratuita. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.Providenciadas as medidas cabíveis, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Nova Brasilândia - RO, segunda-feira, 27 de agosto de 2012. Bruno Magalhães R. dos Santos, Juiz de Direito".
Rua Príncipe da Beira, 1500, setor 13 - CEP 76958-000 - Fone: (0xx69) 3418-2599
Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 28 de Novembro de 2012.

Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos
Juiz(a) de Direito

Jane de Oliveira Santana Vieira
Diretora de Cartório

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001658-09.2010.8.22.0006
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministerio Publico Estadual
Réu:Tonio Alves da Silva
Advogado:Alanny de Oliveira Araujo (RO 4677)
Decisão:
Vistos. Como se pode depreender dos autos, o réu está ciente do compromisso que tem para com a sociedade e, observa-se que o mesmo está se esquivando, uma vez que intimado através de seu Advogado, ainda assim não iniciou o cumprimento da reprimenda.Ademais, não compareceu à audiência de justificação, sendo que, tentada a sua intimação pessoal, ele não foi encontrado no endereço indicado nos autos.Diante do exposto, com base no art. 44, § 4º, do Código Penal, c/c art. 181, da Lei n.º 7.210/84, converto a pena restritiva de direitos por privativa de liberdade, pelo tempo restante, observando-se o regime imposto na sentença condenatória.Promova-se o cálculo de pena, com a detração.Expeça-se, incontinenti, o respectivo mandado de prisão contra o apenado. Ciência ao Ministério Público e à Defesa.Presidente Médici-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0000666-48.2010.8.22.0006
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico Estadual
Denunciado:Aneilto Rosa da Rocha
Advogado:Paulo Ferreira de Souza (RO. 677-A.)
Despacho:
Vistos.Intime-se o réu para justificar o descumprimento das condições da suspensão, em 5 dias.Expeça-se o necessário. Presidente Médici-RO, quarta-feira, 2 de janeiro de 2013. Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juizado Especial Civel

Proc: 1000400-73.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Simônia de Fátima Pires Alves(Requerente)
Advogado(s): GILVAN DE CASTRO ARAUJO(OAB 4589 RO), OAB:5558 RO
Losango Promoções de Vendas Ltda(Requerido)
Fica a parte requerente,por meio de seus advogados, intimada da r. decisão constante no mov. 07 de teor seguinte: Vistos etc...A antecipação de tutela visa, precipuamente, a distribuir entre as partes o ônus do tempo do processo. Isso significa dizer que dentro de um grau de razoabilidade, aferido num juízo de probabilidade, é necessário preservar o princípio de que a demora do processo não pode prejudicar o autor caso esse, aparentemente, tenha razão. Neste caso, o pedido de antecipação está ligado ao pedido declaratório colocado na petição inicial, sendo à luz da perspectiva de êxito desse que deve ser analisado o pedido antecipatório.Segundo afirma a requerente, que manteve vínculo com a requerida, porém tendo quitado sua obrigação para com a mesma.Assim, pede a antecipação dos efeitos da tutela para o efeito de determinar a exclusão de seu nome dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.Pois bem, os documentos juntado com a inicial no movimento de nº 01, permitem inferir, ao menos por ora, a verossimilhança das alegações, colocadas na inicial, sendo tal conclusão exacerbada pelo fato da autora estar em Juízo discutindo a relação jurídica que originou tal anotação.Por outro lado, a não concessão da tutela quanto à manutenção do nome da requerente em cadastro de órgãos de proteção ao crédito poderá acarretar um dano de difícil reparação, já que diante desta situação pode ver-se privada de contrair crédito, comprar a prazo, movimentar contas bancárias, e outros, sendo contínuas as lesões que pode sofrer, fazendo-se presente a necessidade na urgência do deferimento da medida e justificando-se a retirada do nome do requerente dos cadastros de inadimplentes até final solução da lide.Firme na argumentação, DEFIRO parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada para o fim de determinar que a requerida retire o nome da requerente dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 48 horas, a partir da intimação, sob pena de multa diária no valor de 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$6.000,00 (seis mil reais).Entretanto, observo que a medida poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, de acordo com o art. 273, § 4º, do CPC.Proceda-se à citação da empresa requerida, via AR, nos termos da presente ação, e intimem-se para comparecer em audiência de conciliação, a ser realizada na sala de audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, designada para o dia 04 de fevereiro de 2013, às 11:30 horas, com as advertências legais.A requerente já foi intimada na pessoa de sua advogada, quando da distribuição da ação.Expeça-se o necessário.Presidente Médici, em 17 de Dezembro de 2012-Adriano Lima Toldo-Juiz de Direito.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0000007-34.2013.8.22.0006
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Andrade & Vicente Ltda
Advogado:Erica de Oliveira Teixeira (RO. 3855)
Impetrado:José Ribeiro da Silva Filho
Decisão:
Vistos.Andrade & Vicente Ltda impetrou o presente Mandado de Segurança em face de José Ribeiro da Silva Filho, Prefeito do Município de Presidente Médici/RO. Em síntese, alega que é participante da licitação modalidade Concorrência Pública nº 001/2012, cujo o objeto é a Construção de Sistema de Esgotamento Sanitário Municipal de Presidente Médici/RO. Afirma que no dia 09/07/2012, houve a publicação no Diário Oficial do Estado – DOE nº 2010 da decisão que considerou a impetrante inabilitada para as fases subsequentes do certame. Prossegue dizendo que, apresentou recurso administrativo, o qual foi indeferido pela autoridade coatora alegando que não vislumbrou os documentos comprobatórios que merecessem a reforma da decisão anterior. Assevera a impetrante que o despacho é arbitrário e ilegal, vez que o setor técnico de engenharia reformou seu parecer, confirmando a existência dos documentos comprobatórios para a habilitação da impetrante. Assim, pretende a concessão de liminar determinando a impetrada como habilitada para o prosseguimento do pleito, bem como suspendendo o prosseguimento do certame. É o necessário relatório. Passo a decidir o pedido de liminar.A legislação especial aplicável ao mandado de segurança autoriza a concessão de liminar, nos termos do art. 7º, inc. III, da Lei 12.016, de 07/08/2009.O presente writ tem por fundamento jurídico a ofensa aos princípios norteadores da atividade administrativa, bem como do procedimento licitatório, exigências das normas constitucionais e infraconstitucionais. É certo que a igualdade, a legalidade e a moralidade devem imperar em toda a seara administrativa, devendo ser coibida toda e qualquer conduta contrária ao interesse público e desprovida de motivação.Nessa fase de cognição sumária, não se analisa o mérito do mandado de segurança, mas apenas a plausibilidade das alegações da impetrante, eis que diferido o contraditório, e o eventual perigo que a normal tramitação processual poderá ocasionar à eficácia da medida, decidida ao final.Resguardadas as limitações inerentes a esta fase, entendo plausíveis as alegações da impetrante, eis que conforme parecer técnico de fl. 86/87 e ata de julgamento do recurso administrativo de fls. 88/90, a parte impetrante foi considerada habilitada, uma vez que possui as qualificações exigidas, cumprindo os requisitos do Edital. Entretanto, a autoridade coatora, contrariamente à decisão do setor técnico, rejeitou o recurso apresentado pela impetrante por entender que a mesma não atendeu integralmente os dispositivos do Edital (vide despacho de fl. 91/92). A decisão da autoridade coatora, numa primeira análise, em confronto com o parecer técnico e a decisão da CPL, aparenta deficiência no tocante a fundamentação, não indicando especificamente quais

os requisitos não foram atendidos pela impetrante. Melhor dizendo, a autoridade coatora não esclarece e nem aponta onde está a falha do parecer técnico que considerou a impetrante habilitada, preferindo genericamente dizer que não atendeu os requisitos exigidos no edital.Todavia, saliento ser inviável a imediata declaração de habilitação da parte impetrante para continuar participando do certame, como pretende na inicial, vez que necessário uma análise mais aprofundada das razões para o entendimento esposado pela autoridade coatora em detrimento do parecer técnico.Não obstante, em razão do poder geral de cautela que incumbe ao magistrado, concedo a liminar para o fim de determinar a suspensão do processo licitatório, na modalidade de Concorrência, autuada sob nº 001/CPLM/2012, até ulterior decisão judicial. Notifique-se o Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Presidente Médici, com urgência, da suspensão determinada, para que se abstenha de prosseguir no procedimento até nova ordem judicial, sob pena de ser responsabilizado pessoalmente.Notifique-se o impetrado, tanto da liminar concedida e da advertência supra, bem como para prestar as informações no prazo de 10 (dez) dias. Nos termos do inc. II do art. 7º da Lei 12.016/09, cientifique-se o órgão de representação judicial do Município de Presidente Médici. Serve a presente como mandado, a ser cumprido pelo Oficial de Justiça plantonista. Após a apresentação das informações ou decorrido o prazo, encaminhe-se os autos ao Ministério Público, para manifestação, em 10 (dez) dias, vindo em seguida conclusos para sentença.Presidente Médici-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0002895-10.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:R. A. G.
Advogado:Antenor Lacerda Lemos (RO 196-B.)
Requerido:S. da S. G.
Decisão:
Vistos.Cite-se.Presidente Médici-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0002898-62.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Santos & Molina Ltda Me
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.), Sonia Ercilia Thomazini Lopes Balau (RO 3850.)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
Despacho:
Vistos. Como esta causa não ultrapassa sessenta salários mínimos, será observado o rito sumário (art. 275, I Código de Processo Civil).Sendo assim, nos termos do art. 277 do CPC, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 05/03/2013, às 11h00min. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (art. 277 § 3º, do CPC), ou não se defendendo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos (art. 277, § 2º do CPC).Intime-se a parte autora, através de seu advogado, advertindo que sua ausência injustificada acarretará a extinção do feito.Expeça-se o necessário. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013. Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

Proc.: 0000783-05.2011.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fabio Medeiros Gomes
Advogado:Jose Isidorio dos Santos (RO 4495.)
Requerido:Jose Carlos Machado, Antonio Machado
Decisão:
Vistos.Defiro a cota ministerial retro.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 13/03/2013, às 09h00min. Intimem-se todos, inclusives as testemunhas arroladas pelo autor à fl. 10. Ciência ao MP.Advirto aos réus que o rol de testemunhas deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, a partir da intimação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 407 do CPC.Expeça-se o necessário. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 3 de janeiro de 2013.Adriano Lima Toldo Juiz de Direito

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001517-80.2012.8.22.0018
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Richards Santagnello Castilho, Alison Carneiro, Adriano Oliveira Teixeira, Renan Maximo da Silva Gaite
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Despacho:
Vistos.Designo audiência de oitiva da testemunha para o dia 03/04/2013, às 11h30. Intimem-se.Oficie-se ao juízo deprecante, informando.Ciência ao Ministério Público.Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 28 de dezembro de 2012.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito
1º Cartório Criminal

Proc.: 0000603-53.2011.8.22.0017
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Valdir dos Santos Borges
Advogado:Fabio Jose Reato (RO. 2061.)
Sentença:
SENTENÇA I- Relatório O Ministério Público do Estado de Rondônia moveu a presente Ação Penal contra Valdir dos Santos Borges imputando-lhe a prática dos delitos previstos no artigo 16 e 14 da Lei 10.826/03. O réu foi preso em flagrante delito em 26/03/2011 (fls. 07) e solto em 28/03/2011 (fls. 36), após o pagamento de fiança (fls. 65).A denúncia foi recebida em 09/05/2011. O réu foi citado e apresentou defesa prévia (fls. 84-95). Foram ouvidas testemunhas por meio de carta precatória (fls. 275-276, 283) e nessa Comarca (fls. 306-307), bem como, interrogado o réu (fls. 308).Alegações finais do Ministério Público requerendo a condenação do réu apenas como incurso nas penas do art. 16 da Lei 10.826/03 (fls. 309-311).A defesa também pugna pela aplicação do princípio da consunção, bem como o reconhecimento da legítima defesa, reconhecendo a atipicidade do ato (fls. 315-327).É o relatório. Decido.II- Fundamentação Porte ilegal de arma de fogo de uso

restrito – art. 16 da Lei 10.826/03Ao réu Valdir dos Santos Borges, anteriormente qualificado, está sendo imputada a prática do delito tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/03, posto que transporta, mantinha sob guarda e ocultava arma de fogo de uso restrito, consistente em um revólver, marca Rossi, calibre 357, Magnum, número de série F167423.Esse art. 16, no tocante a tais termos, é norma penal em branco, tornando-se fundamental consultar as normas extrapenais para conhecer as armas, acessórios e munições de uso restrito.Nesse sentido, tem-se o Decreto 3.665/2000, que remete para o Regulamento para fiscalização de produtos controlados (R-105), que traz as características das armas, acessórios e munições que os tornam de uso restrito (art. 16 do Decreto).Analisando tal Decreto, a doutrina criou um rol exemplificativo das armas e munições de uso restrito:(...) o Decreto 3.665/2000, no art. 3º, LXXX, esclarece que armas de uso proibido, essencialmente, são as armas de uso restrito. Logo, somente estas é que estão disciplinadas no referido decreto. No art. 16, encontra-se relação das armas, acessórios e munições controlados e de uso restrito (controlados pelo Exército que só podem ser utilizadas pelo Exército, algumas Instituições de Segurança, pessoas jurídicas habilitadas e pessoas físicas habilitadas): (c) III- armas de fogo curtas, cuja munição comum tenha, na saído do cano, energia superior a (trezentos libras-pé ou quatrocentos e sete Joules e suas munições, como por exemplo, os calibres. 357 Magnum, 9 Lugger,. 38 Super Auto,. 40 S&W,. 44 SPL,. 44 Magnum,. 45 Colte (c) (NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 4ª ed. RT: São Paulo, 2009. pag. 93)Assim, a materialidade do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito está devidamente comprovada, por meio do auto de prisão em flagrante delito (fls. 07), ocorrência policial (fls. 16), auto de apresentação e apreensão (fls. 18), laudo de eficiência (fls. 37-40) e depoimentos.Quanto à autoria, o réu foi preso em flagrante delito portando a arma de fogo de uso restrito dentro de seu veículo, trafegando pela Linha P-40, km 01, Distrito de Flor da Serra. Os policiais ouvidos confirmaram que localizaram a arma e as munições dentro do veículo utilizado pelo réu. A revista e localização da arma e munições foram acompanhadas pela testemunha Wallison de Jesus Lucio, que confirmou em juízo sua declaração na fase policial.O réu confessou que portava a arma de fogo, mas, em sua defesa, argumento que é administrador de uma fazenda da pessoa conhecida por Ivo Cassol, bem como proprietário de uma outra fazenda próxima à localidade de Porto Rolim (Fazenda Toca da Onça), razão pela qual, anda sempre com muito dinheiro e armado para se defender de eventual assalto.O simples temor de ser assaltado não justifica a conduta do réu de porta arma de fogo, de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.Posto isso, deverá o réu responder por sua conduta ilícita de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido – art. 14 da Lei 10.826/03Na denúncia, o Ministério Pública tipifica a conduta ilícita do réu nos arts. 14 e 16 da Lei 10.826/03, pois, estaria portando arma de fogo e munição de uso restrito (art. 16) e 08 munições calibre 38 de uso permitido (art. 14).A conduta de portar arma de fogo e munições de uso restrito (revólver da marca Rossi, calibre .357 Magnum, número de série F167423, 04 munições do calibre .357 Magnum) já foi devidamente apreciada e comprovada no tópico acima.Resta apenas analisar a conduta do réu de estar portando 8 munições de calibre .38 de uso permitido, que tipifica sua conduta no art. 14, caput, da Lei 10.826/03.Ocorre que, pesquisando, verifiquei que o calibre .38 (uso permitido) pode ser utilizado em armas de fogo de calibre .357 Magnum (uso restrito). Assim, tem-se que o réu portava as munições de calibre .38 para serem utilizadas no revólver calibre .357 Magnum que transportava, assim como também tinha em seu poder 4 munições de calibre .357 Magnum.Desta forma, se as 4 munições de calibre .357 Magnum estão englobadas na conduta do art. 16, nada mais justo do que fazer a absorção da conduta ilícita de porte ilegal de munição de uso permitido (art. 14) em virtude das 8 munições de calibre .38 encontradas com o réu.Com efeito, no caso em exame, deve ser aplicado, de ofício, o Princípio da Consunção, ao fim de se considerar a prática de um único crime, aplicando-se a pena do crime mais grave, qual seja, a posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no artigo16 do Estatuto do Desarmamento. Observe-se que os crimes narrados na denúncia foram cometidos no mesmo contexto fático, tendo sido realizadas as correspondentes apreensões (revólver calibre .357 Magnum, 4 munições calibre .357 Magnum e 8 munições calibre .38) no mesmo dia e no mesmo local, por força da mesma diligência policial, o que configura crime único em face da aplicação do princípio da consunção. Acerca do princípio da consunção, Rogério Grecco ensina que “é aquele segundo o qual a conduta mais ampla engloba, isto é, absorve outras condutas menos amplas e, geralmente, menos graves, os quais funcionam como meio necessário ou normal fase de preparação ou de execução de outro crime, ou nos casos de antefato e pós-fato impuníveis (Curso de Direito Penal Parte Geral. Impetus: 2008, p. 33).” Assim é o entendimento da jurisprudência: APELAÇAO CRIMINAL. ROUBOS MAJORADOS, PORTE DE ARMA COM NUMERAÇAO SUPRIMIDA, POSSE DE MUNIÇÕES DE USO PERMITIDO E RESTRITO, TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇAO. RECURSOS. PLEITO ABSOLUTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA DELITIVA PELA PRÁTICA DE TODOS OS DELITOS SOBEJAMENTE DEMONSTRADA. PROVAS SUFICIENTES A ENSEJAR UM DECRETO CONDENATÓRIO. CRIMES PREVISTOS NO ART. 16,”CAPUT”, DA LEI 10.826/03 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. IV, DA LEI 10.826/03. CONCURSO MATERIAL. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. CONFIGURAÇAO DE CRIME ÚNICO. APLICAÇAO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇAO COM A CONSEQUENTE REDUÇAO DA PENA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 5. O crime de porte de arma de fogo com sinal suprimido e o de posse de munição de uso restrito, não configura concurso formal ou material, mas crime único, se no mesmo contexto, porque há uma única ação, com lesão de um único bem jurídico, a segurança coletiva, devendo ser aplicado o princípio da consunção. (TJPR 4ª Câm. Crim AC 0718215-0 Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba Rel.: Des. Antônio Martelozzo Unânime J. 25.08.2011). (GRIFEI). APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E RESTRITO. AUTORIA E MATERIALIDADE DOS ILÍCITOS ELENCADOS NOS ARTIGOS 33, CAPUT DA LEI 11.343/2006 E ART. 14 E 16 DA LEI 10.826/03, DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS. PLEITO ABSOLUTÓRIO DO APELANTE QUE NÃO MERECE PROSPERAR. PEDIDO SUBSIDIÁRIO PELA EXTIRPAÇÃO DO DELITO PREVISTO NO ART. 14 DA LEI 10.826/03. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. ARMAS APREENDIDAS NO MESMO CONTEXTO FÁTICO. CRIME ÚNICO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CONCURSO CRIMES.

SENTENÇA REFORMADA NESSE ASPECTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR 4ª Câm. Crim. Processo:8199980 PR 819998-0 (Acórdão). Relator(a): Carlos Henrique Licheski Klein. Julgamento: 02/02/2012)HABEAS CORPUS. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE NA POSSE DE MUNIÇAO DE USO RESTRITO E DE ARMA DE FOGO COM O SINAL DE IDENTIFICAÇAO RASPADO. CONCURSO MATERIAL. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. CONFIGURAÇAO DE CRIME ÚNICO. PRECEDENTES DA 5ª. TURMA DO STJ. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇAO DA ORDEM. ORDEM CONCEDIDA, NO ENTANTO, TAO-SOMENTE PARA RECONHECER A EXISTÊNCIA DE CRIME ÚNICO E FIXAR A PENA DO PACIENTE EM 3 ANOS DE RECLUSAO E 10 DIAS MULTA, EM REGIME INICIAL ABERTO. 1. Segundo a jurisprudência desta Quinta Turma, o crime de porte de mais de uma arma de fogo, acessório ou munição não configura concurso formal ou material, mas crime único, se no mesmo contexto, porque há uma única ação, com lesão de um único bem jurídico, a segurança coletiva. [...]". (STJ Quinta Turma, HC 106.233-SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, j. 18/06/2009, DJe 03/08/2009). Desta maneira, tendo em vista a aplicação do Princípio da Consunção, cumpre afastar a condenação pela prática do delito previsto no art. 14, "caput", da Lei 10.826/03, remanescendo, via de consequência, as penas atinentes ao crime de posse de arma de fogo de uso restrito (art. 16, caput, da Lei nº 10.826/2003), conforme já relatado no tópico anterior. III- DispositivoPosto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva para condenar VALDIR DOS SANTOS BORGES, qualificado na denúncia, como incurso nas penas do artigo 16, caput, da Lei 10.826/03.Passo a dosimetria da pena, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do art. 59 do Código Penal, denoto que o réu agiu com culpabilidade normal a espécie; não é possuidor de maus antecedentes; não há informações quanto a sua conduta social e personalidade; o motivo do delito é próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram reladas nos autos, nada tendo a se valorar; a conduta não teve maiores consequências.À vista dessas circunstâncias, fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, 03 (três) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multaPresente a atenuante da confissão, entretanto, a pena já encontra-se no mínimo legal, não podendo ser atenuada aquém (Súmula 231 STJ).Não se fazem presentes agravantes, causas de diminuição ou de aumento de pena, razão pela qual fica o réu condenado definitivamente a pena acima dosada, qual seja, 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA.Cada dia-multa equivalerá a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto pelo art. 60 do Código Penal. A pena será cumprida inicialmente em regime aberto (Código Penal, art. 33).No entanto, verifico que estão presentes os requisitos objetivos e subjetivos elencados no art. 44 do Código Penal, revelando ser a substituição suficiente à repreensão do delito. Assim sendo, nos termos do § 2º, segunda parte do art. 44 do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 02 (duas) restritivas de direito: interdição temporária de direito, consiste na proibição de frequentar determinados lugares pelo tempo da condenação (art. 47, inc. IV do CP) e prestação pecuniária, no valor de 05 (cinco) salários mínimos, que serão destinados conforme o entendimento do Juízo da Execução. Ressalte-se que o valor depositado judicialmente a título de fiança deverá ser utilizado para pagamento parcial da prestação pecuniária. Não se esquecendo da pena de multa arbitrada em 10 dias-multa, no equivalente cada dia-multa em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. O réu fica proibido de frequentar bares, boates, casas de prostituição e outros locais semelhantes, pelo tempo da condenação. Por sua vez, frente à primariedade e os bons antecedentes do réu, e ausentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade. Finalmente, com relação à arma e à munição apreendida, determino que sejam as mesmas remetidas para destruição ou doação, no prazo legal, conforme o disposto no art. 25 da Lei 10.826/03.Transitada em julgado: a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados; b) comunique-se o T.R.E, para cumprimento do disposto no art. 15, III, da Constituição Federal.; c) remeta-se o que necessário para a execução de pena.Condeno o réu ao pagamento das custas processuais. Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, quarta-feira, 14 de novembro de 2012.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000450-80.2012.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Ananias Alves Vieira
Advogado:Dr. Ricardo Marcelino Braga - OAB/RO 4159
Sentença:
SENTENÇA I- Relatório O Ministério Público do Estado de Rondônia moveu a presente Ação Penal contra Ananias Alves Vieira imputando-lhe a prática dos delitos previstos no artigo 12 da Lei 10.826/03 (1º Fato) e artigo 329, caput, do Código Penal (2º fato), c.c artigo 69 do Código Penal. O réu foi preso em flagrante delito em 20/04/2012 (fls. 07), cuja prisão foi convertida em preventiva (fls. 52-53) e concedida liberdade provisória em 21/06/2012 e recambiado-o para a Comarca de Espigão d'Oeste, onde havia mandado de prisão em aberto (fls. 60/61).A denúncia foi recebida em 08/05/2012. O réu foi citado e apresentou defesa prévia (fls. 45). Foi ouvida uma testemunha (fls. 78) e interrogado o réu (fls. 79. As alegações finais também foram apresentadas nessa audiência.É o relatório.II- Fundamentação 1º fato – art. 12 da Lei 10.826/03Ao réu Ananias Alves Vieira, anteriormente qualificado, está sendo imputada a prática do delito tipificado no art. 12 da Lei n. 10.826/03, posto que possuía e mantinha sob sua guarda arma de fogo e munições de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, no interior de sua residência.Consta na denúncia que Policiais militares se deslocaram até a residência do denunciado a fim de cumprir dois mandados de prisão em seu desfavor, sendo que avistaram uma espingarda calibre 20 encostada atrás da porta, bem como uma sacola contendo seis cartuchos do mesmo calibre carregados artesanalmente.A materialidade do delito restou cabalmente comprovada, conforme auto de prisão em flagrante delito, auto de apresentação e apreensão da arma e munição, laudo de eficiência e testemunhos amealhados.Quanto à autoria, o réu confirmou o narrado na denúncia acrescentando que possuía a arma de fogo porque moram no sítio (fls. 79).As testemunhas confirmam que o réu de fato possuía a arma e munições quando do cumprimento dos mandados de prisão. Assim, inexiste dúvida quanto ao cometimento pelo réu do crime de posse ilegal de munição, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. É importante ressaltar que a posse ou o porte de arma e/ou

munição é crime de perigo abstrato, não ferindo as normas constitucionais e nem padecendo de vício de tipicidade, devendo-se ter em conta que a inspiração do legislador ao tipificar tal conduta foi para reprimir o comércio ilegal e o contrabando, além de combater o porte ilícito, tornando assim, mais rigorosa a repressão de crimes da espécie que criam, inquestionavelmente, perigo de lesão abstrato a bens jurídicos relevantes para a sociedade.Ressalte-se que o direito penal ao prever os crimes de perigo abstrato adota uma postura de cunho prevencionista, a qual deseja antecipar a punição de certas condutas, com o fim de prevenir perturbações futuras. Assim entende o já citado doutrinador Fernando Capez (ARMA DE FOGO, Comentários à Lei n. 9.437/97, p. 25/26):a opção política do Poder Legislativo em considerar o fato, formal e materialmente, típico independentemente de alguém, no caso concreto, vir a sofrer perigo real, não acoima a lei definidora de atentatória à dignidade humana. Ao contrário, revela, por parte do legislador, disposição ainda maior de tutelar o bem jurídico, reprimindo a conduta violadora desde o seu nascedouro, procurando não lhe dar qualquer chance de desdobramento progressivo capaz de convertê-la em posterior perigo concreto e, depois, em dano efetivo. Trata-se de legítima opção política de resguardar, de modo mais abrangente e eficaz, a vida, a integridade corporal e a dignidade das pessoas, ameaçadas com a mera conduta de sair de casa ilegalmente armado. Realizando a conduta descrita no tipo, o autor já estará colocando a incolumidade pública em risco, pois protegê-la foi o desejo manifestado pela lei. Negar vigência ao dispositivo nos casos em que não se demonstra perigo real, sob o argumento de que atentaria contra a dignidade da pessoa humana, implica reduzir o âmbito protetor do dispositivo, com base em justificativas no mínimo discutíveis. Dessa feita, como se trata de infração penal de perigo abstrato ou presumido, cuja tipificação legal visa assegurar a incolumidade pública e ao risco que da conduta poderá advir, está o juízo autorizado a expedir o decreto condenatório diante da simples prova da materialidade delitiva e da induvidosa constatação de que o réu portava arma de fogo sem autorização e em desacordo com determinação legal.2º fato – art. 329, caput, CPAo réu Ananias Alves Vieira também está sendo imputada a prática do delito tipificado no art. 329, caput, do Código Penal, posto que se opôs à execução de ato legal, mediante violência a funcionário público competente para executá-lo. Consta na denúncia que, no mesmo contexto de tempo e local do 1º fato, ao ser conduzido para a autoridade policial, o acusado foi colocado na carroceria da viatura algemado, pois a mesma não possuía camburão. Porém, o réu conseguiu se desvencilhar das algemas, pulou da viatura em movimento empreendendo fuga, contudo, foi alcançado pelos policiais que tiveram que utilizar a força física moderada para contê-lo. A reação do réu foi violenta ao resistir à prisão, tendo este atacado os policiais com socos e chutes, isto após pular da viatura e cair ao chão em uma via cascalhada, o que ocasionou-lhe escoriações e hematomas.Conforme artigo 329 do Código Penal, o delito de desacato tipifica opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, sendo núcleo do tipo o verbo opor-se, que consiste em negar-se, resistir à uma atuação positiva de funcionário público.Fernando Capez examinando o delito de resistência o leciona que a oposição, no caso, consiste em uma atuação positiva, consubstanciada no emprego de violência (vis corporalis), por exemplo, indivíduo que, ao ser preso em flagrante, desfere pontapés contra policial ou atira objetos contra ele.Ocorre que foi apurado na audiência que na verdade não houve o crime de resistência, visto que não ficou esclarecido nos autos, segundo o Policial da prisão narrou em audiência:Que o depoente acredita que a algema não ficou bem presa. Que então o correu para o mato e so policiais precisaram correr atrás dele. Que o réu não chegou a agredir os policiais, mas que houve apenas uma resistência natural para não ser preso e não ser algemado novamente. (fls. 78).Deste modo, fica clara a inexistência do crime de resistência, visto que não hovue qualquer emprego de violência como determina o tipo, não havendo o que se falar em condenação do réu neste tocante. III- DispositivoPosto isso, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva para condenar ANANIAS ALVES VIEIRA, qualificado na denúncia, como incurso nas penas do artigo 12, da Lei 10.826/03 e ABSOLVE-LO da imputação do artigo 329 do Código Penal, com base no art. 386, inc. II, do CPC.Passo a dosimetria da pena, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do art. 59 do Código Penal, denoto que o réu agiu com culpabilidade normal a espécie; é possuidor de maus antecedentes, mas que incidirá causa de reincidência; não há informações quanto a sua conduta social e personalidade; o motivo do delito é próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram reladas nos autos, nada tendo a se valorar; a conduta não teve maiores consequências.À vista dessas circunstâncias, fixo as penas-base no mínimo legal, ou seja:POSSE DE ARMA: 01 (um) ano de detenção e pagamento de 10 (dez) dias-multaO réu é reincidente, estando cumprindo pena de 01 ano e 03 meses de detenção e multa, no regime semiaberto, na Comarca de Espigão d'Oeste (Ação Penal 23771-29.2002.8.22.0008 e Execução Penal 1608-06.2012.8.22.0008), razão pela qual agravo as penas em 1/2, alcançando 01 (um) ano e 06 (seis) meses de detenção e pagamento de 15 (quinze) dias-multaO réu confessou, motivo pelo qual aplico a atenuante prevista no art. 65, inc. III, d (confissão), do Código Penal. Assim a pena intermediária fica em 01 (um) ano de detenção e pagamento de 10 (dez) dias-multaNão se fazem presentes causas de diminuição ou de aumento de pena, razão pela qual fica o réu condenado definitivamente a pena acima dosada, e, diante do concurso material, somo as penas para chegar ao patamar de 01 (UM) ANO DE DETENÇÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA.Cada dia-multa equivalerá a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto pelo art. 60 do Código Penal.A pena será cumprida inicialmente em regime semiaberto (Código Penal, art. 33, § 2º, c e Súmula 269 do STJ).Estão ausentes os requisitos objetivos e subjetivos elencados no art. 44 do Código Penal (Substituição da Pena) e do art. 77 do Código Penal (Suspensão Condicional da Pena), diante da reincidência. Por sua vez, ausentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade. Finalmente, com relação à arma e à munição apreendida, determino que sejam as mesmas remetidas para destruição ou doação, no prazo legal, conforme o disposto no art. 25 da Lei 10.826/03.Transitada em julgado: a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados; b) comunique-

se o T.R.E, para cumprimento do disposto no art. 15, III, da Constituição Federal.; c) remeta-se o que necessário para a execução de pena.Condeno o réu ao pagamento das custas processuais.Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, terça-feira, 13 de novembro de 2012.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0019050-57.2009.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Idael Lima dos Santos
Advogado: Dr. César Augusto Vieira - OAB/RO 3229
Finalidade: Intimar o advogado da r. Sentença abaixo transcrita:
SENTENÇAI - RelatórioO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de uma das suas atribuições legais, prevista no artigo 129, I, Constituição Federal, com base no inquérito policial n. 071/2009, pela douta Promotora de Justiça, ofereceu denúncia em desfavor de IDAEL LIMA DOS SANTOS, o como incurso nas sanções previstas pelo art. 342 do Código Penal em razão da prática dos seguintes fatos delituosos: No dia 17 de julho de 2009, nas dependências do Fórum de Santa Luzia Do Oeste – RO, o denunciado fez afirmação falsa, como testemunha, em processo judicial.Consta nos autos que o denunciado foi arrolado como testemunha do Ministério Público informou que havia presenciado crime eleitoral constante na compra de votos. No entanto, em juízo, retratou-se dizendo que não havia presenciado nenhuma entrega de dinheiro em razão do votos, fazendo assim afirmação falsa diante de processo judicial.A denúncia foi recebida pelo despacho datado de 11/07/2011 (fls. 101).Foi realizada a sua citação (fls. 116-v) e, por meio de advogado constituído, apresentou defesa preliminar (fls. 111/113).O recebimento da denúncia foi mantido e iniciada a instrução processual (fls. 114).Foram ouvidas seis testemunhas (fls. 124/129). Após, procedeu-se ao interrogatório do réu (fls. 136).Em alegações finais, o ilustre representante do Ministério Público, após analisar o conjunto probatório, pugnou pela condenação do réu, nos termos da peça vestibular acusatória (fls. 134/140). Em suas derradeiras alegações, a defesa requereu a improcedência da ação, sustentando que se retratou-se de forma pública (fls. 146/148). Após, vieram os autos conclusos. II- Fundamentação Ao acusado é imputada a prática do delito do art. 342 do Código Penal, na forma do artigo 69 do mesmo Códex, os quais tipificam como delitos:Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:Pena – reclusão, de um a três anos e multa.Está sendo atribuído ao réu a prática do delito de falso testemunho (art. 342 CP), pois teria proferido afirmação falsa dizendo ter presenciado crime eleitoral, no entanto, inquirido judicial retratou-se, dizendo não ter presenciado nenhuma entrega de dinheiro em razão de compra de votos (Processo eleitoral/crime n. 57/2008)O objeto jurídico é a administração da justiça, que pode ficar comprometida diante das falsidades aventadas. A materialidade do delito está comprovada pelo Inquérito Policial (05), confissão do réu e demais depoimentos. No mesmo sentido encontra-se comprovada a autoria do delito.O réu, em juízo, alegou que estava embriagado no dia dos fatos razão pela qual afirmou que havia presenciado a compra de votos. Narra que quando foi ouvido no Fórum de Santa Luzia, não estando sob efeito de álcool, contou o que realmente aconteceu, retratando-se (fls. 136).As testemunhas Volmir Matt, Douglas Adalberto Duarte e Uilha Batista Rodrigues foram unânimes em seus depoimentos afirmando ter ouvido o réu dizer que houve a tal compra de votos (fls. 124/127).Ocorre que o segundo depoimento do réu é que é falso, logo, não há que se falar em retratação.As demais testemunhas forma unânimes quanto à compra de votos praticada por José Luiz Vieira que somente não foi condenado na Ação Penal perante a Justiça Eleitoral em virtude da ausência de provas (número do Processo no TRE 826398839.2009.622.0000).Verifico que o crime em tela é bem grave, visto que o réu movimentou toda a máquina judiciária eleitoral e no momento da confirmação negou os fatos.Ora, é típico no pleito eleitoral as mentiras tomarem conta do cenário, sendo que quando gerados os processos, aqueles que denunciários limitam-se a dizer que mentiram, que não houve nada, etc, esquivando-se do compromisso para obeter qualquer tipo de vantaghem.Deste modo, atos assim devem ser coibidos e devidamente punidos, a fim de que o pleito eleitoral traga mais justiça a população e mais ordem no seu decorrer.Logo, está caracterizada a consumação do delito de falso testemunho, pois a o réu fez afirmação falsa em processo judicial.III- Dispositivo Posto isso, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA, para CONDENAR IDAEL LIMA DOS SANTOS, como incurso nas penas do art. 342 do Código PenalPasso à análise das circunstâncias judiciais para fixar a pena e regime carcerário, nos termos dos arts. 59 e 68 do Código Penal. Circunstâncias Judiciais: Culpabilidade: é normal à espécie, nada tendo a se valorar. Antecedentes: o réu registra condenação (fls. 107/108) Conduta social e personalidade: não há nos autos muitos elementos para análise. Motivos: próprios deste tipo de delito. Consequências: comuns ao tipo em espécie, nada tendo a valorar. Dadas as circunstâncias judiciais supra, fixo a pena no mínimo legal, ou seja, em 01 ano de detenção e pagamento de 10 (dez) dias-multa um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto pelo art. 60 do Código Penal.Presente a atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, d, CP), pois o réu confessou perante a autoridade. Entretanto, deixo de aplicá-la em razão da pena estar no mínimo legal, sendo impossível sua atenuação nessa fase (Súmula 231, STJ).Não se fazem presentes agravantes, causas de diminuição ou de aumento de pena, razão pela qual fica o réu condenado definitivamente a pena acima dosada, qual seja, 01 ano de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias multa,cada um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto pelo art. 60 do Código Penal. Nos termos dos arts. 33 e 59 do Código Penal, fixo o regime inicial aberto.No caso em tela estão presentes os requisitos objetivos e subjetivos elencados no art. 44 do Código Penal, revelando ser a substituição suficiente à repreensão do delito. Assim sendo, nos termos do § 2º, segunda parte do art. 44 do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 01 (uma) restritiva de direito: prestação de serviços gratuitos à comunidade.A prestação de serviços à comunidade dar-se-á na base de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixados de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho. O local da prestação de serviço será fixado no momento da execução. IV- Disposições finaisDiante da substituição da pena privativa de liberdade e, pelo fato da ré ter respondido à ação em liberdade, concedo a esta o direito de recorrer em liberdade. Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais.Advirta-

se ao réu de que a pena de multa, ora cominada, deverá ser paga em 10 (dez) dias, após o trânsito em julgado desta sentença. Após o trânsito em julgado: a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados; b) comunique-se o T.R.E.; c) extraia-se o necessário para a execução de pena.Sentença publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se. Santa Luzia D'Oeste-RO, quarta-feira, 24 de outubro de 2012.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0008691-56.2006.8.22.0017
Ação:Ação penal (crime contra o patrimônio)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (DNI DNI)
Denunciado:Monvenir Rufino
Advogado:Ronny Ton Zanotelli, OAB/RO 1393
Finalidade: INTIMAR o advogado acima, da r. decisão a seguir transcrita: "O Ministério Público do Estado de Rondônia, no uso de uma de suas atribuições constitucionais, prevista no art. 129, inc. I, da Constituição Federal, ofertou denúncia em desfavor de Movenir Rufino dando-o como incurso nas penas do artigo 171 do Código Penal, supostamente praticado em 13/03/2006.A denúncia foi recebida pelo despacho datado de 02/01/2008 (fls. 02).Citado (fls. 109), o acusado aceitou o benefício da suspensão condicional do processo aos 13/10/2008 (fls. 111/112).O Sursis processual foi revogado em 28/10/2010 (fls. 142), retomando o curso do processo.Defesa preliminar (fls. 144).Testemunhas foram ouvidas (fls. 187 e 214) e o réu interrogado (fls. 218). Durante a audiência, a defesa postulou pelo reconhecimento da prescrição em perspectiva da pretensão punitiva e, em contrapartida, reconhecido o cumprimento das condições impostas para a suspensão condicional do processo com a extinção da punibilidade (fls. 221-222).O Ministério Público manifestou-se contrário aos pedidos da defesa, insistindo na oitiva da vítima (fls. 223-224).Decido.1- Da prescrição em perspectivaA prescrição antecipada, em perspectiva ou virtual é terminologia criada pela doutrina sem previsão legal, por meio desta, constatava-se a prescrição, antecipadamente, levando-se em conta a pena a ser virtualmente aplicada ao réu, ou seja, a pena que seria, em tese, cabível ao acusado.Ocorre que, assim como a maioria da jurisprudência, não aceito a chamada prescrição virtual, pois entendo que o juiz estaria se baseando num indevido prejulgamento, sem previsão legal. Mesmo em caso de se reconhecer a possibilidade de se aplicar essa prescrição virtual, não haveria, ainda, transcorrido o prazo prescricional exigido. Vejamos.Monvenir Rufino está sendo acusado da prática do crime previsto no art. 171 do Código Penal que prevê pena de 1 a 5 anos de reclusão e multa. A própria defesa prevê a possibilidade de ser aplicada pena no máximo de 2 anos. Nesses casos, com a aplicação de tal pena, a prescrição ocorre com quatro anos.Então, o crime supostamente ocorreu em 13/03/2006, a denúncia recebida em 02/01/2008 (fls. 02). Porém, o feito manteve-se suspenso de 13/10/2008 (data da aceitação do benefício da suspensão condicional do processo) a 28/10/2010 (data da revogação, fls. 142).Sabe-se que durante o prazo da suspensão condicional do processo não corre o prazo da prescrição (art. 89, § 6° da Lei 9.099/95). Trata-se de causa de suspensão do prazo prescricional e não de interrupção.Assim, da data do recebimento da denúncia (02/01/2008) à data da suspensão condicional do processo (fls. 13/10/2008), passaram-se 9 meses e 11 dias, que somados ao período transcorrido do dia da revogação do benefício até os dias de hoje, não passa de 4 anos. Logo, nem ao menos pode-se falar em prescrição em perspectiva.Desta forma, NÃO RECONHEÇO A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO, por não ter decorrido o prazo de 4 anos.2- Da extinção da punibilidadeSubsidiariamente, a defesa solicitou o reconhecimento do cumprimento das condições que lhe foram impostas quando do deferimento da suspensão condicional do processo, extinguindo, consequentemente, a punibilidade.O benefício da suspensão condicional do processo foi deferido em 13/10/2008 (fls. 94) e revogado em 28/10/2010 por não ter comparecido em cartório como havia se comprometido, fatos ocorridos ainda no início do ano de 2009 (fls. 142).Não bastasse isso, posteriormente, verificou-se que o mesmo já estava sendo beneficiado por outra suspensão condicional do processo orindo da Comarca de Alvorada d'Oeste (Proc. 0000132-94.2007.8.22.0011), a denúncia do referido processo foi recebida em 04/11/2009, quando o réu já estava cumprindo o benefício da suspensão condicional do presente processo. Logo, mais um motivo para a revogação da suspensão condicional do processo.Por isso, MANTENHO A REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO e o prosseguimento do feito. Intimem-se. Preclusa a presente decisão, voltem os autos conclusos para designação de audiência para oitiva da vítima que será conduzida coercitivamente.Santa Luzia D'Oeste-RO, segunda-feira, 19 de novembro de 2012.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc: 1000947-14.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
M. de P. Santana Santos & Cia Ltda-me(Requerente)
Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)
Edilson Ribeiro Leite (Requerido)
M. de P. Santana Santos & Cia Ltda-me(Requerente)
Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)
Edilson Ribeiro Leite (Requerido)
Intimar o autor a apresentar cálculo atualizado no prazo de 5 (cinco) dias.

Proc: 1000915-09.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
R. L. de Oliveira & Andrade Ltda - ME(Requerente)
Advogado(s): JOSCIANY CRISTINA SGARBI LOPES(OAB 3868 RO)
Sandra Antônio Martins(Requerido)
R. L. de Oliveira & Andrade Ltda - ME(Requerente)
Advogado(s): JOSCIANY CRISTINA SGARBI LOPES(OAB 3868 RO)
Sandra Antônio Martins(Requerido)
Intimar o autor a se manifestar a cerca do evento 29 realizado nos autos.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Proc.: 0000097-74.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jorge Vicente de Matos
Advogado:Cintia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4227)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
Recurso de Apelação:
Fica a parte Requerente, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado fls. 60 a 64 nos autos.

Proc.: 0001257-03.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Feliciano da Silva
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
Finalidade: intimar a parte requerente para que no prazo de 10 dias através de seu advogado, se interesse, manifestar sobre a contestação juntada nos autos fls.76 a 80.

Antônio de Souza
Escrivão Cível

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1ª Vara Cível (Juizado Esp. Cível)
São Francisco do Guaporé
Juíza de Direito: CLÁUDIA VIEIRA MACIEL DE SOUSA
Diretor de Cartório: José Ricardo da Silva Souza
Email do Diretor: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
Email da Comarca: sfg@tjro.jus.br

Proc.: 1000118-81.2012.8.22.0023
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Rui Ueliton Lima Oliveira
Promovido(s): Banco Ficsa S.A
Advogado: FELIPE GAZOLA (OAB/MG 76.696), ANA FLÁVIA PEREIRA GUIMARÃES (OAB/MG 105.287)
SENTENÇA: Vistos etc... Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9099, de 1995, passo ao resumo dos fatos relevantes. RUI UELITON LIMA OLIVEIRA, já qualificado, ajuíza a presente ação em face de BANCO HSBC S/A, também qualificado, aduzindo, em síntese, ter contratado um empréstimo junto à instituição financeira com pagamento das prestações através de consignação em folha de pagamento. Todavia, houve uma quitação antecipada do financiamento, mas a ré permaneceu com os descontos e estornando em seguida. Acrescenta que a retirada do valor de sua conta lhe trouxe prejuízos, impondo o atraso no pagamento de seus compromissos. Requer a restituição, em dobro, do valor indevidamente descontado. Frustradas as tentativas de conciliação, o requerido apresentou contestação sustentando a ausência de responsabilidade civil já que agiu no exercício regular do direito, bem como a impossibilidade de repetição do valor, em dobro, uma vez que não agiu com má-fé. Requer a improcedência do pedido. Os documentos apresentados pelo autor não deixam dúvidas de que se tratava de empréstimo consignado em folha de pagamento, sendo a remuneração paga pelo empregador já descontada o valor da prestação e repassada ao banco credor. Incontroverso que a parcela mensal do financiamento era de R$ 261,19, sendo que desde a data da quitação até o ofício informando a suspensão o valor vinha sendo descontado, que da no total de 17 parcelas. Tem-se, assim, por demonstrada a cobrança, em duplicidade, do valor da prestação. Corroboram com as assertivas do autor, de igual forma, a prática do requerido que se vislumbra nos demonstrativos dos documentos juntados na contestação. Como afirmado pelo autor e não impugnado pelo réu, todas as prestações eram descontadas na folha de salário e estornado em conta corrente da requerida. É o que se observa do extrato bancário. Assim, competia ao requerido diligenciar e redobrar os cuidados para que o autor não se visse desapossado, indevidamente, dos numerários em sua conta corrente. Demonstrado, portanto, diante da negligência do suplicado traduzida na falta de cuidado no exercício de suas atividades, o ato ilícito ensejador da responsabilidade civil. Verificada a cobrança indevida, passo à análise do pedido formulado pelo autor de repetição de indébito. O artigo 42, parágrafo único do CDC garante ao consumidor cobrado em quantia indevida o direito à repetição do indébito, pelo valor igual ao dobro do que pagou em excesso, salvo hipótese de engano justificável. O direito do consumidor de obter a restituição em dobro está condicionado aos seguintes requisitos: a) a existência de uma cobrança indevida; b) a quitação pelo consumidor da quantia indevidamente exigida; c) a inexistência de engano justificável por parte do fornecedor. Nesse sentido o entendimento de Luiz Antônio Rizzatto Nunes (Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: direito material (arts. 1º ao 54). São Paulo: Saraiva, 2000. 716 p. p.510: Caracterização do direito a repetir). Não há, portanto, o requisito da má-fé como defende o requerido. A incorreção da cobrança restou sobejamente comprovada, como fundamentado acima. Não há nos autos qualquer elemento de prova de que a cobrança indevida ocorreu em virtude de engano justificável, não havendo causa para afastar a responsabilidade do requerido. O salário garante ao autor o mínimo existencial, sendo que sua retenção ou desconto indevido, inegavelmente, representa angústias e frustrações diante da privação de adquirir o necessário à subsistência digna. Assim, considerando os critério supra destacados, hei de condenar a parte requerida a devolver em dobro o valor descontado indevidamente, qual seja, R$ 4.440,23 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e três centavos). Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por Salvador Ribeiro Pontes, para CONDENAR a requerida Banco Schahin S.A., a devolver os valores descontados indevidamente, ou seja, a devolver em dobro o valor descontado indevidamente, o que implica na importância de R$ 4.440,23 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e três centavos), sobre os quais deverá incidir juros e correção monetária desde o efetivo desconto de cada parcela. Por consequência, declaro resolvido o mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Sem custas ou honorários. Sentença registrada automaticamente. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. São Francisco do Guaporé, em 16 de dezembro de 2012 Juíza Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

José Ricardo da Silva Souza
Diretor de Cartório

PROCLAMAS

COMARCA DE PORTO VELHO

2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 34 -D FOLHA: 30 TERMO: 6640
Faz saber que pretendem casar-se: JORGE ALBERTO MELLO DE FIGUEIREDO brasileiro, divorciado, com a profissão de funcionario publico, natural de Rio de Janeiro-RJ, nascido em 23 de abril de 1969, residente Rua Coimbra, 5399, Igarape, Porto Velho-RO. Filho de: Jose Antonio de Figueiredo, (falecido há 10 anos) e Ecila Mello de Figueiredo, residente na Cidade de Petropolis-RJ. E MAYRA AMÉLIA ANDRADE brasileira, divorciada, com a profissão de advogada, natural de Porto Velho-RO, nascida em 22 abril de 1978, residente Rua Coimbra, 5399, Igarape, Porto Velho-RO Filha de: Antonio Edson Andrade e Iria de Fatima Andrade, ambos residente na Cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: JORGE ALBERTO MELLO DE FIGUEIREDO (sem alteração) MAYRA AMÉLIA ANDRADE DE FIGUEIREDO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 27 de dezembro de 2012.
RAFAELA FAGUNDES DA CRUZ OLIVEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 34 -D FOLHA: 31 TERMO: 6641
Faz saber que pretendem casar-se: ORLENILSON DA SILVA ABREU NASCIMENTO brasileiro, solteiro, com a profissão de carpiteiro, natural de Cruzeiro do Sul-AC, nascido em 12 de março de 1992, residente Rua Turquia, 8825, Escola de Policia, Porto Velho-RO. Filho de: Orleir dos Santos Nascimento e Maria de Fatima da Silva Abreu Nascimento, ambos residentes na Cidade de Porto Velho-RO. E FRANCICLEIA ALVES DA SILVA brasileira, solteira, com a profissão de estudante, natural de Belterra-PA, nascida em 18 de dezembro de 1986, residente Av. Dos Imigrantes, 6187, Aponia, Porto Velho-RO Filha de: Francisca Alves da Silva, residente na Cidade de Porto Velho-RO. E que após o casamento pretendemos chamar-se: ORLENILSON DA SILVA ABREU NASCIMENTO (sem alteração) FRANCICLEIA ALVES DA SILVA NASCIMENTO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 28 de dezembro de 2012.
RAFAELA FAGUNDES DA CRUZ OLIVEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

LIVRO D-031 FOLHA 076 TERMO 009217
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.217
095703 01 55 2012 6 00031 076 0009217 42
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOÃO GUILHERME NOGUEIRA NETO, de nacionalidade brasileiro, de profissão Advogado, de estado civil solteiro, natural de São Luis-MA, onde nasceu no dia 28 de novembro de 1971, residente e domiciliado na Rua Venice Barroso nº 2272, Três Marias, em Porto Velho-RO, filho de JOAO FERNANDES BOGEA NETO e de RUTH MARIA SILVA GOMES, ambos ja falecidos., e
AURENICE DE AZEVEDO BRANDÃO LOPES de nacionalidade brasileira, de profissão Autonoma, de estado civil viúva, natural de Manaus-AM, onde nasceu no dia 08 de julho de 1978, residente e domiciliada na Rua Venice Barroso, 2272, Três Marias, em Porto Velho-RO, filha de ARNOLDO PEREIRA BRANDÃO e de MARIA EUNICE DE AZEVEDO BRANDÃO, ele residente e domiciliado em Manaus-AM, ela residente e domiciliada em Porto Velho-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a assinar - JOÃO GUILHERME NOGUEIRA NETO - e a contraente passou a assinar - AURENICE DE AZEVEDO BRANDÃO LOPES NOGUEIRA -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 27 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 077 TERMO 009218
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.218
095703 01 55 2012 6 00031 077 0009218 40
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ALEXEI ALMEIDA ANDRADE, de nacionalidade brasileiro, de profissão médico, de estado civil solteiro, natural de Tarauacá-AC, onde nasceu no dia 28 de junho de 1984, residente e domiciliado na Rua Paraguai n° 330, Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho-RO, filho de JOSÉ CARLOS ARAUJO ANDRADE e de MARIA DE JESUS DE ALMEIDA ANDRADE, ela ja falecida, ele residentes e domiciliados em Ji-Parana-RO, e
AMANDA CAROLINE FIGUEIRÊDO GOMES de nacionalidade brasileira, de profissão Medica, de estado civil solteira, natural de Vilhena-RO, onde nasceu no dia 29 de maio de 1989, residente e domiciliada na Rua Paraguai n° 330, Flodoaldo Pontes Pinto, em Porto Velho-RO, filha de ALEXANDRE ANTONIO GOMES e de ELIANE MARIA DE FIGUEIRÊDO GOMES, eles residentes e domiciliados em Porto Velho-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a assinar - ALEXEI ALMEIDA ANDRADE - e a contraente passou a assinar - AMANDA CAROLINE FIGUEIRÊDO GOMES ANDRADE -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 27 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 078 TERMO 009219
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.219
095703 01 55 2012 6 00031 078 0009219 49
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ENIVALDO DAVEL, de nacionalidade brasileira, de profissão Pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Vitória-ES, onde nasceu no dia 27 de fevereiro de 1964, residente e domiciliado na Rua Plácido de Castro, 7542, JkIII, em Porto Velho-RO, filho de JOSÉ MAXIMINO DAVEL e de MARIA PENHA DOS REIS DAVEL, Eles já falecidos, e
APARECIDA RAMOS DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Barra dos Bugres-MT, onde nasceu no dia 12 de abril de 1973, residente e domiciliada na Rua Plácido de Castro, 7542, JKIII, em Porto Velho-RO, filha de JOAO RAMOS NETO, ele já falecido e de FRANCISCA GONÇALVES DE OLIVEIRA, ela residente e domiciliada em Porto Velho-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a assinar - ENIVALDO DAVEL - e a contraente passou a assinar - APARECIDA RAMOS DE OLIVEIRA DAVEL -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 26 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 079 TERMO 009220
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.220
095703 01 55 2012 6 00031 079 0009220 16
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
CHARLES DÊIVIDE DA COSTA, de nacionalidade brasileiro, de profissão Músico, de estado civil divorciado, natural de Manicoré-AM, onde nasceu no dia 21 de fevereiro de 1986, residente e domiciliado na Alexandre Guimarães,6847, Lagoinha, em Porto Velho-RO, filho de VALDELÚCIA CRUZ DA COSTA, ela residente e domiciliada em Porto velho-RO, e
ÊMILI CLARICE DA FONSECA MORÁIS de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 14 de setembro de 1992, residente e domiciliada na Rua Alexandre Guimarães, 6847, Lagoinha, em Porto Velho-RO, filha de EDILSON FERREIRA DE MORÁIS e de MARIA DO SOCORRO DA FONSECA DE MORÁIS, eles residentes e domiciliados em Porto Velho-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a assinar - CHARLES DÊIVIDE DA COSTA - e a contraente passou a assinar - ÊMILI CLARICE DA FONSECA MORÁIS DA COSTA -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 28 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 080 TERMO 009221
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.221
095703 01 55 2012 6 00031 080 0009221 23
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
SAMUEL DE LIMA GALVÃO, de nacionalidade brasileiro, de profissão Professor, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 11 de novembro de 1983, residente e domiciliado na Rua: Alecrim N°5525, Cohab Floresta, em Porto Velho-RO, filho de ALCIMAR GONÇALVES GALVÃO e de SELMIR ABADIA DE LIMA, Eles residente e domiciliado em Porto Velho-RO, e
ESTHEISSIE HONRARA FRANÇA TECHIO de nacionalidade brasileira, de profissão Fisioterapeuta, de estado civil solteira, natural de Manaus-AM, onde nasceu no dia 27 de setembro de 1987, residente e domiciliada na Rua Alecrim, nº 5525, Cohabfloresta, em Porto Velho-RO, filha de VALDECI DE OLIVEIRA TECHIO e de EDNA FRANÇA MOREIRA, Ela Residente e Domiciliado em Porto Velho-RO, Ele em Coritiba-PR.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente passou a assinar - SAMUEL DE LIMA GALVÃO TECHIO - e a contraente continuou a assinar - ESTHEISSIE HONRARA FRANÇA TECHIO -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 27 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 081 TERMO 009222
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.222
095703 01 55 2012 6 00031 081 0009222 21
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ADANILSON PEREIRA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, de profissão Motorista, de estado civil solteiro, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 23 de maio de 1973, residente e domiciliado na Rua Cacique Tibiriça, 1865, Castanheira, em Porto Velho-RO, filho de MANOEL CESARIO SANTOS, Ele falecido. e de ANA PEREIRA SANTOS, Ela residente e domiciliada em Porto Velho-RO, e
IRLANE OLINDA DE SOUSA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Guajará-Mirim-RO, onde nasceu no dia 13 de janeiro de 1983, residente e domiciliada na Rua Cacique Tibiriça, 1865, Castanheira, em Porto Velho-RO, filha de RAYMUNDO HILARIO CARLOS DE SOUSA, Ele falecido. e de GRIZELDA OLINDA DE SOUSA, Ela residente e domiciliada em Guajará-Mirim-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a assinar - ADANILSON PEREIRA DOS SANTOS - e a contraente passou a assinar - IRLANE OLINDA DE SOUSA DOS SANTOS -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 27 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 082 TERMO 009223
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.223
095703 01 55 2012 6 00031 082 0009223 21
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
REGINALDO NASCIMENTO ARAÚJO, de nacionalidade brasileiro, de profissão Pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Frecheirinha-CE, onde nasceu no dia 05 de outubro de 1979, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, 1160, Eletronorte, em Porto Velho-RO, filho de DONIZETE SOUSA ARAÚJO e de LUCIMAR NASCIMENTO ARAÚJO, eles residentes e domiciliados em Frecheirinha-CE, e
ESCARLETE HORRANA DA SILVA VIEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão Estudante, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 18 de abril de 1996, residente e domiciliada na Rua das Mangueiras, 1160, Eletronorte, em Porto Velho-RO, filha de MANOEL CRISTÓVÃO VIEIRA e de VALDIRENE COLARES DA SILVA VIEIRA, eles residentes e domiciliados em Porto Velho-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente passou a assinar - REGINALDO NASCIMENTO ARAUJO - e a contraente continuou a assinar - ESCARLETE HORRANA DA SILVA VIEIRA -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 18 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 083 TERMO 009224
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.224
095703 01 55 2012 6 00031 083 0009224 28
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JONATHAN FONTINELE DE SOUZA, de nacionalidade brasileiro, de profissão Gerente, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 09 de junho de 1984, residente e domiciliado na Rua Arruda nº 5712, Cohab, em Porto Velho-RO, filho de JOSUÉ FONTINELE DE SOUZA e de MARIA DO ROSÁRIO DE SOUZA, eles residentes e domiciliados em Porto Velho-RO, e
RENATA BARBOZA FERNANDES de nacionalidade brasileira, de profissão Empresária, de estado civil solteira, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 03 de abril de 1980, residente e domiciliada na Rua Arruda, 5712, Cohab, em Porto Velho-RO, filha de JOSÉ RENATO FERNANDES MOREIRA e de VERA LÚCIA BARBOZA DA ROCHA, ele ja falecido, ela residente e domiciliada em Porto Velho-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a assinar - JONATHAN FONTINELE DE SOUZA - e a contraente passou a assinar - RENATA BARBOZA FERNANDES FONTINELE -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 17 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 084 TERMO 009225
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.225
095703 01 55 2012 6 00031 084 0009225 26
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
OTACIR DA ROCHA, de nacionalidade brasileira, de profissão Motorista, de estado civil solteiro, natural de Ipixuna-AM, onde nasceu no dia 25 de setembro de 1968, residente e domiciliado na Rua Moinhos de Vento, 9518, Mariana, em Porto Velho-RO, filho de VERONICA REGINA DA ROCHA, Ela residente e domiciliada na Rua da Beira, 200, Tucumanzal em Porto Velho-RO, e
ANDRÉIA BERGAMASCO de nacionalidade brasileira, de profissão Cozinheira, de estado civil solteira, natural de São Pedro do Ivaí-PR, onde nasceu no dia 03 de janeiro de 1975, residente e domiciliada na Rua Moinhos de Vento, 9518, Mariana, em Porto Velho-RO, filha de DELCÍLIA BERGAMASCO, Ela residente e domiciliada na Rua Vicente Fontora, 8951, São Francisco em Porto Velho-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a assinar - OTACIR DA ROCHA - e a contraente passou a assinar - ANDRÉIA BERGAMASCO DA ROCHA -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 17 de dezembro de 2012.
José Gentil da Silva
Tabelião

LIVRO D-031 FOLHA 085 TERMO 009226
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.226
095703 01 55 2013 6 00031 085 0009226 61
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
NEMIAS SOARES COSTA, de nacionalidade brasileiro, de profissão Protético, de estado civil divorciado, natural de Barra do Corda-MA, onde nasceu no dia 09 de novembro de 1956, residente e domiciliado na Rua Abilio Nascimento nº 4888, Castanheira, em Porto Velho-RO, filho de JORGE GOMES COSTA e de MARCOLINA SOARES COSTA, ele ja falecida, ela residente e domiciliada em Imperatriz-MA, e
LUCIANA DE JESUS de nacionalidade brasileira, de profissão professora, de estado civil solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 24 de fevereiro de 1975, residente e domiciliada na Rua Abilio Nascimento, 4888, Castanheira, em Porto Velho-RO, filha de MANOELITO DA SILVA e de NADIR ANA DE JESUS SILVA, eles residentes e domiciliados em Porto Velho-RO.
O regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Parcial de Bens. E que após o casamento, o contraente continuou a assinar - NEMIAS SOARES COSTA - e a contraente continuou a assinar - LUCIANA DE JESUS -.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Porto Velho-RO, 02 de janeiro de 2013.
José Gentil da Silva
Tabelião

República Federativa do Brasil
REGISTRO CIVIL
COMARCA DE PORTO VELHO-RO
MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI
LUDUVICO FASOLO – Oficial Titular
Josian da Silva Rocha – Substituto
Francielen da Silva Oliveira – Escrevente Autorizada
Edital de Proclamas
Matricula:
095869 01 55 2012 6 00005 060 0001360 17
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.o I, III e IV do Código Civil Brasileiro JOSÉ CARLOS VITÓRIO DE SOUZA e EROTILDE MOTA DA SILVA.
Ele, natural de Nova Venécia-ES., nascido em 13 de agosto de 1961, profissão: agricultor, estado civil: solteiro, domiciliado na Linha 55-A, Km 04, PAF Cachoeira, zona rural, neste Município de Candeias do Jamari-RO.
Filho de DIVINO VITÓRIO DE SOUZA (já falecido) e dona OROTILHA ANTONIA DE SOUZA, naturais dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, residentes e domiciliados na Av. Espírito Santo, nº 540, em Ministro Andreazza-RO.
Ela, natural de Porto Velho-RO., nascida em 09 de setembro de 1954, profissão: agricultora, estado civil: solteira, domiciliada na Linha 55-A, Km 04, PAF Cachoeira, zona rural, neste Município de Candeias do Jamari-RO.
Filha de MANOEL MOTA DA CRUZ (já falecido) e dona DEONICE MOTA DA SILVA, naturais do Estado do Amazonas, residentes e domiciliados na Av. Miguel Calmon, s/nº, Bairro Caladinho, na Cidade de Porto Velho-RO.
O regime adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
OS NOIVOS após o casamento continuarão a assinar-se: COM O MESMO NOME DE SOLTEIROS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório no lugar de costume, e publicado na forma da lei.
Candeias do Jamari-RO., 27 de dezembro de 2012.
LUDUVICO FASOLO
Oficial

República Federativa do Brasil
REGISTRO CIVIL
COMARCA DE PORTO VELHO-RO
MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI
LUDUVICO FASOLO – Oficial Titular
Josian da Silva Rocha – Substituto
Francielen da Silva Oliveira – Escrevente Autorizada
Edital de Proclamas
Matricula:
095869 01 55 2012 6 00005 059 0001359 30
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.o I, III e IV do Código Civil Brasileiro JONAS MARIANO DOS SANTOS e CHARLENE LIMA BORGES.
Ele, natural de Rolim de Moura-RO., nascido em 17 de maio de 1993, profissão: frentista, estado civil: solteiro, domiciliado na Rua Rio Branco, nº 637, nesta Cidade de Candeias do Jamari-RO.
Filho de LAERCIO VIEIRA DOS SANTOS e dona ELZA MARIANO DA SILVA SANTOS, naturais das Cidades de Paraguaçu Paulista-SP e Icaraíma-PR, residentes e domiciliados na Rua Rio Branco, nº 637, nesta Cidade de Candeias do Jamari-RO.
Ela, natural de Manaus-AM., nascida em 02 de outubro de 1996, profissão: do lar, estado civil: solteira, domiciliada na Rua Rio Preto, nº 566, nesta Cidade de Candeias do Jamari-RO.
Filha de CHARLES CÉSAR DIAS BORGES e dona MARIA LUCINÉIA CORRÊA LIMA, naturais do Estado do Amazonas e da Cidade de Manicoré-AM, residentes e domiciliados, ela na Rua Rio Preto, nº 566, nesta Cidade de Candeias do Jamari-RO, e ele em local incerto e não sabido.
O regime adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
A NOIVA após o casamento passará a assinar-se: CHARLENE LIMA BORGES DOS SANTOS, e o noivo continuará a usar o mesmo nome de solteiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório no lugar de costume, e publicado na forma da lei.
Candeias do Jamari-RO., 27 de dezembro de 2012.
LUDUVICO FASOLO
Oficial

República Federativa do Brasil
REGISTRO CIVIL
COMARCA DE PORTO VELHO-RO
MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI
LUDUVICO FASOLO – Oficial Titular
Josian da Silva Rocha – Substituto
Francielen da Silva Oliveira – Escrevente Autorizada
Edital de Proclamas
Matricula:
095869 01 55 2012 6 00005 058 0001358 32
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.o I, III e IV do Código Civil Brasileiro RODRIGO FLORENTINO DA SILVA e MERELAINE SOARES DO ROSÁRIO.
Ele, natural de Presidente Getúlio-SC., nascido em 07 de novembro de 1987, profissão: biólogo, estado civil: solteiro, domiciliado na Rua Raimunda Rodrigues dos Santos, nº 66, Bairro Novo Horizonte, Candeias do Jamari-RO.
Filho de MANOEL FLORENTINO DA SILVA e dona APARECIDA DE FÁTIMA PIRES DA SILVA, naturais dos Estados de Pernambuco e Paraná, residentes e domiciliados na Rua Tupinambá, nº 540, Bairro Americana, na Cidade de Andirá-PR.
Ela, natural de Guajará Mirim-RO., nascida em 13 de junho de 1994, profissão: estudante, estado civil: solteira, domiciliada na BR 364, Linha do Linhão, Poste 36, Assentamento Paraíso das Acácias, neste Município de Candeias do Jamari-RO.
Filha de FRANCISCO PEREIRA DO ROSÁRIO FILHO e dona RAQUEL ALVES SOARES, naturais das Cidades de Guajará Mirim-RO e Costa Marques-RO, residentes e domiciliados na BR 364, Linha do Linhão, Poste 36, Assentamento Paraíso das Acácias, neste Município de Candeias do Jamari-RO.
O regime adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
A NOIVA após o casamento passará a assinar-se: MERELAINE SOARES DO ROSÁRIO DA SILVA, e o noivo continuará a usar o mesmo nome de solteiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório no lugar de costume, e publicado na forma da lei.
Candeias do Jamari-RO., 27 de dezembro de 2012.
LUDUVICO FASOLO
Oficial

COMARCA DE ARIQUEMES

1ª VARA CÍVEL

LIVRO D-008 FOLHA 191
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
MONTE NEGRO, ESTADO DE RONDÔNIA
Av. Juscelino Kubitschek, 2752 – Setor 02 - Fone: (69)3530-2009
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes - Oficiala
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.290
Faço saber que pretendem CONVERTER A UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
FAGNER LEANDRO CARDOZO, de nacionalidade brasileira, Empresário, solteiro, natural de Presidente Médici-RO, onde nasceu no dia 02 de junho de 1985, residente e domiciliado na Av. Marechal Cândido Rondon, nº 1949, em Monte Negro-RO, filho de ZENIO CARDOZO e de IONE ALVES CARDOZO; e_ FLÁVIA MOREIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, administradora, solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 19 de agosto de 1982, residente e domiciliada na Av. Marechal Cândido Rondon, nº 1949, em Monte Negro-RO, filha de FRANSCICO JOSE DA SILVA e de NEUZA MOREIRA DA SILVA._
Os contraentes coabitam desde 23 de julho de 2011, e pretendem continuar juntos, com firme vontade de constituirem familia e legalizar sua situação._
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
Monte Negro-RO, 21 de dezembro de 2012.
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes
Oficiala

COMARCA DE CEREJEIRAS

1ª VARA GENÉRICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE CEREJEIRAS
MUNICÍPIO DE CORUMBIARA
TELEFAX (069) 3343-2314
E-mail cartório_manfredo@hotmail.com
Rua Ana Martins, 1456, Sala C, Centro, CEP: 76995-00
FRANCISCO MANFREDO DO AMARAL ALMEIDA
Oficial Titular do Registro Civil
Livro: D - 003 Folha: 31 V Termo: 954
MATRICULA
0927520155 2013 6 00003 031 0000954 96
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Artigo 1525 e 1532 do Código Civil Brasileiro, GEOVAN LOURENÇO DE SOUZA e ILIZÂNGELA ALVES DA SILVA.
Ele, solteiro, natural de Cerejeiras - RO, onde nasceu no dia 08 de fevereiro de 1987, residente e domiciliado na Linha 03, Km 06, neste município de Corumbiara - RO. Filho Legítimo de dona MARIA CLAUDIA DE SOUZA.
Ela, solteira, natural de Rolim de Moura - RO, onde nasceu no dia 08 de agosto de 1991, residente e domiciliada na Linha P-34, Km 08, Zona Rural, na cidade de Alto Alegre dos Parecis - RO. Filha legítima de JOACYR PEREIRA DA SILVA e dona CACILDA ALVES DE OLIVEIRA SILVA.
O regime adotado é o de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. Os contraentes em virtude do casamento passaram a usar os nomes de: GEOVAN LOURENÇO DE SOUZA e ILIZÂNGELA ALVES DA SILVA SOUZA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório e no Diário Oficial do Estado.
CORUMBIARA - RO, 03 de janeiro de 2013.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS CAVATTI
Comarca de Cerejeiras – Estado de Rondônia
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Centro, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO,
Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009
LIVRO D-017 FOLHA 092 TERMO 005292
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.292
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: BRUNO YOSHIAKI NAKAMURA, de nacionalidade brasileira, pecuarista, solteiro, natural de Cáceres-MT, onde nasceu no dia 30 de abril de 1986, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, 1618, em Cerejeiras-RO, filho de NELSON YOHINOBU NAKAMURA e de MARIA JOSE GOMES NAKAMURA; e DAIANE OLIVEIRA DE SOUZA de nacionalidade brasileira, comerciante, solteira, natural de Cerejeiras-RO, onde nasceu no dia 30 de março de 1988, residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Sul, 1452, em Cerejeiras-RO, filha de ORIBES OLÍMPIO DE SOUZA e de LEILA CATARINA OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Cerejeiras-RO, 02 de janeiro de 2013.
Maria Bernardeti Cavatti
Oficiala e Tabeliã

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS CAVATTI
Comarca de Cerejeiras – Estado de Rondônia
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Centro, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO,
Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009
LIVRO D-017 FOLHA 091 TERMO 005291
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.291
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ALEXANDRE CÂNDIDO FERNANDES, de nacionalidade brasileira, gerente logistico, solteiro, natural de Cerejeiras-RO, onde nasceu no dia 03 de novembro de 1987, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, 2390, em Cerejeiras-RO, filho de VANDETE FERNANDES SILVA e de MARIA VALDETE CANDIDA; e SANDRELI ARAUJO COLOMBO de nacionalidade brasileira, Ceregrafista, solteira, natural de Cerejeiras-RO, onde nasceu no dia 25 de maio de 1994, residente e domiciliada na Rua

Rio Grande do Sul, 2390, em Cerejeiras-RO, filha de GILMAR COLOMBO e de SUELI FELICIANA DE ARAUJO COLOMBO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Cerejeiras-RO, 28 de dezembro de 2012.
Luiz Ailton Cavatti de Souza
Oficial/Tabelião Substituto

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS CAVATTI
Comarca de Cerejeiras – Estado de Rondônia
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Centro, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO,
Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009
LIVRO D-017 FOLHA 093 TERMO 005293
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.293
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: RALF MUZZI, de nacionalidade brasileira, técnico em eletrecidade, divorciado, natural de Cáceres-MT, onde nasceu no dia 04 de dezembro de 1961, residente e domiciliado na Av. Castelo Branco, 2640, em Cerejeiras-RO, filho de ROALDO MUZZI e de BRAULINA SALES AMORIN; e MARTA DO NASCIMENTO de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Tuneiras do Oeste-PR, onde nasceu no dia 02 de fevereiro de 1975, residente e domiciliada na Av. Castelo Branco, 2640, em Cerejeiras-RO, filha de PEDRO SEVERINO DO NASCIMENTO e de MARIA JOAQUINA DO NASCIMENTO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Cerejeiras-RO, 02 de janeiro de 2013.
Maria Bernardeti Cavatti
Oficiala e Tabeliã

COMARCA DE JARU

1ª VARA CÍVEL

LIVRO D-002 FOLHA 191 TERMO 001043
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.043
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JAIR BIAZATTI, de nacionalidade brasileira, funcionário público, divorciado, natural de Nova Venécia-ES, onde nasceu no dia 21 de setembro de 1966, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves, 2131, Centro, em Theobroma-RO, filho de AMÉLIO BIAZATTI e de OZILIA VENTORIM BIAZATTI; e QUELITA RAFAEL DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, professora, divorciada, natural de Frei Jorge-MG, onde nasceu no dia 18 de julho de 1965, residente e domiciliada na Rua.Senador Ronaldo Aragão 885, Centro, em Theobroma-RO, filha de PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS e de CONCEIÇÃO RAFAEL DOS SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Theobroma-RO, 31 de dezembro de 2012.
Luan Mota Araujo
Oficial e Tabelião Substituto

LIVRO D-002 FOLHA 190 TERMO 001042
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.042
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: SAMUEL DANIEL DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Ji-Parana-RO, onde nasceu no dia 02 de março de 1986, residente e domiciliado na Travessa Ass: Vale Encantado, Zona Rural, em Theobroma-RO, filho de JOSE IVO EUZEBIO DE SOUZA e de MARLENE DANIEL DE SOUZA; e SANDRA PEREIRA DE PAULA de nacionalidade brasileira, agricultor, solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 23 de junho de 1985, residente e domiciliada na Travessa Ass: Vale Encantado, Zona Rural, em Theobroma-RO, filha de ZEDEQUIAS MARIA DE PAULA e de SELMA PEREIRA PAULA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Theobroma-RO, 24 de dezembro de 2012.
Luan Mota Araujo
Oficial e Tabelião Substituto

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

REGISTRO CIVL DAS PESSOAS NATURAIS DE OURO PRETO DO OESTE-RONDÔNIA
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.334
CLEMILDO TEODORO DE SOUZA e ADENISE REGINA BARCELOS
O Contraente: brasileiro, solteiro, pecuarista, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, nascido aos 07/02/1984, filho de José Miguel de Souza e Margarida Teodoro de Souza, residente e domiciliado na Localidade da Linha 37, Km 12, Lote 05, Gleba 12-B, Zona Rural, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
A Contraente: brasileira, solteira, funcionária pública, natural de Central de Minas - MG, nascida aos 17/01/1983, filha de João de Oliveira Barcelos e Maria da Penha Barcelos, residente e domiciliado na Av. Daniel Comboni, 1894, União, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA SEM ALTERAÇÃO.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei, lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, 28 de Dezembro de 2012.
Oficial Lenise Hentschke

REGISTRO CIVL DAS PESSOAS NATURAIS DE OURO PRETO DO OESTE-RONDÔNIA
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.335
ANDRÉ PEREIRA RODRIGUES e RAQUEL BERNARDES DA COSTA
O Contraente: brasileiro, solteiro, ajudante geral, natural de Ji-Paraná - RO, nascido aos 01/08/1987, filho de Milton Rodrigues da Rocha e Sonia Aparecida Pereira Rocha, residente e

domiciliado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/nº, Setor Industrial, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
A Contraente: brasileira, divorciada, do lar, natural de Niquelândia - GO, nascida aos 01/08/1987, filha de Manoel Bernardes das Costa e Armentina da Costa e Silva, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1573, Setor Industrial, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA RAQUEL BERNARDES DA COSTA RODRIGUES.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei, lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, 02 de Janeiro de 2012.
Oficial Lenise Hentschke

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.336
ANTÔNIO PINHEIRO VAZ e TAÍS SILVA SANTOS
O Contraente: brasileiro, solteiro, autônomo, natural de Teixeirópolis - RO, nascido aos 26/02/1993, filho de Antonio Carlos Vaz e Marlene Gomes Pinheiro Vaz, residente e domiciliado na Localidade da Linha 166. Km. 15, Lote 05, Zona Rural, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
A Contraente: brasileira, solteira, repositora, natural de Ouro Preto do Oeste – RO, nascida aos 15/07/1992, filha de Manoel Messias dos Santos r Rosa Leda Silva Santos, residente e domiciliado na Rua Castelo Branco, 1726, Jardim Novo Estado, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA TAÍS SILVA SANTOS VAZ.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei, lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, 02 de Janeiro de 2012.
Oficial Lenise Hentschke

Tabelionato Lula Maciel
Município de Teixeirópolis, Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia
LIVRO D-003 FOLHA 005
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 618
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ROMILDO RIBEIRO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, lanterneiro, divorciado, natural de Rio de Janeiro-RJ, onde nasceu no dia 24 de julho de 1953, portador da CI/RG n.º 03.127.461-6 SESP-RJ - Exp. 20/05/2005 e inscrito no CPF sob n.º 568.368.567-20, residente e domiciliado na Rua Itauba, 7, Centro, em Teixeirópolis-RO, continuará a adotar o nome de ROMILDO RIBEIRO DA SILVA, filho de RAPHAEL RIBEIRO DA SILVA e de JORGINALUCIA DA SILVA; e
DORALICE DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Boquira-BA, onde nasceu no dia 01 de agosto de 1963, portadora da CI/RG n.º 641025/SSP/RO - Exp. 19/12/1996 e inscrita no CPF sob n.º 810.709.422-00, residente e domiciliada na Rua Belmiro Araujo, s/nº, Centro, em Teixeirópolis-RO, continuará a adotar no nome de DORALICE DOS SANTOS, filha de JOAQUIM NENES DOS SANTOS e de MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Teixeirópolis-RO, 03 de janeiro de 2013.
Anderson Giuliano Lula Maciel
Oficial Substituto

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1ª VARA CÍVEL

CARTÓRIO PIMENTA BUENO
Município e Comarca de Pimenta Bueno
Estado de Rondônia
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO D-18
N.° 010129
Fls.126 v
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.° do Código Civil Brasileiro: CLEIDINEI LIMA DOS SANTOS e LUCIANE DE LOURDES PAIVA FRANCISCO.
Sendo ele, brasileiro, solteiro, natural em Pimenta Bueno, Rondônia, nascido aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, sendo filho de JOSÉ BRAZ DOS SANTOS, natural do Estado de Alagoas, e de MARINALVA SILVA LIMA SANTOS, natural do Estado em Bahia, profissão policial militar, residente e domiciliado na AV. Guararapes, 1135, Vila Nova, Pimenta Bueno, Rondônia.
Sendo ela, brasileira, solteira, natural de Pimenta Bueno, Rondônia, nascida aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, sendo filha de GUMERCINDO FRANCISCO, natural do Estado de São Paulo, e de LUCIA DA SILVA PAIVA, natural do Estado de Rorâima, profissão caixa, residente e domiciliada na Av. Padre Feijó, 1207, Vila Nova, Pimenta Bueno, Rondônia.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume.
O referido é verdade e dou fé.
Pimenta Bueno, 2 de Janeiro de 2013
Rosangela Maria da Silva Mazzali
Oficial

CARTÓRIO PIMENTA BUENO
Município e Comarca de Pimenta Bueno
Estado de Rondônia
EDITAL DE PROCLAMAS
LIVRO D-18
N.° 010130
Fls.127
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.° do Código Civil Brasileiro: FLADEMIR DOS SANTOS ROSA e HELAIANY SOUSA PEREIRA.
Sendo ele, brasileiro, solteiro, natural em Pimenta Bueno, Rondônia, nascido aos vinte e um dias do mês de novembro do

ano de mil novecentos e oitenta e nove, sendo filho de JOSÉ DOS SANTOS ROSA, natural do Estado de Minas Gerais, e de MARIA ELENA DA SILVA ROSA, natural do Estado em Minas Gerais, profissão ajudante geral, residente e domiciliado na Av. Salvador, 625, Nova Pimenta, Pimenta Bueno, Rondônia.
Sendo ela, brasileira, solteira, natural de Penaforte, Ceará, nascida aos treze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa, sendo filha de ELIAS SOUSA PEREIRA, e de MARIA LÚCIA SOUSA PEREIRA, profissão costureira, residente e domiciliada na Av. Florianópolis, 763, Nova Pimenta, Pimenta Bueno, Rondônia.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume.
O referido é verdade e dou fé.
Pimenta Bueno, 2 de Janeiro de 2013
Rosangela Maria da Silva Mazzali
Oficial

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO D-016 FOLHA 176 TERMO 004764
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.764
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MARCOS PLANTIKOW, de nacionalidade brasileira, de profissão Lavrador, de estado civil solteiro, natural de Pancas-ES, onde nasceu no dia 21 de dezembro de 1982, residente e domiciliado na Linha 65 km 23, Zona Rural, em Alta Floresta D Oeste-RO, filho de ARTULINO PLANTIKOW e de LAURA TESCH PLANTIKOW; e SIMONE GABRECHT DE ASSIS de nacionalidade brasileira, de profissão agricultora, de estado civil solteira, natural de Espigão D Oeste-RO, onde nasceu no dia 24 de maio de 1990, residente e domiciliada na Linha 65 km 23, Zona Rural, em Alta Floresta d Oeste-RO, filha de LUIZ BITENCOURT DE ASSIS e de REGINA GABRECHT DE ASSIS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Alta Floresta d Oeste -RO, 28 de dezembro de 2012.
Soraya Maria de Souza
Registradora

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO D-013 FOLHA 201 TERMO 003704
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.704
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ALEX FRANCISCO BATISTA, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil solteiro, natural de JARU-RO, onde nasceu no dia 20 de janeiro de 1984, residente e domiciliado na Linha C 74 Km 05 Lote 45 Gleba 16, em Vale do Anari-RO, filho de MAXIMO MENDES BATISTA e de NEUZA FRANCISCO BATISTA; e EDIVANIA LEITE SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão estudante, de estado civil solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 18 de fevereiro de 1994, residente e domiciliada na Rua Porto Velho, Nº2202, em Vale do Anari-RO, filha de EDESON SALES DOS SANTOS e de LIONEUSA GONÇALVES LEITE SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 19 de dezembro de 2012.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-013 FOLHA 202 TERMO 003705
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.705
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, de profissão lavrador, de estado civil viúvo, natural de São Gabriel-ES, onde nasceu no dia 25 de julho de 1955, residente e domiciliado na RO 133, Km 10, Lote 12, Saída para Tabajara, em Machadinho D Oeste-RO, filho de JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS e de MARIA INACIA DOS SANTOS; e SELMA BALDÊZ de nacionalidade brasileira, de profissão agricultora, de estado civil divorciada, natural de Plautino Soares Municipio de Sobrália-MG, onde nasceu no dia 11 de setembro de 1971, residente e domiciliada na Rua Roraima nº3713 - Bairro União, em Machadinho D´Oeste-RO, filha de DIONISIO BALDÊZ e de NAIR FRANCISCA BALDÊZ.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 21 de dezembro de 2012.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-013 FOLHA 203 TERMO 003706
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.706
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
DERALDO ANDRADE DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil solteiro, natural de Guaratingueta/SP, onde nasceu no dia 04 de setembro de 1978, residente e domiciliado na Linha LJ 25, Lote 220, Km 47, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de FERNANDO ANDRADE DOS SANTOS e de JOSENITA RODRIGUES GOMES DOS SANTOS; e GEISIELLE SOARES DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão vendedora, de estado civil solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 08 de julho de 1992, residente e domiciliada na Rua Airton Sena, nº3763, Bairro União, em Machadinho D Oeste-RO, filha de JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS e de JOSEILZA SOARES DOS SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 21 de dezembro de 2012.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-013 FOLHA 204 TERMO 003707
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.707
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
GEROLINO SOARES RODRIGUES, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 15 de maio de 1983, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves s/n°, Centro, em Machadinho D Oeste-RO, filho de GENARIO GREGORIO RODRIGUES e de ILDA SOARES RODRIGUES; e ILDA TESTY de nacionalidade brasileira, de profissão agricultora, de estado civil solteira, natural de Nova Brasilândia-RO, onde nasceu no dia 27 de novembro de 1994, residente e domiciliada na Linha MP 101, Km 23, em Machadinho D Oeste-RO, filha de JOSÉ TESTY e de IRACI MIRANDA DE SOUZA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de dezembro de 2012.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-013 FOLHA 205 TERMO 003708
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.708
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JULCIMAR PAGINE, de nacionalidade brasileira, de profissão serrador, de estado civil solteiro, natural de São Gabriel da Palha-ES, onde nasceu no dia 01 de agosto de 1965, residente e domiciliado na Avenida Marechal Deodoro nº 2914, Centro, em Machadinho D Oeste-RO, filho de MARIO LUIZ PAGINE e de ANTONIA MARIA PAGINE; e GENI VAZ PEREIRA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Itabirinha de Mantena-MG, onde nasceu no dia 29 de agosto de 1973, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de JOSÉ VAZ PEREIRA e de SEBASTIANA PAULINA PEREIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de dezembro de 2012.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-013 FOLHA 206 TERMO 003709
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.709
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
CELSO LOPES RUBIM, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil divorciado, natural de São Fidelis-RJ, onde nasceu no dia 25 de novembro de 1954, residente e domiciliado na Linha MP 117, esquina c/ MA 39, Km 34, Lote 670, Gleba 02, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de ANTONIO LOPES RUBIM e de ABENAGIR GONÇALVES RUBIM; e DANIELE DE SOUZA OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Machadinho D' Oeste-RO, onde nasceu no dia 31 de agosto de 1990, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos n°2733, Centro, em Machadinho D Oeste-RO, filha de LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA e de IRACI DA SILVA SOUZA OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 28 de dezembro de 2012.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-013 FOLHA 207 TERMO 003710
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.710
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
SALOMÃO LIMA DE ALMEIDA, de nacionalidade brasileira, de profissão TECNICO DE URNA, de estado civil solteiro, natural de Machadinho D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 10 de setembro de 1985, residente e domiciliado na Avenida Rivelino Campos de Amoedo, Nº2620,Bairro Centro, em Machadinho D'Oeste-RO, filho de AMADEU MOREIRA DE ALMEIDA e de IRACI DAS CHAGAS LIMA; e MARGARETHE APARECIDA RAMOS de nacionalidade brasileira, de profissão autônoma, de estado civil solteira, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 29 de abril de 1988, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, filha de BENEDITO RAMOS e de EDNA APARECIDA SERTORI RAMOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 02 de janeiro de 2013.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO D-011 FOLHA 143 TERMO 002743
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.743
Matrícula
095950 01 55 2013 6 00011 143 0002743 38
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOSÉ GONÇALVES FREIRE, de nacionalidade brasileira, de profissão Inspetor Operacional, de estado civil solteiro, natural de Rio Branco-MT, onde nasceu no dia 16 de agosto de 1985, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 2492, Setor 13, há um ano, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filho de MANOEL FREIRE DA SILVA FILHO e de OSMARINA GONÇALVES DA COSTA FREIRE; e SUÉLEN CRISTINA ALVES OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão manicure, de estado civil solteira, natural de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia 09 de junho de 1993, residente e domiciliada na Rua Barão do Rio Branco, nº 2492,

Setor 13, há 2 anos, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filha de EDILSON MORAES DE OLIVEIRA e de ROSIMAR ALVES DA SILVA OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Nova Brasilândia D' Oeste-RO, 02 de janeiro de 2013.

LIVRO D-011 FOLHA 144 TERMO 002744
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.744
Matrícula
095950 01 55 2013 6 00011 144 0002744 36
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: LUIZ CARLOS DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão lavrador, de estado civil solteiro, natural de Presidente Bernardes-SP, onde nasceu no dia 25 de abril de 1964, residente e domiciliado na Linha 09, km 14, Lado Norte, há 20 anos, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filho de CIRO AUGUSTO DE SOUZA e de NATALINA PERES DE SOUZA; e CLAUDETE SILVANO de nacionalidade brasileira, de profissão lavradora, de estado civil solteira, natural de Distrito de Yolanda, Município de Ubiratã-PR, onde nasceu no dia 23 de maio de 1970, residente e domiciliada na Linha 09, km 14, Lado Norte, há 20 anos, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filha de EUGÊNIO JOSÉ SILVANO e de MARIA DE LOURDES SILVANO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Nova Brasilândia D' Oeste-RO, 02 de janeiro de 2013.

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

VARA ÚNICA

Cartório de Registro Civil e Notas
Rogério Fernandes Virginio
Oficial Titular do Registro Civil
Av. Jacaranda,
Centro, Castanheiras-RO
Fone (69)3474-2042
Edital de Proclamas N.º 241
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo artigo 1525 n.º I, II, III, IV e V do código Civil Brasileiro ANTONIO REGINALDO PEREIRA DA SILVA e GRACIELY ROCHA DOS SANTOS.
Que ele é solteiro, com trinta (30) anos de idade, nacionalidade brasileiro, profissão agricultor, natural de Gloria de Dourados-MS, onde nasceu no dia vinte (20) de maio (05), de mil novecentos e oitenta e dois (1.982), residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, 1038, Castanheiras-RO, há mais de 02 (dois) anos, filho de Raimundo Nonato da Silva e Francisca Pereira da Silva, brasileiros, residente e domiciliados na Rua das Mangueiras, 1038, Castanheiras-RO. Que ela é solteira, com vinte e quatro (24) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão agricultora, natural de Presidente Médici-RO, onde nasceu no dia cinco (05) de dezembro (12), de mil novecentos e noventa e oito (1.988), residente e domiciliada na Linha 128, Lote 65, zona rural, Presidente Médici-RO, há mais de 2 (dois) anos, filha de Gabriel Alexandre dos Santos e Maria Lucia da Rocha Ferraz, residentes e domiciliados na Linha 128, Lote 65, zona rural, Presidente Médici-RO. Si alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em Cartório no lugar de costume, à Av. Jacarandá, centro, Castanheiras-RO. Que o regime de bens no casamento dos pretendentes será Comunhão Parcial de Bens e que após casamento os contraentes passaram a usar o nome ANTONIO REGINALDO PEREIRA DA SILVA SANTOS e GRACIELY ROCHA DOS SANTOS SILVA.
Livro D-001, fls 241
Castanheiras-RO, 31 de dezembro 2012.

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

VARA ÚNICA

Av. Tancredo de Almeida Neves, n.º 3436 – Centro, CEP – 76.952-000 – Fone/Fax (69) 3643 1418.
Município de Alto Alegre dos Parecis – Comarca de Santa Luzia D'Oeste – Estado de Rondônia.
Ana Maria Leitão Machado – Oficial /Tabeliã.
LIVRO D-003 FOLHA 126 vº
TERMO 001050
EDITAL DE PROCLAMAS
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: GEOVAN LOURENÇO DE SOUZA e ILIZÂNGELA ALVES DA SILVA
ELE, brasileiro, vigia, solteiro, natural de Cerejeiras-RO, onde nasceu no dia 08 de fevereiro de 1987, residente e domiciliado na Linha 03 Km 06, em Corumbiara-RO, filho de MARIA CLAUDIA DE SOUZA;
ELA, brasileira, lavradora, solteira, natural de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia 08 de agosto de 1991, residente e domiciliada na Linha P-34 Km 08, Zona Rural, em Alto Alegre dos Parecis-RO, filha de JOACYR PEREIRA DA SILVA e de CACILDA ALVES DE OLIVEIRA SILVA.
O Regime adotado é o da "Comunhão Parcial de Bens".
Que após o casamento o declarante manterá o nome de GEOVAN LOURENÇO DE SOUZA e a declarante adotará o nome de ILIZÂNGELA ALVES DA SILVA SOUZA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Envio cópia ao Oficial do CARTÓRIO MANFREDO, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência do contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
Alto Alegre dos Parecis-RO, 02 de janeiro de 2013.
Ana Maria Leitão Machado
Tabeliã